

VOLUME I

REOT 2015

RELATÓRIO DO ESTADO
DO ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO



	ÍNDICE.....	001
CAPITULO 1.	INTRODUÇÃO.....	
	1.1 Quadro Legal de Referência	003
	1.2 Plano Diretor Municipal	003
	1.3 Sistema Municipal de Informação	004
	1.4 Constituição do REOT	005
CAPITULO 2.	ENQUADRAMENTO	
	2.1 Área Metropolitana de Lisboa	006
	2.2 Município de Lisboa	007
	2.3 Freguesias de Lisboa	010
	2.4 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	012
	2.5 Unidades de Intervenção Territorial	014
CAPITULO 3.	DEMOGRAFIA.....	
	3.1 População Residente	016
	3.2 Estrutura Etária	024
	3.3 Estrutura Familiar	028
	3.4 Nível de Escolaridade	031
	3.5 População Estrangeira Residente	035
CAPITULO 4.	AMBIENTE.....	
	4.1 Estrutura Verde	038
	4.2 Ambiente Sonoro	057
	4.3 Poluição Atmosférica	065
	4.4 Eficiência Ambiental – Água e Energia	071
	4.5 Riscos Naturais e Antrópicos	090
CAPITULO 5.	EDIFICADO.....	
	5.1 Edificado Geral	104
	5.2 Edificado Municipal	125
CAPITULO 6.	EQUIPAMENTOS COLETIVOS.....	
	6.1 Equipamentos de saúde	143
	6.2 Equipamentos de ensino	151
	6.3 Equipamentos sociais	169
	6.4 Equipamentos culturais	180
	6.5 Equipamentos desportivos	201
CAPITULO 7.	MOBILIDADE E TRANSPORTES.....	
	7.1 Mobilidade Urbana	207
	7.2 Transporte Aéreo	235
	7.3 Transporte Marítimo	236

CAPITULO 8. INFRAESTRUTURAS.....	
8.1 Drenagem Pública de Aguas Residuais	238
8.2 Infraestruturas de Subsolo	248
8.3 Resíduos Sólidos Urbanos	250
CAPITULO 9. ATIVIDADES ECONOMICAS	
9.1 Enquadramento Económico	257
9.2 Comercio	289
9.3 Turismo	300
9.4 Imobiliário	314
CAPITULO 10. ESTRUTURA URBANA	
10.1 Planeamento Urbano	334
10.2 Reabilitação Urbana	341
10.3 Investimento Municipal	356
10.4 Dinâmica Urbanística	360
CAPITULO 11. PARTICIPAÇÃO.....	
11.1 Participação nos Instrumentos de Gestão Territorial	366
11.2 Orçamento Participativo	368
11.3 Agenda 21 Local	371
11.4 Participação da População nas Reuniões Públicas Descentralizadas	372
11.5 Participação da População nas Reuniões Públicas	376
11.6 Acessos ao site da CML	377
CAPITULO 12. REGULAMENTAÇÃO URBANÍSTICA	
12.1 Exercício de Aplicação da Normativa	379
12.2 Esclarecimentos e Interpretação Regulamentar do Plano Diretor Municipal	381
12.3 Manual Técnico e Ações de Formação	384
12.4 Avaliação das Normas do PDM	386
CAPITULO 13. ANÁLISE SWOT+T	388
CAPITULO 14. FICHA TÉCNICA	399
ANEXOS	volume II

1. INTRODUÇÃO

1.1 Quadro Legal de Referência

A Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo¹ conjugada com o DL n.º 80/2015, de 14 de maio, vêm confirmar a importância da monitorização dos instrumentos de gestão territorial como forma de avaliar se a sua concretização está numa trajetória convergente com os objetivos pré-definidos, responsabilizando os órgãos de poder central, regional e local pela elaboração dos respetivos Relatórios sobre o Estado de Ordenamento do Território (REOT).

A monitorização tem um papel muito importante a desempenhar na medida em que serve para aferir a necessidade de efetuar ajustamentos e afinações ao Plano Diretor Municipal durante a sua execução.

Neste contexto legal compete à Câmara Municipal de Lisboa a elaboração quadrienal do REOT que deve ser submetido a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias², à apreciação da Assembleia Municipal e divulgado através do *site* da Câmara Municipal.

1.2 Plano Diretor Municipal

Com a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal (PDM) de Lisboa³ que decorreu da revisão do PDM de 1994, e entendendo o planeamento municipal como um processo contínuo, teve início uma nova etapa nesse mesmo processo que constitui a implementação da fase de monitorização e avaliação do PDM.

Este entendimento e o da existência no território, de um conjunto de dinâmicas em domínios que de um modo mais direto ou indireto, influenciam as condições de sustentabilidade, exigindo respostas ao nível dos planos municipais de ordenamento do território e de políticas municipais de intervenção à escala urbana, são consubstanciados no artigo 92º do Regulamento do PDM, que determina que o Plano deve ser revisto decorrido o prazo de cinco anos da sua entrada em vigor, antecipando assim o prazo legal de dez anos, “(...) *sem prejuízo de poder ser alterado, revisto ou suspenso nos termos legais (...)*”.

De acordo com o artigo 2º do seu Regulamento, o PDM “ (...) *estabelece as grandes estratégias de desenvolvimento, as orientações e as políticas urbanísticas para o território municipal, define a programação da respetiva execução e as regras para a contratualização com os vários atores que intervêm no território, para responder aos objetivos fixados nos Termos de Referência aprovados em Fevereiro de 2003 e aos desafios colocados na Carta Estratégica de Lisboa 2010/2024 (...)*”.

Das grandes estratégias identificadas na Carta Estratégica de Lisboa, definiram-se sete objetivos de natureza urbanística que vão guiar o desenvolvimento da cidade até 2024⁴:

- Atrair mais habitantes;
- Captar mais empresas e mais emprego;
- Qualificar espaço público;
- Impulsionar a reabilitação urbana;

¹ Lei n.º 31/2014 de 30 de maio;

² Artigo 189º do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio;

³ Primeira revisão aprovada em reunião da Assembleia Municipal de 24 de Julho de 2012 (Deliberação n.º 46/AML/2012 e Deliberação n.º 47/AML/2012) e publicada por Aviso n.º 11622, em Diário da Republica, 2ª série - N.º168, de 30 de Agosto de 2012

⁴ Regulamento do PDM, Introdução da versão editada;

- Devolver a frente ribeirinha às pessoas;
- Promover a mobilidade sustentável;
- Incentivar a eficiência ambiental.

Acresce o objetivo da Governância que consiste no aproximar o Governo da cidade dos cidadãos, estabelecendo novos canais de comunicação, desburocratizando e agilizando os processos de decisão⁵.

Consagrados no PDM, estes sete objetivos são enquadrados pelo seu quadro normativo e pelos restantes elementos que o integram bem como pelo Programa de Execução e Plano de Financiamento que o acompanha.

Na sequência do PDM de 2012, foram aprovados regulamentos municipais complementares para o enquadramento específico das políticas subjacentes a alguns destes objetivos:

- Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;
- Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas;
- Regulamento Municipal do Sistema de Incentivos a Operações Urbanísticas com Interesse Municipal.

1.3 Sistema Municipal de Informação

Em Lisboa, a elaboração do primeiro REOT ocorreu em 2009, no reinício do processo de Revisão do PDM de 1994, como “(...) oportunidade de sistematizar as várias temáticas, inúmeras vezes estudadas para Lisboa e de avaliar as várias políticas que vinham sendo implementadas na cidade, incluindo a aplicação das regras do PDM de 1994, contribuindo para ajustar os objetivos da Revisão do PDM (face às novas políticas sectoriais) e para iniciar um processo de monitorização a partir desta revisão (...)” e integrou o conjunto de estudos de caracterização que serviram de suporte à nova proposta de plano.

Com o PDM de 2012 em vigor o presente REOT constitui uma avaliação em contínuo das políticas de ordenamento da cidade, visto que é efetuada durante a vigência do Plano, e inclui um quadro de referência de dados estatísticos para posteriormente servir de base à monitorização do PDM.

No entanto, o PDM não esgota o planeamento municipal e nesta perspetiva, este quadro de referência pretende abranger todos os Planos Municipais e políticas municipais de ordenamento e desenvolvimento territorial.

Perspetivando a futura criação de um sistema municipal de informação capaz de promover uma efetiva dinâmica de planeamento tendo por base o conhecimento da situação do Município no que se refere ao território, da performance dos Planos Municipais e das políticas municipais de ordenamento e desenvolvimento territorial, permitindo detetar e medir tendências de evolução. Todos os dados recolhidos no âmbito da elaboração do REOT foram carregados e sistematizados numa base de dados.

⁵ Relatório do PDM, ponto 4.3.

O conteúdo do REOT inclui assim indicadores, de caráter mais quantitativo que se referem a ocorrências objetivas e são construídos a partir das estatísticas disponíveis ou mediante recolha e tratamento de dados disponíveis em fontes internas ou externas à CML.

Refira-se que os indicadores podem e devem ser complementados por outras técnicas ou outros tipos de avaliação.

O processo de elaboração do REOT pôs em evidência, numa maioria significativa dos casos, a necessidade de construção de uma plataforma comum de recolha permanente para tratamento e análise de indicadores, que permita alimentar o sistema de informação da Estrutura Municipal, agilizando assim a monitorização.

O presente REOT constitui o retrato do estado do Município, à data da sua elaboração, e pretende-se que sirva de base de referência para futuras análises que irão favorecer a tomada de decisão informada e atempada.

1.4 Constituição do REOT

O presente REOT integra dois Volumes:

- O Volume I está estruturado em 13 capítulos que correspondem às abordagens consideradas relevantes para a avaliação a que se propõe e ainda a ficha técnica;
- O Volume II reúne todos os dados que serviram de base à elaboração das figuras e quadros do Relatório.

Na elaboração do Volume I do REOT privilegiou-se o recurso a figuras e quadros complementados por textos tão sintéticos quanto possível, como forma de promover uma maior eficácia na comunicação da informação disponibilizada. O Volume II resulta do propósito de permitir a consulta da totalidade dos dados estatísticos fornecidos pelas diferentes fontes.

Com o objetivo de conferir coerência aos diversos conteúdos e ao projeto gráfico, as figuras e quadros que se encontram ao longo do REOT, numa maioria significativa dos casos, bem como alguns dos textos, foram reformulados ou construídos pela equipa da Divisão de Plano Diretor Municipal, do Departamento de Planeamento, com base em informação disponibilizada pelas diversas Estruturas Municipais e prestada por entidades externas, designadamente o Instituto Nacional de Estatística.

Nota:

Durante a elaboração deste documento houve uma alteração à Orgânica dos Serviços Municipais, publicado em D.R.-2ª série – n.º.98-21 de maio de 2015, Anexo da Estrutura Flexível. Esta alteração implicou a mudança de designações de alguns serviços municipais, pelo que algumas fontes têm as designações à data da obtenção dos dados.

2. ENQUADRAMENTO

2.1 Área Metropolitana de Lisboa

Lisboa, para além de capital de Portugal, é também o centro de uma das duas Áreas Metropolitanas do País e agrega 18 Municípios, distribuídos por áreas territoriais localizadas a norte e sul do Tejo.

Figura 2.1 – Municípios da Área Metropolitana de Lisboa



Fonte: Instituto Geográfico Português (CAOP), 2013

Lisboa ocupa o décimo segundo lugar na lista dos 18 Municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML) em termos de área e é de todos o mais populoso e o segundo dos que apresentam maior densidade populacional.

Os Municípios da AML distribuem-se em igual número, pelo território a norte e sul do Tejo, constituindo a Área Metropolitana de Lisboa Norte (AML Norte) e a Área Metropolitana de Lisboa Sul (AML Sul).

A AML Norte apresenta uma densidade populacional cerca de três vezes superior e uma área territorial 13% inferior (-199,29 Km²).

Quadro 2.1 – Municípios da Área Metropolitana de Lisboa

	Área (km ²)	População Residente (n.º de hab.)	Densidade Populacional (hab/km ²)
Portugal	92418,7	10.562.178	114
Continente	89103,3	10.047.621	113
Área Metropolitana de Lisboa	2892,0	2.821.876	976
AML Norte	1346,3	2.042.477	1.517
Amadora	22,8	175.136	7.685
Cascais	104,0	206.479	1.986
Lisboa	100,1	552.700	6.436 (*)
Loures	166,5	199.494	1.198
Mafra	291,2	76.685	263
Odivelas	27,3	145.142	5.320
Oeiras	48,0	172.120	3.589
Sintra	318,7	377.835	1.186
Vila Franca de Xira	267,9	136.886	511
AML Sul	1545,6	779.399	504
Alcochete	99,3	17.569	177
Almada	73,2	174.030	2.379
Barreiro	36,4	78.764	2.161
Moita	54,2	66.029	1.219
Montijo	330,9	51.222	155
Palmela	465,4	62.831	135
Seixal	95,8	158.269	1.652
Sesimbra	198,5	49.500	249
Setúbal	191,9	121.185	631

Fonte: Instituto Geográfico Português (CAOP 2013), INE (Censos 2011)

(*) Para o cálculo da densidade populacional do Município de Lisboa considerou-se apenas a área terrestre do mesmo (85,9 km²)

2.2 Município de Lisboa

Em resultado da Reforma Administrativa¹ publicada em novembro de 2012, Lisboa apresenta:

- A modificação do limite territorial a norte do município que abrange agora uma área contígua do território sul de Loures, passando a englobar a totalidade do Parque das Nações (+1,5 Km²);
- A delimitação do município a sul/nascente, por um dos talwegues do rio Tejo e não pela sua margem, como sucedia anteriormente (+14,2 Km²);
- Um novo mapa administrativo com 24 freguesias em substituição das 53, existentes desde 1959.

¹ Lei nº 56 /2012, de 8 de Novembro

Figura 2.2 – Área terrestre e área estuarina do Município



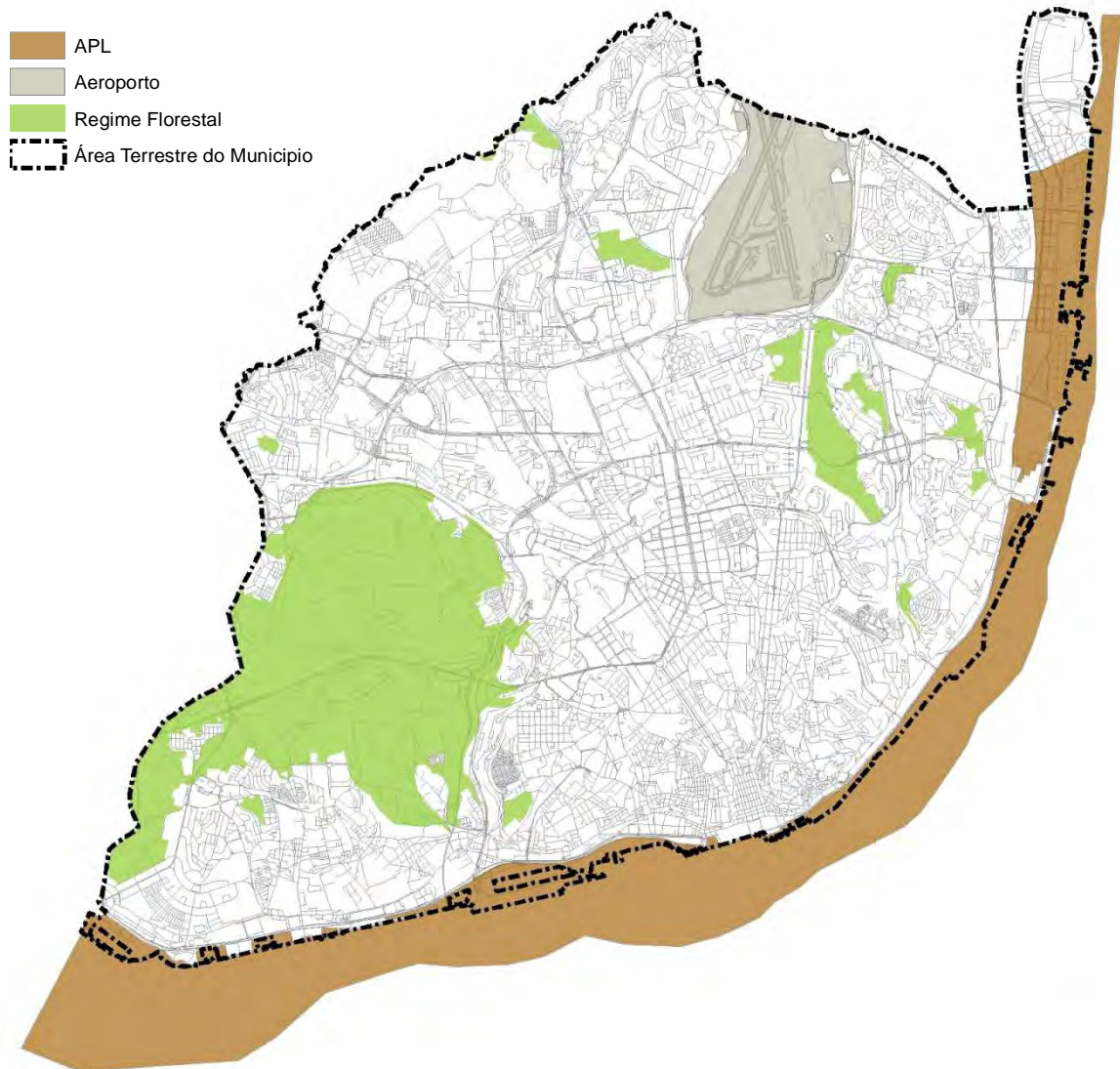
Fonte: Instituto Geográfico Português (CAOP), 2013

Quadro 2.2 - Área terrestre e área estuarina do Município de Lisboa, 2011 e 2012

	Áreas parciais (km ²)	Áreas totais (km ²)	Freguesias (n.º)
2011		84,4	53
2012	Área terrestre	85,9	24
	Área estuarina	14,2	

Fonte: Instituto Geográfico Português (CAOP), 2013

Figura 2.3 – Área do Município sob jurisdição Aeroporto, APL e Regime Florestal



Fonte: Instituto Geográfico Português (CAOP), 2013

Quadro 2.3 – Área do Município sob jurisdição Aeroporto, APL e Regime Florestal

	Aeroporto (km ²)	Administração do Porto de Lisboa (km ²)	Regime Florestal (km ²)	Total (km ²)
Área terrestre	3,6	5,3	13,4	22,4
Área estuarina	0	19,5	0	19,5
Total	3,6	24,8	13,4	41,8

Fonte: Instituto Geográfico Português (CAOP), 2013

Relativamente à área de jurisdição da administração do Porto de Lisboa esta corresponde a uma servidão administrativa e restrição de utilidade pública. Refira-se que na planta de condicionantes do PDM também já está assinalada a intenção de redefinição dessa servidão, que inclui a desafetação da zona do Parque das Nações.

2.3 Freguesias de Lisboa

A Reforma Administrativa recém-implementada em Lisboa² veio reduzir o número de freguesias de 53 para 24, a partir da aglutinação de freguesias existentes, e criar uma nova freguesia, a do Parque das Nações que assimila o novo território municipal que pertenceu anteriormente a Loures, alterando assim a divisão administrativa de 1959³.

Subjacente ao novo mapa da Cidade está uma estratégia de modernização do modelo de governo autárquico, descentralizando competências administrativas para as Juntas de Freguesia.

Figura 2.4 – Antigas e novas freguesias de Lisboa



Fonte: Instituto Geográfico Português (CAOP), 2013

² Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro

³ DL 42142 de 7 de Fevereiro

Quadro 2.4 – Correspondência antigas freguesias/novas freguesias - Área e População Residente

Novas Freguesias	Área Total (km ²)	Área Terrestre (km ²)	População Residente (nº hab.)	Antigas Freguesias	Área (km ²)	População Residente (nº hab)
1 Ajuda	2,9	2,9	15.617	1 Ajuda	2,9	15.584
2 Alcântara	5,1	4,4	13.943	2 Alcântara	4,4	13.943
3 Alvalade	5,3	5,3	31.813	4 Alvalade	0,6	8.869
				9 Campo Grande	2,5	10.514
				42 São João de Brito	2,3	11.727
4 Areeiro	1,7	1,7	20.131	3 Alto do Pina	0,8	10.333
				43 São João de Deus	0,9	9.798
5 Arroios	2,1	2,1	31.653	6 Anjos	0,5	9.361
				24 Pena	0,5	4.486
				44 São Jorge de Arroios	1,2	18.415
6 Avenidas Novas	3,0	3,0	21.625	23 Nossa Senhora de Fátima	1,9	15.283
				50 São Sebastião da Pedreira	1,1	6.342
7 Beato	2,5	1,7	12.737	7 Beato	1,6	12.429
8 Belém	10,4	5,6	16.528	32 Santa Maria de Belém	3,3	8.541
				40 São Francisco Xavier	2,3	8.020
9 Benfica	8,0	8,0	36.985	8 Benfica	7,9	36.821
10 Campo de Ourique	1,7	1,7	22.120	30 Santa Isabel	0,6	6.875
				35 Santo Condestável	1,0	15.257
				10 Campolide	2,8	15.460
11 Carnide	3,7	3,7	19.218	11 Carnide	4,1	23.316
13 Estrela	4,6	2,7	20.128	17 Lapa	0,7	8.000
				26 Prazeres	1,4	8.096
				37 Santos-o-Velho	0,5	4.020
14 Lumiar	6,6	6,6	45.605	18 Lumiar	6,1	41.163
15 Marvila	7,1	6,2	37.793	21 Marvila	6,3	38.102
				15 Encarnação	0,2	2.252
				22 Mercês	0,3	4.345
				28 Santa Catarina	0,2	3.716
				49 São Paulo	0,4	2.728
17 Olivais	8,1	8,1	33.788	33 Santa Maria dos Olivais	10,9	51.036
18 Parque das Nações	5,4	4,1	21.025	25 Penha de França	0,7	12.780
19 Penha de França	2,7	2,2	27.967	41 São João	1,5	15.187
				5 Ameixoeira	1,6	11.863
20 Santa Clara	3,4	3,4	11.836	13 Charneca	1,7	9.935
				12 Castelo	0,1	355
21 Santa Maria Maior	3,0	1,5	33.043	19 Madalena	0,1	393
				20 Mártires	0,1	372
				27 Sacramento	0,1	742
				31 Santa Justa	0,2	891
				34 Santiago	0,1	619
				36 Santo Estêvão	0,2	1.511
				38 São Cristóvão e São Lourenço	0,1	1.341
				47 São Miguel	0,1	1.531

					48 São Nicolau	0,3	1.231
					52 Sé	0,1	910
					53 Socorro	0,1	3.065
					14 Coração de Jesus	0,6	3.689
22 Santo António	1,5	1,5	15.339		45 São José	0,3	2.746
					46 São Mamede	0,6	5.420
23 São Domingos de Benfca	4,3	4,3	22.480		39 São Domingos de Benfca	4,3	33.745
					16 Graça	0,3	5.787
24 São Vicente	2,0	1,3	12.822		29 Santa Engrácia	0,6	5.249
					51 São Vicente de Fora	0,3	3.539
TOTAL	100,1	85,9	552.700			84,4	547.733

Fonte: Instituto Geográfico Português (CAOP 2013); CML (Departamento de Informação Geográfica e Cadastro); INE (Censos 2011)

Neste relatório, quer para dados estatísticos, quer para representação gráfica, **adotou-se apenas a área terrestre do Município.**

Pela indisponibilidade de informação estatística necessária à evolução temporal dos parâmetros/indicadores analisados, em algumas situações tomaram-se por base as antigas freguesias, (não abrangendo também a nova área do território municipal que pertenceu a Loures) embora, sempre que possível, tenham sido utilizadas e representadas as variáveis pelas novas freguesias.

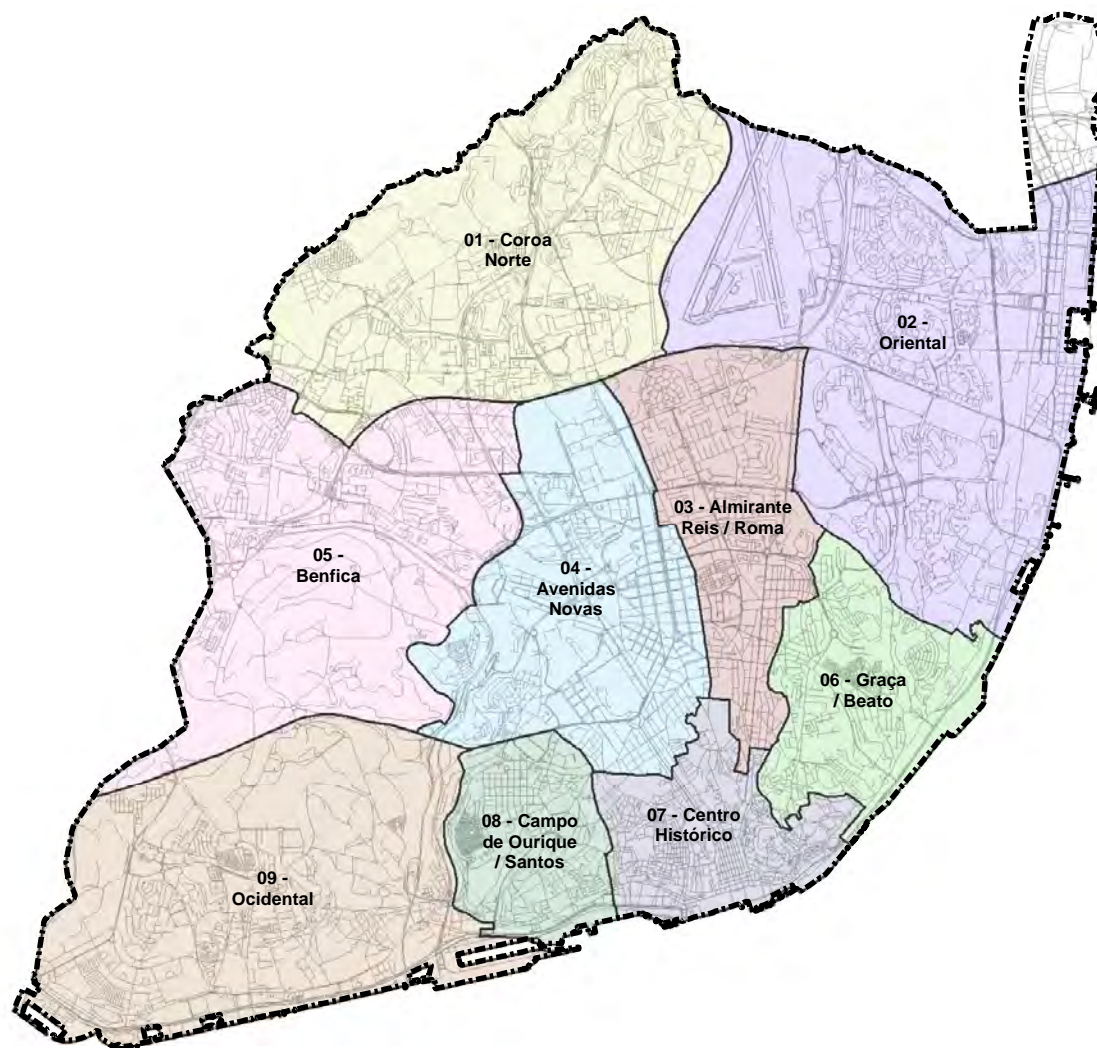
2.4 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

No âmbito do Novo PDM foram criadas nove Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) que constituem unidades territoriais de referência para efeitos de gestão municipal, com conteúdos programáticos específicos definidos no Regulamento do PDM⁴ e traduzidos no seu Programa de Execução e Plano de Financiamento.

Para simplificar a análise de algumas variáveis estatísticas **ao longo deste documento foram utilizadas as UOPG ajustadas pelo limite das freguesias adotadas pelo INE** na Base Geográfica de Referenciação de Informação Censitária de 2011.

⁴ Art.º 81º do Regulamento do PDM

Figura 2.5 – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão



Fonte: PDM, 2012

Não existe aderência entre os limites das UOPG e os limites das novas freguesias, na medida em que os tempos de tramitação da Revisão do PDM não coincidiram com a consolidação dos limites das novas freguesias que resultaram da Reforma Administrativa.

Quadro 2.5 – UOPG - População residente e densidade populacional, 2011

UOPG	Área (Km ²)	População Residente (hab.)	Densidade Populacional (hab./Km ²)
1 Coroa Norte	13,6	86.726	6.363
2 Oriental	17,1	88.525	5.185
3 Almirante Reis / Roma	6,0	65.549	10.846
4 Avenidas Novas	9,0	50.123	5.558
5 Benfica	12,2	71.757	5.881
6 Graça / Beato	5,1	56.552	11.144
7 Centro Histórico	4,1	40.165	9.754
8 Campo de Ourique / Santos	3,5	40.201	11.327
9 Ocidental	13,7	48.135	3.519
TOTAL	84,4	547.733	6.491

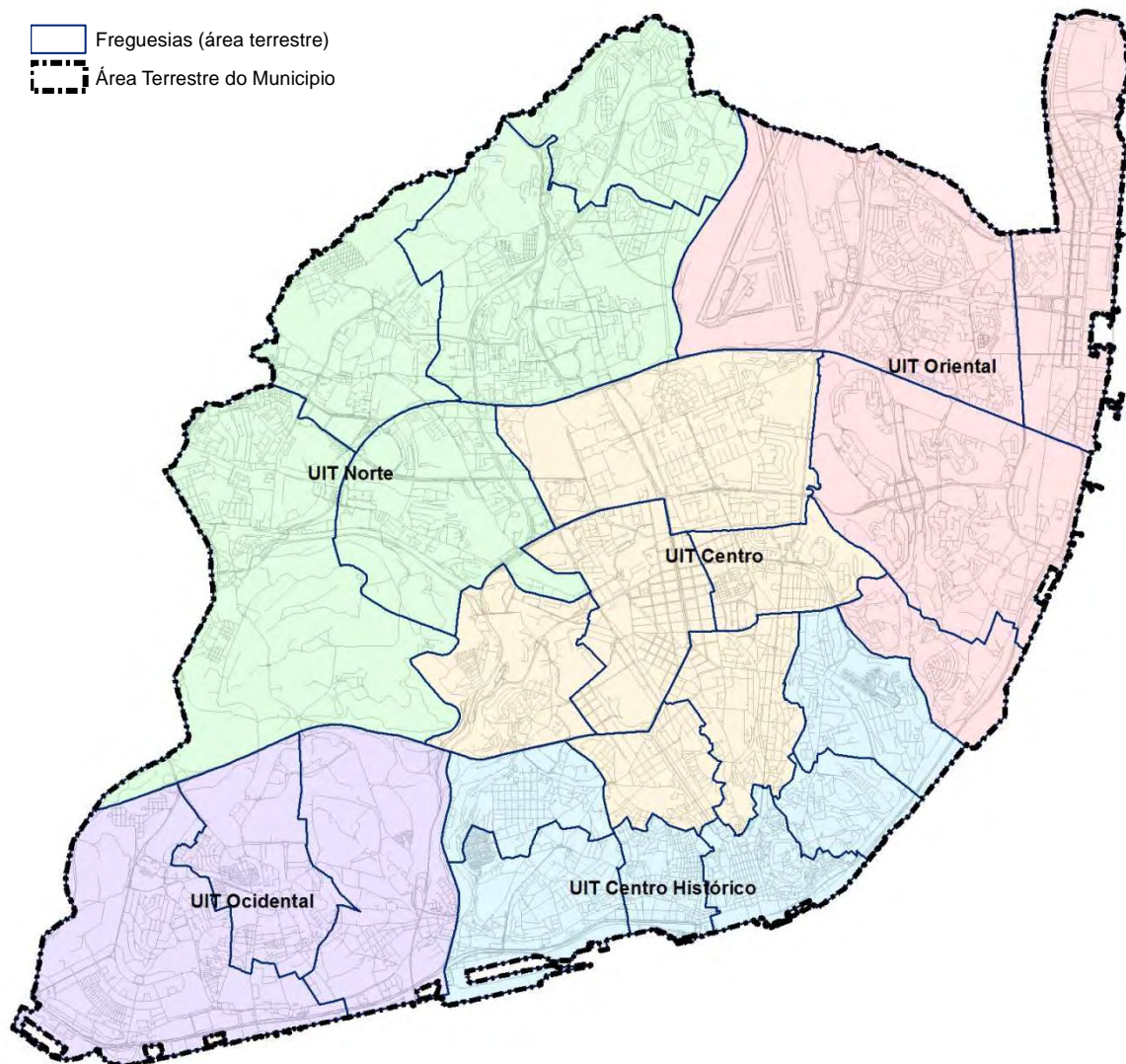
Fonte: PDM, 2012

2.5 Unidades de Intervenção Territorial

Prosseguindo o objetivo da governância, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) evoluiu para um conceito de gestão de proximidade através da criação de 5 zonas de gestão da cidade, no âmbito da Reestruturação Orgânica da CML⁵: Centro, Centro Histórico, Norte, Ocidental e Oriental.

Estas zonas de gestão, denominadas por Unidades de Intervenção Territorial (UIT), são geridas por equipas multidisciplinares, preparadas para intervir no espaço público e equipamentos da sua área, identificar os problemas existentes e providenciar a resolução pelos serviços operacionais da CML, ou outros, em complemento do movimento de descentralização de competências e recursos para as Juntas de Freguesia, realizada no âmbito da Reforma Administrativa.

Figura 2.6 - Unidades de Intervenção Territorial e Novas Freguesias abrangidas



Fonte: CML, 2015

⁵ Estrutura Nuclear dos Serviços do Município de Lisboa, aprovada através da Deliberação n.º 3/AM/2011 e publicada em DR, 2ª série-n.º 39, de 24 de fevereiro de 2011, reconfirmada através do Despacho n.º 5347/2015 e da Deliberação n.º 876/2015 publicadas em DR, 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio de 2015.

Quadro 2.6 - Unidades de Intervenção Territorial e novas freguesias abrangidas

UIT	Novas Freguesias abrangidas	Área Terrestre (Km ²)	População Residente (hab.)	Densidade Populacional (hab./Km ²)
Centro	3 Alvalade	16,5	132.517	8.043
	4 Areeiro			
	5 Arroios			
	6 Avenidas Novas			
	11 Campolide			
	22 Santo António			
Centro Histórico	10 Campo de Ourique	10,4	111.420	10.685
	13 Estrela			
	16 Misericórdia			
	19 Penha de França			
	21 Santa Maria Maior			
24 São Vicente	25,9	157.331	6.066	
9 Benfica				
12 Carnide				
14 Lumiar				
20 Santa Clara				
23 São Domingos de Benfica	12,9	46.088	3.578	
1 Ajuda				
2 Alcântara				
Ocidental	8 Belém	20,1	105.344	5.229
	7 Beato			
	15 Marvila			
	17 Olivais			
	18 Parque das Nações			
TOTAL		85,9	552.700	6.436

Fonte: CML, 2015

3. DEMOGRAFIA

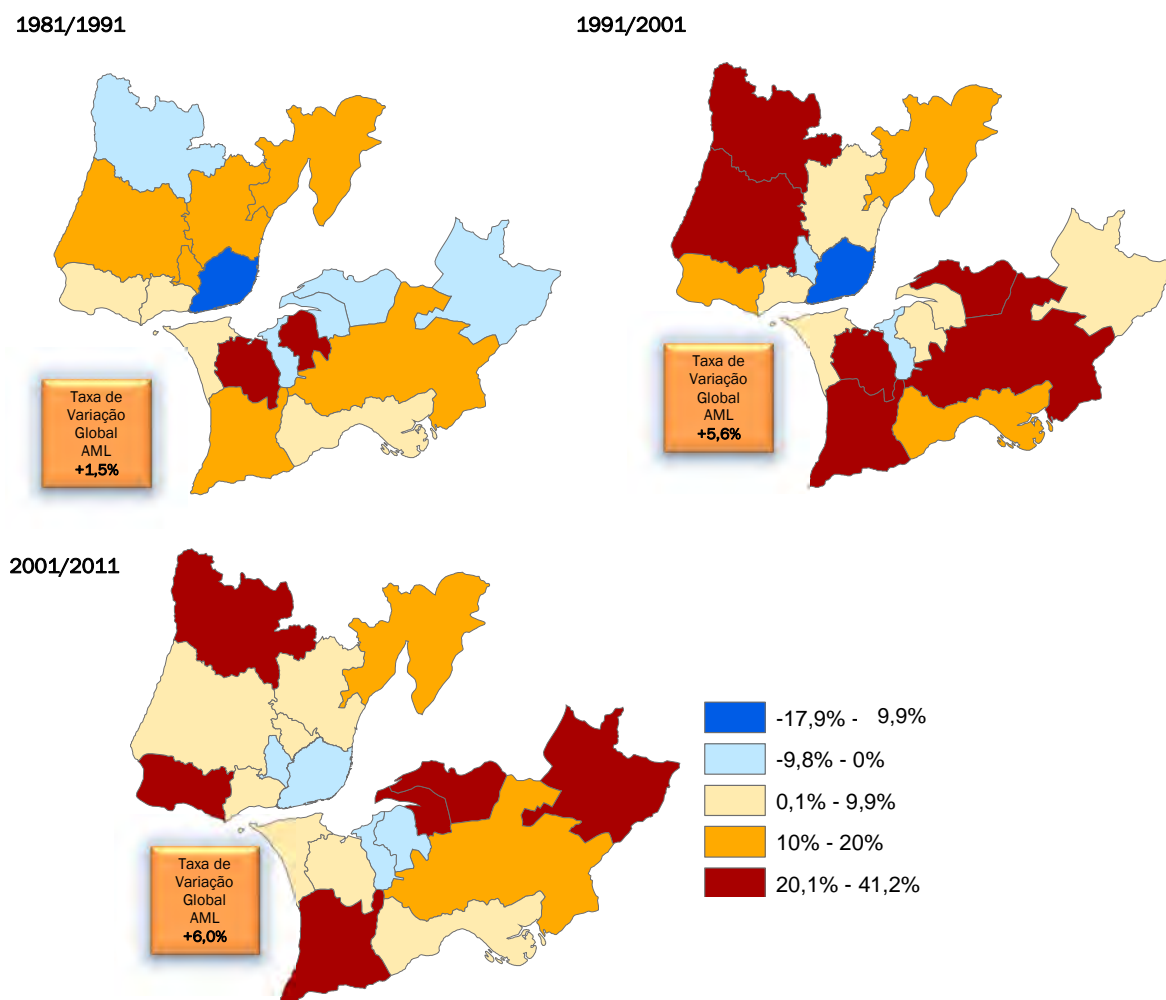
3.1 População Residente ¹

3.1.1 Evolução da população na AML

Os Censos de 2011 confirmaram a tendência de um aumento da população na Área Metropolitana de Lisboa (AML): mais 6% (2 821 876) do que em 2001 (2 661 850). Destaca-se que, já em 2001, a AML registava a maior concentração populacional do país, detendo um pouco mais de 1/4 da população portuguesa, relação esta que era de apenas 1/6 em 1960.

Contudo, este crescimento populacional é desigual nos municípios da AML: o decréscimo de população no município de Lisboa fez-se acompanhar pelo crescimento de outros municípios da AML.

Figura 3.1 - Evolução da taxa de -variação da população residente na AML, 1981 a 2011



Fonte: INE (Censos), 1981, 1991, 2001 e 2011

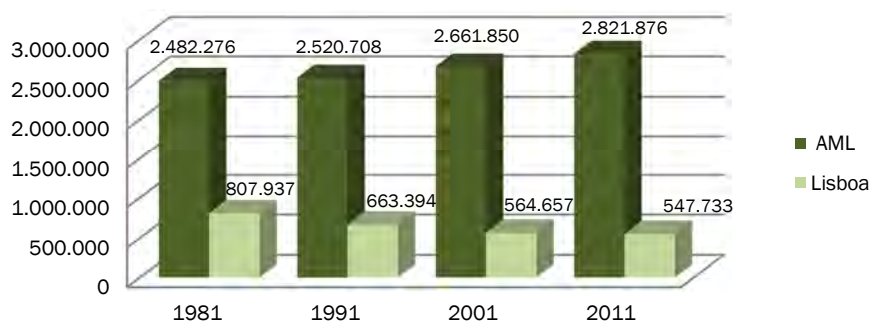
¹ Em algumas análises tomaram-se por base as antigas freguesias do município de Lisboa, não abrangendo a nova área do território municipal que pertenceu a Loures, pela indisponibilidade de informação estatística necessária à evolução temporal dos indicadores analisados. Sempre que possível foram utilizados e representados os indicadores das novas freguesias. Assim, e para um melhor esclarecimento, devemos referir que o número total da população residente: i) para as antigas freguesias é de 547.733; ii) e para as novas freguesias é de 552.700 indivíduos.

Na última década (2001/2011), e conforme podemos observar na Figura 3.1, os municípios de Cascais, Mafra, Sesimbra, Alcochete e Montijo registaram taxas de variação positivas – entre 20% a 40%. A localização geográfica destes dois últimos municípios diferencia-se dos outros, pois encontram-se junto à margem sul do rio Tejo. Para o crescimento verificado contribuiu, em grande medida, a construção da Ponte Vasco da Gama, pois, anteriormente, eram considerados municípios com características rurais. O município de Mafra, nesta última década, foi aquele que apresentou a maior taxa de crescimento na AML Norte.

A AML Norte e a AML Sul, embora com diferenças no seu crescimento, ambas partilham uma trajetória de desenvolvimento comum – uma forte concentração do crescimento nas décadas de 60 e 70. A partir dos anos 80 verifica-se uma acentuada quebra das taxas de crescimento que, apesar de continuarem positivas, são significativamente mais baixas.

Por contraste, Lisboa, como capital do país, continua a assistir a uma perda de habitantes (Figura 3.2), que se evidenciou a partir da década de sessenta.

Figura 3.2 - Evolução da população residente (Nº) Lisboa e AML, 1981 a 2011



Fonte: INE (Censos), 1981, 1991, 2001 e 2011

Lisboa, que em 1981 detinha um peso de mais de 30% da população da AML passou, em 2011, a representar um valor inferior a 20%. Nestes últimos trinta anos, enquanto a AML cresceu, observou-se o esvaziamento da capital, tendência ainda verificada nesta última década.

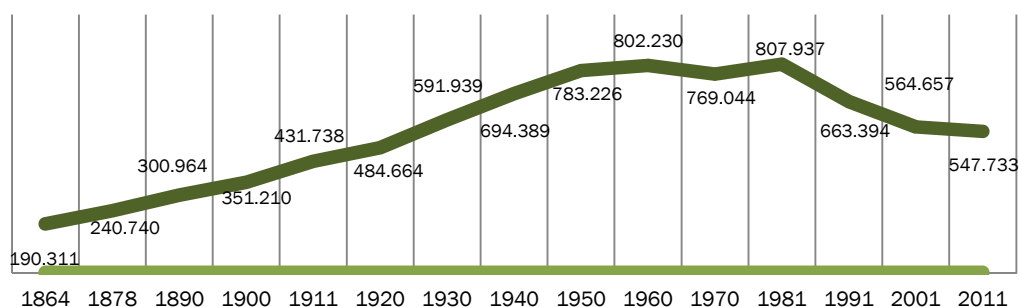
O crescimento do processo de suburbanização, nas duas margens da AML, é o aspeto mais evidente da dinâmica populacional, a par de um outro fenómeno de *terciarização* das áreas residenciais mais antigas da cidade de Lisboa. Esta ocorrência também verificada, mais recentemente, em municípios adjacentes a Lisboa, conduz a uma perda de população, quer em termos absolutos, quer no que respeita à sua quota no total da população da AML.

3.1.2 Evolução da população residente no município de Lisboa

Da análise da Figura 3.3 podemos concluir que a população cresceu, de uma forma constante, até aos anos sessenta (802.230), atingindo o máximo de 807 937 habitantes, no *Recenseamento Geral da População* de 1981.

O valor populacional recenseado, em 1981, foi o mais elevado, registado na cidade de Lisboa, devido às condições históricas que motivaram o retorno de um enorme contingente de pessoas das ex-colónias portuguesas. A partir desta data, e durante estes últimos trinta anos, iniciou-se um processo de perda de população, acentuado, a uma média de 86.735 habitantes por década.

Figura 3.3 - População residente (Nº), Lisboa, 1864 a 2011



Fonte: INE (Censos), 1864 a 2011

Da leitura do Quadro 3.1 podemos inferir que apesar do decréscimo da população, verificou-se um aumento da oferta habitacional, ao longo dos últimos trinta anos, com uma variação de mais 10% dos alojamentos.

Entre 2001 e 2011, a cidade de Lisboa registou um abrandamento na perda de habitantes (Quadro 3.1), apontando para uma tendência de manutenção/estabilização da população, tendo perdido, apenas, 3% dos seus habitantes – 16 924 indivíduos.

Quadro 3.1 - Indivíduos, famílias, alojamentos e edifícios (Nº), Lisboa, 1981 a 2011 (²)

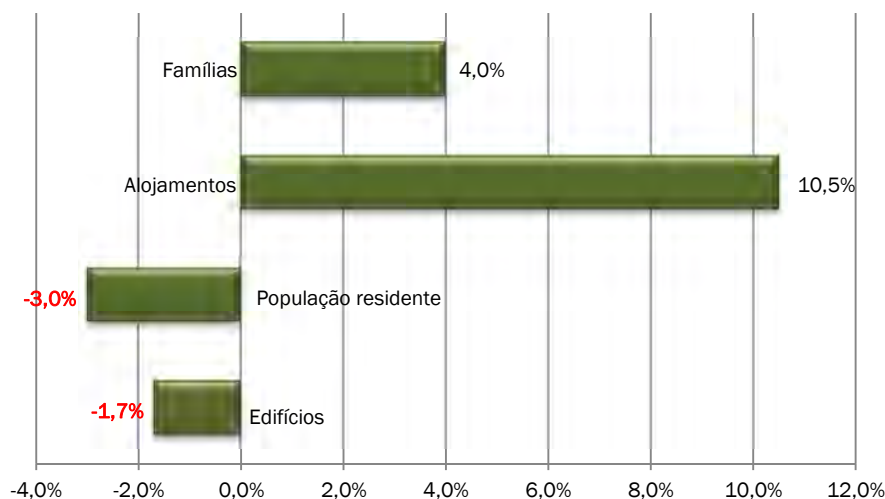
	1981	1991	2001	2011
População residente	807.937	663.394	564.657	547.733
Famílias	285.960	245.414	234.918	244.271
Alojamentos	270.851	279.234	293.064	323.981
Edifícios	57.599	62.041	53.387	52.496

Fonte: INE (Censos), 1981, 1991, 2001 e 2011

Inversamente, a partir de 2011, e apesar de um decréscimo moderado da população, apurou-se uma variação positiva de 4% das famílias, em relação a 2001, equivalente a mais 9 436.

² Os edifícios em 2011 referem-se a edifícios clássicos

Figura 3.4 - Variação %, Lisboa, 2001/2011



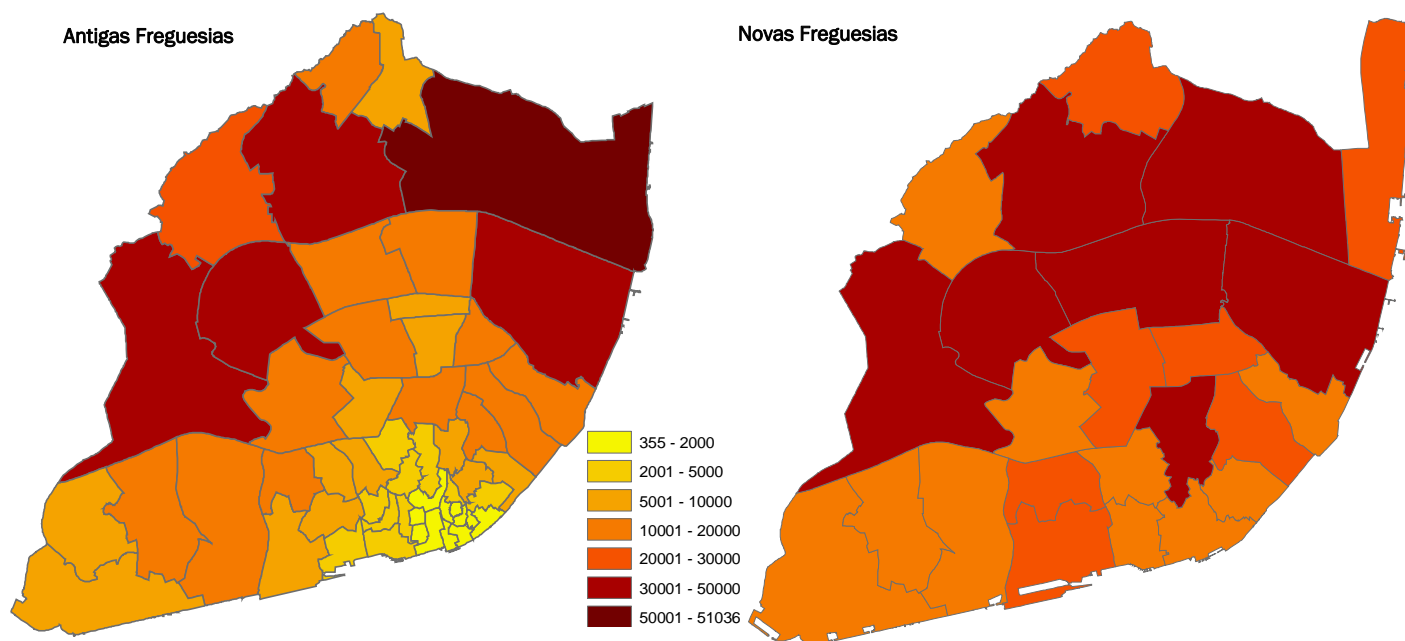
Fonte: INE (Censos), 2001 e 2011

3.1.3 Distribuição geográfica da população no município de Lisboa

A distribuição geográfica da população é desigual, refletindo as políticas urbanísticas implementadas nas últimas décadas, nomeadamente a construção de novos alojamentos, nas freguesias periféricas de Lisboa, tanto de iniciativa privada, como pública.

De acordo com os dados dos Censos de 2011, e atentos à Figura 3.5, podemos verificar que as antigas freguesias, com mais população, localizam-se na “coroa periférica” e a “oriente”. Aquelas que apresentam valores inferiores correspondem ao *Centro Histórico da Baixa*.

Figura 3.5 - População residente por freguesia, 2011



Fonte: INE (Censos), 2011

Neste contexto, a dinâmica demográfica das antigas freguesias de Lisboa, e de uma forma decrescente, pode agrupar-se em quatro categorias:

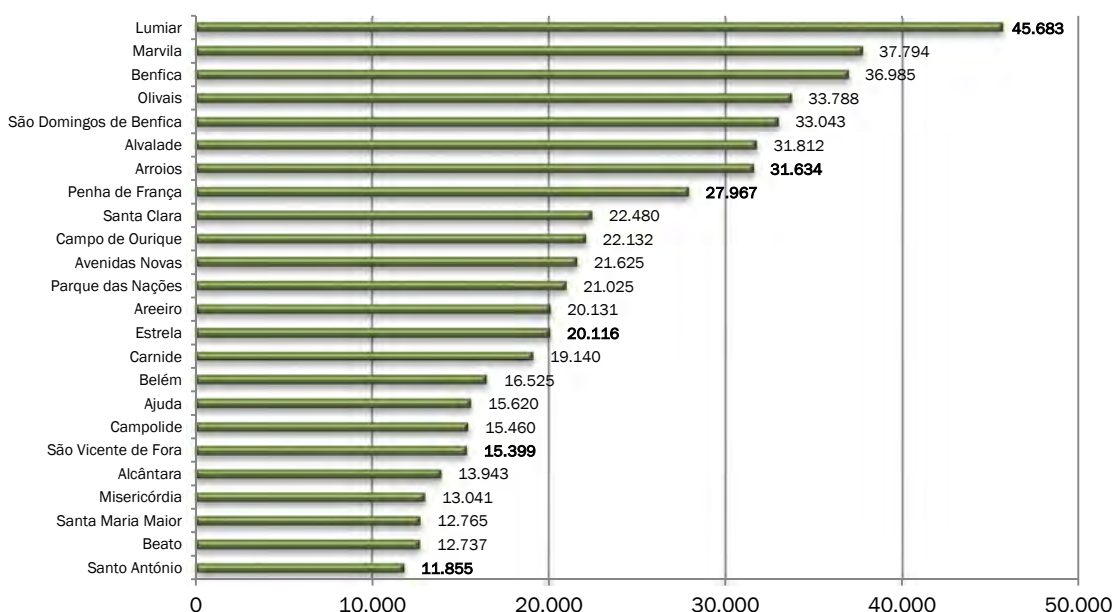
- **(+) de 50 000 habitantes:** Santa Maria dos Olivais é a única que detém mais de 50 000 habitantes (51 036), reforçando a sua posição no *ranking*, recuperando, aproximadamente, a população que detinha há duas décadas;
- **30 000 - 50 000 habitantes:** quatro freguesias, por ordem decrescente – Lumiar, Marvila, Benfica e São Domingos de Benfica;
- **20.000 - 30.000 habitantes:** somente a freguesia de Carnide – 23 302 habitantes;
- **<2 000 habitantes:** o Centro Histórico da Baixa que corresponde às freguesias que detêm uma população inferior a 2 000 habitantes.

A distribuição da população, de acordo com a nova divisão administrativa (Figura 3.6), passa a situar-se nos seguintes intervalos:

- **(+) de 30 000 habitantes:** Arroios, Alvalade, São Domingos de Benfica, Olivais, Benfica, Marvila e Lumiar. Esta última freguesia é a que detém o maior número de habitantes do município de Lisboa – 45.683 habitantes;
- **25 000 - 30 000 habitantes:** somente a freguesia da Penha de França – 27 967 habitantes
- **20 000 - 25 000 habitantes:** Estrela, Areiro, Parque das Nações, Avenidas Novas, Campo de Ourique e Santa Clara;
- **15.000 - 20.000 habitantes:** São Vicente de Fora, Campolide, Ajuda, Belém e Carnide.
- **<15.000 habitantes:** Santo António, Beato, Santa Maria Maior, Misericórdia e Alcântara.

As freguesias da coroa periférica são aquelas que continuam a registar valores acima dos 30 000 habitantes, excetuando a freguesia de Arroios, no centro da cidade, com 31 634 habitantes.

Figura 3.6 - Ranking da população residente (Nº) Lisboa, novas freguesias, 2011

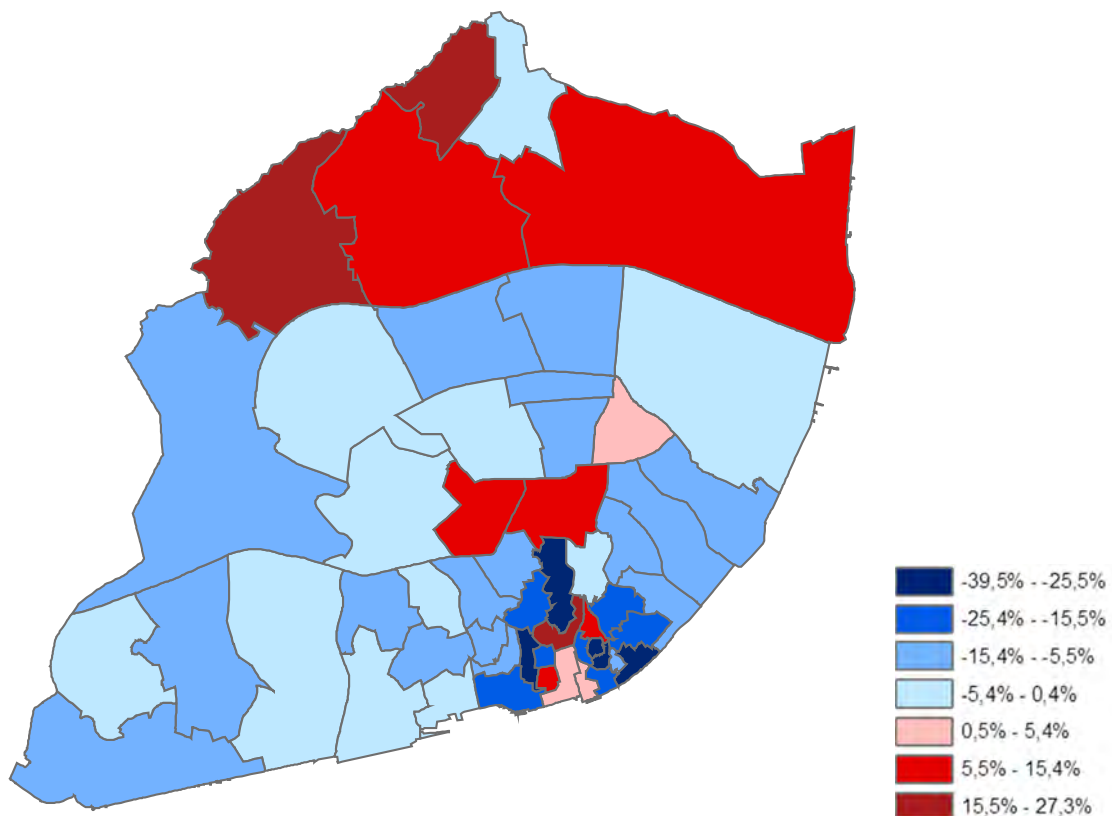


Fonte: INE (Censos), 2011

A dinâmica demográfica, baseada no indicador “Taxa de Variação Populacional” do município (Figura 3.7), no período entre 2001/11 (-3 %), pode caracterizar-se da seguinte forma:

- **Continuação do crescimento da coroa periférica nordeste** - em 2011, as freguesias de Carnide, Lumiar, e Ameixoeira, a Norte, e, a Oriente, a freguesia de Santa Maria dos Olivais, registaram um crescimento populacional. É ainda o reflexo do contínuo crescimento urbanístico para a periferia, com a prossecução da construção de novas urbanizações (exemplo: Alta de Lisboa e Parque das Nações).

Figura 3.7 - Variação da população residente (%), 2001/2011



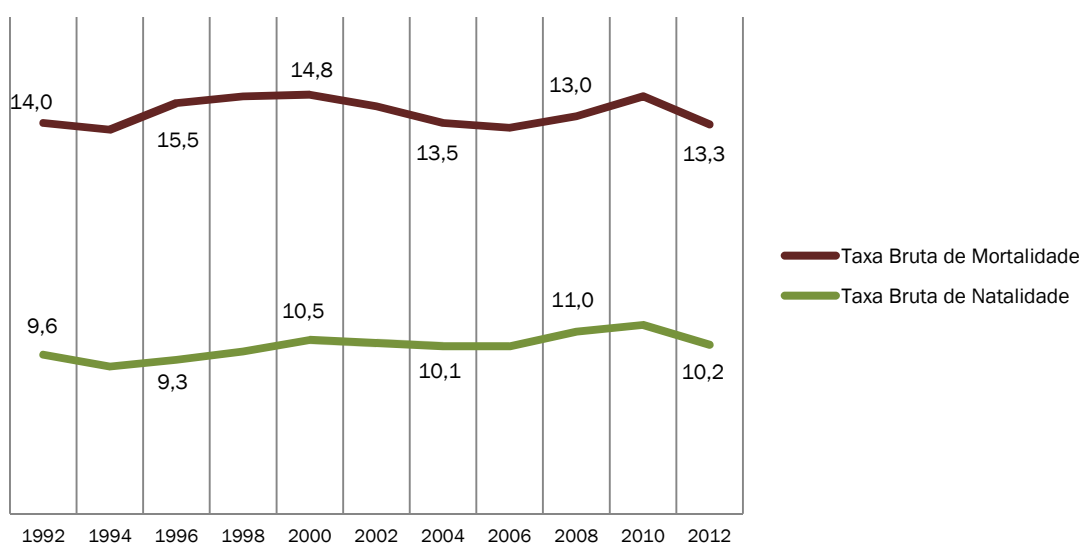
Fonte: INE (Censos), 2011

- **Freguesias da área central** – confirma-se uma inversão na dinâmica demográfica recessiva em algumas freguesias, como por exemplo: São Sebastião da Pedreira, São Jorge de Arroios e Alto do Pina;
- **Freguesias do centro histórico da Baixa** - algumas freguesias evidenciam uma inversão da tendência de perda de população, que se vinha a observar nas últimas décadas, constatando-se, em alguns casos, um crescimento – Mártires, Madalena, São Nicolau, Socorro e Santa Justa. Embora com

números absolutos pouco expressivos, podemos asseverar boas perspectivas na regeneração da Baixa Pombalina e Mouraria.

Da leitura da Figura 3.8, concluímos, de uma forma genérica, que a evolução das taxas de natalidade e de mortalidade revela, nos últimos vinte anos: *i)* uma tendência de um ligeiro crescimento da taxa de natalidade; *ii)* e um decréscimo da taxa de mortalidade.

Figura 3.8 - Evolução da Taxa de Natalidade, Mortalidade (%), Lisboa, 1992- 2012



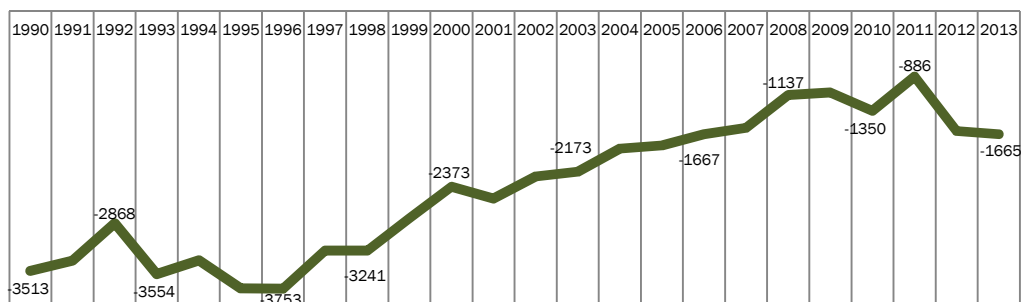
Fonte: INE (Estatísticas Demográficas), 1992 a 2012

No entanto, a taxa de natalidade, a partir do ano 2010, sofreu um ligeiro decréscimo, atingindo os 10,2% em 2012. Estes valores são muito próximos dos registados em meados dos anos 2000. Já a taxa de mortalidade assinalou um acréscimo de 2011 para 2012.

A taxa de mortalidade de 13,2 óbitos por mil habitantes é, em 2012, superior à taxa de natalidade – 10,2 nascimentos por mil habitantes, indicando-nos um saldo fisiológico negativo.

De acordo com os dados da Figura 3.9 podemos verificar que desde os anos noventa, o saldo fisiológico tem sido negativo. Contudo, a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos tem vindo a atenuar-se desde a segunda metade dos anos 90.

Figura 3.9 - Evolução do Saldo Fisiológico, Lisboa, 1990 a 2012



Fonte: INE (Estatísticas Demográficas), 1990 a 2012

Em 2001 era, ainda, acima de 1.000 óbitos a mais do que as crianças nascidas. Em 2012 essa diferença agravou-se, sendo de 1.624 nascimentos a menos.

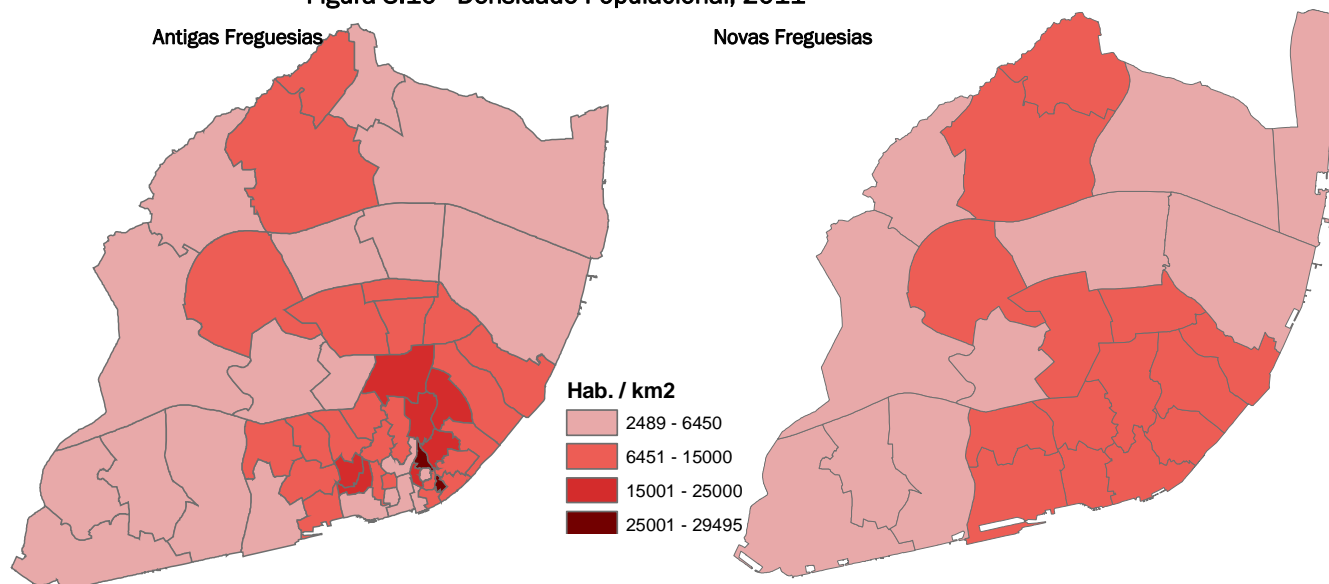
Assim, pode-se concluir que o crescimento natural da população de Lisboa tem sido negativo, remetendo-nos para a necessidade de implementar políticas de atração da população residente, nos municípios limítrofes/vizinhos do município de Lisboa (e que grande parte desta trabalha em Lisboa), como forma de inverter esta tendência de diminuição do quantitativo populacional.

3.1.4 Densidade populacional

Em 2001 o município de Lisboa, com uma área de 84,97 Km², apresentava uma densidade populacional na ordem dos 6 700 habitantes por Km², ou seja, 67 habitantes por hectare. Já em 2011 esta densidade mostrou valores inferiores – 6 446 habitantes por Km², uma vez que ocorreu um decréscimo da população e, com a reforma administrativa, a área do município aumentou.

Existem grandes diferenças, na cidade, relativamente à densidade geográfica (hab/km²). De acordo com a Figura 3.10, a maior densidade populacional situa-se na área central da cidade.

Figura 3.10 - Densidade Populacional, 2011



Fonte: INE (Censos), 2011

Os valores mais elevados ocorrem nas freguesias da *área central histórica*, sendo também as de menor dimensão, como é o caso de São Miguel – com o valor máximo de 29 495 hab/km²; do Socorro (27 638 hab/km²); dos Anjos (19 182 hab/km²); da Penha de França (18 709 hab/km²) e de São Cristóvão e S. Lourenço (17 192 hab/km²).

Aquelas que registam valores de densidades mais baixos, igualmente na *área central histórica*, são as seguintes freguesias: Madalena (3 399 hab/km²); Santa Justa (3 615 hab/km²); Mártires (3 739 hab/km²) e S. Nicolau (4 675 hab/km²). De evidenciar, e ainda neste âmbito, que as freguesias da área sudoeste da cidade, com menores densidades populacionais são: Santa Maria de Belém com 2 489 hab/km², seguida por Alcântara (3 142 hab/km²) e São Francisco Xavier (3 485 hab/km²).

Por último, devemos referir que as freguesias mais populosas, da coroa periférica, apresentam densidades populacionais baixas, uma vez que as respectivas dimensões territoriais são superiores (Lumiar, Marvila, Santa Maria dos Olivais, entre outras).

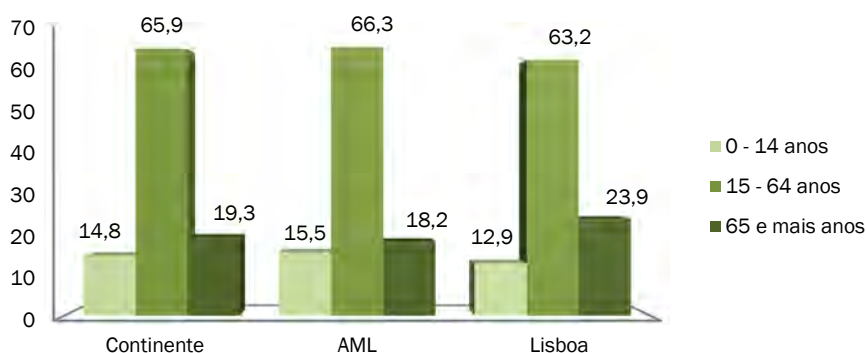
A nova reforma administrativa veio homogeneizar as densidades populacionais, não ultrapassando a densidade de 15 000 hab/km², conforme podemos observar na Figura 3.10.

3.2 Estrutura Etária

De acordo com os Censos de 2011, e como se pode observar na Figura 3.11, a AML apresenta uma estrutura etária menos envelhecida (18,2%), quando confrontada com o Continente (19,3%) e com Lisboa (23,9%).

Prosseguindo esta comparação verificámos que a capital do país apresenta um duplo envelhecimento, na base e no topo: uma menor proporção de jovens (12,9%) e uma maior proporção de idosos (23,9%).

Figura 3.11- População por Grandes Grupos de Idades (%), 2011

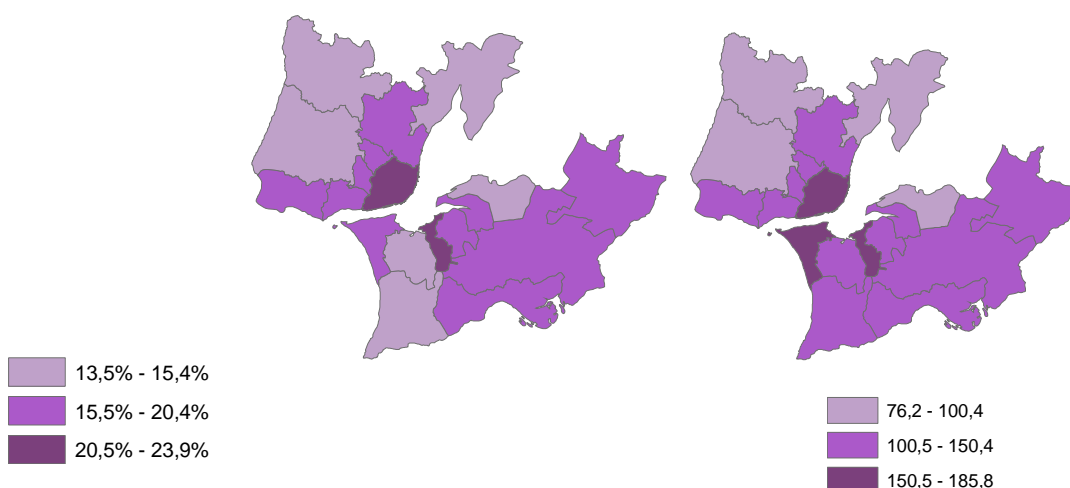


Fonte: INE (Censos), 2011

Em consonância com a Figura 3.12, a proporção de idosos, registada em Lisboa, é logo seguida pelo Barreiro e Almada.

Os municípios com menor proporção de idosos correspondem àqueles que registaram um crescimento mais recente: a norte, Sintra, Vila Franca de Xira e Mafra; a sul, Alcochete, com menos 15% de população idosa.

Figura 3.12 - População Residente com 65 e mais anos (%) e Índice de Envelhecimento, 2011



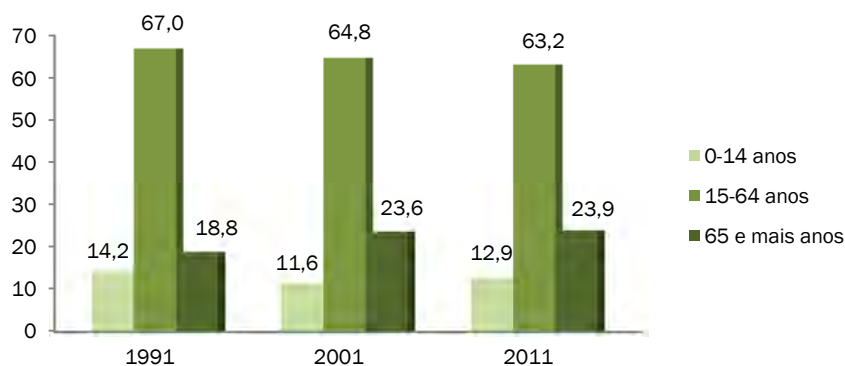
Fonte: INE (Censos), 2011

De acordo com o Índice de Envelhecimento³, Lisboa mantém-se como o município mais velho da AML – 185,8 idosos por cada 100 jovens. Em oposição, o município de Alcochete é o mais jovem – 76,2 idosos por cada 100 jovens.

Em síntese, os dados apresentados confirmam que a capital do país detém uma estrutura demográfica bastante mais envelhecida do que a AML e o País.

No município de Lisboa, a estrutura da população, entre 1991 e 2011 (Figura 3.13), acompanhou a tendência verificada no contexto demográfico do País, ou seja, o envelhecimento duplo, na base e no topo. No entanto, devemos destacar o escalão etário dos jovens que viu a sua importância crescer entre 2001 e 2011, verificando-se um certo rejuvenescimento da população da cidade: 2001 – 11,6% e 2011 – 12,9%.

Figura 3.13 - População residente por grandes grupos de idade (%), Lisboa, 1991 a 2011



Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

³ Número de pessoas idosas (65 e mais anos) por cada 100 jovens (0-14 anos)

A proporção da população, com 65 e mais anos, tem vindo, sempre, a aumentar nestes últimos vinte anos: 1991 - 18,8%; 2001 - 23,6% e 2011 - 23,9%.

Quadro 3.2 - População residente por grandes grupos de idades e indicadores resumo, Lisboa, 1991 a 2011

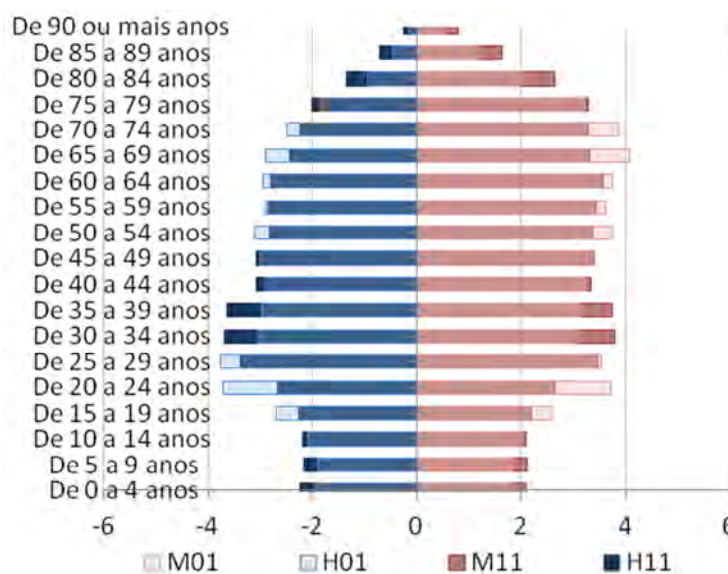
CICLOS DE VIDA	1991	2001	2011
	N.º	N.º	N.º
Total	663.394	564.657	547.733
0-14 anos	94.306	65.548	70.494
15-64 anos	444.523	365.805	646.279
65 e mais anos	124.565	133.304	130.960
Índice de Dependência	49,2	54,4	58,2
Índice de Dependência Jovens	21,2	17,9	20,4
Índice de Dependência Idosos	28,0	36,4	37,8
Índice de Envelhecimento	132,1	203,4	185,8

Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

Entretanto, e numa análise mais apurada dos dados que constam do Quadro 3.2, existem dois factos que importa destacar: *i*) o número de idosos, em valores absolutos, diminuiu, ligeiramente, de 2001 para 2011 (2001 - 133 304; 2011 - 130 960 indivíduos); e *ii*) a inversão da tendência de decréscimo do grupo dos jovens, que ocorria desde os anos oitenta (2001 - 65 548; 2011 - 70 494 indivíduos).

Embora o processo de envelhecimento seja inevitável, devido ao peso muito elevado dos idosos, verifica-se uma tendência para uma certa estabilização populacional, e para um envelhecimento mais suave, manifestado pelo ligeiro rejuvenescimento da base da pirâmide etária (Figura 3.14).

Figura 3.14 - População residente por idades e sexo (%), Lisboa, 2001 e 2011



Fonte: INE (Censos), 2001 e 2011

A pirâmide etária, que representa a população residente em 2001 e 2011, apresenta-se em forma de “urna”. Esta configuração é característica dos países desenvolvidos: reflete uma diminuição da natalidade

e um aumento da esperança média de vida. Na pirâmide etária de Lisboa é notório o decréscimo da percentagem de jovens⁴ e o aumento significativo dos idosos.

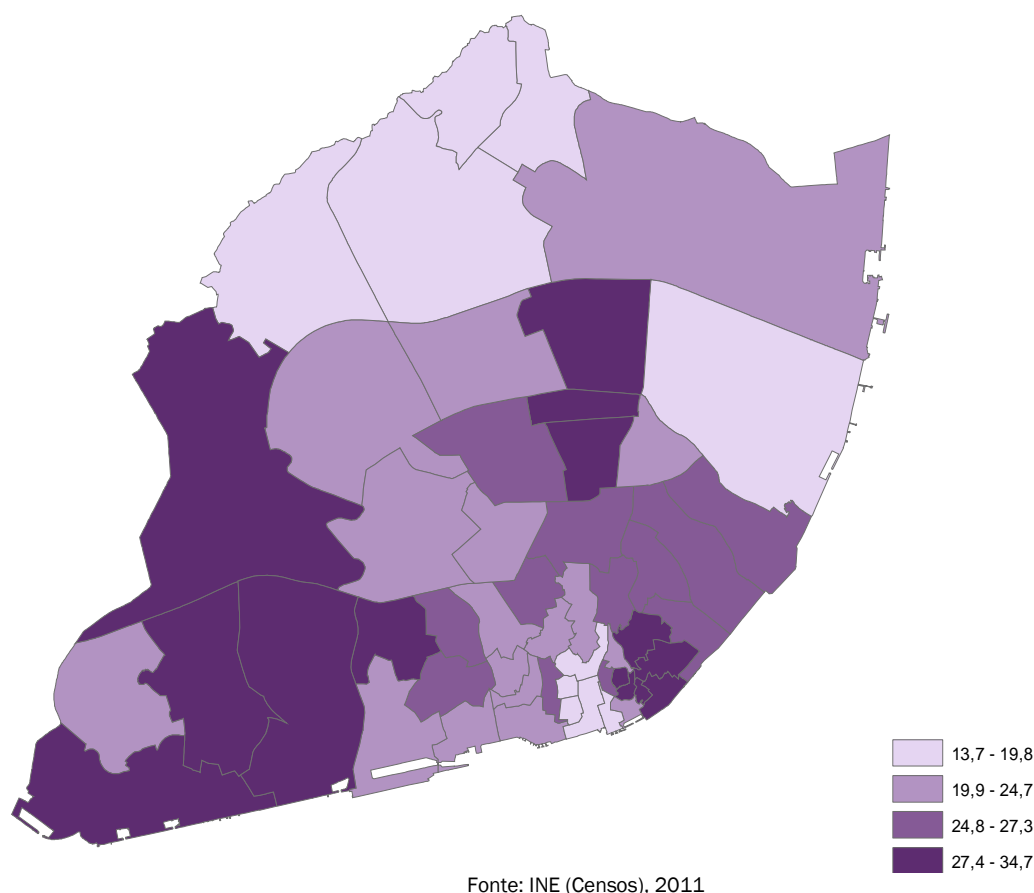
O acentuar do estreitamento, na base da pirâmide, verifica-se até às classes etárias dos 25 anos (aproximadamente), altura em que a situação se inverte, ou seja, verifica-se a partir daqui um aumento de efetivos até às classes etárias mais elevadas.

É também evidente uma desigualdade dos valores do género masculino e feminino – nascem mais indivíduos do género masculino (105 rapazes para 100 raparigas); a partir dos 45 anos, a situação inverte-se (em média os homens morrem mais cedo do que as mulheres). O topo da pirâmide indica-nos que, na última década, a proporção de idosos continuou a aumentar.

Territorialmente, a distribuição dos jovens e idosos, na cidade, apresenta características diferentes, verificando-se que a maior concentração de idosos situa-se na área mais antiga da cidade, como por exemplo em Santiago, Castelo, Santo Estêvão, São Vicente de Fora e Graça (Figura 3.15).

Destaca-se que existe uma forte tendência para o envelhecimento (acima dos 27%) em territórios da cidade, como Benfica, Alcântara, Santa Maria de Belém, Ajuda, Alcântara, Santo Condestável, entre outras.

Figura 3.15 - População residente com 65 e mais anos de idade (%), 2011



⁴ Regista-se, em 2011, um ligeiro reforço dos escalões da base da pirâmide.

É de realçar, igualmente, o envelhecimento de algumas freguesias da coroa periférica – Lumiar e Carnide. As freguesias com maior proporção de idosos, acima dos 30%, continuam a ser as freguesias de Alvalade, São João de Deus e São João de Brito.

A nordeste, Ameixoeira e Charneca são as que detêm as menores proporções de idosos, verificando-se que esta última freguesia é a mais jovem do município, com 71 idosos por cada 100 jovens.

Devemos evidenciar o rejuvenescimento do centro histórico, particularmente nas freguesias de São Nicolau, Mártires, Madalena, Santa Justa e Socorro, facto que pode estar correlacionado com as políticas de reabilitação urbana implementadas na última década.

3.3 Estrutura Familiar

Na cidade de Lisboa, a evolução do número de famílias, ocorrida ao longo dos últimos trinta anos (Figura 3.16), acompanha a dinâmica demográfica verificada no Continente e na AML, que é a de uma clara tendência de decréscimo (Quadro 3.3). No entanto, o município de Lisboa é o que apresenta a menor dimensão média da família clássica – 2,2 pessoas por família.

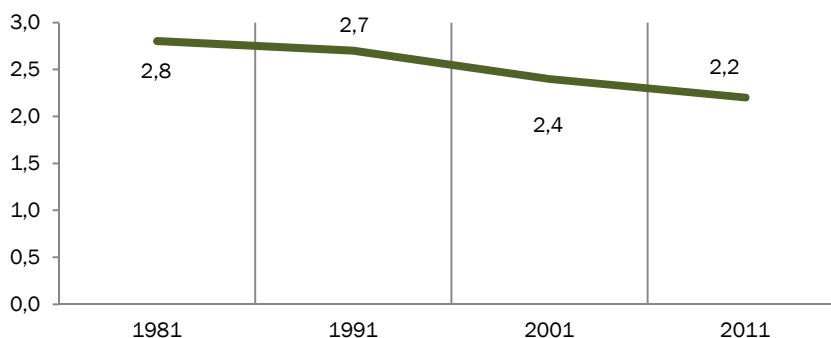
Quadro 3.3 - Evolução da dimensão média da família e do rácio residentes/alojamentos, 2001 e 2011

	Dimensão média da Família Clássica		Rácio residentes/total alojamentos		Rácio residentes/total alojamentos ocupados	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Continente	2,8	2,6	2,0	1,8	2,3	2,0
AML	2,6	2,4	2,1	1,9	2,3	2,2
Lisboa	2,4	2,2	1,9	1,7	2,2	2,0

Fonte: INE (Censos), 2001 e 2011

Os dados da Figura 3.16 comprovam que a cidade assistiu a uma diminuição, gradual, da dimensão média familiar, que passou de 2,8 pessoas por família, em 1981, para 2,2 em 2011.

Figura 3.16 - Dimensão média da família clássica, Lisboa, 1981 a 2011



Fonte: INE (Censos), 1981, 1991, 2001 e 2011

Está comprovado, em estudos demográficos, que à medida que diminui o número de elementos nas famílias, aumenta o número de pessoas “a viverem sós”. Esta situação não se pode dissociar, no caso da cidade de Lisboa, da proporção de população idosa, entre a qual existirá a situação de viuvez. Também pode ser reveladora de modos de vida mais urbanos, como é o caso do celibato desejado, do divórcio ou de novas formas de conjugalidade que não passam por partilhar o mesmo espaço.

Lisboa, em 2011, destaca-se como o território que apresenta a proporção mais elevada de famílias constituídas por uma única pessoa – 35% (Quadro 3.4).

Aliás, nos últimos vinte anos (Quadro 3.4), a proporção de famílias constituídas por uma única pessoa registou uma subida vertiginosa, de cerca de 11%: passando de 23,9%, em 1991, para 35% (85 244 famílias), em 2011; o que justifica uma certa estabilização do número de famílias presentes na cidade.

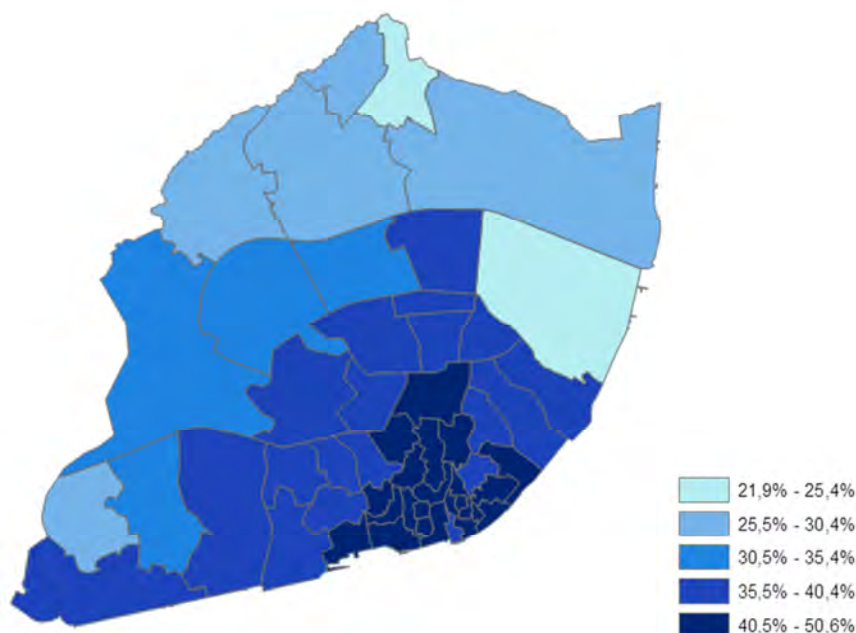
Quadro 3.4 - Famílias clássicas e unipessoais (Nº e %), 1991 a 2011

	1991			2001			2011		
	Total famílias clássicas	Com uma pessoa	Famílias unipessoais (%)	Total Famílias clássicas	Com uma pessoa	Famílias unipessoais (%)	Total Famílias clássicas	Com uma pessoa	Famílias unipessoais (%)
Continente	3.017.972	421.423	13,96	3.505.292	611.627	17,45	3.869.188	834.680	21,57
AML	861.855	136.635	15,85	1.005.671	209.899	20,87	1.147.775	293.220	25,55
Lisboa	245.070	58.490	23,87	234.451	71.622	30,55	243.892	85.244	34,95

Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

É no centro da cidade, na *área histórica* e territórios adjacentes, que existe uma maior proporção de famílias unipessoais, superior à média da cidade (35%), onde algumas freguesias chegam a ter cerca de 50% do total de famílias clássicas residentes constituídas por uma única pessoa (Figura 3.17).

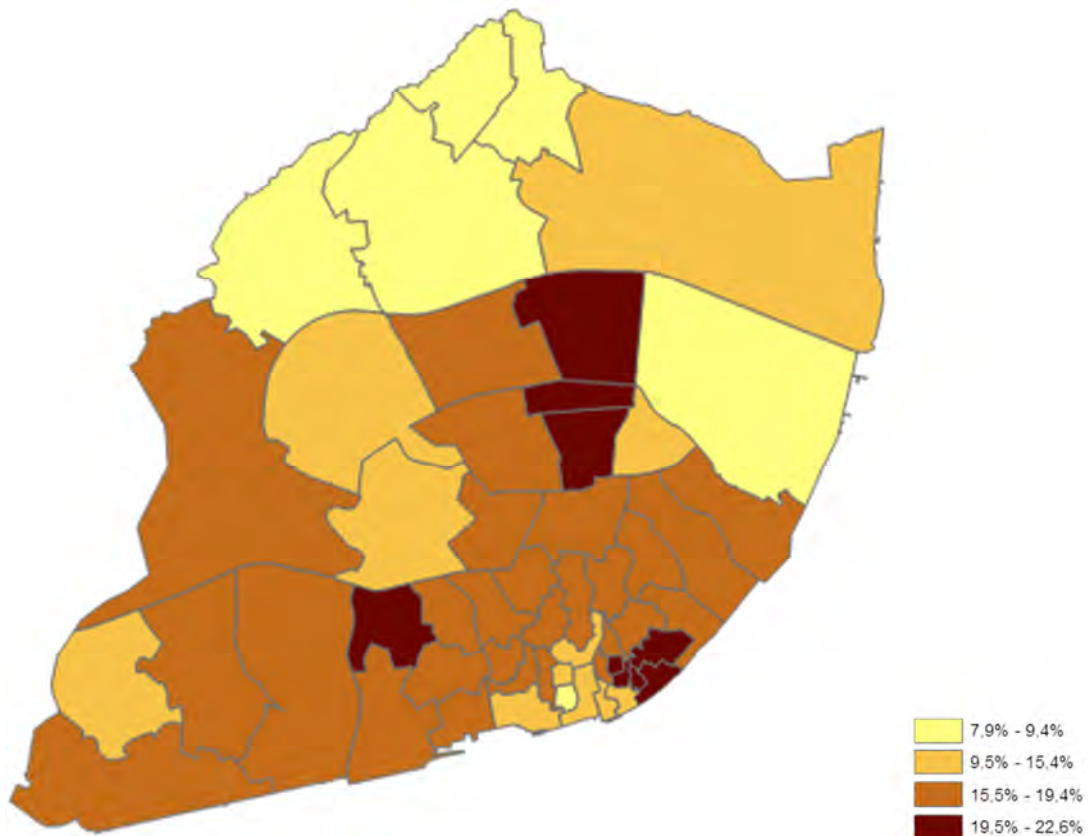
Figura 3.17 - Famílias clássicas unipessoais (%), Lisboa, 2011



Fonte: INE (Censos), 2011

Devemos salientar, ainda, que existe uma elevada proporção de famílias unipessoais constituídas por idosos (65 e mais anos).

Figura 3.18 - Famílias Clássicas Unipessoais Constituídas por pessoas com 65 e mais anos (%), 2011

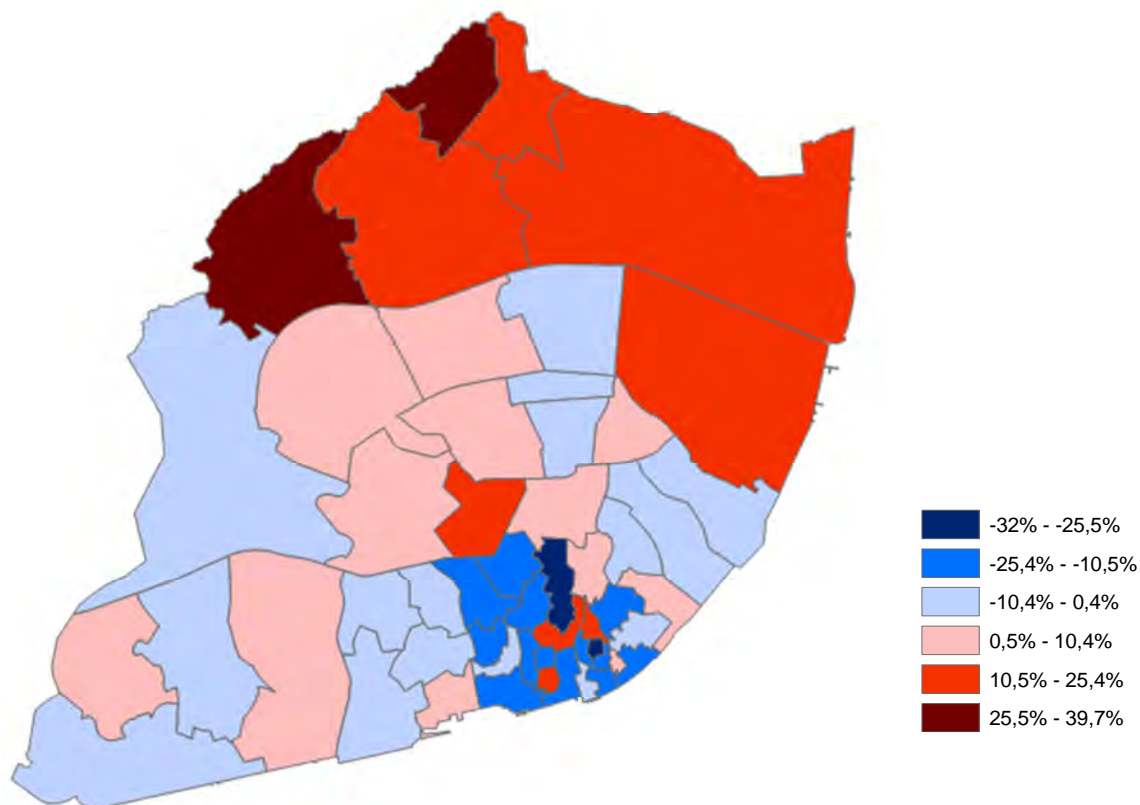


Fonte: INE (Censos), 2011

Em termos de distribuição espacial verifica-se que a maior proporção de famílias unipessoais, constituídas por idosos, em 2011 (Figura 3.18), ocorrem nas freguesias do *centro*, assumindo os valores mais elevados as freguesias de: Alvalade, São João de Brito, Santo Condestável, São João de Deus; e aquelas que constituem a denominada “*Colina do Castelo*”.

No período compreendido entre 2001 e 2011, as freguesias a norte e nordeste de Lisboa registaram um crescimento significativo do número de famílias clássicas. Foi o caso de Carnide e Ameixoeira que assinalaram uma variação superior a 25% (Figura 3.19).

Figura 3.19 - Variação das Famílias Clássicas (%), 2001/2011



Fonte: INE (Censos), 2001 e 2011

Nesta década registaram-se novas dinâmicas demográficas nas freguesias de Santiago, Santa Justa, São Miguel, Santa Engrácia e, a ocidente, Alcântara e São Francisco Xavier.

3.4 Nível de Escolaridade

O problema do Analfabetismo, na AML, está longe de ser “*eliminado*”, embora comparando os valores, no período censitário entre 2001 e 2011, verificámos que ocorreu uma redução significativa das taxas: em alguns municípios a diminuição rondou os 50%, ou mais (Quadro 3.5).

Quadro 3.5 – Taxa de analfabetismo 2001/2011 (%)

	2001	2011
AML	5,70	3,23
Grande Lisboa	5,30	3,00
Cascais	4,50	2,45
Lisboa	6,00	3,23
Loures	5,90	3,63
Mafra	8,40	3,55
Oeiras	3,70	2,22
Sintra	4,20	2,53
Vila Franca de Xira	5,40	3,13
Amadora	5,50	3,68
Odivelas	5,10	2,86
Península de Setúbal	7,00	3,85
Alcochete	10,10	3,93
Almada	6,10	3,27
Barreiro	5,80	3,57
Moita	7,90	4,40
Montijo	11,40	5,25
Palmela	10,80	5,77
Seixal	4,80	2,93
Sesimbra	7,80	3,68
Setúbal	7,60	4,26

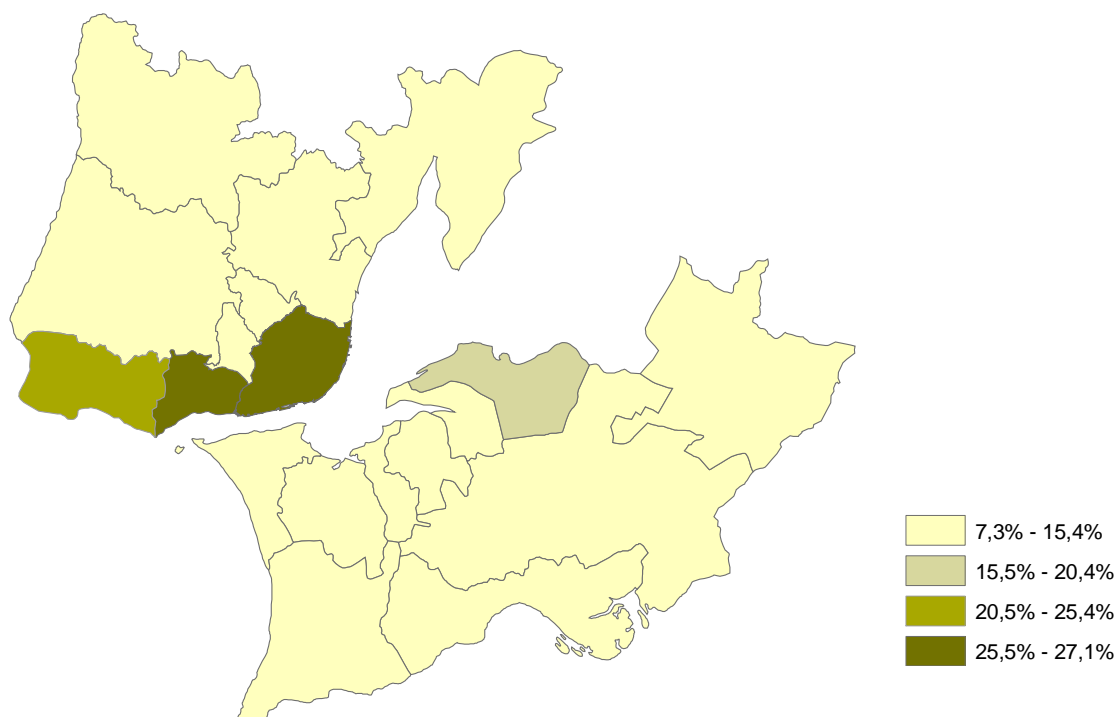
Fonte: INE (Censos), 2001 e 2011

O valor da Taxa de Analfabetismo na Península de Setúbal, em 2011, é superior ao da AML e Grande Lisboa (3,85%, 3,23% e 3,00%, respetivamente). Este indicador assume um maior destaque nas áreas mais rurais da AML, nomeadamente nos municípios de Palmela (5,77%), Montijo (5,25%) e Moita (4,40%).

Lisboa destacou-se por uma notável redução desta taxa, que era, em 2001, 6%, superior à da região (5,30%) e passou para quase metade (3,23%), em 2011.

Em termos da estrutura da população, por nível de escolaridade, o município de Lisboa, logo seguido por Oeiras, possuem o carácter mais qualificado (ensino superior completo) da área metropolitana (Figura 3.20): Lisboa apresentava uma proporção de 27,1% da população residente, e Oeiras – 25,5%.

Figura 3.20- População Residente com Ensino Superior Completo (%), AML, 2011



Fonte: INE (Censos), 2011

Na última década, a proporção de população com o ensino superior completo, em Lisboa, aumentou, significativamente, passando de 17,2% (2001) para 27,1% em 2011 (Quadro 3.6). Ainda de acordo com a leitura do Quadro 3.6, podemos afirmar que a proporção de mulheres aumentou (9,1% - 2001; 15,0% - 2011) mais do que os homens (8,11% - 2001; 12,1% - 2011), neste período.

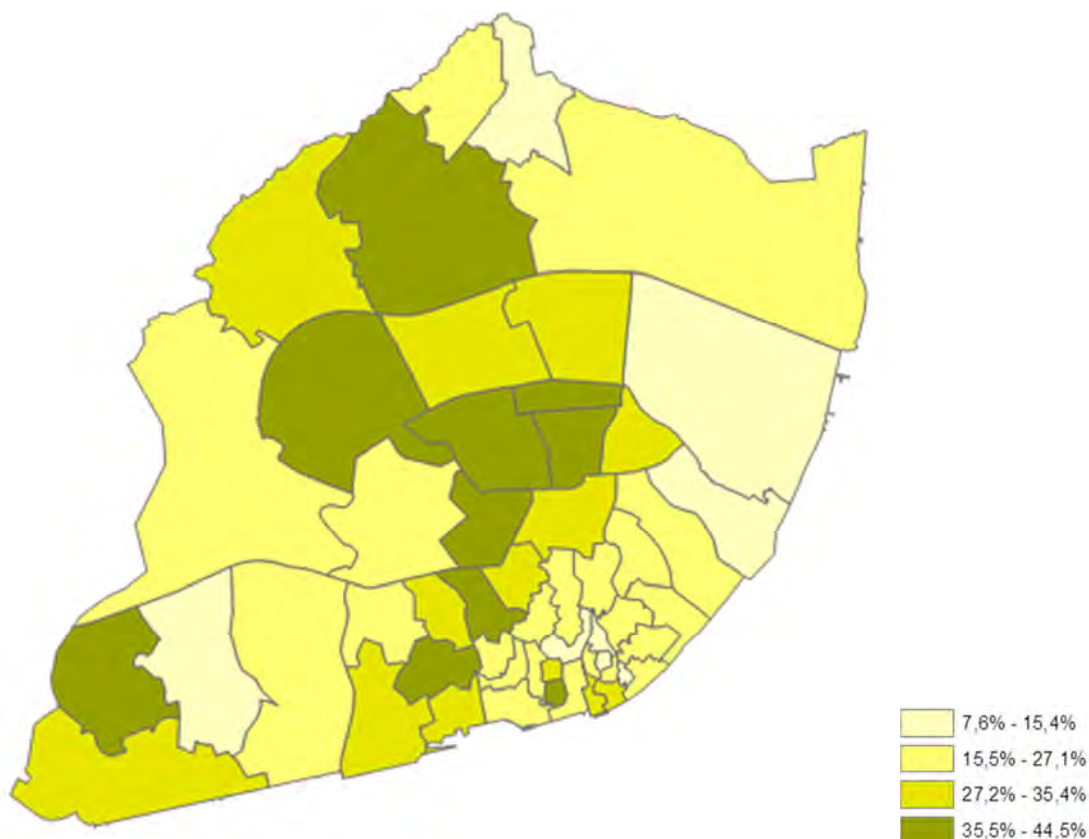
Quadro 3.6- População residente com ensino superior completo (Nº e %), Lisboa, 2001 e 2011

	População residente		População residente com ensino superior				
	HM	Total	%	H	%	M	%
2001	564.657	97.022	17,2	45.818	8,11	51.204	9,1
2011	547.733.	148.413	27,1	66.094	12,1	82.319	15

Fonte: INE (Censos), 2001 e 2011

O acréscimo acentuado, em Lisboa, da população com qualificações escolares elevadas, pode indicar-nos que estamos na presença de uma recomposição do tecido social da cidade. A sua concentração geográfica (Figura 3.21) verifica-se: a ocidente – São Francisco Xavier; a norte – Lumiar e, no eixo central – Lapa, São Mamede, Nossa Senhora de Fátima, São João de Deus, São Domingos de Benfica e Alvalade.

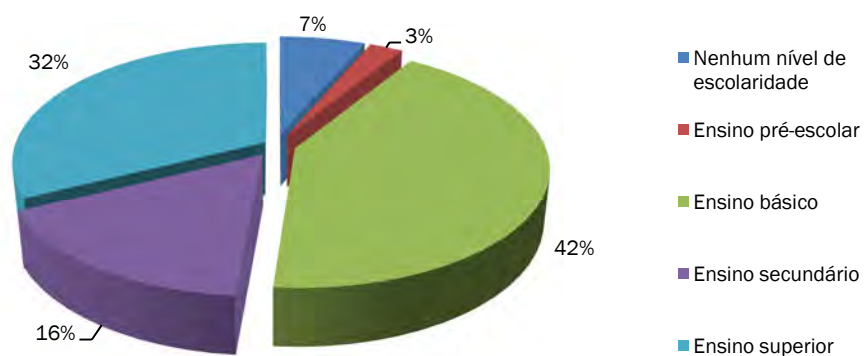
Figura 3.21 - População residente com ensino superior completo (%); 2011



Fonte: INE (Censos), 2011

Na cidade de Lisboa existe uma outra realidade em termos do *nível de escolaridade* (Figura 3.22): a percentagem significativa da população detentora do “*ensino básico*” - 42% e a que não possui “*nenhum nível de escolaridade*” (7%).

Figura 3.22- População residente segundo o nível de escolaridade completo (%), Lisboa, 2011



Fonte: INE (Censos), 2011

3.5 População Estrangeira Residente

Aquando da realização dos Censos 2011, a população residente de nacionalidade estrangeira, na AML, representava 6,68%, do total da população residente, cerca do dobro do país – 3,41%. No município de Lisboa, a proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, 5,81%, é igualmente superior à registada a nível nacional (Quadro 3.7).

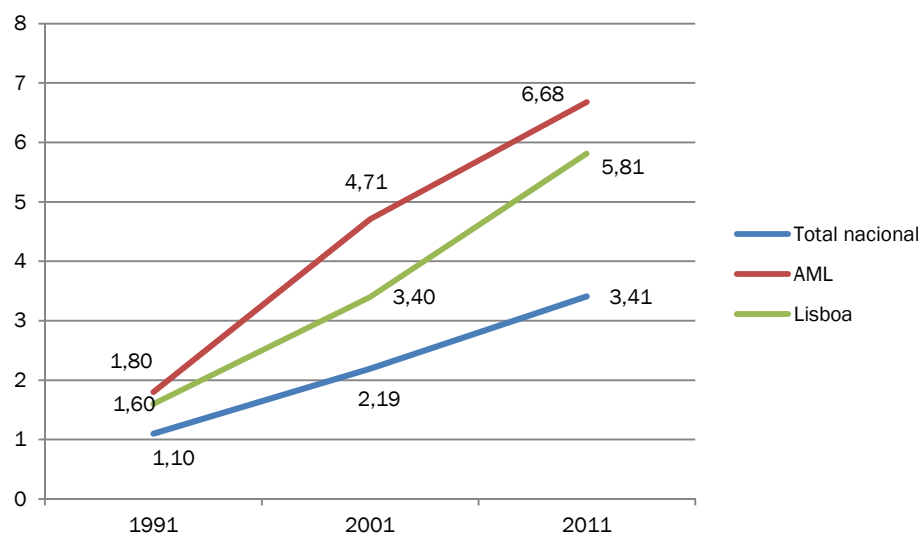
Quadro 3.7 – Percentagem da população residente de nacionalidade estrangeira, no país, AML e município de Lisboa, 2001 e 2011

		2001	2011
Total nacional	População residente total (N)	10 356 117	10 562 178
	População residente de nacionalidade estrangeira (N)	226 715	359 969
	Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%)	2,19	3,41
AML	População residente total (N)	2 661 850	2 821 876
	População residente de nacionalidade estrangeira (N)	125 446	188 391
	Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%)	4,71	6,68
Lisboa	População residente total (N)	564 657	547 733
	População residente de nacionalidade estrangeira (N)	19 198	31 833
	Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%)	3,40	5,81

Fonte: INE (Censos), 2001 e 2011

Estas tendências – de quase “*duplicação*” da proporção da população residente de nacionalidade estrangeira – vinham a ser manifestadas desde 1991 até 2011 (Figura 3.23), em Lisboa, AML e a nível nacional. A população estrangeira residente, na AML, localiza-se preferencialmente a norte do Tejo. O município da Amadora, com 10,8%, é aquele que demonstra a maior percentagem de comunidades estrangeiras na população residente, logo seguido de Sintra, com 9,3% e Cascais, com 9,0%.

Figura 3.23- Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%), 1991, 2001 e 2011



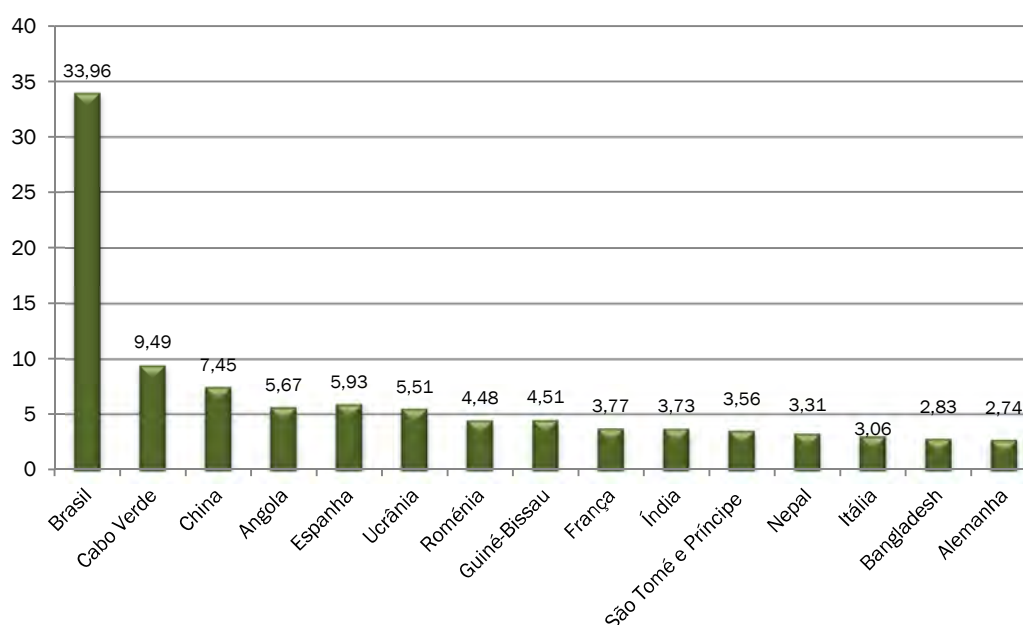
Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

Palmela e Barreiro fazem parte dos municípios com menor percentagem de estrangeiros: 3,5% e 4,4%, respetivamente.

Na última década, todos os municípios da AML observaram um crescimento da população estrangeira, relativamente ao total da população residente. Os municípios do Montijo e Amadora foram aqueles que mais se destacaram, com os maiores crescimentos registados.

As principais comunidades estrangeiras presentes na cidade de Lisboa, nos Censos de 2011, eram a brasileira (33,96%), a cabo-verdiana (9,49%), a chinesa (7,45%), a angolana (5,67%) e a espanhola - 5,93% (Figura 3.24).

Figura 3.24 - População residente estrangeira de nacionalidade não portuguesa (%), Lisboa, 2011

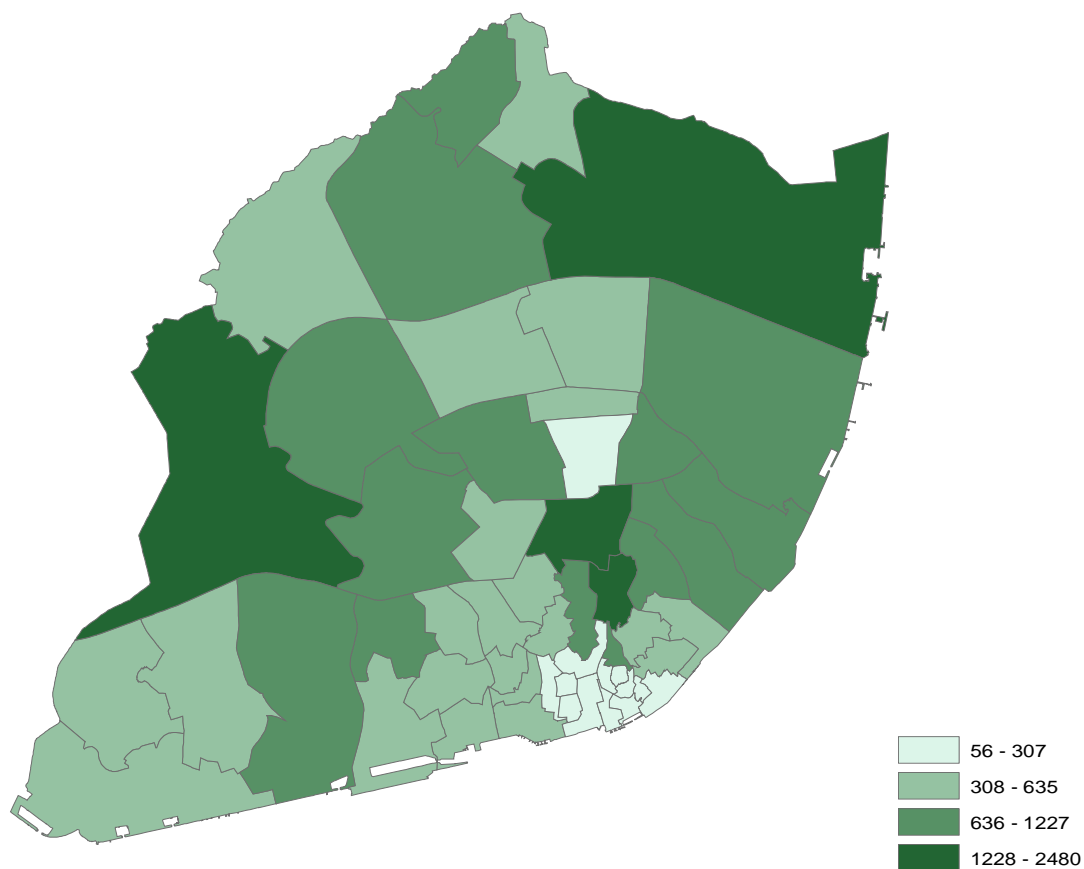


Fonte: INE (Censos), 2011

De acordo com o Diagnóstico do *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa - PIMIIL* (2015), a distribuição geográfica dos estrangeiros na cidade regista variações em função dos grupos nacionais em análise - por exemplo, a população brasileira parece apresentar maiores níveis de dispersão geográfica do que as populações dos PALOPs, da China e da Índia. As áreas com maior presença de imigrantes correspondem ao *centro histórico* e a sua envolvente, com maior destaque para o prolongamento oriental ao longo do eixo Rua da Palma - Av. Almirante Reis e, também, à freguesia de Ameixoeira-Charneca.

Da observação da Figura 3.25 podemos atestar que a maior concentração do número de população estrangeira localiza-se nas freguesias dos Anjos, Benfica, Santa Maria dos Olivais e São Jorge de Arroios.

Figura 3.25 - População residente estrangeira (N.º), Lisboa, 2011



Fonte: INE (Censos), 2011

Ainda de acordo com o PIMIIL, os cidadãos dos PALOPs estão mais presentes na coroa interna periférica de Lisboa, com destaque para as freguesias da Ameixoeira-Charneca, Carnide e Marvila. Registam-se, também, *sobre-representações* nalguns territórios da envolvente centro, como São Paulo e Socorro. Os cidadãos brasileiros, mais dispersos, constituem a maioria dos estrangeiros das freguesias de Benfica e São Domingos de Benfica, mas aparecem, igualmente, *sobre-representados* em Arroios-Anjos. Os asiáticos, como por exemplo os chineses, aparecem mais concentrados nas áreas adjacentes do Martim Moniz e Av. Almirante Reis.

4. AMBIENTE

4.1 Estrutura Verde

4.1.1 Estrutura ecológica municipal

O Plano de Ordenamento Territorial da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML) estabelece uma rede ecológica hierarquizada onde o conceito de “corredores ecológicos” constitui a base de um *continuum naturale* entre áreas vitais.

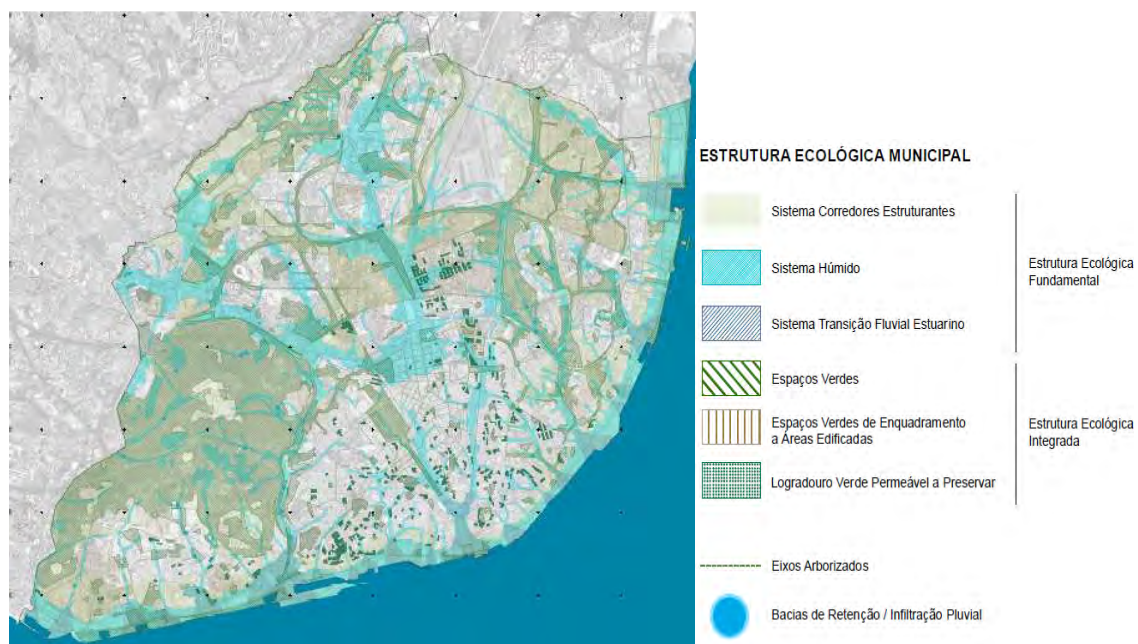
A Estrutura Ecológica Municipal (EEM), desenvolvida com base no Plano Verde de Lisboa, propõe a concretização de corredores que ligam os grandes espaços verdes na área do município, formando uma estrutura que se articula através de redes de mobilidade suave e da requalificação de espaços verdes e espaços públicos.

São eles o Corredor Verde de Monsanto, Arco Ribeirinho, Arco Periférico, Arco Interior, Corredor Verde Oriental, Corredor do Vale de Alcântara, Corredor da Alta de Lisboa, Corredor de Telheiras.

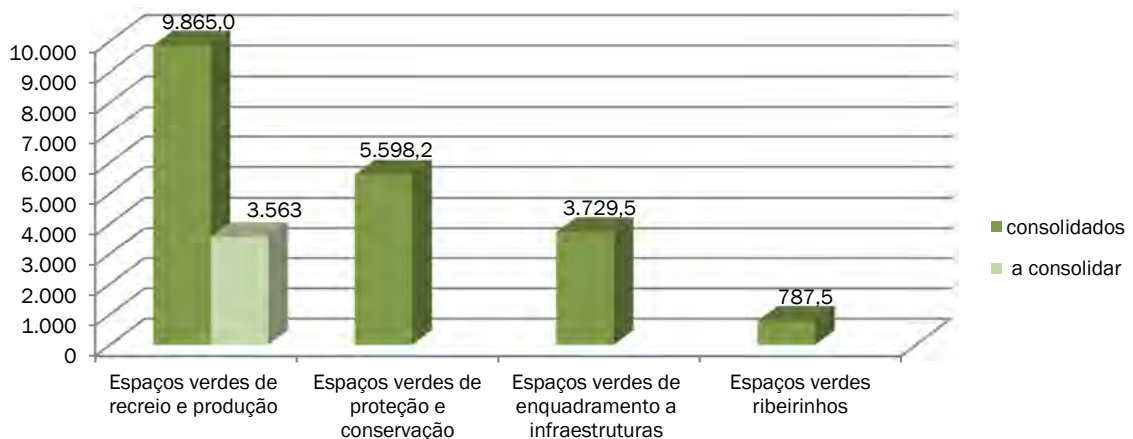
A EEM desdobra-se na Estrutura Ecológica Fundamental (Sistema Húmido, Sistema de Transição Fluvial Estuarino e Sistema de Corredores Estruturantes e na Estrutura Ecológica Integrada (Espaços verdes, Eixos arborizados, Espaços verdes de enquadramento a áreas edificadas e Logradouros verdes permeáveis a preservar).

Estas estruturas concretizam-se através da execução dos espaços verdes previstos e respetivas ligações, bem como da requalificação dos espaços existentes, designados no PDM através da categoria Espaços Verdes, delimitada na Planta de Ordenamento - Qualificação do Espaço Urbano.

Figura 4.1.1 – Estrutura Ecológica do PDM, 2012



Fonte: CML (PDM) 2012

Figura 4.1.2 – PDM, espaços verdes consolidados e a consolidar (milhares de m²)

Fonte: CML (PDM) 2012

Segundo a Planta de qualificação do PDM, em 2012, a área total qualificada como Espaços Verdes Consolidados é de 19.980.122 m² e a área de Espaços Verdes a Consolidar é de 3.563.088 m². Os espaços verdes com área inferior a 1.000 m² não estão contabilizados por não serem representados em planta, de acordo com os critérios adotados no PDM.

Considerando uma população de 552.700 habitantes, a área de Espaços Verdes Consolidados delimitada no PDM em 2012 (19.980.122 m²) corresponde uma capitação para a cidade de Lisboa de 36,15m²/habitante, valor que se aproxima dos padrões referenciados pela DGT¹ de 40m²/habitante.

Se considerarmos apenas os espaços destinados à utilização pelos cidadãos² (Espaços Verdes de Recreio e Produção, Espaços Verdes de Proteção e Conservação e Espaços Verdes Ribeirinhos), desconsiderando os Espaços Verdes de Enquadramento a Infraestruturas, obtemos uma capitação de 29,40m²/habitante no PDM.

¹ Atual DGR, anterior DGOT (SEALOT-MPAT-DSNO), Publicação Espaços Verdes Urbanos, MPAT/DGOT, 1992

² Segundo o Decreto Regulamentar 9/2009 de 29 de maio, que estabelece os conceitos técnicos no domínio do ordenamento do território e do urbanismo, “os espaços verdes de utilização coletiva são as áreas de solo enquadradas na estrutura ecológica municipal ou urbana que, além das funções de proteção e valorização ambiental e paisagística, se destinam à utilização pelos cidadãos em atividades de estadia, recreio e lazer ao ar livre.”

4.1.2 Espaços verdes

De acordo com a dimensão e raio de influência, classificam-se os espaços verdes de acordo com o Quadro 4.1.1. Esta classificação relaciona a tipologia, dimensão e irradiação com a aptidão recreativa dos espaços verdes, capacidade de infraestruturização desportiva, ambiental, cultural e paisagística.

As dimensões médias de irradiação foram avaliadas de acordo com estudos anteriores da C.M.L. e os quadros de referência da DGT (nota 2), e têm em conta o modo de acesso.

Quadro 4.1.1 – Classificação dos espaços verdes segundo a dimensão e raio de influência

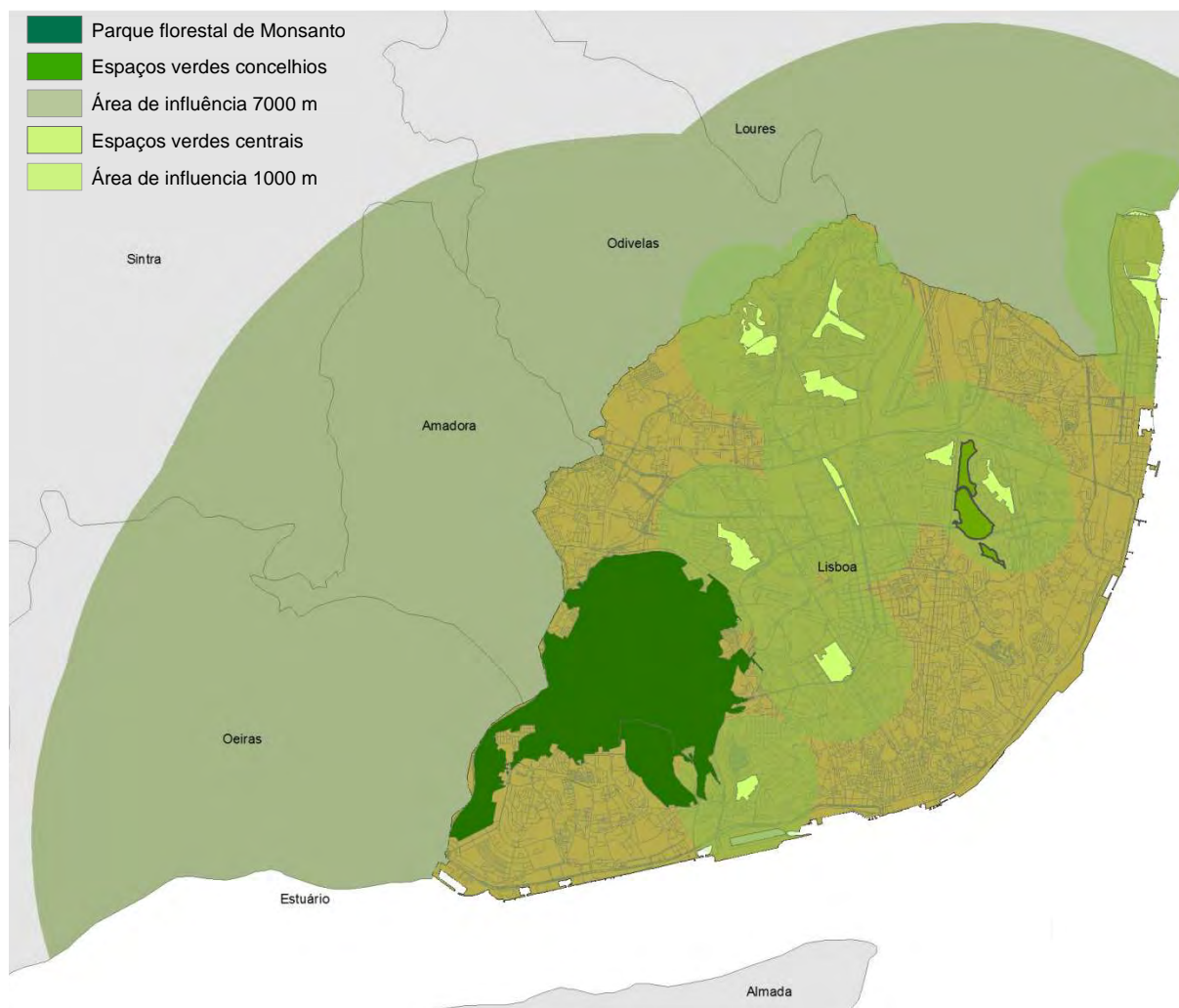
Tipologia	Dimensão (ha)	Raio de influência (m)
Parque Florestal de Monsanto Parque de grandes dimensões, sujeito a regime florestal	1000 (aprox.)	7.000
Espaços Verdes Concelhios Parques de grandes dimensões	>50	7.000
Espaços Verdes Centrais Parques e jardins de dimensões significativas	10-50	1.000
Espaços Verdes Locais Jardins (e Jardins Patrimoniais)	2-10	500
Espaços Verdes de Proximidade Jardins (e Jardins Patrimoniais).	<2	300
Espaços Verdes de Enquadramento a áreas edificadas Espaços verdes de uso público	Variável	-
Espaços Verde de Enquadramento a infraestruturas Espaços de enquadramento paisagístico a infraestruturas	Variável	-

Fonte: CML (DMAU)

4.1.2.1 População servida por espaços verdes em Lisboa

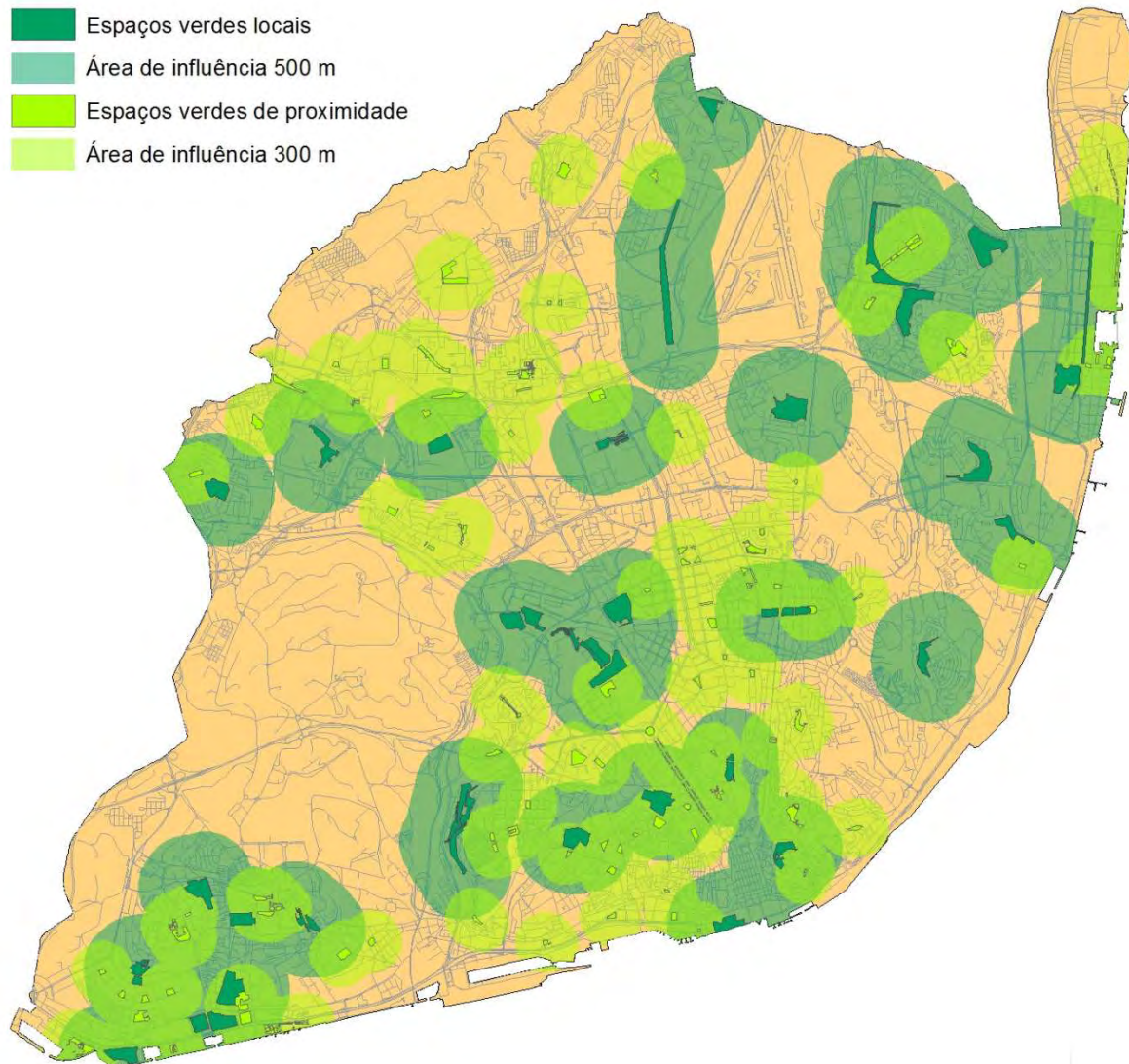
Para obtermos os dados relativos à população servida por espaços verdes de várias tipologias, analisaram-se os dados relativos à densidade populacional de Lisboa (dados de 2011), os espaços verdes existentes e respetivos raios de influência (Quadro 4.1.1).

Figura 4.1.3-a) – Área de influência dos espaços verdes existentes (Parque Florestal de Monsanto, Espaços Verdes Concelhios, Espaços Verdes Centrais)



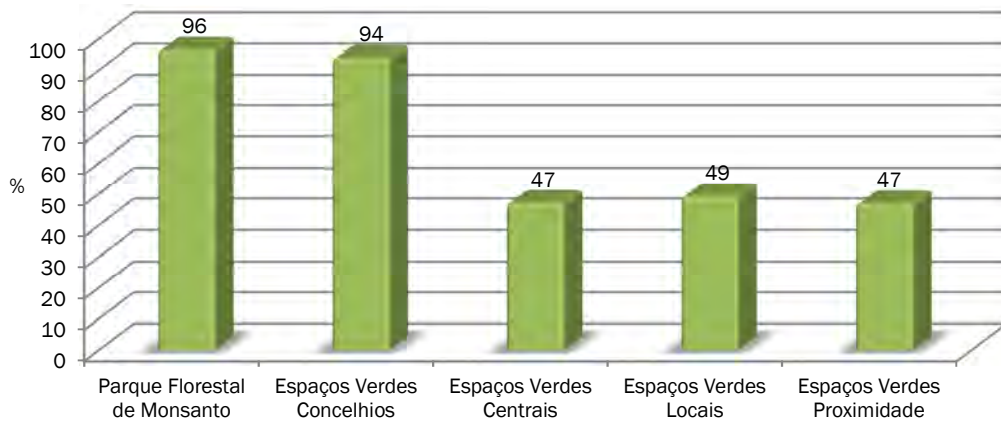
Fonte: CML (DMAU), 2014

Figura 4.1.3-b) – Área de influência dos espaços verdes existentes (Espaços Verdes Locais e Espaços Verdes de Proximidade)



Fonte: CML (DMAU), 2014

Figura 4.1.4 - População servida por espaços verdes por tipologia de espaço (%)



Fonte: Fonte: CML (DMAU), 2014

De acordo com a dimensão e raio de influência dos espaços verdes de Lisboa, pode-se concluir que a população está bem servida de parques de grandes dimensões como o Parque Florestal de Monsanto (96%) e o Parque da Belavista (94%).

Nos espaços de proximidade (menores dimensões e menor área de influência) como por exemplo o Jardim do Príncipe Real ou o Jardim da Parada, temos 47% de população servida, que se deve, principalmente, ao facto destes espaços se situarem, maioritariamente, na zona central onde as malhas são apertadas e a topografia mais acidentada.

Não sendo possível instalar espaços verdes na malha consolidada, os espaços públicos podem desempenhar um importante papel, particularmente se revestidos com vegetação.

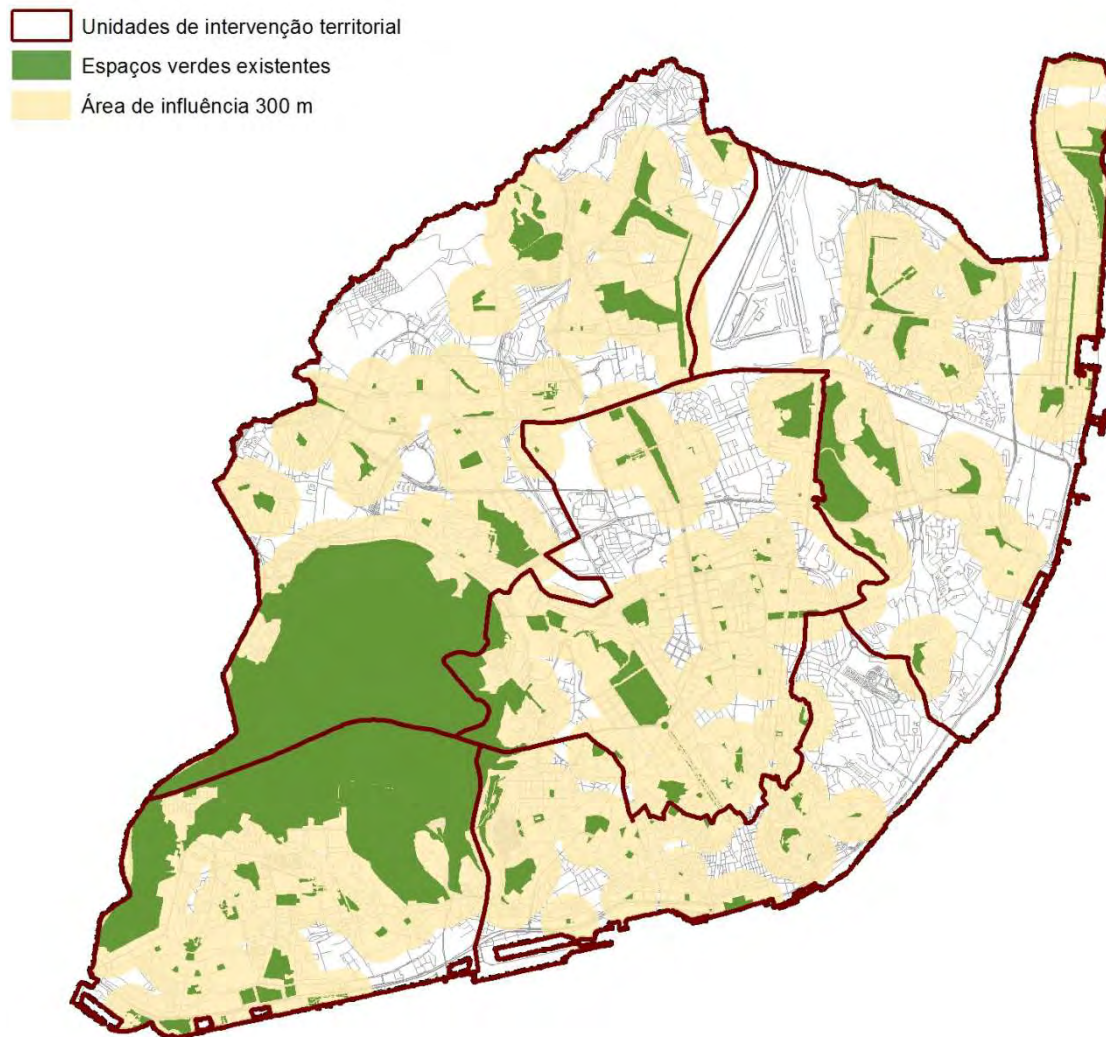
Constata-se que a cobertura de espaços verdes dos tipos em referência é menor na zona noroeste e sudeste da cidade. Para colmatar esta diferença, o PDM prevê a construção do Corredor Oriental e do Corredor Periférico.

4.1.2.2 População que reside até 300m de espaços verdes

Analisaram-se os dados relativos à percentagem de cidadãos que vivem até 300 metros de espaços verdes³. Esta proporção fez-se segundo as áreas das 5 Unidades de Intervenção Territorial do município, assentes num conceito de gestão de proximidade.

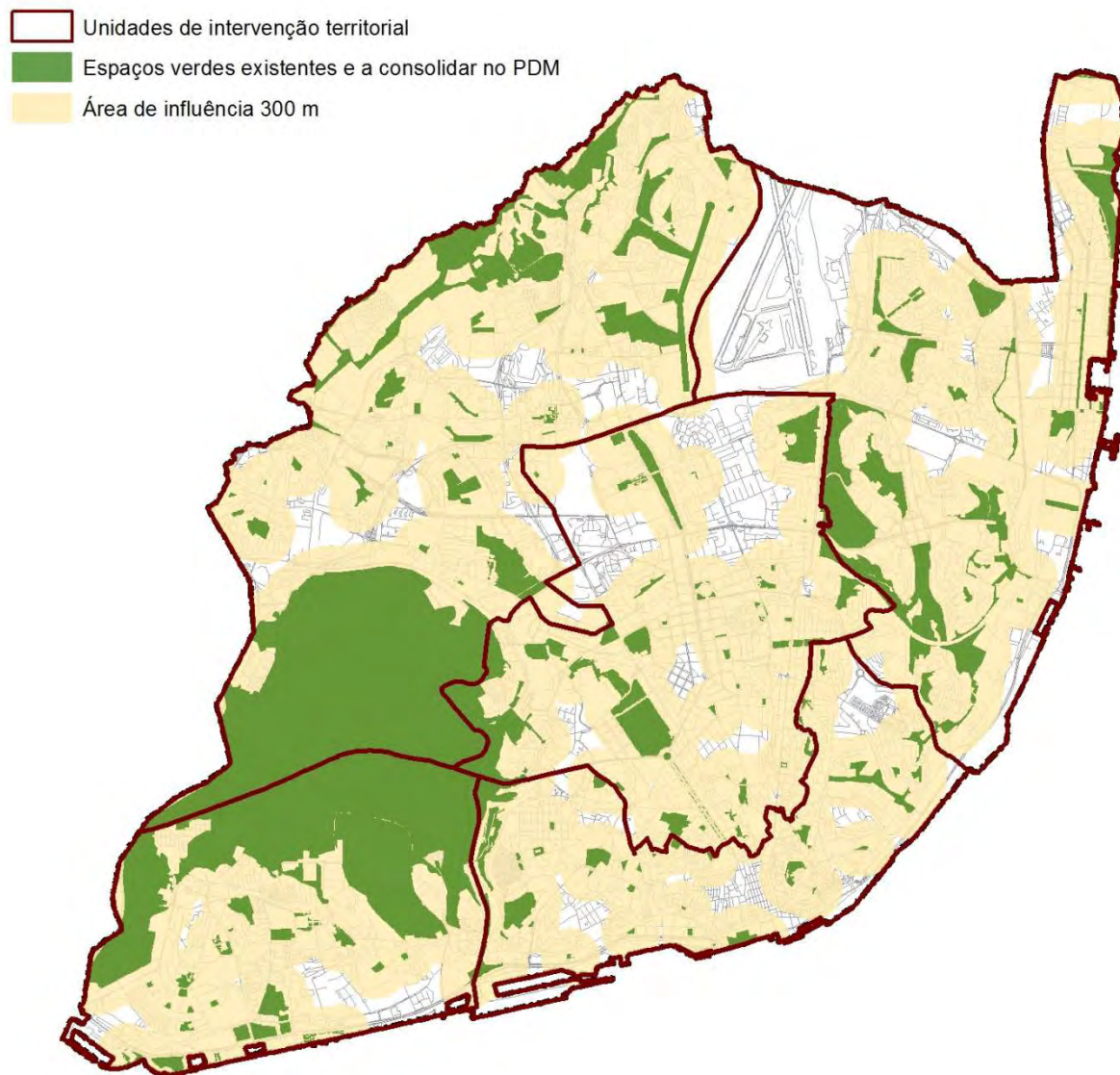
Seguidamente analisaram-se os Espaços Verdes de Recreio e Produção a Consolidar do PDM, num cenário de concretização desta categoria de espaço e aferiu-se o nível de colmatação das falhas anteriormente assinaladas.

³ Adaptou-se o Indicador do *European Green Capital 2017 - Green Urban Areas incorporating Sustainable Land Use*.

Figura 4.1.5 – Área de influência dos espaços verdes existentes (por UIT)

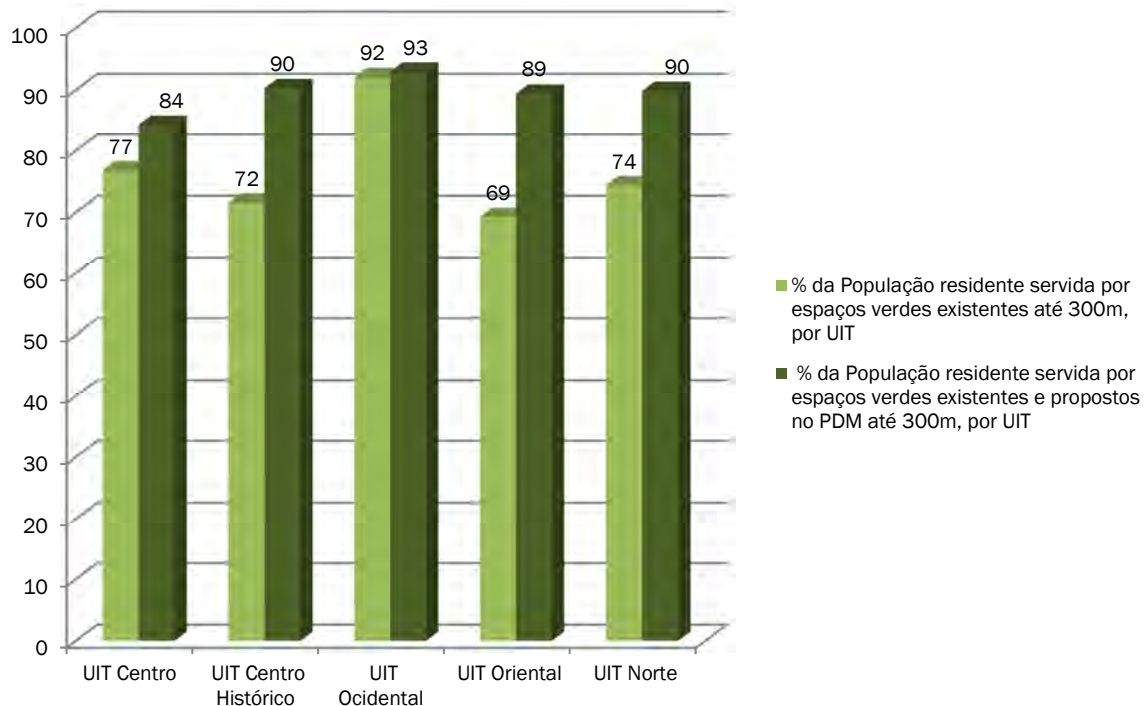
Fonte: CML (DMAU) 2014

Figura 4.1.6 - Área de influência dos espaços verdes existentes mais os espaços verdes a consolidar do PDM (por UIT)



Fonte: CML (PDM, DMAU) 2014

Figura 4.1.7 – População que reside até 300m de espaços verdes existentes (com os Espaços Verdes de Recreio e Produção a Consolidar previstos no PDM) por UIT (%)



Fonte: CML (PDM, DMAU), 2014

Em relação à percentagem de cidadãos que vivem até 300 metros de espaços verdes, constata-se que em média, atualmente cerca de 75% dos residentes têm acesso a um espaço verde público situado até esta distância (das várias tipologias apresentadas anteriormente).

A concretização dos Espaços Verdes de Recreio e Produção a Consolidar do PDM irá alterar, em grande medida, a realidade constatada anteriormente. Com a execução destes espaços, em média 89% da população residente passará a estar servida por espaços verdes públicos a uma distância até 300 metros.

A freguesia de Alvalade apresenta uma parte significativa do seu território aparentemente não servida por espaços verdes situados num raio de 300m. No entanto, isto não significa que a população não esteja servida, na área considerada. Esta freguesia é aquela que apresenta maior área de Espaços de Uso Especial de Equipamentos com Espaços Verdes Integrados, e integra espaços desportivos, de ensino e investigação com grandes áreas de espaços verdes de uso público. É o caso do Parque do Estádio Universitário, Hospital Júlio de Matos e LNEC e Campus da Universidade de Lisboa, integrados no Sistema de Corredores Estruturantes da Estrutura Ecológica Fundamental.

4.1.2.3 Requalificação dos Espaços Verdes

O desenvolvimento da Estrutura Verde no período de vigência do PDM tem-se alicerçado na criação de continuidades ao nível do espaço não construído, no seguimento das orientações estratégicas no sentido da otimização e funcionalidade na estrutura verde. Nesse sentido, tem sido dada prioridade à criação de novas zonas verdes bem como à qualificação de um número considerável de parques e jardins, designadamente nas áreas centrais e históricas consolidadas, com destaque para as maiores intervenções no Rio Seco (Ajuda), Tapada das Necessidades e Convento da Graça.

Na definição de oportunidades, a conclusão em 2012 do Corredor Verde de ligação de Monsanto ao Parque Eduardo VII constituiu um marco importante na estratégia de desenvolvimento de corredores estruturantes, ao qual se juntou a modernização do Parque Eduardo VII, designadamente do seu sistema de rega.

A sobreposição de programas sectoriais visando a eficiência energética e hídrica, a redução sustentada dos trabalhos de manutenção, a promoção da biodiversidade, a promoção da mobilidade ativa e a diversificação dos usos e tipologias, orientou a criação de várias intervenções relevantes ao nível da Estrutura Verde, designadamente variados parques hortícolas, com destaque neste período para o Parque Urbano do Vale de Chelas e Parque Urbano dos Olivais. Neste sentido, com a ponte ciclopedonal das Olaias e do Parque do Vale de Chelas, a aposta no corredor oriental de ligação da Alameda Afonso Henriques ao Rio através do Parque da Belavista teve o seu início.

No corredor central, a requalificação do Jardim do Campo Grande e a abertura do novo Parque da Quinta do Narigão em Alvalade, foram dois importantes passos na criação de uma estrutura central de atravessamento que, para nascente tira partido dos amplos espaços verdes do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa e do LNEC, e a poente da matriz verde da Cidade Universitária e do Estádio Universitário, no trajeto para ligar ao corredor periférico.

O Parque da Quinta do Narigão, espaço fortemente naturalizado, marca o ponto de partida para nascente de ligações verdes contínuas entre diversos parques nos Olivais até à Quinta do Conde de Arcos em fase final de requalificação para parque urbano, bem como a ligação com o corredor verde oriental acima descrito, nomeadamente através da criação em curso de um parque urbano constituído maioritariamente por uma vinha.

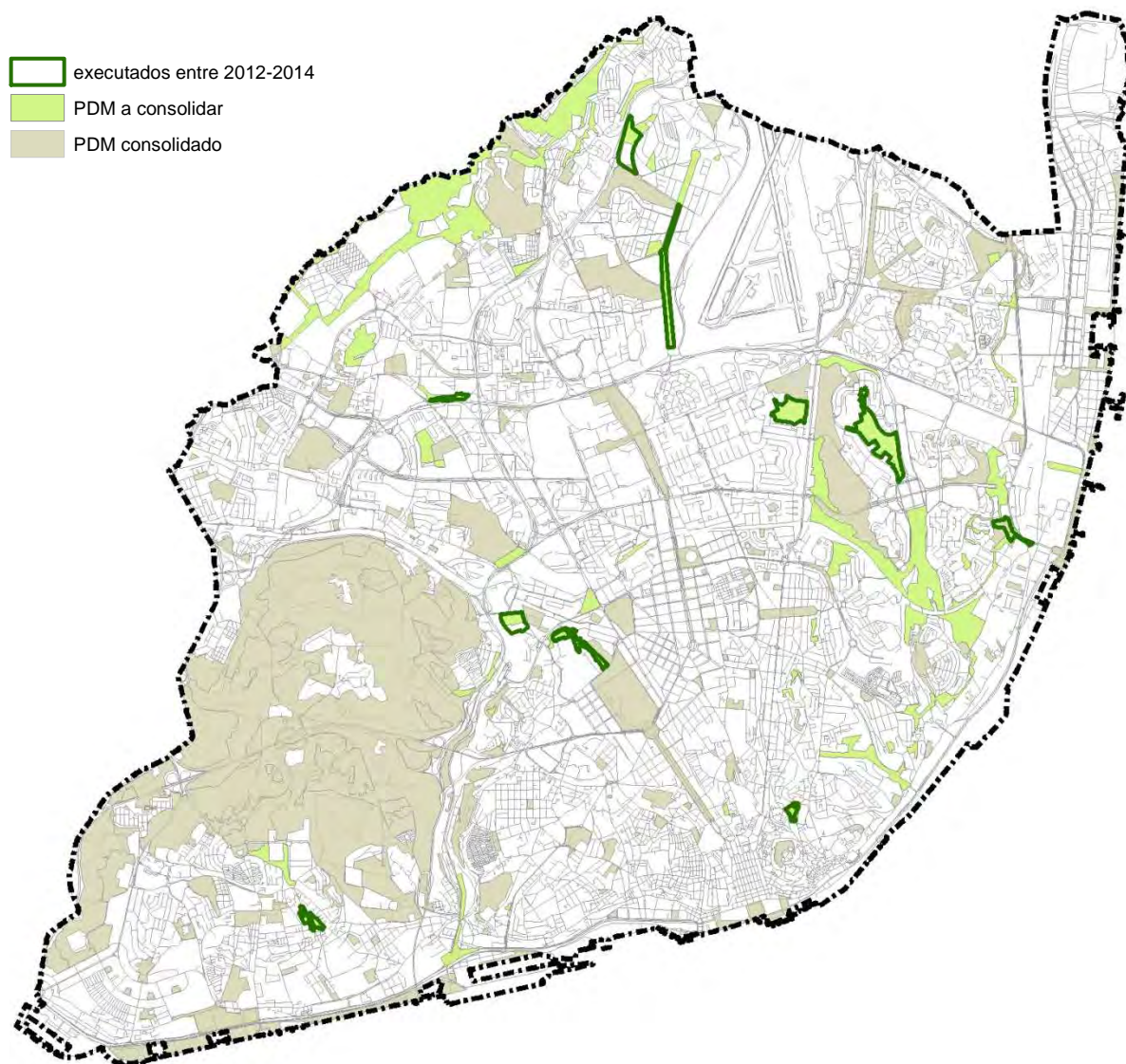
O corredor periférico a norte, após a qualificação da Quinta da Granja, viu neste período intervir-se na qualificação do Jardim da Luz em Carnide e no alargamento da Quinta da Paz no Lumiar e na Quinta de Santa Clara, tendo-se iniciado a intervenção no grande Vale da Ameixoeira que remata a nascente este corredor na sua ligação com os Concelhos limítrofes.

No que respeita aos eixos arborizados, contabilizam-se, em 2014, cerca de 307.500,00 metros lineares.

De acordo com dados da Direção Municipal de Ambiente Urbano (DMAU), entre o ano de 2012 e 2014 foram executados os seguintes espaços verdes:

Parque Vale Grande - Parque Oeste - 2ª fase
Parque Urbano do Vale Chelas
Eixo Central Alta de Lisboa
Parque Urbano Quinta do Narigão
Corredor Verde de Monsanto: Parque Urbano Quinta do Zé Pinto
Corredor Verde de Monsanto: Parque Ventura Terra
Viveiro Quinta das Flores
Parque Urbano do Rio Seco - 2ª fase
Jardim da Cerca da Graça
Enquadramento paisagístico à ponte sobre a 2ª circular (ponte GALP).

Figura 4.1.8 - Espaços verdes executados entre 2012 e 2014



Fonte: CML (PDM, DMAU), 2014

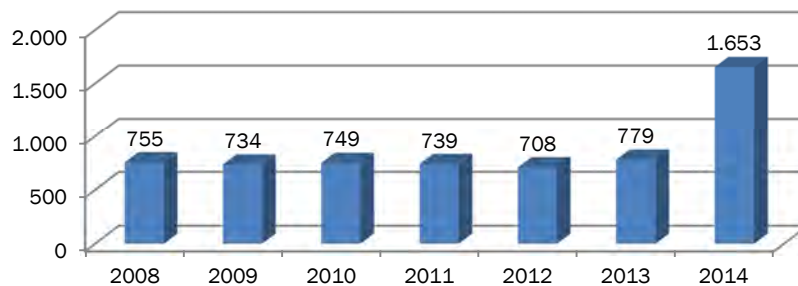
4.1.3 Agricultura e hortas urbanas

Em Lisboa são frequentes as hortas espontâneas ou organizadas, de uso individual ou familiar, cujos principais objetivos comportam uma ocupação saudável dos tempos livres e contribuem para complementar as necessidades alimentares. As hortas com fins de educação ambiental são relativamente frequentes em recintos escolares.

Nos últimos anos, a Câmara Municipal de Lisboa tem desenvolvido políticas de incentivo à prática da agricultura urbana, nomeadamente através da construção de Parques Hortícolas e Hortas Ordenadas.

Em 2014 totalizavam-se 11 parques hortícolas em funcionamento, seis parques hortícolas em obra e quatro em estudo.

Figura 4.1.9 - Área de terreno ocupado por hortas entre 2008 e 2014⁴ (milhares de m²)



Fonte: CML (DMAU, UCT), 2014

O Grupo de Trabalho “Hortas Dispersas”, coordenado pelo Gabinete do Vereador Sá Fernandes, classificou os espaços hortícolas da seguinte forma:

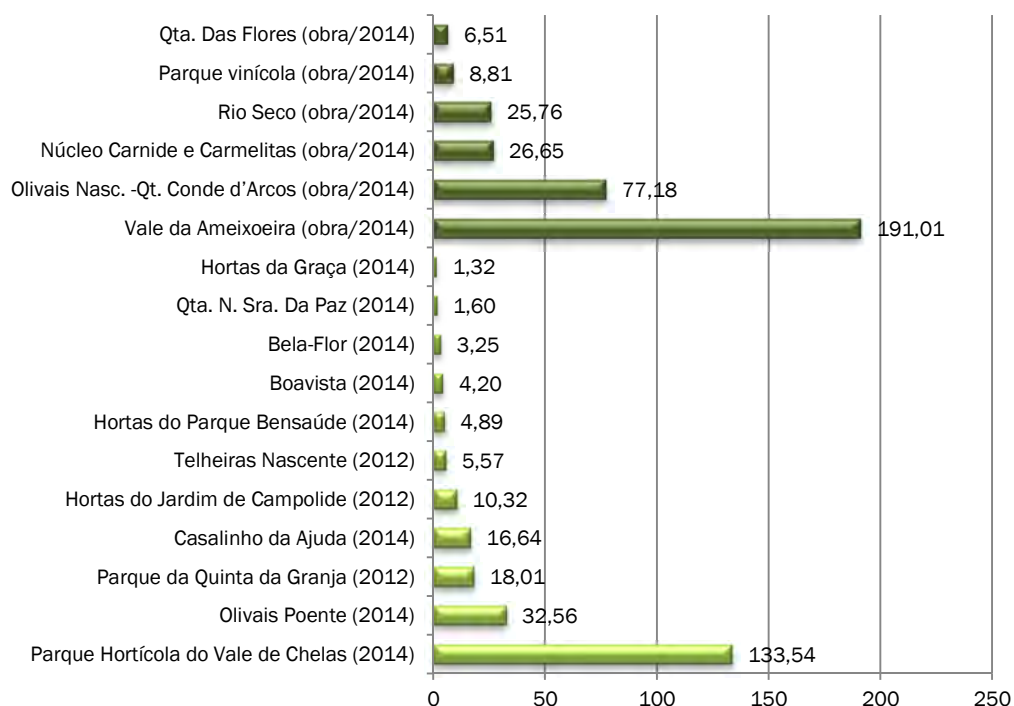
Quadro 4.1.2 – Classificação dos espaços hortícolas

Parques hortícolas	Espaços verdes públicos com áreas destinadas a hortas urbanas em percentagem variável (desde 5% até 95% do espaço). Nestes parques as hortas são projetadas pela CML e dotadas quando possível, de fornecimento de água. Em termos de gestão a designação de “Parques Hortícolas” aplica-se exclusivamente às áreas ocupadas pelas hortas.
Hortas ordenadas	Conjuntos coerentes de hortas de génese ilegal (HGI) embora em parte possam estar legalizadas pela CML, e onde se aplica o regulamento de hortas urbanas (RHU).
Hortas dispersas	Pequenos núcleos de HGI ou HGI isoladas, algumas eventualmente já legalizadas pela CML, e onde a aplicação do RHU terá uma prioridade secundária.
Hortas privadas	Hortas urbanas em terrenos privados explorados pelos proprietários, alugadas ou eventualmente ocupadas ilegalmente.

Fonte: CML (Grupo de Trabalho “Hortas Dispersas”, GVSF), 2014

⁴ O ano de 2012 inclui 6,8 ha de parque hortícola em reestruturação, 2014 inclui parques hortícolas, hortas ordenadas e dispersas.

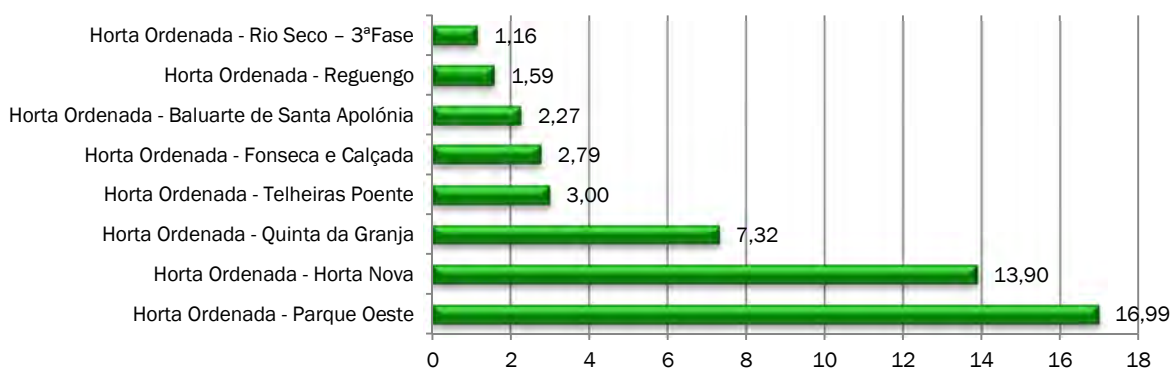
Figura 4.1.10 – Parques Hortícolas em funcionamento entre 2012 e 2014 e em obra em 2014 (milhares de m²)



Fonte: CML (DMAU, UCT), 2014

No último trimestre de 2014, estavam em estudo/projeto mais quatro Parques Hortícolas: do Casal Vistoso (7.582,08m²), do LNEC (4.282,99 m²), do Bairro Padre Cruz/Parque Periférico e do Vale Fundão (30.139,41 m²).

Figura 4.1.11 – Hortas ordenadas em 2014 (uni: milhares, m²)⁵

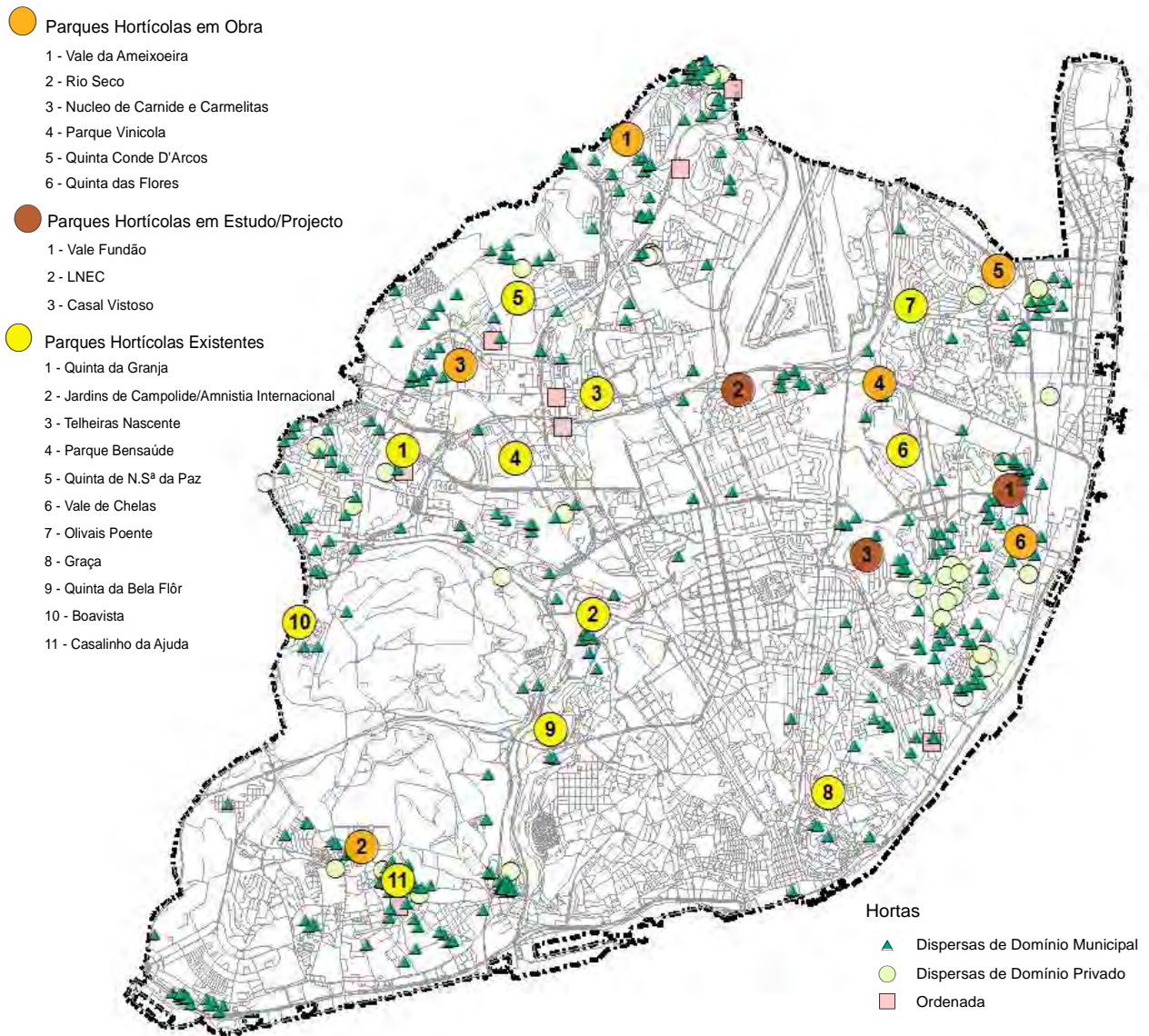


Fonte: CML (DMAU, UCT), 2014

Em 2014 foram ordenados 211.743,25 m² de Hortas dispersas do domínio privado e 824.528,64 m² de Hortas dispersas de domínio municipal.

⁵ : A Horta Nova está em processo de reconversão de Horta Dispersa para Horta Ordenada

Figura 4.1.12 – Parques hortícolas, hortas ordenadas e hortas dispersas



Fonte: CML (DMAU, UCT), 2014

4.1.4 Património natural - Geomonumentos e Fitomonumentos

O PDM 2012 integra os geomonumentos como valores culturais e cartografa-os na Planta de Ordenamento – Qualificação do Espaço Urbano, por serem monumentos naturais de origem geológica com interesse científico, pedagógico e cultural e constituírem *habitats* para as comunidades rupícolas, quer ao nível da flora quer da fauna.

Por se integrarem num conceito de *Exomuseu*, desde 2013 que a Câmara Municipal de Lisboa os promove e divulga, através da colocação de Totens com a descrição dos afloramentos, o que propicia aos visitantes informação sobre a importância do monumento.

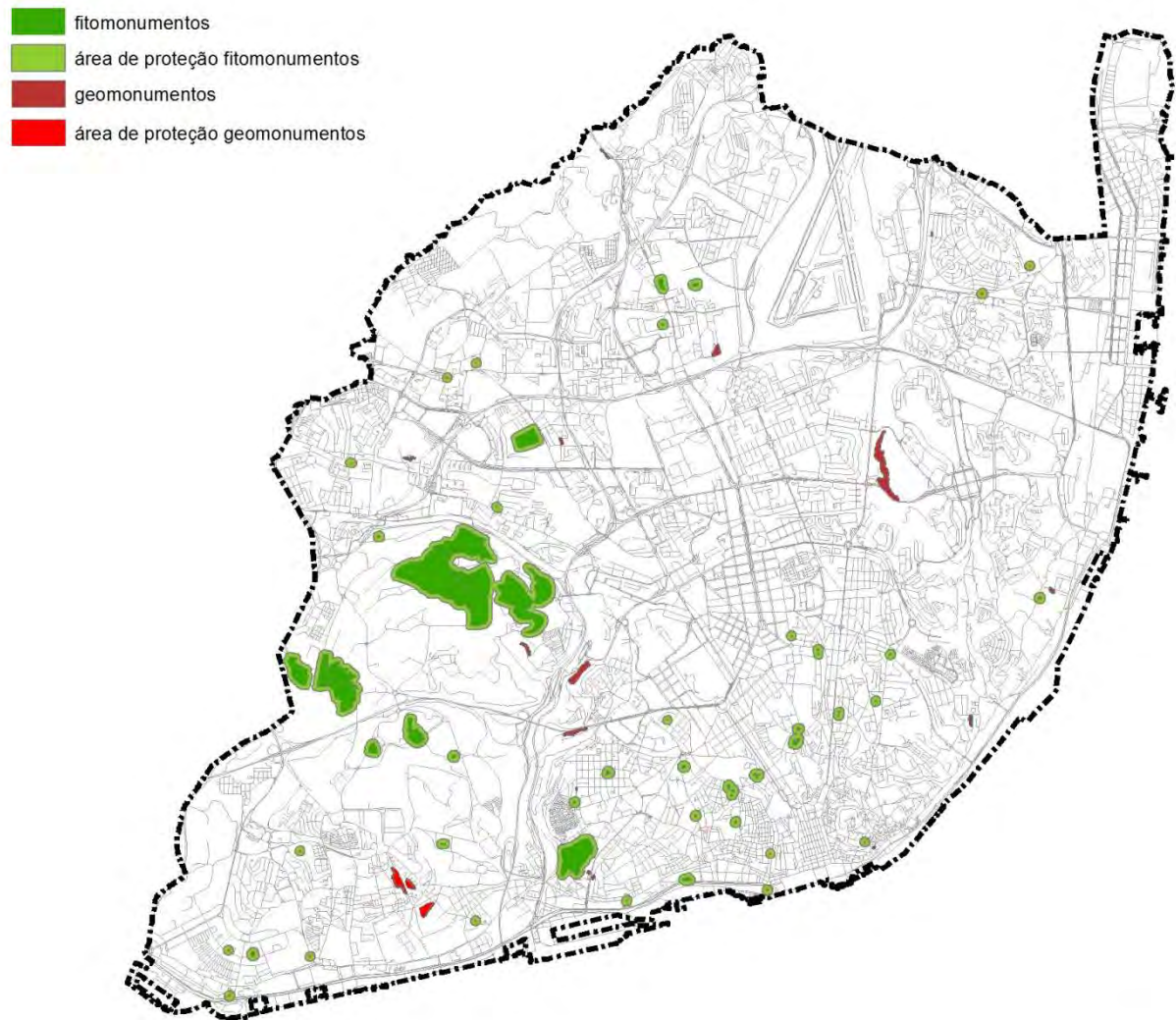
Existem 17 geomonumentos em Lisboa, ocupando uma área de 94.504 m². A sua área de proteção ocupa uma área de 101.039 m².

Os fitomonumentos são classificados oficialmente ⁶ e encontram-se cartografados na Planta de Condicionantes – Servidões e Restrições de Utilidade Pública sendo a sua atualização feita anualmente.

Constituídos por árvores isoladas, alamedas, maciços florestais, arvoredos e bosquetes, os fitomonumentos, no caso das árvores isoladas e dos maciços, são cartografados pelos limites do seu copado e têm uma área de proteção de 50m.

Em 2014 existiam classificados como fitomonumentos 64 Árvores Isoladas, três Alamedas, dois Arvoredos, 12 Bosquetes, nove Maciços e 45 Áreas de Proteção aos fitomonumentos.

⁶ Decreto-lei n.º 28468 de 15 de Fevereiro de 1938, do Decreto n.º 20985 de 7 de Março de 1932, Decreto Regulamentar n.º 80/2004 de 10 de Abril e Portaria n.º 574/2004 de 28 de Maio

Figura 4.1.13 – Geomonumentos e Fitomonumentos⁷

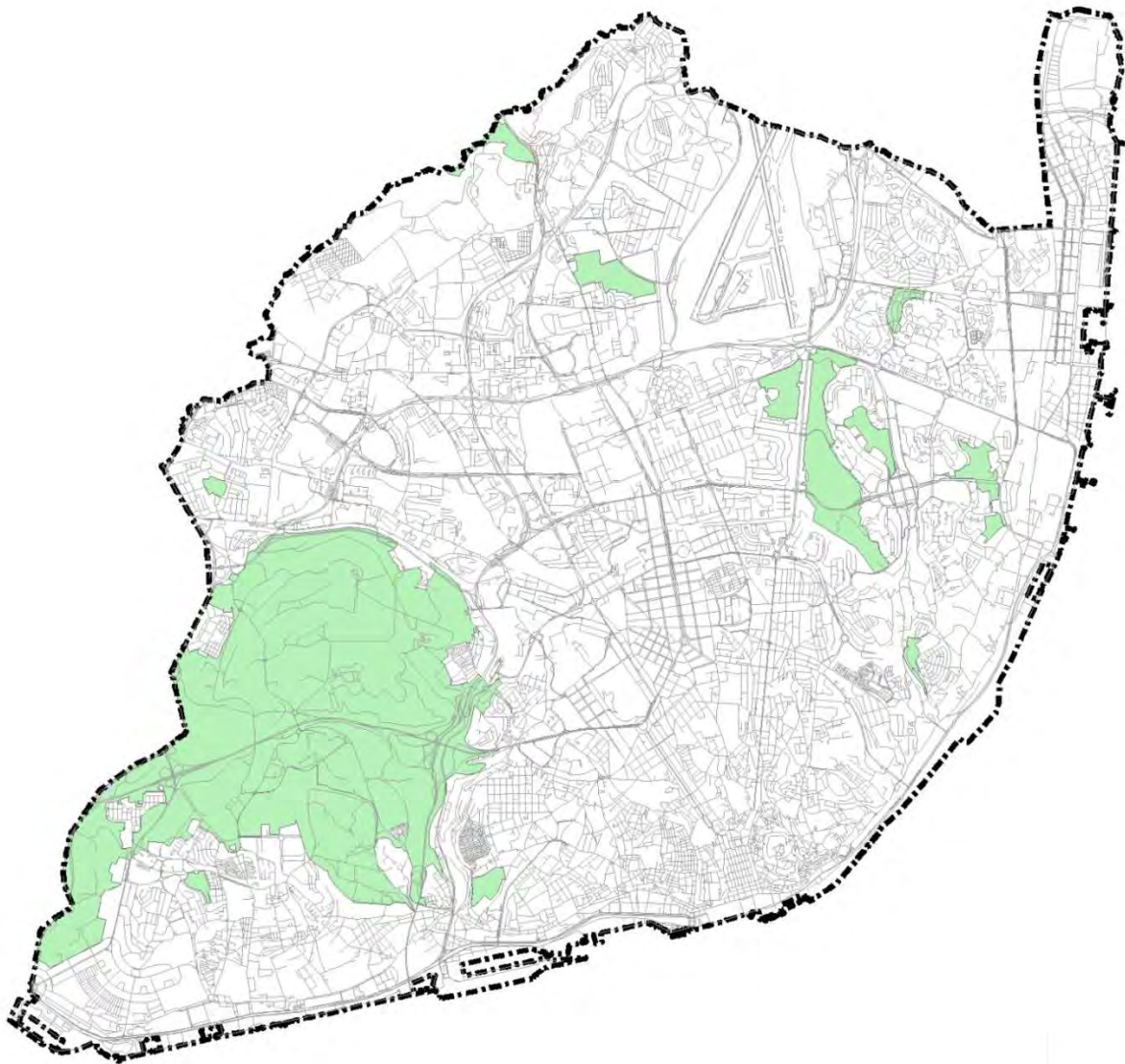
Fonte: CML (PDM), 2014

4.1.5 Regime florestal

Em Lisboa, encontra-se sujeita a Regime Florestal uma área de 1.344,90 ha (quase 16% da área do município):

- 1.010 ha em Regime Florestal Total e Mata Modelo (Parque Florestal de Monsanto);
- 138 ha em Regime Florestal Total (inclui a Tapada das Necessidades e Tapada da Ajuda);
- 197ha em Regime Florestal Parcial (Parque Central de Chelas, Parque da Bela Vista, Parque da Madre de Deus, Parque de Alvalade, Parque do Vale do Silêncio, Parque do Vale Fundão, Parque dos Moinhos de Santana, Parque Silva Porto, Quinta das Conchas e dos Lilases, Encosta da Calçada do Carriche).

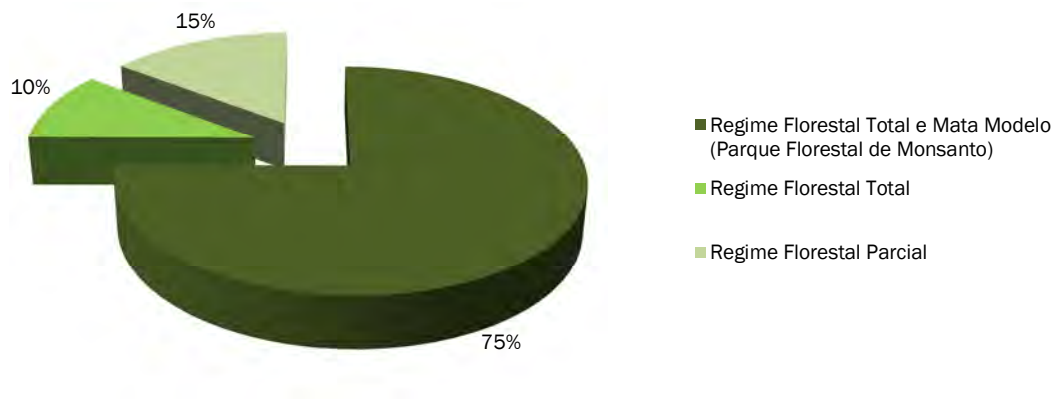
⁷ Com base em dados do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Figura 4.1.14 - Áreas sujeitas ao Regime Florestal⁸

Fonte: CML (PDM), 2014

⁸ Com base em dados do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Figura 4.1.15 – Percentagem de áreas sujeitas ao Regime Florestal Total e Parcial



Fonte: CML (PDM), 2014

4.1.6 Outros fatores de biodiversidade

De acordo com a última versão da classificação EUNIS⁹ de 2003, podem ser identificados em Lisboa cerca de 70 tipos diferentes de habitats (incluindo representações relevantes ou vestigiais).

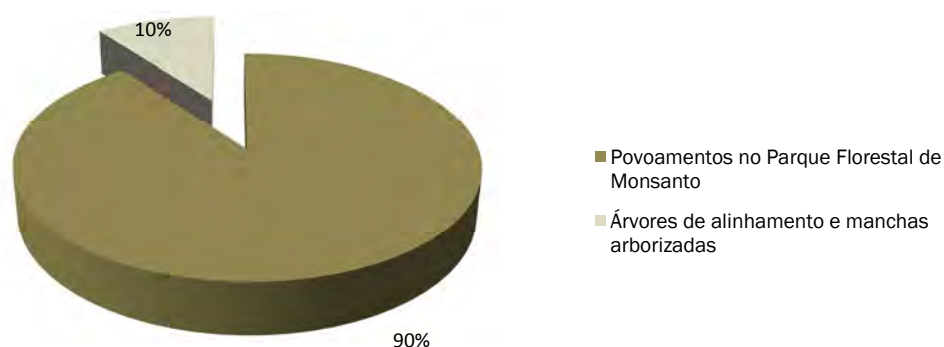
De acordo com a metodologia aplicada e face aos dados disponíveis, os ecossistemas relevantes para a biodiversidade no Município de Lisboa, são traduzidos cartograficamente em 23 ecótipos que procuram refletir os habitats das diversas espécies vegetais.

A análise da cobertura arbórea na cidade de Lisboa fornece-nos dados de referência sobre o sequestro de carbono, filtro de partículas e regulação climática pela vegetação.

Fazendo o cálculo para das áreas de vegetação existentes na cidade, conclui-se que a soma dos vários povoamentos existentes no Parque Florestal de Monsanto tem uma captação estimada de aproximadamente 5.917,13 toneladas de CO₂ por ha/ano, enquanto as árvores de alinhamento e as manchas arbóreas dispersas, têm uma captação estimada de CO₂ aproximadamente 666 toneladas por ha/ano.

⁹ *European Nature Information Systems*

Figura 4.1.16 - Estimativa anual do sequestro de carbono em Lisboa



Fonte: Biodiversidade na cidade de Lisboa – Uma Estratégia para 2020, Câmara Municipal de Lisboa, 2012

A conectividade, entendida como a potenciação da vida biológica que ocorre quando os espaços verdes se apresentam de forma contínua, é um fator essencial da biodiversidade urbana (ao nível da fauna terrestre, grande parte da flora, avifauna, morcegos e insetos alados). Dos resultados obtidos de acordo com a metodologia adotada foram selecionadas os indicadores de conexão para Lisboa (ver ANEXOS).

Em 2012, no âmbito do Projeto Biodiversidade Lisboa 2020, foram apresentados valores de permeabilidade que remontam ao ano de 2006 e que foram obtidos “com base na cartografia das áreas permeáveis superficiais da cidade”¹⁰: 3.331,3 ha; 39,37% da área do município. Em 2014 aferiram-se os dados com base nos levantamentos da DMAU e sistematização da informação no Servidor ArcGis da C.M.L. Integraram-se, também, os novos limites territoriais (CAOP 2013). Usaram-se os seguintes indicadores:

Quadro 4.1.3 - Indicadores de permeabilidade – 2014

Áreas Permeáveis	Fonte	Área (ha)	m ²	% da área do Município
Monsanto	DMAU	1.147,06	11.470.619,42	13,35
Espaços verdes Concelhios (>50 ha)	“	52,63	526.342,14	0,61
Espaços verdes Centrais (10 a 50 ha)	“	196,00	1.960.022,19	2,28
Espaços verdes Locais (2 a 10 ha)	“	173,93	1.739.317,07	2,02
Espaços verdes de Proximidade (<2ha)	“	68,56	685.623,62	0,80
Espaços verdes de Enquadramento a Áreas Edificadas (Variável) ¹¹	“	1.224,75	12.247.498,39	14,26
Espaços verdes de Enquadramento a Infraestruturas (Variável) ¹²	“	145,71	1.457.071,16	1,70
Parques Hortícolas	“	56,78	567.820,27	0,66
Hortas Dispersas	“	103,63	1.036.271,89	1,21
Hortas Ordenadas	“	4,90	49.024,72	0,06
Logradouros Verdes Permeáveis do PDM	PDM	77,32	773.218,34	0,90
		3.251,28	32.512.829,22	37,85

Fonte: CML (DMAU, PDM), 2014

¹⁰ Publicação Biodiversidade na cidade de Lisboa – Uma Estratégia para 2020, Câmara Municipal de Lisboa, 2012.

¹¹ Informação gerada pelo Servidor ArcGis da CML (dados da DMAU). A partir da *shape* “Espaços Verdes Total”, retirou-se a tipologia “enquadramento de vias (...)” e subtraiu-se a informação “Parques e Jardins”, Parques Hortícolas e Hortas.

¹² *Idem*, isolou-se a tipologia “enquadramento de vias (...)” para obtenção do total.

4.2 Ambiente Sonoro

4.2.1 Enquadramento 2000-2006

No REOT 2009 o município não dispunha do *Mapa de Ruído de Lisboa* de acordo com o Decreto-Lei n.º9/2007, pelo que apenas foram tratados dados referentes ao Mapa de Ruído elaborado em 2000 que cumpria os requisitos do diploma legal anterior – Decreto-lei nº 292/2000, de 14 de novembro (*Regime Legal sobre Poluição Sonora*).

Assim foram considerados: o parâmetro acústico de referência, o nível sonoro contínuo equivalente, ponderado A (L_{Aeq}), os períodos de referência diurno e noturno e os limites de exposição sonora para zonas mistas.

Para o cálculo da estimativa da população residente exposta a níveis de ruído acima dos limites legais foram utilizados os dados dos Censos de 2001.

Concluiu-se, na altura, o seguinte:

- cerca de 20% da população residente na cidade estava exposta a níveis sonoros acima dos limites de exposição sonora no período diurno ($L_{Aeq} \geq 65\text{dB(A)}$);
- cerca de 19% da população residente na cidade estava exposta a níveis sonoros acima dos limites de exposição sonora no período noturno ($L_{Aeq} \geq 55\text{ dB(A)}$).

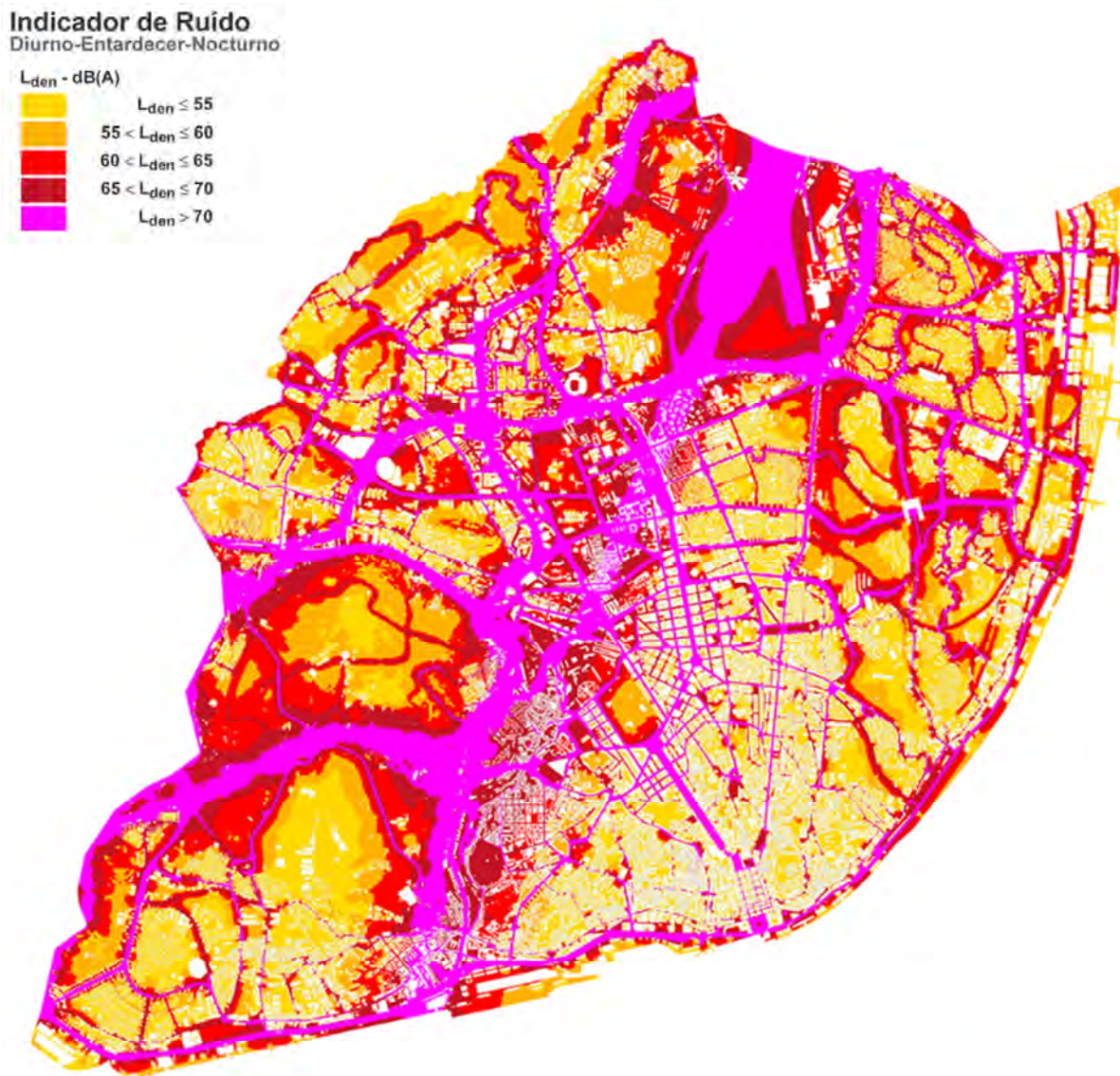
4.2.2 Análise e diagnóstico 2007-2014

Para o município de Lisboa o mapa de ruído foi elaborado tendo como base metodológica os documentos de referência a nível nacional e comunitário, que definem os requisitos mínimos necessários à harmonização e comparabilidade dos resultados. No âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Lisboa, publicado em agosto de 2012, o Mapa de Ruído da cidade de Lisboa foi incorporado neste documento.

As fontes representadas nos mapas foram: tráfego rodoviário, tráfego aéreo, tráfego ferroviário e fontes fixas (reportando-se a dados de 2008/2009).

A caracterização da situação de referência é expressa pelos mapas de ruído global, ou seja, em que os níveis sonoros expressos são resultado do somatório da contribuição de todas as fontes de ruído consideradas. Na figura 4.2.1 é representado o mapa de ruído global para as 24 horas do dia, expresso pelo indicador L_{den} .

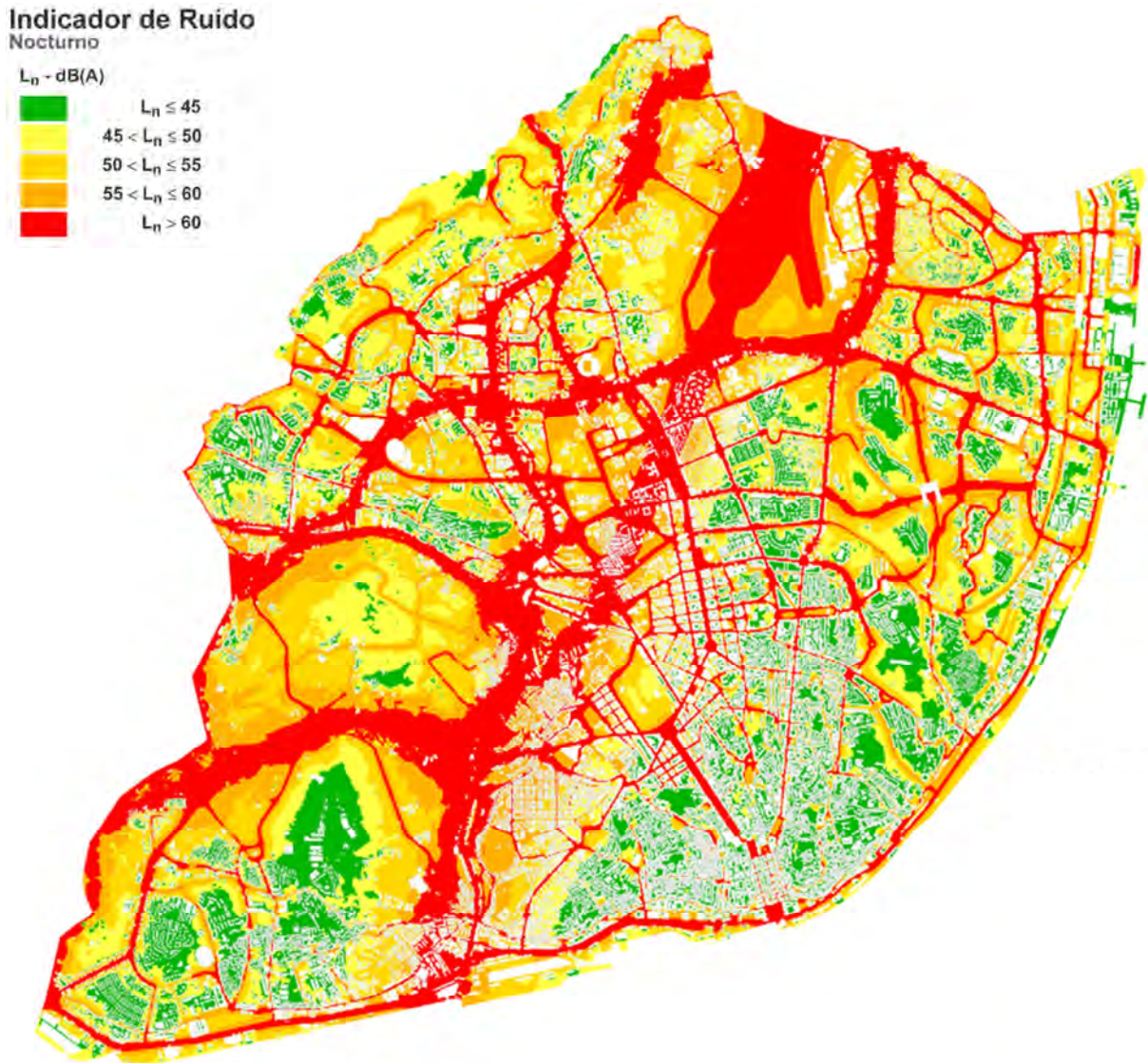
Figura 4.2.1 – Mapa de Ruído Global para o período diurno-entardecer-nocturno



Fonte: CML (Divisão do Ambiente), 2010

Na fig. 4.2.2 é representado o mapa de ruído global para o período entre as 23h e as 07h, expresso pelo indicador L_n .

Figura 4.2.2 – Mapa de Ruído Global para o período nocturno



Fonte: CML (Divisão do Ambiente), 2010

De acordo com o Regulamento Geral do Ruído as entidades gestoras de grandes infraestruturas de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo, são responsáveis pela elaboração dos respetivos mapas estratégicos e planos de ação, nos termos do disposto do Decreto-lei n.º146/2006 de 31 de julho.

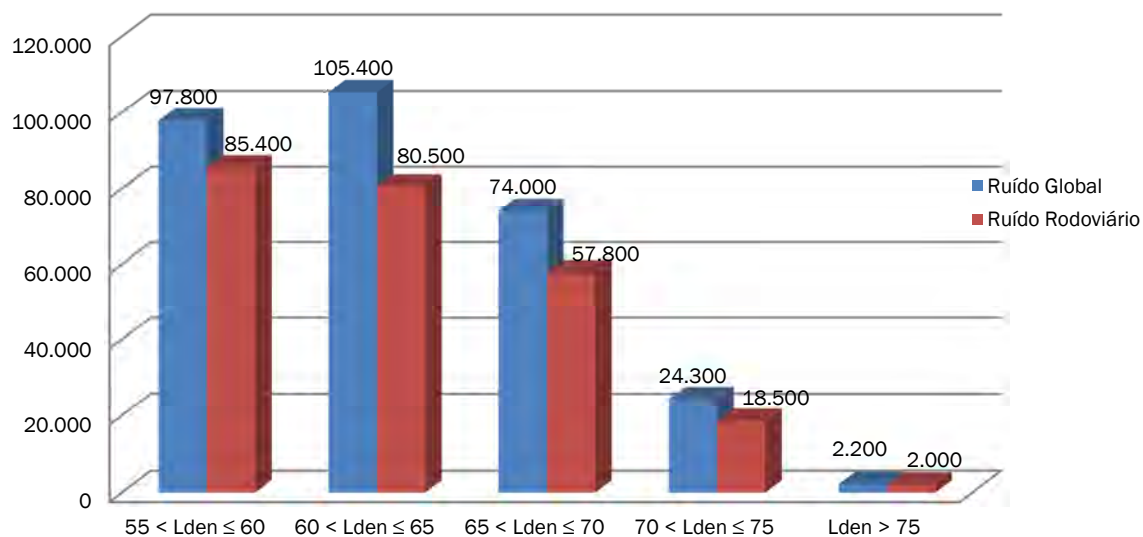
No caso do município de Lisboa, são consideradas grandes infraestruturas de transporte rodoviário (6.000.000 veículos por ano) a A5 gerida pela Brisa, o IP7 e o IC17 geridos pela Infraestruturas de Portugal e a Ponte 25 de Abril gerida pela Lusoponte.

Relativamente ao tráfego aéreo a entidade gestora do aeroporto de Lisboa é a ANA – Aeroportos, SA e no caso das infraestruturas ferroviárias a sua gestão está a cargo da Infraestruturas de Portugal.

Na sequência da entrada em vigor do PDM foi elaborado o Plano de Ação de Ruído (PAR) de Lisboa, utilizando-se os Censos de 2011 para o cálculo da estimativa da população residente exposta a níveis de ruído acima dos limites legais, relativo ao ruído rodoviário. Concluiu-se que:

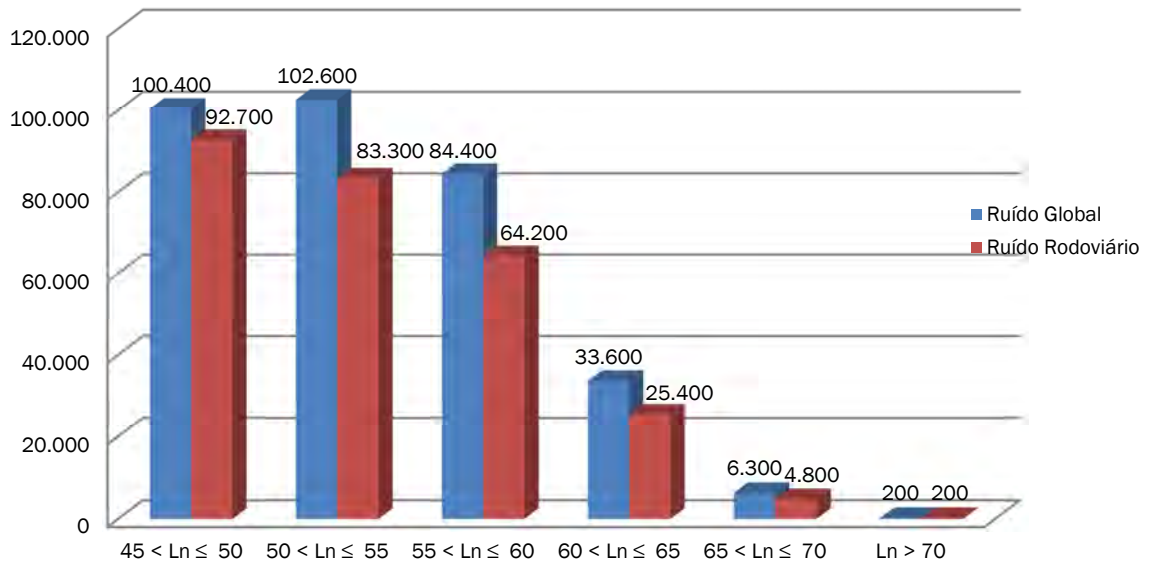
- cerca de 18% da população residente na cidade está exposta a níveis superiores aos limites regulamentares para o indicador *Lden*;
- cerca de 23% da população residente na cidade está exposta a níveis superiores aos limites regulamentares para o indicador *Ln*;
- a principal fonte de ruído na cidade continua a ser proveniente do tráfego rodoviário (14% da população residente na cidade está exposta a níveis superiores aos limites regulamentares para o indicador *Lden* e 17% da população residente na cidade está exposta a níveis superiores aos limites regulamentares para o indicador *Ln*);
- cerca de 36% da cidade de Lisboa está exposta a níveis sonoros acima dos limites de exposição sonora no período diurno-entardecer-noturno ($Lden \geq 65dB(A)$);
- cerca de 41% da cidade de Lisboa está exposta a níveis sonoros acima dos limites de exposição sonora no período noturno ($Ln \geq 55 dB(A)$).

Figura 4.2.3 - Número estimado de habitantes (arredondado às centenas) expostas a diferentes gamas de valores de *Lden*, a 4m de altura e na “fachada mais exposta”, para o ruído global e o ruído proveniente do tráfego rodoviário



Fonte: CML (Divisão do Ambiente) (Mapa estratégico de ruído 2010 e Censos 2011)

Figura 4.2.4 - Número estimado de habitantes (arredondado às centenas) expostas a diferentes gamas de valores de L_n , a 4m de altura e na “fachada mais exposta”, para o ruído global e o ruído proveniente do tráfego rodoviário



Fonte: CML (Divisão do Ambiente) (Mapa estratégico de ruído 2010 e Censos 2011)

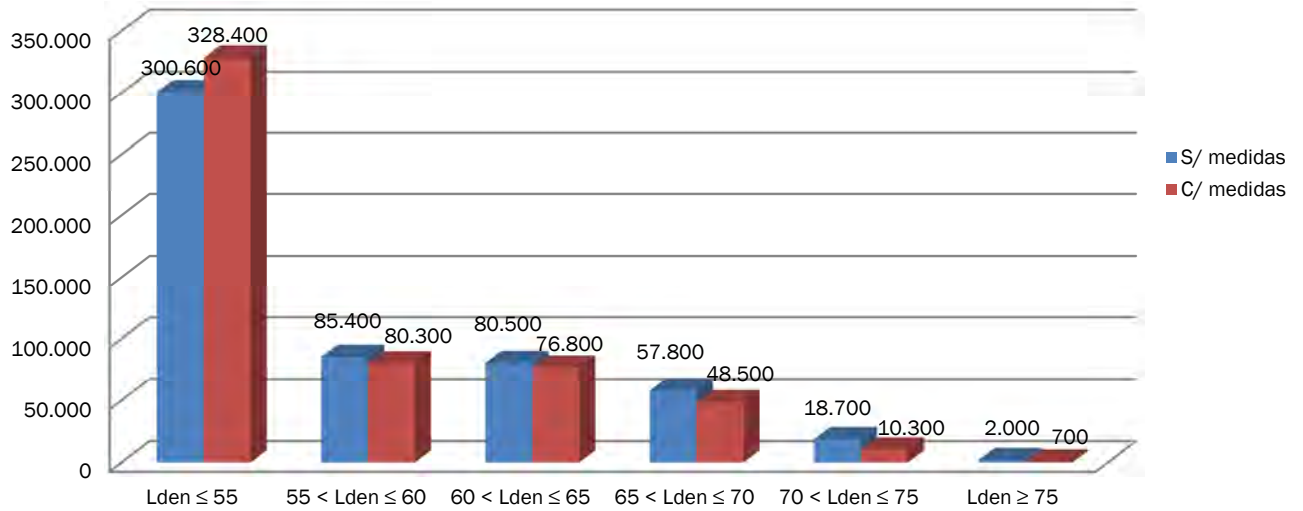
4.2.3 Estratégia de intervenção 2014-2029

O PAR de Lisboa definiu 29 zonas prioritárias de intervenção com um investimento global de cerca de 9 milhões € repartidos por 3 períodos de 5 anos (3 milhões € cada um).

Para cada uma destas zonas foram estudadas soluções de redução dos níveis sonoros, como por exemplo, alteração do pavimento de vias com a introdução de materiais absorventes de ruído, limitação da velocidade em alguns troços e colocação de barreiras acústicas/taludes.

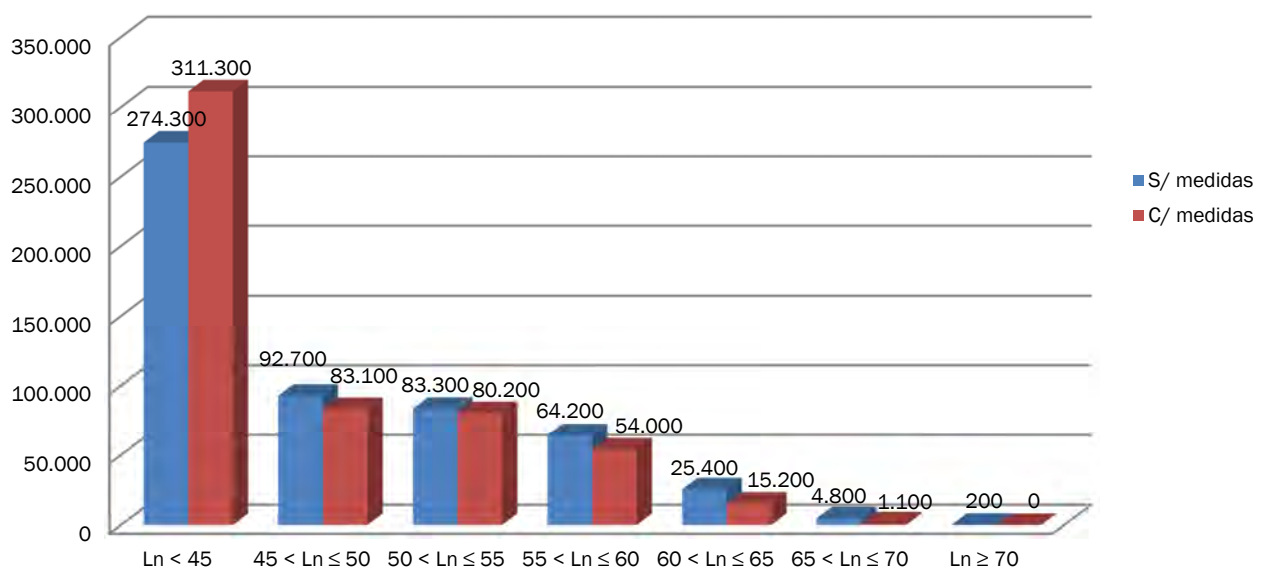
Os quadros abaixo exemplificam a melhoria existente no ambiente sonoro com a aplicação de medidas relativamente ao L_{den} e ao L_n .

Figura 4.2.5 - Número estimado de pessoas (arredondado às centenas) expostas a diferentes classes de valores de Lden, expresso em dB(A), para o ruído proveniente do tráfego rodoviário



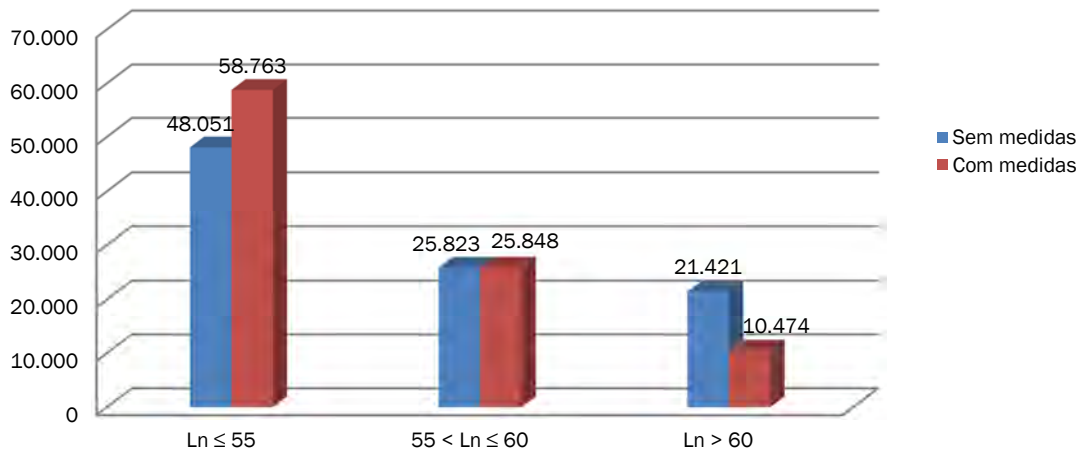
Fonte: CML (Divisão do Ambiente) (Mapa estratégico de ruído 2010 e Censos 2011)

Figura 4.2.6 - Número estimado de pessoas (arredondado às centenas) expostas a diferentes classes de valores de Ln, expresso em dB(A), para o ruído proveniente do tráfego rodoviário



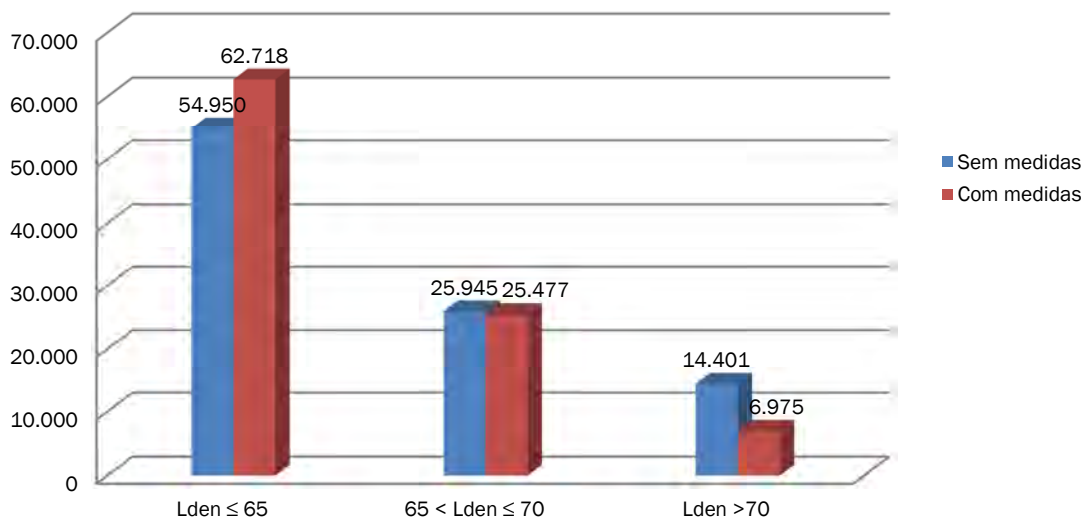
Fonte: CML (Divisão do Ambiente) (Mapa estratégico de ruído 2010 e Censos 2011)

Figura 4.2.7 - Distribuição do número de habitantes, no total das zonas de estudo, expostos a diferentes classes de valores do indicador L_n , expresso em dB(A).



Fonte: CML (Divisão do Ambiente) (Mapa estratégico de ruído 2010 e Censos 2011)

Figura 4.2.8 - Distribuição do número de habitantes, no total das zonas de estudo, expostos a diferentes classes de valores do indicador L_{den} , expresso em dB(A).



Fonte: CML (Divisão do Ambiente) (Mapa estratégico de ruído 2010 e Censos 2011)

Com a aplicação de medidas verifica-se que deixa de existir população exposta na classe superior a 70 dB(A), para o indicador *Ln*.

Na classe entre 65 e 70 dB(A) observa-se que há uma redução de 3700 pessoas de um universo de 4800.

Sendo o objetivo prioritário do PAR a intervenção na população exposta a níveis de *Ln* superiores a 60 dB(A), verifica-se que com a aplicação das medidas há uma redução de 46% desta população.

Para a totalidade das zonas de intervenção propostas, verificou-se uma redução de 52% dos habitantes expostos a valores de *Lden* superiores a 70 dB(A) e de 51% dos habitantes expostos a valores de *Ln* superiores a 60 dB(A), valores que representam 5 dB(A) acima dos limites para zona mista.

A mancha de conflito é reduzida tanto no período de *Lden* como no de *Ln*, sendo esta referente aos principais eixos viários.

Por fim, foram delimitadas 12 zonas tranquilas com cerca de 15 000 habitantes que correspondem a 3% da população residente.

Este plano foi aprovado em sessão de Câmara de 29 de abril de 2015 e pela Assembleia Municipal na reunião nº 78 de 21 de julho de 2015.

O Plano Pavimentar Lisboa, já em execução, prevê a repavimentação com pavimento poroso com características absorventes das vias rodoviárias incluídas nestas 29 zonas. Este programa tem uma abrangência e uma metodologia de intervenção que claramente ultrapassa a manutenção, pois visa intervir a vários níveis, nomeadamente reperfilamento e colocação de barreiras acústicas de algumas vias, de modo a melhorar a exposição da população ao ruído ambiente.

4.3 Poluição Atmosférica

A emissão de poluentes para a atmosfera está relacionada com as atividades humanas, destacando-se a indústria, a agricultura, os transportes rodoviários, marítimos e aéreos. A degradação da qualidade do ar ambiente depende das quantidades de poluentes emitidas e das condições meteorológicas.

À escala local são os grandes centros urbanos que apresentam uma maior degradação da qualidade do ar, resultante principalmente do tráfego rodoviário, como é o caso de Lisboa. Os maiores impactos fazem-se sentir na saúde humana (provocando doenças respiratórias e mortes prematuras em toda a Europa), na deterioração do património construído e no ambiente em geral.

Os poluentes que mais contribuem para a deterioração da qualidade do ar são as partículas (PM₁₀), o ozono (O₃), e o dióxido de azoto (NO₂), sendo os 2 primeiros, os poluentes mais preocupantes no que se refere à saúde pública.

4.3.1 Qualidade do ar

A Diretiva 2008/50/CE de 21 de maio, relativa à qualidade do ar ambiente e a um ar mais limpo na Europa, agrega num único documento as disposições legais relativas aos poluentes SO₂, NO₂, NO_x, PM₁₀, Pb, C₆H₆, CO e O₃, tendo sido transposta para a ordem jurídica nacional pelo Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro.

Em Portugal as competências de avaliação e gestão da qualidade do ar estão atribuídas às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Para efeitos de avaliação da qualidade do ar na sua área de jurisdição, a CCDR-LVT dispõe de um conjunto de estações fixas de monitorização.

A rede de monitorização da qualidade do ar (RMQA) na região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) é constituída por 24 estações. Na cidade de Lisboa existem atualmente em funcionamento 6 estações, 3 estações urbanas de tráfego (Entrecampos, Av. da Liberdade e Santa Cruz de Benfica) e 3 estações urbanas de fundo (Olivais, Beato e Restelo).

Na última década verificou-se na cidade de Lisboa um decréscimo significativo das emissões da maioria dos poluentes, resultando numa melhoria significativa da qualidade do ar. Contudo, observam-se ainda concentrações elevadas dos poluentes PM₁₀ e NO₂ nas zonas de maior tráfego, de que é exemplo a Av. da Liberdade, persistindo assim alguns problemas de qualidade do ar.

São apresentados em anexo os quadros com os resumos estatísticos dos últimos 6 anos relativos aos principais poluentes, para as várias estações da rede de monitorização na cidade de Lisboa.

Relativamente ao dióxido de azoto (NO₂), no período de 2009 a 2014, verificaram-se sistematicamente ultrapassagens ao valor limite anual na estação da Avenida da Liberdade. Para o valor do limite horário, e apenas na estação da Av. da Liberdade, verificou-se que no período 2009-2011 e em 2013 o n.º de excedências foi superior às 18 vezes (por ano civil) permitidas por lei. Nas restantes estações tem sido cumprido o critério definido pela legislação.

Relativamente à evolução nos níveis registados verifica-se que tem havido uma tendência para a redução dos valores médios anuais, à exceção da estação da Avenida da Liberdade, que no ano de 2014 inverteu a tendência de decréscimo verificada até então.

Na cidade de Lisboa as partículas (PM_{10}) são essencialmente emitidas pelo tráfego rodoviário (emissões diretas do escape dos veículos, desgaste dos pneus e dos travões e ressuspensão) podendo também ter origem em fontes industriais e naturais. É nas zonas de maior concentração de tráfego que se verificam os valores mais elevados.

Os resultados obtidos nas várias estações mostram que a média diária é o parâmetro que inspira maior preocupação, face aos valores registados e ao número de dias em excedência ao Valor Limite (VL) diário. No período de 2009 a 2014, os casos de ultrapassagens do VL anual foram pontuais, verificando-se sobretudo em estações urbanas de tráfego e nos anos entre 2009 e 2011.

Relativamente à evolução dos níveis registados de 2009 a 2014, verifica-se que tem havido uma clara tendência de decréscimo das concentrações de PM_{10} . Os resultados de partículas PM_{10} registados nos anos de 2012 a 2014 indicam uma melhoria significativa das concentrações deste poluente, face aos valores registados no ano de 2011, observando-se, nestes três anos, uma redução dos valores da média anual e do 36.º máximo diário de PM_{10} em todas as estações, relativamente a anos anteriores.

Importa referir que para os níveis de partículas registados em Lisboa, se observa um contributo significativo dos níveis de fundo regionais, que incluem o transporte de longa distância deste poluente. As concentrações deste poluente, observadas em Lisboa, sofrem uma influência significativa das fontes naturais, sendo de referir que os eventos naturais de intrusão de massas de ar com partículas em suspensão com origem nos desertos do Norte de África têm um peso para a média anual deste poluente entre 2 a 4%.

No período de 2009 a 2014 os níveis de ozono (O_3) registados nas estações urbanas de fundo da cidade de Lisboa ultrapassaram por vezes o valor alvo, não tendo no entanto sido atingido nunca o número máximo de excedências permitidas (25 dias). Registaram-se algumas excedências ao limiar de informação, nos períodos em que se verificaram condições meteorológicas propícias à formação deste poluente.

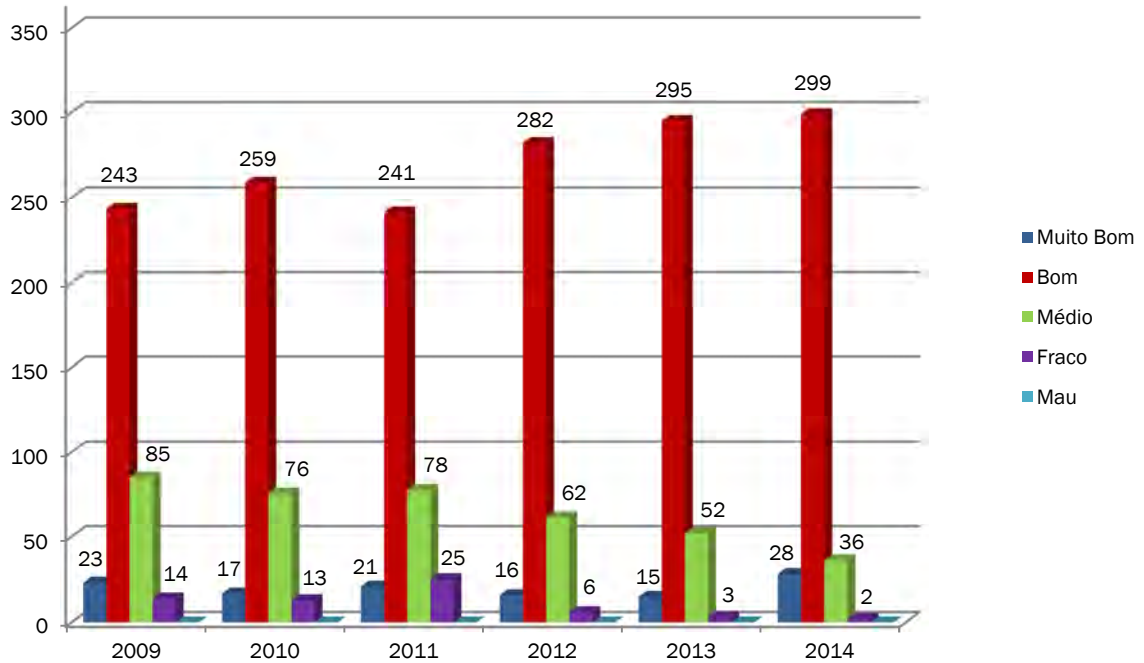
Uma vez que a formação do ozono depende, para além da presença das suas substâncias precursoras, das condições meteorológicas (elevada radiação solar e vento fraco), não se deteta uma tendência de evolução das suas concentrações. Verifica-se, no entanto, que em anos em que o verão foi mais quente ocorreu um maior número de ultrapassagens aos limiares de informação e de alerta e ao valor alvo.

O índice de qualidade do ar (IQar) é uma ferramenta que permite uma classificação simples e compreensível do estado da qualidade do ar. Este índice foi desenvolvido para poder traduzir num único valor qualitativo a qualidade do ar das aglomerações existentes no país e de algumas cidades e áreas industriais, facilitando o acesso do público à informação sobre esta matéria.

O índice de qualidade do ar resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede numa determinada área. Os valores determinados são comparados com as gamas de concentrações associadas a uma escala de cores sendo os piores poluentes responsáveis pelo índice.

Os poluentes englobados no IQar são os seguintes: dióxido de azoto (NO₂), dióxido de enxofre (SO₂) monóxido de carbono, medido segundo a média registada durante 8h consecutivas (CO 8h), ozono (O₃), partículas inaláveis ou finas, cujo diâmetro médio é inferior a 10 microns (PM₁₀).

Figura 4.3.1 – Distribuição do índice de qualidade do ar pelo número de dias em cada ano



Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente (APA), qualar.ambiente.pt, 2009 a 2014

O gráfico representa a distribuição dos valores do índice de Qualidade do ar, para a Área Metropolitana de Lisboa Norte, nos anos de 2009 a 2014.

Com base neste gráfico, verifica-se que a classe do índice mais frequente é “Bom”, com valores sempre superiores a 50% dos dias, atingindo em todos os anos valores na ordem dos 250 dias. De um modo geral as classes “Fraco” e “Mau” têm gradualmente tido menos expressão, sendo sempre inferior a 10% dos dias.

Da análise do histórico de dados do IQAr verifica-se que as PM₁₀ dominaram, como pior poluente, seguidas do O₃.

4.3.2 Planos e programas para a melhoria da qualidade do ar

A legislação europeia em vigor desde 1996, relativa à avaliação e gestão da qualidade do ar, estabelece que, nas zonas e aglomerações em que os níveis de um ou mais poluentes sejam superiores aos valores limite, os estados membros devem elaborar e aplicar planos de melhoria da qualidade do ar.

Em cumprimento desta obrigação, a CCDR-LVT elaborou em 2005 o Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo (PMQA-LVT), o qual foi aprovado pela Portaria n.º 715/2008, de 6 de agosto. Este plano, aplicável às aglomerações da Área Metropolitana de Lisboa Norte, Área Metropolitana de Lisboa Sul e Setúbal, visou avaliar e propor um conjunto de medidas, a implementar a curto e a médio prazo, destinadas a fazer cumprir os valores limite nessas zonas.

O PMQA-LVT serviu de base à elaboração do respetivo Programa de Execução (aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 20763, publicado em 16 de setembro de 2009). Este programa contou com a participação de uma equipa intersectorial, composta por responsáveis pela política de ambiente, transportes, indústria, proteção civil e também da administração local.

Para cada medida, foram definidas as ações a realizar para a sua concretização e respetiva calendarização, as entidades responsáveis pela execução dessas ações e os indicadores para avaliar a sua eficácia.

A maioria das medidas, em particular aquelas que dependem da administração local, foram objeto de protocolos de colaboração entre as autarquias envolvidas e a CCDR-LVT, entre elas o Município de Lisboa.

M1 - Gestão e acalmia do tráfego:

- Acesso condicionado a moradores e veículos autorizados, em bairros históricos da cidade de Lisboa (já implementado em várias zonas: Bairro Alto; Sé/Alfama; Bica/Santa Catarina; Madragoa), complementado com serviço Lisboa Porta-a-Porta;
- Implementação de uma zona de emissões reduzidas (ZER) que cobre cerca de 30% da área da cidade de Lisboa (Figura 4.3.2);
- Criação de zonas 30, em zonas residenciais, onde através da implementação de medidas de acalmia de tráfego é reduzido o tráfego de atravessamento garantindo condições de segurança para quem circula a pé ou de bicicleta.

M2 - Otimização e melhoria do desempenho ambiental de veículos e frotas:

- Redução da frota cativa de veículos ligeiros de passageiros (redução de 42% entre 2007 e 2012);
- Substituição parcial da frota de veículos ligeiros por veículos 100% elétricos;
- Renovação da frota de veículos pesados de recolha de resíduos, convertendo 54 veículos de gasóleo para gás natural;
- Instalação de 540 pontos de carregamento para veículos elétricos.

M3 - Promoção e sensibilização ambiental:

- Iniciativas de Sensibilização Ambiental realizadas no âmbito do programa de oferta educativa da Divisão de Educação e Sensibilização Ambiental.

M4 - Promoção do uso de transportes coletivos:

- Criação de novos corredores BUS.

M5 - Promoção de “Modos Suaves” de mobilidade:

- Consolidação da rede ciclável, ampliando a sua extensão e assegurando continuidade dos trajetos anteriormente existentes. A atual rede ciclável tem cerca de 60 km de extensão;
- Instalação de zonas de estacionamento gratuito para bicicletas, existindo atualmente 40 novas zonas de estacionamento com capacidade para 300 bicicletas;
- “PediBus” - projeto-piloto que consiste num “autocarro humano”, gratuito, em que as crianças, acompanhadas de um ou mais adultos (familiares dos alunos em sistema de rotatividade), seguem a pé para a escola, segundo um trajeto com paragens pré-definidas.

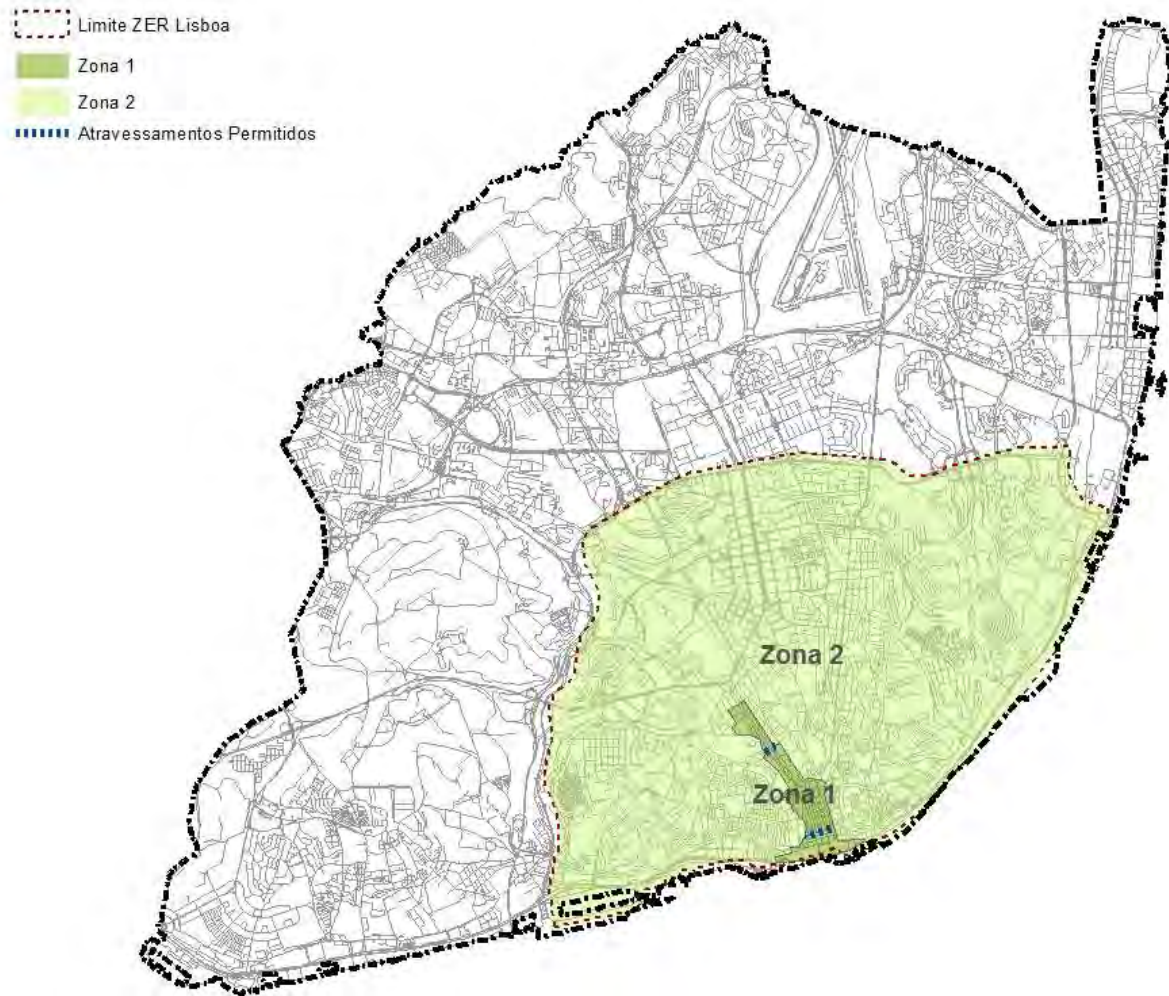
M6 - Gestão da oferta de procura de estacionamento:

- Aumento do esforço na fiscalização do estacionamento ilegal;
- Alargar a tarificação do estacionamento a novas zonas da cidade, impondo um tempo máximo com 3 diferentes tarifas dependentes da centralidade e da oferta de transportes públicos existentes na área.

M7 - Outro tipo de Planos e Programas:

- Reforço do número de lavagens na Av.^a da Liberdade por forma a reduzir fenómenos de ressuspensão de partículas (lavagem efetuadas com água reutilizada);
- Limitação da utilização de sopradores de folhas na manutenção e limpeza de rua e jardim na Av. da Liberdade, de forma a minimizar a ressuspensão de partículas;
- Instalação de sistemas termo solares de aquecimento de águas e painéis fotovoltaicos para produção de energia elétrica em 18 escolas municipais;
- Conversão dos Crematórios Municipais para Gás Natural;
- Aumento do número de árvores plantadas (em alinhamento, praças e parques).

Figura 4.3.2 – Restrições à circulação de veículos em função do ano de construção



Fonte: CML, 2015

4.4 Eficiência Ambiental – Água e Energia

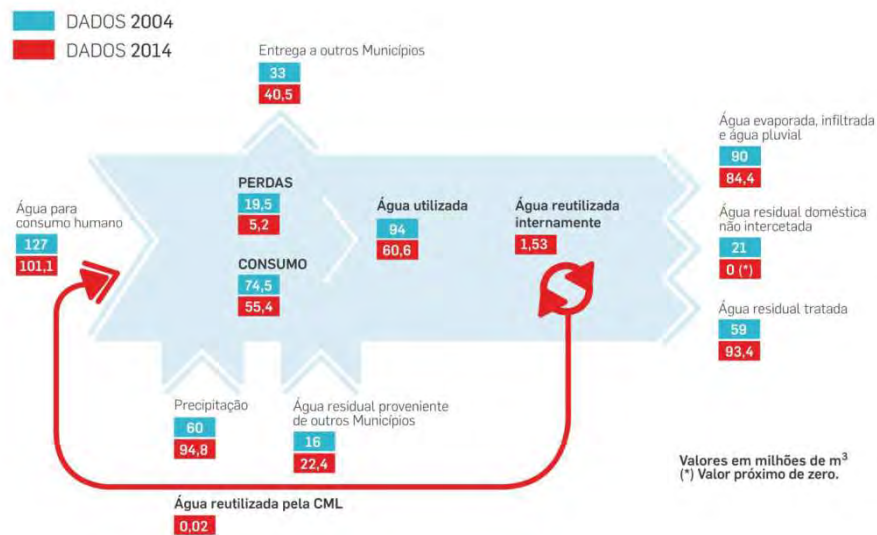
4.4.1 Água

Os dados apresentados reportam fundamentalmente à *Matriz da Água de Lisboa*¹ (MA) de 2014 desenvolvida pela Lisboa E-Nova – Agência Municipal de Energia-Ambiente de Lisboa, com a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa (CML), EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres², SA e ex-SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA³,

A MA de 2014 atualiza os dados da MA de 2004, permitindo deste modo uma perspetiva sobre a evolução do desempenho na exploração do recurso Água no município e o cumprimento das metas delineadas pela CML e pela EPAL (MA 2004), entre 2004 e 2014, reiteradas pela *Estratégia Energética e Ambiental* (EEA, Lisboa E-Nova, 2008).

- Redução significativa do valor das perdas;
- Redução quase a zero da água doméstica não intercetada;
- Aumento do volume de água residual tratada;
- Reutilização de água residual tratada;
- Aumento da precipitação.

Figura 4.4.1 Esquema da Matriz da Água



Fonte: Lisboa E-Nova (*Matriz da Água*), 2014

Detalha-se seguidamente os aspetos mais relevantes quanto à evolução do abastecimento e consumos, qualidade, perdas e reciclagem da água potável em Lisboa no período em análise.

¹ Disponível em: www.lisboanova.org e www.cm-lisboa.pt · Viver · Ambiente · Água.

² Empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pelo grupo AdP – Águas de Portugal.

³ Atualmente integrada em Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., grupo AdP – Águas de Portugal.

4.4.1.1 Abastecimento e consumos de água potável

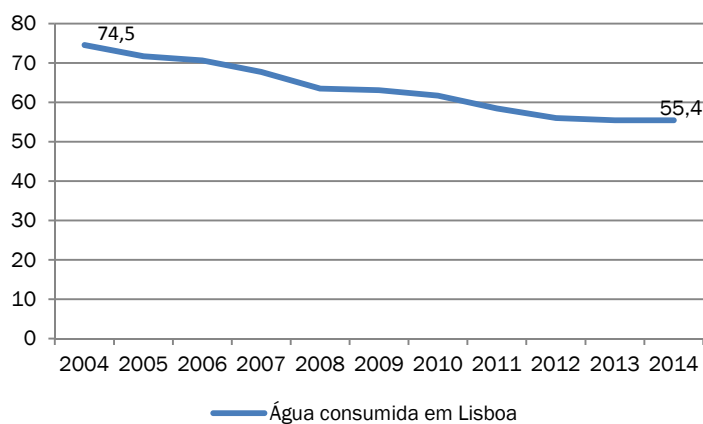
A gestão do sistema de infraestruturas de abastecimento de água ao município é assegurada pela EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A..

A cidade de Lisboa é abastecida através de uma rede de adutores com cerca de 740 km de comprimento, que recebe água de origens superficiais e subterrâneas localizadas a cerca de 100 km ao norte da cidade. A principal origem é a albufeira de Castelo de Bode que representa 80% a 90% da água fornecida pela EPAL, seguida da Captação de Valada do Tejo que capta água diretamente do rio Tejo. As restantes origens são captações subterrâneas dos aquíferos de Alenquer, Ota e Lezírias (aquífero Tejo-Sado), sendo este último o maior aquífero da Península Ibérica (MA, 2014).

A distribuição de água na cidade é assegurada através de uma rede com uma extensão de cerca de 1.420 km, complementada por um conjunto de infraestruturas e meios técnicos, nomeadamente, 14 reservatórios que permitem armazenar 429.000 m³ de água, 7 estações elevatórias, 3 estações sobreprensoras e 6 postos de cloragem. A rede de distribuição de água da EPAL na cidade de Lisboa serve cerca de 349 mil clientes conectados através de mais de 93.500 ramais de ligação.

Quanto aos consumos, a água potável consumida⁴ no Município de Lisboa em 2004 foi de 74,5 milhões de m³, tendo havido um decréscimo na ordem dos 26% até ao ano de 2014, em que se registou um consumo de 55,4 milhões de m³. Verificou-se também que essa tendência foi mais expressiva entre 2008 e 2013.

Figura 4.4.2 Evolução dos consumos globais de água potável em Lisboa (milhões m³)



Fonte: EPAL (apud Matriz da Água), 2014

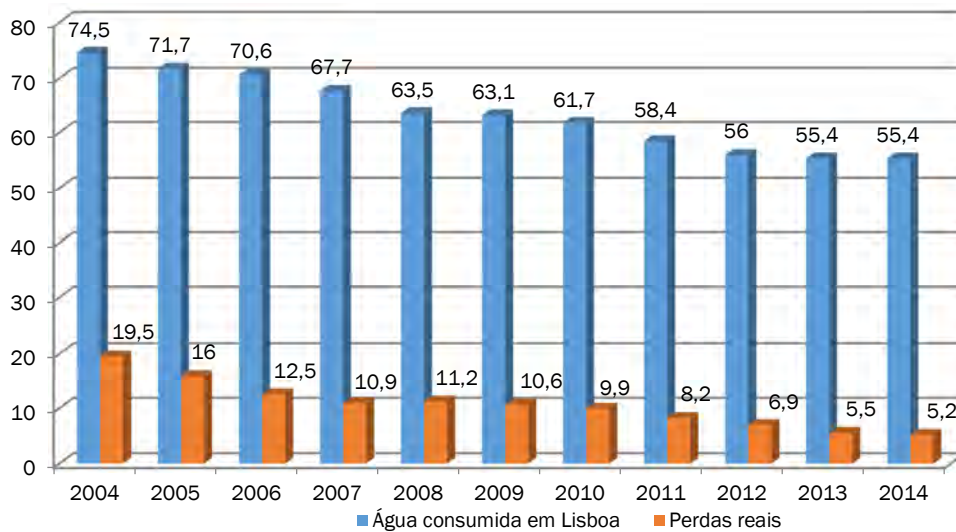
Foram ultrapassadas todas as metas propostas pela MA de 2004 e pela EEA de 2008. O município de Lisboa, em cooperação com a EPAL, estabeleceu como metas, entre 2004 e 2013, a redução do consumo global da água em 7,8% e a redução das perdas em 15,6%. Como se infere do Quadro 4.4.1, houve uma redução do consumo de 25,6% e a diminuição das perdas reais em 71,8%.

⁴ A água consumida em Lisboa corresponde à água utilizada menos as perdas reais. A água que foi efetivamente consumida em Lisboa, resulta da diferença entre a água utilizada na cidade e o volume de água realmente perdido (perdas físicas) na rede de distribuição da Cidade.

Quadro 4.4.1 Monitorização das metas da Matriz da Água (milhões de m³), 2004 a 2013

	2004	2013	Varição (2004-2013)
Água consumida em Lisboa	74,5	55,4	-25,60%
Perdas totais ⁵	30,2	8,1	-73,20%
Perdas reais	19,5	5,5	71,80%

Fonte: EPAL (*apud* Matriz da Água) 2014

Figura 4.4.3 Evolução dos consumos e das perdas de água em Lisboa (milhões de m³)

Fonte: EPAL (*apud* Matriz da Água), 2014

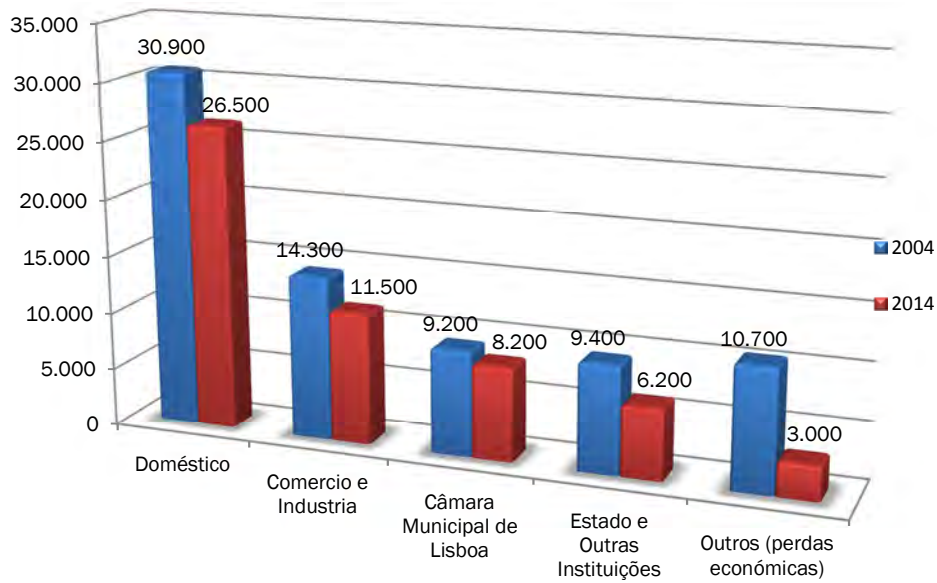
O volume de água realmente perdido teve uma redução muito significativa fruto das metodologias de monitorização e controlo da rede de distribuição implementadas pela EPAL, com o Sistema WONE⁶, o programa de reabilitação de condutas, em curso, a otimização da pressão nas infraestruturas e a inspeção regular dos depósitos.⁷

Aprofundando o desempenho dos vários setores de consumo, como demonstrado na figura 4.4.4, constata-se também um decréscimo dos consumos em todos os setores de atividade.

⁵ As perdas totais correspondem ao somatório das perdas económicas e das perdas reais. A diferença entre a água utilizada e a água faturada pela EPAL resulta em água perdida, designada por “perdas”. Estas podem ser perdas físicas ou reais (traduzem a água realmente perdida na sequência de fugas e/ou roturas na rede de distribuição) ou Perdas aparentes ou económicas: resultantes de consumos não autorizados, fornecimentos não medidos e erros de medição

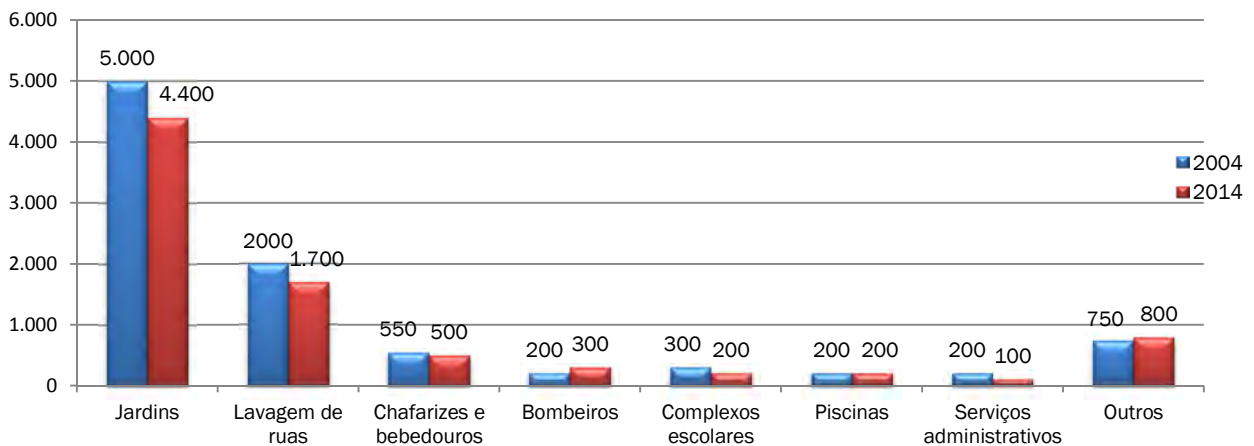
⁶ Sistema Wone – *Water Optimization for Network Efficiency*, sistema de gestão de redes da EPAL (v. subcap.4.4.1.4 Boas Práticas).

⁷ EPAL, 2014, *Candidatura de Lisboa a European Green Capital*

Figura 4.4.4 Consumo de água potável por setor de atividade em Lisboa (valores em 1000m³ de água)

Fonte: EPAL (apud Matriz da Água de Lisboa), 2014

Segundo a MA 2014, estes resultados são expressão, fundamentalmente, de uma maior sensibilização de operadores e consumidores para o uso eficiente da água. A título de exemplo, o peso das boas práticas na redução dos consumos é corroborado pelos dados referentes à **capitação** doméstica que, segundo a MA 2014, sofreu uma redução de 152 litros/hab.dia em 2004 para 142 litros/hab.dia em 2014, ou seja, uma redução de cerca de 6,5% no consumo diário por habitante.

Figura 4.4.5 Desagregação dos consumos de água potável na CML (valores em 1000 de m³)

Fonte: EPAL (apud Matriz da Água), 2014

De realçar também a diminuição do consumo da Câmara Municipal de Lisboa (CML) que baixou, no mesmo período, de 9,2 para 8,2 milhões de m³ (Figura 4.4.4). A desagregação dos consumos da CML (Figura 4.4.5) refletem os resultados do investimento para a poupança de água quer na rega de espaços verdes, através da introdução de sistemas de rega com tecnologias mais eficientes, quer na lavagem de ruas com recurso a águas residuais tratadas.

Para além da monitorização das metas definidas pela Matriz da Água, há a considerar as boas práticas entretanto introduzidas pela CML.

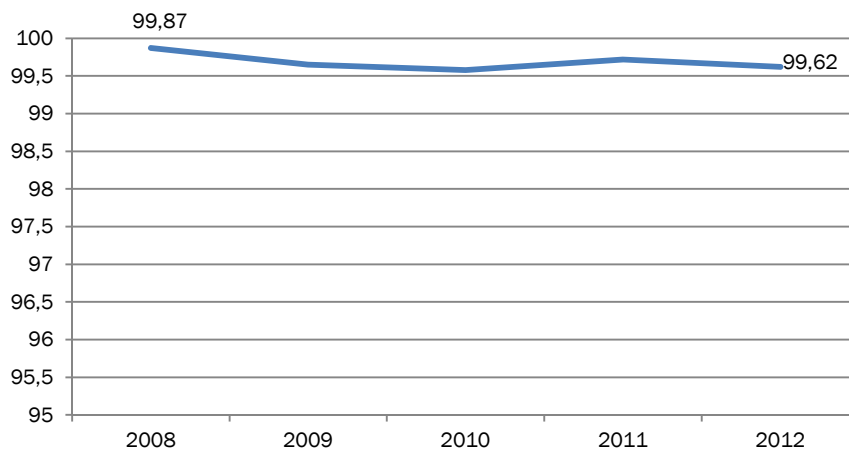
A título de exemplo, o projeto Gestor Remoto – Água, em desenvolvimento desde o início de 2015 (CML/Lisboa E-Nova) tem o objetivo de apresentar medidas de uso eficiente de água para os maiores consumidores da CML. Com as medidas já implementadas prevê-se uma redução de consumo anual de 450 mil m³, havendo ainda a meta de aumentar esta poupança para 1 milhão de m³ em 22 contadores analisados, correspondendo a 32% do consumo total anual da CML⁸.

Em síntese, analisados os consumos na generalidade e por sector, verifica-se uma tendência para a diminuição dos consumos e das perdas, em parte associada ao esforço de modernização dos sistemas e das infraestruturas e a adoção de boas práticas.

4.4.1.2 Qualidade da água potável

A qualidade da água regista continuamente níveis de excelência, conforme monitorização levada a cabo pela ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (Figura 4.4.6).

Figura 4.4.6 Qualidade da água na cidade de Lisboa (%)



Fonte: Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P.

4.4.1.3 Águas Residuais

A recolha, tratamento e rejeição das águas residuais provenientes da habitação, comércio e indústria no município de Lisboa estão assegurados pelo Sistema Multimunicipal de Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão. O sistema - constituído por 28 ETAR (Estações de Tratamento de Águas Residuais), 80 Estações Elevatórias e 294 km de Intercetores e Conduatas Elevatórias - é gerido pela

⁸ Os principais objetivos de poupança reportam aos seguintes espaços: Parque Eduardo VII, instalações da Cruz das Oliveiras, jardim Amália Rodrigues, Quinta das Conchas, Praça do Império e Parque da Bela Vista.

empresa Aguas de Portugal⁹ e abrange os Municípios da Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira (bacia hidrográfica do Tejo e Trancão e Ribeiras do Oeste), servindo atualmente uma população total de cerca de 1,5 milhões de habitantes. A água residual é conduzida às diversas ETAR, onde é tratada e devolvida ao meio recetor ou reutilizada.

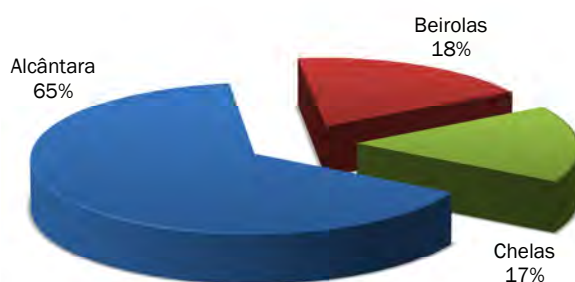
O volume de água residual tratada aumentou consideravelmente desde o ano de 2004 sendo atualmente a percentagem de água não interceptada muito reduzida.

Em 2004, foram produzidos no município de Lisboa cerca de 73,2 milhões de m³ de águas residuais. Destes, 71,0 milhões de m³ (97% do total produzido) foram tratados no Município de Lisboa e 2,3 milhões de m³ (os restantes 3%), provenientes da vertente norte do município, foram tratados fora do município (MA 2014).

O município de Lisboa é servido pelos subsistemas de Alcântara, Beirolas e Chelas. Segundo a mesma fonte (MA 2014), a ETAR de Alcântara é responsável pelo tratamento e encaminhamento de 60.367 m³ (65%) das águas residuais, seguindo-se a ETAR de Beirolas com 17.399 m³ (18%) e a ETAR de Chelas que trata 15.607 m³ (17%) das águas residuais produzidas em Lisboa. Constata-se um aumento significativo no tratamento de águas residuais resultante sobretudo da modernização da ETAR de Alcântara (MA 2014) e do reencaminhamento da descarga do Terreiro do Paço.

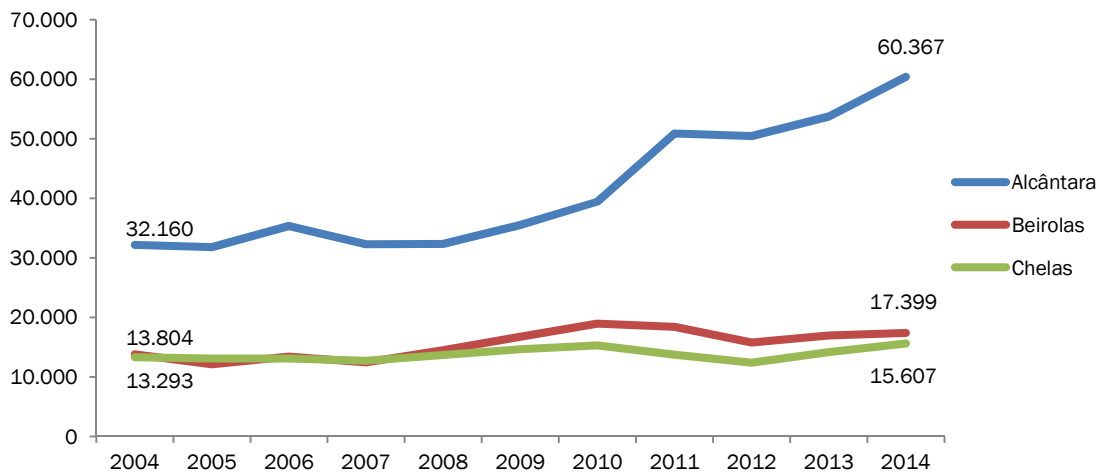
As águas residuais provenientes de outros municípios que são tratadas nas ETAR da ex-SIMTEJO localizadas no Município de Lisboa, representam cerca de 25% do total (MA 2014).

Figura 4.4.7 Tratamento de águas residuais nas ETAR situadas em Lisboa (%)



Fonte: ex-SIMTEJO (apud Matriz da Água), 2014

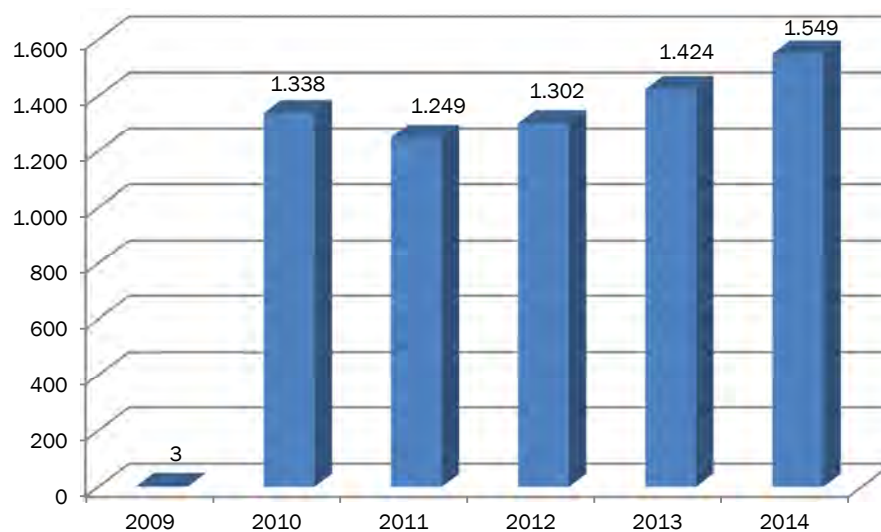
⁹ Que integrou a ex-SIMTEJO.

Figura 4.4.8 Evolução do tratamento de águas residuais nas ETAR situadas em Lisboa (m³)

Fonte: ex-SIMTEJO (apud Matriz da Água), 2014

Quanto à reutilização, a (EEA) fixou em 2008 a meta de reutilização de águas residuais tratadas em 3,1m³/hab., a alcançar em 2013, sendo na altura inexistente a utilização de águas recicladas.

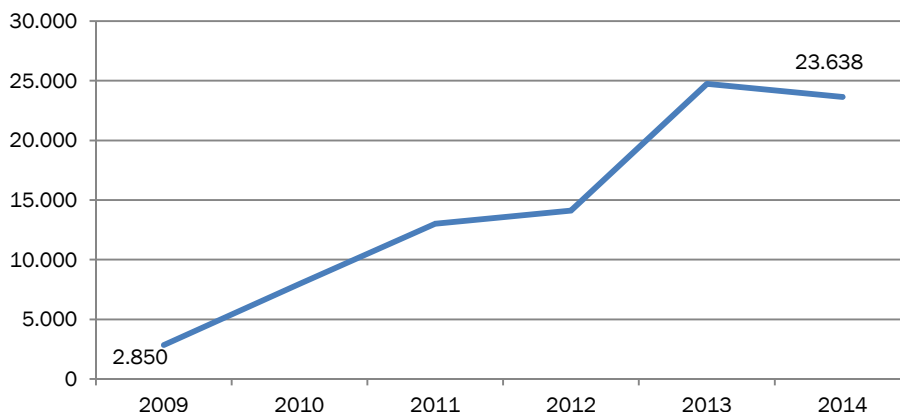
Em 2013, a água reutilizada com origem nas ETAR de Lisboa foi 1.423.762 m³. Considerando que o INE estima que em 2013¹⁰ residiram 511.667 habitantes no Município de Lisboa, a utilização de águas recicladas *per capita* foi de 2,78 m³/hab., pelo que a meta de 3,1 m³/hab. ainda não foi atingida. De notar que a maioria da reutilização das águas residuais tratadas é utilizada internamente pela ex-SIMTEJO, sendo 24,733 m³ (2013) reutilizada pela CML (MA, 2014).

Figura 4.4.9 Água reutilizada com origem nas ETAR situadas em Lisboa (volume milhares m³)

Fonte: ex-SIMTEJO (apud Matriz da Água), 2014

¹⁰ Dados de população residente disponíveis em: <http://www.ine.pt>

Figura 4.4.10 Evolução do volume de água reutilizada pela CML (m³)



Fonte: ex-SIMTEJO (apud Matriz da Água) 2014

Em 2009, o município começou a usar águas residuais tratadas, na lavagem de ruas e contentores, tendo poupado 73 mil m³ de água potável¹¹. A Lisboa E-Nova e a EPAL, conjuntamente com a ex-SIMTEJO promoveram um projeto de reutilização de água residual na ETAR de Chelas, utilizada pela CML essencialmente para a rega de jardins e lavagem de ruas, em alguns locais da cidade, próximos desta ETAR. A água reutilizada pela CML é essencialmente proveniente da ETAR de Chelas, com exceção do ano de 2014, que contou com 229 m³ produzidos na ETAR de Alcântara.

Dos dados expostos, apesar de não se ter ainda alcançado a meta fixada para reutilização de águas residuais, constata-se uma tendência positiva entre 2008 e 2013.

Entre os esforços atualmente em curso para melhorar este desempenho, salienta-se o projeto de licenciamento junto das entidades competentes para reutilização da água para rega dos espaços verdes do Parque das Nações.

4.4.2 Energia

4.4.2.1 Consumo de energia

A EEA Estratégia Energético-Ambiental (Lx E-Nova, 2008) estabeleceu, com base nas metas fixadas para o país até 2015 (Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética) e pelo município de Lisboa até 2013, as seguintes metas para o consumo de energia primária:

- Redução de 8,9% do consumo de energia primária do município, até 2013 (nos sectores edifícios residenciais, edifícios de serviços e transportes rodoviários), relativamente ao ano de 2002;
- Redução de 9,4% do consumo de energia primária pelos serviços da CML, até 2013, relativamente ao ano de 2002.

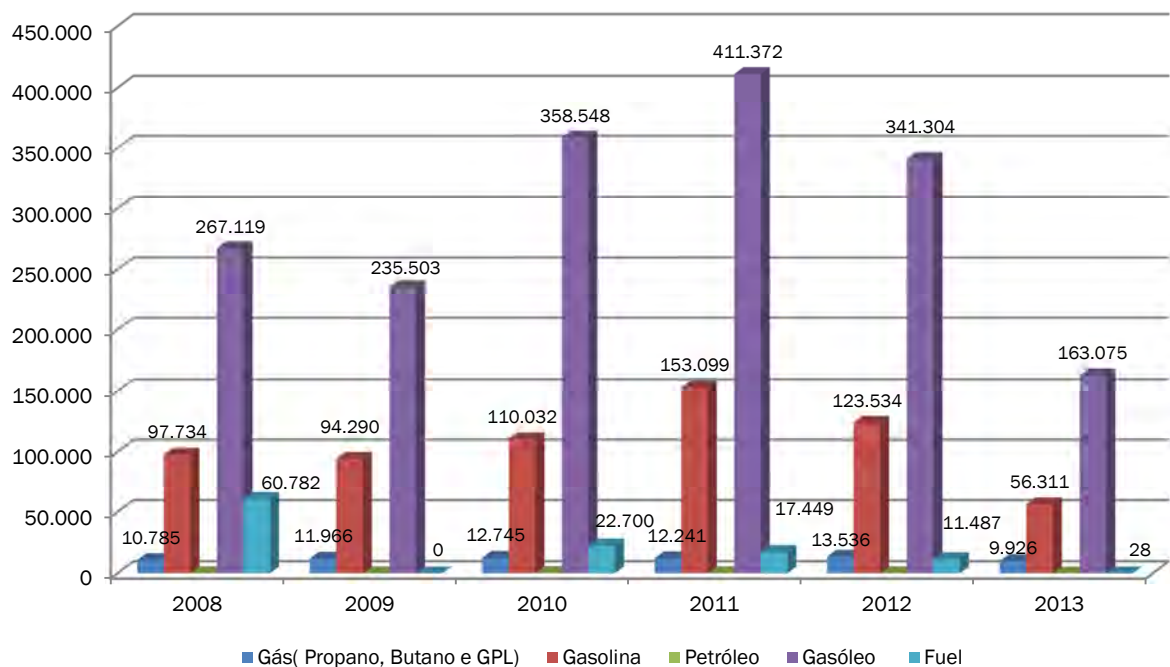
¹¹ Candidatura de Lisboa a *European Green Capital*

Os dados ao momento não permitem ainda confirmar o cumprimento destas metas, aguardando que a atualização Matriz de Energia (ME) e da EEA, em curso pela Lisboa E-Nova, permita um retrato mais rigoroso nesta área.

Neste quadro, foram considerados os dados disponibilizados pelo INE – Anuários Estatísticos. O Anuário mais recente a que se teve acesso (2013, edição de 2014) não inclui ainda dados disponíveis para os anos de 2013 e 2014 que permitam verificar a evolução desta tendência.

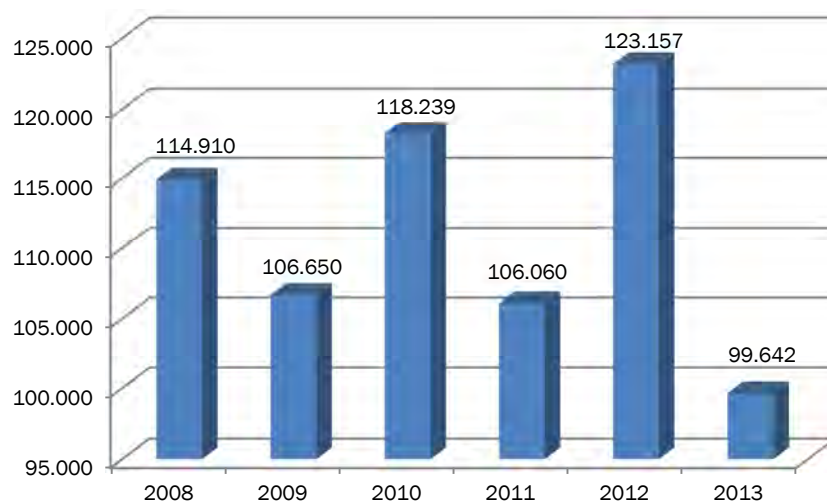
Considerando os dados de evolução da venda de combustíveis, verifica-se que apresenta um padrão com oscilações, cuja compreensão não dispensa uma análise mais especializada das atividades que lhe estão implícitas. Acresce que, os dados para 2014 – não disponíveis nos Anuários a que houve acesso – são fundamentais para compreender e confirmar tendências.

Figura 4.4.11 Evolução da venda de combustíveis para consumo em Lisboa (toneladas)



Fonte: INE (Anuários Estatísticos), 2014 – dados provisórios

Figura 4.4.12 Evolução da venda de gás natural para consumo em Lisboa (Nm³)



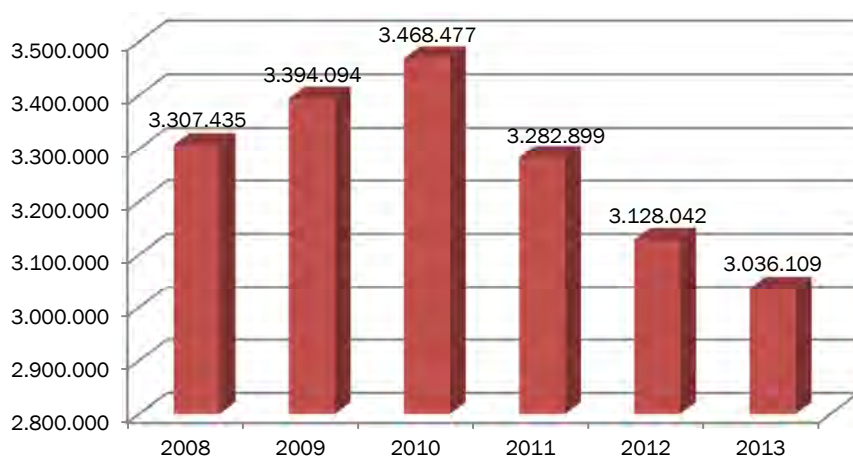
Fonte: INE (Anuários Estatísticos), 2012 /2014 – dados provisórios

Apesar destes constrangimentos, é de realçar um pico em 2011 para os valores de gásóleo e de gasolina e seguido de um decréscimo no ano de 2012; enquanto o gás natural pelo contrário, regista dois picos em 2010 e 2012. É de notar que esta avaliação da venda de combustíveis está diretamente relacionada com o número de postos de venda, não nos informando acerca dos valores de energia consumida na cidade. Esta questão será ponderada em futuras edições do REOT, aguardando-se a revisão da (ME).

Quanto aos dados disponíveis sobre os consumos de energia elétrica (disponibilizados também pelo INE, Anuários Estatísticos) evidenciam, no cômputo geral, um decréscimo global no consumo no município de Lisboa, entre 2008 e 2013, a que corresponde uma taxa de variação de - 8.2%.

Analisados os consumos nos diferentes usos, constata-se que a redução decorre sobretudo nos consumos domésticos e na iluminação interior de edifícios do Estado, correspondendo estes sectores a 23% e 11% do consumo total de energia elétrica.

Figura 4.4.13 Evolução dos consumos de energia elétrica no município de Lisboa (milhares)¹²



Fonte: INE (Anuários Estatísticos), 2008 a 2013

Os valores apresentados para o consumo e para o número de consumidores de energia elétrica dizem respeito ao universo das empresas de produção/distribuição do país (e não apenas aos fornecimentos da EDP) e incluem o autoconsumo e a cogeração.

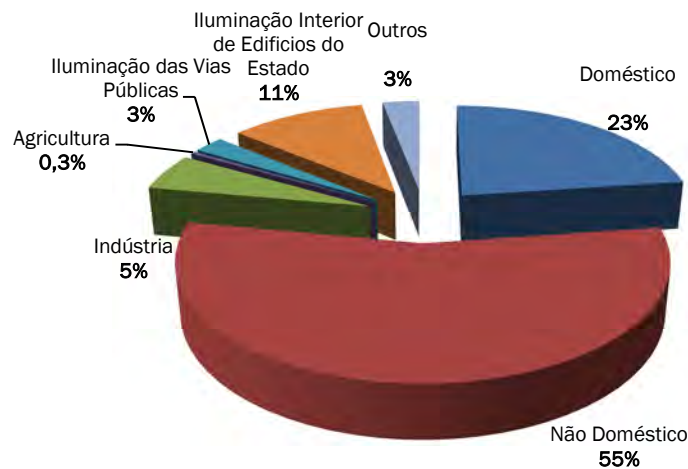
Na categoria “não doméstico”, estão incluídos os consumidores de eletricidade em todos os setores económicos, exceto os consumidores particulares e os consumidores da indústria, agricultura e transportes.

Na categoria, “outros”, consideram-se os consumidores do setor dos transportes (identificado pela DGEG como “tração”).

Os usos diversos relativos ao consumo da energia dizem respeito aos consumidores na indústria, agricultura, “não domésticos”, iluminação de vias públicas, iluminação no interior de edifícios do Estado e outros.

¹² Os dados de 2010, 2011 e 2012 são dados provisórios.

Figura 4.4.14 Consumo de energia elétrica por setor em Lisboa (%), 2013



Fonte: INE (Anuários Estatísticos), 2014

4.4.2.2 Potencial solar do edificado

A Carta do Potencial Solar do Município de Lisboa¹³ (Lisboa E-Nova, 2012), decorrente da Estratégia Energético-Ambiental para Lisboa comprova que a cidade dispõe de condições excepcionais de exposição solar que justificam e recomendam a incorporação no edificado, deste recurso para o aquecimento de águas e o aproveitamento de sistemas micro-produtores de energia.

O exercício de cálculo do potencial solar da cidade de Lisboa – efetuado a propósito do Documento Estratégico da Colina de Santana (CML/DPRU, 2014, c/ colaboração da Lisboa E-Nova) – refere que existe:

- Potencial de captação solar das coberturas dos edifícios de Lisboa (para coberturas classificadas na Classe IV) de 6.815 GWh/ano¹⁴;
- Potencial por área de “chão”: 80 kWh/m².ano (considerando a área da cidade: 84,4 Km²¹⁵), ou seja (6 815.000.000 kWh/ano / 84,4 Km²).

Estes cálculos alinham com o documento Lx-Europa 2020 (CML, 2013:92) que refere, com base na Carta do Potencial Solar, que 28% de todas as coberturas de Lisboa estão otimamente orientadas para o aproveitamento de energia solar (considerando apenas a classe IV, ou seja, a mais favorável).

¹³ A Carta do Potencial Solar de Lisboa está disponível no endereço: <http://lisboanova.org>

¹⁴ Valor referente à captação bruta de energia solar (diferente do valor de 593 GWh constante no documento Lx-Europa 2020 que é já um valor líquido, tendo em conta que uma parcela das coberturas terá de ser afeta a painéis solares térmicos, pela aplicação do RCCTE (Regulamento das Características do Comportamento Térmico dos Edifícios) que estabelece 1m²/ocupante, e que sobre a área restante é aplicado o rendimento de conversão de energia solar em energia elétrica do painel fotovoltaico, considerado de 10%.

¹⁵ Considerou-se, para este efeito, o valor de 84,4 Km² para a superfície da cidade, em função da área usada pela Carta do Potencial Solar, datada de 2012.

4.4.2.3 Sistema de Certificação Energética (SCE) do edificado

A monitorização do Sistema de Certificação Energética (SCE) de edifícios em Lisboa tem por base a Informação fornecida pela ADENE - Entidade responsável pela gestão do SCE de edifícios.

Os dados disponíveis reportam ao início da implementação do SCE desde Janeiro de 2007 até Outubro de 2014.

De realçar que este período alargado corresponde também à evolução dos corpo legal que regula o sistema desde a sua criação, ou seja:

- D.L. 78/2006, regulado pelos D.L. 79/2006 (edifícios de serviços) e D.L. 80/2006 (edifícios de habitação) e pela Portaria 465/2007;
- D.L. 118/2013 - que transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento e do Conselho Europeu, de Maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios -, que substitui a anterior e congrega toda a normativa referente ao SCE num único diploma legal.

Esta informação constitui o histórico do (SCE) em Lisboa e o ponto de situação da sua aplicação até Outubro de 2014. A sequência do processo de monitorização deverá, desejavelmente, ser agilizada e melhorada em articulação com a ADENE.

A certificação energética está a ser aplicada aos serviços e habitação, estando Estão excluídos do SCE: a) As instalações industriais, agrícolas ou pecuárias; b) edifícios de atividades religiosas / culto.

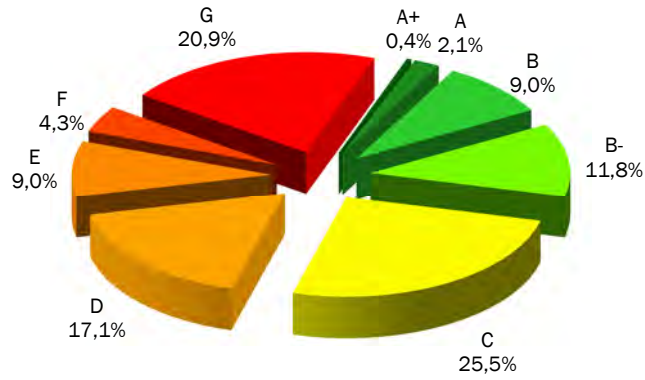
Relativamente à situação da certificação energética referente à atividade “Serviços”, foi possível apurar os seguintes indicadores:

- Total de certificados emitidos na cidade;
- Total de certificados emitidos por freguesia.

Atualmente, a natureza dos dados disponibilizados pela ADENE e pelo INE não permite estabelecer a correlação entre o número de certificados e o total do edificado da cidade. Nestas circunstâncias, é apenas possível registar um total de 10435 certificados emitidos na cidade, distribuídos por freguesia estando neste valor incluídos tanto edifícios como frações.

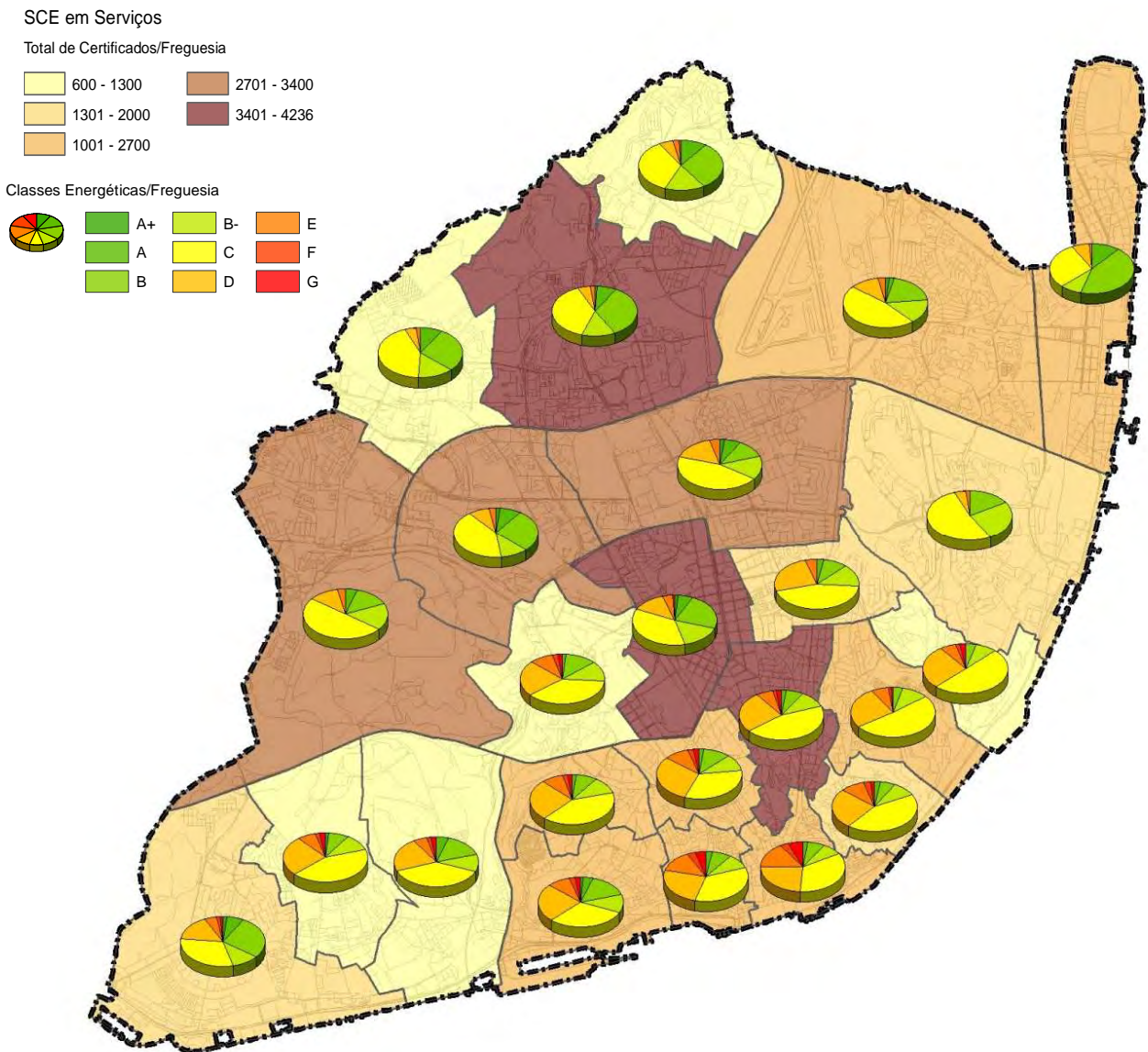
Observando os resultados por freguesia, verifica-se que os certificados emitidos se situam preponderantemente nas classes “C” com 26%, “G” com 21% e “D” com 17%, e o que indicia um desempenho energético médio a fraco, com pouca expressão das classes mais favoráveis (A, A+, B e B-). Também se observa um maior número de certificados emitidos nas Freguesias respetivamente das Avenidas Novas, Arroios e Lumiar, seguidas de Alvalade, Benfica e São Domingos de Benfica. Todavia, sendo dados absolutos não expressam nem a proporção entre a distribuição de imóveis certificados pelo território, nem a relação entre serviços e outros usos, nomeadamente residencial.

Figura 4.4.15 Classes de certificação energética em serviços, Lisboa, Outubro (%)



Fonte: ADENE, 2014

Figura 4.4.16 Certificação energética em serviços por freguesia (nº certificados emitidos)¹⁶



Fonte: ADENE, 2014

¹⁶ Outubro de 2014

Relativamente à situação da certificação energética referente à atividade “Serviços”, foi possível apurar os seguintes indicadores:

Total de certificados emitidos

- Total de alojamentos certificados (cidade)/Total de Alojamentos-INE (cidade) (%);
- Total de alojamentos certificados (freguesia)/ Total de Alojamentos-INE (freguesia) (%);
- Classes energéticas (% de cada categoria de classificação energética/freguesia), com identificação da(s) classe(s) energética(s) dominante(s).

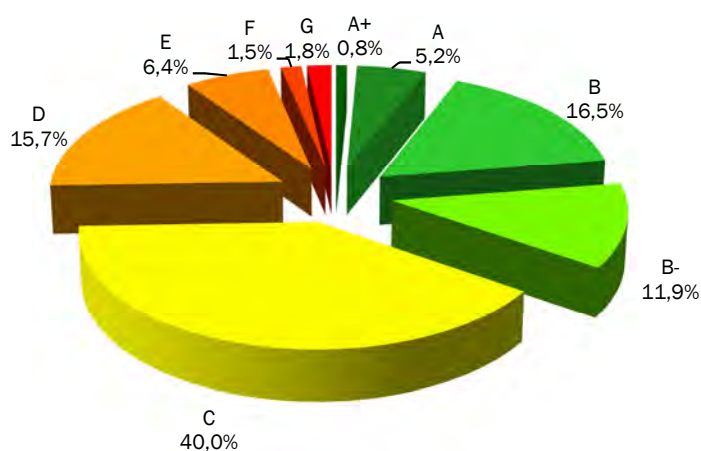
Os dados dos censos usados são os do último censo disponibilizado pelo INE, tratados pela CML de acordo com a reforma administrativa das freguesias, de 2012.

Os resultados evidenciam que a expressão de alojamentos certificados é ainda reduzida. Verifica-se a existência de 54675 certificados emitidos (alojamentos certificados), o que corresponde a 17% dos alojamentos da cidade.

Observando os resultados por freguesia, verifica-se que a % de certificados emitidos se situa num intervalo entre os 8,4% na Freguesia do Beato e os máximos de 26% e 25, 4% nas freguesias de Avenidas Novas e Santo António. Constata-se um grupo com valores superiores entre os 20% e os 25% de certificados emitidos que compreende as freguesias de Lumiar, Misericórdia, Sta. Maria Maior e Parque das Nações.

Além disso, constata-se que a classe preponderante é a classe “C” com 40% seguido pelas classes “D” e “B” ambas com 16% e ainda a classe B- com 12%, o que indicia um desempenho energético médio, mas em que as classes mais favoráveis tendem a assumir uma maior expressão, concretamente nas classes “B” e “B-”.

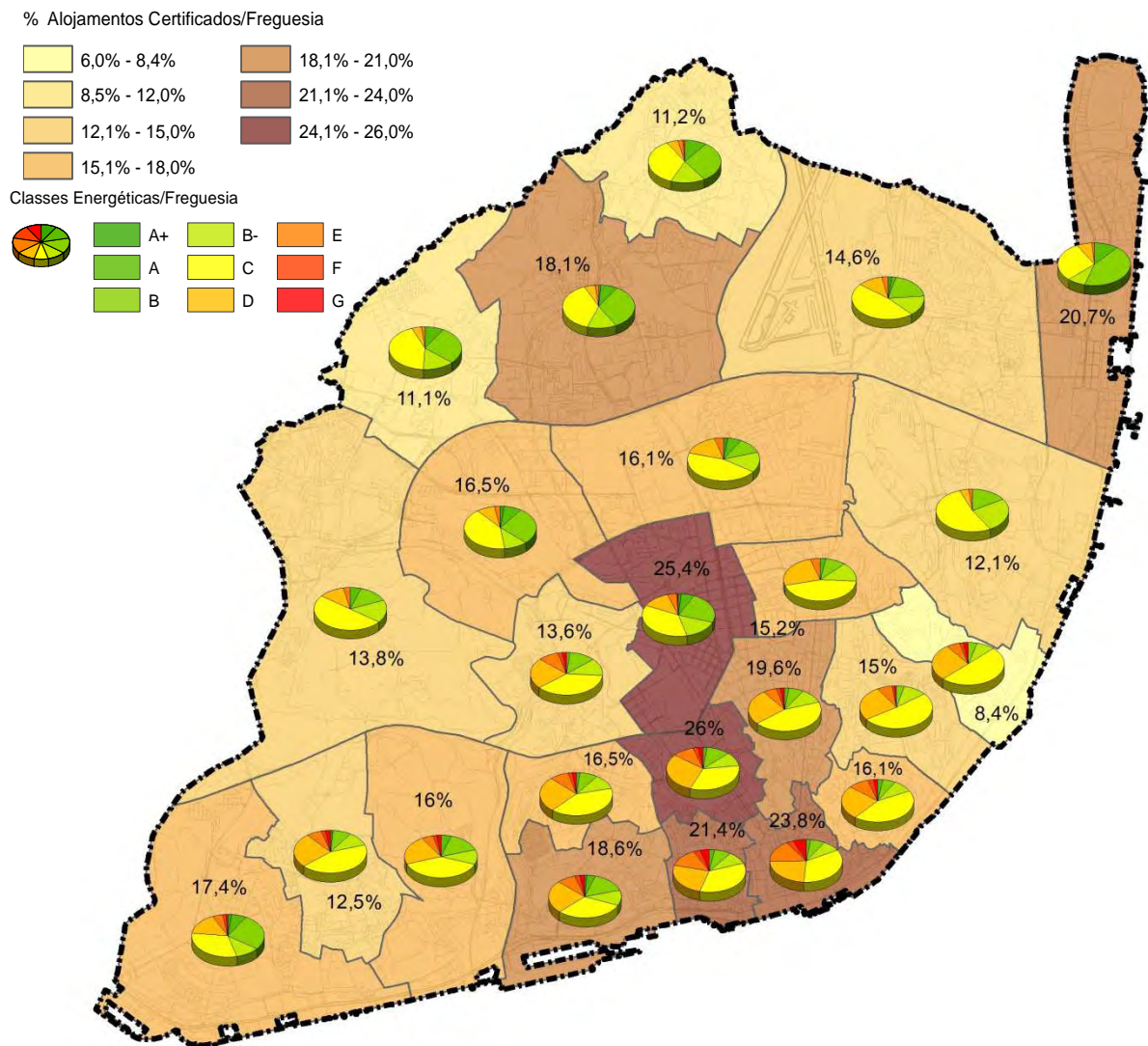
Figura 4.4.17 Classes de certificação energética da habitação (alojamentos), Lisboa ¹⁷(%)



Fonte: ADENE, 2014

¹⁷ Outubro de 2014

Figura 4.4.18 Certificação energética da habitação (alojamentos) por freguesia¹⁸

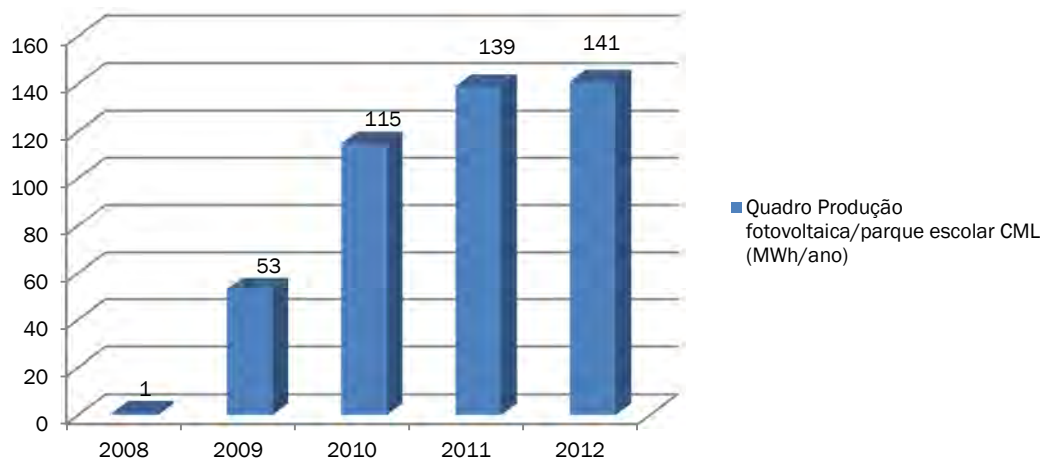


4.4.2.4 Energias renováveis no edificado propriedade do município

Entre 2008 e 2012, a CML instalou sistemas de micro-geração em 33 escolas, cujos valores de produção anual de sistemas fotovoltaicos alcançaram os 141 MWh/ano.

¹⁸ Outubro de 2014

Figura 4.4.19 Produção fotovoltaica anual no parque escolar da CML



Fonte: CML; EDP-Distribuição

A partir de 2014, com a passagem dos contratos de eletricidade para as Juntas de Freguesia, a monitorização do sistema e a avaliação da produção fotovoltaica passarão a ser feitas através dessas instituições.

4.4.2.5 Eficiência energética no espaço público - Iluminação pública e semaforização

A CML tem vindo a fazer investimentos para a redução de consumo na Iluminação Pública da cidade. Nesse âmbito, foram intervencionados com medidas de eficiência energética cerca de 11% do total de pontos de luz da cidade de Lisboa, permitindo alcançar uma poupança energética de 816.568 W.

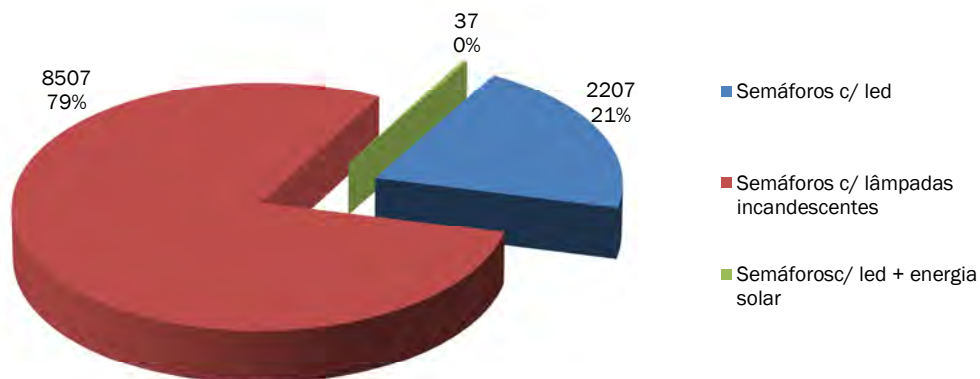
Quadro 4.4.2 Pontos de luz instalados no município de Lisboa (2009-2014) e poupança energética

	Nº pontos	Poupança energética (W)
Blocos óticos e substituição do tipo de lâmpadas	468	37.193
Balastros eletrónicos	1.114	76.321
Balastros eletrónicos com regulação de fluxo	939	305.297
Eradicação da tecnologia de mercúrio (financiamento (QREN))	2.644	191.383

Fonte: CML (DMAU/DIP), 2015

No que respeita a semaforização, constata-se que o município tem também vindo a desenvolver uma ação de modernização nesta área cujo ponto de situação à data de Fevereiro de 2015, se sintetiza:

Figura 4.4.20 Semáforos existentes no Município de Lisboa



Fonte: CML (DMAU/DIP), 2015

Os níveis de poupança energética variam de acordo com a ótica utilizada, e o tempo de utilização de cada semáforo. Como regra tem-se utilizado para os cálculos que as lâmpadas incandescentes têm 100 W, os led variam entre 5W e 8W.

Quanto à continuidade do uso da tecnologia “led”, nos últimos anos todos os novos cruzamentos estão equipados com semáforos com tecnologia “led”. Está programada, para 2015, a substituição de todos os semáforos com lâmpadas de incandescência para a tecnologia “led”.

4.4.2.6 Eficiência energética nos transportes - Mobilidade elétrica

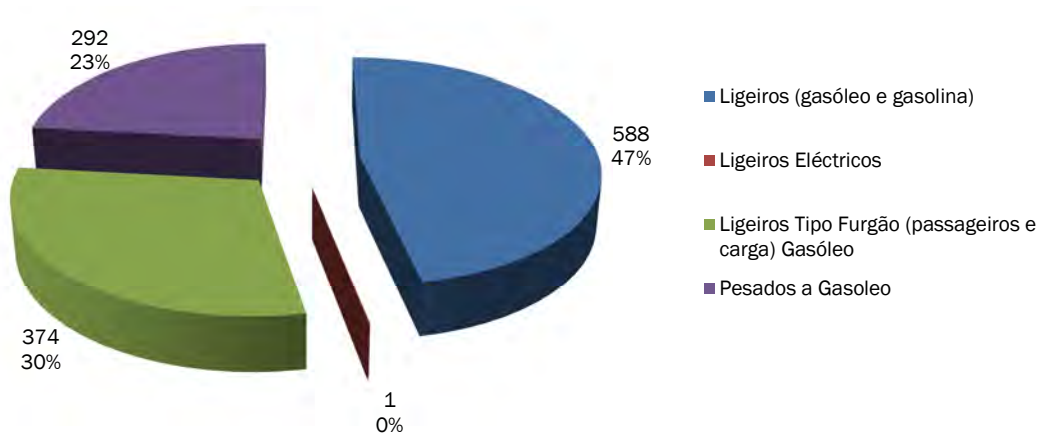
Inseridos na rede MOBI.E¹⁹ - uma rede de carregamento inteligente, presente em todo o território nacional e acessível por todos os utilizadores, compatível com todas as marcas de veículos, que permite repor os níveis de energia. A Rede de Mobilidade Elétrica em Lisboa (parceiros: CML, Lisboa E-Nova e EMEL) dispõe de 516 pontos de carregamento (dados de Abril de 2012).

4.4.2.7 Eficiência energética na frota de veículos ao serviço do município

A frota municipal dispõe atualmente ao serviço de 57 veículos elétricos (VE) de passageiros e 54 viaturas pesadas a Gás Natural (GNC), verificando-se uma tendência crescente na opção por veículos energeticamente mais eficientes e uma redução de cerca 50% de veículos ligeiros.

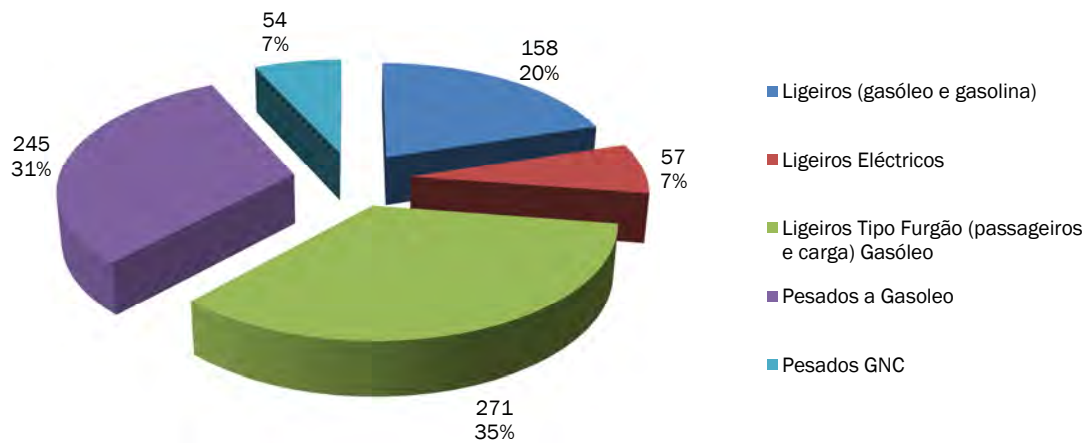
¹⁹ [<http://www.mobie.pt/a-rede-mobi.e>]. O mapeamento dos pontos de carregamento na cidade (Abril, 2012) disponível em linha.

Figura 4.4.21 Fontes de alimentação da frota municipal (2005)



Fonte: CML (DRMM), 2014

Figura 4.4.22 Fontes de alimentação da frota municipal (2014)



Fonte: CML (DRMM), 2014

Os dados incluem a frota afeta à Polícia Municipal, mas excluem a frota do RSB e as transferências para as Juntas de Freguesia.

4.4.3 Boas práticas de eficiência ambiental

Foram levadas a cabo ou estão em curso diversas iniciativas de divulgação de boas práticas para um aumento do uso eficiente da água, entre as quais se salienta:

- AdaptaClimaProject – EPAL, 2010, definição de estratégias de adaptação às alterações climáticas na gestão do sistema, a médio e longo prazo;
- Sistema WONE – Water Optimization for Network Efficiency (sistema de monitorização e controlo de fugas) distinguido pela WEX Global – Water and Energy Exchange com o Prémio Inovação 2013, na categoria operações. A rede de distribuição da EPAL foi setorizada em mais de 150 Zonas de Medição e Controlo (ZMC). Estas zonas, compreendendo aproximadamente troços de rede com cerca de 10 km e até 3.000 clientes, são desenhadas para que toda a água que nelas entra passe pelo medidor de entrada. Este medidor tem telemetria instalada e regista a pressão e o caudal em cada 15 minutos. Estes dados são diariamente transmitidos para o WONE que, de acordo com parametrização definida, gera informação e alertas essenciais ao controlo contínuo da rede de distribuição;
- MyAQUA – aplicação de acesso livre para telemóveis, para monitorização pelos consumidores (EPAL);
- Serviço Waterbeep – iniciativa da EPAL, de finais de 2013 no sentido de envolver os consumidores finais;
- Campanhas diversas de sensibilização, junto da população desencadeadas (APA, EPAL, CML e Lisboa E-Nova).

Existem outras iniciativas, cujo calendário de implementação permitirá uma monitorização em termos de maior eficiência ambiental, em futuras edições do REOT, entre as quais se destaca:

- Impacto dos créditos atribuídos por Eficiência Energética, pela aplicação do Regulamento Municipal que aprova os Incentivos a Operações Urbanísticas de Interesse Municipal;
- Projecto Eco-Bairro da Boavista (instalação de turbinas eólicas etc.).

4.5 Riscos Naturais e Antrópicos

4.5.1 Introdução

Procurou-se sistematizar neste documento, alguns indicadores para 2014, no domínio da Proteção Civil, que expressem e avaliem as várias suscetibilidades e vulnerabilidades municipais, e que demonstrem a intervenção desenvolvida no âmbito da prevenção e minimização de riscos.

A construção de indicadores pressupõe uma boa sistematização, atualização e organização da informação existente, o que nem sempre é fácil. A complexidade dos processos de análise de risco, planeamento e resposta à emergência, o grande volume de informação a gerir e a necessidade da sua integração, cruzamento e referenciação espacial (em alguns casos), coloca algumas dificuldades que terão de ser ultrapassadas.

Assim, procurou-se nesta primeira fase, apresentar indicadores de carácter geral e de base, que permitam ilustrar uma evolução dos indicadores registados em 2009 e integrar a informação constante na próxima revisão do PDM. No futuro, pretende-se caminhar no sentido de uma cada vez maior quantificação da informação e da sua georreferenciação, sempre que possível, e de uma progressiva melhoria da qualidade e discriminação dos dados apresentados.

4.5.2 Metodologia

No âmbito da Proteção Civil, a informação apresentada integra indicadores monitorizados no ano de 2014 sobre as seguintes áreas de intervenção: ocorrências; áreas de fragilidade face a riscos naturais e antrópicos; sistema de aviso e alerta e intervenções desenvolvidas nos domínios do planeamento local de emergência, formação, informação e sensibilização pública. Estes últimos indicadores foram desenvolvidos com o intuito de refletir e avaliar o grau de preparação da população face à ocorrência de acidentes graves ou catástrofes no seu território e que, deste modo, contribuam para aumentar a sua resiliência.

Quanto ao indicador referente às situações de ocorrências com intervenção da Proteção Civil, este foi avaliado em termos de riscos coletivos.

Apesar de estarmos cientes que as áreas mais vulneráveis não circunscrevem as suas fronteiras aos limites administrativos da cidade, foram construídos indicadores geográficos, por freguesia, que permitissem uma avaliação do impacte das suas fragilidades.

Para os indicadores apresentados com discriminação geográfica – riscos naturais e antrópicos, recorreu-se a ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica que associa a componente espacial à informação alfanumérica. Assim recorrendo às potencialidades do *software* SIG ArcGIS, procedeu-se à sobreposição e consequente cruzamento das variáveis de riscos naturais e antrópicos, com a informação georreferenciada da população residente e número de edifícios, por subsecção estatística, do último censo à população (INE, 2011). Pretendeu-se com esta análise conhecer o universo de edifícios totalmente ou parcialmente situados nas áreas de vulnerabilidade e suscetibilidade, mais gravosas (classe elevada e muito elevada).

Em relação ao risco de incêndio florestal, uma vez que as áreas classificadas com risco elevado e muito elevado são residuais e irrelevantes (representam apenas 0,1% da área do concelho), não foi aqui considerado.

Como fonte de informação para os riscos naturais foram utilizados os estudos e cartas de vulnerabilidade e suscetibilidade, elaboradas pelo Departamento de Proteção Civil e integradas na atualização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e nos estudos de Revisão do PDM.

Quanto aos atravessamentos ferroviários, foram considerados os efetuados na Linha do Norte e no ramal Alcântara Mar – Alcântara Terra, independentemente do sentido do fluxo. O Ramal de Alcântara inicia-se em Campolide e termina no apeadeiro de Alcântara-Terra, efetuando ligação a Alcântara-Mar e desta às linhas do Porto de Lisboa, percorrendo de Norte para Sul, ao longo de aproximadamente 510m, um túnel entre o Casal Ventoso de Baixo e a Rua Maria Pia. O traçado da linha do Norte compreende as estações de Santa Apolónia, Braço de Prata e a Gare do Oriente. Assim, em cada atravessamento, independentemente da origem ou destino, são abrangidas várias freguesias.

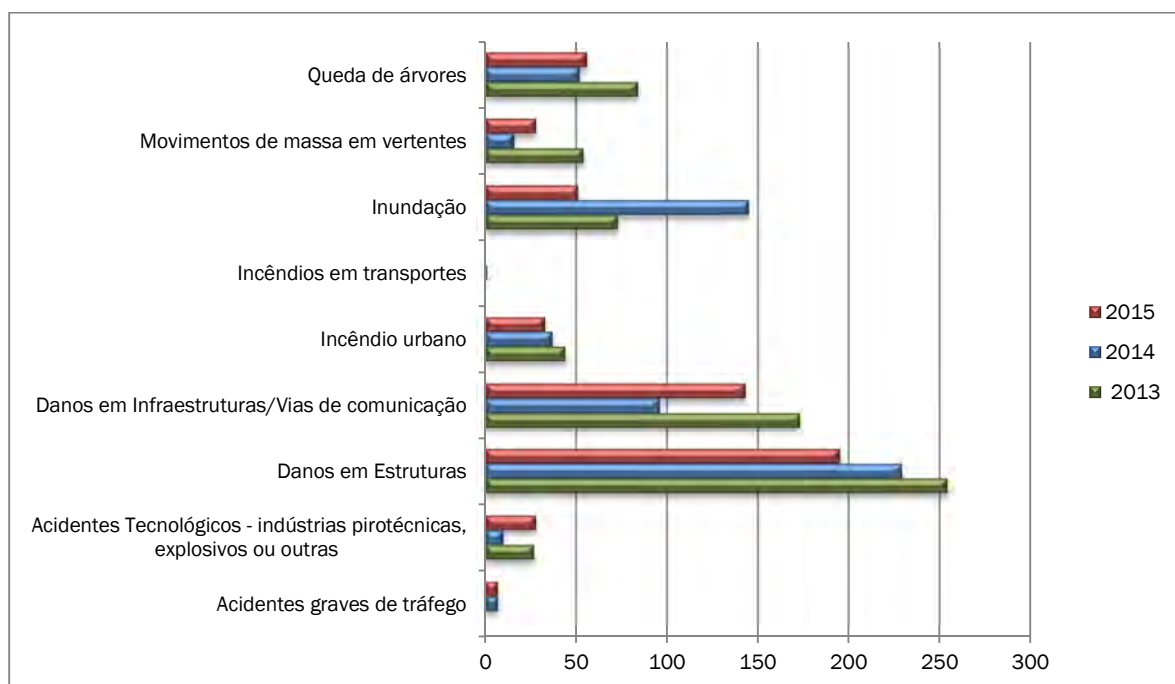
Embora o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) receba avisos meteorológicos e sísmicos de diversas fontes – Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), Instituto Superior Técnico (IST) e Faculdade de Ciências (FC), apenas foram aqui considerados os provenientes do IPMA, por constrangimentos relacionados com a organização e tratamento desta informação. De ressaltar que sempre que se registaram, para um mesmo dia, mais do que um aviso, foi apenas considerado o de nível superior.

4.5.3 Ocorrências

Durante o ano de 2013, 2014 e 2015, registaram-se respetivamente 709,593 e 541 ocorrências com intervenção da proteção civil, com significado em termos de riscos coletivos.

As ocorrências relacionadas com danos em estruturas e infraestruturas são as que em todos os anos apresentam valores mais elevados

Figura 4.5.1 - Ocorrências por tipo de risco



Fonte: CML (Serviço Municipal de Proteção Civil - SMPC), 2014

4.5.4 Riscos naturais

Lisboa apresenta-se hoje em dia, sensível a diversas suscetibilidades, as quais podem ser previsíveis ou inesperadas, incidentes sobre áreas mais ou menos circunscritas, com períodos de retorno desiguais e causadores de danos potencialmente elevados, decorrentes da sua situação, características geográficas e da concentração de pessoas, bens, infraestruturas, meios de produção e serviços. Seguidamente são apresentadas as áreas classificadas como de risco natural. De notar que as suscetibilidades aqui consideradas podem sobrepor-se espacialmente em muitas áreas da cidade, como por exemplo se passa nas freguesias ribeirinhas onde áreas sujeitas à vulnerabilidade à inundação são afetadas também pelo efeito de maré direto.

Verifica-se que o risco com maior expressão no município é a vulnerabilidade sísmica dos solos, afetando as classes elevada e muito elevada vulnerabilidade, cerca de 39% do território.

A CML encontra-se a desenvolver o Projeto GeoSIG, que visa a elaboração de cartografia de âmbito geotécnico para a cidade de Lisboa.

Os dados compilados permitem obter conhecimento acerca das características do subsolo, possibilitando a determinação das espessuras dos materiais de cobertura, principal condicionante à ocupação, possibilitando o desenvolvimento de cartografia de aptidão à construção, o que numa cidade como Lisboa, promove a redução de custos e otimização de novos projetos.

Além disso, permitem outras aplicações, nomeadamente uma melhor aferição da vulnerabilidade a fenómenos naturais visando a aplicação de medidas mitigadoras que por sua vez aumentem a resiliência da cidade.

O conhecimento da componente tridimensional do solo, nomeadamente posição do nível de água, espessura de depósitos de cobertura (aluviões e aterros), são outros *outputs* possíveis de obter e que constituem as principais condicionantes à edificação em zonas urbanas.

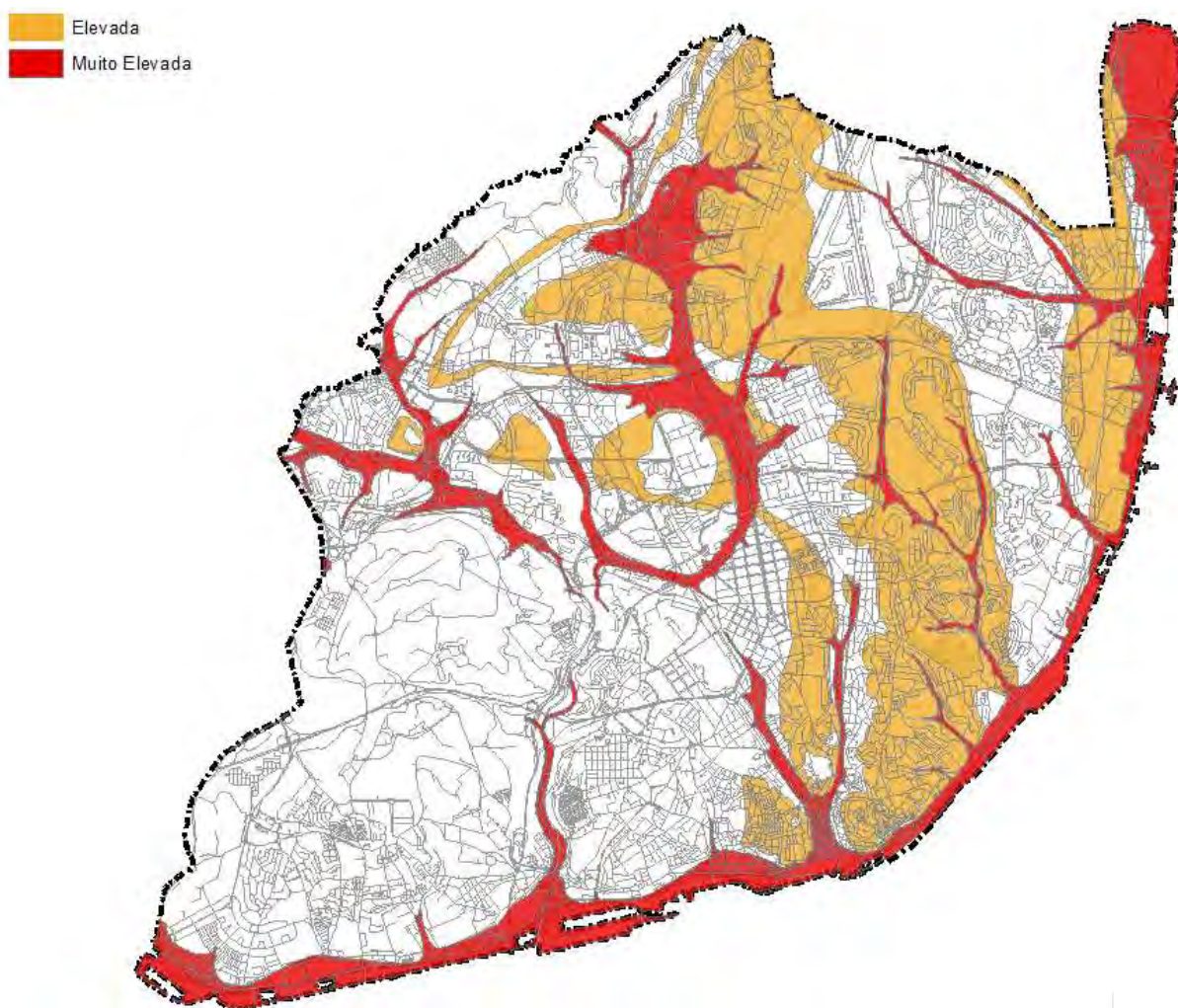
Também com os dados de caracterização física e mecânica dos terrenos, associados ao Modelo Digital de Terreno, adquirido pela CML em 2012, pretende-se a redefinição das zonas de suscetibilidade a movimentos de massa em vertente.

No que se refere ao risco sísmico, os dados anteriormente mencionados permitem a determinação dos efeitos de sítio, fator preponderante na determinação da vulnerabilidade sísmica dos solos em meio urbano uma vez que são os materiais de cobertura que cobrem a superfície do território.

4.5.4.1 Vulnerabilidade sísmica dos solos

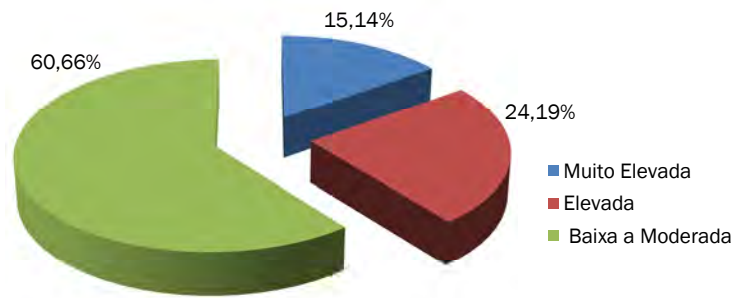
O fenómeno sísmico é, pela sua abrangência e pelas consequências devastadoras ou fenómenos colaterais que é capaz de produzir, o mais grave e preocupante dos desastres naturais que pode atingir o município. Com base nas características geotécnicas das formações geológicas, construiu-se uma carta de vulnerabilidade sísmica dos solos, que classifica as formações superficiais de acordo com o seu comportamento face à propagação das ondas sísmicas. Todas as freguesias da cidade apresentam áreas de vulnerabilidade sísmica dos solos, elevada ou muito elevada.

Figura 4.5.2 - Vulnerabilidade sísmica dos solos – classe elevada e muito elevada



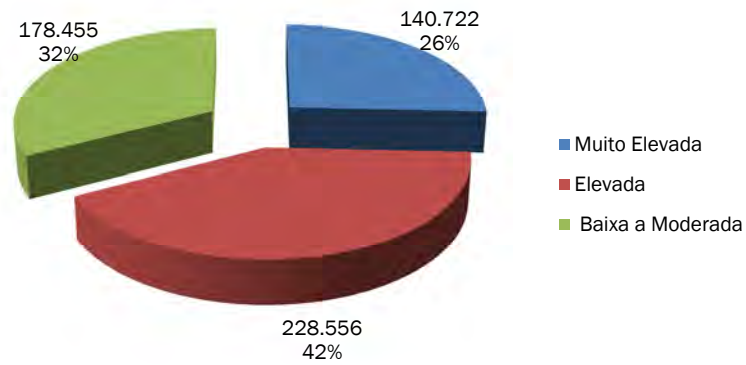
Fonte: CML (SMPC), 2014

Figura 4.5.3 – Percentagem da área do município sujeita a vulnerabilidade sísmica dos solos



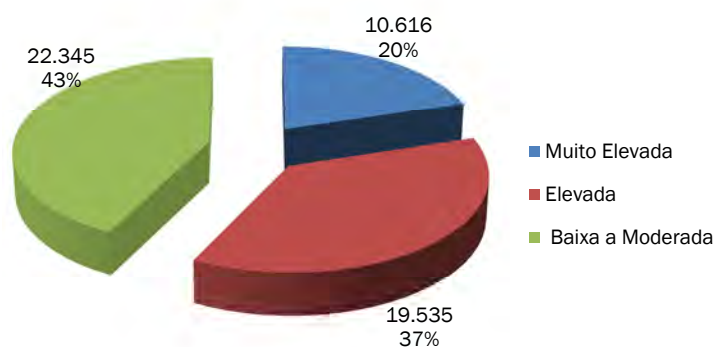
Fonte: CML (SMPC), 2014

Figura 4.5.4 – Número de residentes em áreas sujeitas a vulnerabilidade sísmica dos solos



Fonte: CML (SMPC), 2014

Figura 4.5.5 – Número de edifícios situados em áreas sujeitas a vulnerabilidade sísmica dos solos

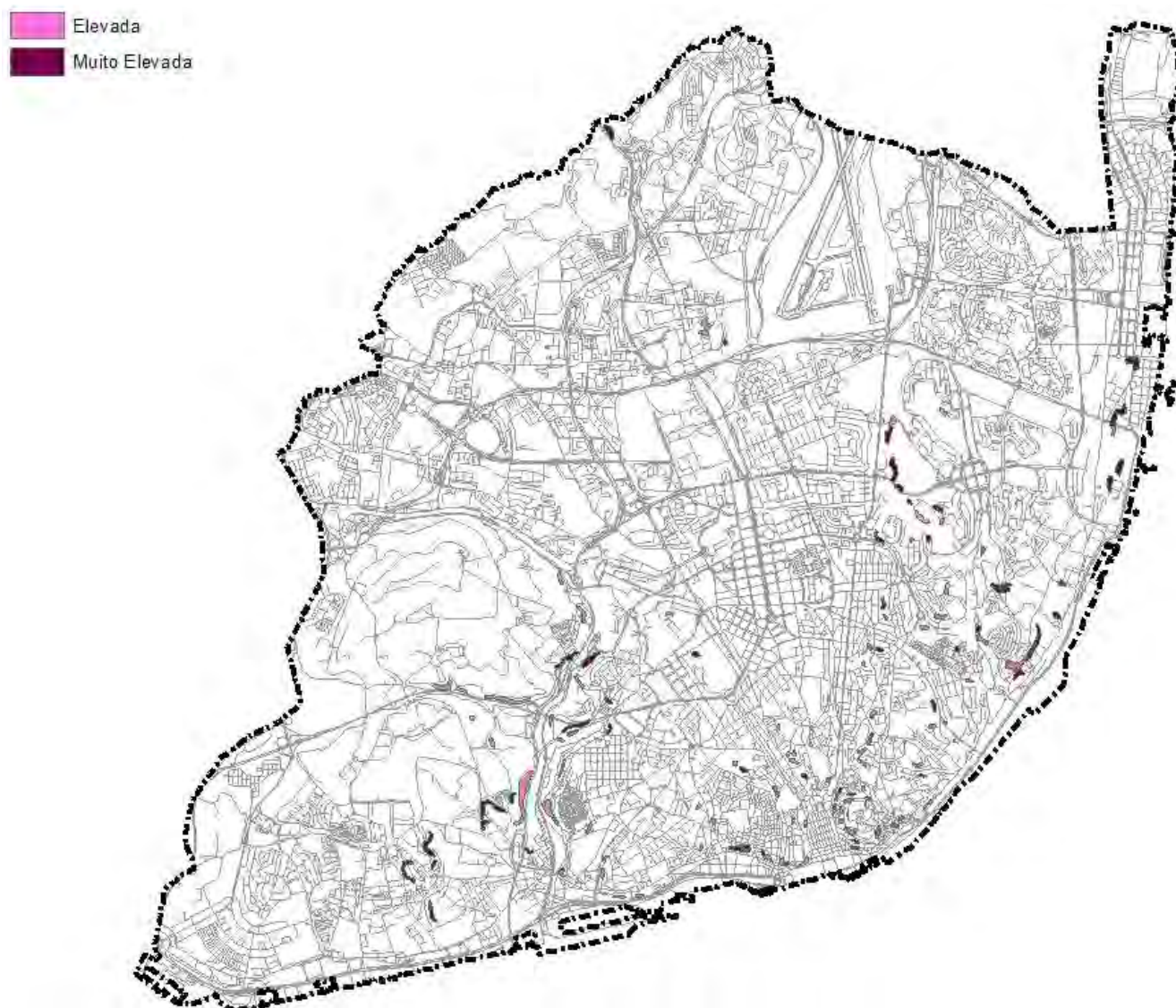


Fonte: CML (SMPC), 2014

4.5.4.2 Suscetibilidade de Ocorrência de Movimentos de Massa em Vertentes

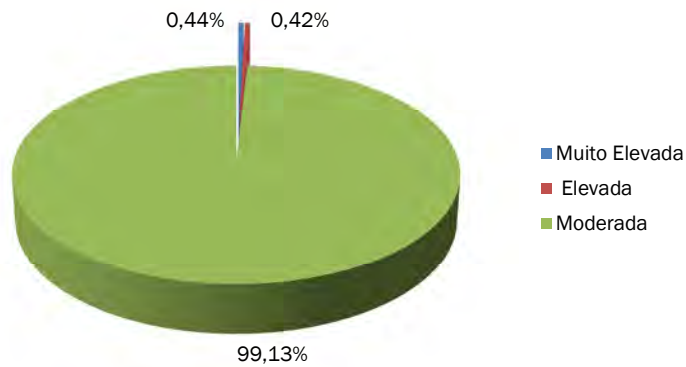
A ocorrência de movimentos de massa em vertentes encontra-se associada a diversos fatores, entre eles a natureza geológica das formações, a geomorfologia e a presença ou circulação de água. Em Lisboa é um fenómeno relativamente frequente, em especial durante os períodos de maior pluviosidade, embora apenas excepcionalmente adquiram grande dimensão e produzam danos avultados. Do total das freguesias da cidade, 5 não apresentam nenhuma área de suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes. São elas, Alvalade, Belém, Carnide, Olivais e São Domingos de Benfica.

Figura 4.5.6 - Suscetibilidade de ocorrência de movimentos de massa em vertentes – classe elevada e muito elevada



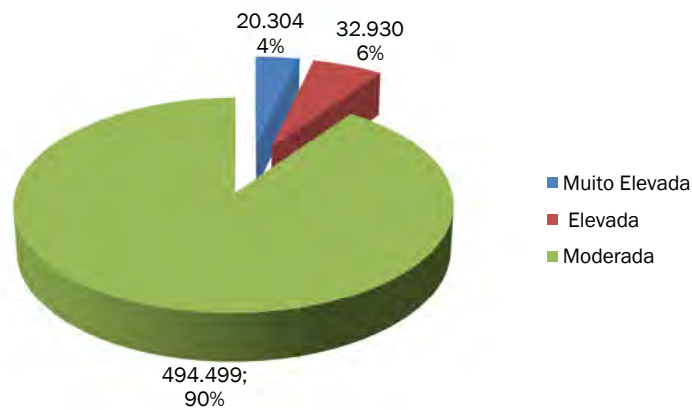
Fonte: CML (SMPC), 2014

Figura 4.5.7 – Percentagem da área do município suscetível à ocorrência de movimentos de massa em vertentes



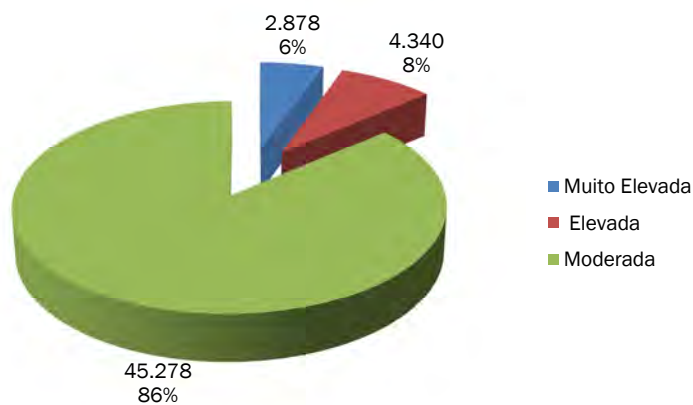
Fonte: CML (SMPC), 2014

Figura 4.5.8 – Número de residentes em áreas suscetíveis à ocorrência de movimentos de massa em vertentes



Fonte: CML (SMPC), 2014

Figura 4.5.9 – Número de edifícios situados em áreas suscetíveis à ocorrência de movimentos de massa em vertentes

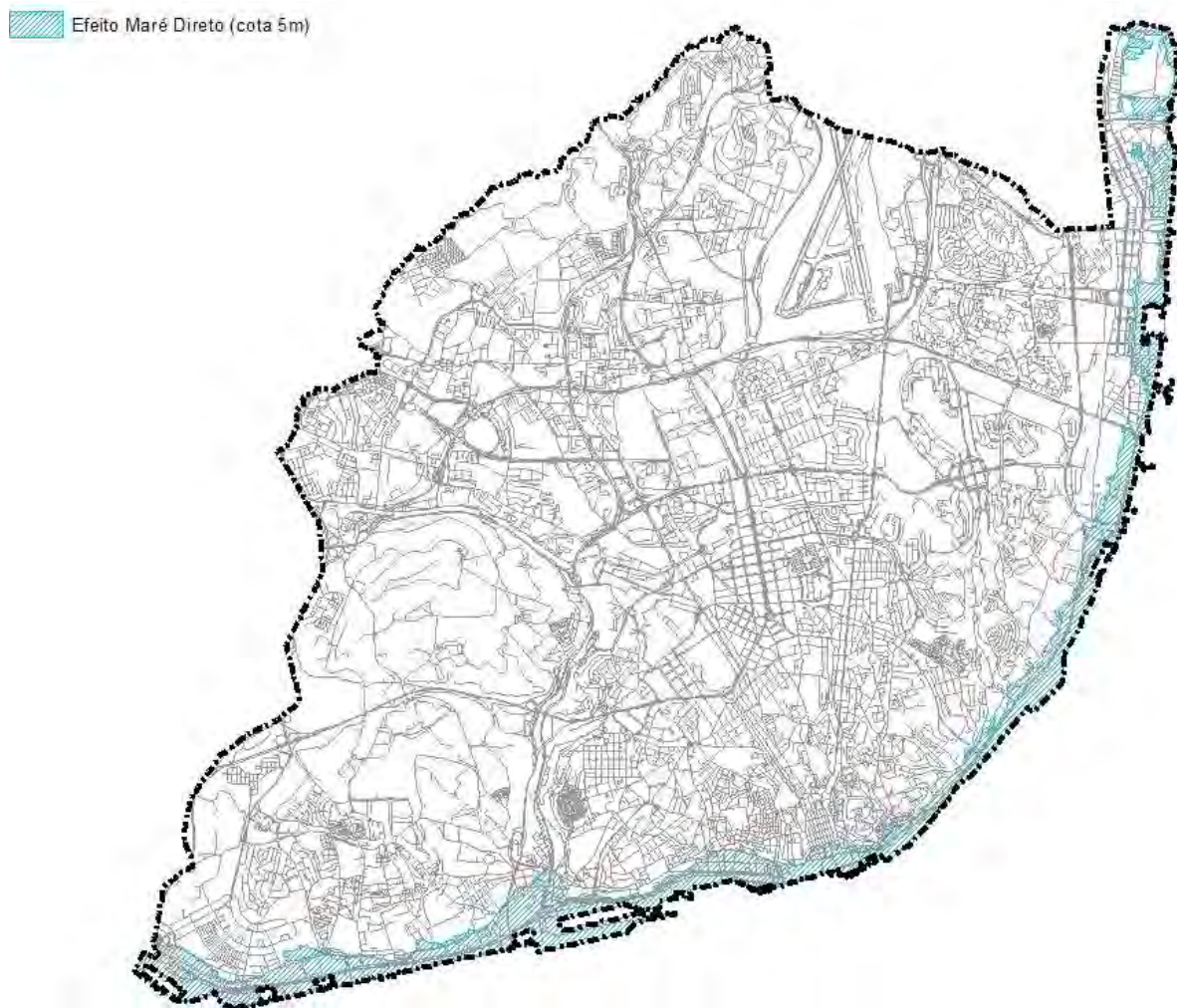


Fonte: CML (SMPC), 2014

4.5.4.3 Suscetibilidade ao Efeito de Maré Direto

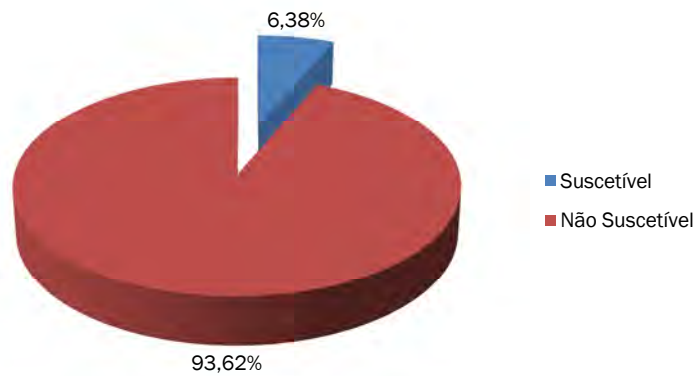
A localização estuarina de Lisboa coloca 10 freguesias ribeirinhas em situação de fragilidade ao efeito de maré direto, no qual interfere não só a agitação marítima/fluvial como também o fenómeno da maré e de *Stormsurge* (sobre-elevação).

Figura 4.5.10 - Suscetibilidade ao efeito de maré direto (cota 5m), 2014



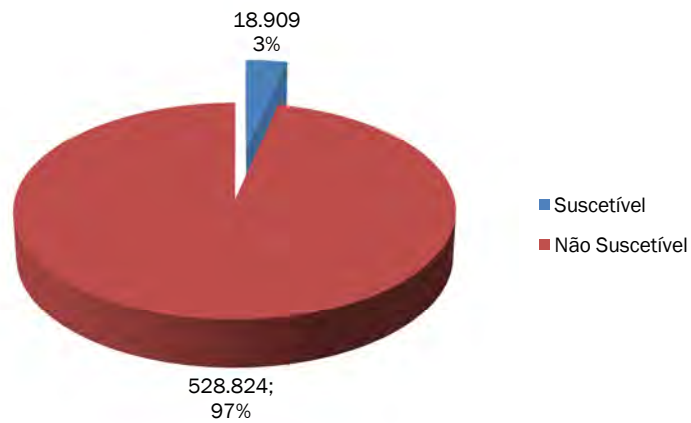
Fonte: CML (SMPC), 2014

Figura 4.5.11 – Percentagem da área do município suscetível ao efeito de maré direto



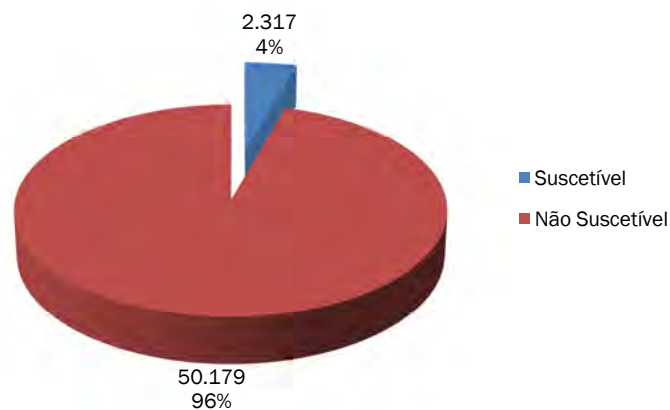
Fonte: CML (SMPC), 2014

Figura 4.5.12 – Número de residentes em áreas suscetíveis ao efeito de maré direto



Fonte: CML (SMPC), 2014

Figura 4.5.13 – Número de edifícios situados em áreas suscetíveis ao efeito de maré direto



Fonte: CML (SMPC), 2014

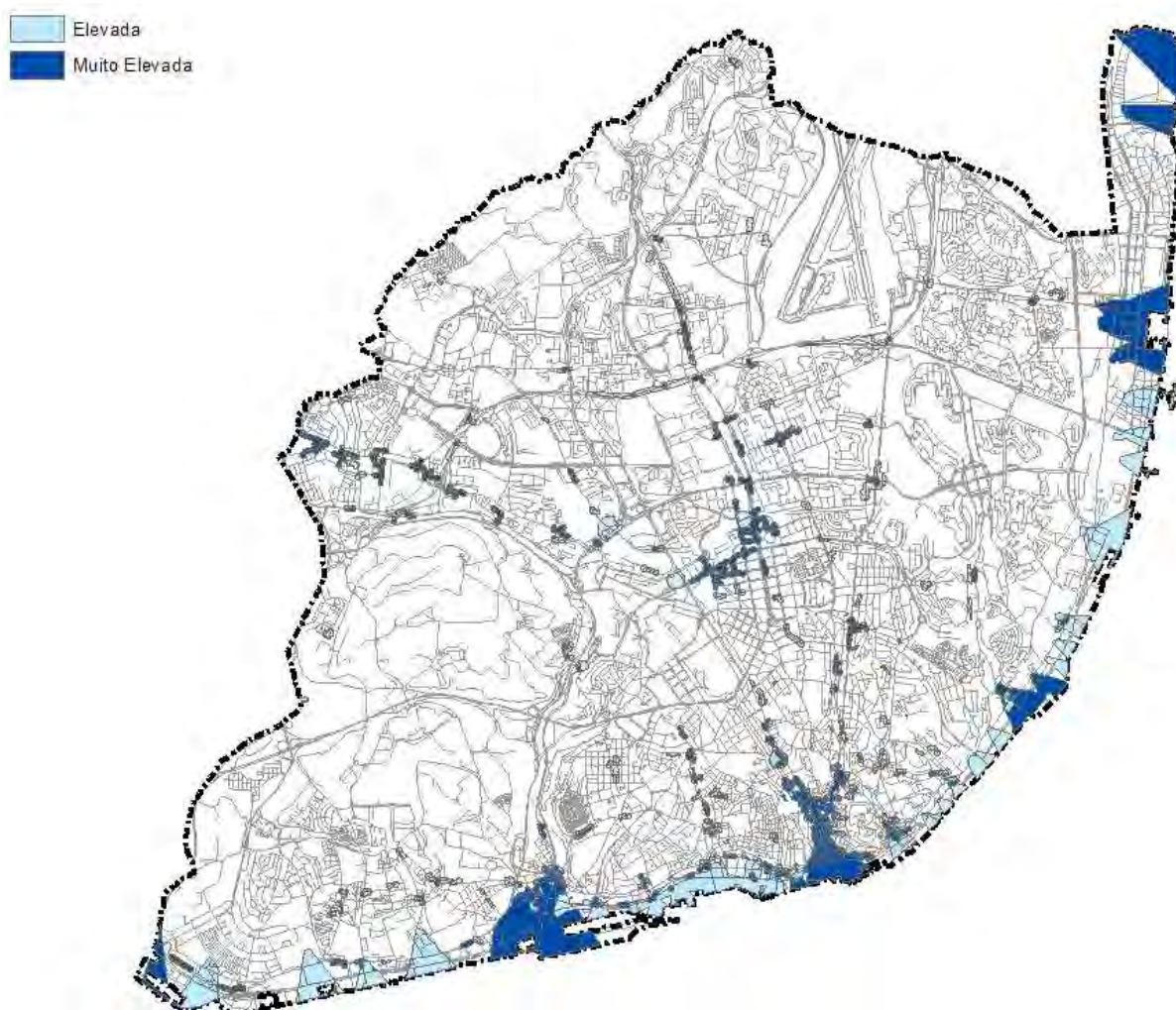
4.5.4.4 Suscetibilidade a inundações

Sendo um concelho ribeirinho e fortemente impermeabilizado, as inundações por temporal ocorrem frequentemente quando se registam precipitações intensas, repentinas ou prolongadas. Esta situação é agravada desde que exista coincidência com o pico da preia-mar e mais ainda, desde que sofra a influência do fenómeno de *Stormsurge* (sobre-elevação). Deste modo conclui-se que a influência da suscetibilidade ao efeito de maré se associa frequentemente ao da vulnerabilidade à inundação.

Através da simulação de diversos cenários potencialmente danificadores, e do cruzamento de diversos dados geomorfológicos, geológicos, hidrográficos e referentes às infraestruturas de saneamento, foi possível conhecer o comportamento da cidade face à ocorrência de inundações, definindo-se as áreas mais críticas.

Todas as 24 freguesias da cidade apresentam áreas (de maior ou menor dimensão e/ou gravidade) de suscetibilidade elevada ou muito elevada.

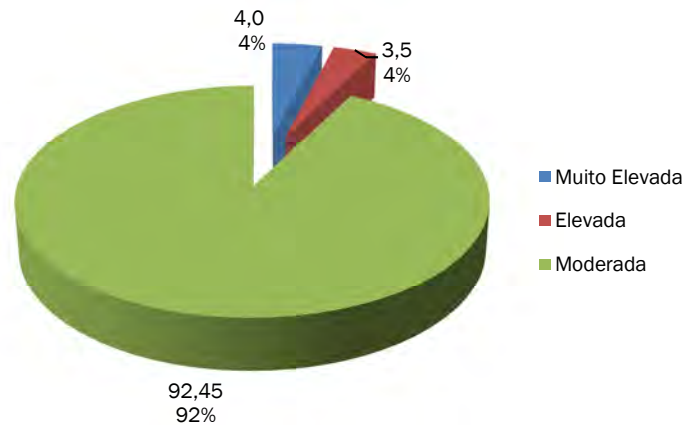
Figura 4.5.14 – Suscetibilidade a inundações – classes elevada e muito elevada



Fonte: CML (SMPC), 2014

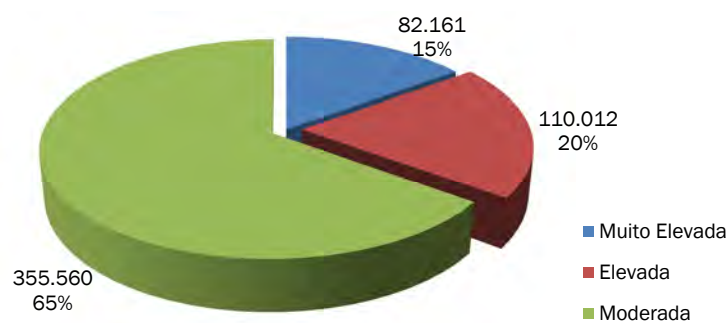
O Plano Geral de Drenagem de Lisboa – PGDL 2016-2030, cuja versão final foi aprovada na Reunião da Câmara Municipal de 16 de dezembro de 2015 e que está a ser implementado, tem como objetivo principal combater as inundações em Lisboa de forma a minimizar as consequências destes fenómenos.

Figura 4.5.15 – Percentagem da área do município vulnerável a inundações



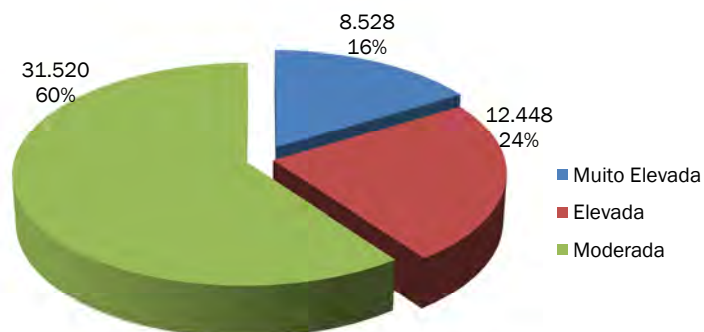
Fonte: CML (SMPC), 2014

Figura 4.5.16 – Número de residentes em áreas vulneráveis a inundações



Fonte: CML (SMPC), 2014

Figura 4.5.17 – Número de edifícios situados em áreas vulneráveis a inundações



Fonte: CML (SMPC), 2014

4.5.5 Riscos Antrópicos

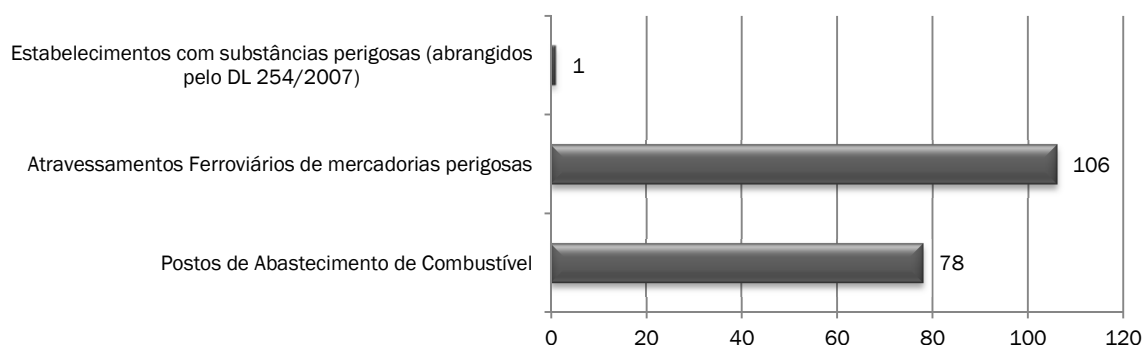
Os riscos antrópicos resultam da evolução tecnológica, industrial e urbana, que aumentam a probabilidade de ocorrência de acidentes causadores de danos graves para a população e o Ambiente.

Na cidade de Lisboa, apesar de poderem ocorrer diversos cenários de situações de risco, face à informação existente e dando continuidade ao REOT de Julho de 2009, individualizou-se o número de postos de abastecimento de combustível, públicos, e a sua distribuição.

Também se individualizaram os estabelecimentos em que se verifica a presença de substâncias perigosas e que estão abrangidos pelo DL 254/2007, de 12 de julho, bem como o número de atravessamentos ferroviários de matérias perigosas efetuados através da Linha do Norte (linha ferroviária de transporte de mercadorias), com destino a Santa Apolónia e ao ramal de Alcântara Mar - Alcântara Terra.

Este tipo de estabelecimentos e de circulação, por envolver matérias perigosas, confere ao território uma suscetibilidade apreciável.

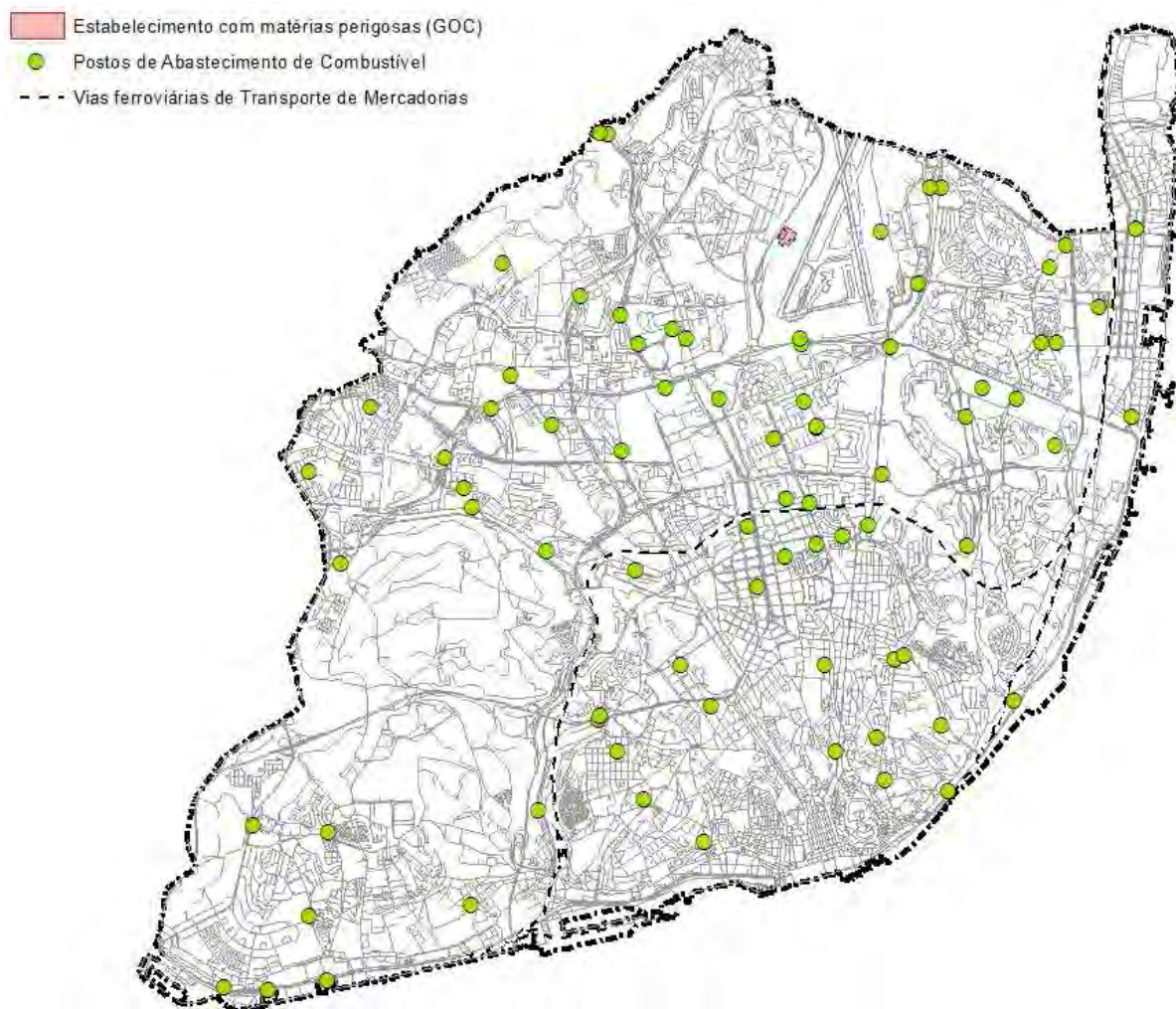
Figura 4.5.18 - Riscos Antrópicos – Postos de Abastecimento de Combustível, atravessamentos ferroviários de mercadorias perigosas e estabelecimentos com substâncias perigosas em 2014



Fonte: CML/ SMPC, 2014

Do total de freguesias da cidade, apenas uma (Misericórdia) não possui qualquer posto de abastecimento de combustível. Em relação aos atravessamentos ferroviários, estes fazem-se cruzando o interior de 11 freguesias. Quanto aos estabelecimentos com matérias perigosas, em Lisboa, apenas o Grupo Operacional de Combustíveis (GOC) (Aeroporto de Lisboa) está abrangido pelo Decreto-lei n.º 254/2007, de 12 de julho, classificado com o nível inferior de perigosidade.

Figura 4.5.19 - Postos de Abastecimento de Combustível, vias ferroviárias de transporte de mercadorias e estabelecimentos com substâncias perigosas, 2014



Fonte: CML (SMPC), 2014

5. EDIFICADO

5.1 Edificado Geral¹

Da análise do Quadro 5.1 constata-se que a cidade de Lisboa teve uma variação negativa de 1,7%, no número total de edifícios, entre 2001 e 2011. Pelo contrário, no Continente e na área metropolitana de Lisboa (AML), no mesmo período temporal, verificaram-se taxas de variação positiva, de 11,9% e 13,8%, respetivamente.

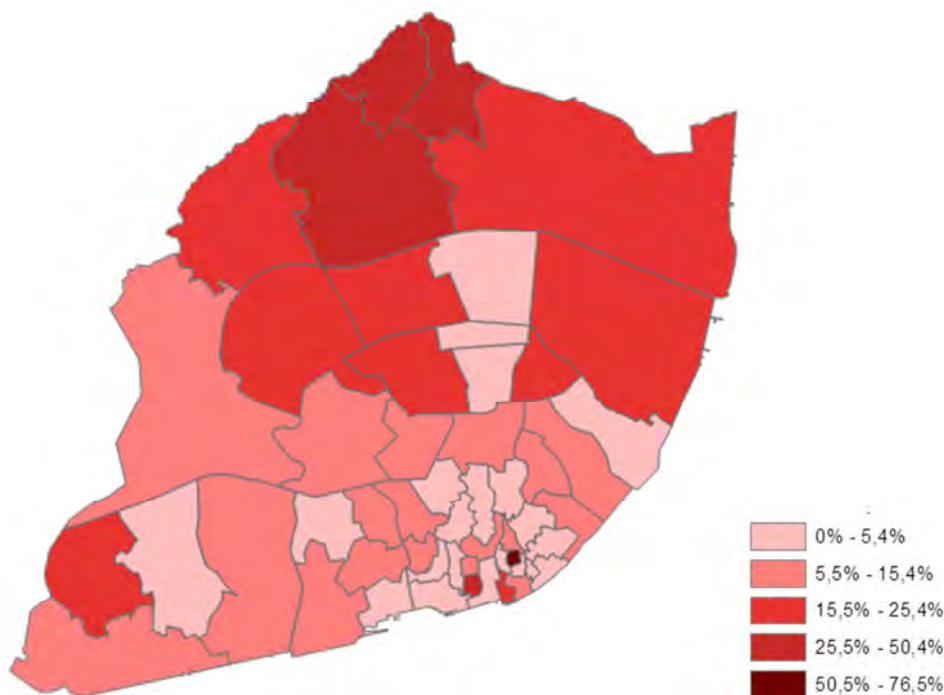
Quadro 5.1 - Total de edifícios clássicos

	Edifícios (N.º)		Variação 2001/11 (%)
	2001	2011	
Continente	2.997.659	3.353.610	11,9
Lisboa (AML)	394.520	448.957	13,8
Lisboa	53.387	52.496	-1,7

Fonte: INE (Censos), 2001 e 2011

Destacam-se nove freguesias (Ameixoeira, Campo Grande, Carnide, Charneca, Marvila, Lumiar, São Domingos de Benfica, Santa Maria dos Olivais e Nossa Senhora de Fátima), onde existiu um significativo aumento do número de edifícios (Figura 5.1), nos últimos vinte anos.

Figura 5.1 - Edifícios construídos entre 1991 e 2011 (%), freguesias de Lisboa



Fonte: INE (Censos), 2011

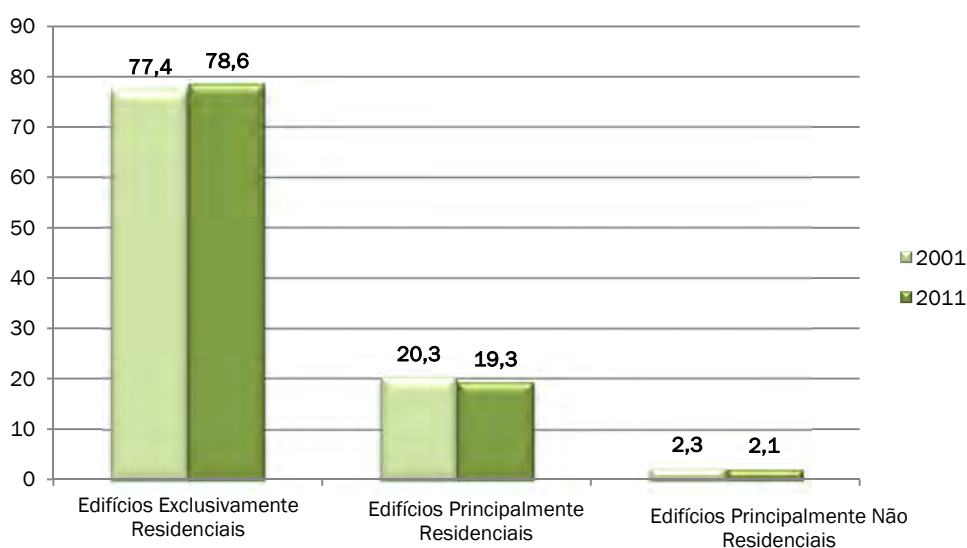
¹ Os conceitos utilizados neste ponto encontram-se descritos em Anexo.

Este fenómeno, na maior parte destes territórios, estará correlacionado: por um lado, pelo processo de demolição de barracas e a construção de novos empreendimentos, no âmbito dos Programas PIMP e PER; e, por outro, o surgimento de novas urbanizações no Parque das Nações e Alta de Lisboa.

As freguesias de São Sebastião da Pedreira e São Francisco Xavier indiciam, também, algum dinamismo na construção de novos edifícios.

No centro histórico, o PDM vem impor regras de gestão urbanística, com o objetivo de travar as dinâmicas de substituição do edificado, pelo que nas freguesias do Castelo, Mártires e Santa Justa registaram-se dinâmicas recentes de recuperação e reabilitação do parque habitacional.

Figura 5.2 - Utilização dos edifícios (%), Lisboa



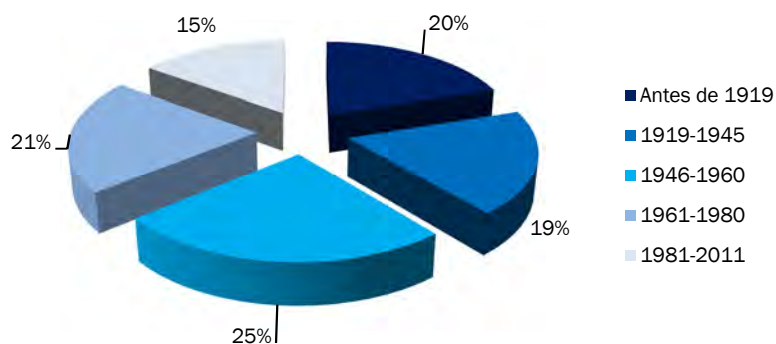
Fonte: INE (Censos), 2001 e 2011

Da análise da Figura 5.2 podemos concluir que, entre 2001 e 2011: *i)* a percentagem de edifícios de uso “*exclusivamente residencial*” aumentou 1,2%; *ii)* os edifícios “*principalmente não residenciais*” reduziram duas décimas percentuais. Estas situações podem estar correlacionadas com a “*deslocalização*” de algumas atividades terciárias para os municípios limítrofes, e um maior investimento, por parte do município de Lisboa, nas políticas de atração de população.

5.1.1 Época de construção

O parque edificado, em Lisboa, caracteriza-se pela sua antiguidade, verificando-se que 20% dos seus edifícios foram construídos antes de 1919, e 19% no espaço temporal compreendido entre 1919 e 1945 (Figuras 5.3 e 5.4).

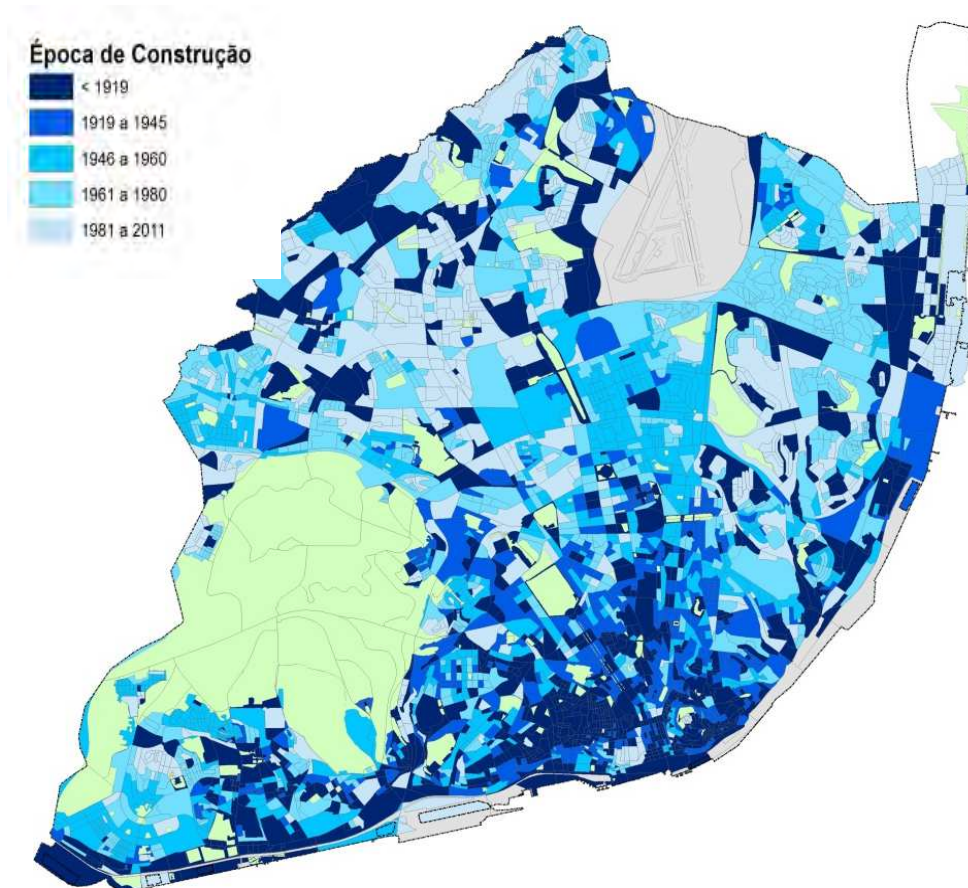
Figura 5.3 - Edifícios clássicos segundo a época de construção (%), Lisboa



Fonte: INE (Censos), 2011

Os edifícios construídos entre 1981 e 2011 representam apenas 15%, correspondendo a um período de menor produção de construção nova.

Figura 5.4 - Edifícios clássicos segundo a época de construção dominante, à subsecção

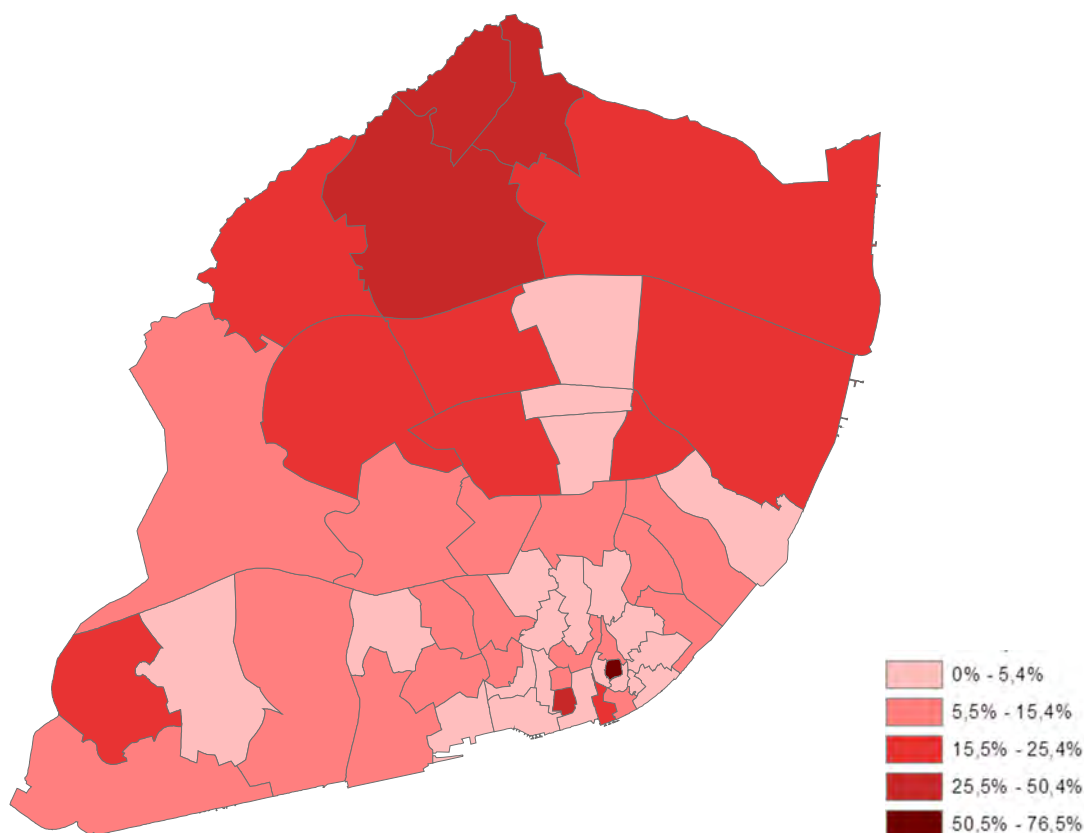


Fonte: INE (Censos), 2011

O maior peso de edifícios construídos, entre 1991 e 2011 (Figura 5.5), concentra-se nas freguesias a norte. A expansão recente da cidade para nordeste é o resultado da construção de novas urbanizações,

como é o caso da Alta de Lisboa e o Parque das Nações. Nas freguesias do Lumiar, Ameixoeira e Charneca mais de um quarto dos edifícios foi construído nos últimos vinte anos.

Figura 5.5 - Edifícios construídos entre 1991 e 2011 (%), Lisboa



Fonte: INE (Censos), 2011

Na área central, as freguesias do Alto do Pina, São Sebastião da Pedreira, Campo Grande, e, a Ocidente, São Francisco Xavier, indiciam, também, algum dinamismo na construção nova. No centro histórico, Santa Justa, Mártires e a freguesia do Castelo registam dinâmicas recentes de recuperação e reabilitação do parque habitacional.

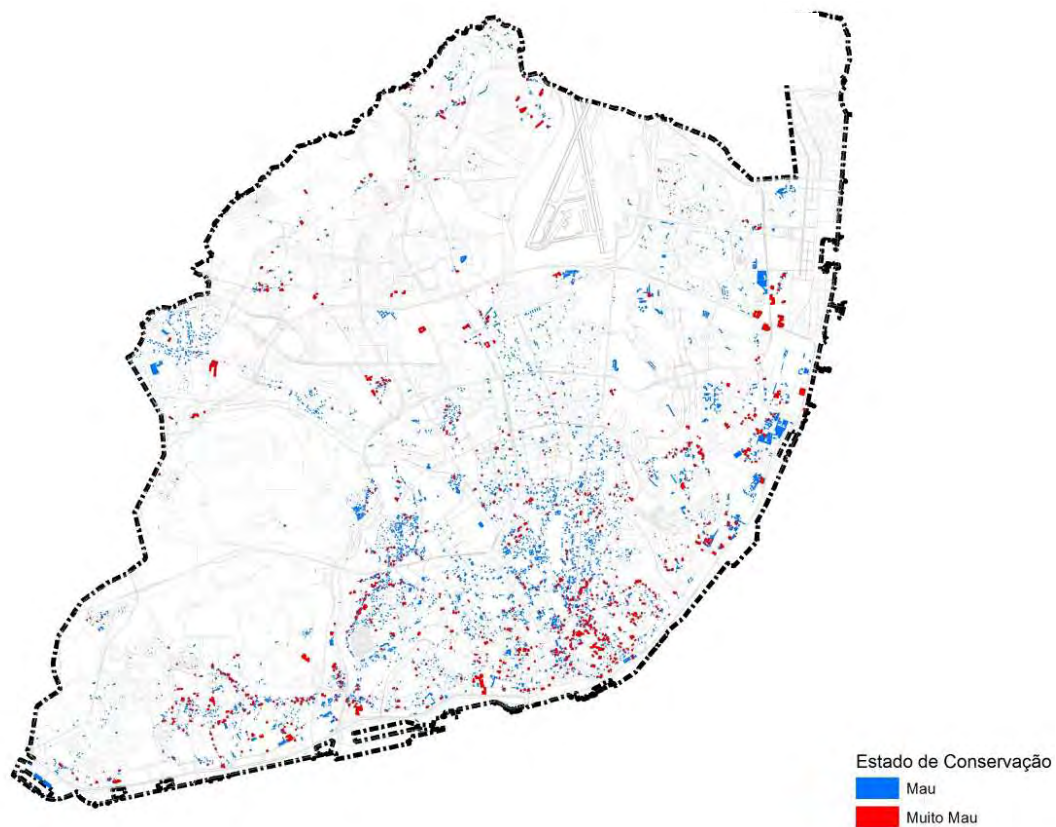
5.1.2 Estado de conservação

Conhecer o estado de conservação do edificado existente na cidade é fundamental para a definição de estratégias de intervenção direcionadas para a resolução dos problemas identificados.

Neste contexto, e no âmbito dos procedimentos de controlo, em Janeiro de 2006 a CML/DMCRU efetuou um levantamento geral do estado de conservação do edificado. Como resultado deste diagnóstico verificou-se uma concentração de edifícios em “*mau estado*” de conservação, nas zonas da cidade de construção mais antiga, eixos históricos e áreas centrais, embora esta realidade também já se registasse, com alguma expressão, em zonas da cidade de construção mais recente de que são exemplo as freguesias de Santa Maria dos Olivais e de Benfica.

No primeiro trimestre de 2012, e dando continuidade a este trabalho, a CML/UCT-Unidade de Coordenação Territorial, procedeu à atualização do levantamento, privilegiando o controlo dos edifícios em “*mau*” e “ *muito mau*”² estado de conservação (Figura 5.6).

Figura 5.6 - Edifícios classificados como “*Mau*” e “*Muito Mau*” estado de conservação



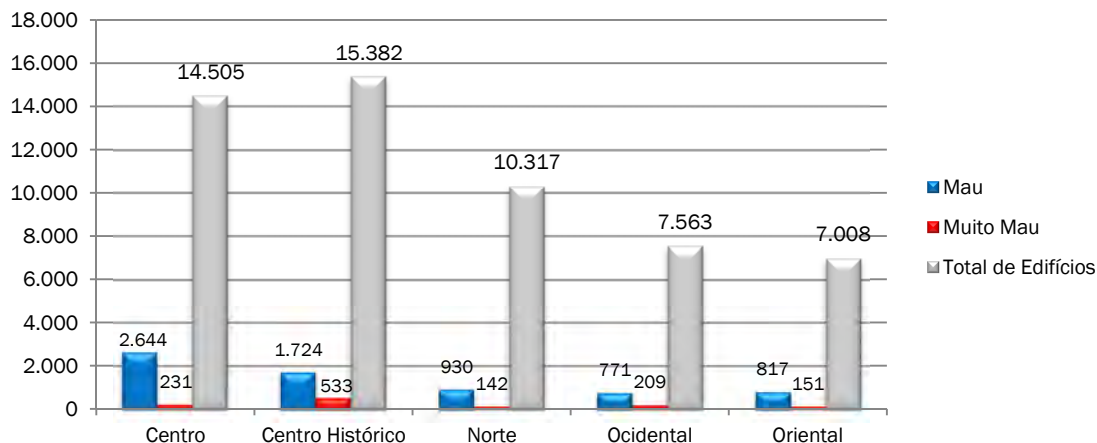
Fonte: CML (UCT), 2012³

Como podemos observar na Figura 5.6 verifica-se uma disseminação dos edifícios em “*mau*” e “*muito mau*” estado de conservação, por todas as freguesias de Lisboa, facto que veio reforçar a opção do município de classificar praticamente todo o seu território como área de reabilitação urbana (ARU).

² A UCT definiu os conceitos de estado de conservação: i) “*Mau*” – edifício que apresenta graves patologias como alvenarias desagregadas, cantarias partidas, paredes com seios e barrigas, fendas graves, reboco desagregado ou empolado, ferros em ruína, tubos de queda com rupturas, fortes manchas de humidade e infiltrações ou janelas apodrecidas; ii) “*Muito Mau*” – edifício insalubre sem quaisquer condições de habitabilidade indiciando risco de acidente por instabilidade total ou parcial dos elementos construtivos ou que apresente quaisquer condições de risco ao nível das infra-estruturas.

³ CML/UCT - Dados do Levantamento de campo efectuado em Fevereiro de 2012 (aferido e corrigido em final de Março de 2012)

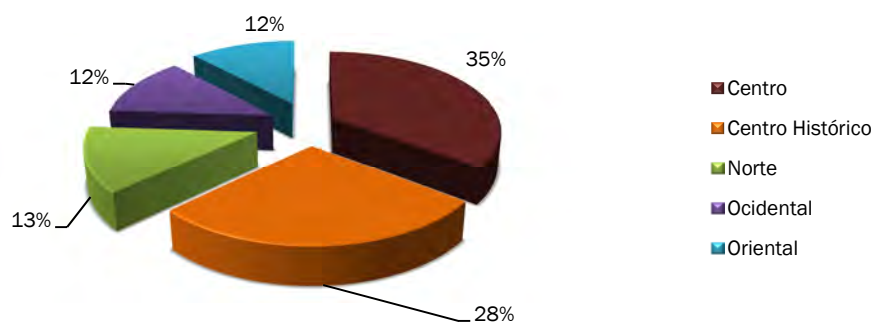
Figura 5.7 - Estado de conservação dos edifícios (N.º), por UIT



Fonte: CML (UCT), 2012 ⁽³⁾

Da análise da Figura 5.7 constata-se que a UIT Centro é a que ostenta um maior número de edifícios em “Mau” estado de conservação. Aliás, se adicionarmos as duas categorias (“*mau*” e “*muito mau*”), a UIT Centro apresenta 35% dos seus edifícios em “*mau e muito mau*” estado de conservação (Figura 5.8).

Figura 5.8 - Estado de conservação dos edifícios (“Mau” e “Muito Mau”) (%), por UIT



Fonte: CML (UCT), 2012 ⁽⁴⁾

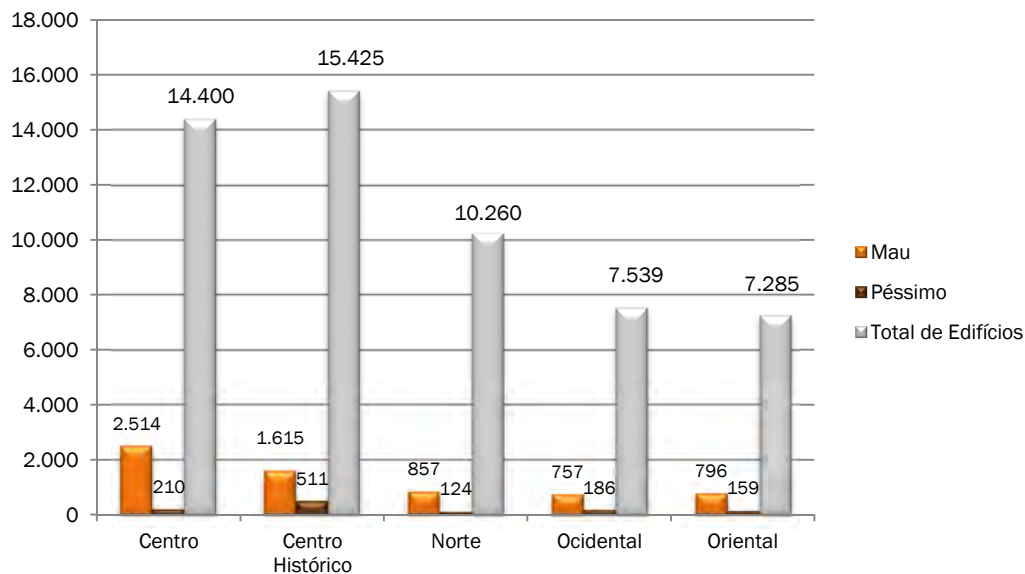
A UIT do Centro Histórico, logo em segundo lugar, mostra que 28% dos edifícios encontra-se em “*mau e muito mau*” estado de conservação. Em termos absolutos é aquela que apresenta um maior número de edifícios em “*muito mau estado de conservação*” – 533 edifícios.

A CML/UCT, em Fevereiro de 2016, atualizou “o estado de conservação do edificado”, do município de Lisboa, de acordo com uma nova metodologia. A categoria utilizada, no levantamento de 2012, “*muito mau*”, foi substituída por “*péssimo*”⁵.

⁴ CML/UCT - Dados do Levantamento de campo efetuado em Fevereiro de 2012 (aferido e corrigido em final de Março de 2012)

⁵ A categoria, “*péssimo*”, foi adotada pela CML/UCT, de acordo com o Artigo 6.º, da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro.

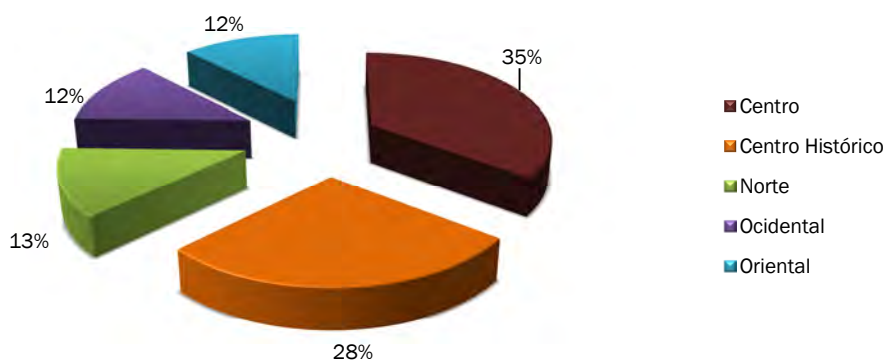
Figura 5.9 – Estado de Conservação dos edifícios (N.º), por UIT



Fonte: CML (UCT), 2016

Da leitura da Figura 5.9 destaca-se, na UIT Centro, o maior número de edifícios em “Mau” estado de conservação – 2.514. Ao adicionarmos as duas categorias, “Mau” e “Péssimo”, a UIT Centro continua a apresentar a percentagem mais elevada – 35%, logo seguida pela UIT do Centro Histórico – 28% (Figura 5.10).

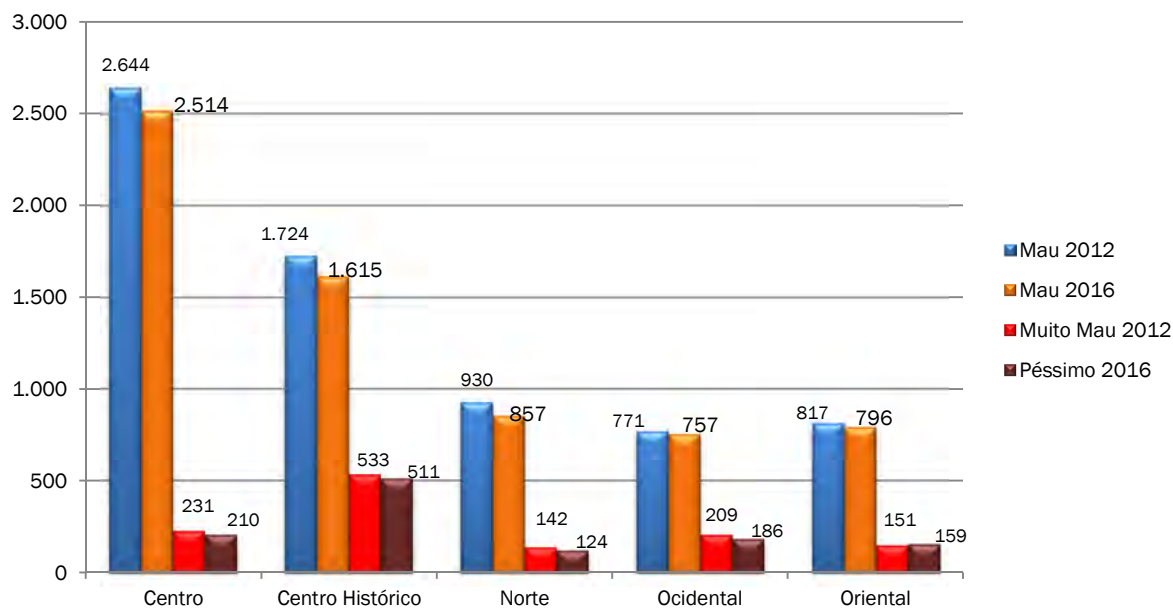
Figura 5.10 – Estado de Conservação dos edifícios (“Mau” e “Péssimo”) (%), por UIT



Fonte: CML (UCT), 2016

Ao compararmos os dados de 2012 e 2016 podemos verificar que o número de edifícios em “mau” estado de conservação diminuiu, num total de 347 edifícios (Figura 5.11). Relativamente aos que estão classificados em “péssimo” estado de conservação houve, igualmente, uma redução de 76 edifícios.

Figura 5.11 - Estado de conservação dos edifícios (N.º), em 2012 e 2016, por UIT



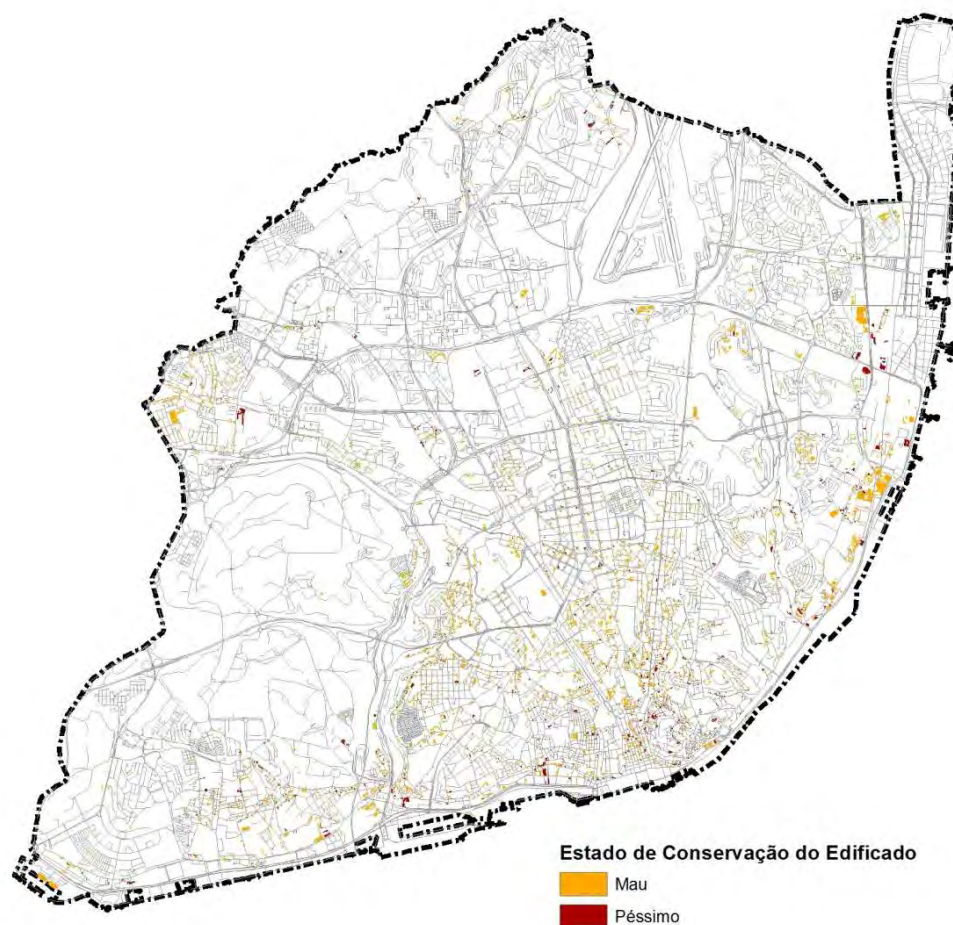
Fonte: CML (UCT), 2012 e 2016

A única exceção observa-se na UIT Oriental, onde ocorreu um acréscimo de oito edifícios em “*péssimo*” estado de conservação.

De acordo com os dados da UCT, de Fevereiro de 2016, 27,5% dos edifícios em “*mau*” e “*péssimo*” estado de conservação encontram-se devolutos ou parcialmente devolutos.

Da análise comparativa dos indicadores avaliados, constata-se que Lisboa é, atualmente, uma cidade com uma tendência positiva, entre o período 2012/2016, relativamente ao estado de conservação do edificado, em que 85,9% dos edifícios encontram-se numa classificação de “*médio*” a “*excelente*”.

Figura 5.12 - Edifícios classificados como “Mau” e “Péssimo” estado de conservação

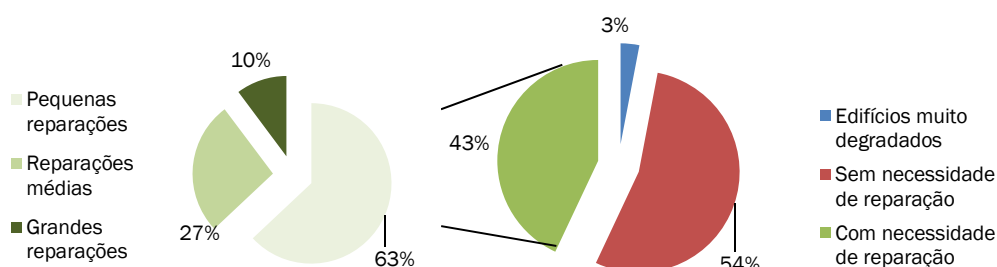


Fonte: CML (UCT), 2016

Existe um claro decréscimo de edifícios que se encontravam classificados como “péssimo” e “*mau estado de conservação*”, se compararmos as Figuras 5.6 e 5.12, dados estes que confirmam que as políticas de reabilitação do edificado estão a ter efeitos positivos.

Do total de 52 496 edifícios recenseados, em 2011, no município de Lisboa, cerca de 54% não apresenta necessidades de reparação, por oposição aos cerca de 43% que apontam para essa necessidade (Figura 5.13).

Figura 5.13 – Estado de conservação dos edifícios e edifícios com necessidade de reparação, Lisboa



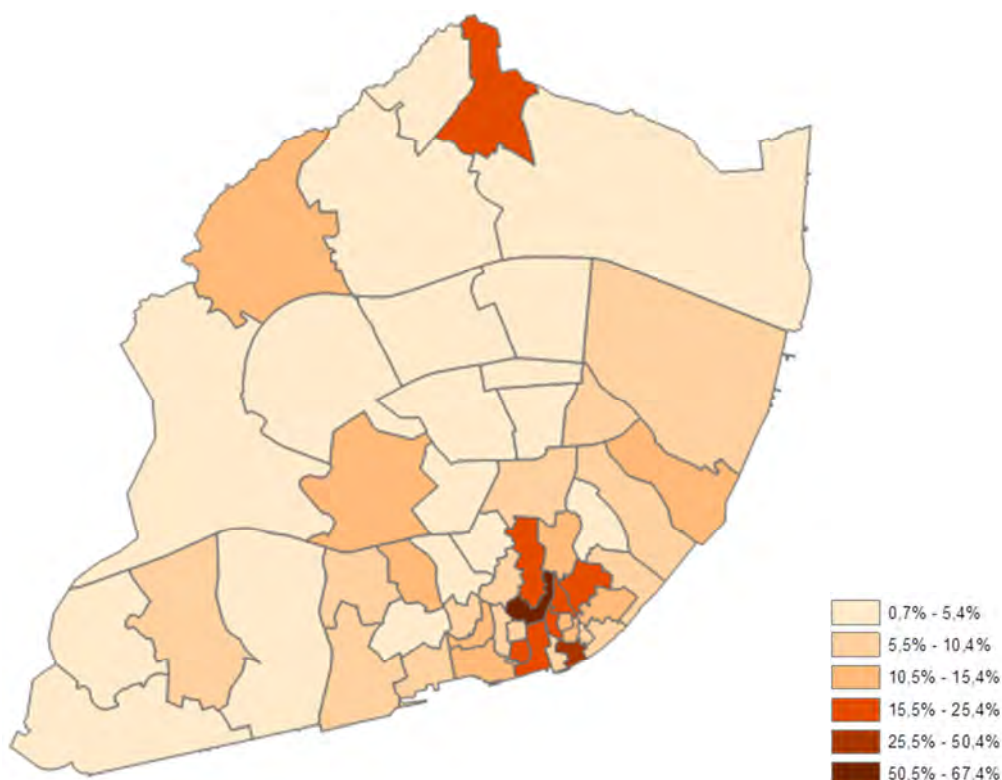
Fonte: INE (Censos), 2011

Não é de menosprezar a percentagem daqueles que se encontram “*muito degradados*” – 3% – representando um total de 1 586 edifícios.

Para os que apresentam “*necessidades de reparação*”, cerca de 63% apenas necessita de “*pequenas reparações*”. No entanto, aqueles que carecem de “*grandes reparações*” eram, em 2011, 10% (Figura 5.13), num total de 2 306.

As áreas de concentração, dos edifícios com necessidades de “*grandes reparações*” e “*muito degradados*”, aparecem cartografadas na Figura 5.14.

Figura 5.14 - Edifícios com necessidades de grandes reparações e muito degradados, Lisboa



Fonte: INE (Censos), 2011

A predominância encontra-se no “centro histórico”, evidenciando-se a freguesia de Santa Justa, com 67,4% dos edifícios com grandes necessidades de reparações e muito degradados. Salientam-se, ainda, as freguesias da Graça, Mártires, Pena, São Nicolau, Sé e Socorro. Destaca-se, a norte, a freguesia da Charneca com uma concentração entre 15,5% e 25,4% dos edifícios nesta situação.

5.1.3 Alojamentos

O número total de alojamentos, em Lisboa (Quadro 5.2), cresceu 30 917, entre 2001 e 2011. Este crescimento correspondeu a um aumento de 10,6%, bem inferior ao registado no Continente (15,9%) e na AML (14,8%).

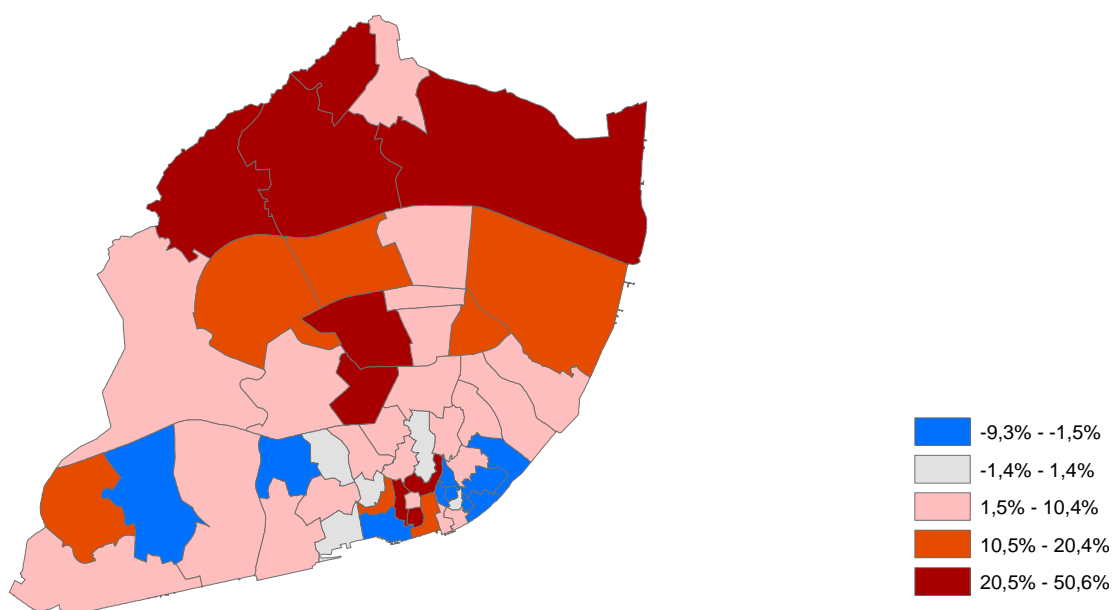
Quadro 5.2- Tipologia de alojamentos, 2001 e 2011

	Continente		AML		Concelho	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Total de Alojamentos	4.866.373	5.639.257	1.295.832	1.487.858	293.064	323.981
Alojamentos Familiares Clássicos	4.832.537	5.621.098	1.281.891	1.483.717	288.481	322.865
Alojamentos Familiares não Clássicos	26.251	6.457	11.960	2.078	3.584	211
Alojamentos Colectivos	7.585	11.702	1.981	2.063	999	905

Fonte: INE (Censos), 2001 e 2011

O número de alojamentos, neste intervalo intercensitário, aumentou, com maior expressão: a norte, nas freguesias de Carnide, Lumiar, Ameixoeira e Santa Maria dos Olivais; na área central, as freguesias de Nossa Senhora de Fátima e São Sebastião da Pedreira; e, no centro histórico, as freguesias da Encarnação, Mártires e Santa Justa (Figura 5.15).

Figura 5.15 - Taxa de variação dos alojamentos, 2001/2011

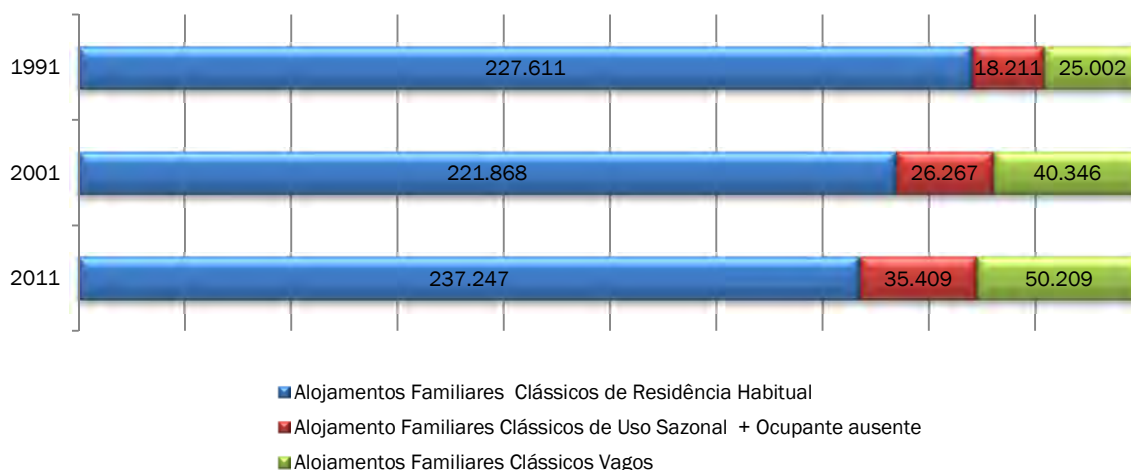


Fonte: INE (Censos), 2001 e 2011

De evidenciar que o aumento do número de alojamentos, assinalado em Lisboa, foi acompanhado por uma diminuição do número de edifícios. Tal facto poderá ter algumas explicações, nomeadamente o facto de se construir, cada vez mais, em “altura”.

Em 2011, foram recenseados, em Lisboa, 35 409 *Alojamentos de Residência Secundária/Usos Sazonal*, representando 11%, do total dos *Alojamentos Familiares Clássicos* – 322 865 (Figura 5.16).

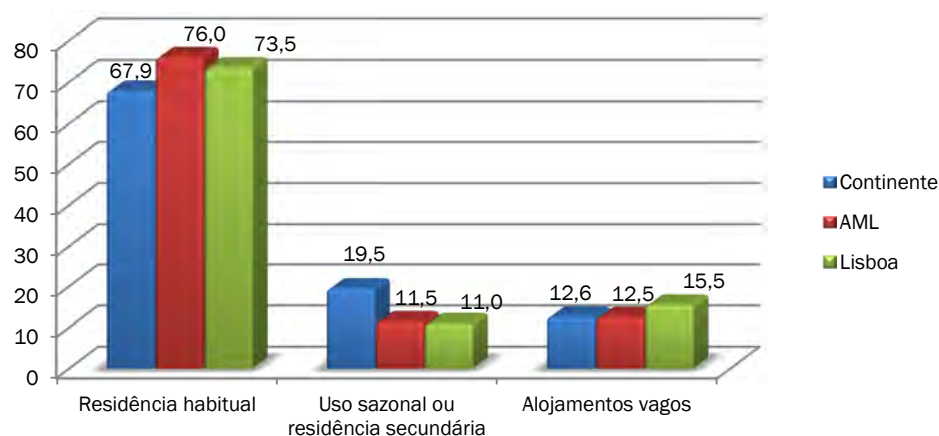
Figura 5.16 - Alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação em Lisboa (N.º)



Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

Esta proporção é inferior à analisada para o total do país (19,5%) e quase idêntica à observada na AML (11,5%), de acordo com os dados apresentados na Figura 5.17. Face a 1991, os *alojamentos de residência secundária*, no município de Lisboa, viram a sua importância ampliada em 94,4%. Este fenómeno poderá conter diferentes explicações, entre outras, para aqueles que são utilizados: *i)* em períodos de férias; *ii)* por estudantes; *iii)* pelas pessoas que saíram, tanto por fenómenos de migração no país, ou de emigração. Apesar da população se ter ausentado do território, manteve os seus alojamentos na capital do País.

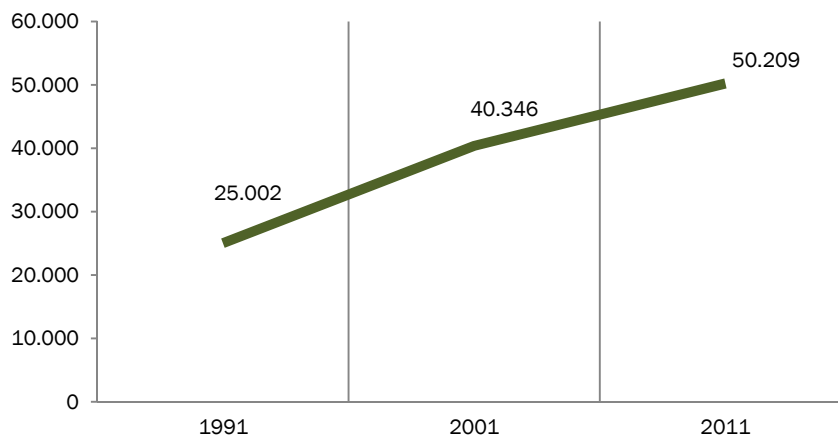
Figura 5.17 - Alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação (%) no Continente, AML e Lisboa



Fonte: INE (Censos), 2011

De acordo com os Censos de 2011, Lisboa tinha 50 209 alojamentos vagos, revelando 15,6% do total dos alojamentos existentes no município.

Figura 5.18 - Alojamentos familiares clássicos vagos (N), 1991 a 2011

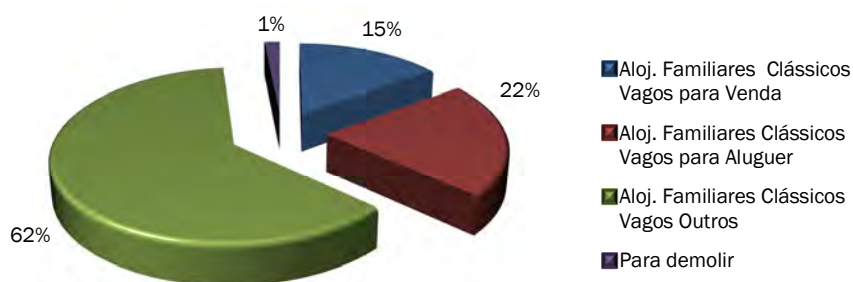


Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

A tendência de aumento do número de alojamentos vagos vinha a manifestar-se ao longo dos últimos vinte anos, sofrendo um incremento de 100,8% em relação a 1991 (Figura 5.18).

Do total de alojamentos vagos (50 209), em 2011, cerca de 15% encontrava-se para *venda*, 22% para *aluguer* e 1% para *demolição* (Figura 5.19). Os restantes 62% estão identificados com a categoria “*outros*”, podendo-se concluir que permanecem “*fora do mercado*”. Esta situação poderá ter diferentes justificações, entre outras: *i*) investimento em imobiliário para especulação; *ii*) falta de capacidade financeira para a recuperação/reabilitação; *iii*) a esperar por decisões/orientações urbanísticas; *iv*) a aguardar a evolução do mercado imobiliário, em termos de *arrendamento* e/ou *venda*.

Figura 5.19 - Alojamentos familiares clássicos vagos

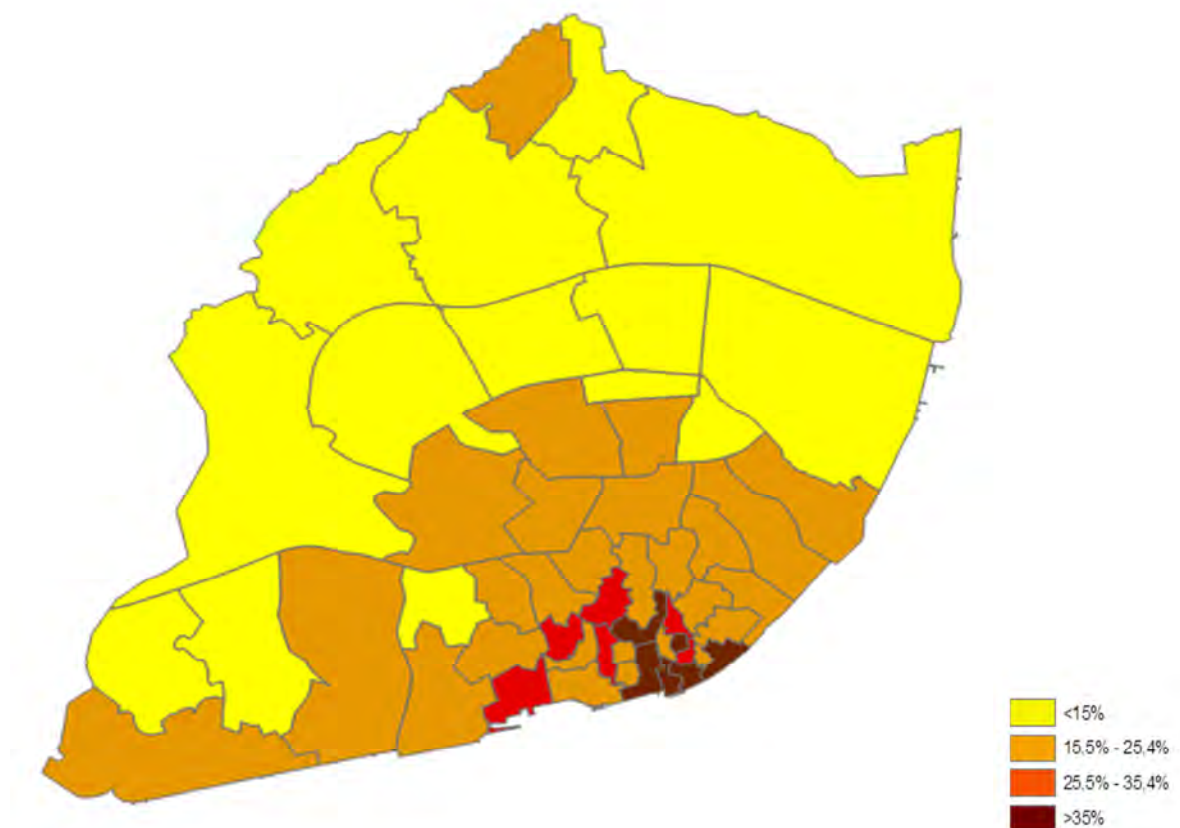


Fonte: INE (Censos), 2011

No entanto, a elevada percentagem de alojamentos que se encontra na categoria “*outros*” conduz a uma degradação do parque habitacional e a uma imagem negativa para quem circula/visita a cidade.

A maior concentração de alojamentos vagos (Figura 5.20) situava-se, em 2011, nas freguesias do “centro histórico”: Castelo, Encarnação, Madalena, Mercês, Santa Justa, Santos-o-Velho, Santo Estêvão, São José, São Miguel, São Nicolau e Sé.

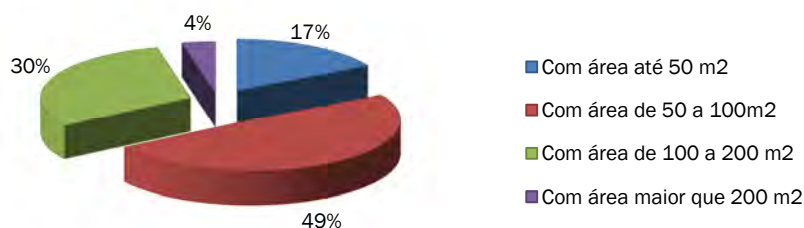
Figura 5.20 - Alojamentos familiares vagos por freguesias



Fonte: INE (Censos), 2011

No entanto, não são de menosprezar os valores de algumas freguesias das áreas centrais da cidade e da frente ribeirinha, como por exemplo Santa Maria de Belém, Alcântara, Prazeres, Beato, São João, entre outras.

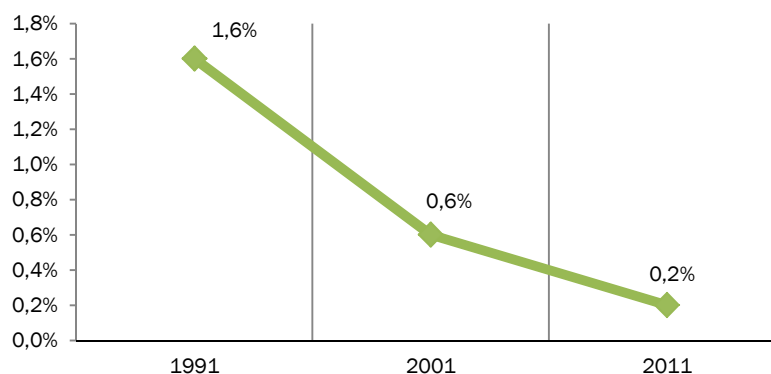
De acordo com os Censos de 2011, os alojamentos na AML são mais pequenos quando comparados com o total de alojamentos do país. Na AML, a área média por alojamento é de 96,3m² enquanto o valor nacional encontra-se nos 109,1m². Já no município de Lisboa quase 50% dos alojamentos têm áreas úteis compreendidas entre os 50 m² e os 100 m² (Figura 5.21). Não são de desprezar aqueles que se situam entre os 100m² e 200m² - 30%. Com áreas úteis superiores a 200 m² existem apenas 4% dos alojamentos.

Figura 5.21 - Alojamentos ocupados por residência habitual segundo a área útil (m²)

Fonte: INE (Censos), 2011

Embora nas últimas duas décadas, o município de Lisboa tenha assistido a uma melhoria das condições de habitabilidade dos seus alojamentos, com uma cobertura quase total de infraestruturas (água canalizada, sistema de esgotos e instalação de banho/duche), o número de alojamentos sem requisitos mínimos de conforto ainda são inquietantes.

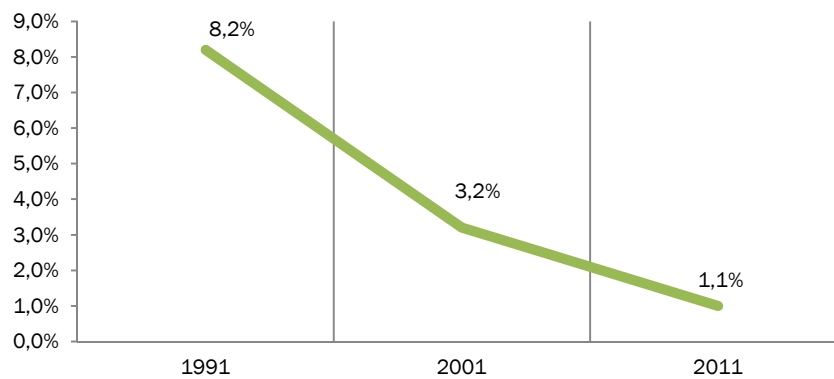
Figura 5.22 - Alojamentos familiares de residência habitual sem retrete (%), Lisboa



Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

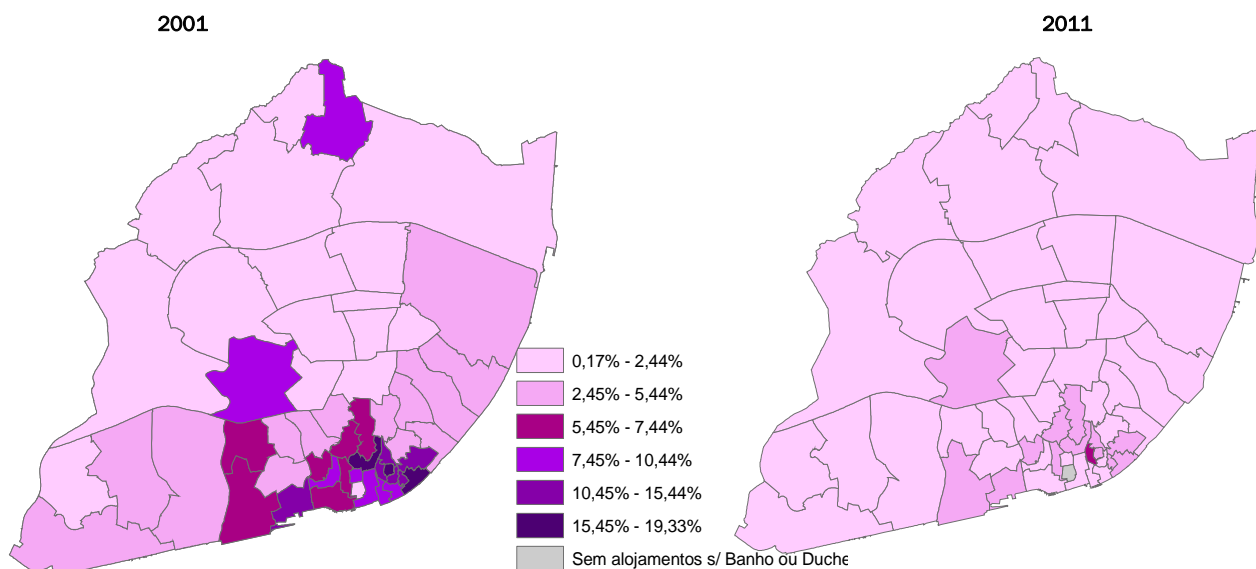
Por exemplo, em 1991, os alojamentos familiares de residência habitual “*sem retrete*” representavam 1,6% (3.874) do total de alojamentos, tendo evoluído para 0,2% (588 alojamentos), em 2011 (Figura 5.22).

Um outro indicador preocupante, em pleno século XXI, diz respeito à percentagem de alojamentos familiares de residência habitual “*sem banho/duche*” (Figura 5.23).

Figura 5.23 - Alojamentos familiares de residência habitual sem banho/duche (%), Lisboa

Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

Em 1991, cerca de 20 000 alojamentos – 8,2% do total de alojamentos familiares de residência habitual – não detinham instalações de “banho/duche”, ligadas, de modo permanente, a um sistema de abastecimento de água e a um sistema de drenagem de águas residuais, de forma a permitir o despejo da água utilizada no banho para fora do alojamento. Ao longo dos últimos vinte anos a situação tem vindo a melhorar, apesar de existirem, ainda, em 2011, cerca de 2 500 alojamentos (1,1% do total de alojamentos familiares de residência habitual) que não têm instalações de “banho/duche”.

Figura 5.24 - Alojamentos familiares de residência habitual sem banho ou duche (%), Lisboa

Fonte: INE (Censos), 2001 e 2011

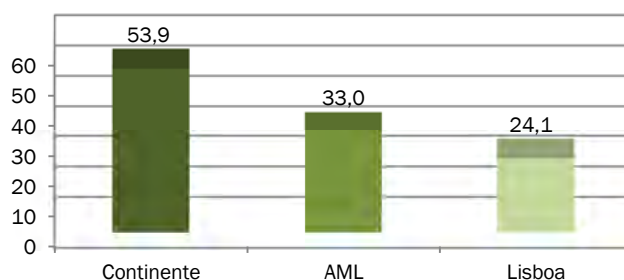
A evolução deste indicador, entre 2001 e 2011, apresenta-se cartografada na Figura 5.24. Em 2001, a maior concentração verificava-se no parque habitacional, mais envelhecido, do “centro histórico” e territórios adjacentes e, a norte, na freguesia da Charneca.

Em 2011, assistiu-se a uma melhoria em todo o município, embora na freguesia de São Cristóvão e São Lourenço persista uma concentração significativa de alojamentos familiares de residência habitual sem

“banho/duche”. Todavia, devemos evidenciar que existe uma única freguesia na cidade de Lisboa – Mártires – em que todos os alojamentos detêm instalações de “banho/duche”.

No município de Lisboa 24,1% dos alojamentos possui lugar de estacionamento, valor claramente inferior quando comparado à média nacional – 53,9%. A Área Metropolitana de Lisboa regista, igualmente, uma proporção mais elevada do que Lisboa – 33,0% (Figura 5.25).

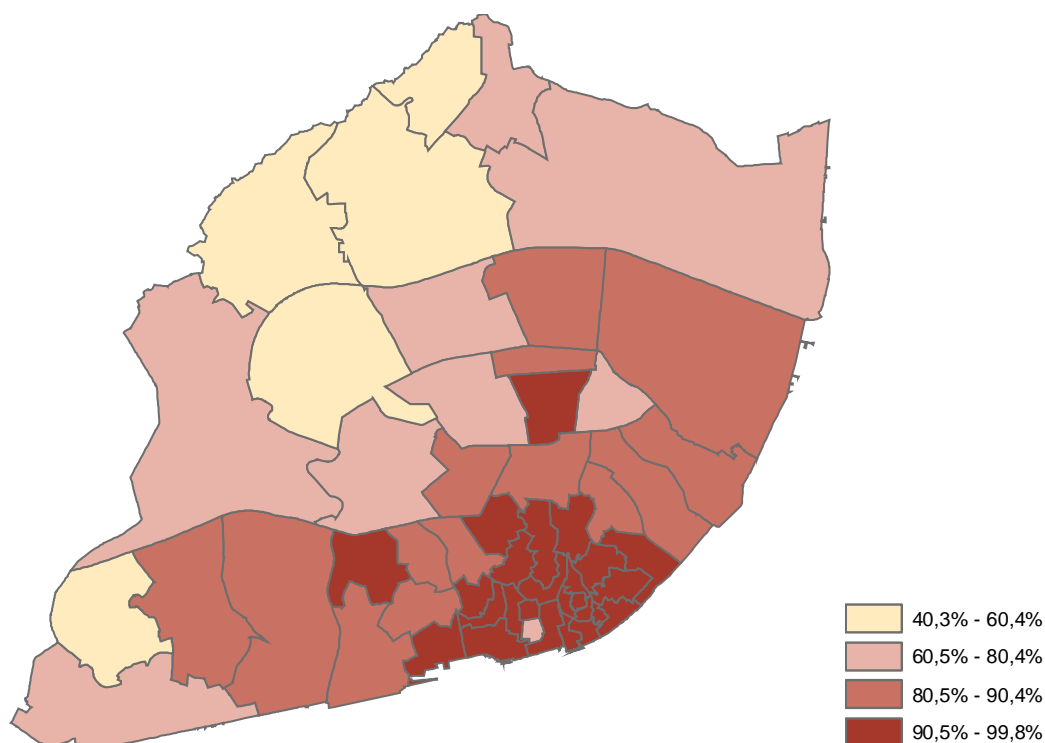
Figura 5.25 - Alojamentos familiares de residência habitual com estacionamento (%)



Fonte: INE (Censos), 2011

No caso particular de Lisboa constata-se que a elevada carência de estacionamento (Figura 5.26), nos alojamentos, está diretamente correlacionada com a antiguidade do parque habitacional da cidade e da existência tardia de normas para a construção de habitação, com estacionamento. Nas freguesias do “centro histórico”, São João de Deus e Santo Condestável o défice de estacionamento chega perto dos 100%. Na maioria das freguesias, da área central da cidade, mais de 80% dos alojamentos não têm estacionamento, mas mesmo nas freguesias onde existe construção mais recente, o *déficit* é ainda elevado.

Figura 5.26 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem estacionamento (%), Lisboa

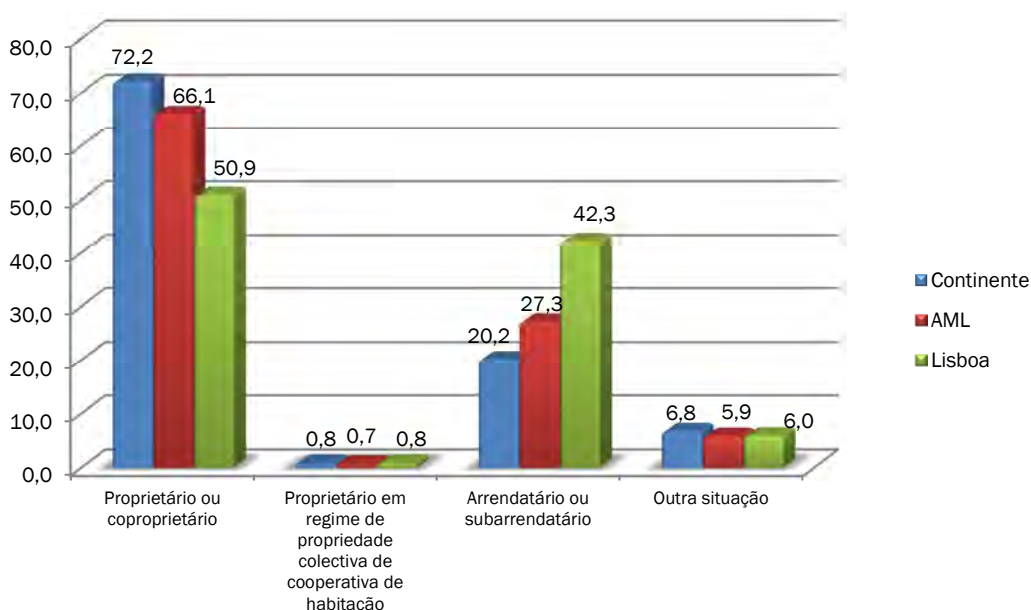


Fonte: INE (Censos), 2011

5.1.4 Regime de propriedade dos alojamentos familiares clássicos

Na AML, em 2011, os alojamentos ocupados pelo “*proprietário*” representam 66,1%, valor inferior ao verificado para o Continente – 72,2% (Figura 5.27). De acordo com os Censos de 2011, os alojamentos ocupados pelo proprietário estão mais representados nos municípios que se encontram mais afastados do centro da região, com maior relevância na margem sul do Tejo. Os municípios do Seixal, Palmela e Sesimbra, com valores entre os 78% e os 80%, são aqueles onde os alojamentos ocupados pelo proprietário estão mais representados.

Figura 5.27 - Alojamentos clássicos de residência habitual segundo o regime de ocupação (%)



Fonte: INE (Censos), 2011

Os alojamentos arrendados, na AML, apresentam 27,3% do total de alojamentos ocupados. A importância relativa dos alojamentos arrendados é bastante superior na AML, quando comparado com o país (20,2%).

O município de Lisboa destaca-se, por um lado, pela maior proporção de alojamentos arrendados (42,3%), quase o dobro do registado para o país, e, por outro, pela menor percentagem de “*proprietários*” – 50,9%.

No entanto, a dimensão da categoria “*proprietários*”, em Lisboa, quando comparada com os valores dos Censos de 2001 (47,1%), aumentou 3,8 pp. Este crescimento deve-se às políticas de incentivo à aquisição de “*casa própria*”, através do fácil acesso ao “*crédito da habitação*”, e todas as bonificações de crédito aos “*jovens*”.

Da análise da Figura 5.28 verifica-se que do total de “*proprietários*”, mais de metade (52%) já não tem encargos para a compra de habitação.

Figura 5.28 - Alojamentos clássicos ocupados como residência habitual cujo ocupante é o proprietário

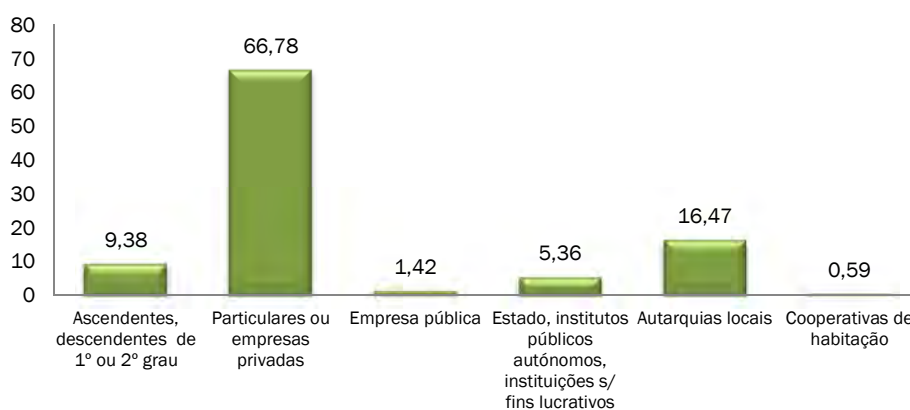


Fonte: INE (Censos), 2011

De acordo com os Censos de 2011, o valor médio mensal de encargos, por compra do alojamento, é de 425 euros na AML e no País situa-se nos 395 euros. Comparando os valores com os que foram registados em 2001, a média de encargos elevou-se em 121 euros na AML, e, em termos nacionais, esse aumento foi de 105 euros.

Os municípios de Cascais (492 euros), Mafra (486 euros) e Lisboa (475 euros) são aqueles que assinalam os valores mais elevados dos encargos médios mensais para compra. Por oposição, os municípios do Barreiro (328 euros) e Amadora (365 euros) são os que apresentam os encargos mais baixos, para aquisição de habitação própria.

Figura 5.29 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual segundo o tipo de entidade proprietária (%), Lisboa

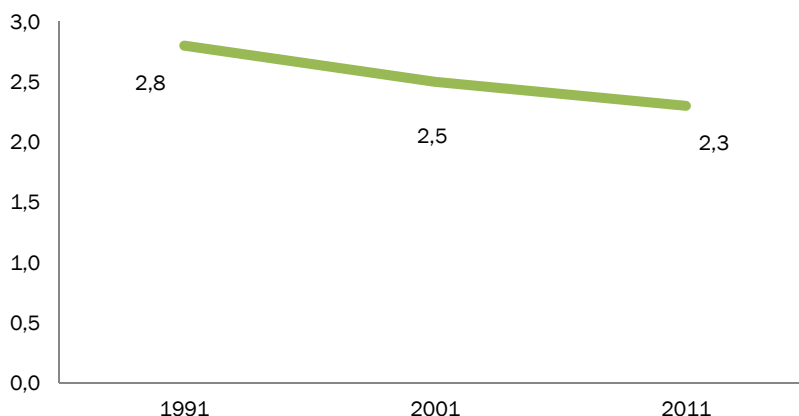


Fonte: INE (Censos), 2011

Os alojamentos “arrendados” são propriedade de diferentes entidades, com maior evidência para os “Particulares ou empresas privadas” – 66,78% (Figura 5.29). Não é de menosprezar o peso significativo dos alojamentos que são propriedade do “estado, institutos públicos e instituições s/ fins lucrativos” e das “autarquias locais” – 21,83%, traduzindo-se num total de 24 980 alojamentos, da cidade de Lisboa.

O número médio de residentes por alojamento, em Lisboa, desceu claramente nos últimos vinte anos (Figura 5.30). A justificação deste fenómeno vem expressa no capítulo 3, embora possamos recordar que, em alguns territórios do município, a média de residentes é de um a dois indivíduos, por alojamento.

Figura 5.30 - Número médio de residentes por alojamento, Lisboa

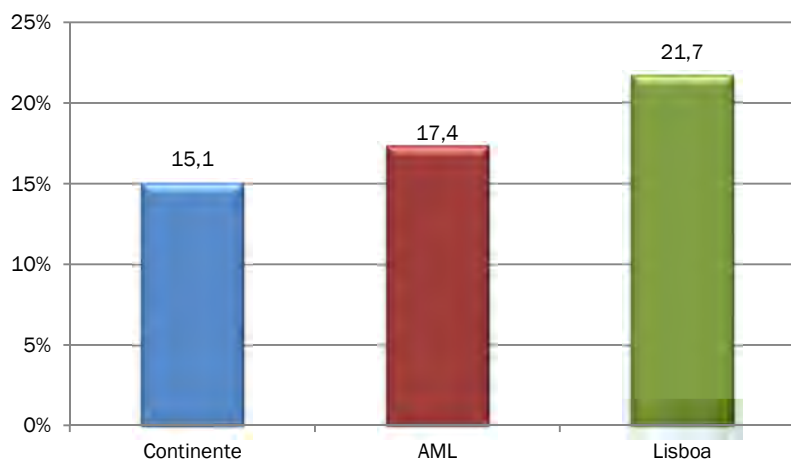


Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

5.1.5 Mercado de arrendamento

Da leitura da Figura 5.31 podemos concluir que, em 2011, o município de Lisboa foi o que demonstrou um maior dinamismo no mercado de arrendamento (21,7%), muito superior ao apurado no Continente (15,1%) e na AML (17,4%).

Figura 5.31 - Alojamentos vagos para arrendar (%)



Fonte: INE (Censos), 2011

Nesta década verificou-se uma ligeira recuperação neste sector, uma vez que, no contexto da crise económica e financeira que eclodiu em 2008, o acesso ao crédito bancário, para aquisição de habitação própria, tem sido difícil para a maioria dos agregados familiares.

Para confirmar tal facto, podemos apurar, no Quadro 5.3, que os contratos de arrendamento posteriores a 2005 (30,6%) já ultrapassam os anteriores a 1975 - 29,7%.

Quadro 5.3 - Alojamentos clássicos arrendados segundo o escalão de renda e época do contrato do arrendamento (%), Lisboa

Época do Arrendamento	Escalão de Renda (€)						Total
	Total	<100	100 - 200	200 - 400	400 - 650	> 650	
Antes de 1975	29.350	19,3	6,0	4,0	0,3	0,1	29,7
1975 - 1990	17.173	9,9	3,6	3,3	0,4	0,1	17,3
1990 - 2005	22.137	8,4	3,7	5,6	3,2	1,6	22,4
> 2005	30.253	1,3	0,9	7,5	12,4	8,5	30,6
Total	98.913	38,451	14,030	20,198	16,080	10,154	100,0
		38,9	14,2	20,4	16,2	10,3	100,0

Fonte: INE (Censos), 2011

O peso dos contratos antigos (“antes de 1975”) conduz-nos a uma percentagem elevada de rendas antigas, inferiores a 100€ mensais (19,3%). Aliás, o baixo valor das rendas (< 100€ - 38,9%) tem sido um forte constrangimento à manutenção/reabilitação do parque habitacional.

Um outro fenómeno – *escalão de renda superior a 650€/mês (10,3%)* – poderá materializar um factor de risco, em que os valores das rendas atingem valores de tal forma elevados que desencorajam os agregados familiares à procura do mercado de arrendamento, na cidade de Lisboa.

5.2 Edificado municipal

5.2.1 – Gestão do Parque Habitacional (edifícios e frações¹)

A análise apresentada neste subcapítulo do REOT teve como fonte principal a informação enviada pela Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local (DMHDL), reportando aos últimos três anos. A esta situação não está alheia o facto da organização dos dados daquele serviço, decorrer recentemente de novas políticas de habitação, sustentadas num maior rigor, transparência e operacionalizadas nos diversos regulamentos/programas/projectos entretanto criados e desenvolvidos pelo pelouro da tutela, impedindo a sua sistematização para definição de uma série temporal mais longa.

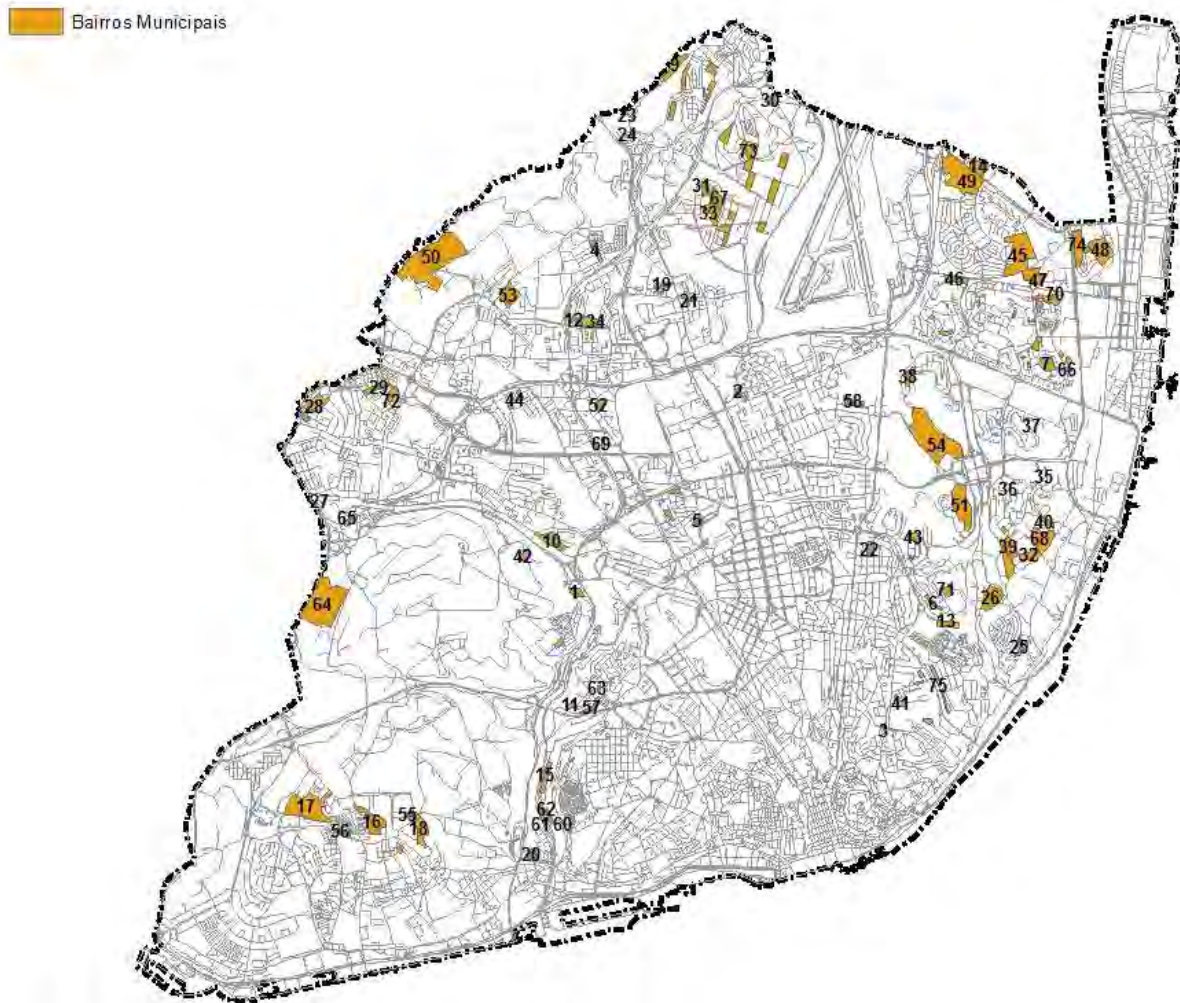
A gestão do parque habitacional da CML está afectada geograficamente a 69 bairros municipais² (Figura 5.2.1), dos quais três encontram-se fora da área afectada ao município (Casal de Cambra, Algueirão e Zambujal). Em 2014, a dimensão patrimonial da edilidade demarcava-se por um universo de 4 178 edifícios habitacionais, dos quais 3 050 edifícios são totalmente municipais e os restantes (1 128) parcialmente municipais, para um quantitativo populacional de sensivelmente 63 200 habitantes³. Em informação apresentada em anexo, poderá ser aferido quais os quantitativos de edifícios municipais ligados aos bairros municipais e ao património disperso. Neste sentido, importa sublinhar que o seu quantitativo é francamente mais expressivo nos bairros municipais.

A gestão social e patrimonial dos bairros municipais é efetuada pela GEBALIS que tem atualmente sob a sua tutela 21 203 frações municipais, das quais 20 960 encontram-se atribuídas e 243 estão ocupadas abusivamente, envolvendo um universo populacional residente da ordem dos 59 368 indivíduos (DMHDL, 2014). A maioria dos fogos geridos por esta entidade, em 2011, concentra-se nas Zonas Norte Oriental e Oriental da cidade (respetivamente a 5 401 e 4 843 frações), situação já identificada no REOT de 2009 e que se mantém (dados de base, em anexo).

¹ Será usada a nomenclatura da DMHDL.

² De acordo com a Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local, “Bairro Municipal” representa qualquer núcleo habitacional de promoção ou de construção municipal que tenha pelo menos uma fração municipal ou não habitacional de propriedade municipal.

³ Com base em valores estimados. Admitindo que em cada uma das frações ocupadas reside um agregado familiar. Para além deste pressuposto, no apuramento do seu valor foi considerada a dimensão média das famílias, segundo o INE 2011, aplicando-a para os bairros dispersos. Para o cálculo da população dos bairros municipais foi aplicada uma dimensão média superior, concretamente de 2.8.

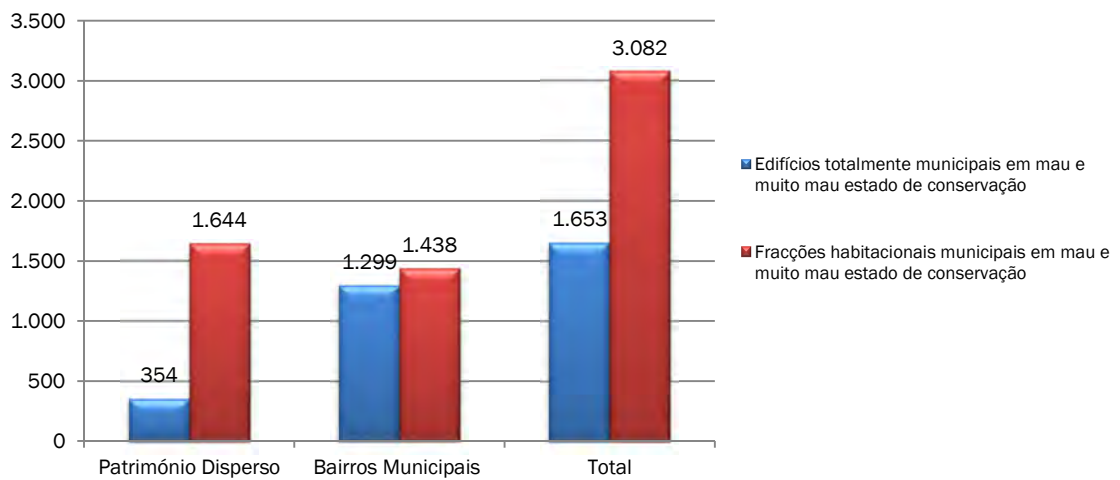
Figura 5.2.1 – Localização dos Bairros Municipais ⁴

Fonte: CML (DMU; DPRU; DPDM), Junho 2015

Apesar de grande parte dos bairros municipais poder ser considerada jovem, atendendo a que 49% foi construída na última década e meia (Figura 5.2.3), verifica-se contudo que apresenta já algumas patologias construtivas (Figura 5.2.2), com alguns edifícios avaliados como estando em mau e mau/razoável estado de conservação.

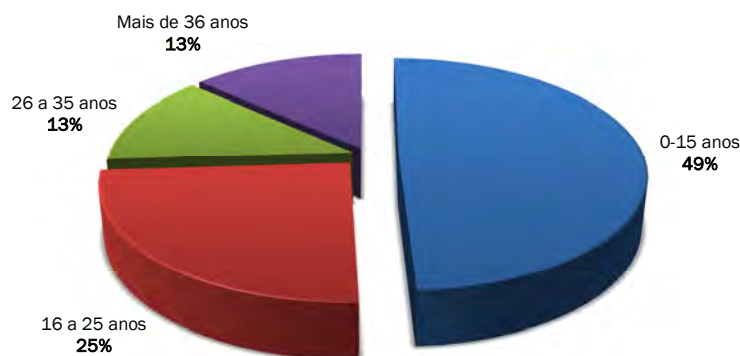
⁴ A legenda da planta encontra-se disponível em anexo.

Figura 5.2.2 – Edifícios e Fogos em Mau e muito Mau Estado de Conservação (Nº)



Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

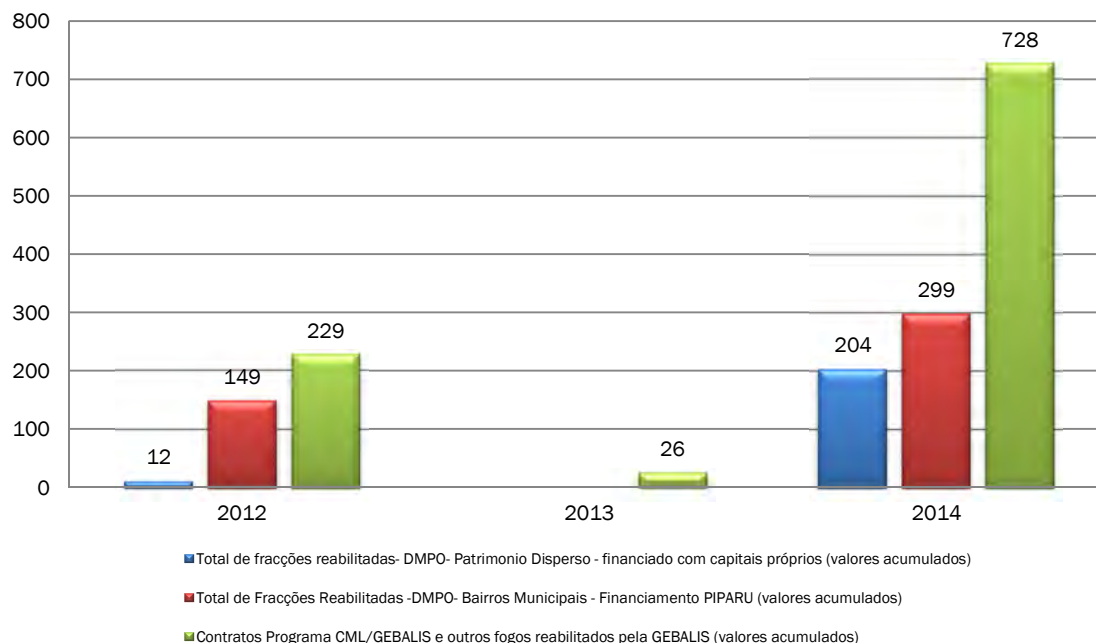
Figura 5.2.3 - Idade do Parque Habitacional Municipal (%)



Fonte: GEBALIS (2011), *Programa Integrado de Gestão e Requalificação dos Bairros Municipais – Intervenção Física*, pg. 4

A persistência de fogos municipais, em estado vago ou devoluto, no território da cidade, tornou imperativa a partir de Novembro de 2009, a necessidade de inverter esta situação, disponibilizando-os para o mercado de arrendamento, e recorrendo para o efeito a programas municipais e a financiamento específico para a sua reabilitação (ex.: PIPARU). Como resultado desta iniciativa, ao longo destes últimos três anos, foram concretizadas operações de reabilitação em frações habitacionais municipais (Figura 5.2.4). Surgindo o ano de 2014 com o maior número de intervenções concluídas. Relativamente à natureza do suporte de apoio para a sua concretização, é de destacar a preponderância dos “Contratos Programa CML/GEBALIS”.

Figura 5.2.4. - Fracções Habitacionais Municipais Reabilitadas, ao Abrigo de Diferentes Programas (Nº)



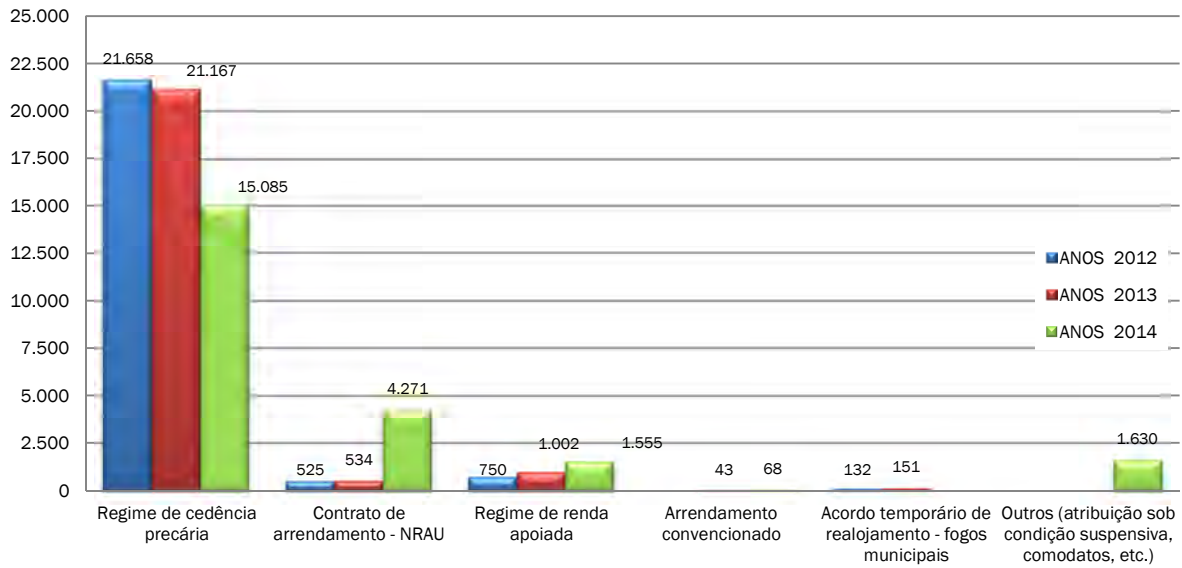
Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

De referir ainda neste âmbito, que no último ano existiam 205 frações municipais em processo de reabilitação, 512 a aguardar vistoria e 52 reabilitadas, prontas para serem atribuídas à população (informação em anexo).

- Tipo de Vínculo

O tipo de vínculo da habitação municipal é maioritariamente efetuado ao abrigo do Regime de Cedência Precária, mantendo-se deste modo, compromissos antigos estabelecidos entre a CML e os moradores. Contudo, adverte-se para uma notória mudança neste tipo de condição, orientando “as novas situações” para o estabelecimento de um compromisso legal – Contrato de Arrendamento, que vá ao encontro das premissas definidas pelo Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU). Sendo esta situação notória na passagem de 2013 para 2014. De destacar ainda, o acréscimo registado nos três anos, do número de vínculo relacionado com o “regime de renda apoiada”, facto que poderá reflectir o apoio social da CML a situações familiares que assistiram nesse intervalo de tempo a uma deterioração do seu rendimento, provavelmente resultantes do impacto da actual crise económico-financeira (Figura 5.2.5).

Figura 5.2.5 – Tipo de Vínculo das Fracções Municipais (Nº)



Nota – No caso particular deste gráfico a ausência de informação representa “sem dados”

Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

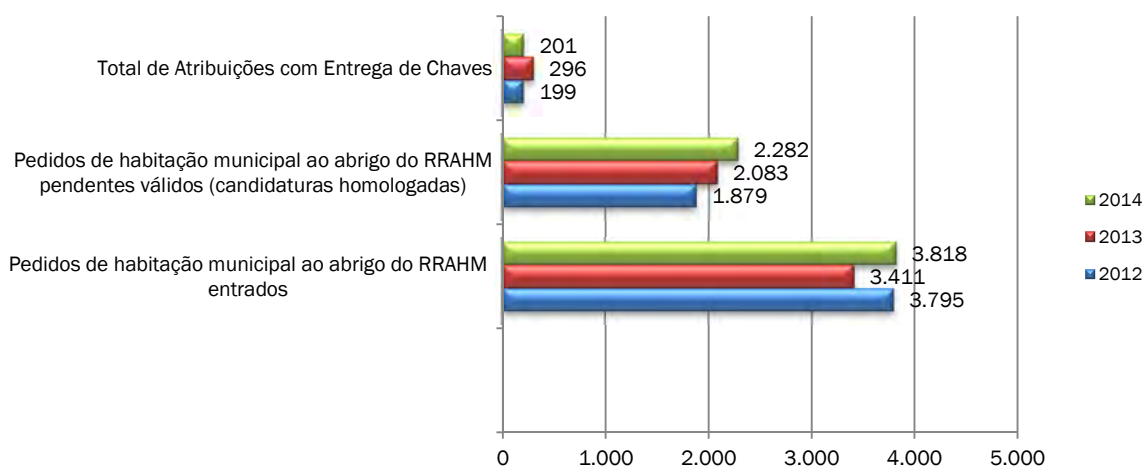
- Pedidos e Atribuição de Fracções Municipais

De acordo com a informação disponibilizada constata-se que para cada um dos anos considerados, deram entrada nos serviços da edilidade, o número de pedidos representados na Figura 5.2.6. Estes reproduzem a dimensão das candidaturas que dão entrada anualmente nos serviços, com competência na área da habitação municipal, sendo posteriormente objecto de uma triagem (análise mais fina), com o objectivo de serem eleitos os que se encontram em condições de serem analisados e objecto de atribuição (“candidaturas-homologadas”).

Do total de pedidos válidos registados, verifica-se que o seu quantitativo foi de crescimento ao longo dos três anos. Contudo, essa tendência não ocorreu da mesma forma, em termos de atribuição de fracções municipais com entrega de chaves, observando-se um decréscimo na satisfação das pretensões, de 2013 (14,2%) para 2014 (8,8%).

De frisar que o notório diferencial existente entre o número de atribuições de fracções registado e o número de pedidos pendentes (candidaturas homologadas), deve-se basicamente ao facto de no final do processo ocorrerem situações de desistência e/ou recusas por motivos diversos.

Figura 5.2.6 – Pedidos e Atribuição de Fracções Municipais (Nº)



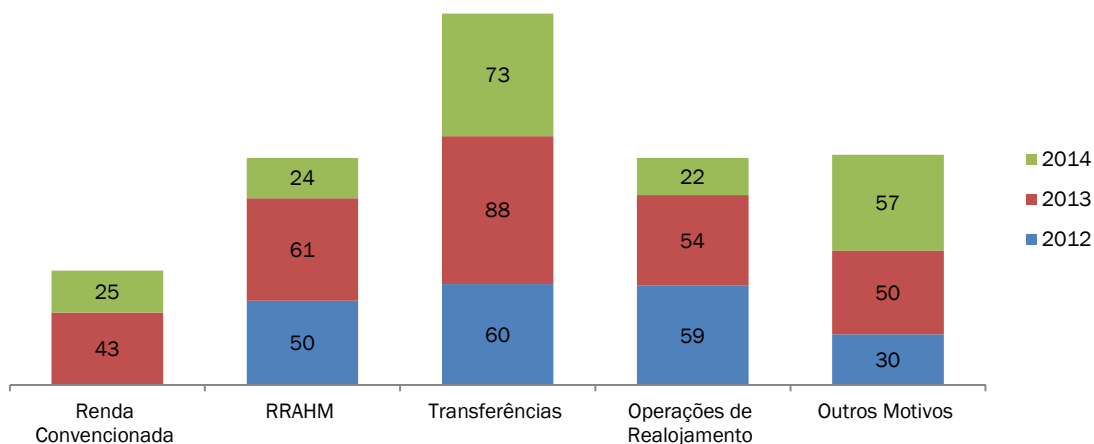
Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

Relativamente aos motivos subjacentes à atribuição das fracções municipais, releva-se no período em apreço, as situações de “Transferências” (definitivas e provisórias⁵) (Figura 5.2.7). De realçar uma constância entre os motivos que se prendem com “Operações de Realojamento” e com a aplicação do “Regime de Acesso à Habitação Municipal (em vigor a partir de Dezembro de 2009).

Para além destes factores, é de ainda de sublinhar a relativa importância, não desprezável, da “Renda Convencionada”, no conjunto de motivos subjacentes à atribuição de fracções municipais, facto que sobrevém da sua recente implementação (início de 2013). E o crescente aumento do factor “outros motivos”, que embora contemplem factores diversos (ex. bolsa de fogos para casos de violência doméstica e transferências de fogos particulares de arrendamento para fogos municipais), a sua relevância poderá justificar a criação de novas categorias para um tratamento futuro de dados da DMHDL.

⁵ As transferências são predominantemente definitivas, tendo-se registado nestes três anos, 15 situações de transferência provisória.

Figura 5.2.7 – Motivos de Atribuição das Frações Municipais (Nº)



Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

5.2.2 – Gestão do Parque Não Habitacional

Com a reestruturação dos serviços da CML em Maio de 2011, a DMHDL assumiu a gestão dos espaços não habitacionais⁶ localizados em edifícios predominantemente habitacionais do património disperso e dos bairros municipais. Em Novembro de 2013, com a publicação das delegações de competências, a DMHDL passou a assumir os espaços não habitacionais que se encontram em edifícios sob gestão da GEBALIS e o DPSVP⁷, o património disperso.

Segundo a DMHDS, entre 2012 e 2014, estava afeto a esse serviço um universo de 5 195 espaços não residenciais, dos quais 77% se encontravam ocupados e os restantes vagos (23%) (informação em anexo).

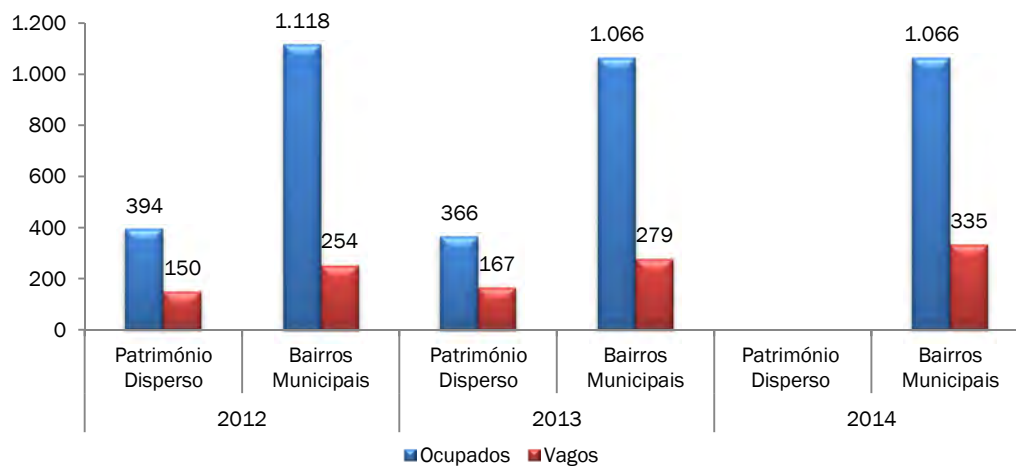
A análise da Figura 5.2.8 permite inferir uma certa estabilidade quanto ao número de espaços não residenciais ocupados nos Bairros Municipais, no período em apreço, verificando-se contudo, que o número de espaços não residenciais vagos nesses, têm tenuemente vindo a aumentar, facto que poderá reflectir o esforço que tem vindo a ser implementado pelos serviços, para actualizar e confirmar no terreno todo o universo de situações que fazem parte da sua tutela.

A não contemplação da situação dos espaços não habitacionais, no património disperso, em 2014, está relacionada com as alterações funcionais e orgânicas, impostas em 2013, determinando que esses espaços passassem a ser geridos pelo DPSVP.

⁶ Como espaços não habitacionais são consideradas as lojas, as arrecadações, as garagens e os armazéns.

⁷ DPSVP – Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial.

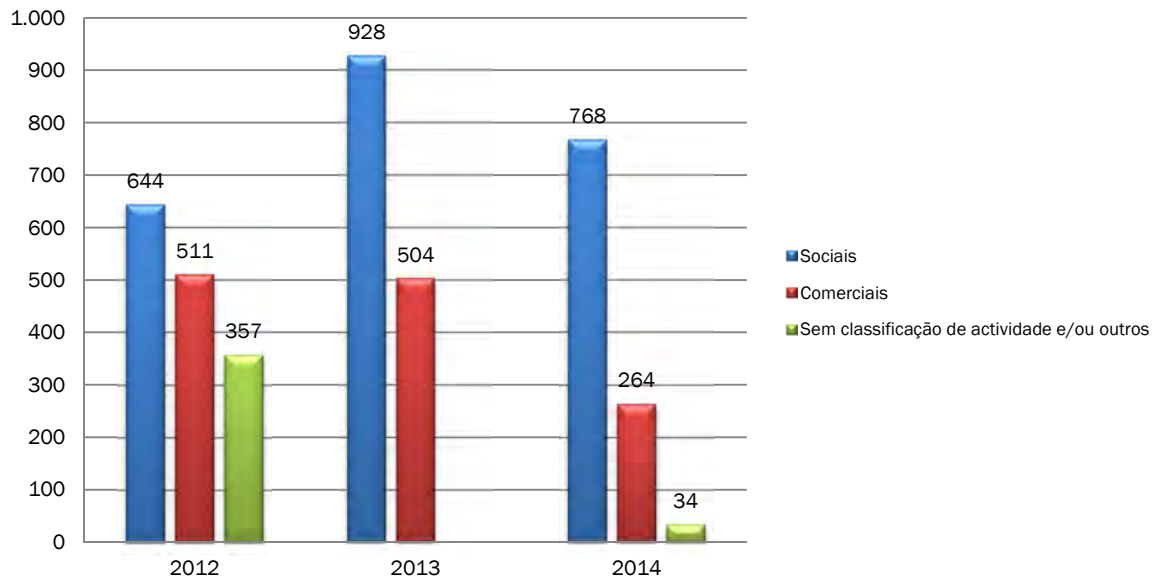
Figura 5.2.8 – Situação dos Espaços Não Habitacionais Municipais (Nº)



Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

Relativamente aos fins a que se destinam os espaços não habitacionais municipais (Figura 5.2.9), observa-se que predominantemente estes destinam-se a actividades do foro social. A este propósito, refira-se que existem espaços não habitacionais que se encontram ocupados por creches, jardins-de-infância, serviços ligados à saúde e outras actividades com aptidão social. De sublinhar ainda que em 2014 na categoria “sem classificação de actividade e/ou outros”, foram consideradas as cedências efectuadas às Juntas de Freguesia (por contrato comodato - 19 espaços) e os espaços cedidos a serviços da CML (GEBALIS e EMEL - 15 espaços).

Figura 5.2.9 – Fins a que se Destinam os Espaços Não Habitacionais Municipais – Actividades Desenvolvidas (Nº)

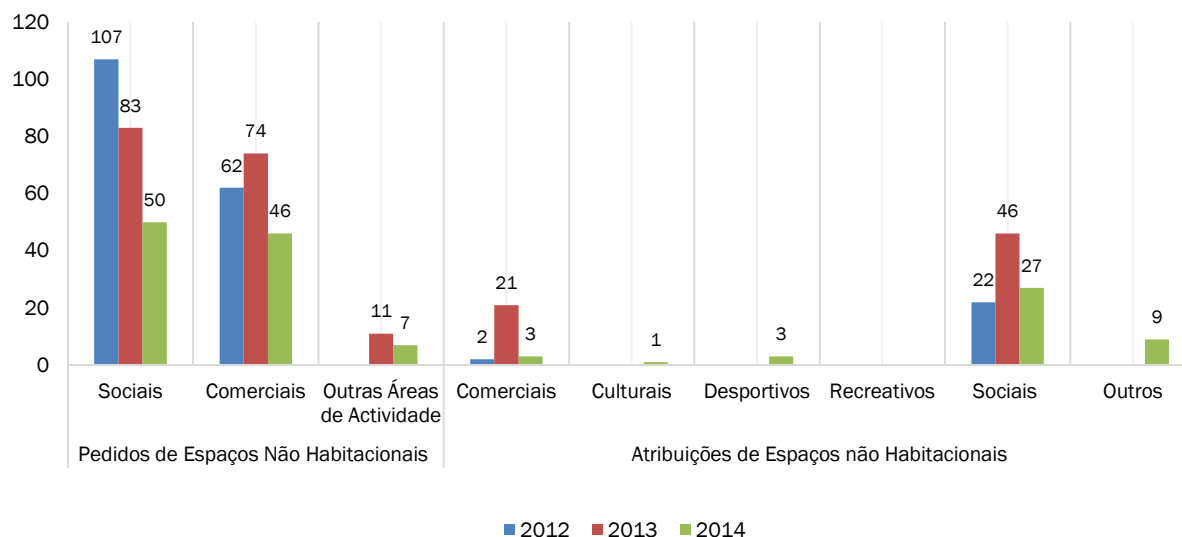


Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

Em relação aos pedidos e atribuições deste tipo de espaço, assinala-se no período considerado, algumas alterações relativamente à especificidade dos pedidos. Neste sentido, observa-se uma tendência para o decréscimo de pedidos de natureza social e para um aumento da pretensão em relação a espaços comerciais, com particular incidência entre 2012 e 2013 (Figura 5.2.10).

Á semelhança do que ocorre com a atribuição de fracções municipais, também com os espaços não residenciais se regista um notório diferencial entre o número de atribuições e o número de pedidos apresentados. Esta situação deve-se maioritariamente à desadequação funcional e ao estado de conservação em que encontram alguns destes espaços, contribuindo para que não sejam adequados ao tipo de procura ou competitivos relativamente à oferta existente no mercado.

Figura 5.2.10 – Pedidos e Atribuições de Espaços Não Residenciais (Nº)



Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

5.2.3 – Plano Local de Habitação

O Plano Local de Habitação⁸ pela CML contribuiu para uma melhor identificação e percepção dos problemas habitacionais actualmente existentes na cidade de Lisboa, possibilitando à Câmara a definição de estratégias de actuação, a médio e longo prazos, para minimizar e em alguns casos suprimir, os seus impactos negativos.

Ao longo das últimas três décadas, das medidas implementadas na área da habitação destaca-se o Programa Especial de Realojamento (PER) que contribuiu para uma progressiva erradicação dos alojamentos familiares não clássicos⁹ que em 1981 eram cerca de 10.500, e em 2011 restringiam-se a um universo de 200.

Salienta-se ainda, a recente publicação do documento “*Mudar a Política de Habitação em Lisboa – Regras do Jogo, Caminho Feito, Novos Desafios*”¹⁰ que aborda a conceptualização e o início da implementação de políticas municipais de habitação na cidade, visando definir novas regras na gestão dos fogos municipais e dos a criar¹¹, tendo subjacente a necessidade de reforçar a coesão territorial e a integração social dos que residem na cidade de Lisboa.

⁸ PLH, Julho 2009

⁹ “Barracas”

¹⁰ CML, Roseta, Helena, Abril 2013

¹¹ Ex: Programa BIP/ZIP; Acupuntura Urbana.

- Programa BIP/ZIP

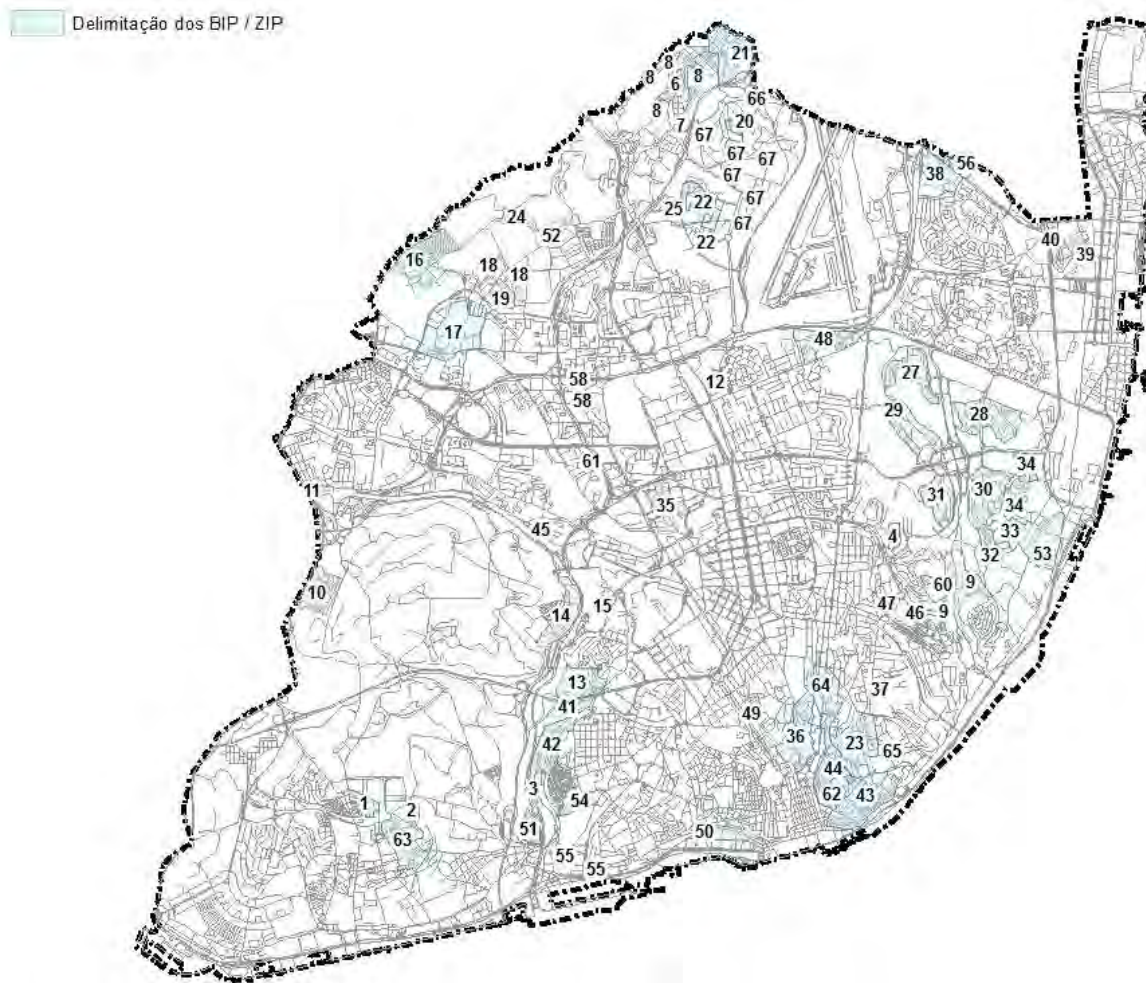
Constituindo uma das ações estratégicas do Plano Local de Habitação, para a cidade de Lisboa, o Programa BIP/ZIP¹², identifica os bairros ou áreas da cidade onde se registam situações de carência e de concentração de problemas de natureza social, económica, ambiental e urbanística, apuramento que teve por base uma metodologia específica, com recurso a diferentes tipos de indicadores e de variáveis. No âmbito deste programa foram identificados na cidade, 67 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (Figura 5.2.11).

Para concretizar esta estratégia de intervenção é atribuído um orçamento anual de um milhão de euros, com o valor máximo de 50 000 euros por candidatura, e são adotados métodos participativos de forma a promover a participação de diferentes candidaturas e o estabelecer de parcerias locais para a execução dos projetos aprovados pelo programa.

Neste sentido, e desde que o programa foi implementado na cidade (com repercussões a partir de 2012), constata-se que o número de candidaturas e de entidades envolvidas no processo têm vindo a aumentar, sofrendo em 2014 um acréscimo de participação de aproximadamente 35%, face ao ano precedente. No entanto, essa tendência não é acompanhada pelo aumento de candidaturas aprovadas, identificando-se oscilações quanto ao seu número, facto que influencia (ou é influenciado) o montante total do investimento da CML no referido programa (Figuras 5.2.12 e 5.2.13).

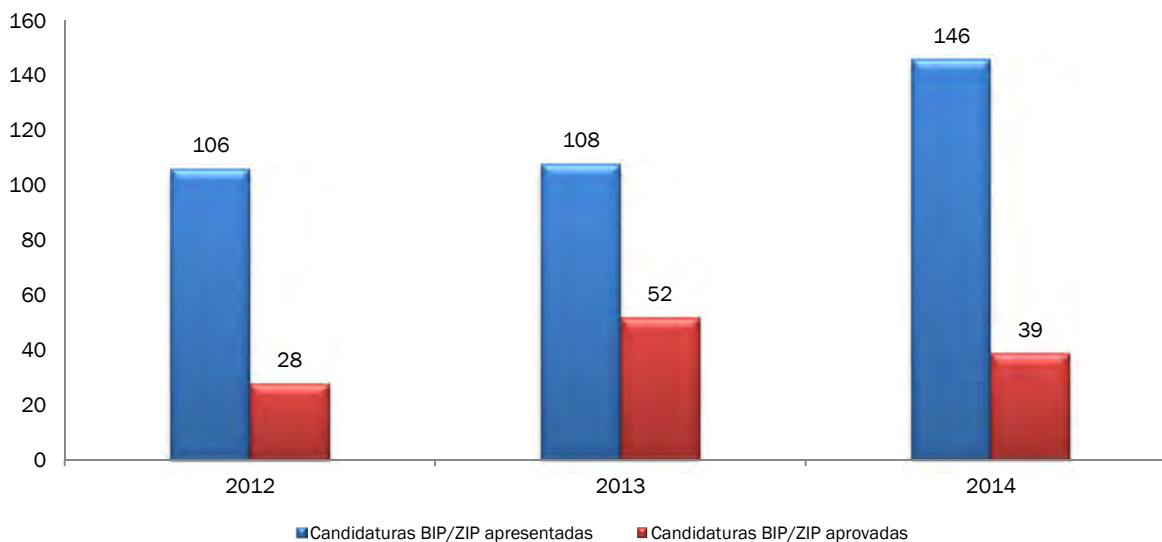
¹² BIP/ZIP, Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária em Lisboa, programa criado em 2011.

Figura 5.2.11 – Identificação e Localização dos BIP/ZIP¹³



Fonte: CML (PLH), 2009

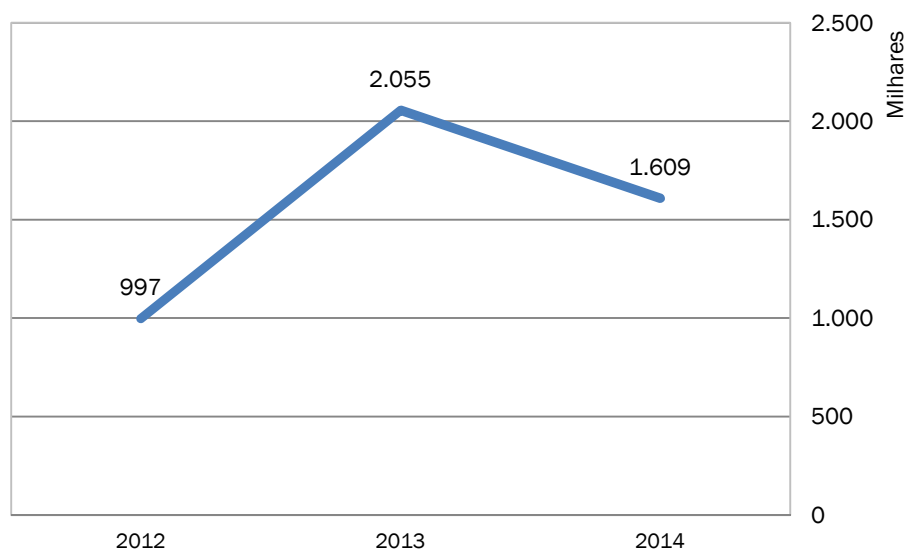
Figura 5.2.12 – Candidaturas BIP-ZIP (Nº)



Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

¹³ A legenda da planta encontra-se disponível em anexo.

Figura 5.2.13 – Montante Total dos Projectos Aprovados (euros)



Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

5.2.4 – Habitação Cooperativa – Protocolo CML/FENACHE

No início da década de 90 (Maio de 1990) é aprovado o primeiro protocolo de cooperação entre a CML e a FENACHE ¹⁴ (Proposta n.º 149/90), visando estrategicamente a cedência de terrenos para a construção de 3 000 fogos a custos controlados, como forma de colmatar a limitada oferta de habitação a preços mais acessíveis, para uma população residente de menores recursos económicos. Esgotada a cedência de terrenos previstos nesse protocolo, foi assinado um segundo protocolo, em 1998, por tempo indeterminado (Proposta n.º 278/98), possibilitando desta forma a continuidade de cedências de terreno ao movimento cooperativo. Para a globalidade dos dois protocolos, o número de fogos (habitacionais e não habitacionais), a construir seria da ordem dos 4 035.

Quadro 5.2.1 - Habitação Cooperativa - Protocolo CML/FENACHE

N.º de fogos construídos	2.674
N.º de fogos recebidos pela CML como contrapartida da cedência do terreno em direito de superfície	218
N.º de espaços não habitacionais recebidos pela CML como contrapartida da cedência do terreno em direito de superfície	14

Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), Dezembro 2015

¹⁴ FENACHE – Federação Nacional das Cooperativas de Habitação

Os números apresentados no Quadro 5.2.1 reportam-se aos valores acumulados de 2014 e correspondem a fogos habitacionais e espaços não habitacionais (ENH) que se encontram registados pela CML. Contudo, admite-se que esse número seja francamente superior atendendo a que existe um elevado número de fogos, cujo registo de propriedade ainda não foi inscrito a favor da CML. Este facto prende-se com um conjunto alargado de problemas cuja resolução não tem sido fácil para a Autarquia, nomeadamente insolvência de cooperativas ou pouca liquidez para prossecução dos projectos, incumprimento contratual por parte das Cooperativas e litígio quanto aos valores de contrapartida a entregar à CML.

5.2.5 – Gestão Sustentável do Património Edificado Municipal

A aprovação do Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais em 2008, associada à implementação nos anos subsequentes, de Programas de Intervenção e Projectos Complementares ¹⁵, vem contribuir para uma nova dimensão da vivência urbana nos bairros, na medida em que ao possibilitar a aquisição dos fogos municipais pelos inquilinos ou outros, eleva o nível de auto-estima, de preocupação e de interesse pela sua preservação e valorização. Neste contexto, atenda-se às particularidades dos principais programas implementados:

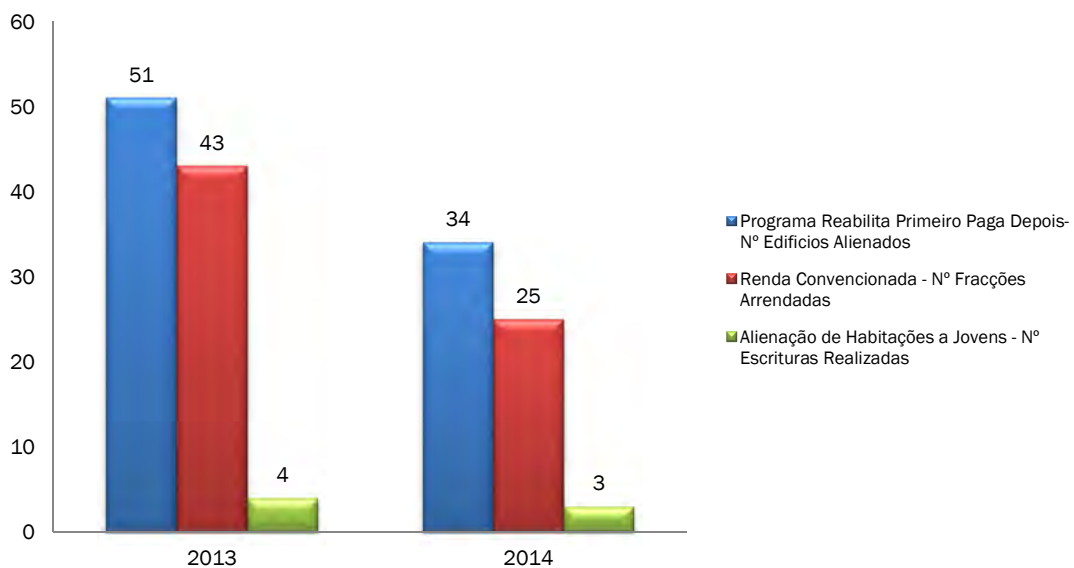
- Programa de Valorização do Património (PVP)

O Programa de Valorização do Património Habitacional Municipal, aprovado em 2011, vem definir as estratégias a adoptar para o conjunto do parque habitacional da CML, criando os seguintes subprogramas:

- Reabilita Primeiro Paga Depois – Trata-se de um programa que facilita a alienação de imóveis municipais devolutos e em mau estado de conservação, com condições favoráveis e condicionada a um processo de reabilitação, em função de uma calendarização previamente definida caso a caso.
- Renda Condicionada – Trata-se de um programa que propõe o arrendamento de fogos municipais devolutos, em bom estado de conservação, através de sorteio, por valores inferiores aos valores de mercado. Este programa teve início em Janeiro de 2013.
- Venda Faseada a Moradores – Trata-se de um programa que propõe a alienação a moradores em bairros municipais, os fogos onde residem, podendo o respectivo pagamento ser faseado até 10 anos e gozar de isenção de juros.
- Alienação de Habitações Municipais a Jovens – Trata-se de um programa que propõe a alienação de fogos municipais a jovens, através de concurso por sorteio. Reportando o 1º Concurso ao ano de 2012.

Relativamente a estes subprogramas, verifica-se que desde a sua implementação, já foram materializadas acções concretas, como se poderá observar pela leitura da Figura 5.2.14. Constatando-se por um lado, o interesse e a maior adesão dos cidadãos aos programas “Reabilita Primeiro e Paga Depois” e “Renda Convencionada”, e por outro, a fraca adesão e participação ao Programa de “Alienação de Habitação para Jovens”, facto confirmado pela ausência de candidatos em 2013 e 2014 (ver informação em anexo). Em situação oposta, assinala-se o grande interesse dos cidadãos no Programa de Renda Convencionada, testemunhado pelo considerável número de candidaturas apresentadas durante os anos de 2013 e de 2014 (700 candidaturas registadas em cada ano – ver informação em anexo).

Figura 5.2.14 – Programa de Valorização do Património – Ações Concretizadas (Nº)

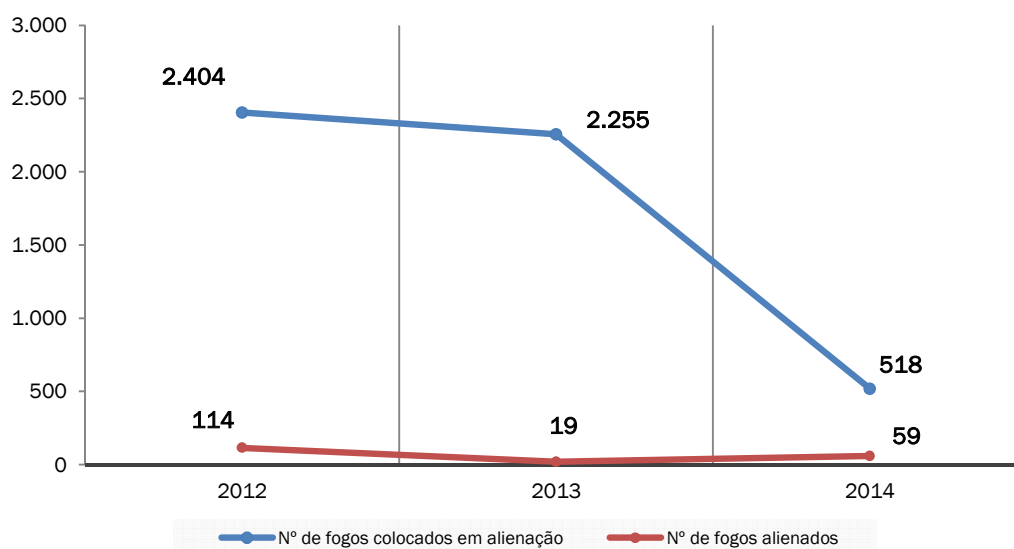


Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

- Alienação dos Fogos Municipais

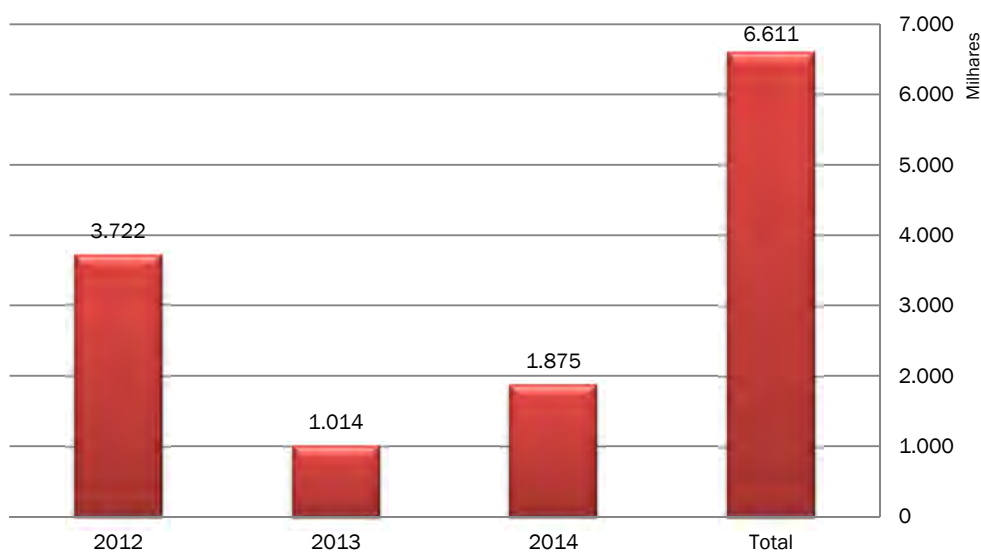
Para além de garantir a função social do município no apoio ao acesso à habitação, a política e os programas de alienação e de valorização do património criados geram recursos financeiros importantes para uma gestão sustentável do património habitacional municipal, viabilizando uma mais adequada manutenção e/ou reabilitação desses fogos. Efectivamente, desde 2012 até finais de 2014, foram colocados para alienação 5 177 fogos municipais (Figura 5.2.15), dos quais 192 (3,7%) correspondem a fogos cujo processo de alienação foi devidamente concretizado, representando um proveito financeiro para a Câmara, da ordem dos 6 milhões e 611 mil euros (Figura 5.2.16).

Figura 5.2.15 – Alienação de Fogos Municipais (Nº)



Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

Figura 5.2.16 – Montante Recebido pelos Fogos Municipais Alienados (euros)



Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

A atual crise económico-financeira e a dificuldade em aceder a crédito bancário, reflectem-se no processo de alienação desencadeado pela Câmara, contribuindo, em grande medida, para o acentuado decréscimo do número de fogos municipais alienados, ocorrido de 2012 para 2013 (Figura 5.2.15).

No sentido de facilitar a aquisição de fogos municipais, em 2012 foram introduzidas algumas alterações ao Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais, criando a possibilidade de fasear o processo de alienação (prazo máximo de 10 anos) e determinando a isenção de pagamento de taxas de juro.

- Outros Programas Relevantes

Para além do programa (e respectivos subprogramas) anteriormente referido, destacam-se dois outros programas que pela sua especificidade merecem alguma atenção, como é o caso do “Subsídio Mensal de Arrendamento” e do “Programa Loja no Bairro”. Relativamente ao último programa, ressalva-se que o seu objectivo principal prende-se com a dinamização da ocupação de espaços não habitacionais vagos, localizados em edifícios habitacionais geridos pela GEBALIS, com apoio e incentivos adequados e com acesso através de concurso por sorteio.

A leitura dos Quadros 5.2.2 e 5.2.3 permite avaliar sobre a dinâmica de cada um deles e qual o interesse suscitado nos cidadãos.

Quadro 5.2.2 - Subsídio Municipal de Arrendamento (SMA)

SMA	2014
Nº de edições ¹⁶	3
Nº de candidaturas	211
Nº de subsídios atribuídos	120
Nº de subsídios renovados ¹⁷	43
Valor total dos subsídios atribuídos (euros)	177.191
Valor total das renovações (euros)	65.484
Valor total (euros) ¹⁸	242.675

Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

Quadro 5.2.3 - Programa Loja no Bairro ¹⁹

Programa Loja no Bairro	2013	2014
Nº de edições	1	0
Nº de espaços	38	0
Nº de candidaturas	824	0
Nº de espaços atribuídos	20	3
Valor médio do apoio para obras	2.231 €	0
Valor médio mensal da cedência - no 1º ano	59,22 €	0

Fonte: CML (DMHDL; DDL;DPD), 2015

¹⁶ No final de 2014, a 3ª edição encontra-se em fase de audiência de interessados.

¹⁷ (b) Os subsídios da 1ª edição foram renovados por mais 12 meses.

¹⁸ Pagamentos com início a 1 de Dezembro de 2013 e termo a 30 de Novembro de 2015.

¹⁹ A 1ª edição do Programa Loja no Bairro decorreu em Julho de 2013. Em 2014 não se realizou este programa, mas foram atribuídos 3 espaços do sorteio da 1ª edição

Por último, segundo a DMHDS, as ações/medidas do foro da habitação social, a implementar num futuro próximo, deverão desejavelmente relacionar-se com os seguintes objectivos: 1) a promoção da reabilitação do património municipal (edifícios, fracções e espaços não habitacionais), adequando-o às actuais exigências regulamentares e tornando-o competitivo, face à oferta existente no mercado; 2) a criação de um suporte de apoio financeiro aos condomínios, tendo em vista a realização de obras de conservação, a melhoria do desempenho energético e das condições de acessibilidade; 3) a criação de mecanismos de divulgação que possibilitem disseminar a disponibilidade de espaços não residenciais, para alugar ou alienar.

6. EQUIPAMENTOS COLETIVOS

6.1 Equipamentos de Saúde

Embora não sendo da responsabilidade da edilidade a resolução das carências sentidas e identificadas ao nível dos equipamentos de saúde, é no entanto crucial para esta entidade o conhecimento da realidade existente, na medida em que o seu diagnóstico permite uma avaliação dos serviços prestados aos utentes em geral e à comunidade local, em particular. A partir desse diagnóstico, a autarquia poderá em articulação com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), ter um papel interventivo na programação da rede de equipamentos de saúde e participar ativamente na localização de futuras instalações.

No sentido de perceber qual a dinâmica da saúde, ocorrida nestes últimos anos, recorreu-se para o efeito a alguma informação estatística, do INE e do Ministério da Saúde (Portal de Saúde) – Quadro 6.1.1.

Quadro 6.1.1 - Algumas variáveis de saúde

Tipologia de Equipamento	2008	2010	2012	2013	2015
Nº Unidades - TOTAL	34	39	35	34	
Nº Unidades - Rede Pública	16	22	18	17	13 ²
Nº Unidades - Rede Privada	18	17	17	17	
Hospitais					
Capacidade (nº camas)	6.796	6.617	5.934	5.824	
Pessoal - TOTAL	28.594	27.947	25.762	25.604	
Pessoal - Médicos	5.328	4.970	4.804	5.188 ⁵	3
Pessoal - Enfermeiros	7.673	7.523	7.208	7.053	3
Consultas - TOTAL	3.566.520	3.730.204	3.790.795	3.843.682	3
Centro de Saúde					
Nº Unidades - TOTAL	17	17 ¹	17	---	16 ⁴
Pessoal - TOTAL	1.575	1.258 ¹	1.187	---	3
Pessoal - Médicos	489	443 ¹	417	---	3
Pessoal - Enfermeiros	364	311 ¹	297	---	3
Consultas - TOTAL	1.596.424	13.468.813 ₁	1.180.045	---	3

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2011, 2013, 2014

¹ A informação apresentada é referente ao ano de 2011.

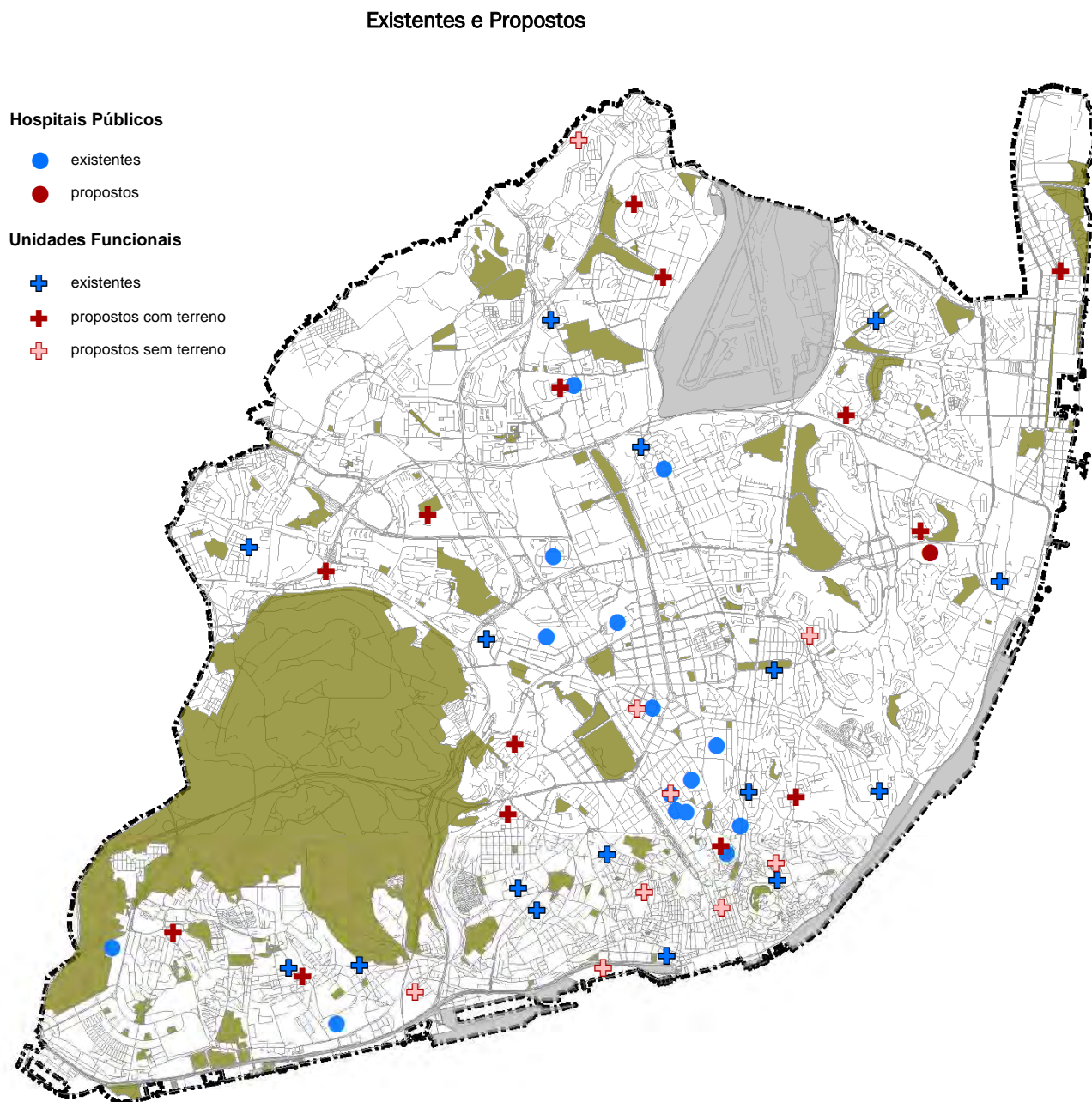
² A informação apresentada teve por base o Portal de Saúde do Ministério da Saúde.

³ A informação disponibilizada pelo Portal de Saúde não permite desagregar a informação para cada uma das tipologias consideradas, impossibilitando comparar a informação com a dos anos precedentes.

⁴ A fonte da informação apresentada é da CML. Quantitativo referente às sedes dos Centros de Saúde. Para além destas existem outras dependências das mesmas, totalizando **48 “Unidades Funcionais”** sedeadas na cidade. A designação “Unidades Funcionais”, recentemente criada pelo ministério da tutela, engloba todos os serviços de saúde ligados aos cuidados primários, independentemente de serem serviços principais (sedes) ou suas dependências.

⁵ Informação referente a 2014 e estimada com base na percentagem de médicos que trabalhavam nos hospitais e residiam no município de Lisboa, em 2012. Para o cálculo dessa estimativa, teve-se em consideração que em 2012, 59% dos médicos que residem em Lisboa também trabalham nos hospitais – sendo esse quantitativo de médicos residentes igual a 8344. Partindo deste quantitativo percentual (59%), aplicou-se ao universo de médicos residentes em 2014 (8794 médicos) e apurou-se um valor na ordem dos 5.188. Apesar do risco e das incertezas na utilização deste valor, admite-se que a tendência de acréscimo do número de médicos dos hospitais, de 2012 para 2014, é confirmada pelos indicadores apurados pelo INE (Anuário Estatístico para a Região de Lisboa, 2014).

Figura 6.1.1 – Equipamentos de saúde da rede pública – hospitais e unidades funcionais



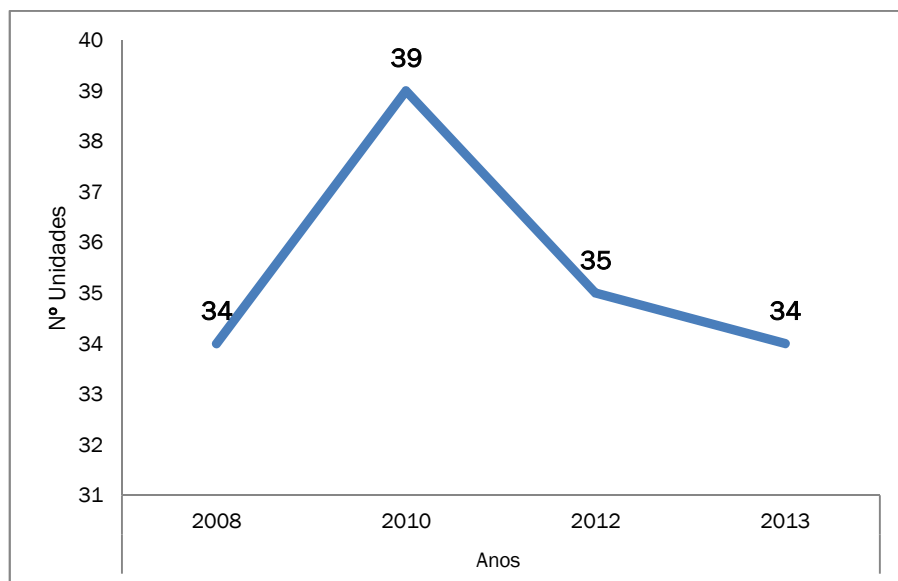
Fonte: CML (DMHDL;PLHDS), 2016

Na Figura 6.1.1 encontram-se localizadas as unidades de saúde direcionadas para os cuidados hospitalares e cuidados primários² da rede pública, em funcionamento atualmente na cidade. Uma apreciação global sobre a distribuição espacial destes equipamentos no território permite comprovar a concentração de unidades hospitalares no centro histórico e na área central da cidade. Pelo contrário, as unidades funcionais, pela sua especificidade e natureza de serviços, não apresentam um padrão locativo específico. Distribuem-se por todo o território, confirmando a sua vocação de equipamento de proximidade.

² Recentemente designados pelo ministério da tutela, por unidades funcionais. Na figura estão representadas as sedes .

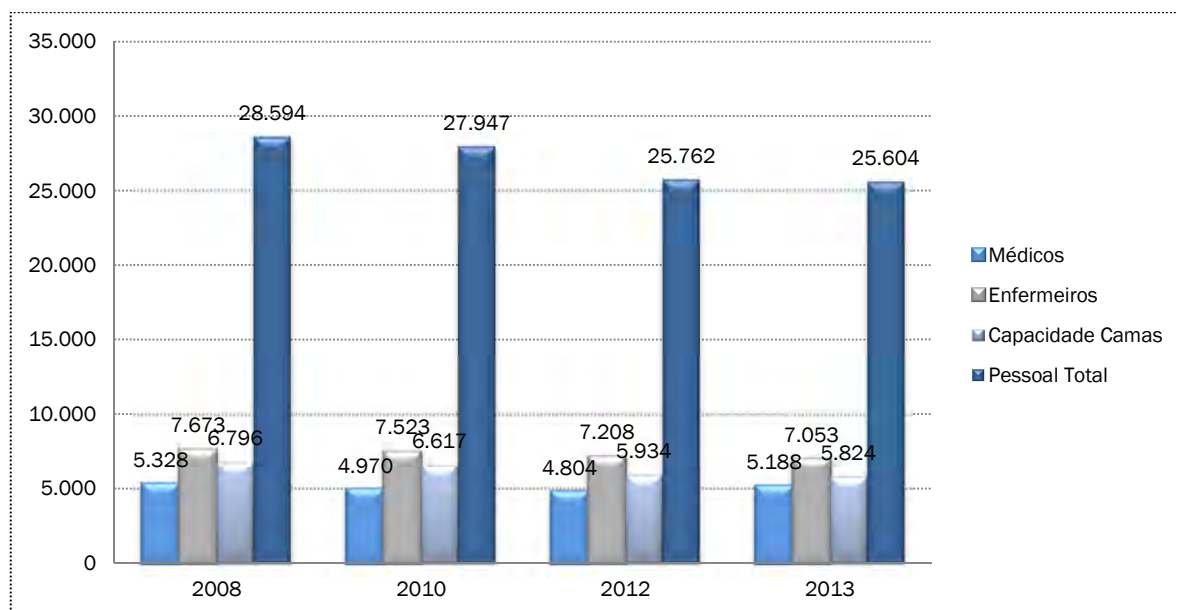
Com base na informação disponível, verifica-se que entre 2008 e 2013, ocorreu uma diminuição do número de instalações afetas à prestação de cuidados de saúde, ao nível dos cuidados hospitalares que fazem parte da rede pública (Quadro 6.1.1 e Figura 6.1.2). Em oposição, reconhece-se existir alguma estabilidade quanto ao número de equipamentos afetos aos cuidados primários, particularmente se tivermos em consideração as suas sedes, para os anos que foi disponibilizada informação (Figura 6.1.4).

Figura 6.1.2 – Hospitais – total de estabelecimentos (Nº)



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2011, 2013, 2014

Figura 6.1.3 – Hospitais – capacidades – recursos humanos e camas (Nº)

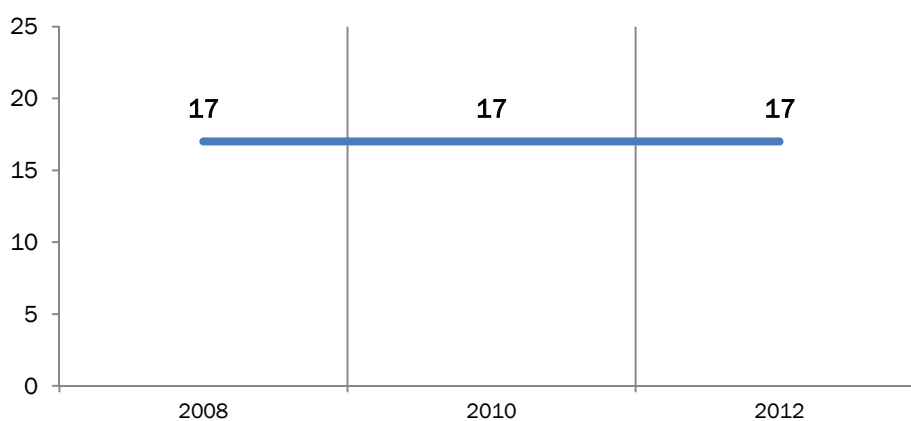


Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2011, 2013, 2014

Relativamente ao quantitativo de pessoal afeto a cada uma das valências de saúde (unidades funcionais e hospitalares), verifica-se que em ambas as situações registou-se, entre 2008 e 2012, uma diminuição expressiva do número de recursos humanos ligados a cada uma delas. Sendo esse decréscimo de respetivamente, 10% e 25% para os hospitais e unidades funcionais. Ainda neste âmbito, constata-se que a diminuição de pessoal ao serviço, fundamentalmente ao nível de médicos e enfermeiros, ocorreu com maior intensidade percentual nas unidades funcionais, sendo esse valor da ordem dos 15% ao nível médico, e 18% ao nível dos serviços de enfermagem (Quadro 6.1.1).

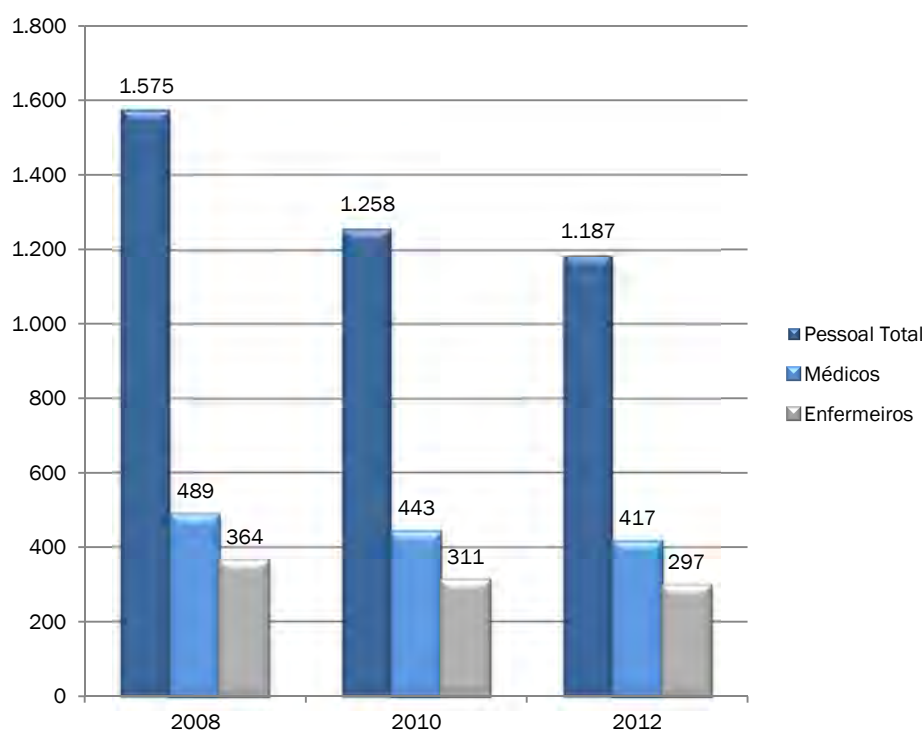
Para o mesmo intervalo de tempo (2008-2012), nas unidades hospitalares, apesar de se registar um maior decréscimo, em termos absolutos, quanto ao número de pessoal qualificado, médicos e enfermeiros, esta tendência reflete-se, no entanto, de uma forma mais moderada em termos percentuais, correspondendo aproximadamente a 8% do total de pessoal com essa atividade profissional, nesses serviços de saúde. Não obstante, esta tendência revela um comportamento atípico na evolução do número de médicos hospitalares, de 2012 para 2014, revelando um acréscimo de aproximadamente 8% (Quadro 6.1.1). Embora, conforme mencionado nas notas do Quadro 6.1.1, esta confirmação baseia-se em dados estimados pela CML, contudo, apesar de admitirmos existir uma margem de erro considerável no apuramento dessa informação, admite-se que nesses dois anos a tendência foi de acréscimo do número de médicos, e não a situação contrária.

Figura 6.1.4 – Centros de Saúde – total de estabelecimentos (Nº)



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2011, 2013, 2014

Figura 6.1.5 – Centros de Saúde – capacidades – recursos humanos (Nº)



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2011. 2013, 2014

Quadro 6.1.2 – Rácio de médicos e de enfermeiros nos hospitais³

ANOS	2008	2012	2013 ⁴
População de Lisboa	564.657	547.733	509.312
Total de médicos (hospitais)	5.328	4.804	5.188 ⁵
Total de Enfermeiros (hospitais)	7.673	7.208	7.053
Rácio Médico/1000 Habitantes	9.4	8.8	10.2
Rácio Enfermeiros/1000 Habitantes	13.5	13.2	13.8

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2011. 2013, 2014

³ Os rácios foram calculados com base no número de médicos e de enfermeiros registados em todos os hospitais da cidade. Apesar da possibilidade de haver alguma margem de erro neste cálculo, pretende-se evitar, de certa forma, que haja duplicação de informação, atendendo à possibilidade de alguns destes recursos humanos trabalharem nas duas valências da saúde – hospitalar e unidades funcionais.

⁴ A informação do número de médicos e de população residente é referente a 2014. A restante resposta a 2013.

⁵ Número estimado com base nos critérios apresentados na nota 5 que consta do Quadro 6.1.1

Tendo como referência a informação dos Anuários Estatísticos da Região de Lisboa (Quadros 6.1.1 e 6.1.2), verifica-se que o rácio médico hospitalar/habitante decresceu, entre 2008 e 2012. Esta situação representa uma quebra no número de médicos por mil habitantes, de 9.4 em 2008 para 8.8, em 2012. Porém, e atendendo especificamente ao ligeiro aumento do número destes profissionais de saúde⁷ ocorrido em 2014, constata-se que o impacto dessa situação reflete-se de uma forma significativa na subida do valor referente a esse rácio (10.2). Embora de uma forma residual, verifica-se existir algumas oscilações quanto ao número de enfermeiros por mil habitantes, cujos rácios oscilam entre 13.5, 13.2 e 13.8, para os três anos considerados.

Estes factos diagnosticados poderão ser o reflexo das consequências causadas pela passagem à situação de reforma de parte desses profissionais de saúde, processo não acompanhado pela sua substituição, ou fortuitamente, pelos efeitos colaterais causados pela recente crise económica e financeira, cujo impacto determinou a imposição de fortes medidas de austeridade em todo o território nacional, restringindo e condicionando o investimento na oferta e na qualidade dos serviços públicos.

Em relação à capacidade de internamento (nº de camas) dos hospitais da capital, verifica-se que o padrão de decréscimo registado ao nível da oferta de recursos humanos mantém-se, igualmente, neste segmento (Quadro 6.1.1).

O diagnóstico apresentado deverá ser objeto de uma análise mais pormenorizada, no contexto do processo de revisão da Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa, cujos Termos de Referência foram aprovados em Sessão de Câmara, a 25 de Junho de 2014. Relembramos que a Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa em vigor foi aprovada em 2009, e a análise da informação que faz parte do seu conteúdo, reporta a anos precedentes à sua publicação, situação que invoca para uma rápida atualização.

Não obstante, esse documento identificou uma série de medidas e ações, na vertente da saúde, a implementar no território da cidade, nos anos subsequentes à sua aprovação. Para além da reserva de terreno para o novo Hospital - “Hospital de Todos os Santos”, a construir em área geográfica afeta ao Plano de Plano de Pormenor do Parque Hospitalar, foram contempladas no Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM de Lisboa, ações que visam a construção de 7 novas unidades de saúde, ao nível de cuidados primários, e a substituição de 20 unidades localizadas no território da cidade.

Na Figura 6.1.1, apresentam-se as propostas de localização para estas unidades de saúde, tendo já algumas delas, uma localização bem definida.

Na sequência das medidas e ações propostas no âmbito da Carta de 2009, em julho desse mesmo ano, é celebrado um Contrato – Programa entre a CML e a ARSLVT, tendo como objetivo a definição das condições de cooperação técnica e financeira entre as partes, para a construção de 6 unidades de saúde consideradas prioritárias para o território da cidade, conforme substanciado na cláusula 1ª do referido contrato.

⁷ Não sendo também de negligenciar o decréscimo de população residente em Lisboa, ocorrido entre 2012 e 2013, representando menos 38.421 indivíduos na cidade

No âmbito desse acordo entre a CML e a ARSLVT, é proposta a construção de valências de saúde, nas seguintes localizações: Rodrigues Miguéis; Boavista; Carnide; Alta de Lisboa Norte; Campolide e Belém. Tendo ficado excluída do Contrato-Programa a unidade de saúde proposta para a área da Ameixoeira. Face a este contexto, relembramos a pertinência e persistência desta carência naquela área da cidade, devendo assim que possível ser colmatada.

Até à data, encontram-se concluídas e em funcionamentos as unidades de saúde, ao nível de cuidados primários, em Belém, Carnide, Boavista e Angelina Vidal (esta unidade não faz parte do Contrato-Programa, tendo ficado por construir as unidades previstas para a Rodrigues Miguéis, Alta de Lisboa Norte (Montinho de S. Gonçalo) e Campolide.

Por último, é de realçar que é intenção da edilidade, indo ao encontro das metas 2013-2016, definidas pelo Ministério da Saúde para o território nacional, disponibilizar terrenos para a construção de unidades de cuidados continuados na cidade, identificando-se em 2009, algumas localizações passíveis de concretização, a médio e longo prazo. Volvidos alguns anos, e após uma avaliação mais pormenorizada e rigorosa dos respetivos contextos urbanísticos, validaram-se algumas das situações, assumindo atualmente a existência de 14 localizações (correspondentes a 15 unidades de cuidados continuados- Ver quadro em anexo), para a implantação de equipamentos ao nível desta valência, alguns deles exequíveis a curto prazo. (Figura 6.1.6).

Figura 6.1.6 – Unidades de cuidados continuados – localizações propostas

⊕ propostos com terreno

⊕ propostos sem terreno

- | | |
|----|-------------------------------|
| 0 | Calçada da Ajuda |
| 1 | Alcântara |
| 2 | Parque Hospitalar |
| 3 | Alto dos Moinhos |
| 4 | Quinta do Charquinho |
| 5 | Carnide |
| 6 | Alto do Lumiar |
| 7 | Vale de Santo António |
| 8 | Alto do Restelo |
| 9 | Rego - Rua Sousa Lopes |
| 10 | Casal Vistoso II |
| 11 | Amoreiras |
| 12 | Envolvente Estação do Oriente |
| 13 | Colina de Santana |
| 14 | Colina de Santana |



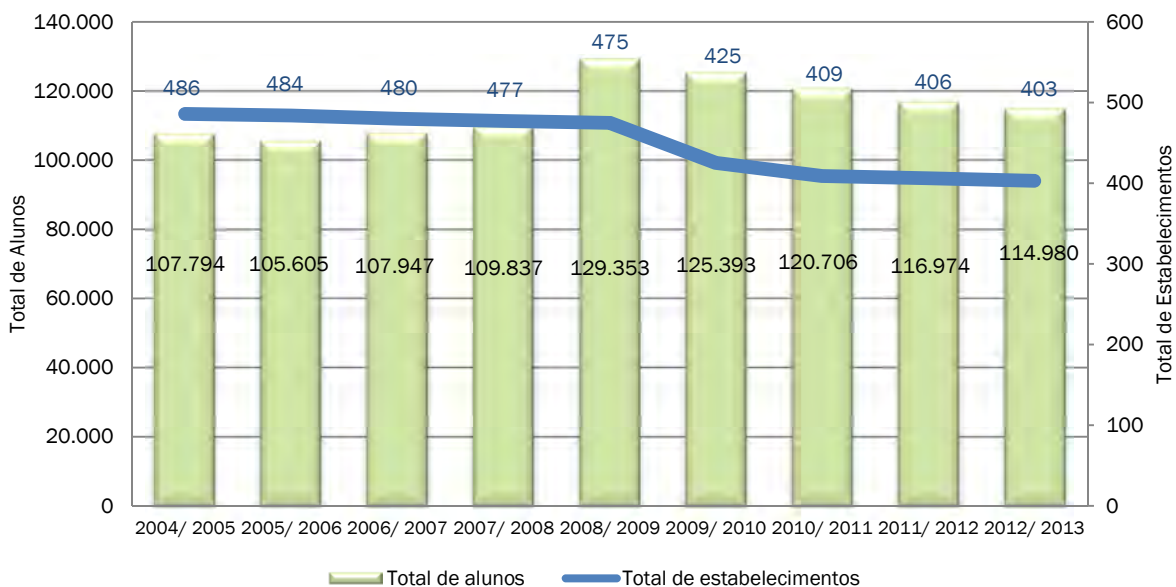
Fonte: CML (DPRU;DPDM), Maio 2016

6.2 Equipamentos de Ensino

No ano letivo 2012/13¹ o parque escolar do município de Lisboa era composto por 403 estabelecimentos de educação e ensino, frequentados por um total de 114.980 alunos.

Deste total de equipamentos, 42,7% são respeitantes à rede pública (168 estabelecimentos) e 58,3% (235 estabelecimentos) são privados.

Figura 6. 2.1 - Ensino Público e Privado - Evolução do total de alunos e do total de estabelecimentos de ensino de 2004/2005 a 2012/2013



Fonte: CML; Ministério da Educação e Ciência; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Regiões em Números 2012/2013, Volume III – Lisboa (2014)

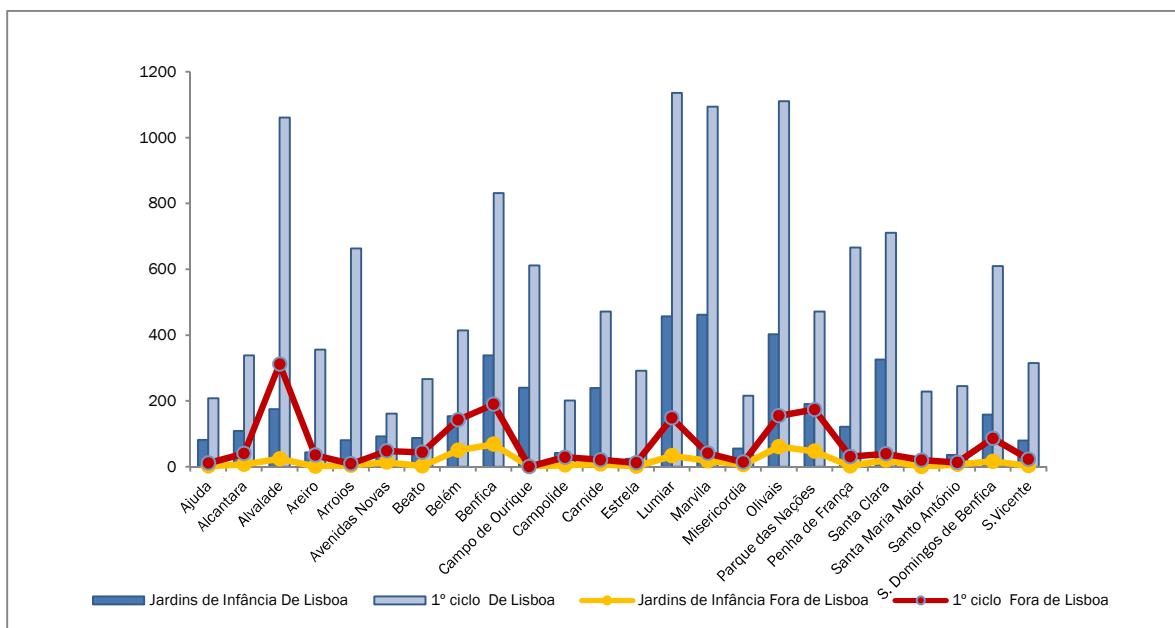
Ao longo dos últimos anos letivos, Lisboa tem observado uma diminuição do número de estabelecimentos escolares, evolução que reflete o encerramento de escolas que evidenciavam menor adequação às necessidades pedagógicas atuais ou deficientes condições físicas para o seu funcionamento. Simultaneamente, o município de Lisboa tem vindo a reforçar o parque escolar quer com a abertura de novas escolas quer com a requalificação de edifícios escolares existentes. De modo similar, o Ministério da Educação e Ciência tem vindo a requalificar edifícios afetos ao 2º e 3º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário.

Os dados disponíveis permitem verificar que nos anos escolares mais recentes se tem registado uma diminuição do número total de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino de Lisboa, fenómeno que contraria uma tendência anterior de acréscimo de população escolar. Esta regressão pode refletir quer uma diminuição do número de jovens, quer o incremento da frequência de escolas nos municípios de residência localizadas em concelhos limítrofes ao concelho de Lisboa. De qualquer modo, é de assinalar que Lisboa constitui um polo de atratividade de população estudantil, com particular incidência em determinadas faixas etárias, atendendo por um lado, à maior diversidade de oferta escolar da cidade e por outro, à inclinação em colocar as crianças em escolas localizadas na área circunscrita ao emprego, por parte dos respetivos progenitores. Neste sentido, atenda-se à proveniência dos alunos inscritos, no ano

¹ As estatísticas mais recentes disponibilizadas pelo Ministério da Educação e Ciência são relativas ao ano letivo 2012/2013.

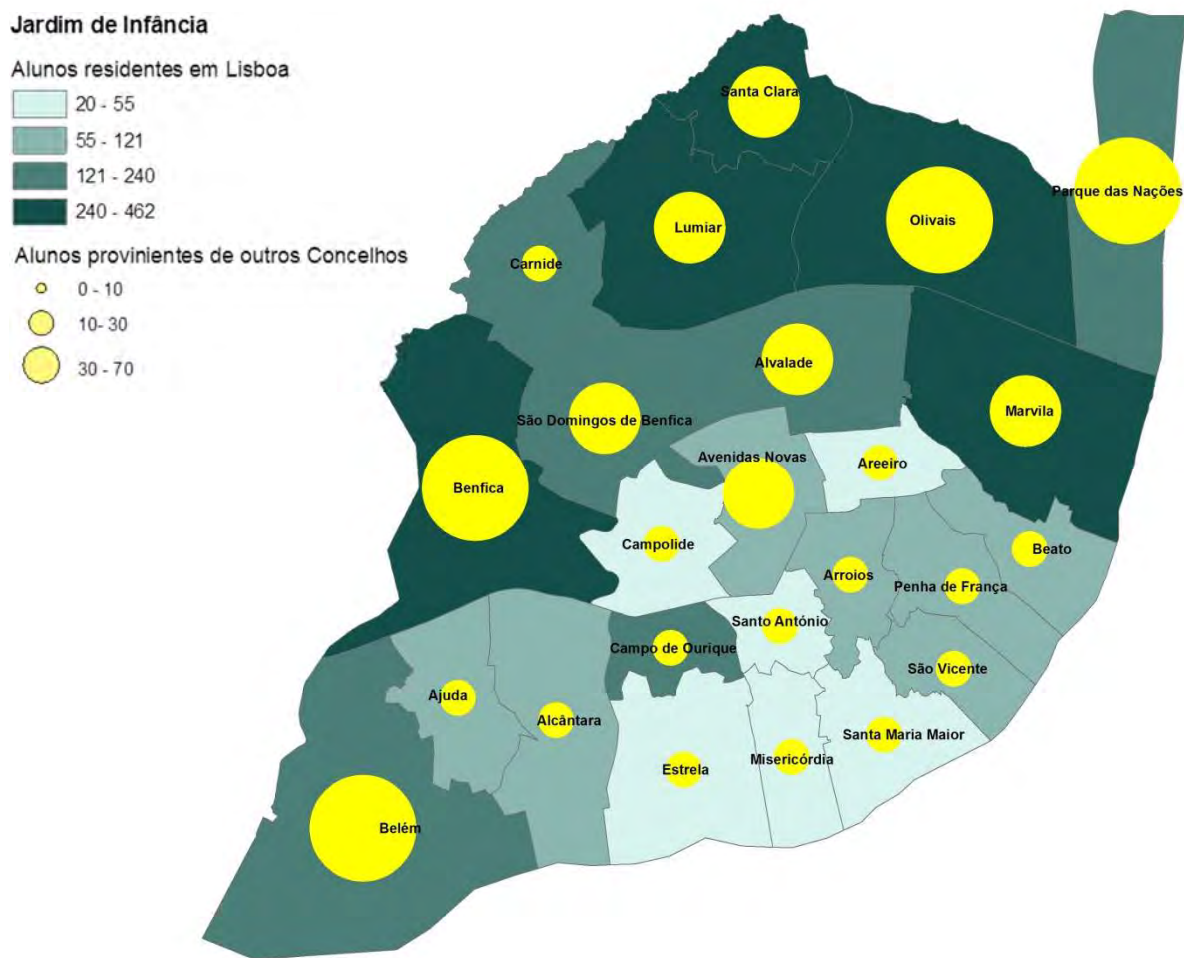
letivo de 2013/2014, nos Jardins de Infância e escolas de 1º ciclo de Lisboa, destacando-se o maior número de crianças exógenas à cidade matriculadas em escolas de 1º ciclo, com particular incidência geográfica em Avalade, na área central da cidade, e nalgumas freguesias da coroa periférica (Benfica; Lumiar; Olivais e Parque das Nações).

Figura 6. 2.2 - Ensino Público – Proveniência dos alunos de Jardim de Infância e 1º Ciclo (Nº), no ano letivo de 2013/2014



Fonte: CML (DU/DPDM; DE/DGPE/NEP), Janeiro 2016

Figura 6. 2.3 - Ensino Público – Proveniência dos alunos de Jardim de Infância, no ano letivo de 2013/2014

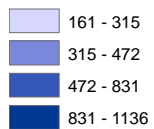


Fonte: CML (DU/DPDM; DE/DGPE/NEP), Janeiro 2016

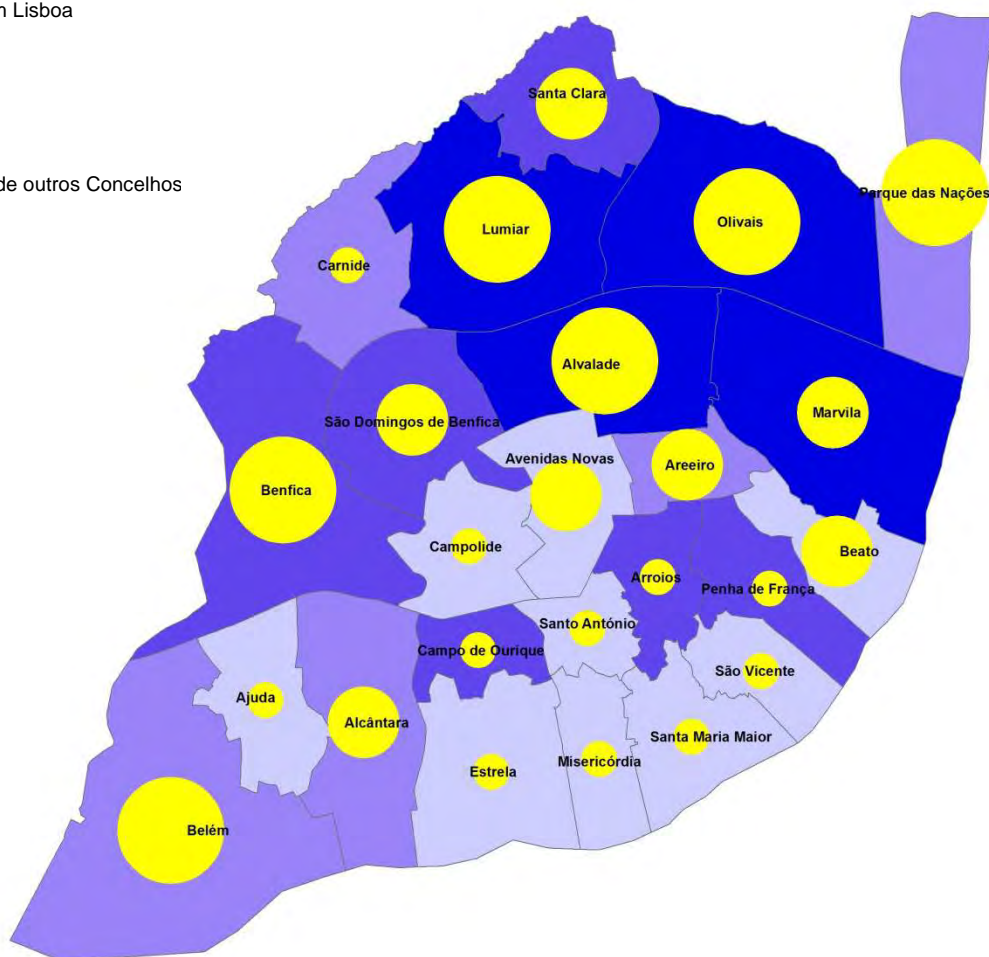
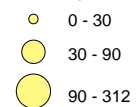
Figura 6. 2.4 - Ensino Público – Proveniência dos alunos do Ensino Básico – 1º ciclo, no ano letivo de 2013/2014

1º Ciclo

Alunos residentes em Lisboa



Alunos provenientes de outros Concelhos



Fonte: CML (DU/DPDM; DE/DGPE/NEP), Janeiro 2016

Importa clarificar as tipologias de oferta escolar que serão abordadas na presente análise:

- Educação pré-escolar: é uma primeira etapa da educação básica e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. A frequência da educação pré-escolar é facultativa, competindo, porém, ao Estado contribuir para a universalização da sua oferta;
- 1.º ciclo do ensino básico: compreende quatro anos de escolaridade, sendo o início da formalização das aprendizagens e das estruturas do conhecimento, como a língua materna, a matemática, as tecnologias, as ciências, entre outras;
- 2º ciclo do ensino básico: abrange 2 anos de escolaridade, 5.º e 6.º ano. Neste ciclo as aprendizagens tornam-se mais específicas;
- 3º ciclo do ensino básico: compreende 3 anos de escolaridade, 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade e abrange o aprofundamento e diversificação das aprendizagens do 2º ciclo do ensino básico. O 3.º ciclo de escolaridade é oferecido em escolas básicas de 2º e 3º ciclos, em escolas básicas que agregam os 1º e 2º ciclos do ensino básico, bem como em algumas escolas secundárias;
- Ensino secundário: é atualmente parte integrante da escolaridade obrigatória, sendo constituído pelos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade.

Quadro 6.2.1 - Ensino Público e Privado - Evolução do número de alunos matriculados no concelho de Lisboa de 2004/2005 a 2012/2013

	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013
Pré-escolar	17.214	17.640	17.761	17.890	18.490	18.409	18.337	18.366	18.009
1º Ciclo	28.273	27.949	28.072	28.297	28.608	28.151	27.674	27.482	27.039
2º Ciclo	14.150	13.832	14.067	14.631	14.990	15.048	15.587	15.090	14.954
3º Ciclo	20.527	20.979	21.185	22.615	28.591	26.275	25.570	23.376	22.336
Secundário	20.527	25.205	26.862	26.404	38.674	37.510	33.538	32.660	32.642

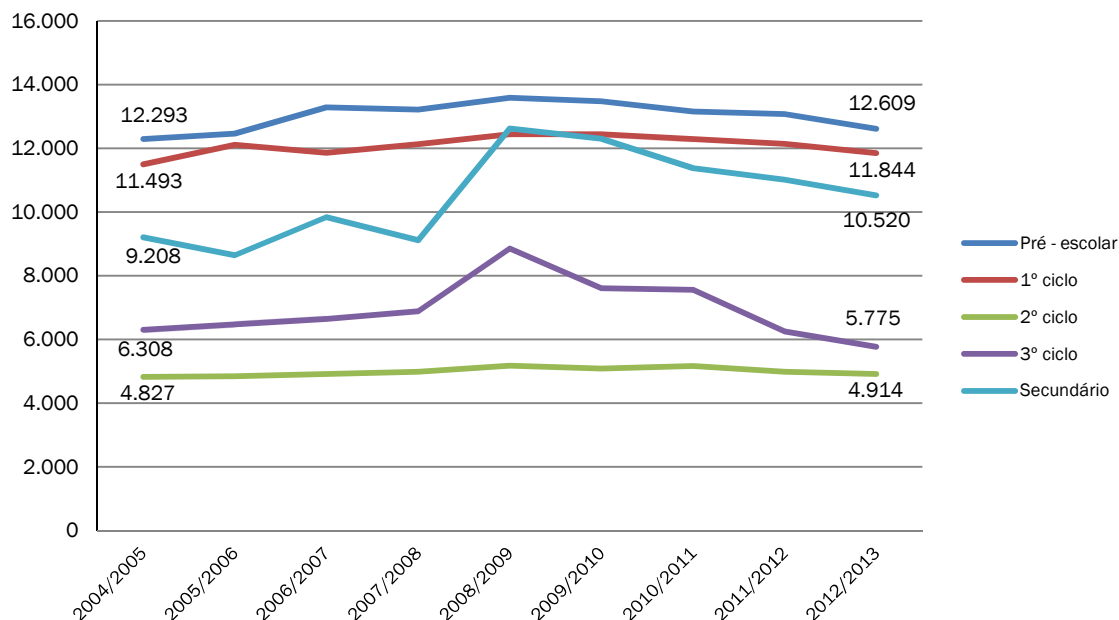
Fonte: Ministério da Educação e Ciência; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Regiões em Números 2012/2013, Volume III – Lisboa (2014)

Observando de modo contínuo a série temporal disponível desde 2004/2005 até ao ano 2012/2013, verifica-se que apenas a educação pré-escolar e o ensino secundário têm registado um aumento contínuo do número de utentes. Os 2º e 3º ciclos têm observado valores relativamente estáveis, enquanto o 1º ciclo decresceu globalmente o total de alunos.

Se nos situarmos em anos letivos mais recentes, desde o ano letivo 2010/11 observa-se uma regressão generalizada do número de alunos em todos os ciclos de escolaridade, incluindo o pré-escolar. Embora esta propensão para a diminuição da frequência seja comum a todos os ciclos, é menos expressiva no pré-escolar e nos 1º e 2º ciclos do ensino básico, onde se constata uma relativa estabilidade da procura.

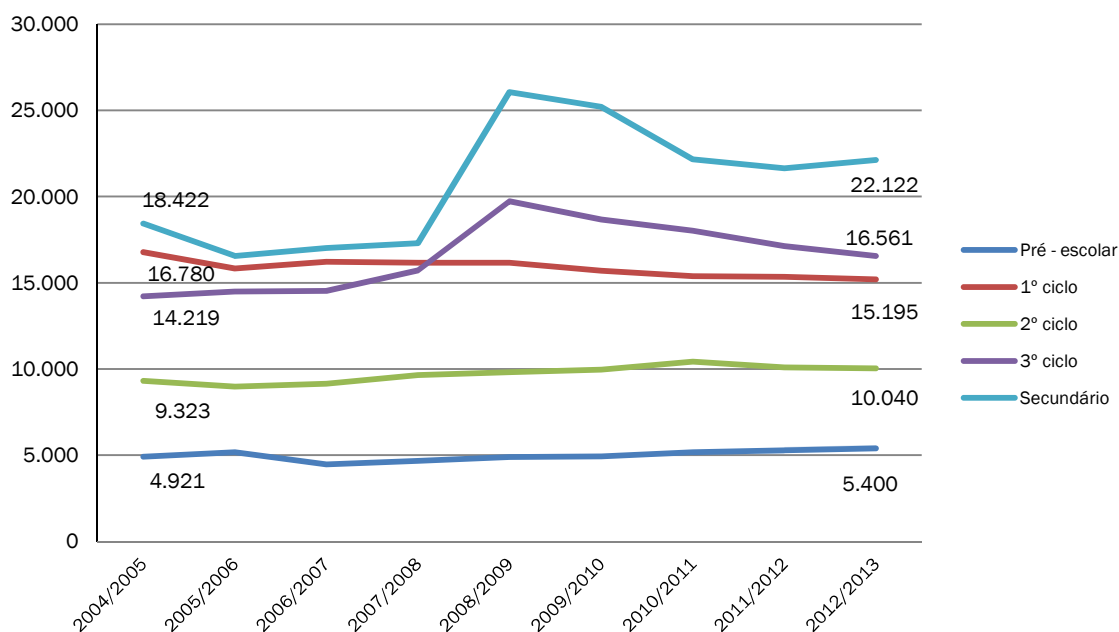
Atendendo à série temporal disponível, o ensino secundário foi o que registou um acréscimo mais acentuado. A este aumento não foi certamente alheio o início da obrigatoriedade de frequência do ensino secundário, bem como a existência no concelho de Lisboa de uma maior diversidade de áreas de oferta para este nível de ensino.

Figura 6.2.5 - Ensino Privado – Evolução do número de alunos matriculados por ciclo (Nº)



Fonte: CML; Ministério da Educação e Ciência; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Regiões em Números 2012/2013, Volume III – Lisboa (2014).

Figura 6.2.6 - Ensino Público – Evolução do número de alunos matriculados por ciclo (Nº)



Fonte: CML; Ministério da Educação e Ciência; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Regiões em Números 2012/2013, Volume III – Lisboa (2014).

Confrontando os alunos matriculados com a natureza do estabelecimento que frequentam (público ou privado), verifica-se de modo geral que um maior número de alunos frequenta a rede pública por

comparação à rede privada. Contudo, nos anos mais precoces de escolarização (pré-escolar e 1º ciclo do ensino do ensino básico) é mais significativa a procura da rede escolar privada. De um modo inverso, ao nível do ensino secundário é de destacar o peso predominante do ensino público.

Relativamente ao ensino privado tem-se vindo a registar sobretudo no pré-escolar, 1º ciclo e 2º ciclo uma propensão para a estabilidade, não apresentando, ao longo dos anos em análise, variâncias significativas.

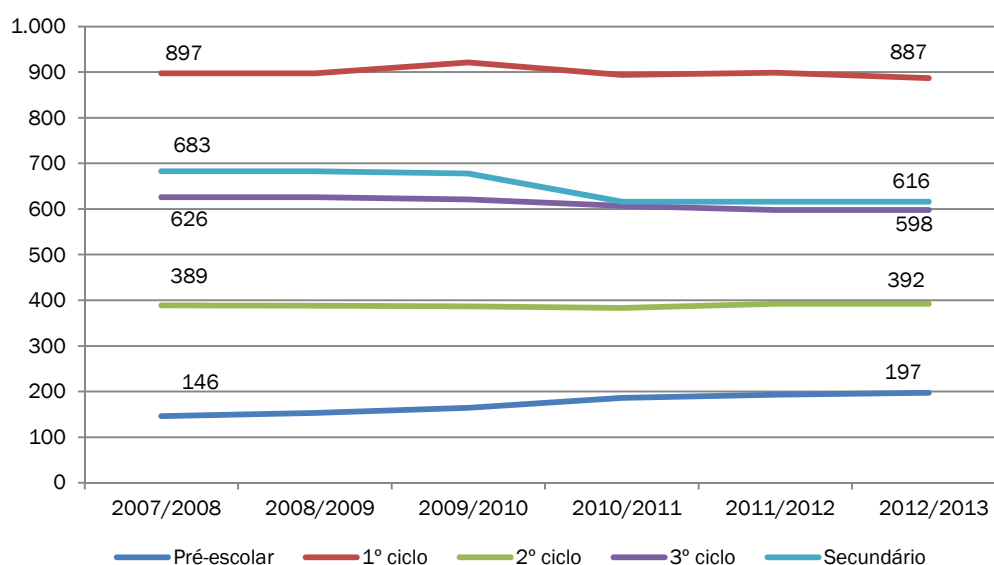
Quando analisado em separado o ensino público e privado, verifica-se que nos anos letivos mais recentes a frequência dos estabelecimentos públicos tem vindo a aumentar ligeiramente na educação pré-escolar e no ensino secundário e a diminuir nos estabelecimentos privados.

De um modo diferente, quanto ao 1º, 2º e 3º ciclos do básico, a diminuição da frequência é sensível no ensino privado e igualmente no público.

Da observação da evolução das capacidades por nível de escolaridade torna-se evidente o reforço da oferta do nível pré-escolar. Em termos do 1º e 2º ciclo do ensino básico regista-se a tendência para a estabilização da oferta. De um modo um pouco diverso, o 3º ciclo tem vindo a decrescer a sua oferta em termos de número de salas, tendência que é ainda mais acentuada no ensino secundário. Esta realidade é concomitante com o acréscimo do número de alunos e, conseqüentemente, com a maior dimensão média das turmas.

Constata-se que, isoladamente, o 1º ciclo do ensino básico é o que reúne um maior número de salas.

Figura 6.2.7. - Ensino Público – Evolução das capacidades em número de salas de aula por ciclos de escolaridade (Nº)



Fonte: CML; Ministério da Educação e Ciência; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

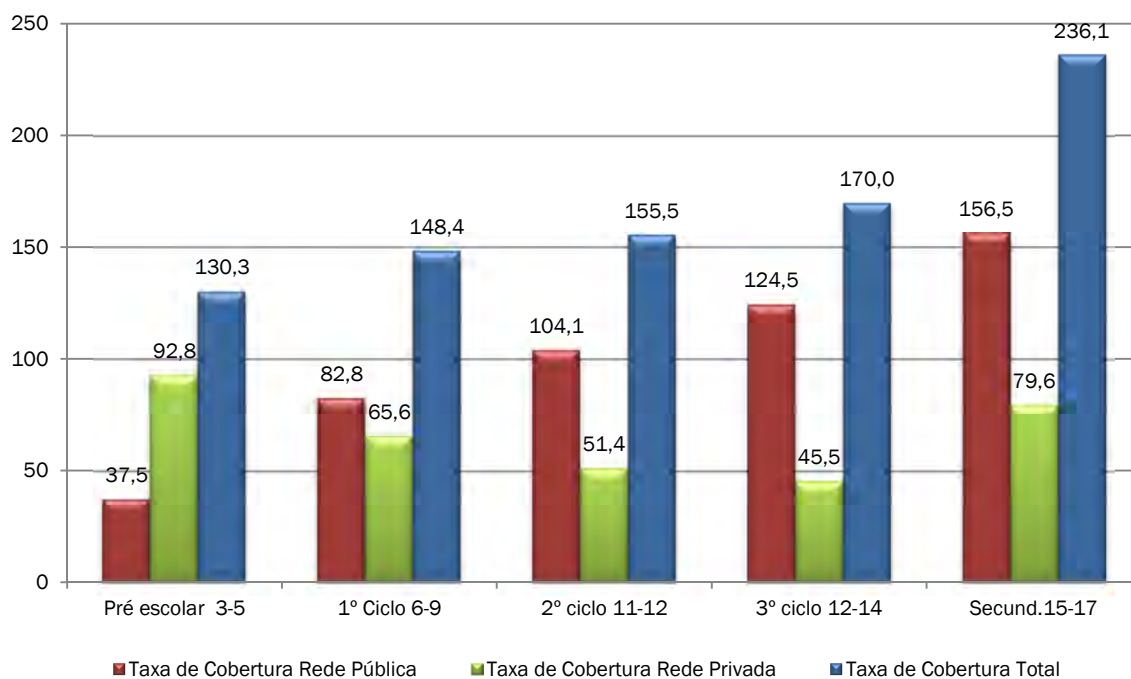
A oferta de pré-escolar da rede pública registou um aumento nos anos em referência, resultante da criação de novos equipamentos com pré-escolar e da adaptação de salas de 1º ciclo ao pré-escolar.

A regressão do número de salas do 1º ciclo resulta do encerramento de equipamentos que não reuniam condições adequadas à função escolar e também da adaptação de salas de aula a outras atividades, como bibliotecas, atividades de complementares de prolongamento de horário e salas para educação especial.

Por outro lado, as obras de requalificação do parque escolar incidindo em estabelecimentos 2º, 3º ciclos e secundário da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência conduziram igualmente à melhoria das condições de ensino com abandono de instalações obsoletas, o que torna compreensível a diminuição do total de salas de aula.

Tal como assinalado na Carta Educativa de Lisboa (2008), as taxas de cobertura continuam a evidenciar valores mais elevados ao nível dos 3º ciclo e do ensino secundário, o que denota que Lisboa continua a ter influência extra-concelhia em termos do ensino secundário, fator a que não será certamente alheio um forte investimento no edificado escolar e uma maior diversidade da oferta educativa ao nível do secundário.

Figura 6.2.8 - Taxas de Cobertura da Rede Pública e Privada e Total existente em 2011/2012² (%)



Fonte: CML; INE (dados definitivos 2011) e Ministério da Educação e Ciência; Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Regiões em Números 2011/2012, Volume III – Lisboa (2014).

A Carta Educativa de Lisboa estabeleceu as seguintes taxas de cobertura para a rede pública: Pré-escolar (25%); 1º Ciclo (54%); 2º Ciclo (58%); 3º Ciclo (66%) e Secundário (78%). Estas metas necessitam de ser monitorizadas e actualizadas, no âmbito do processo de revisão da Carta Educativa em curso.

² Ao total de alunos do secundário foram retirados os alunos a frequentar o regime noturno por se considerar que tendencialmente estarão fora do grupo etário.

Quadro 6.2.2 - Rede pública - Evolução do número de edifícios escolares

	2008/ 2009	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015
Edifícios de pré-escolar autónomos	7	10	9	9	9	9	9
Escolas básicas de 1º ciclo autónomas	34	33	31	30	28	27	26
Escolas básicas de 1º ciclo com pré-escolar	51	52	54	55	57	57	58
Escolas básicas de 2º e 3º ciclos com 1º ciclo e pré-escolar	1	2	3	4	4	4	4
Escolas básicas de 2º e 3º ciclos com 1º ciclo	2	2	2	2	2	2	2
Escolas básicas de 2º e 3º ciclo	23	22	21	20	20	20	20
Escolas com 2º e 3º ciclo e secundário	5	5	5	5	5	5	5
Escolas com 3º ciclo e secundário	15	15	14	14	14	14	14
Escolas secundárias	4	3	3	3	3	3	3
TOTAL	142	144	142	142	142	141	141

Fonte: CML (DE;DGPE;NEP), Março 2015.

Relativamente à rede pública no ano letivo 2014/2015 estão em funcionamento no município de Lisboa um total de 28 Agrupamentos de Escolas, cujas sedes são as escolas de tipologia mais abrangente numa determinada área da cidade, pretendendo que o percurso educativo se possa cumprir dentro dos seus limites geográficos. Uma vez que o ensino obrigatório se estendeu ao ensino secundário, as mais recentes agregações de escolas refletem a preocupação de, sempre que possível, ser assegurada oferta de nível secundário em cada Agrupamento de Escolas.

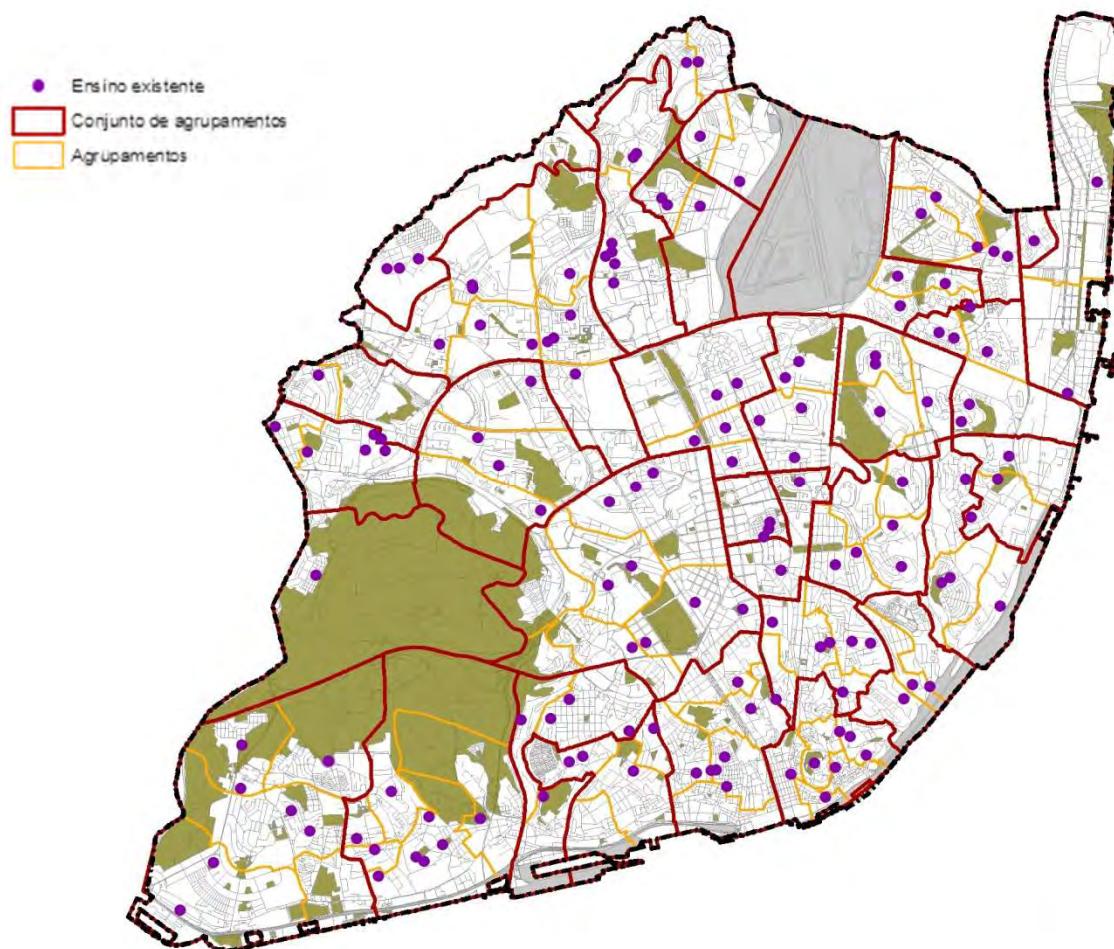
A oferta de pré-escolar é disponibilizada em 71 unidades de Jardim-de-Infância, funcionando em edifícios autónomos (9), em escolas básicas de 1º ciclo (58) e pertencentes a escolas básicas integradas onde é ministrado todo o ensino básico (4).

O 1º ciclo do ensino básico é ministrado autonomamente em 26 escolas, existindo 6 escolas com 2º e 3º ciclos e 58 escolas que integram o pré-escolar.

O 2º ciclo é ministrado em 31 estabelecimentos, podendo esta oferta ocorrer em simultâneo com o 1º ou 3º ciclos do básico e ainda com o ensino secundário.

O 3º ciclo é oferecido num total de 45 estabelecimentos da cidade, enquanto o ensino secundário é assegurado em 22 escolas.

Figura 6.2.9 – Equipamentos de Ensino existentes na cidade



Fonte: CML (DPRU;DPDM), 2015

- **Intervenções previstas no Parque Escolar de Lisboa**

Tendo em conta os estudos de suporte à Carta Educativa de Lisboa de 2008, bem como estudos parcelares decorrentes de intervenções territoriais específicas, foram identificadas necessidades de reforço do parque escolar de Lisboa. Estes estudos permitiram identificar desequilíbrios ao nível da distribuição geográfica da oferta por níveis de escolaridade, detetáveis já no momento presente, bem como projetar necessidades tendo em consideração intervenções urbanísticas futuras. As propostas apresentadas nos Quadros 6.2.3 e 6.2.4 e Figuras 6.2.10 e 6.2.11, vão ao encontro dessas necessidades diagnosticadas e foram contempladas no Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM. Não obstante, estes serão objeto de um processo de monitorização e de reavaliação, no âmbito da revisão da Carta Educativa de Lisboa que se encontra em curso.

Em síntese, encontram-se programadas **62** novas construções de estabelecimentos escolares e de ensino e **48** requalificações de edifícios existentes na Cidade de Lisboa a realizar quer pelo município, quer pelo Ministério da Educação e Ciência. De sublinhar que dessas propostas de equipamentos, **45** possuem uma localização concreta, **8** encontram-se programados para áreas afectas a Instrumentos de Gestão Territorial, perspectivando-se uma localização mais precisa com o desenvolvimento da proposta de cada um desses planos. E por último, assinalam-se **9** equipamentos escolares sem localização prevista, que embora não sendo prioritários para a cidade, representam necessidades que devem ser acauteladas no processo de planeamento e de gestão da cidade.

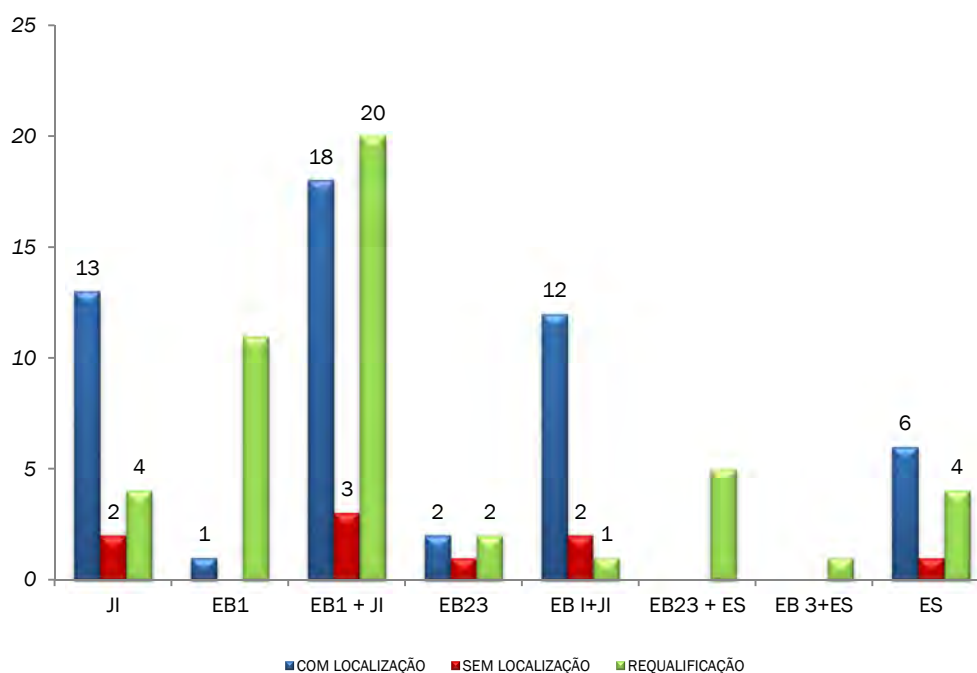
A progressiva concretização das intervenções programadas permitirá alargar a oferta da rede escolar pública, com acréscimos na qualidade de prestação de serviços, reforçando-se, deste modo, Lisboa enquanto uma cidade de oportunidades para captar e fixar população.

Quadro 6.2.3 - Propostas na Planta de Programa de Execução e Plano de Financiamento (PDM)

TIPOLOGIA	EQUIPAMENTOS						
	COM LOCALIZAÇÃO CONCRETA		COM LOCALIZAÇÃO PREVISTA EM IGT		SEM LOCALIZAÇÃO		REQUALIFICAÇÃO
	Nº	ÁREA (m ²)	Nº	ÁREA (m ²)	Nº	ÁREA (m ²)	Nº
Jl	12	56.070,29	1	2.400,00	2	18.400,00	4
EB1	1	8.152,52	0	0,00	0	0,00	11
EB1 + Jl	12	107.095,50	6	31.800,00	3	26.600,00	20
EB23	2	32.054,24	0	0,00	1	18.200,00	2
EB 1+Jl	11	195.825,63	1	16.000,00	2	32.000,00	1
EB23 + ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5
EB 3+ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1
ES	6	136.620,54	0	0,00	1	23.000,00	4
Não especific.	1	2.673,92	0	0,00	0	0,00	0
TOTAL	45	538.492,64	8	50.200,00	9	118.200,00	48

Fonte: CML (DPRU;DPDM), actualizado em Dezembro de 2015

Figura 6.2.10 – Equipamentos de Ensino propostos para a cidade (Nº)



Fonte: CML (DPRU;DPDM), atualizado em Dezembro de 2015

Quadro 6.2.4 – Propostas de Construção de Equipamentos, aos níveis de valência e de Freguesia

FREGUESIA/ TIPOLOGIA	Com Localização	Sem Localização, reservada em IGT	Sem Localização
Alcântara	1		
Jl	1		
Alvalade	1		
Jl	1		
Ameixoeira	3		
EB I+JI	2		
ES	1		
Anjos	1		
EB I+JI	1		
Beato	2		
Jl	1		
ES	1		
Benfica	3		1
EB 1+JI	1		
Jl	1		1
Não especific	1		
Campo Grande	1		
Jl	1		
Campolide	2		1
EB 1+JI	1	1	1
EB I+JI	1		1
Carnide	5		1
EB 1	1		

EB 1+JI	2		
EB I+JI	1		
JI	1		1
Charneca	3		
EB 1+JI	1		
EB I+JI	1		
ES	1		
Graça	1		
EB 1+JI	1		
Lumiar	8	2	
EB 1+JI	3	2	
EB 23	1		
EB I+JI	1		
ES	1		
JI	2		
Marvila	4		
EB 1+JI	1		
EB I+JI	1		
ES	1		
JI	1		
Nossa Senhora de Fátima	1		1
EB 1+JI			1
EB I+JI	1		
Santa Engrácia	1		
JI	1		
Santa Maria de Belém			1
JI			1
Santa Maria dos Olivais	4	2	
EB 1+JI	1	1	
EB I+JI	1	1	
ES	1		
JI	1		
São Domingos de Benfica	1	1	1
EB 1+JI		1	
ES			
JI	1		1
São Francisco Xavier	1		
EB I+JI	1		
São João	2		1
EB 1+JI	1		
EB 23	1		1
(em branco)			
S. Jorge de Arroios			1
EB I+JI			1
S. Mamede			1
EB 1+JI			1
Prazeres		1	
EB 1+JI		1	

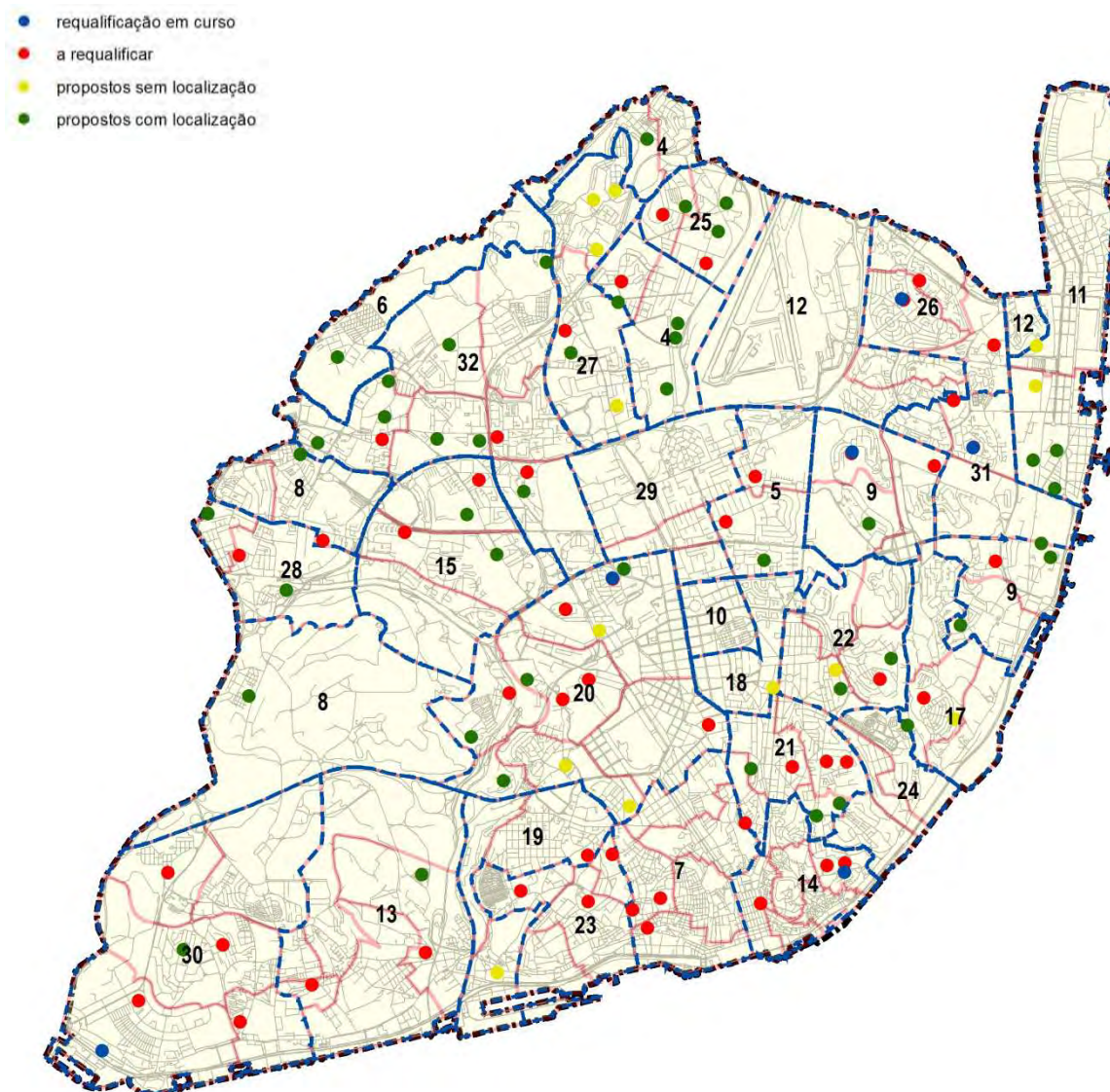
Total Geral	45	8	9
--------------------	-----------	----------	----------

FREGUESIA/ TIPOLOGIA	Com Localização	Sem Localização, reservada em IGT	Sem Localização
Alcântara	1		
JI	1		
Alvalade	1		
JI	1		
Ameixoeira	3		
EB I+JI	2		
ES	1		
Anjos	1		
EB I+JI	1		
Beato	2		
JI	1		
ES	1		
Benfica	3	1	
EB 1+JI	1		
JI	1	1	
Não especific	1		
Campo Grande	1		
JI	1		
Campolide	2	1	2
EB 1+JI	1	1	1
EB I+JI	1		1
FREGUESIA/ TIPOLOGIA	Com Localização	Sem Localização, reservada em IGT	Sem Localização
Carnide	5		1
EB 1	1		
EB 1+JI	2		
EB I+JI	1		
JI	1		1
Charneca	3		
EB 1+JI	1		
EB I+JI	1		
ES	1		
Graça	1		
EB 1+JI	1		
Lumiar	8	2	
EB 1+JI	3	2	
EB 23	1		
EB I+JI	1		
ES	1		
JI	2		
Marvila	4		
EB 1+JI	1		
EB I+JI	1		
ES	1		
JI	1		
Nossa Senhora de Fátima	1		1
EB 1+JI			1

EB I+JI	1		
Santa Engrácia	1		
JI	1		
Santa Maria de Belém			1
JI			1
Santa Maria dos Olivais	4	2	
EB 1+JI	1	1	
EB I+JI	1	1	
ES	1		
JI	1		
São Domingos de Benfica	1	1	1
EB 1+JI		1	
ES			
JI	1		1
São Francisco Xavier	1		
EB I+JI	1		
São João	2		1
EB 1+JI	1		
EB 23	1		1
(em branco)			
S. Jorge de Arroios			1
EB I+JI			1
S. Mamede			1
EB 1+JI			1
Prazeres		1	
EB 1+JI		1	
Total Geral	45	8	9

Fonte: CML (DPRU;DPDM), atualizado em Dezembro de 2015

Figura 6.2.11 – Equipamentos de Ensino Propostos – localização dos novos Equipamentos e dos a requalificar



Fonte: CML (DPRU;DPDM), atualizado em Dezembro de 2015

- **Programa Escola Nova**

O Programa Escola Nova visa modernizar o parque escolar sob a gestão do município, potenciando a melhoria das condições de habitabilidade e a adequação dos espaços existentes aos novos padrões de exigência em termos de higiene, conforto e segurança, procurando dotar as escolas de instalações adequadas a uma boa vivência escolar, de acordo com as modernas exigências pedagógicas e mais favoráveis ao pleno desenvolvimento do processo educativo.

Este programa de ação para a renovação dos equipamentos públicos escolares estabeleceu prioridades e critérios de intervenção sobre os equipamentos da rede, estimando-se a reabilitação do edificado mais degradado até 2017.

Desde 2008, foram concluídas através do Programa Escola Nova as seguintes intervenções (Quadros 6.2.5 e 6.2.6): **10 construções novas e obras de beneficiação** geral a um universo de **194 salas de aula**. No caso das primeiras, estas possibilitaram à cidade um acréscimo de **93 salas de aulas**, 29 ao nível de jardim-de-infância e 64 ao nível do 1º ciclo. Relativamente às obras de beneficiação geral, estas permitiram recuperar 38 ao nível de jardim-de-infância e 156 na vertente de 1º ciclo. O esforço financeiro total do Programa, conforme os dados apresentados, foi de 37 milhões de euros.

Quadro 6.2.5 - Programa Escola Nova - Construção Nova

Construção Nova	Estabelecimento de Ensino/Educação	Tipologia	Código de Desenho	Data da intervenção (conclusão)	Junta de Freguesia	Investimento Realizado (€)			Salas Criadas	
						CML	Comparticipação externa	Total	Jl	EB1
Construção Nova	Escola Básica Patrício Prazeres (1.º Ciclo)	EB1	827	Setembro de 2008	Penha de França				0	4
Total 2008										
Construção Nova	Escola Básica Bairro do Armador	EB1/Jl	551	Setembro de 2009	Manila			2.786.457,17	6	12
Total 2009								2.786.457,17		
Construção Nova	Escola Básica Professora Aida Vieira	EB1	203	Setembro de 2010	Carnide			2.599.129,65	0	16
Construção Nova	Escola Básica Pedro de Santarém (EB1/Jl)	EB1	499	Setembro de 2010	Benfica	1.155.000,00		1.155.000,00	4	8
Construção Nova	Escola Básica das Galinheiras	EB1/Jl	6012	Setembro de 2010	Santa Clara			2.673.283,85	3	8
Construção Nova	Jardim de Infância do Lumiar	Jl	7004	Setembro de 2010	Lumiar			1.425.780,00	4	0
Construção Nova	Jardim de Infância de Alvalade (Integrado na Escola Básica Teixeira de Pascoaes)	EB1/Jl	258	Setembro de 2010	Alvalade			630.500,68	3	0
Construção Nova	Jardim de Infância da Pena (Integrado na Escola Básica Lisboa n.º 1)	EB1/Jl	152	Outubro de 2010	Arroios			971.408,40	3	0
Construção Nova	Escola Básica Parque das Nações	EB1/Jl	650	Dezembro de 2010	Parque das Nações	1.541.715,00		1.541.715,00	4	8
Total 2010								10.996.817,58		
Construção Nova	Escola Básica São Vicente Telheiras (EB1/Jl)	EB1	803	Setembro de 2011	Lumiar	820.000,00		820.000,00	2	8
Total 2011								820.000,00		

Fonte: CML (DE;DGPE;NEP), Fevereiro 2016

Quadro 6.2.6 - Programa Escola Nova – Obras de Beneficiação Geral

Beneficiação Geral	Estabelecimento de Ensino/Educação	Tipologia	Código de Desenho	Data da intervenção (conclusão)	Junta de Freguesia	Investimento Realizado (€)			Salas Intervencionadas	
						CML	Participação externa	Total	JI	EB1
	Escola Básica São João de Deus	EB1	402	Setembro de 2009	Areiro			2.250.000,00	0	16
Total 2009								2.250.000,00		
	Escola Básica Natália Correia	EB1	251	Setembro de 2010	São Vicente			183.282,08	0	4
Total 2010								183.282,08		
	Escola Básica das Laranjeiras	EB1/JI	979	Janeiro de 2011	São Domingos de Benfca			2.026.807,81	4	14
Total 2011								2.026.807,81		
	Escola Básica São João de Brito	EB1/JI	507	Fevereiro de 2012	Alvalade			1.282.646,70	2	11
Total 2012								1.282.646,70		
	Escola Básica Quinta dos Frades	EB1	876	Setembro de 2013	Lumiar			1.081.200,00	0	11
	Escola Básica Raul Lino	EB1/JI	782	Setembro de 2013	Alcântara			775.628,00	4	12
	Escola Básica Dr. Nuno Cordeiro Ferreira	EB1/JI	124	Setembro de 2013	Lumiar			585.988,48	3	8
	Escola Básica Santo Condestável	EB1/JI	160	Novembro de 2013	Campo de Ourique			1.074.678,98	5	17
Total 2013								2.931.506,98		
	Escola Básica Luz/Carnide	EB1/JI	17	Setembro de 2014	Carnide			1.009.261,54	1	7
Total 2014								1.009.261,54		
	Escola Básica Sarah Afonso	EB1/JI	273	Março de 2015	Olivais			3.291.419,85	4	14
	Escola Básica Alexandre Herculano	EB1	884	Abril de 2015	Ajuda			792.249,00	0	4
	Escola Básica Convento do Desagravo	EB1/JI		Abril de 2015	São Vicente			3.806.992,31	3	16
	Escola Básica Mestre Arnaldo Louro de Almeida	EB1/JI	196	Julho de 2015	Avenidas Novas			1.229.150,75	6	10
	Jardim de Infância de Belém	JI		Setembro de 2015	Belém			1.377.114,36	6	0
	Escola Básica dos Lóios	EB1/JI	706	Setembro de 2015	Marvila			1.582.601,66	0	12
Total 2015								12.079.527,93		

Fonte: CML (DE;DGPE;NEP), Fevereiro 2016

Por último, é de ressaltar que no âmbito do Programa Escola Nova, para o intervalo temporal de 2016-2018, encontram-se salvaguardados os montantes apresentados no Quadro 6.2.7.

Quadro 6.2.7 – Plano Plurianual, 2016-2018

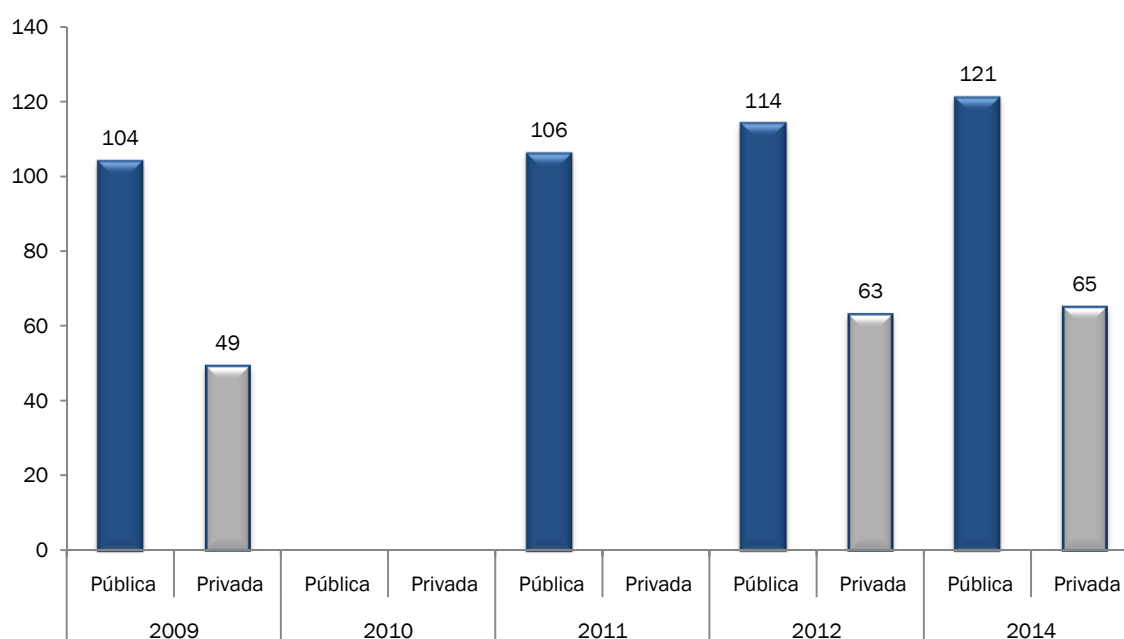
Código do Plano	Designação	Rúbrica	Definido	2016		2017	2018
				N/ Definido	Total		
CP.P003.07	Programa Escola Nova	07.01.03.01.02	5.712.455€	2.3000.000€	8.012.455€	23.229.113€	10.000.000€
CP.P003.08	Infraestruturas Educação e Formação	07.01.03.01.02	751.975€	751.975€	1.503.950€	0€	0€

Fonte: CML (DE;DGPE;NEP), Fevereiro 2016

6.3 Equipamentos Sociais

De acordo com a informação disponibilizada pelo Departamento de Desenvolvimento Social (Ver informação em anexo), constata-se que no município de Lisboa, entre 2009 e 2014, ocorreu um aumento no número de unidades de creche da rede pública (+17), correspondendo a um acréscimo na oferta de lugares, para sensivelmente 1 043 crianças, com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos de idade. De notar que esta tendência de crescimento ocorre, igualmente, nos equipamentos da rede privada, para os anos com informação, apesar da sua capacidade de oferta social ser francamente inferior à do sector público. (Figura 6.3.1 e Figura 6.3.2).

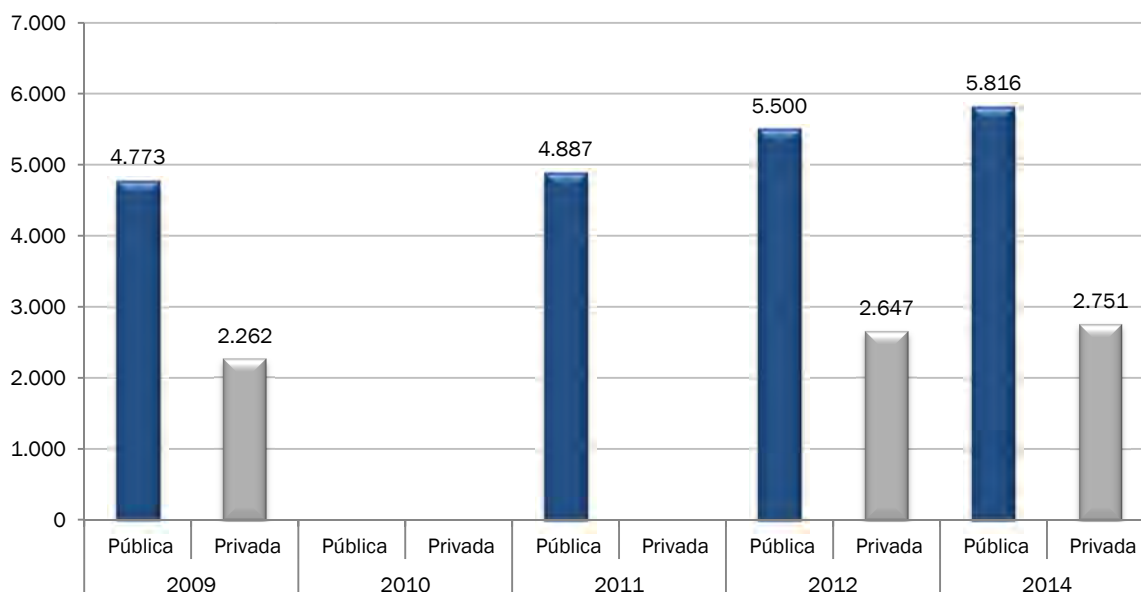
Figura 6.3.1 – Creches – Unidades existentes na cidade, no período de 2009 – 2014 (Nº)



Fonte: CML (DDS), Outubro 2014

Embora de uma forma empírica, este acréscimo na oferta social, direcionado para a primeira infância, poderá refletir algumas medidas impostas pelo programa de políticas públicas para a cidade, no contexto do ciclo eleitoral para 2009-2013 que previa a criação de 76 novas unidades de creche. Defendendo a necessidade de investimento público na criação de creches, como forma de colmatar as carências existentes na cidade e, como política de incentivo à natalidade e de combate à tendência de envelhecimento da população da cidade.

Figura 6.3.2 - Creches – Capacidades das unidades existentes, no período de 2009 – 2014 (Nº)



Fonte: CML (DDS), Outubro 2014

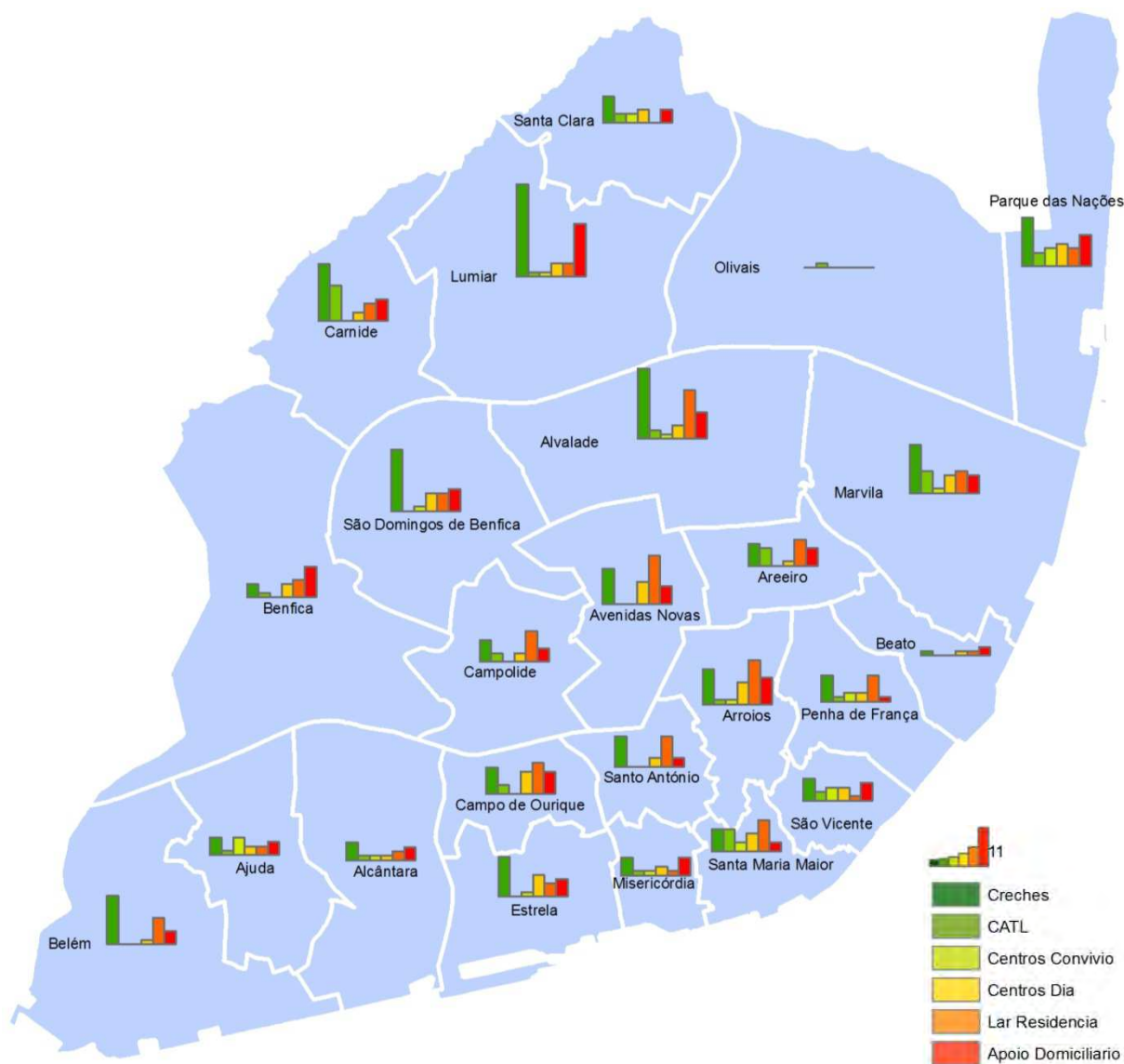
Em termos locativos, e tendo por base a Carta Social elaborada pelo Ministério de Solidariedade, Emprego e Segurança Social, observa-se que em 2015 o maior número de unidades de creche¹ surge nas freguesias do Lumiar (21), de Alvalade (16), de S. Domingos de Benfica (14) e de Carnide (13).

Reconhecendo-se que o menor número de equipamentos, ao nível desta valência, surge nas freguesias de Olivais (0) e do Beato (1). (Figura 6.3.3). Admite-se que a inexistência de equipamentos de valência social na freguesia de Santa Maria dos Olivais, afirmada pela leitura da Carta Social, não corresponde à realidade social vigente na área, devendo tratar-se de uma omissão. Relembramos, neste contexto, que em 2011 existia nesta freguesia, 10 creches² a prestar serviços à sua população residente.

¹ As unidades existentes consideradas contemplam a rede pública e a privada.

² 6 de natureza privada e 4 da rede pública.

Figura 6.3.3 – Equipamentos Sociais Existentes, por Freguesia, em 2015 (Nº)



Fonte: Ministério de Solidariedade, Emprego e Segurança Social/Gabinete Estratégico de Planeamento, www.cartasocial.pt, 2015

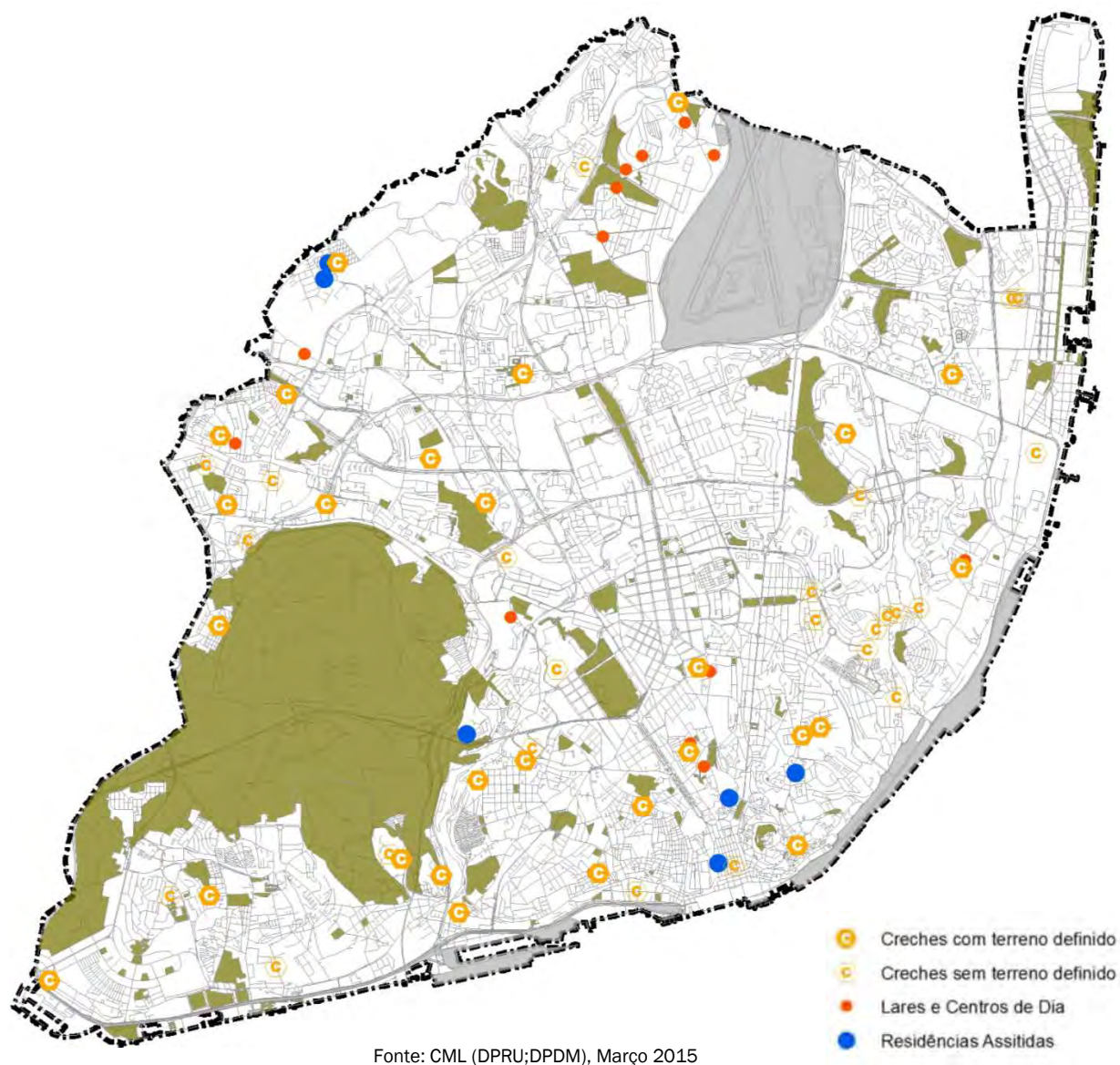
Face às insígnias elegidas pelo executivo para os anos precedentes à sua eleição, em Maio de 2009, é aprovado pela CML um documento designado por “Orientações Estratégicas Equipamentos Sociais-Infância – Rede Pública”, tendo como objetivo um diagnóstico da realidade da cidade, e face a ela, a elaboração de uma proposta para a criação de novas unidades de creche, fundamentalmente em áreas da cidade carenciadas ao nível desta oferta³. Pretendendo-se, deste modo, ir ao encontro dos objectivos políticos traçados e dotar a cidade de equipamentos de proximidade que possibilitem colmatar as carências identificadas e a promoção da qualidade de vida dos seus residentes.

Face a este contexto e pretensão, o Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM de Lisboa, propõe e prioriza, para o seu horizonte temporal, unidades de creche para a cidade (Figura 6.3.4). De realçar que grande parte delas são provenientes desse documento “orientador” e outras, decorrem de processos de programação de equipamentos de utilização coletiva, mais recentemente elaborados para

³ Tendo também em consideração fatores como o dinamismo construtivo e as dinâmicas populacionais.

áreas afectas a instrumentos de gestão territorial (IGT), procurando, desta forma, ir ao encontro das tendências populacionais e residenciais da cidade. Presentemente, para a totalidade do território da cidade, encontram-se propostas 51 unidades de creche, das quais 27 possuem localização (terreno) e 24, apesar da indicação da preferência locativa, aguardam disponibilidade de terreno ou espaço construído, necessário para a sua implantação.

Figura 6.3.4 – Equipamentos Sociais propostos para a cidade (Nº)



Ainda no contexto da abordagem da valência de creches, não pode ser descurado o Programa de Desenvolvimento de Creches da Rede Pública de Lisboa (B-A-BÁ), que previa até finais de 2013 (1ª fase), a criação de **20 novas creches modulares** (9 creches duplas e 2 simples), em terrenos municipais, garantindo à população da cidade um aumento da oferta social, da ordem dos 840 lugares (Quadro 6.3.1).

Quadro 6.3.1 – Programa de Desenvolvimento de Creches em Lisboa – B-A-BÁ (1ª fase) – Localização das Unidades

Designação -Creche	Morada	Freguesia 2012 (Lei n.º 56/2012)	Tipo	Estado
EPUL Jovem	Rua Duarte Vidal, nº 8	Lumiar	TIPO A - 1 piso - 84 crianças (2 unidades)	Construída
Malha 15	Rua Tomás Del Negro	Lumiar	TIPO B - 2 pisos - 84 crianças (2 unidades)	Construída
Malha 21.1	Rua Octávio Pato, nº10	Santa Clara	TIPO A - 1 piso - 84 crianças (2 unidades)	Construída
Rua Prof Amzalak Moisés	Rua Professor Luís da Cunha Gonçalves, nº 4	Lumiar	TIPO A - 1 piso - 84 crianças (2 unidades)	Construída
Quinta Alegre	Campo das Amoreiras	Santa Clara	TIPO A - 1 piso - 84 crianças (2 unidades)	Construída
Casal Vistoso	Rua Padre Gregório Verdonk	Areeiro	TIPO B - 2 pisos - 84 crianças (2 unidades)	Construída
Antiga escola 205	Rua Dr. Rafael Duque	Benfica	TIPO B - 2 pisos - 84 crianças (2 unidades)	Construída
Rua Francisco Lacerda	-	Campo de Ourique	TIPO B - 2 pisos - 84 crianças (2 unidades)	Construída
Rua Prof Jorge Silva Horta	-	Benfica	TIPO C - 2 pisos - 42 crianças (1 unidade)	Construída
R 1.º Cabo Jose Martins Silvestre	-	Olivais	TIPO C - 2 pisos - 42 crianças (1 unidade)	Construída
Bairro 2 de Maio	Rua Armando Lucena	Ajuda	TIPO A - 1 piso - 84 crianças (2 unidades)	Construída

Fonte: CML (DPRU), Março 2015

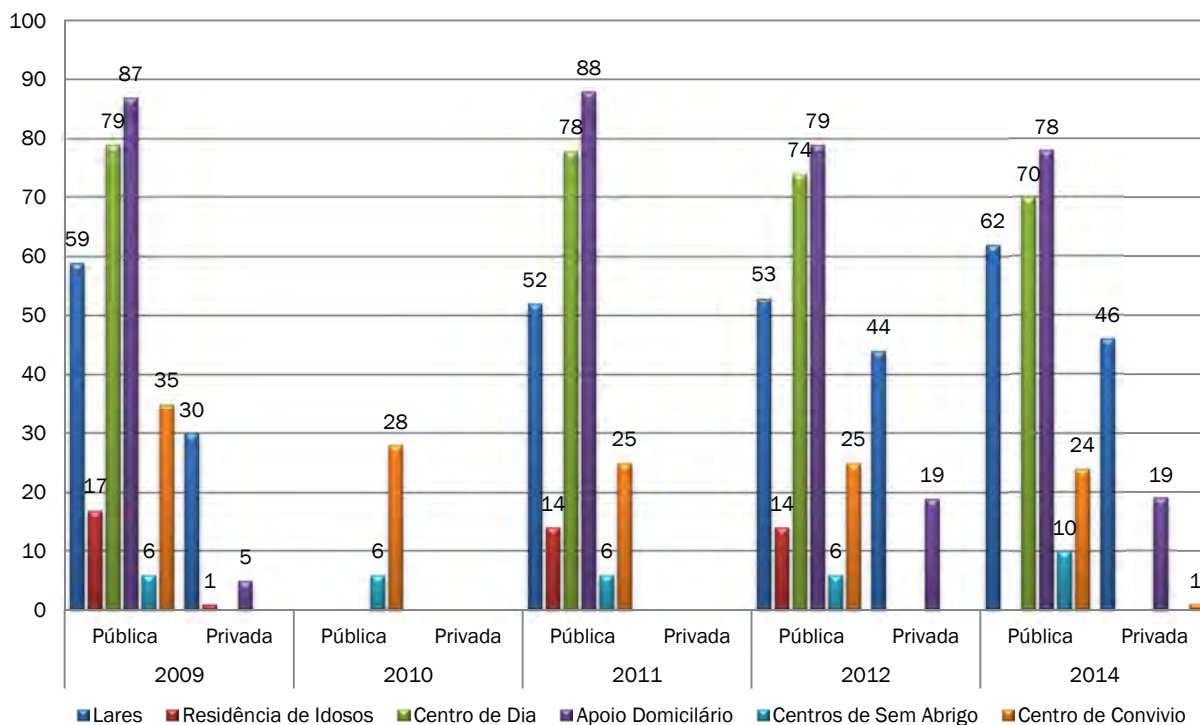
Relativamente aos equipamentos sociais direcionados para outras faixas etárias, fundamentalmente de maior idade, concluem-se os seguintes aspetos (Figuras 6.3.5, 6.3.6, 6.3.7, 6.3.8 e Quadro 6.3.2):

- O maior número de unidades existentes no território da cidade encontra-se sob a dependência do sector público;
- Na oferta de serviços sociais da cidade (Figura 6.3.5), de acordo com a informação disponibilizada pelo DDS, predominam em 2014 as valências de apoio domiciliário (78); de centro de dia (70) e de lares (62). De ressaltar que a situação de destaque do “apoio domiciliário”, face às outras valências consideradas, não é uma constatação recente, tendo sido denunciada no REOT de 2009. Este facto e a sua persistência no contexto da oferta social da cidade demonstram que se trata, sem dúvida, de uma opção viável para manter a autonomia do indivíduo idoso, não o afastando do seu ambiente familiar;
- Concomitante com a predominância das valências assinaladas no ponto anterior, verifica-se que são estas que garantem uma maior capacidade de oferta à cidade (Figura 6.3. 6);
- No intervalo de 2009 a 2014, ocorreu uma tendência de decréscimo para grande parte do número de equipamentos de natureza social existente na cidade. Não obstante, verifica-se que de 2012 para 2014 houve uma inversão de comportamento nalgum tipo de oferta social, fundamentalmente ao nível dos lares e dos centros de sem abrigo;
- Ao nível da capacidade de oferta (Figura 6.3.6 e Quadro 6.3.2), confirma-se a tendência ocorrida nas valências sociais, referidas no ponto anterior. Contudo, evidenciam-se duas situações, cujo decréscimo de oferta foi bastante mais acentuado, como é o caso do apoio domiciliário (-827

lugares) e dos centros de convívio (-716 lugares). De notar que apesar da diminuição da oferta social, ao nível de apoio domiciliário, esta valência é a que apresenta o maior número de unidades da rede pública, no intervalo de tempo considerado;

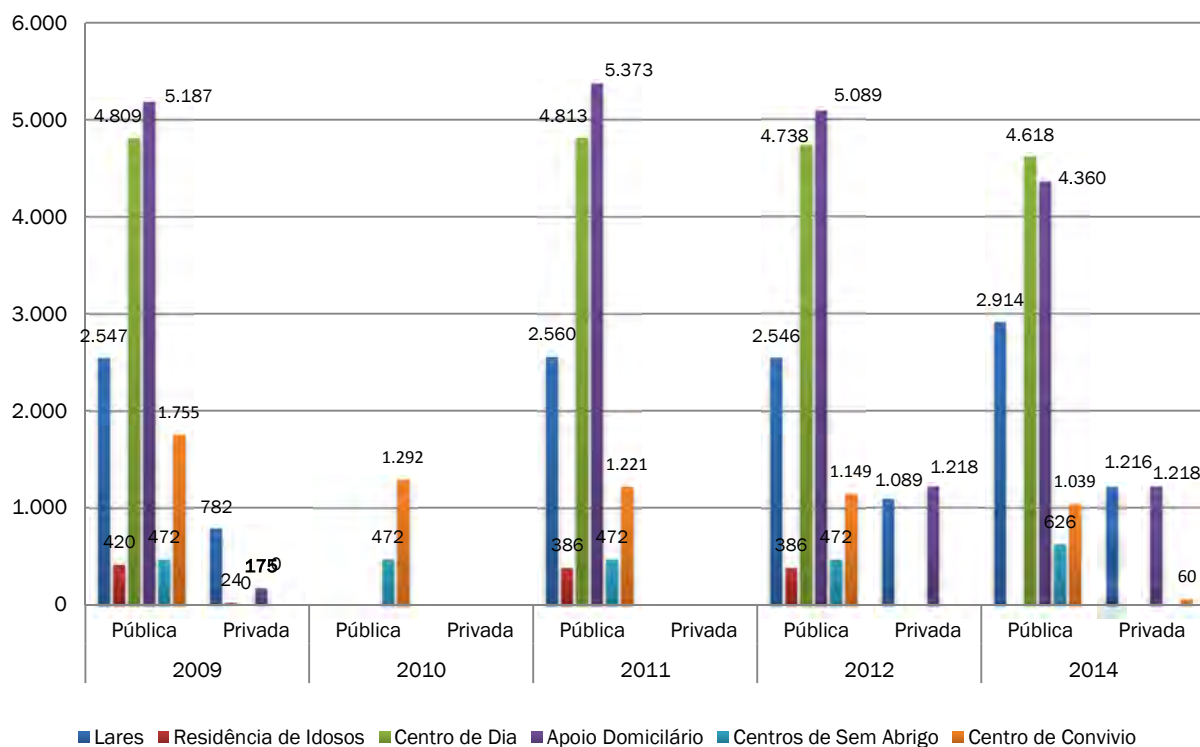
- Em 2009, a capacidade disponibilizada por uma grande parte dos equipamentos da rede pública (e também privada), não se encontrava completamente esgotada, indiciando situações de subocupação (Quadro 6.3.2 – assinaladas a vermelho escuro). Apesar desta situação poder ser considerada como não existindo na altura, situações de carência, ao nível dessas valências, deverá, no entanto ser encarada como um caso pontual ou esporádico, exigindo à edilidade uma análise mais detalhada sobre os motivos e o tempo de duração dessas situações;
- De anotar que a escassez de informação para os equipamentos da rede privada, impede de concluir sobre o número de unidades, as suas capacidades e natureza dos serviços prestados à comunidade;
- Por último, é de referir que em termos locativos, e de acordo com a Carta Social (Figura 6.3.3), assinala-se que em 2015 o maior número de unidades direcionadas para a população idosa, fundamentalmente ao nível dos Centros de Dia e dos Lares, ocorrem nas freguesias das Avenidas Novas (respetivamente 5 e 11 unidades) e de Arroios (5 e 10 unidades).
- Com limitada oferta da valência - Centro de Dia, nomeiam-se as freguesias de Belém, do Areeiro, de Alcântara e do Beato com apenas uma estrutura de apoio no seu território. Relativamente à valência de Lar, verifica-se que a inexistência e/ou o menor número de unidades sociais, ocorre nas freguesias de Santa Clara (0), de S. Vicente (1), da Misericórdia (1) e do Beato (1).
- De sublinhar ainda, a maior concentração de serviços de Apoio Domiciliário nas freguesias do Lumiar (12) e de Benfica (7), e a menor, em Penha de França (1 unidade).

Figura 6.3.5 – Outros Equipamentos Sociais – Unidades existentes na cidade, 2009-2014 (Nº)



Fonte: CML (DDS), Outubro 2014

Figura 6.3.6 - Outros Equipamentos Sociais – Oferta existente na cidade, 2009-2014 (Nº)



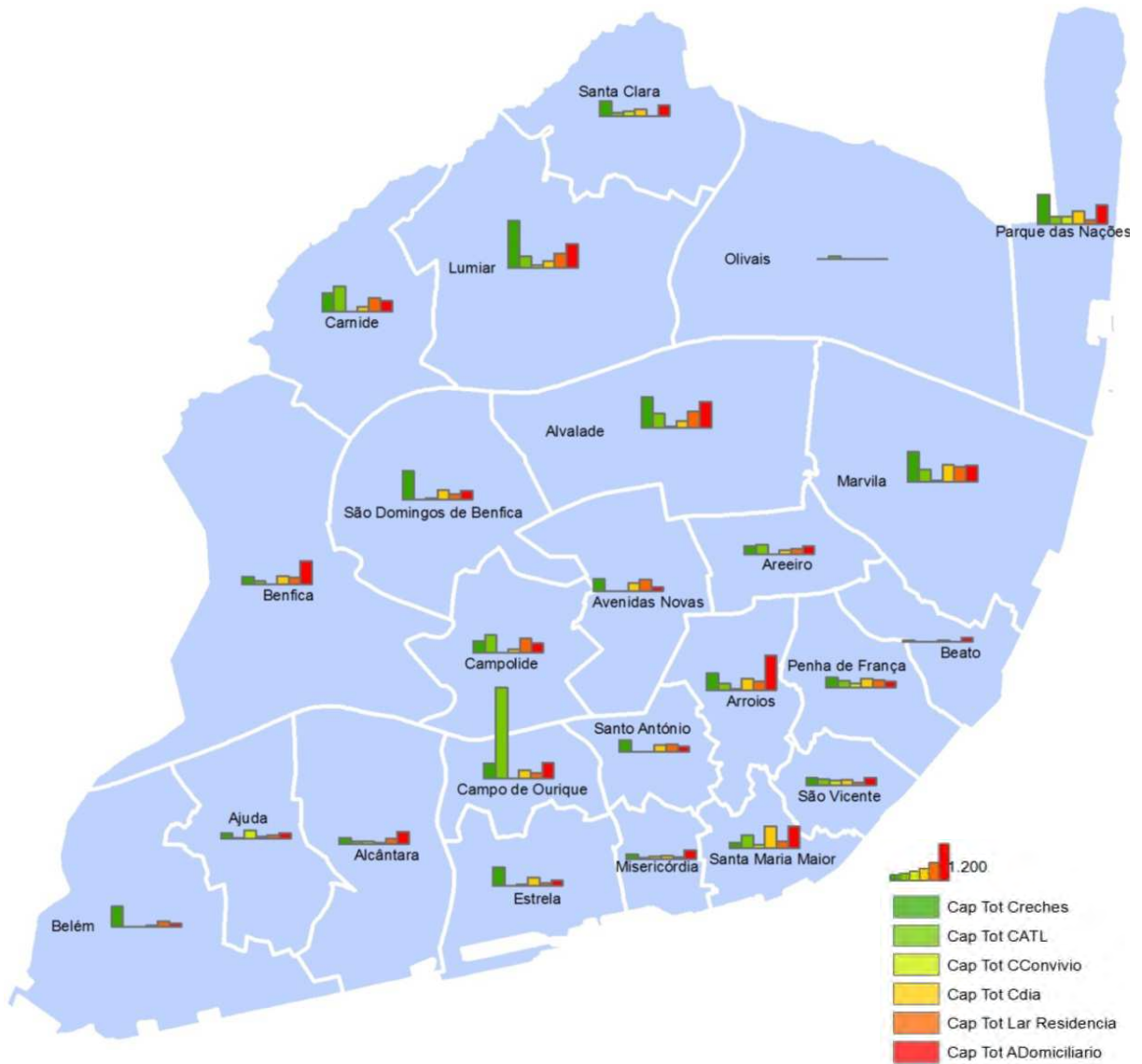
Fonte: CML (DDS), Outubro 2014

Quadro 6.3.2 – Outros Equipamentos Sociais – Capacidades e Utentes (Nº)

Tipologia de Equipamento		2009		2010		2011		2012		2014	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Lares	Capacidade	2547	782	-	-	2560	-	2546	1089	2914	1216
	Utentes	2299	693	-	-	-	-	-	-	-	-
Residência de Idosos	Capacidade	420	24	-	-	386	-	386	-	-	-
	Utentes	369	17	-	-	-	-	-	-	-	-
Centros de Dia	Capacidade	4809	-	-	-	4813	-	4738	-	4618	-
	Utentes	3723	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apoio Domiciliário	Capacidade	5187	175	0	0	5373	-	5089	1218	4360	1218
	Utentes	4728	122	0	0	-	-	-	-	-	-
Centros de Sem Abrigo	Capacidade	472	-	472	-	472	-	472	-	626	-
	Utentes	472	-	472	-	472	-	472	-	626	-
Centro de Convívio	Capacidade	1755	-	1292	-	1221	-	1149	-	1039	60
	Utentes	1538	-	-	-	-	-	-	-	-	-

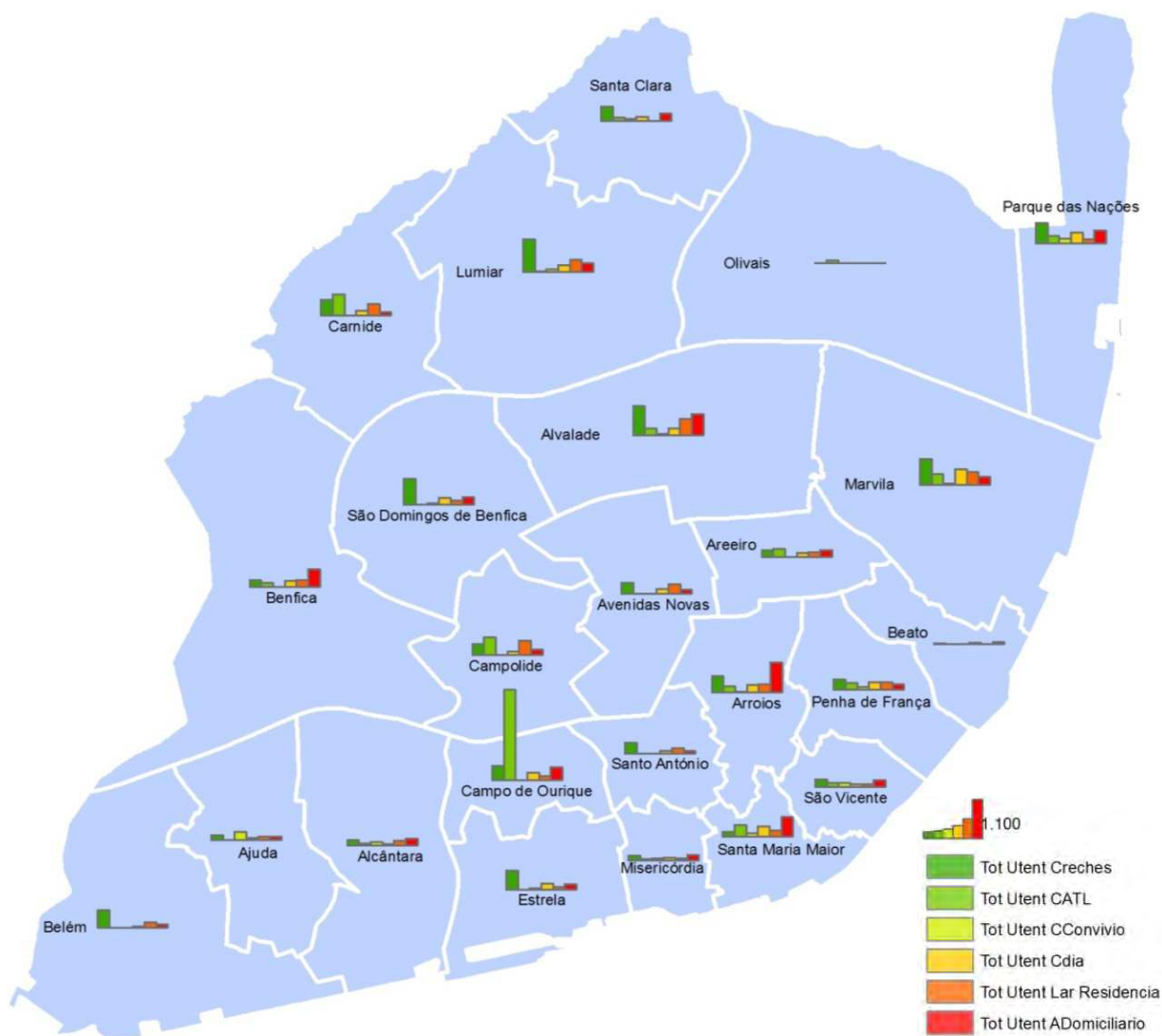
Fonte: CML (DDS), Outubro 2014

Figura 6.3.7 – Capacidade dos Equipamentos Sociais Existentes, por Freguesia, em 2015 (Nº)



Fonte: Ministério de Solidariedade, Emprego e Segurança Social/Gabinete Estratégico de Planeamento, www.cartasocial.pt, 2015

Figura 6.3.8 – Total de Utentes dos Equipamentos Sociais Existentes, por Freguesia, em 2015 (Nº)



Fonte: Ministério de Solidariedade, Emprego e Segurança Social/Gabinete Estratégico de Planeamento,
www.cartasocial.pt, 2015

Ao nível das valências direcionadas para o indivíduo idoso foram consideradas algumas propostas para a criação de novos equipamentos, no Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM (Figura 6.3.3). Contrariamente à realidade dos equipamentos para a infância (creche), estas propostas não tiveram subjacente um documento de suporte. Surgiram por um lado, da identificação de carências diagnosticadas no âmbito de processos de elaboração de IGT e por outro, da necessidade de atingir os rácios de referência atribuídos pelo município a cada tipo de valência, considerando-os como sendo adequados para a satisfação das necessidades básicas da população residente.

Ou seja, o Município de Lisboa tem usado taxas de cobertura para cada uma das valências dos equipamentos de natureza social, imprescindíveis para orientar e fundamentar o processo de ordenamento e de planeamento urbano do território da cidade. Neste sentido, as taxas de cobertura que

têm norteado a programação dos equipamentos sociais da rede pública são: creches (50%); centro de dia + centro de convívio (10%) e lar/residência de idosos (3%)⁴.

De acordo com a informação disponível, apresenta-se no Quadro 6.3.3 e na Figura 6.3.9, a taxa de cobertura para cada uma das tipologias de valência social, para os anos 2012 e 2014, tendo em consideração a população de 2011 com mais de 65 anos de idade. Da sua leitura, evidenciam-se três aspetos:

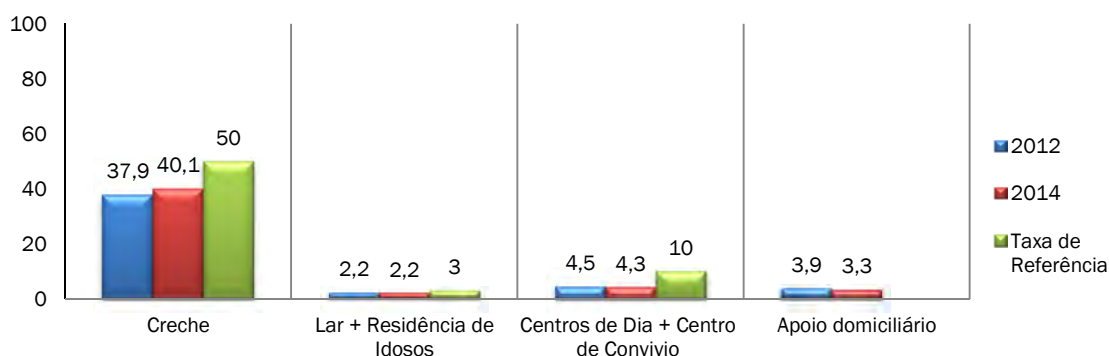
- O aumento da taxa de cobertura relativa à valência de creche, passando de 37,9% para 40,1%;
- O decréscimo da taxa de cobertura, para o período considerado, em todos os equipamentos direcionados para a população de maior idade. Surgindo esta situação como reflexo da tendência de decréscimo da oferta social na cidade, ocorrida nestes últimos anos. Não obstante, seria interessante averiguar em estudos futuros, se este decréscimo é fruto de uma menor procura social, ou resulta simplesmente do impacto da atual crise económica e financeira que condicionou os apoios sociais às entidades sociais, levando ao fechar de muitas unidades, por falta de sustentabilidade económica;
- Comparando os valores das taxas de cobertura de todas as tipologias com os rácios de referência da autarquia, verifica-se que os valores obtidos encontram-se abaixo dos níveis desejados.

Quadro 6.3.3 – Taxa de Cobertura dos Equipamentos Sociais da Rede Pública

Tipologia dos Equipamentos	2012		2014	
	População Destinataria ⁵	Taxa de Cobertura	População Destinataria	Taxa de Cobertura
Creche	14496 ⁶	37,9	14496*	40,1%
Lares + Residências	131147	2,24%	131147	2,2%
Centros de Dia e Centro de Convívio	131147	4,49%	131147	4,3%
Apoio Domiciliário	131147	3,88%	131147	3,3%

Fonte: CML, (DDS), Outubro 2014

Figura 6.3.9 – Taxa de Cobertura, em 2012 e 2014 (%)



Fonte: CML, (DDS), Outubro 2014

⁴Em Março de 2010, o Departamento de Planeamento Estratégico apresentou uma proposta de alteração das taxas de cobertura em vigor (Centro de Convívio/Centro de Dia (10%) e Lar/Residência (10%)), para respectivamente 10% e 3%. Tal facto prende-se, em grande medida, com a progressiva implementação da Rede de Cuidados Continuados de Saúde na cidade. Embora estas novas taxas de referência não tenham sido objeto de aprovação da CML, têm no entanto, regulado o processo de planeamento, desde a sua divulgação.

⁵) Inclui a população do Parque das Nações, cuja área foi recentemente integrada na cidade de Lisboa.

⁶ Estimativa a partir da população dos 0 aos 4 anos - Censos 2011

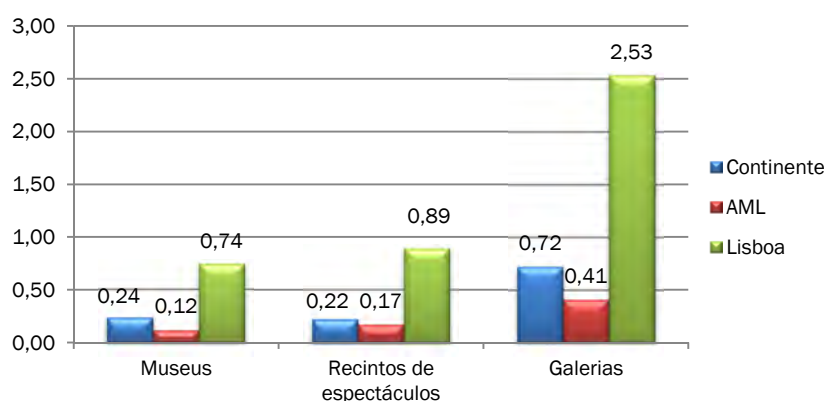
6.4 Equipamentos Culturais

6.4.1 Enquadramento de Lisboa na AML e no Continente¹

6.4.1.1 Oferta de equipamentos culturais

A análise dos indicadores disponíveis confirma a relevância da oferta existente em Lisboa, comparativamente com a AML e Portugal Continental, ao nível da capitação de equipamentos culturais por 10.000 habitantes, com rácios² de 0,74, 0,12 e 0,24 para museus, de 0,89, 0,17 e 0,22 para recintos de espetáculos e de 2,53, 0,41 e 0,72 para galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias, constituindo, estes últimos, uma oferta em que a liderança de Lisboa se destaca de uma forma clara.

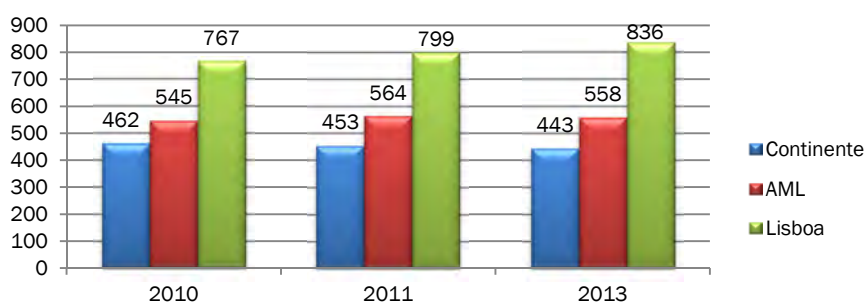
Figura 6.4.1 – Rácios de Museus, recintos de espetáculos e Galerias por 10.000 habitantes



Fonte: Cálculo próprio, com base nos dados do Anuário Estatístico de 2013 e Censos da População 2011 (INE)

O município de Lisboa dispõe dos recintos de espetáculo com maior lotação média (836), tendo-se assistido a um incremento, comparativamente ao ano de 2011.

Figura 6.4.2 - Recintos de espetáculo - lotação média³



Fonte: INE (Anuários Estatísticos), 2010, 2011 e 2013

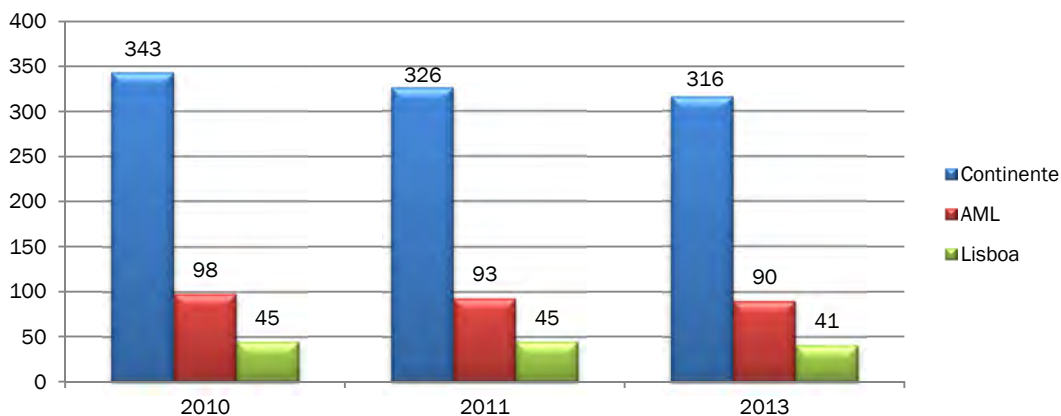
¹ Análise efetuada com base em dados referentes a Lisboa, AML (excluindo Lisboa) e Continente (excluindo AML).

² Cálculo efetuado para 2013

³ Não estão disponíveis os dados de 2009 e 2012, pois o inquérito dos Recintos de espetáculos tem periodicidade bienal e realiza-se, normalmente, nos anos ímpares.

O Continente tem, obviamente, um maior número de salas ou espaços de recintos de espetáculo, quando comparamos com Lisboa, mas, proporcionalmente, o número de recintos da capital do país não é de desprezar.

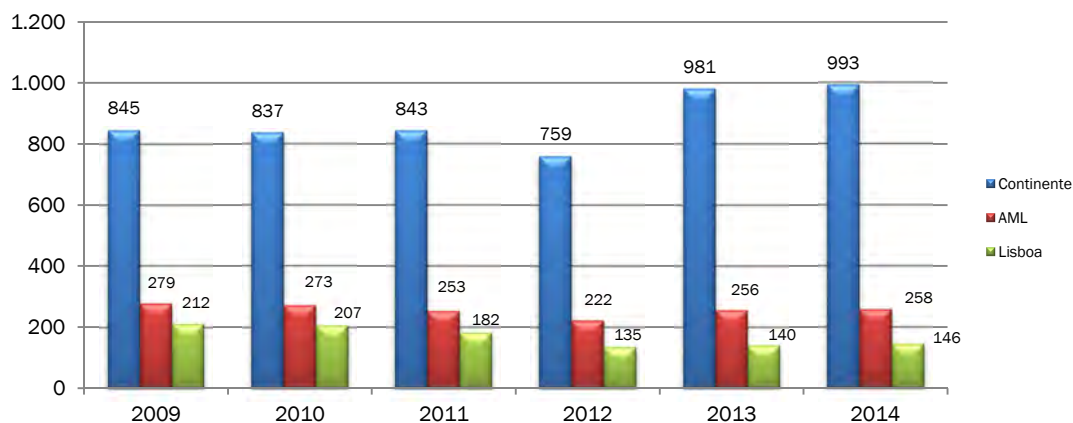
Figura 6.4.3 - Recintos de espetáculo – número de salas ou espaços, 2010, 2011 e 2013⁴



Fonte: INE (Anuários Estatísticos), 2010, 2011 e 2013

Quanto às galerias de arte, e outros espaços de exposições temporárias, o seu número tem aumentado, no Continente, ao longo destes últimos cinco anos (Figura 6.4.4). Quanto ao município de Lisboa assistiu-se a um ligeiro decréscimo até 2012, situação que foi invertida, assistindo-se a um acréscimo de onze unidades.

Figura 6.4.4 - Número de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias, 2009 a 2014



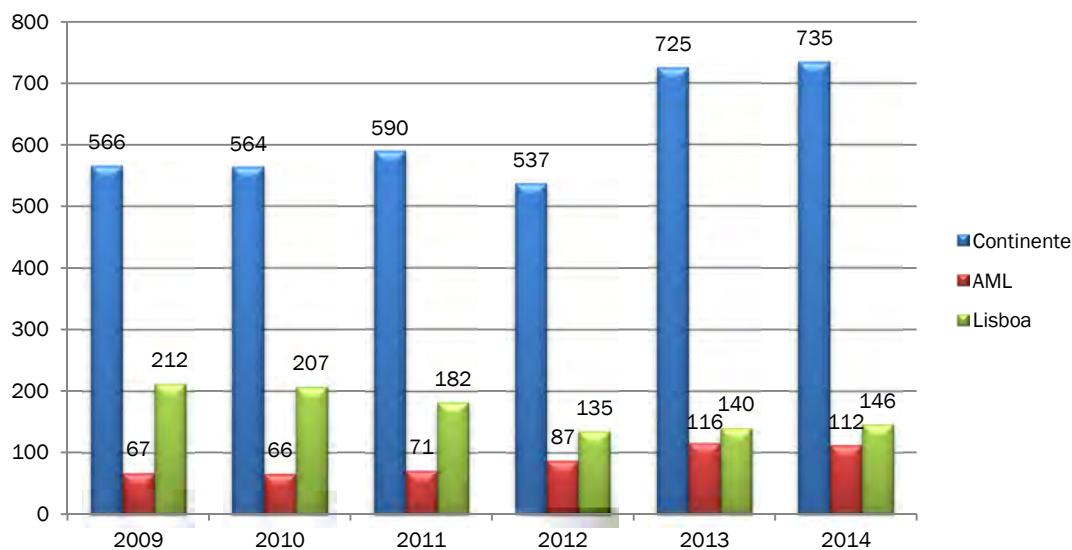
Fonte: INE (Anuários Estatísticos), 2009 a 2014

No entanto, se usarmos a metodologia utilizada para o cálculo dos Rácios⁵ de Museus, recintos de espetáculos e Galerias, por 10 000 habitantes (Figura 6.4.1), podemos afirmar que Lisboa detém, claramente e proporcionalmente, um maior número de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias do que a AML (Figura 6.4.5).

⁴ Não estão disponíveis os dados dos anos 2009 e 2012.

⁵ Análise efetuada com base em dados referentes a Lisboa, AML (excluindo Lisboa) e Continente (excluindo AML).

Figura 6.4.5 - Número de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias, 2009 a 2014



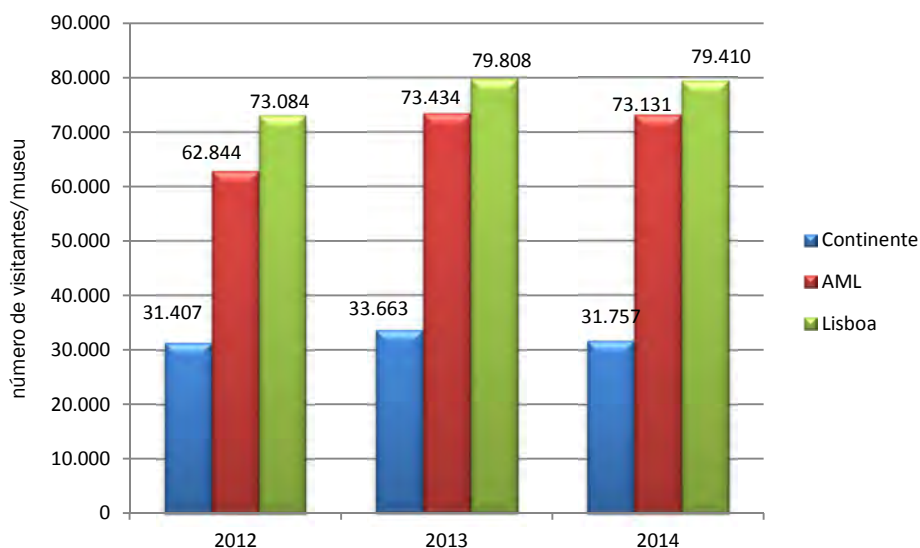
Fonte: Cálculo próprio, com base nos dados dos Anuários Estatísticos, 2009 a 2014

6.4.1.2 Dinâmica cultural

O município de Lisboa lidera, nitidamente, quanto ao “número de visitantes por museu”, quando comparado com o Continente e a AML

Não estão disponíveis dados estatísticos que permitam identificar se a liderança de Lisboa, ao nível dos indicadores analisados, se deve à atratividade da sua oferta cultural, relativamente à AML e ao Continente, ou ao facto de a população residente registar maiores níveis de consumo a este nível.

Figura 6.4.6 - Museus - número de visitantes por museu, 2012, 2013 e 2014

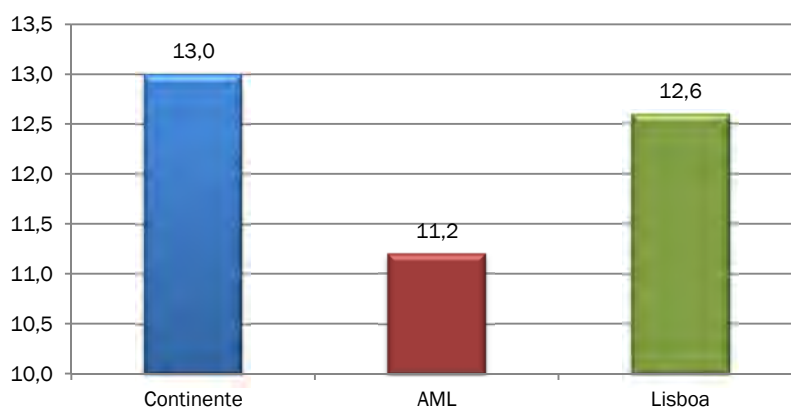


Fonte: INE (Anuários Estatísticos), 2012, 2013⁶, e 2014

⁶ De 2009 a 2011, os dados do INE sobre Museus são apresentados em conjunto com os indicadores referentes a Jardins Zoológicos, Jardins Botânicos e Aquários, pelo que não foram considerados.

A cidade de Lisboa também apresenta, em 2014, uma maior proporção de visitantes escolares, quando comparamos com a AML.

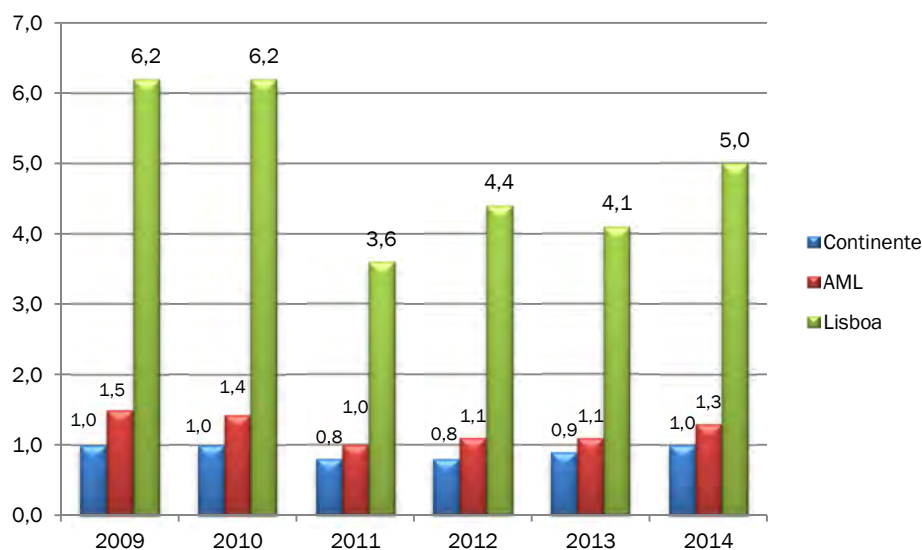
Figura 6.4.7 - Museus - proporção de visitantes escolares, 2014



Fonte: INE (Anuário Estatístico), 2014

O maior número de espectadores por habitante regista-se em Lisboa, mas é, também, aqui que em 2013 se verifica um decréscimo da procura, relativamente a 2009 e 2010, subindo, em 2014, para 5,0 espectadores/habitante (Figura 6.4.8).

Figura 6.4.8 - Espetáculos ao vivo - número de espetadores/habitante, 2009 a 2014

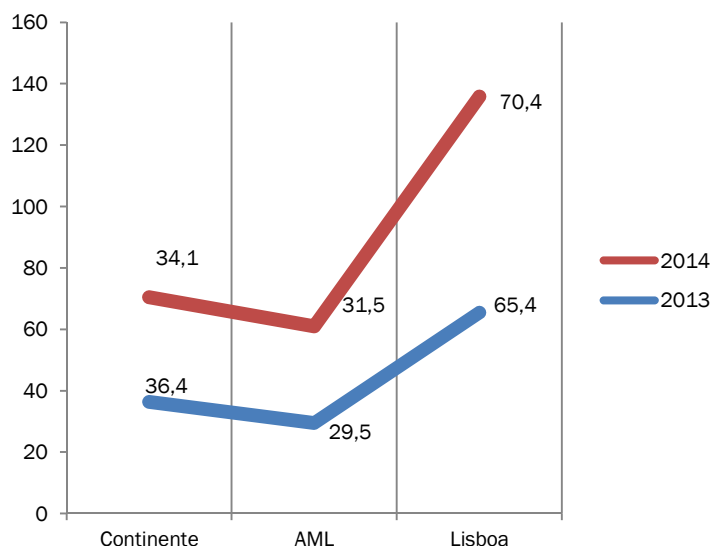


Fonte: INE (Anuários Estatísticos), 2009 a 2014

6.4.1.3 Despesa total

A nível da *despesa total*, por habitante, das Câmaras Municipais, em atividades culturais e criativas, Lisboa ultrapassa, largamente, a despesa por habitante da AML e do Continente, tanto em 2013 como em 2014, conforme expressa a Figura 6.4.9

Figura 6.4.9 - Atividades culturais e criativas das Câmaras Municipais - despesa/habitante (em Euros), 2013

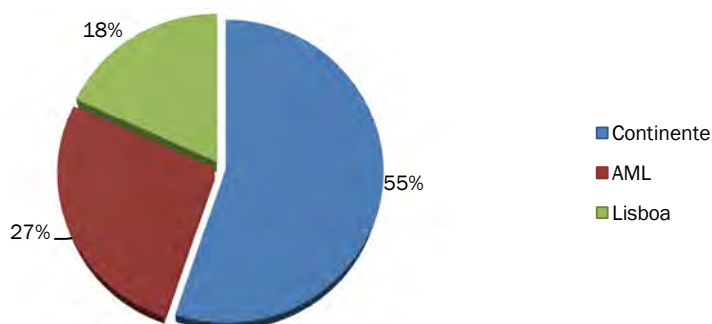


Fonte: INE (Anuários Estatísticos), 2013 e 2014

6.4.1.4 Publicações

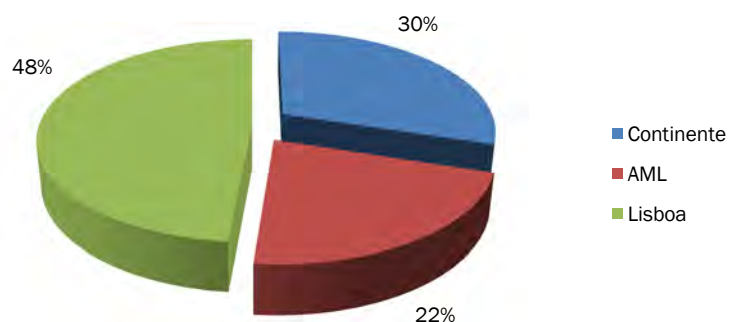
Em Lisboa, em 2014, o número de jornais, revistas e publicações em suporte papel e eletrónico (simultaneamente) editados bem como o número de exemplares de jornais e revistas vendidos, correspondem a uma quota largamente superior relativamente à AML e ao Continente como se observa nas figuras seguintes.

Figura 6.4.10 - Total de Publicações editadas, 2014



Fonte: INE (Anuário Estatístico), 2014

Figura 6.4.11 - Total de jornais e revistas vendidos, 2014

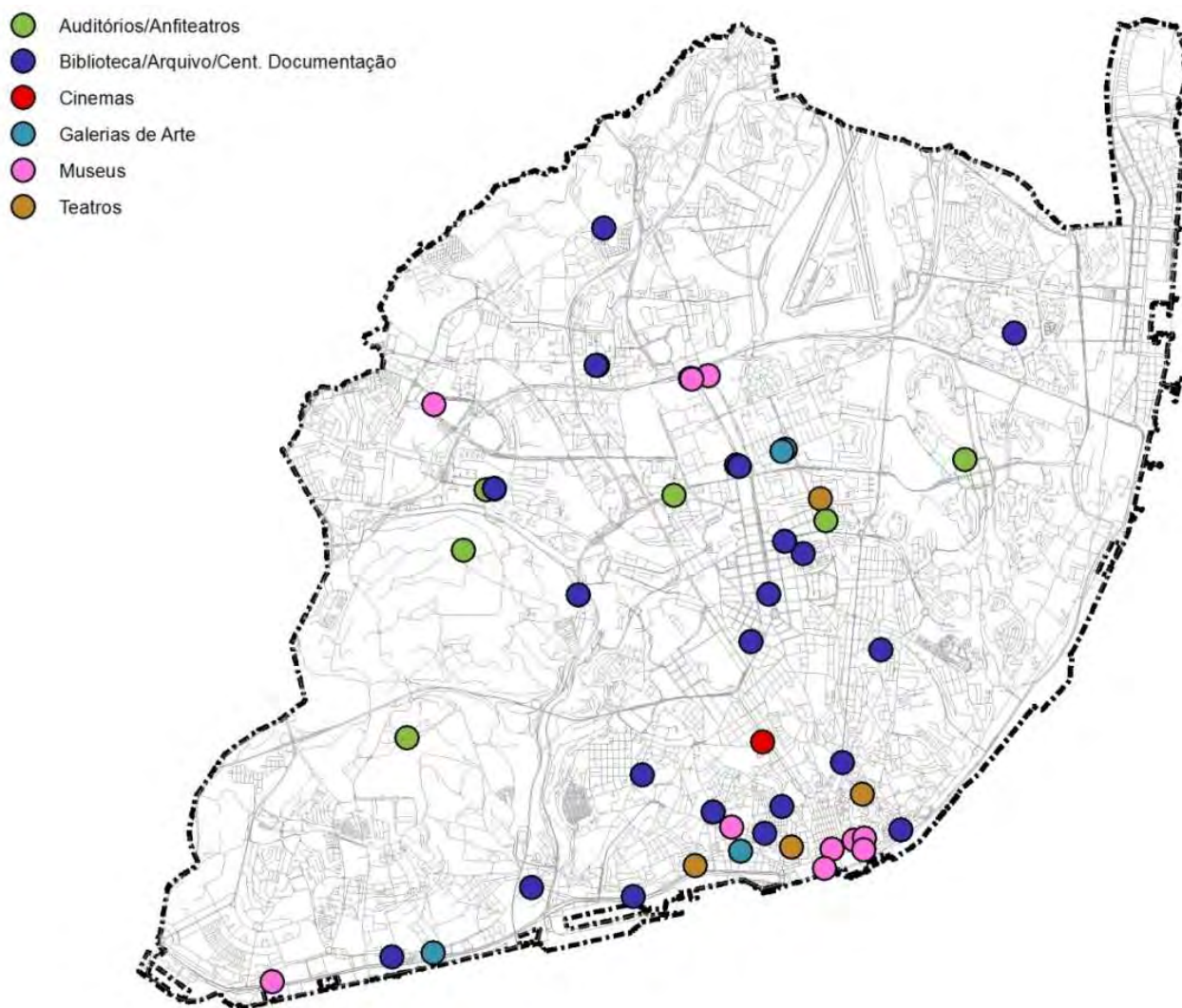


Fonte: INE (Anuário Estatístico), 2014

6.4.2 Equipamentos culturais municipais

Lisboa oferece um amplo espectro de tipologias de equipamentos culturais municipais em que predominam as bibliotecas (17) e os museus (9).

Figura 6.4.12 - Equipamentos culturais municipais



Fonte: CML

Para além dos equipamentos assinalados na figura anterior, Lisboa detém ainda uma oferta diversificada de equipamentos de natureza cultural de que se relevam os Ateliers Municipais (80) e os Arquivos Municipais (4).

Quadro 6.4.1 - Equipamentos culturais, e de natureza cultural, municipais

	Tipologia	N.º
Biblioteca Municipal	Biblioteca Generalista	11
	Biblioteca Especializada	4
	Biblioteca Móvel	1
	Ponto de Serviço Externo	1
Galerias de Arte Municipais		8
Ateliers Municipais		80
Museus Municipais		9
Núcleos Museológicos Municipais		2
Área Monumentalizada		2
Núcleo Cultural		3
Arquivos Municipais	Arquivo	1
	Intermédio e Histórico	1
	Fotográfico	1
	Videoteca	1
Gabinete de Estudos Olissiponenses (GEO)		1
Teatros Municipais		3
Cinemas Municipais		1
Auditórios/Anfiteatros		5
Livraria Municipal		1
Centro de Informação Urbana de Lisboa		1
Centro de Documentação do Campo Grande		1

Fonte: CML (DSPC/DPC/DMC)

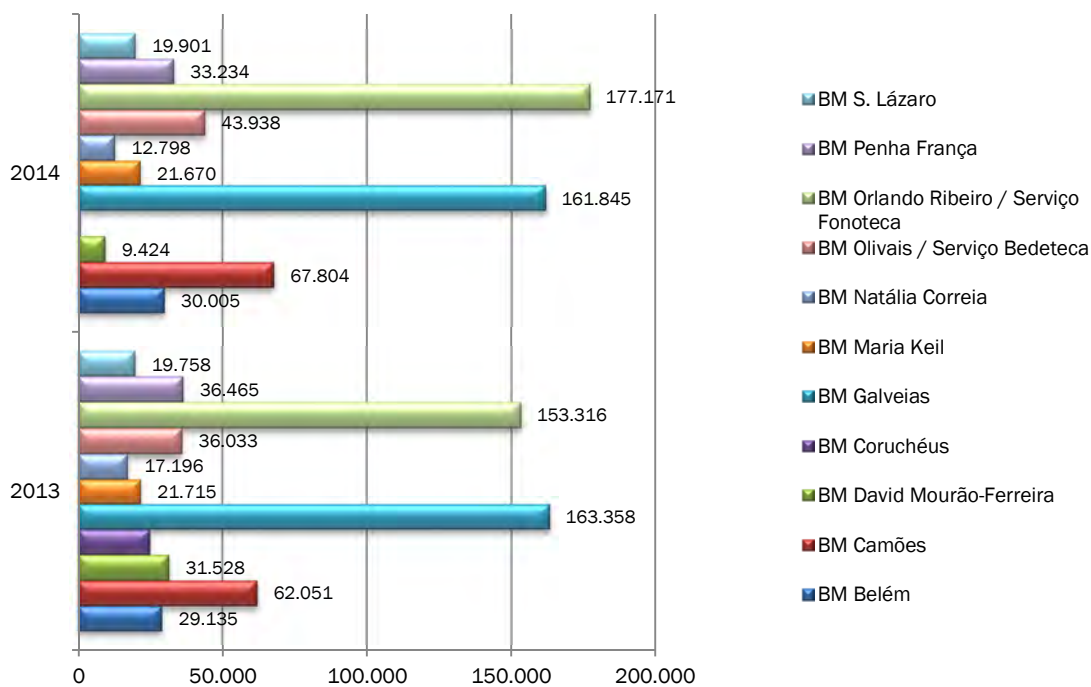
6.4.2.1 Bibliotecas municipais

Até 2024, a Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa será convertida numa rede de bibliotecas de 3ª geração, pensadas para o séc. XXI, para que assumam um papel catalisador e de liderança nas comunidades locais, contribuindo para que se tornem comunidades baseadas no conhecimento.

Esta conversão tem por base os princípios orientadores estabelecidos no Programa Estratégico Biblioteca XXI⁷, em consonância com o horizonte da Carta Estratégica.

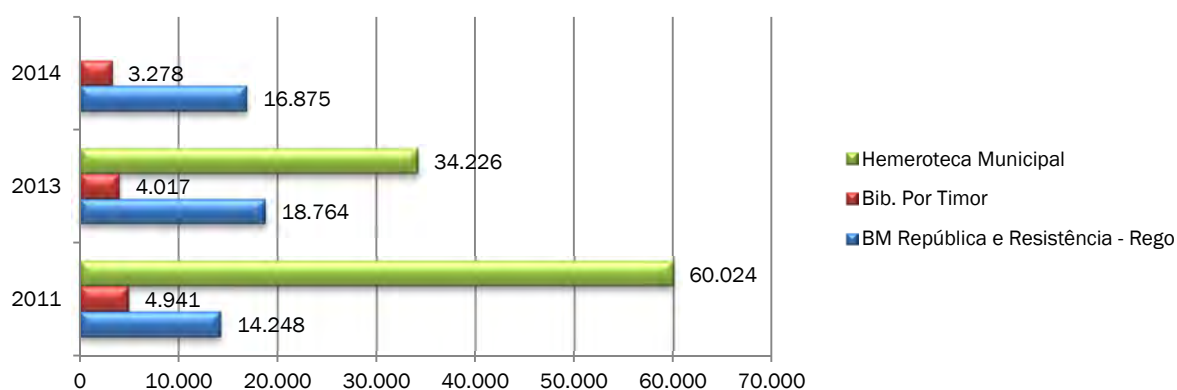
Relativamente ao número de visitantes das Bibliotecas Generalistas, e para os anos analisados, verifica-se que existe alguma flutuação, evidenciando-se a perda registada na BM David Mourão Ferreira e o crescimento na BM Orlando Ribeiro

⁷ Programa Estratégico Biblioteca XXI, Proposta n.º 249/2012, aprovada em Reunião de Câmara em 9 de Maio de 2012

Figura 6.4.13 - Bibliotecas municipais generalistas - número de visitas 2013 e 2014⁸

Fonte: CML (DSPC/DPC/DMC), 2013 e 2014

Neste ranking de Bibliotecas Municipais Generalistas e no referente a número de visitantes, destacam-se a Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro que dispõe serviço de Fonoteca e Bedeteca, e a Biblioteca Municipal Palácio Galveias com acervo de livros técnicos.

Figura 6.4.14 - Bibliotecas municipais especializadas – número de visitas, 2011, 2013 e 2014⁹

Fonte: CML (DSPC/DPC/DMC), 2011, 2013 E 2014

No ranking de Bibliotecas Municipais Especializadas, e relativamente ao número de visitantes, lidera a Hemeroteca Municipal, com um vasto espólio de publicações periódicas onde se incluem periódicos dos séculos XVIII e XIX.

⁸ Não é possível discriminar os visitantes nacionais e estrangeiros.
- A BM Coruchéus foi inaugurada a 23 de Abril de 2013.

⁹ A BM República e Resistência Grandella não oferece serviços de biblioteca, pelo que não se incluiu no gráfico.
- A Hemeroteca encerrou temporariamente em Outubro de 2013.

Integrada na rede de Bibliotecas Municipais existe, ainda, uma Biblioteca Móvel que dispõe de 2 lugares sentados; tem inscritos 956 leitores; e registou 3 947 visitas, em 2014; e a Biblioteca do Quiosque do Jardim da Estrela, com 11 lugares sentados, 282 leitores inscritos, registou 10 809 visitas, no mesmo ano.

6.4.2.2 Galerias de arte municipais

A par da realização de exposições de Artes Plásticas, as Galerias de Arte Municipais promovem a divulgação de trabalhos de fotografia artística ou fotorreportagem e mostra de espólios documentais de reconhecido interesse patrimonial, sociocultural ou histórico, dinamizando ainda anualmente, um programa de intercâmbio internacional com artistas de belas-artes. São também solicitadas a colaborar na produção de projetos expositivos realizados por outras instituições, noutros espaços expositivos.

A produção das exposições é assegurada pelo Município ou feita em parceria com outras instituições culturais ou diplomáticas. A par da atividade de produção de exposições, as Galerias de Arte Municipais dispõem de equipas de Serviço Educativo que facultam aos visitantes visitas guiadas às exposições.

Quadro 6.4.2 - Galerias municipais, 2009 a 2014

	2009	2010	2011	2015
N.º Equipamentos ¹⁰	2	5	6	7
N.º Visitantes ¹¹	26.555	26.763	41.060	

Fonte: CML (DSPC/DPC/DMC), 2009 a 2014

A Galeria de Arte Urbana (GAU), espaço de liberdade criativa dedicado aos *graffiti* e à *street art* enquanto expressões de arte urbana, foi criada em outubro de 2008, com a finalidade de contribuir para um mais profundo reconhecimento da riqueza e diversidade do património artístico e cultural da cidade de Lisboa.

A ação da GAU partiu de um incentivo à realização de intervenções plásticas autorizadas nos painéis que a constituem, situados na Calçada da Glória e no Largo da Oliveirinha, evoluindo para a organização e o apoio a outras iniciativas de *street art* em distintos suportes existentes na cidade. Como prioridades funcionais, aponta-se ainda a sensibilização para a problemática da salvaguarda patrimonial, o apoio à investigação e à publicação dentro deste domínio plástico, bem como a inventariação e respetiva divulgação dos registos de arte urbana.

Galeria Lagoa Henriques é a atual designação da Casa Museu Lagoa Henriques e corresponde ao novo conceito agora adotado para o espaço do outrora *atelier* do Mestre Lagoa Henriques, na Avenida da Índia.

6.4.2.3 Ateliês municipais

Disponibilizados pela CML a artistas plásticos para aí desenvolverem o seu trabalho, estes espaços encontram-se agrupados pelos núcleos que constam do Quadro 6.4.3.

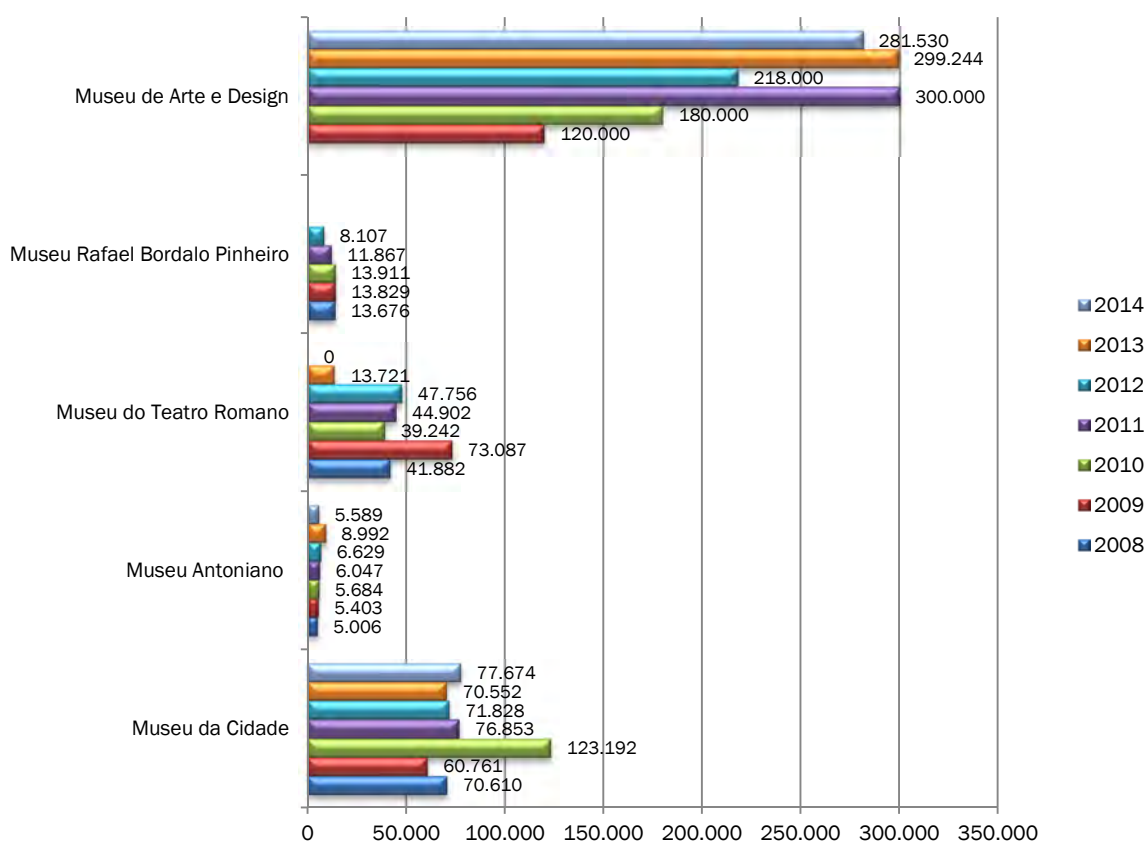
¹⁰ Galeria de Arte Urbana (GAU) não incluída

¹¹ Dados não disponíveis para a GAU, Galeria Lagoa Henriques e anos 2012 a 2014

Quadro 6.4.3 - Ateliês municipais

Núcleo	Nº de ateliês
Bairro do Rego	6
Olivais	4
Coruchéus	50
Bairro da Boavista	20
TOTAL	80

Fonte: CML (DSPC/DPC/DMC)

6.4.2.4 Museus municipais
Figura 6.4.15 - Museus municipais - número de visitas de 2008 a 2014¹²


Fonte: CML (DSPC/DPC/DMC), 2008 a 2014

6.4.2.5 Núcleos museológicos municipais

De cariz museológico, existem os seguintes núcleos:

¹² A Casa Museu Fernando Pessoa, o Palácio Ulrich – C. Veva de Lima, a Antiga Cadeia do Aljube, o Padrão dos Descobrimentos não têm informação disponível.

- O Museu Antoniano encontra-se encerrado para obras de requalificação e ampliação desde 19 novembro 2013.

- O Museu do Teatro Romano encontra-se encerrado para obras de requalificação e valorização desde 2 maio 2013.

- Centro Interpretativo das Galerias Romanas
- Centro de Arqueologia de Lisboa

Para estes Núcleos Museológicos não dispomos de informação relativa ao número de visitantes.

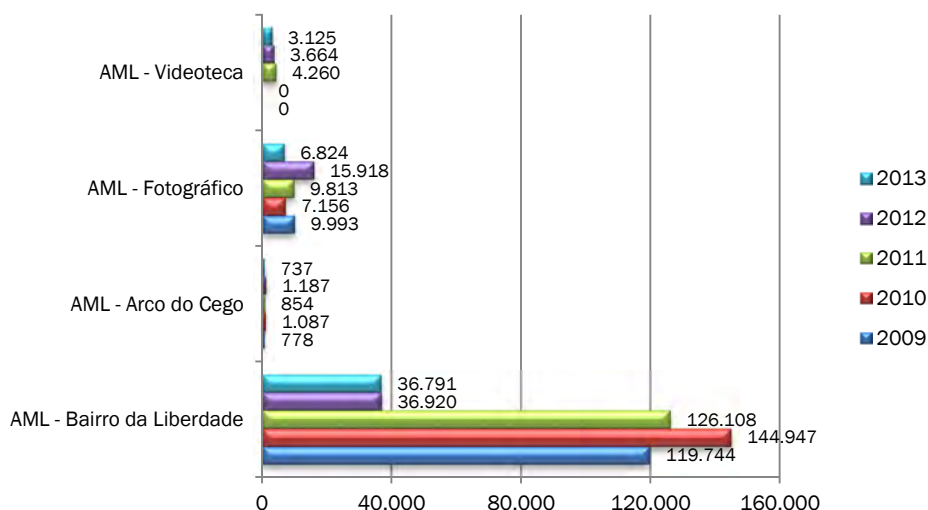
6.4.2.6 Arquivos municipais

Com a missão de recolher, guardar, tratar e preservar a documentação relativa à memória da cidade, promovem a gestão integrada dos documentos produzida pela CML desenvolvendo produtos e serviços de informação com o objetivo de satisfazer todas as necessidades de todas as partes interessadas.

Na aplicação de soluções tecnológicas a sistemas documentais, pretendeu-se facilitar o acesso à informação, possibilitar a pesquisa automática do documento, garantir a conservação da documentação de carácter definitivo, gerir volumes documentais de acordo com critérios de eficiência e eficácia, otimizar a qualidade da imagem potenciando a partilha da informação.

Os Processos surgem como uma Cadeia de Valor Acrescentado a que foi atribuída a designação de Sistema Integrado de Gestão da Informação. Esta Cadeia de Valor assenta na abordagem por processos preconizada nas normas da Qualidade (NP EN ISO 9001:2008) e pensados como um modelo baseado no ciclo PDCA (Planear, Executar, Rever e Ajustar).

Figura 6.4.16 - Arquivos municipais – número de visitas, 2009 a 2013¹³



Fonte: CML (DSPC/DPC/DMC), 2009 a 2013

Este quadro sintetiza o número de visitantes/utilizadores de toda a oferta cultural dos Arquivos Municipais em que se inclui Atividade Cultural, Serviço Educativo, Sala de Leitura, site e o visionamento do acervo, no caso da Videoteca.

¹³ O AML - Bairro da Liberdade é um arquivo intermédio e histórico

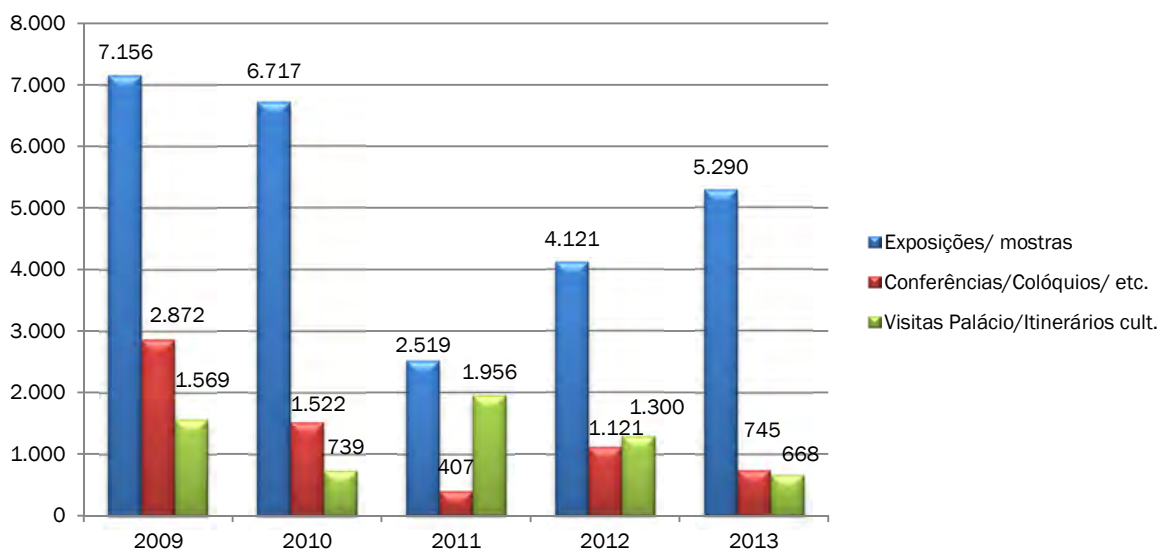
6.4.2.7 Gabinete de estudos olisiponenses (GEO)

Vocacionado para o estudo e divulgação da história da cidade, assente num centro de documentação sobre a Cidade, está aberto a investigadores e público em geral, para além de suportar a investigação desenvolvida pelos técnicos do Gabinete.

Organiza iniciativas regulares de âmbito cultural nas salas nobres e Jardim: exposições, mostras bibliográficas, ações de formação, visitas guiadas, conferências, jornadas especializadas, colóquios, workshops, lançamentos de livros, concertos, entre outras atividades, totalizando em 2011 cerca de 6700 participantes.

O GEO tem inscritos 18.186 leitores e dispõe de uma Salas de Leitura para consulta de presença dos documentos do acervo e das bases de dados, com capacidade para 35 utilizadores.

Figura 6.4.17 - Gabinete de estudos olisiponenses - atividades culturais, 2009 a 2013



Fonte: CML (DSPC/DPC/DMC), 2009 a 2013

6.4.3 Outras competências municipais no âmbito da Cultura

Para além da manutenção, reabilitação, e expansão da rede de equipamentos culturais, o Município tem ainda responsabilidade nos seguintes domínios:

- Arte Pública;
- Imóveis de Interesse Municipal;
- Azulejaria;
- Placas Toponímicas;
- Património Arqueológico Municipal;
- Dinamização Cultural

6.4.3.1 Arte pública

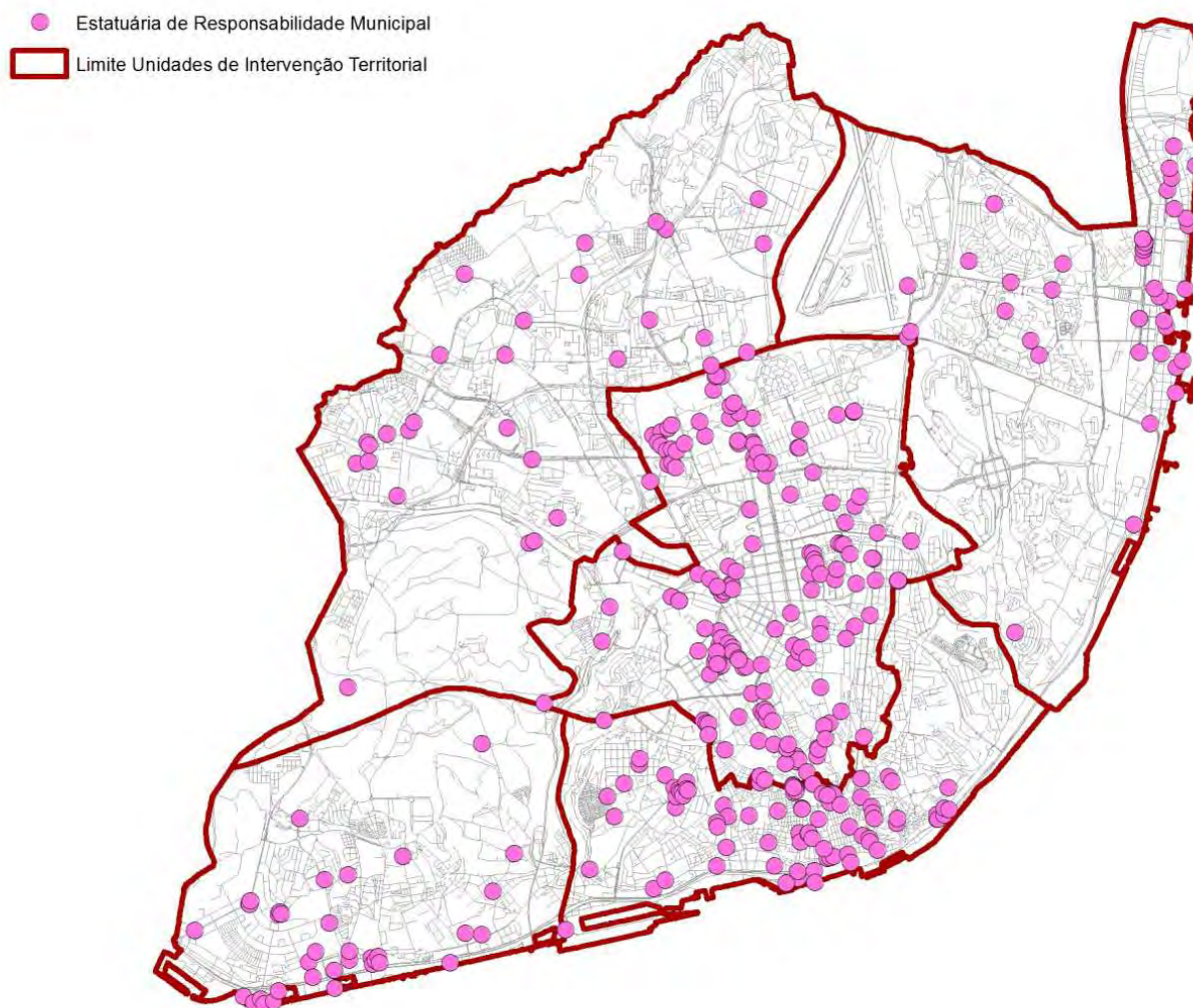
São responsabilidade do Município assegurar, promover e coordenar as atividades necessárias à colocação, manutenção, conservação e restauro das obras de Arte Pública (Estatuária e Lápides/Placas Evocativas e de Homenagem), bem como a sua investigação e divulgação.

Quadro 6.4.4 - Arte pública - número total de peças, 2013

Arte Pública	2013
Estatuária	343
Lápides/Placas evocativas e de Homenagem	187

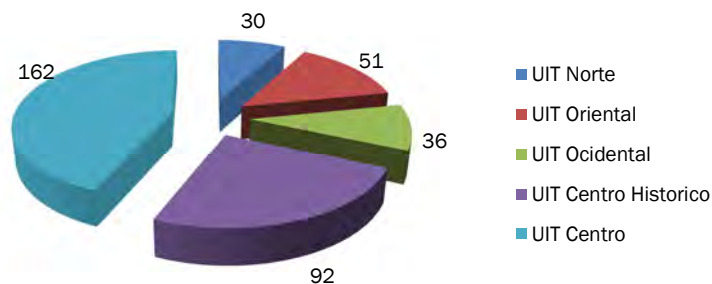
Fonte: CML (DSPC/DPC/DMC), 2013

Figura 6.4.18 - Arte Pública - distribuição da estatuária de responsabilidade municipal, por UIT



Fonte: Fonte: CML (DSPC/DPC/DMC), 2012

Figura 6.4.19 - Arte pública - distribuição da estatuária de responsabilidade municipal, por UIT



Fonte: CML (DSPC/DPC/DMC), 2012

As UIT Centro e Centro Histórico detêm o maior número de peças de estatuária com situações de concentração de que são exemplo a Baixa Pombalina, o eixo da Av. da Liberdade e o Parque Eduardo VII.

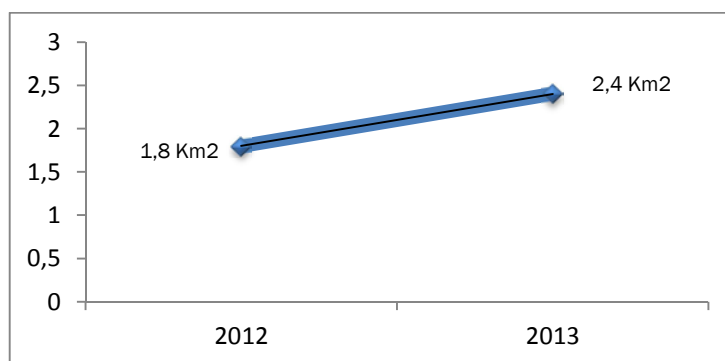
6.4.3.2 Imóveis de interesse municipal

É competência da CML planear e assegurar a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, proteção e divulgação dos bens móveis, imóveis e imateriais da Cidade que constituam elementos de Património Cultural que integram ou venham a integrar a Carta Municipal do Património, promovendo a sua classificação como Imóveis de Interesse Municipal.

6.4.3.3 Azulejaria

O Programa de Investigação e Salvaguarda do Azulejo de Lisboa (PISAL)¹⁴ inclui o registo georreferenciado do azulejo em espaço público, mapeamento das respetivas Cartas do Azulejo e de Salvaguarda e incorporação de dados nos Planos de Pormenor de Reabilitação Urbana¹⁵.

Figura 6.4.20 - PISAL - Área de território levantado, 2012 e 2013

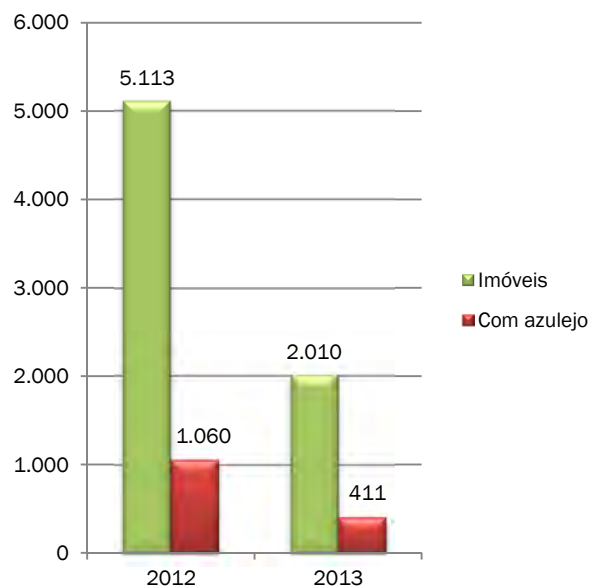


Fonte: CML (DSPC/DPC/DMC), 2012 e 2013

¹⁴ Deliberação nº623/CM/2011 (Proposta nº623/2011), publicada no Boletim Municipal de 10 de Novembro – Criação da Comissão Municipal do Azulejo; Despacho nº 63/P/2012, publicado no Boletim Municipal de 9 de Agosto - nomeação dos membros da Comissão Municipal do Azulejo e do Conselho Consultivo.

¹⁵ O PISAL trabalhou em equipa até meados de 2014. A partir dessa data, apesar de ter garantido as solicitações internas e externas, guarda a reestruturação do projeto.

Figura 6.4.21 - Registo georreferenciado do azulejo em espaço público, 2012 e 2013



Fonte: CML (DSPC/DPC/DMC), 2012 e 2013

O território levantado em 2012 corresponde a 1,8 km² e abrange a Madragoa e área envolvente ao Conde Barão e PPRU Bairro Alto e Bica, PPRU Colina do Castelo (trabalho iniciado em 2011 com a área piloto da Madragoa).

O território levantado em 2013 corresponde a 2,4 km² e abrange a área do PPRU da Calçada da Ajuda, área da antiga freguesia de S. Sebastião da Pedreira e área de ligação Baixa Chiado

Nos dois anos de vigência do PISAL registou-se um acréscimo de cerca de 33% de área do território levantada de 2012 para 2013.

6.4.3.4 Placas toponímicas

O parque de placas toponímicas da cidade de Lisboa abrangia, em 2013, cerca de 11.500 unidades cuja gestão é responsabilidade da Câmara.

Esta gestão engloba o levantamento das necessidades de reparação, pintura ou substituição de placas já existentes e, quando é atribuído o topónimo a um novo arruamento, em colaboração com a Comissão Municipal de Toponímia, é indicado a quantidade de placas necessárias, o topónimo e respetiva legenda a inscrever e o local de colocação.

6.4.3.5 Património arqueológico municipal

Neste domínio compete à CML implementar as ações necessárias à preservação da Memória evolutiva da cidade, desde as primeiras comunidades humanas que frequentaram esta parcela territorial, até à atualidade, considerando a criação do aglomerado urbano que hoje designamos por Lisboa.

Com estas competências específicas, em 2012 foi constituído o Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) que sucedeu ao antigo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade, resultando numa unidade orgânica municipal nova, integrada no Departamento de Património Cultural da Direção Municipal de Cultura.

Presentemente, fruto de um entendimento institucional entre a tutela arqueológica nacional (Direcção Geral do Património Cultural - DGPC) e a CML, o CAL é o local para onde confluem os espólios arqueológicos exumados nas dezenas de intervenções arqueológicas que, diariamente ocorrem.

Neste contexto, o CAL é, de momento, a entidade municipal responsável pela gestão do mencionado espólio, disponibilizando-o para estudo junto de investigadores e alunos, assim como para ações de divulgação patrimonial, aos diferentes atores com atividade na promoção cultural local, nacional ou mesmo internacional. Para o efeito as suas instalações estão preparadas para o apoio à atividade científica, inerente à prática arqueológica.

Paralelamente, o CAL apoia os diferentes serviços autárquicos na implementação de medidas de salvaguarda relacionadas com o património arqueológico, seja na implementação de obras municipais, seja na elaboração de instrumentos de gestão territorial. Por outro lado, este Centro também tem por missão a promoção e a divulgação do riquíssimo património e História que um aglomerado com ocupação efetiva de cerca de 3000 anos, necessariamente encerra no seu subsolo e no seu edificado, seja através de ações de sensibilização Patrimonial, seja através da realização de apresentações ou exposições públicas ou da publicação de elementos relevantes para o conhecimento da sua Memória histórica.

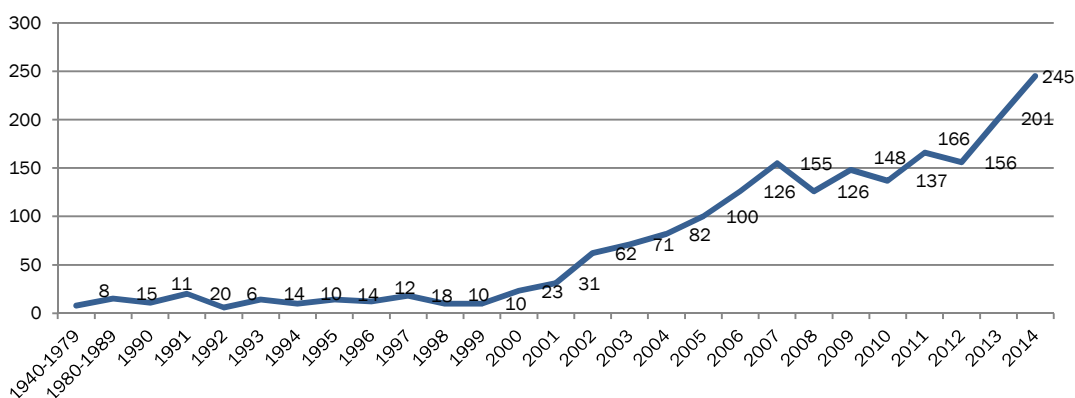
Enquanto equipamento municipal, o CAL procura também sensibilizar os diferentes atores urbanos para a riqueza arqueológica da cidade, que é seguramente a maior estação arqueológica nacional, visando a adoção de cuidados preliminares que minimizem a ação destrutiva, natural numa urbe viva como Lisboa cuja dinâmica de futuro, não pode, nem tem necessidade, de obliterar as diferentes dinâmicas do passado que concorreram para a sua afirmação como uma das cidades mais antigas da Europa, com enorme relevância mundial.

No que respeita à Atividade Arqueológica em Lisboa, ainda que os primeiros achados relevantes de património arqueológico na cidade de Lisboa, remontem à reconstrução pombalina após 1755, com a identificação do Teatro Romano de Lisboa, das Termas dos Cássios e do Criptopórtico da Rua da Prata/Rua da Conceição, foi em 1859 que ocorreu a primeira intervenção com caráter arqueológico, aquando da construção do caneiro da Rua da Prata. Com efeito, datam dessa intervenção episódica, os primeiros registos arqueológicos realizados na cidade, incidindo sobre o monumento romano da Rua da Prata, numa ação científica levada a cabo pela Biblioteca Nacional.

Nos anos 60 do séc. XX, no âmbito da construção do Metropolitano, a CML realizou as primeiras escavações arqueológicas, sob a direção da Dr.^a Irivalva Moita, com especial destaque para as escavações efetuadas na Praça da Figueira/Hospital Real de Todos os Santos. De então até à entrada em vigor do PDM em 1994, vão ocorrer mais algumas intervenções arqueológicas na cidade, em espaços patrimoniais emblemáticos, como sejam o Castelo de São Jorge, a Casa dos Bicos, a Sé de Lisboa, entre outros, tendo como base legal a legislação patrimonial nacional, em vigor para todo o território.

Será após 1994 que a actividade arqueológica na cidade conhecerá um grande salto qualitativo e quantitativo, uma vez que por força do Plano Diretor Municipal que então entrou em vigor, a implementação de ações de salvaguarda do património arqueológico tornou-se automática e obrigatória nas zonas então identificadas como sendo as mais sensíveis da cidade.

Figura 6.4.22 - Intervenções arqueológicas, 1940 a 2014

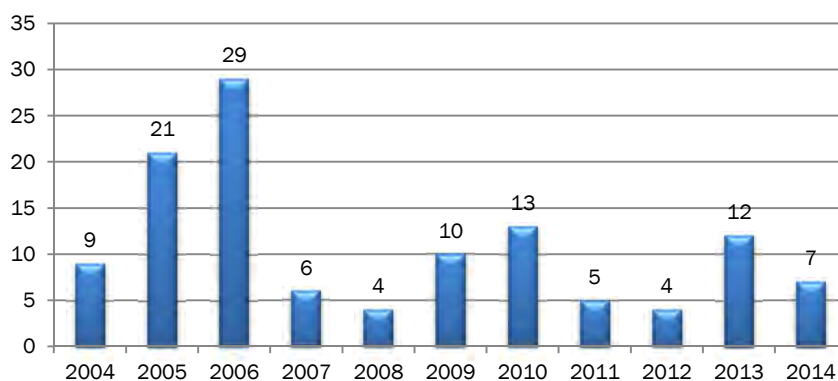


Fonte: Bugalhão, J. (2014) - Arqueologia de Lisboa balanço e perspectivas

<https://www.academia.edu/9028869/ArqueologiadeLisboabalancoseperspectivas>

A figura anterior revela uma tendência sempre crescente de intervenções arqueológicas, em particular a partir do ano 2000, com um acentuado crescimento a partir de 2012, ano da entrada em vigor do Novo PDM. Constatando-se por conseguinte, que de um modo geral esta prática se está a tornar automática e abrangente, em relação às diferentes operações urbanísticas que ocorrem nos diferentes Níveis de Sensibilidade Arqueologia, definidos no PDM de Lisboa.

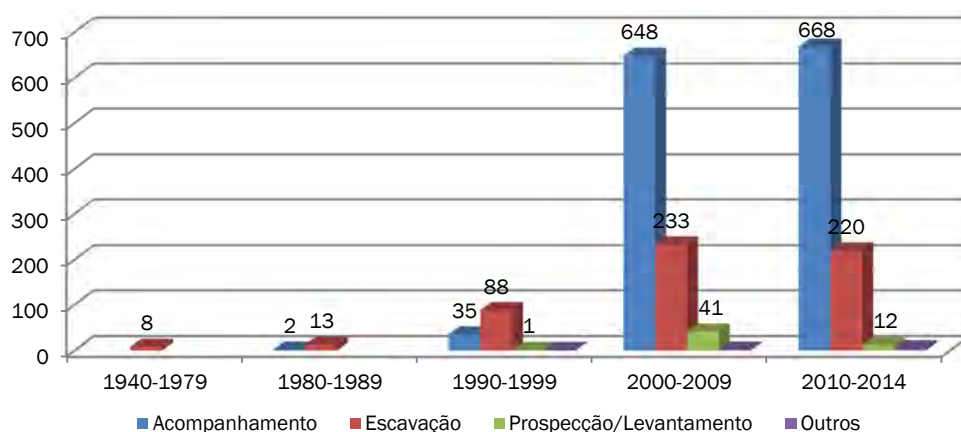
Figura 6.4.23 - Pedidos de autorização de intervenções arqueológicas, 2004 a 2013



Fonte: CML, Arquivo CAL, 2004 a 2014

Relativamente ao número de Pedidos de Autorização de Intervenções Arqueológicas (PATAS), para a realização de trabalhos de Arqueologia por equipas da CML, constata-se que foi durante o ano de 2005 e 2006, ainda em fase de implementação da actividade arqueológica na cidade, que os serviços municipais de Arqueologia (Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade) assumiram um maior número de intervenções.

Figura 6.4.24 – Tipologias

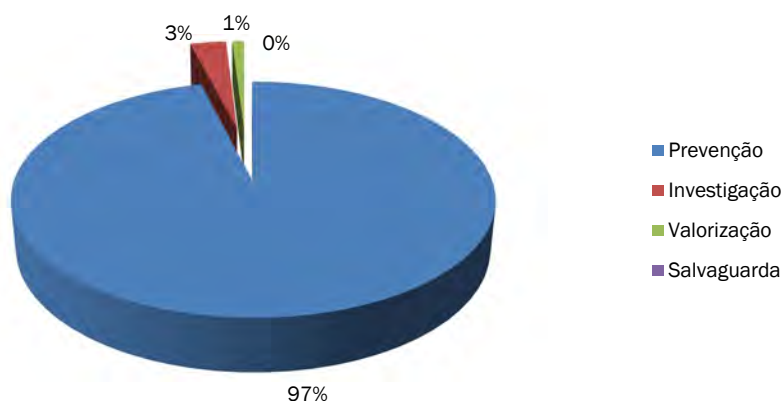


Fonte: Bugalhão, J. (2014) - Arqueologia de Lisboa balanço e perspectivas

<https://www.academia.edu/9028869/ArqueologiadeLisboabalancoseperspectivas>

No que respeita à figura anterior, constata-se que contrariamente ao que sucedia antes dos anos 90 do séc. XX, em que as intervenções consistiam quase exclusivamente na realização de escavações arqueológicas, com o incremento da actividade arqueológica, fruto do seu enquadramento legal, houve lugar a uma alteração estratégica e metodológica na abordagem científica em contexto de obra. Com efeito, começou-se a privilegiar intervenções menos impactantes para o curso normal das obras, recorrendo-se à figura do Acompanhamento Arqueológico, assim como à realização de Sondagens Prévias, no último caso para despistar eventuais conflitos de índole patrimonial que possam ocorrer durante a implementação das diferentes operações urbanísticas.

Figura 6.4.25 – Categorias (Sinopse desde 2001)

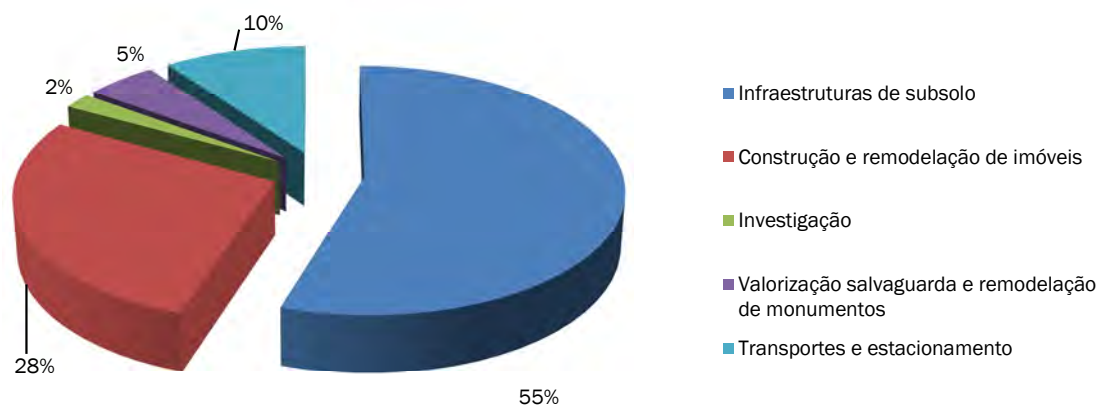


Fonte: Bugalhão, J. (2014) - Arqueologia de Lisboa balanço e perspectivas.

<https://www.academia.edu/9028869/ArqueologiadeLisboabalancoseperspectivas>

Como é habitual em meios urbanos como Lisboa, verifica-se que a maioria das intervenções arqueológicas realizadas (97%), decorreu da ocorrência de operações urbanísticas com impacto no subsolo, sendo por isso preventivas, e tendo como objectivo principal a preservação da Memória pelo registo. São escassas as intervenções que tiveram como finalidade questões de conhecimento científico, ou de Valorização Patrimonial, de que são excepções, projectos como o Teatro Romano de Lisboa, as Cercas de Lisboa, a Sé de Lisboa, entre mais alguns, quase todos de iniciativa municipal.

Figura 6.4.26 – Tipo de projecto (desde 2001)



Fonte: Bugalhão, J. (2014) - Arqueologia de Lisboa balanço e perspectivas

<https://www.academia.edu/9028869/ArqueologiadeLisboabalancoseperspectivas>

À semelhança da figura anterior, também nesta se pode observar que a razão da ocorrência de intervenções arqueológicas na cidade de Lisboa, está intimamente ligada à sua dinâmica urbanística, com especial destaque para as obras de remodelação/alteração de infra-estruturas de subsolo.

6.4.3.6 Dinamização cultural

A divulgação e apoio a projetos e iniciativas culturais, criativas e artísticas em articulação com os agentes culturais da cidade é ainda uma competência assumida pelo Município.

Neste âmbito é ainda prestada assessoria de imprensa aos diversos projetos e iniciativas promovidas ou apoiadas da Direção Municipal de Cultura.

Quadro 6.4.5 - Projetos de dinamização cultural em curso

Agenda Cultural de Lisboa	Publicação com tiragem de 30.000 exemplares distribuída gratuitamente em 364 locais de tipologia diversa (museus, centros culturais, bibliotecas, arquivos, universidades, restaurantes, lojas)
www.agendalx.pt	Site com cerca de 30 mil visitantes por mês e 18 mil subscritores da respetiva newsletter
Lisboa Cultural	Newsletter semanal distribuída por mail a cerca de 3 mil subscritores e consultada na rede social <i>issuu</i> por cerca de 500 leitores.
Lisboa Cultural	Marca seguida no <i>facebook</i> (63 mil seguidores) e <i>twitter</i> (2200 seguidores)
Visitas Comentadas	Projeto que leva grupos organizados a usufruir das atividades culturais promovidas ou apoiadas pela CML
Noites do Teatro	Projeto destinado a promover o teatro junto dos jovens
Sons pela Cidade	Projeto que leva a música clássica aos bairros e freguesias da cidade (em conjunto com a Orquestra Metropolitana de Lisboa)
Itinerários de Lisboa	Projeto que leva o público a conhecer a cidade sob vários temas e perspetivas

Fonte: DGC

6.4.4 Requalificação e expansão da rede de equipamentos culturais municipais

A proposta de intervenção na rede de equipamentos culturais consiste na requalificação, readaptação e ampliação de equipamentos culturais existentes e na implementação da Rede de Bibliotecas XXI, privilegiando-se a reabilitação/readaptação de edifícios existentes, e foi revertida no Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM¹⁶.

¹⁶ Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM (Plantas 1 e 4)

Quadro 6.4.6 - Equipamentos culturais municipais – propostas de construção/requalificação

Tipologia do equipamento	Tipo de Intervenção	Prioridade de intervenção				Total	
		1	2	3	4		
Bibliotecas	Construção	Com localização	2		2	4	
		Sem localização	1	3	2	6	
	Requalificação ¹⁷	Com localização	4	1		4	6
		Sem localização ¹⁸	1		1		2
Bedeteca	Construção				4	1	
Museus	Requalificação	4	1	1	1	7	
Núcleos museológicos	Requalificação	1			4	5	
Núcleos culturais	Requalificação		1		2	3	
Teatros	Requalificação	1				1	
Arquivos	Construção	1				1	

Fonte: CML, (DGC/PDM) 2012

¹⁷ Na Requalificação foram contabilizadas as intervenções de Readaptação e Ampliação¹⁸ Requalificação sem localização - instalação de BM em edifício existente na freguesia, a definir

6.5. Equipamentos Desportivos

O Departamento de Desporto concluiu, em 2009, a elaboração da Carta Desportiva do Município de Lisboa (CDML) aprovada¹ e publicada no 1.º Suplemento do Boletim Municipal n.º 837, de 4 de março 2010. Na CDML foram utilizadas as informações que, à data, constavam na base de dados do Departamento, as quais se centravam nas instalações desportivas e nas entidades que asseguravam a sua gestão, mas não continham informações acerca dos praticantes desportivos.

No Quadro 6.5.1 apresenta-se a contabilização, em número e em área desportiva útil (ADU), das instalações desportivas existentes, de tipologia de base/formativa, conforme as indicações da então DGOTDU – pequenos campos de jogos, grandes campos de jogos, pavilhões/salas de desporto, pistas de atletismo e piscinas. Apenas estas tipologias foram usadas no cálculo do índice ADU/hab, cujo valor de referência adotado pela DGOTDU é de 4m² ADU/hab, seguindo as recomendações internacionais. Foram consideradas instalações de entidades públicas (CML/JF, Estabelecimentos de Ensino Público, Forças de Segurança e Militares) e de entidades privadas com e sem fins lucrativos, nomeadamente Clubes Desportivos, Clubes de Trabalhadores, Federações/Associações, Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo.

Estes dados das instalações desportivas dizem respeito ao período de elaboração da CDML (2008/2009) enquanto os da população residente correspondem ao Censos de 2011. Por isso, o índice de ADU/hab aqui apresentado é superior ao que consta na CDML, uma vez que a ADU se mantém, mas a população residente total diminuiu, entre 2001 e 2011.

Quadro 6.5.1 - Instalações desportivas existentes, de base/formativas

Tipologias	Número Instalações	ADU (m ²)	ADU/HAB (m ² /hab)
Pequeno Campo de Jogos	514	349.946	
Pavilhão	57	57.046	
Sala de Desporto	465	77.683	
Piscina	38	14.119	
Tanque de Aprendizagem	29	3.114	
Pista de Atletismo	29	54.315	
Grande Campo de Jogos	64	354.425	
Total	1.196	910.648	1,65

Fonte: INE (Censos), 2011; CML (DD), 2009²

Estava a CDML a ser concluída quando foi publicado o DL 141/2009, de 16 de junho, que estabeleceu o “regime jurídico das instalações desportivas de uso público”. Este diploma, no artigo 2.º define a ‘noção de instalação desportiva’ e, no Capítulo II define as tipologias de instalações desportivas de base (formativas ou recreativas), instalações desportivas especializadas ou monodisciplinares, e especiais para espetáculo desportivo. Estas definições não puderam ser tidas em conta aquando da elaboração da CDML, por estar

¹ Carta Desportiva do Município de Lisboa aprovada em reunião de Câmara a 29 de julho de 2009, Proposta n.º 1118/CM/2009 e em Assembleia Municipal, Deliberação n.º 12/AM/2010, a 2 de março de 2010.

² Base de Dados do Departamento de Desporto

praticamente concluída, e não se dispôr de dados que permitissem a classificação das instalações desportivas segundo estas categorias.

Por esta razão, no Quadro 6.5.1 surgem valores que, face a este Diploma, estão desajustados, como por exemplo na tipologia ‘*Pavilhão*’, onde se encontram contabilizados os ginásios, especialmente dos estabelecimentos de ensino. Também nas ‘*Pistas de Atletismo*’ o número está sobrevalorizado, uma vez que foram contadas as estruturas simplificadas de atletismo. A aplicação do DL 141/2009, artigo 7.º – “*pista atletismo em anel fechado, ao ar livre e com traçado regulamentar*” – levar-nos-ia a considerar, em Lisboa, apenas sete pistas de atletismo e não 29.

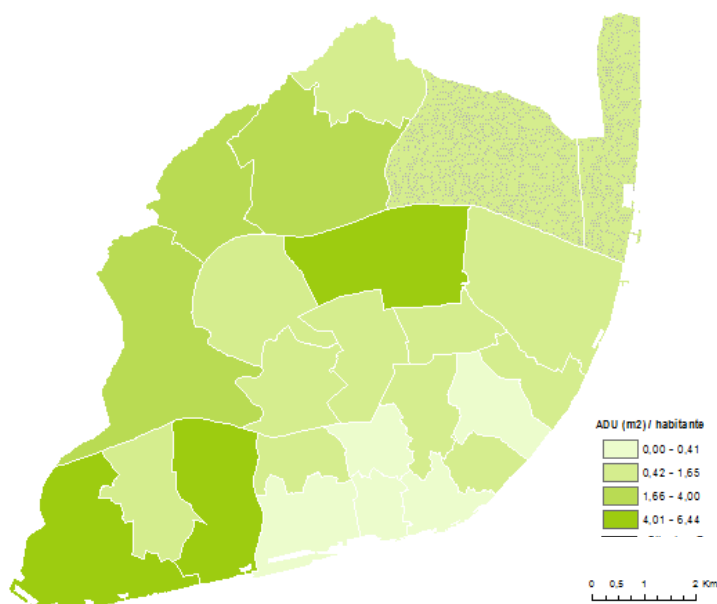
Em Lisboa a distribuição da área desportiva útil por habitante faz-se de modo desigual no território. Das 24 novas freguesias, 18 apresentam ADU/hab inferior à média do concelho (1,65m²/hab) – destas, cinco têm menos de 0,5 m² de ADU por habitante – Estrela, Misericórdia, Santa Maria Maior, Santo António, no Centro Histórico, e Beato.

As freguesias da zona Ocidental (Belém e Alcântara) e Alvalade são as registam valores de ADU acima dos 4m²/hab, em resultado, respetivamente, da existência de estabelecimentos de ensino particular cooperativo com muitas instalações desportivas e, no caso de Alvalade, ao Complexo Desportivo do Estádio Universitário de Lisboa e ao Complexo Desportivo da Fundação Inatel.

Além destas, são as Freguesias mais periféricas, a norte (Benfica, Carnide, Lumiar), onde a urbanização é mais recente, que apresentam valores de ADU/hab mais próximos da média do concelho.

A Freguesia do Parque das Nações não existia em 2009, por isso, agora, optou-se por considerá-la em conjunto com a Freguesia dos Olivais (ADU em 2009 da antiga freguesia de Santa Maria dos Olivais e a população residente em 2011 nas freguesias dos Olivais e Parque das Nações). Está representada a grisé e têm um índice de 1,14 m²/hab.

Figura 6.5.1 – Área desportiva útil por habitante, por freguesias



Fonte: INE (Censos), 2011; CML (DD), 2009³

³ Base de Dados do Departamento de Desporto

No território de Lisboa há ainda a ter em conta as instalações desportivas especializadas que são concebidas e vocacionadas para formação, treino e prática de atividades desportivas monodisciplinares, em resultado da sua específica adaptação para a correspondente modalidade ou pela existência de condições naturais no local (DL 141/2009, artigo 8.º), nomeadamente salas de desporto concebidas para uma modalidade específica, instalações de tiro com arma de fogo ou com arco e besta, instalações para desportos equestres, para golfe ou para desportos náuticos.

Existem também atividades desportivas (orientação, por exemplo) e outras, de recreio e lazer, que decorrem em espaço público, parques urbanos e jardins.

Entre 2009 e 2014, foram efetuadas melhorias nas condições das instalações desportivas, nomeadamente ao nível dos pavimentos, da iluminação, das áreas de apoio e coberturas, e executadas, com apoio da CML, as seguintes obras de construção nova:

- Cobertura dos Pequenos Campos de Jogos do Vale Fundão (JF Marvila) e da Quinta do Cabrinha (JF Alcântara);
- Pavilhão Desportivo Municipal da Musgueira (JF Lumiar);
- Dois Campos de *Padel* no Jardim do Campo Grande (JF Alvalade);
- Cinco Campos de Tênis e dois de *Padel* no Bairro São João Atlético Clube (JF São Domingos de Benfica);
- Requalificação do Pavilhão do Centro Cultural e Recreativo das Crianças do Cruzeiro e Rio Seco (JF Ajuda).

No mesmo período foram concretizadas algumas propostas que constavam da CDML designadamente o Concurso Público Internacional para conceção, construção e exploração dos Complexos Desportivos Municipais dos Olivais, Campo Grande e Areeiro. No início de 2015 foi reaberto ao público o Complexo Desportivo Municipal dos Olivais seguindo-se a conclusão da obra e abertura ao público do Complexo Desportivo Municipal do Areeiro. Encontra-se em obra o Complexo Desportivo Municipal do Campo Grande.

Com a reforma administrativa da cidade a maioria das instalações desportivas passaram a ser geridas pelas Juntas de Freguesia. Mantiveram-se na gestão direta da CML/DAFD, o Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso e o Complexo Desportivo Municipal do Alto do Lumiar bem como a Pista de Atletismo Prof. Moniz Pereira.

A Piscina Municipal da Penha de França e o Pavilhão Carlos Lopes foram encerrados e aguardam intervenção de requalificação. A Piscina Municipal Batista Pereira encontra-se encerrada, estando prevista a sua demolição e a construção de um pavilhão polidesportivo em seu lugar.

A publicação do DL 141/2009, a disponibilização dos dados dos Censos 2011 e a reforma administrativa do Município de Lisboa justificam a Revisão da CDML e a sua adequação a esta nova realidade legislativa, demográfica e administrativa. Por isso foram elaborados e aprovados os Termos de Referência para a

Revisão da CDML, da qual resultará um documento que passará a designar-se Carta do Desporto e da Atividade Física do Município de Lisboa⁴.

Neste processo de Revisão da CDML foi reestruturada a base de dados georreferenciada existente e elaborados instrumentos de recenseamento das instalações desportivas e das entidades que gerem instalações ou enquadram prática desportiva regular. Também foram identificadas outras entidades que se relacionam com a prática desportiva, embora não sejam gestoras de instalações nem enquadrem prática desportiva regular, designadamente o Comité Olímpico de Portugal, Federações e Associações de Modalidade.

Do recenseamento das entidades relacionadas com o Desporto resultaram, até à data de elaboração deste documento, 642 registos. Estes dados são provisórios uma vez que carecem de verificação solicitada às Juntas de Freguesia a quem, num processo de colaboração e partilha de informação, se enviaram as listagens de entidades com sede social no respetivo território.

Aguarda-se a resposta das Juntas de Freguesia para que se proceda às eventuais correções de modo a dispor-se da informação definitiva até ao final de março de 2015.

As entidades foram consideradas segundo a sua natureza jurídica, pública ou privada (sem e com fins lucrativos), agrupadas em categorias e caracterizadas também por gerirem instalações desportivas e/ou enquadrarem prática desportiva regular. Tendo em conta a natureza e categoria, as entidades apresentam-se organizadas do seguinte modo:

- **Públicas** — CML, Juntas de Freguesia, Forças Militares e de Segurança e Estabelecimentos Escolares da Rede Pública;
- **Privadas sem fins lucrativos** — Clubes Desportivos, Clubes de Trabalhadores, e outras Associações, Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, Federações Desportivas e Associações de Modalidade e Associações de Agentes Desportivos;
- **Privadas com fins lucrativos** — ginásios, academias, *health club*.

A Figura 6.5.2 representa a distribuição, por freguesia, das entidades que, à data, gerem instalações desportivas (314): 83% são privadas (43% sem fins lucrativos) e 17% são públicas.

A Junta de Freguesia de Campolide também consta deste mapa uma vez que no Auto de Efetivação da Transferência da Competência⁵ foi incluído, na lista de equipamentos que transitaram para a sua gestão, o Pavilhão Desportivo da Polícia Municipal. Refere ainda o Auto que ficou acordado entre a Junta de Freguesia e a CML definir posteriormente o modelo de utilização desta instalação desportiva.

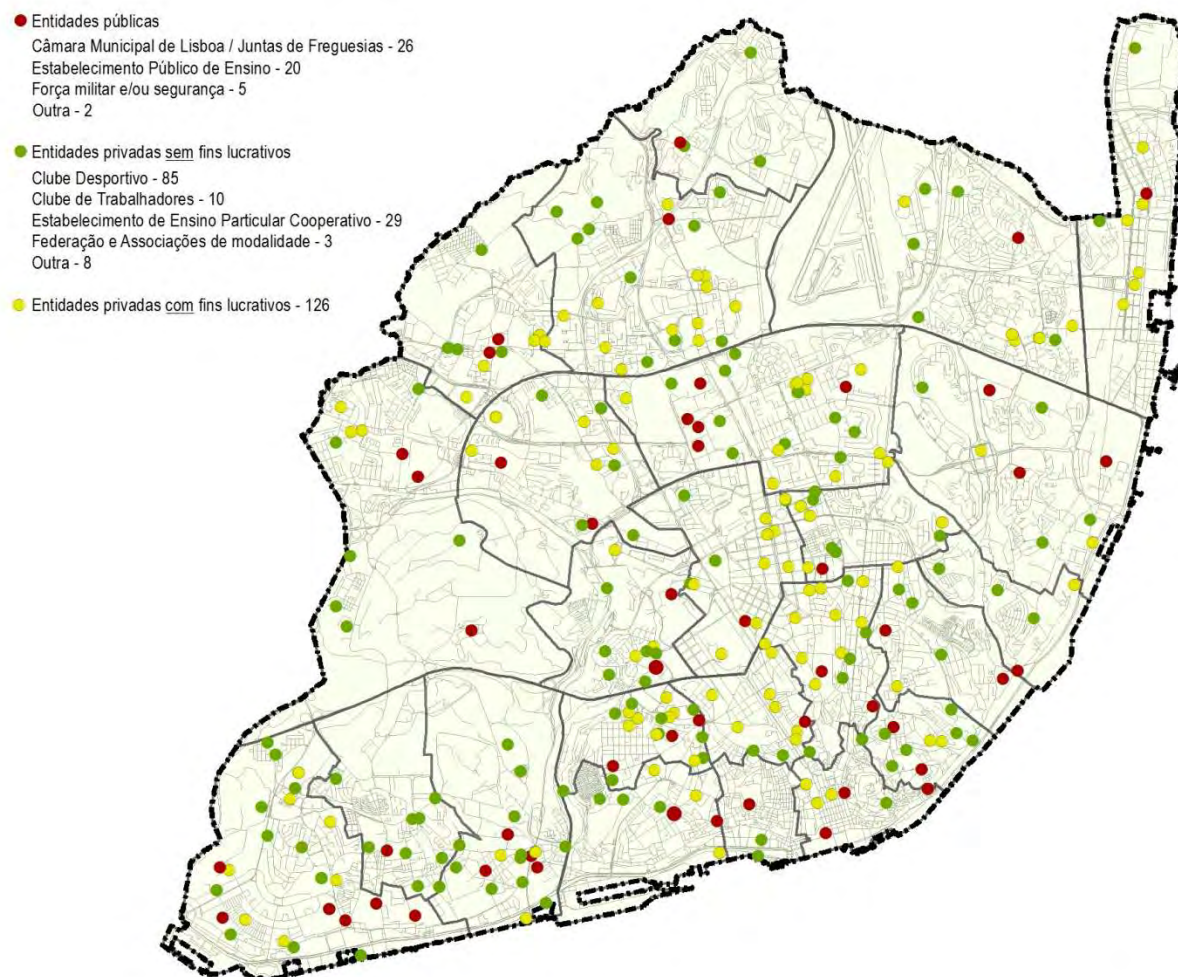
A Junta de Freguesia da Estrela encontra-se, à data, a assegurar a gestão das instalações do Complexo Desportivo da Lapa pelo que também está neste mapa, apesar de se tratar de uma situação transitória⁶.

⁴ Aprovados na Reunião de Câmara de 23 de Julho de 2014 (P n.º 406/2014)

⁵ Auto de efetivação da transferência da competência n.º 1/JFCAM/2014, de 10 de março, Anexo D, em cumprimento da Alínea j) do artigo 12.º da Lei 56/2012, de 8 de novembro

⁶ Esta situação é transitória uma vez na Deliberação n.º 6/AML/2014, Anexo 2 “Versão consolidada da proposta 915/2013” a Assembleia Municipal decidiu que o Complexo Desportivo da Lapa era estruturante – ‘as instalações desportivas que aguardam

Figura 6.5.2 – Sedes sociais de entidades que gerem instalações desportivas



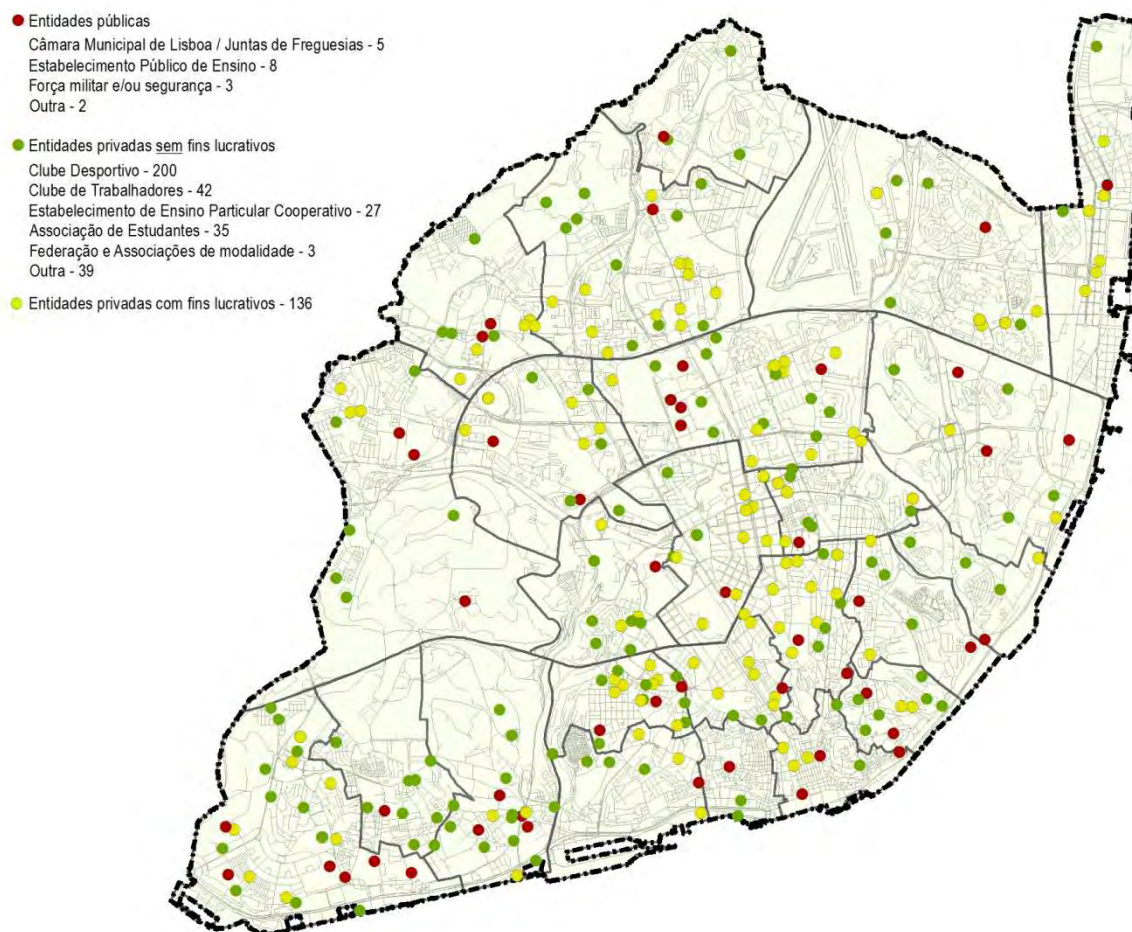
Fonte: CML (DD), 2014) ⁷

A Figura 6.5.3 representa a localização, por freguesia, das sedes sociais das 500 entidades que enquadram prática desportiva regular (realizada pelo menos duas vezes por semana, ao longo do ano), englobando a (1) prática desportiva federada, (2) prática desportiva enquadrada pela Federação Académica de Desporto Universitário, (3) organizada pela Fundação do Inatel ou (4) outra prática desportiva regular.

projeto de requalificação, nas quais se inserem a Biblioteca Municipal e Hemeroteca, implicando a gestão global do espaço por uma só entidade numa lógica integrada”.

⁷ Base de Dados do Departamento de Atividade Física e Desporto da CML - tabela de entidades (2014).

Figura 6.5.3 – Sedes sociais de entidades que enquadram a prática desportiva regular



Fonte: CML (DD), 2014 ⁸

Do número total de entidades que enquadram atividade desportiva, 69% são privadas, sem fins lucrativos. Só os clubes desportivos e clubes de trabalhadores representam 48% destas entidades, enquanto o número de entidades de natureza pública a enquadrar prática desportiva se resume a 3,6%.

Da comparação dos dois mapas resulta que existem cerca de 200 clubes desportivos que enquadram prática desportiva mas que apenas 85 gerem instalações desportivas; dados que podem revelar uma insuficiência de instalações desportivas face ao número de praticantes desportivos enquadrados e atividades desportivas desenvolvidas pelos clubes.

No processo de revisão da CDML, e em resultado das ações de recenseamento em curso, passarão a estar disponíveis dados atualizados e estruturados que permitem dar resposta às solicitações do REOT no formato agora proposto.

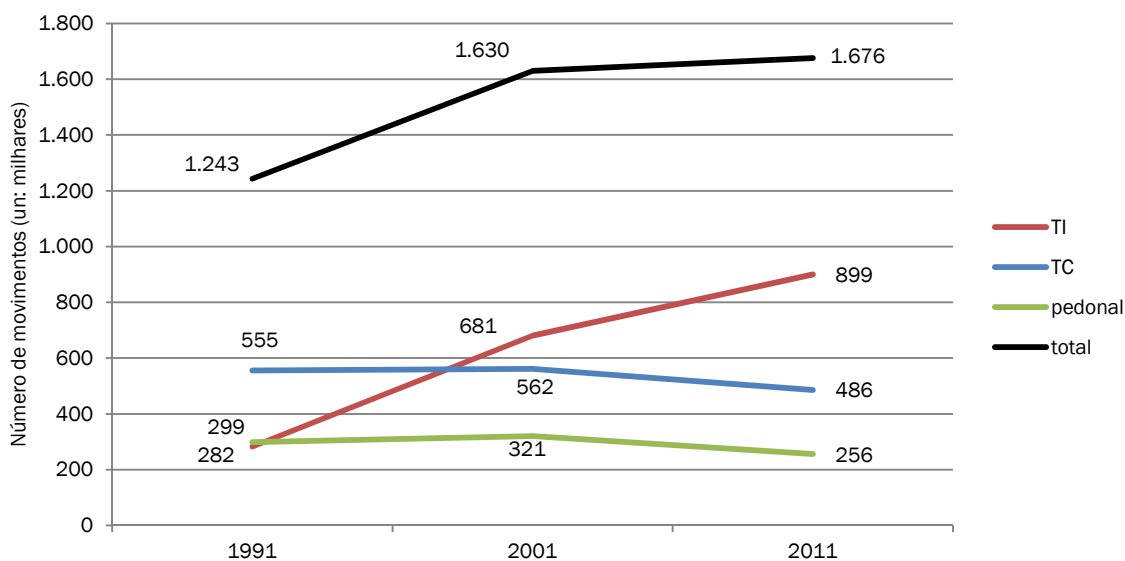
⁸ Base de Dados do Departamento de Desporto da CML - tabela de entidades (2014).

7. MOBILIDADE E TRANSPORTES

7.1 Mobilidade Urbana

Nas últimas duas décadas, o aumento da taxa de motorização das famílias, em conjugação com a expansão da rede viária na AML e a consequente dispersão de habitações e atividades empresariais, conduziu a um aumento do número de deslocações e da utilização do transporte individual (TI).

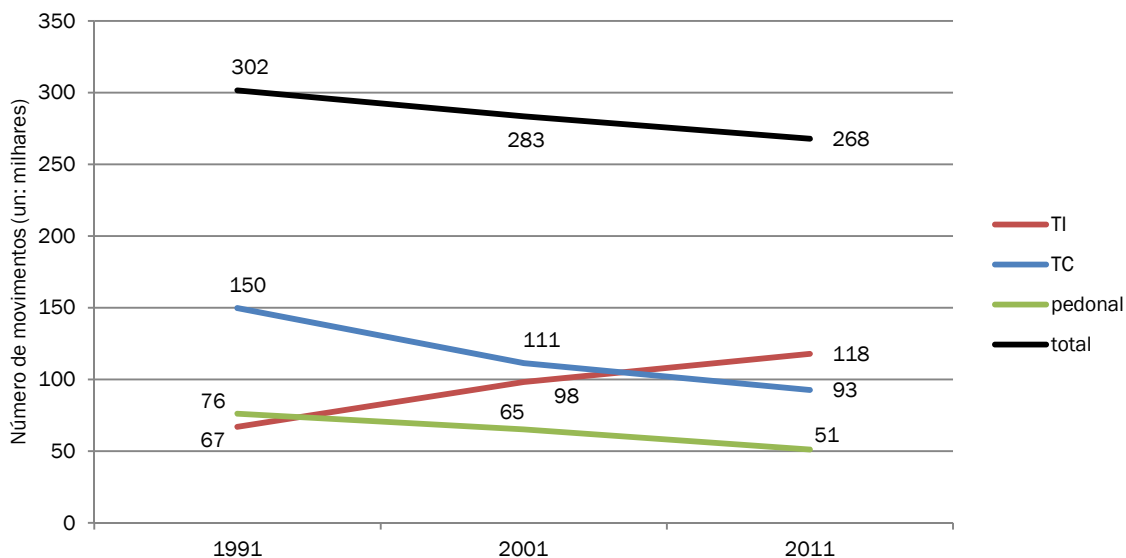
Figura 7.1 - Movimentos motivados por trabalho ou estudo internos na AML¹



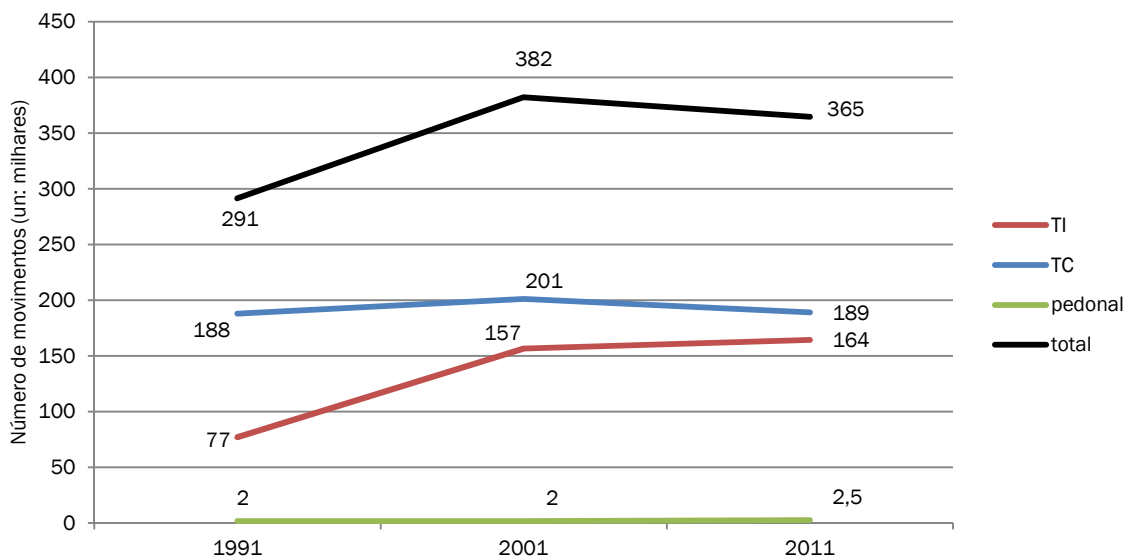
Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

De facto, o número total de movimentos motivados por trabalho ou estudo na AML aumentou 35% entre 1991 e 2011, sendo que no mesmo período a utilização de TI aumentou 219%, a de transportes coletivos (TC) diminuiu 13% e o modo pedonal registou uma redução de 14% (ver Figura 7.1)¹.

¹ Nota metodológica: "1991: As perguntas foram dirigidas só para pessoas a exercer profissão e estudantes a partir da 1ª classe inclusive. Considerou-se "pessoa com atividade económica" o indivíduo com idade mínima de 12 anos; 2001: respondem as pessoas que estiverem empregados ou se forem estudantes a partir do 1º ano do 1º ciclo - 1ª classe; 2011: todas as pessoas que trabalham ou frequentam o sistema de ensino; para 2001 e 2011, considerou-se como população ativa, o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos".

Figura 7.2 - Movimentos motivados por trabalho ou estudo internos em Lisboa¹

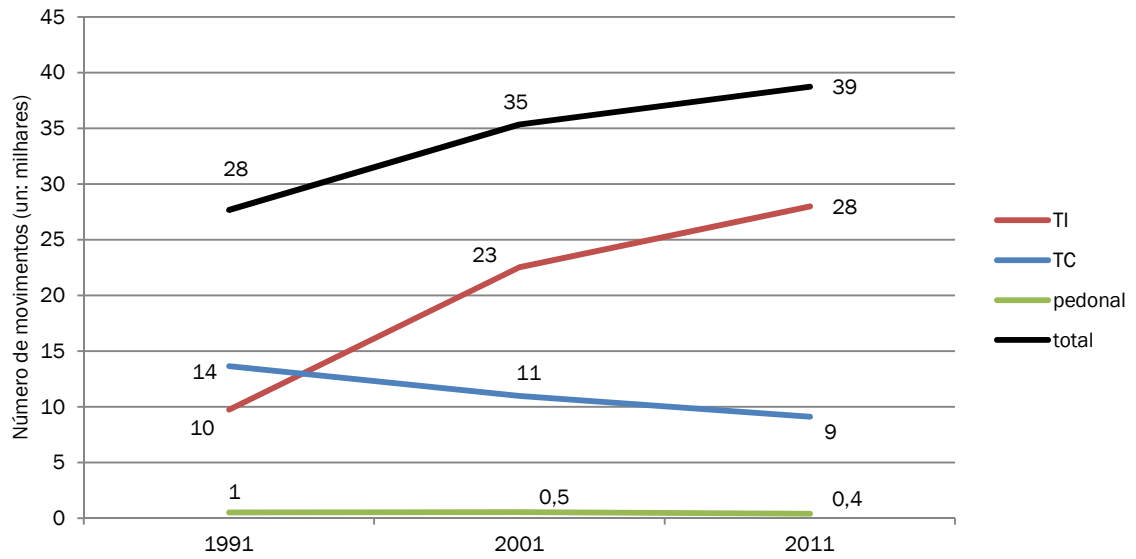
Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

Figura 7.3 - Movimentos motivados por trabalho ou estudo de entrada em Lisboa¹

Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

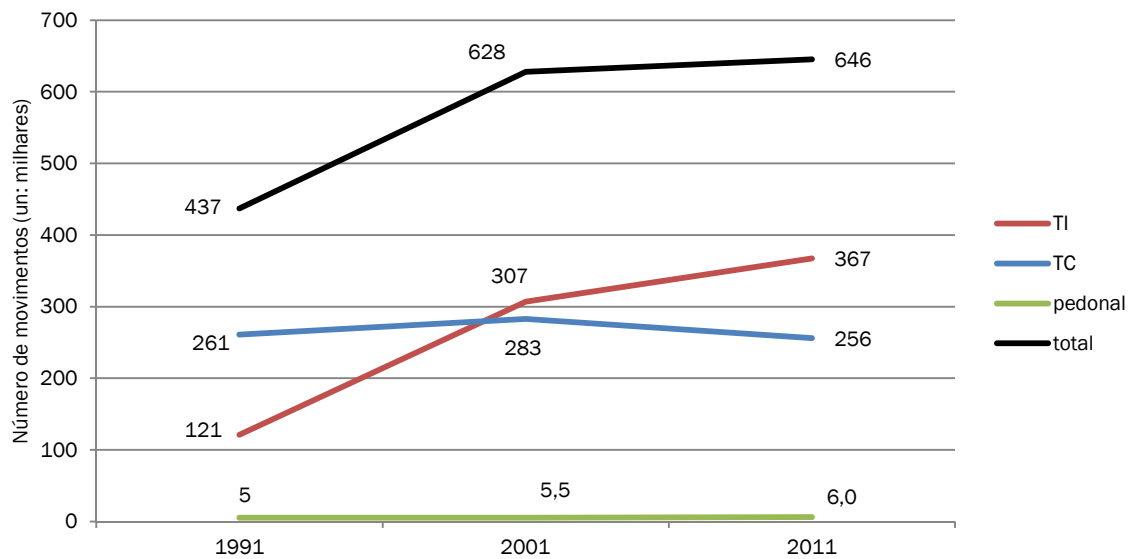
No entanto, verifica-se que houve uma descida no total de movimentos internos na cidade de Lisboa (menos 11% entre 1991 e 2011; ver Figura 7.2) e, mais recentemente, nos movimentos de entrada na cidade (menos 5% entre 2001 e 2011; ver Figura 7.3). Admite-se que estas tendências poderão estar relacionadas com a perda populacional na cidade bem como com a transferência de algumas atividades empresariais para outros municípios da AML.

Figura 7.4 - Movimentos motivados por trabalho ou estudo de saída de Lisboa¹

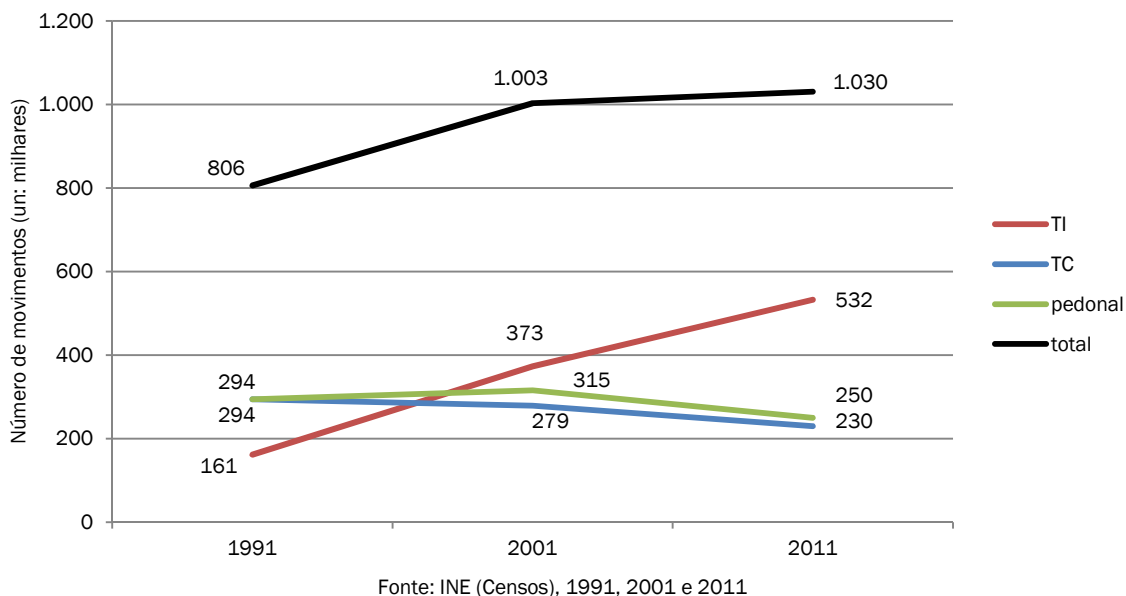


Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

Figura 7.5 - Movimentos motivados por trabalho ou estudo inter-concelhios (na AML)¹

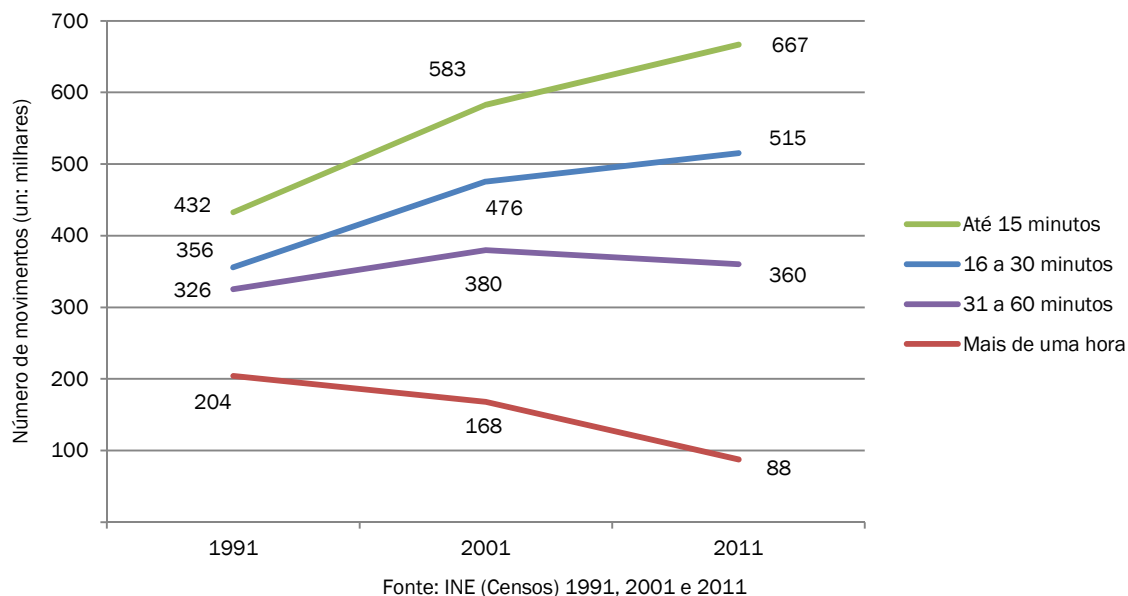


Fonte: INE (Censos), 1991, 2001 e 2011

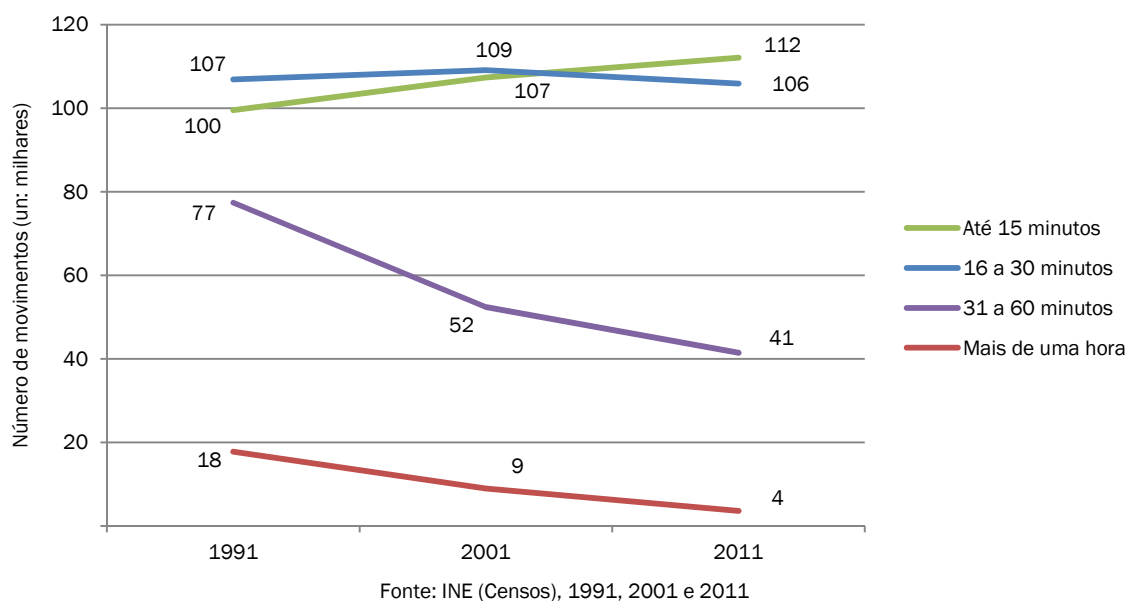
Figura 7.6 - Movimentos motivados por trabalho ou estudo intra-concelhios (na AML)¹

Comparando os vários tipos de movimentos em 2011, importa referir que a repartição modal a favor do TI é mais elevada nos movimentos de saída de Lisboa (74%) e mais baixa nos movimentos internos na cidade (45%). Inversamente, a utilização do TC é mais elevada nos movimentos de entrada em Lisboa (53%) e mais baixa nos movimentos intra-concelhios (23%) e nos movimentos de saída de Lisboa (24%). Este último poderá estar relacionado com a transferência de algumas atividades empresariais para pólos de emprego localizados próximos de eixos rodoviários noutros municípios e sem oferta de qualidade de transporte coletivo. Em paralelo, o modo pedonal é mais utilizado nos movimentos intra-concelhios (25%) e nos movimentos internos na cidade de Lisboa (19%) e menos utilizado nos movimentos de entrada em Lisboa (inferior a 1%).

No que respeita à utilização do modo ciclável, não é possível efetuar um retrato da sua evolução (pois estes dados não foram recolhidos de forma segregada em 1991 e 2001), mas pode-se verificar que, em 2011, a sua utilização é inferior a 1% em qualquer um dos tipos de movimentos analisados.

Figura 7.7 – Evolução da duração dos movimentos internos na AML¹

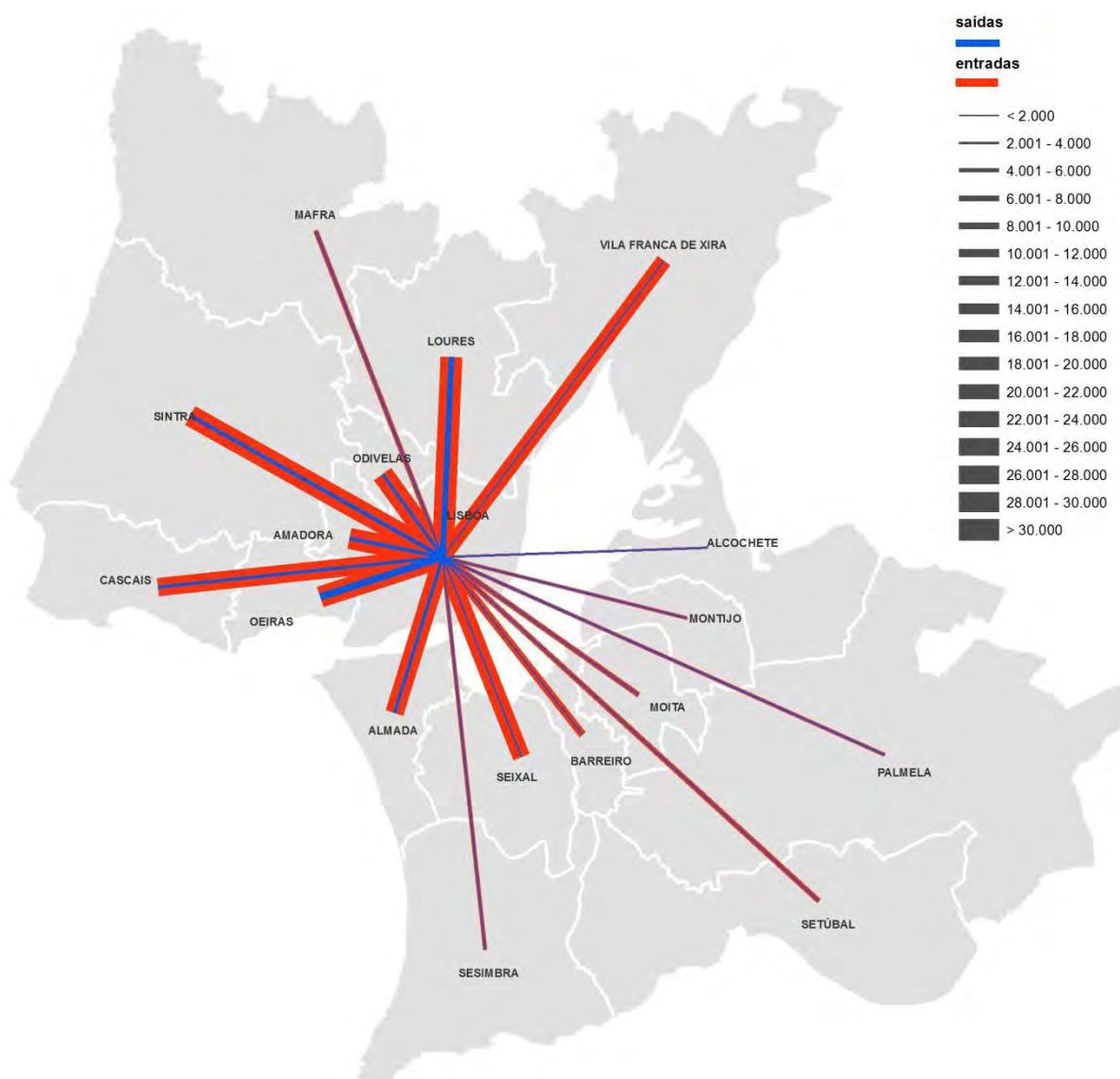
Relativamente à duração média das viagens internas na AML, verificou-se entre 1991 e 2011 um aumento das viagens de curta duração e uma redução das viagens de maior duração. Eventualmente, este fenómeno poderá ter sido influenciado por diversos fatores, tais como: o aumento das taxas de motorização das famílias; o incremento da multipolaridade ao nível do emprego na AML; e a melhoria das infraestruturas rodoviárias (nomeadamente a conclusão de algumas vias de nível hierárquico superior). Concretamente observou-se: *i*) um aumento de 33% para 40% nos movimentos com duração inferior a 15 minutos; *ii*) uma subida de 27% para 31% nas viagens com duração entre 16 e 30 minutos; *iii*) uma diminuição de 25% para 22% nos movimentos com duração entre 30 e 60 minutos; e *iv*) uma redução de 16% para 5% nas viagens com mais de uma hora.

Figura 7.8 - Evolução da duração dos movimentos Internos em Lisboa¹

No que concerne aos movimentos internos na cidade de Lisboa, verificou-se entre 1991 e 2011 uma tendência idêntica (aumento das viagens de curta duração e uma redução das viagens de maior duração). De facto, observou-se: *i*) um aumento de 33% para 42% nos movimentos com duração inferior a 15 minutos; *ii*) uma subida de 35% para 40% nas viagens com duração entre 16 e 30 minutos; *iii*) uma diminuição de 26% para 16% nos movimentos com duração entre 30 e 60 minutos; e *iv*) uma redução de 6% para 1% nas viagens com mais de uma hora.

No que respeita à distância média das viagens motivadas por trabalho ou estudo, não é possível elaborar acerca da sua evolução, mas um estudo recente² aponta para valores na ordem dos 8,97 km para viagens internas na AML; 8,66 km para viagens de entrada em Lisboa, e; 3,5 km para viagens internas na cidade.

Figura 7.9 – Viagens de entrada e saída de Lisboa de/ para os municípios da AML e motivadas por trabalho ou estudo

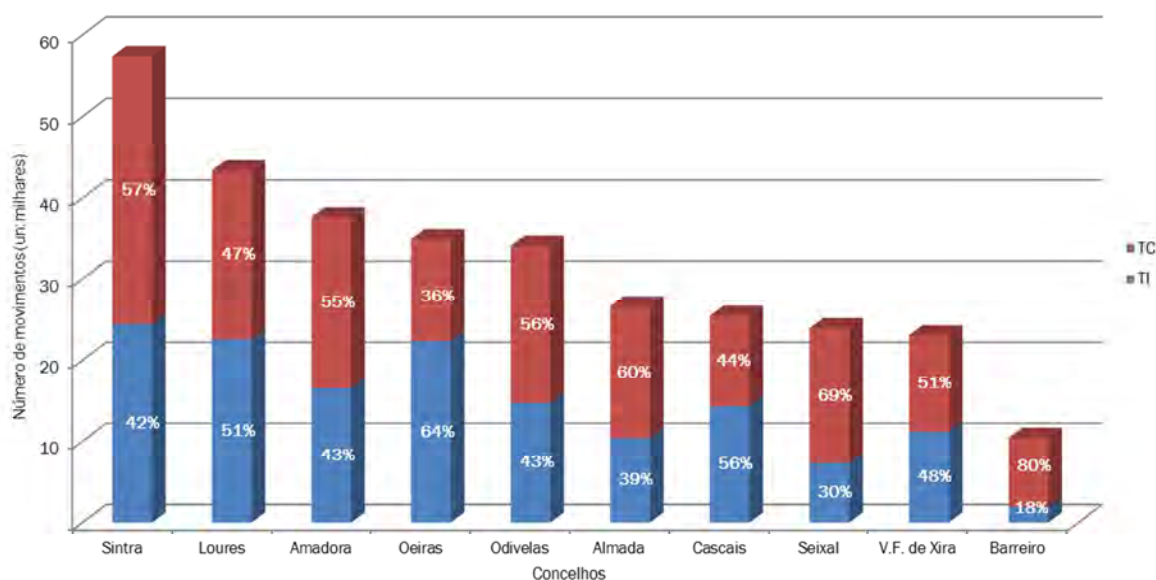


² Fonte: Instituto Superior Técnico (2010); estimativa calculada com base nos inquéritos realizados no âmbito do projeto de investigação SOTUR.

Relativamente ao padrão geográfico das deslocações em 2011 (ver Figura 7.9), é possível observar que os cinco municípios onde residem o maior número de trabalhadores e estudantes em Lisboa são: Sintra (59026); Loures (44.722); Amadora (38.837); Oeiras (35.862); e Odivelas (35.020).

Importa ainda notar que nos municípios da AML na margem norte do Tejo (excluindo a própria cidade de Lisboa), têm origem 74% dos movimentos pendulares de trabalhadores e estudantes com destino a Lisboa, enquanto que nos municípios da AML na margem sul do Tejo, têm origem os restantes 26%. Para além disso, salienta-se ainda a concentração de entradas provenientes do quadrante noroeste (Sintra; Odivelas; Amadora; Cascais e Oeiras) que representam 72% dos movimentos com destino a Lisboa provenientes dos municípios da AML na margem norte do Tejo e 53% de todos os municípios da AML (excluindo Lisboa).

Figura 7.10 – Repartição modal (TI e TC) dos movimentos de entrada em Lisboa (com origem nos 10 municípios da AML com mais de 10 mil residentes que trabalham ou estudam em Lisboa)¹

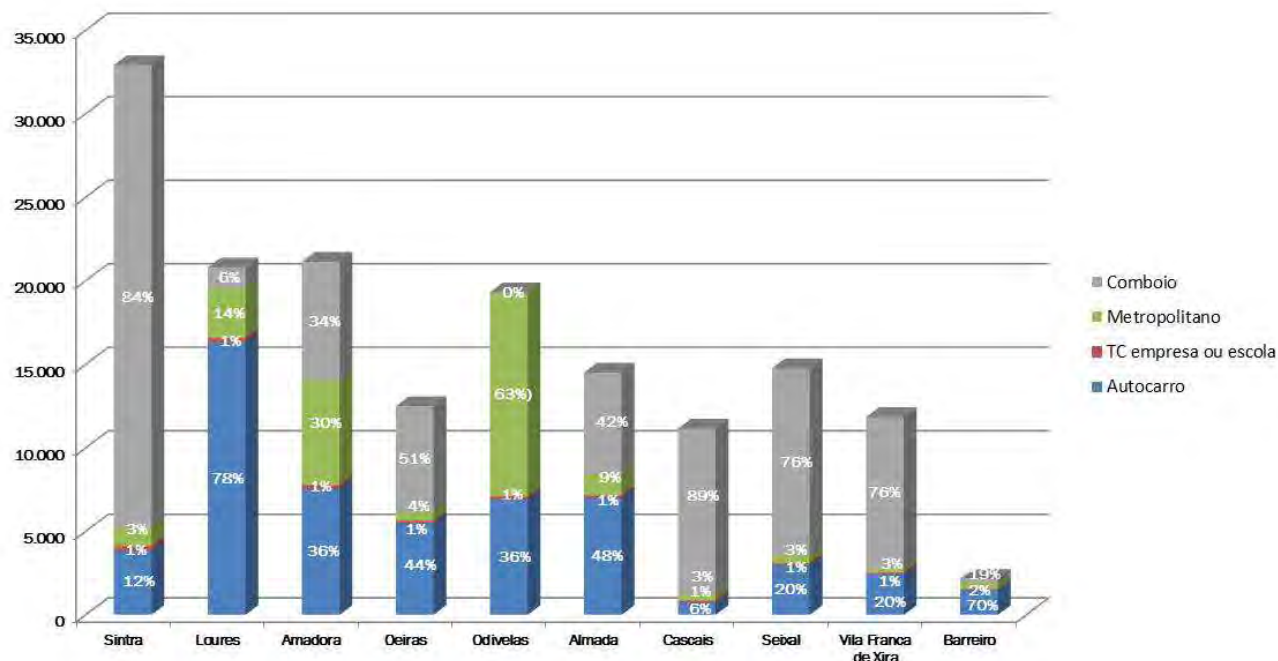


Fonte: INE (Censos), 2011

Dos 10 municípios com mais de 10 mil residentes que trabalham ou estudam em Lisboa, aqueles onde a utilização do TI é mais elevada e a do TC mais reduzida são: município de Oeiras (TI - 64% e TC - 36%); Cascais (TI - 56% e TC - 44%) e Loures (TI - 51% e TC - 47%). Da mesma forma, os municípios onde a utilização do TC é maior e a do TI mais reduzida são os municípios do Barreiro (TI - 18% e TC - 80%); Seixal (TI 30% e TC - 69%) e Almada (TI - 39% e TC - 60%). De uma forma geral, é evidente uma maior dependência do TI nos municípios da margem norte do Tejo e uma maior utilização do TC nos municípios da margem sul.

Inversamente, os municípios onde trabalham ou estudam mais residentes em Lisboa são Oeiras (10.868); Loures (6.262); e Amadora (5.046).

Figura 7.11 – Repartição modal (apenas TC) dos movimentos de entrada em Lisboa (com origem nos 10 municípios da AML com mais de 10 mil residentes que trabalham ou estudam em Lisboa)



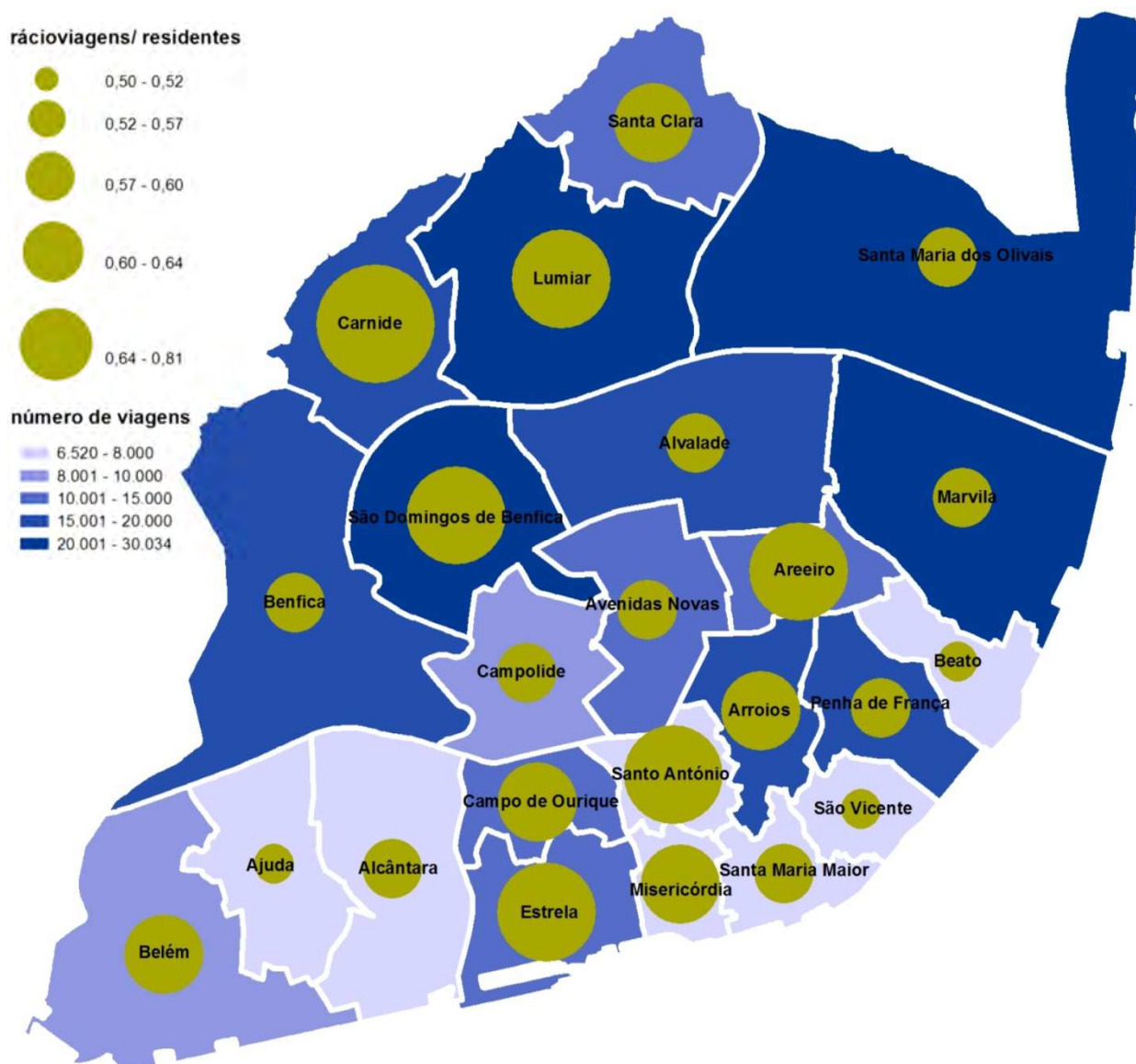
Fonte: INE (Censos), 2011

Por outra parte, ao isolar os 10 municípios da AML onde têm origem mais viagens pendulares com destino à cidade de Lisboa verifica-se que o comboio é a primeira opção em metade desses municípios (Cascais 89%; Sintra 84%; Seixal 76%; Vila Franca de Xira 76% e Oeiras 51%). O autocarro é a opção modal mais utilizada nos municípios de Loures (78%), Barreiro (70%); Almada (48%) e Amadora (36%). O metropolitano é a opção predominante no concelho de Odivelas (63%).

Quanto às viagens dos residentes na cidade de Lisboa, constata-se que as freguesias que dão origem ao maior número de viagens (em valor absoluto) são: Lumiar (28.655); Marvila (21.385); São Domingos de Benfica (21.017); Benfica (19.914), e; Arroios (18.798); ver Figura 7.12. Em termos relativos (movimentos per capita), distinguem-se as freguesias: de Carnide (0,81); São Domingos de Benfica (0,64); Lumiar (0,63); Santo António (0,62); e Estrela (0,61).

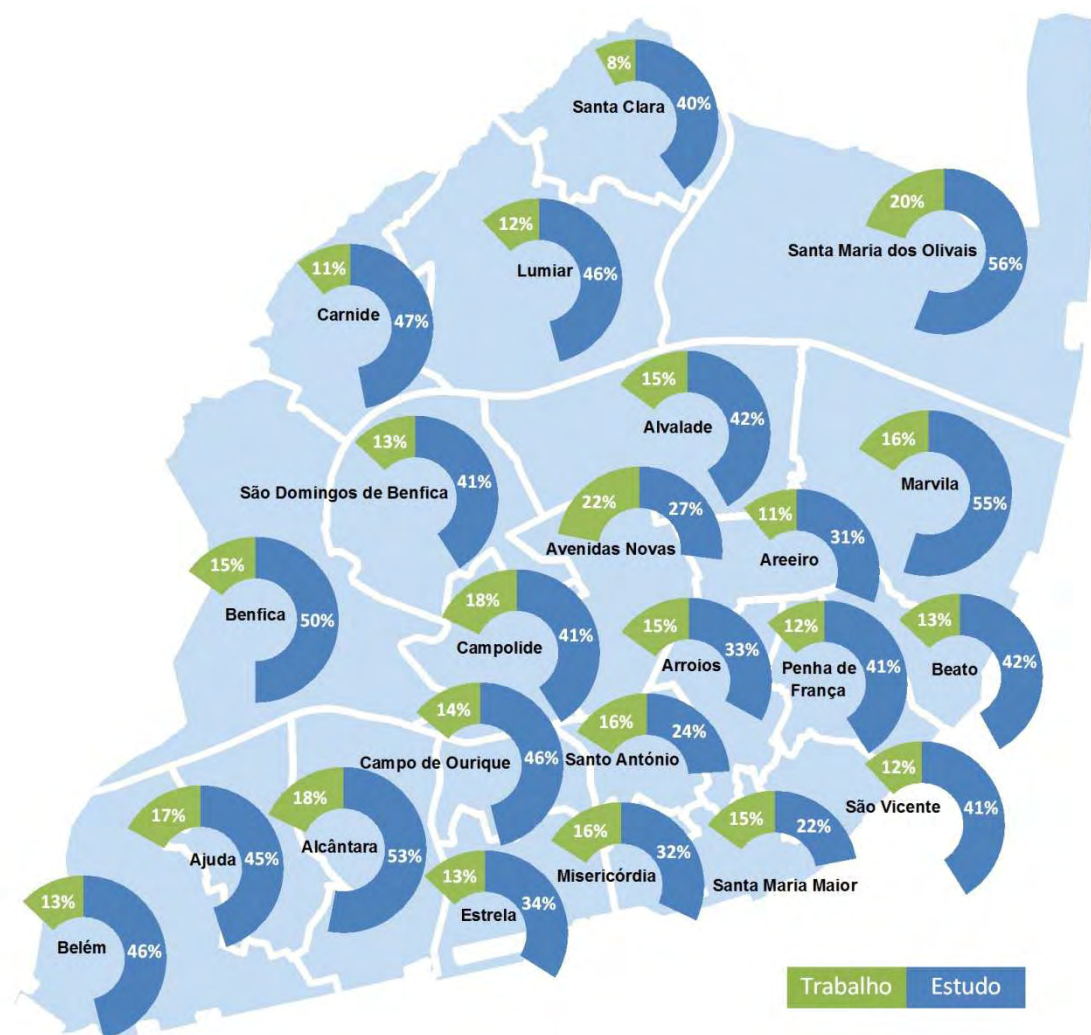
Observa-se ainda que cerca de 23% das 322 mil viagens com início em Lisboa têm como destino a própria freguesia de origem (aproximadamente 33 mil movimentos motivados por trabalho e os restantes 40 mil motivados por estudo). Por outra parte, aquelas com maior percentagem de viagens com origem e destino na própria freguesia são: a antiga freguesia de Santa Maria dos Olivais³ (31%); Alcântara (28%), e; Marvila (28%). Inversamente, aquelas com menor percentagem de viagens com origem e destino na própria freguesia são: Santa Maria Maior (16%); Areeiro (17%), e; Santo António (18%).

Figura 7.12 – Total de viagens motivadas por trabalho e estudo com origem nas freguesias de Lisboa e rácio entre esse total de viagens e o total de residentes nas mesmas



³ Nota metodológica: a organização administrativa de base utilizada nos Censos 2011 foi a CAOP 2010, pelo que a apresentação dos dados relativos aos movimentos pendulares não é disponibilizada pelo INE de acordo com os limites das 24 freguesias de Lisboa (Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro). Para o efeito, foi efetuada uma correspondência direta que conduz a resultados aproximados (com exceção das novas freguesias dos Olivais e Parque das Nações, onde essa correspondência não foi possível; apresentando-se, portanto, os valores da freguesia antiga “Santa Maria dos Olivais”).

Figura 7.13 – Percentagem das viagens motivadas por trabalho ou estudo com destino na própria freguesia onde reside

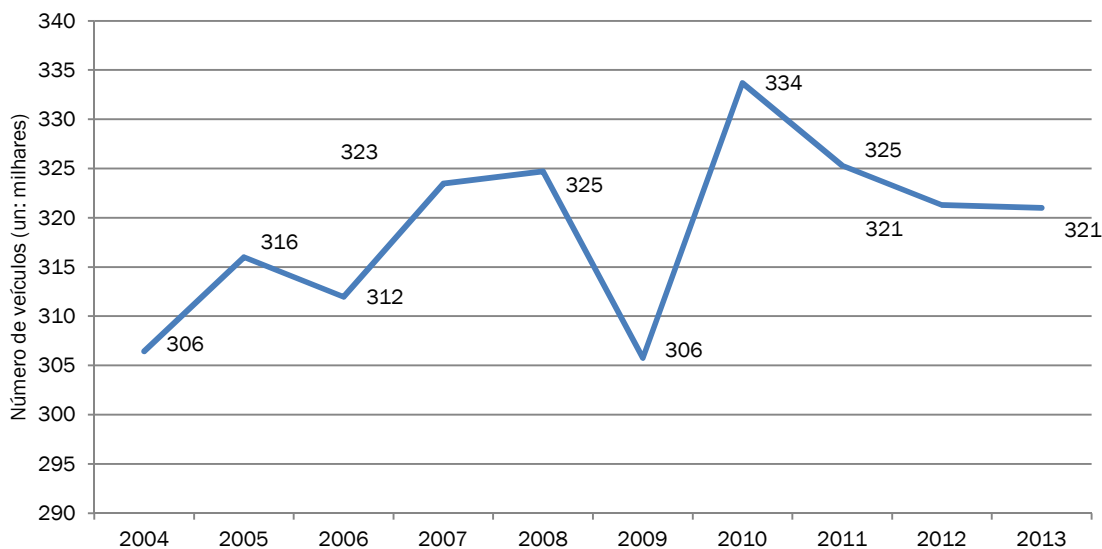


Fonte: INE (Censos), 2011

Em paralelo, aproximadamente 43% das viagens motivadas por estudo com origem em Lisboa, têm como destino a própria freguesia de residência (ver Figura 7.13). Aquelas com percentagem mais elevada são: a antiga freguesia de Santa Maria dos Olivais (56%); Marvila (55%), e; Alcântara (53%). Inversamente, as com menor percentagem são: Santa Maria Maior (22%) e Santo António (24%).

Por outra parte, cerca de 15% das viagens motivadas por trabalho com origem em Lisboa, têm como destino a própria freguesia de residência (ver Figura 7.13). Aquelas com percentagem mais elevada correspondem precisamente à localização dos dois principais pólos de emprego na cidade: Avenidas Novas (22%) e a antiga freguesia de Santa Maria dos Olivais (20%). Inversamente, as com menor percentagem são: Santa Clara (8%); Areiro (11%); e Carnide (11%).

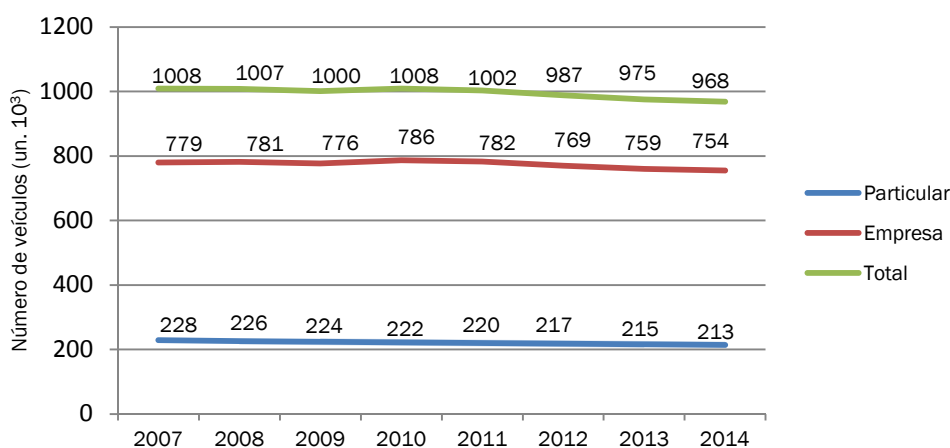
Figura 7.14 - Evolução dos veículos ligeiros seguros no município de Lisboa entre 2004 e 2013



Fonte: Instituto de Seguros de Portugal, 2004 a 2013

Em relação ao parque automóvel, verificou-se um crescimento significativo da taxa de motorização em Lisboa entre 1993 (232 veículos/ mil habitantes) e 2003 (281 veículos/ mil habitantes)⁴. A evolução positiva do número de veículos ligeiros segurados no município de Lisboa de 2004 a 2013 (ver Figura 7.14) sugere a manutenção desta tendência de crescimento⁵. De facto, um estudo recente, aponta para uma taxa de motorização na cidade de Lisboa de aproximadamente 450 veículos/ mil habitantes⁶. Por outra parte, de acordo com a Agência Europeia do Ambiente⁷, a taxa de motorização em Portugal em 2009 (355 veículos por 1.000 habitantes) situava-se abaixo da média europeia⁸ (419 veículos por 1.000 habitantes).

Figura 7.15 - Evolução dos veículos ligeiros registados no município de Lisboa entre 2007 e 2014



Fonte: Instituto de Seguros de Portugal, 2004 a 2013

⁴ Fonte: Inquérito à Mobilidade da População da Área Metropolitana de Lisboa, 1993/1994 e Inquérito à Mobilidade dos Residentes em Lisboa, TIS.pt, 2003/2004.

⁵ A utilização destes dados para o cálculo da taxa de motorização encerra alguma incerteza pois a base de dados do ISP inclui veículos ligeiros associados a empresa (as quais, por sua vez, têm um peso muito significativo em Lisboa).

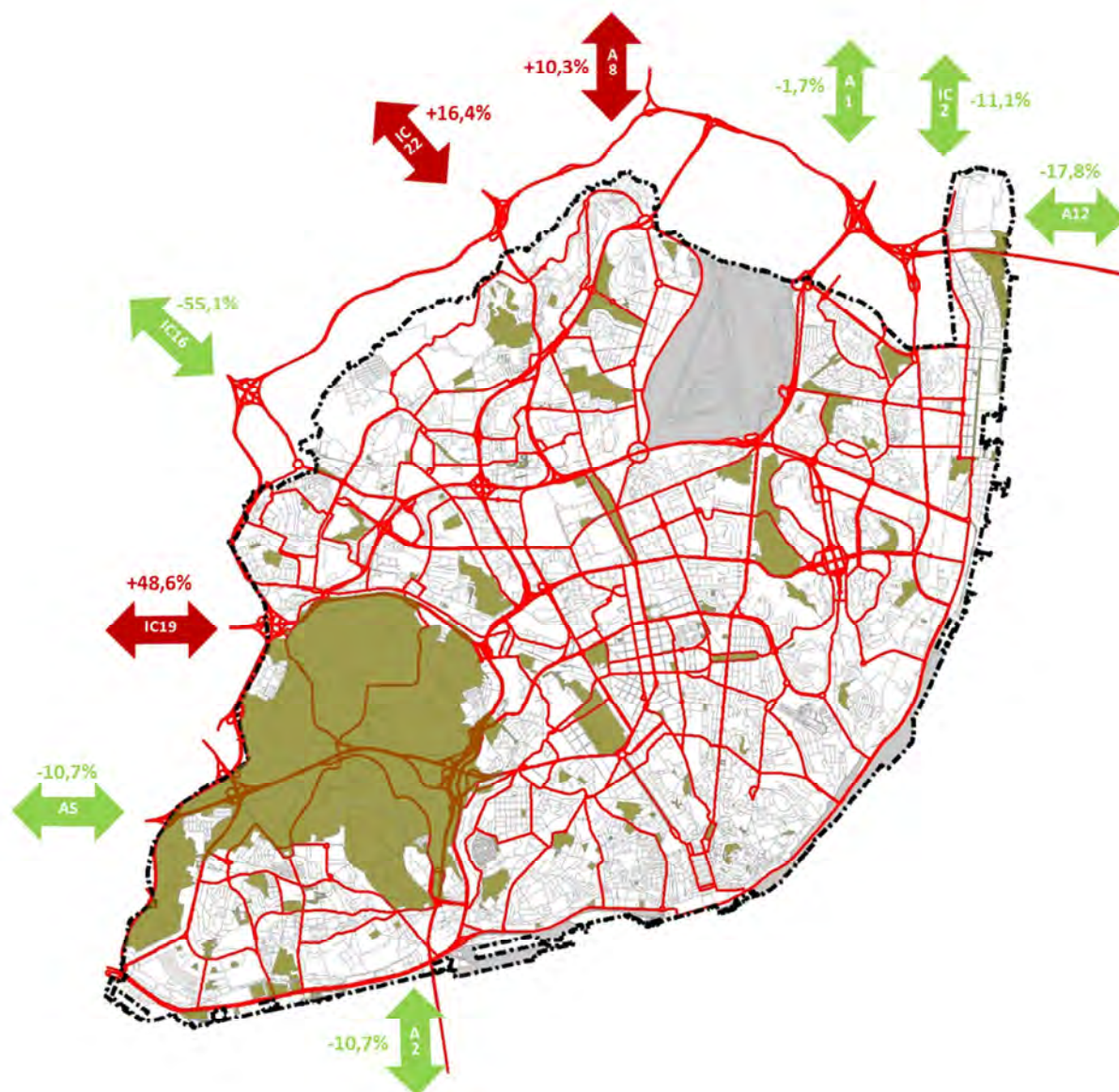
⁶ Fonte: Instituto Superior Técnico (2010); estimativa calculada com base nos inquéritos realizados no âmbito do projeto de investigação SOTUR.

⁷ <http://www.eea.europa.eu/>, consultado em 17 de Dezembro de 2014.

⁸ EEA (Estados Membros da EU-27 mais Noruega, Suíça e Turquia).

Em paralelo, de acordo com o Instituto dos Registos e Notariado, o número de veículos registados no município de Lisboa diminuiu cerca de 4% entre 2007 e 2014, sendo que esta redução foi mais acentuada nos veículos pertencentes a particulares (menos 6,6%) do que nos veículos de empresas (menos 3,2%). É também interessante verificar que cerca de 78% dos veículos registados no município de Lisboa pertencem a empresas, admitindo-se que, embora a sede das mesmas seja efetivamente em Lisboa, os veículos possam não circular regulamente no território do município (ver Figura 7.15).

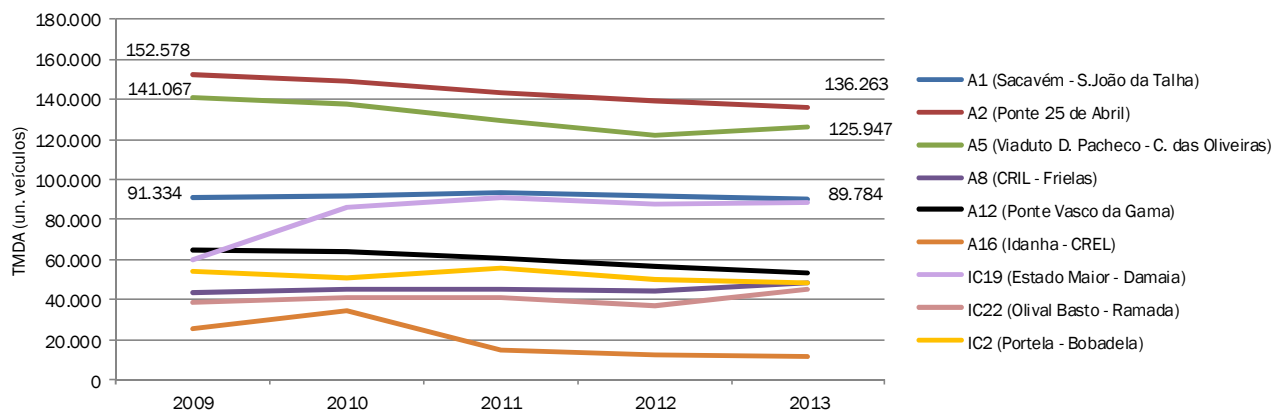
Figura 7.16 - Variação do TMDA nos principais eixos de acesso a Lisboa⁹ (2009 a 2013; nos 2 sentidos; todos os dias)



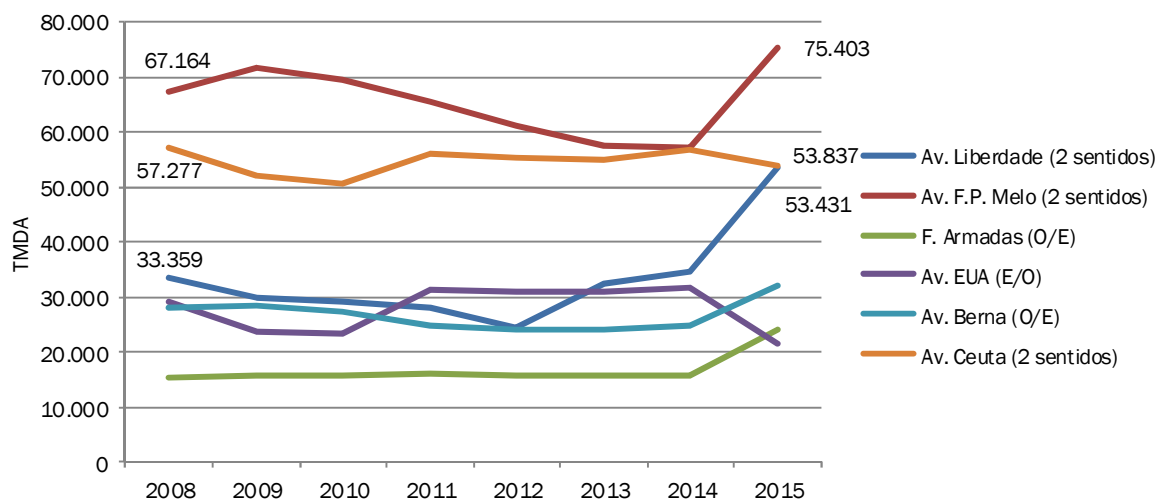
Fonte: IMT, 2013

Não obstante o aumento do número de deslocações, da utilização do TI e da taxa de motorização nas duas últimas décadas, verificou-se uma diminuição do tráfego rodoviário de cerca de 3,7% entre 2009 e 2013 nos principais acessos à cidade (ver Figura 7.16).

⁹ Os valores apresentados dizem respeito ao sublanço de entrada no município.

Figura 7.17 - Evolução do TMDA de 2009 a 2013 nos principais eixos de acesso a Lisboa (nos dois sentidos; todos os dias)

 Fonte: IMT¹⁰, 2009 a 2013

No entanto, se considerarmos o tráfego em alguns dos principais eixos de circulação de Lisboa (ver Figura 7.18), a redução entre 2008 e 2012 foi de aproximadamente 8,2%. Admite-se que esta inversão tenha origem no aumento da taxa de desemprego (o que, por si só, faz aumentar a percentagem de população imóvel) e também na própria crise financeira que o país atravessa. No entanto, nos anos mais recentes esta tendência inverteu-se, verificando-se em 2015 um aumento na ordem dos 13% (relativamente aos valores de 2008).

Figura 7.18 - Variação do TMDA (2008 a 2015) nos principais eixos de circulação em Lisboa (nos 2 sentidos¹¹; todos os dias)


Fonte: CML (DMMT), 2008 a 2015

¹⁰ O valor relativo ao ano de 2012 para a A12 (Ponte Vasco da Gama) trata-se de uma estimativa.

¹¹ Exceto na Av. dos EUA (sentido este-oeste), na Av. das Forças Armadas (sentido oeste-este) e na Av. Berna (sentido oeste-este).

7.1.1 Estacionamento

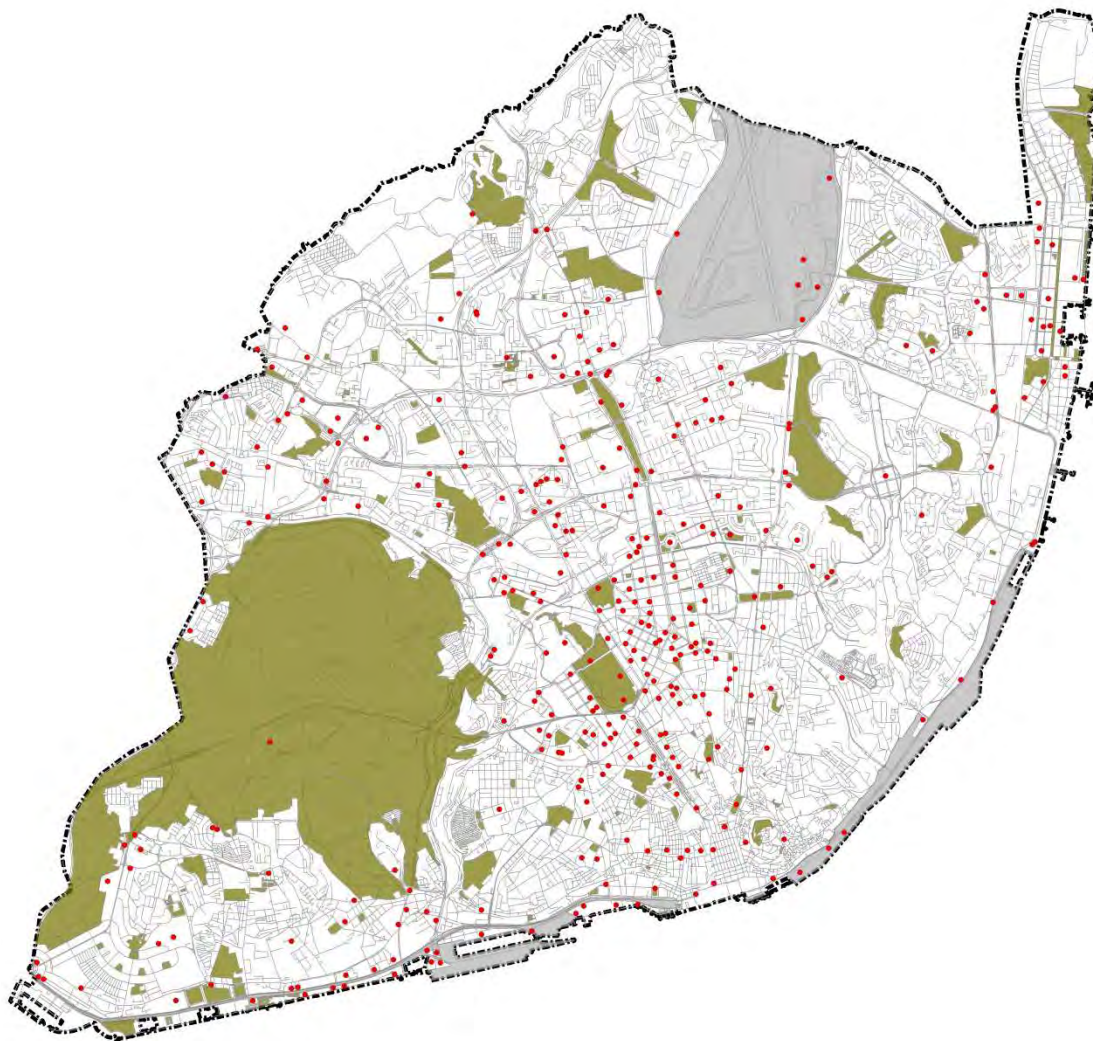
O estacionamento desempenha um papel fundamental na mobilidade dos residentes, trabalhadores, estudantes e visitantes de uma qualquer cidade. No entanto, a elevada dispersão territorial e de competências de gestão, em conjugação com a diversificação da oferta, torna-o num dos subsistemas mais complexos do planeamento da mobilidade urbana. Neste contexto, não é possível apurar com precisão a realidade associada à sua oferta mas estima-se que, em 2004, existisse um total de 313 mil lugares de estacionamento (valor superior à estimativa da procura total: 214 mil veículos). Na realidade, verifica-se que existe uma desadequação entre a oferta e a procura. Por exemplo, a distribuição da procura não é homogénea ao longo do dia, concentrando-se no centro da cidade durante o período diurno e deslocando-se para a periferia no período noturno.

Na tabela em anexo (“Oferta de estacionamento em Lisboa em função do regime de acesso; do regime de pagamento e da localização”) apresenta-se uma síntese dos valores conhecidos e estimados para várias componentes da oferta de estacionamento. Por exemplo, de acordo com os Censos de 2011, estima-se que existam cerca de 80,7 mil lugares de estacionamento em estruturas de acesso privado (associados a usos residenciais designadamente a alojamentos clássicos ocupados como residência habitual).

No que concerne à oferta de estacionamento em estruturas de acesso público, estima-se um aumento significativo entre 2004 e 2010, quer ao nível do número de parques, quer em termos de número de lugares. Este tipo de oferta não só complementa o estacionamento à superfície como, em certos casos, pretende dissuadir a entrada de veículos no centro da cidade através da integração tarifária com o sistema de transportes coletivos¹². Na Figura seguinte (Figura 7.19) apresenta-se a localização de alguns dos parques de acesso público.

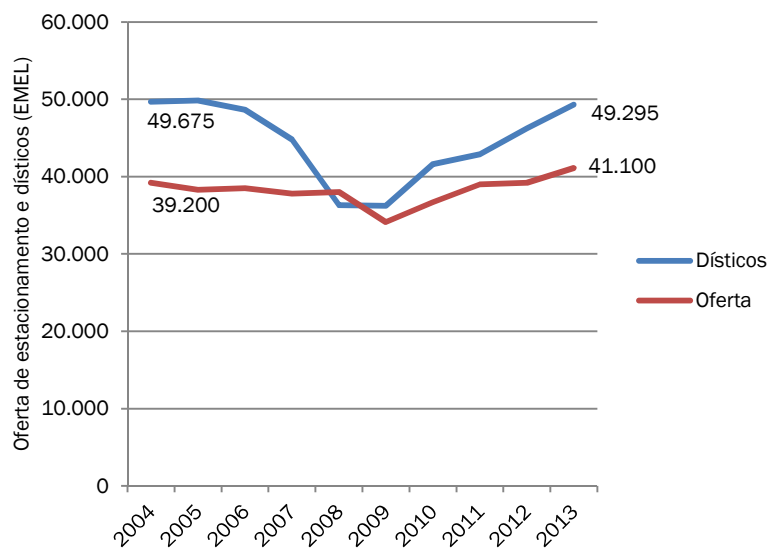
¹² Parques de estacionamento com tarifa integrada (estacionamento + passe metro/ carris): EMEL - Colégio Militar; Álvaro Pais e Biblioteca; Universidade; Areeiro; Campo Grande e Alvalade XXI; EMPARK - Docas; Campo Grande e Alvalade XXI (Fonte: site da Carris, consultado em 17 de Março de 2014).

Figura 7.19 – Localização dos Parques de Estacionamento de Acesso Público



Fonte: CML (DMMT), 2015

Figura 7.20 – Evolução da Oferta do Número de Lugares de Estacionamento Tarifado à Superfície e do Número de Dísticos para Residentes emitidos pela EMEL



Fonte: EMEL, 2004 a 2013

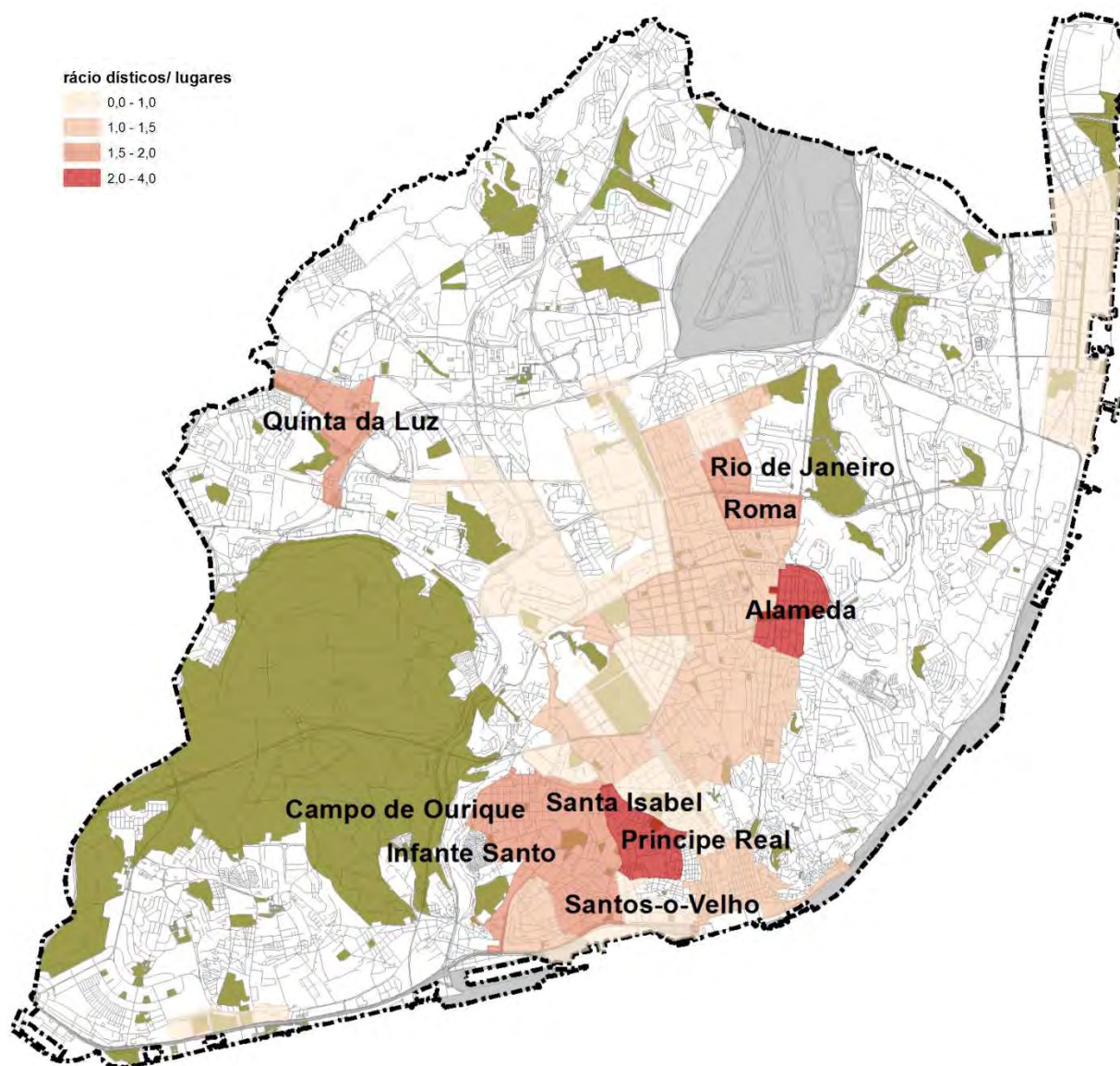
Relativamente aos dísticos de residentes nas zonas com estacionamento tarifado à superfície, de uma forma geral, verifica-se que têm acompanhado a evolução da oferta (ver Figura 7.20). A quebra em 2006 deve-se ao facto da EMEL ter suspenso temporariamente algumas áreas entre 2004 e 2005 (em virtude do vandalismo verificado nos parcometros nestes locais), suspendendo também o processo de renovação e obtenção dos dísticos nessas áreas.

Em paralelo, no período entre 2007 e 2009 os dados sofrem uma quebra, devido: *i)* à introdução de taxas no processo de emissão; e *ii)* à redução do período de validade dos dísticos de quatro anos para um ano. Ou seja, os critérios de atribuição tornaram-se mais exigentes de forma a evitar possíveis situações de fraudes e abusos. Assim, em 2010 os dísticos emitidos em 2006 deixam de ser válidos e assiste-se ainda à reabertura de áreas anteriormente abandonadas e a expansão para novas zonas residenciais.

De uma forma geral, o problema do estacionamento para residentes agravou-se nos anos recentes, tendo o diferencial entre o total de dísticos válidos e o número de lugares de estacionamento à superfície nas zonas tarifadas aumentado a partir de 2009 (ver Figura 7.20). Este problema tem maior expressão nas zonas antigas ou mais consolidadas, tendo sido introduzido pela EMEL o dístico duplo que permite o estacionamento na zona de residência ou noutra contígua.

No que concerne aos dísticos para comerciantes, introduzidos pela primeira vez em 2007, verifica-se que no final do ano de 2013 encontravam-se 1.763 dísticos válidos para o conjunto das zonas geridas pela EMEL. As zonas com maior número de dísticos para comerciantes emitidos eram: Zona 1 – Berna / Valbom (110); Zona 10 – Av. Novas (105); Zona 22 – João XXI (91); Zona 33 – Príncipe Real (83); e Zona 12 – Chiado (82).

Figura 7.21 - Rácio entre o n.º de dísticos de residentes e o n.º de lugares de estacionamento tarifado da EMEL em 2013

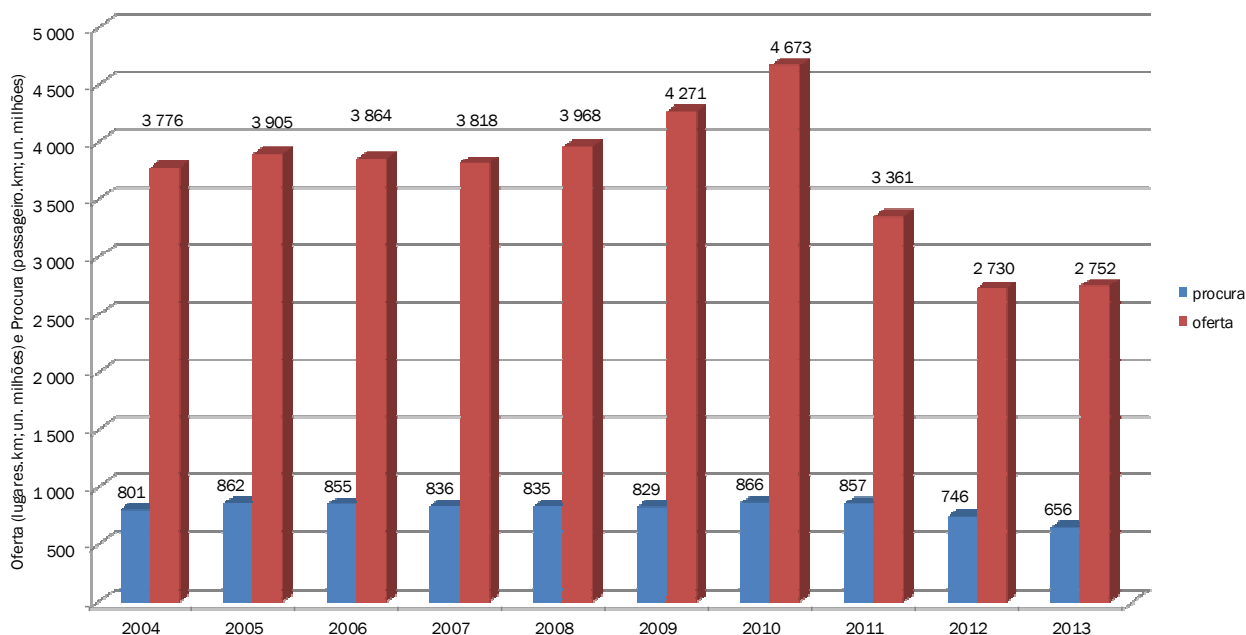


Fonte: EMEL, 2013

De facto, na Figura 7.21 é possível observar a relação entre o número de dísticos de residentes válidos e o número de lugares de estacionamento tarifado à superfície operados pela EMEL em 2013. Assim, nesse ano, existiram 27 zonas onde o número de dísticos válidos era superior ao número de lugares à superfície disponíveis. As nove zonas mais problemáticas (isto é, com mais de 1,5 dísticos válidos por lugar) são: Rio de Janeiro; Alameda; Campo de Ourique; Infante Santo; Santos-o-Velho; Roma; Príncipe Real; Santa Isabel; e Quinta da Luz.

7.1.2 Transportes coletivos

Figura 7.22 – Evolução da Oferta e da Procura do Metropolitano de Lisboa entre 2004 e 2013

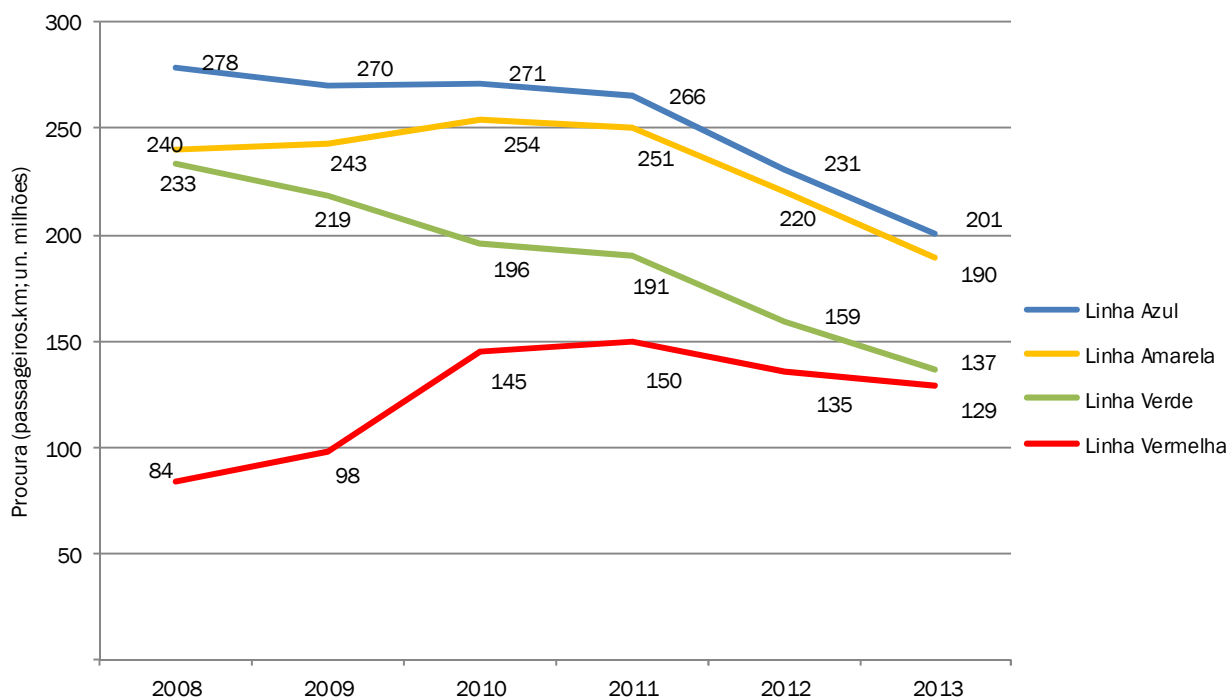


Fonte: Metropolitano de Lisboa, 2013

Relativamente aos passageiros transportados pelo Metropolitano de Lisboa verifica-se que, após um período de relativa estabilização (entre 2004 e 2010), deu-se uma quebra de 24% nos três anos mais recentes (período entre 2011 e 2013). Esta diminuição acentuada da procura poderá estar relacionada não apenas com a crise económica que o país atravessa¹³ mas também com os sucessivos aumentos das tarifas e possivelmente com o aumento do intervalo entre passagens das circulações. No que respeita à oferta, é possível observar que esta tem-se ajustado à procura que se vai verificando ao longo dos anos (no entanto, a partir de 2011 alterou-se a fórmula de cálculo da taxa de ocupação, utilizando-se 4 passageiros/m², nas carruagens, em vez dos 6 passageiros/m² dos anos anteriores).

¹³ O aumento do desemprego em conjugação com a forte redução dos descontos para idosos resulta num aumento da população imóvel.

Figura 7.23 - Evolução da Procura por Linha do Metropolitano de Lisboa entre 2008 e 2013



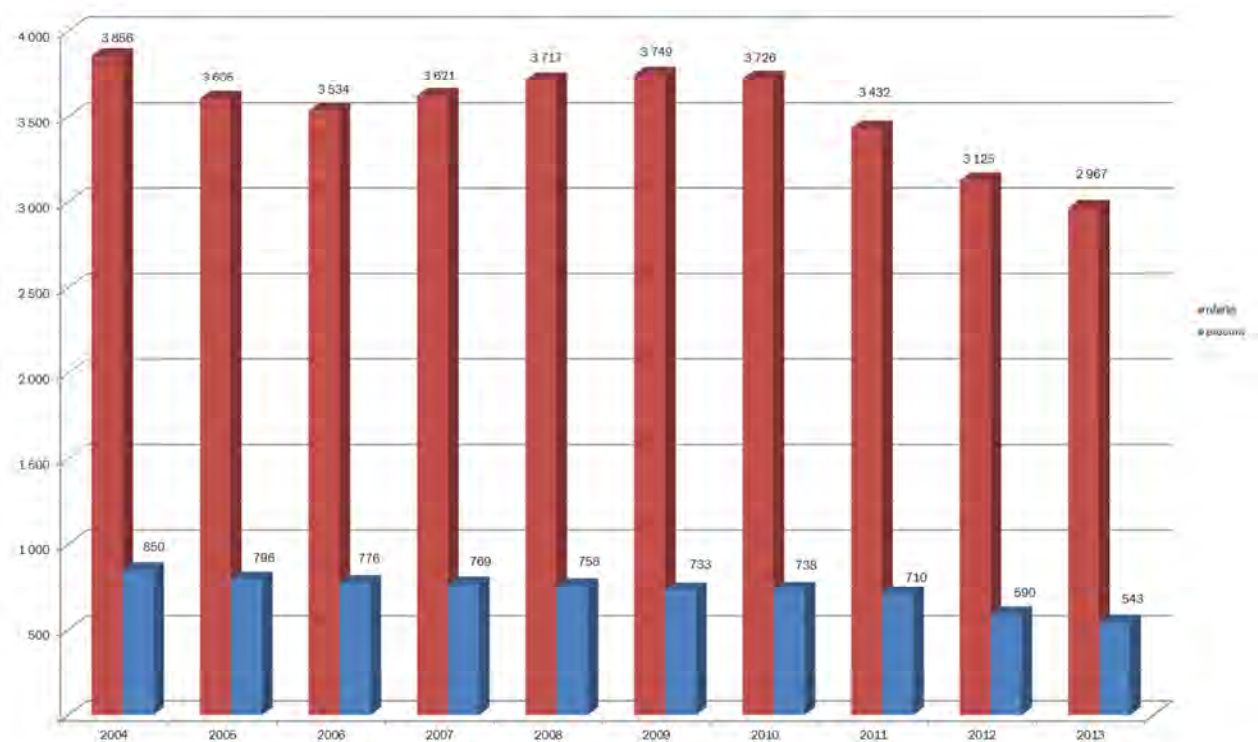
Fonte: Metropolitano de Lisboa, 2008 a 2013

Em paralelo, verifica-se que a linha com maior quebra na procura foi a verde (redução de 30% entre 2011 e 2013) e, por outra parte, a com menor redução foi a vermelha (11%). Deste modo, observa-se uma convergência nos níveis de procura destas duas linhas: em 2008 a diferença era na ordem dos 149 milhões de passageiros.kilómetros e em 2013 foi de apenas 9 milhões de passageiros.kilómetros¹⁴. No entanto, este fenómeno de convergência não alterou o ranking de procura por linha, mantendo-se a azul em primeiro lugar, a amarela em segundo, a verde em terceiro e, finalmente, a vermelha em quarto.

No que concerne à procura por estação, observa-se que as estações com maior procura diária em dias úteis de 2013 são: Cais de Sodré (40.424); Oriente (36.495); Entre Campos (32.361); Jardim Zoológico (30.478); Marquês de Pombal 1 (28.950); Colégio Militar (26.812); e Campo Grande (24.847). Complementarmente, observa-se que existem apenas três ligações (ou pares de estações origem-destino) com mais de 2 mil passageiros em 2013 (média diária; dias úteis) a saber: Marquês de Pombal 1 – Restauradores; Entre Campos – Saldanha; e Entre Campos – Campo Grande.

¹⁴ Não estão disponíveis dados de procura por linha antes de 2008.

Figura 7.24 - Evolução da Oferta (lugares.km; un. milhões) e da Procura (passageiros.km; un. milhões) da Carris entre 2004 e 2013



Fonte: Carris, 2008 a 2013

Relativamente à Carris, verificou-se uma redução na procura na ordem dos 36% entre 2004 e 2013, correspondendo a uma variação média anual de 4,7%. À semelhança do verificado com o Metropolitano de Lisboa, os anos mais recentes (2011 a 2014) foram aqueles em que esta queda foi mais acentuada: 24% (resultando numa redução anual média de 12,5%). No que respeita à velocidade comercial (autocarros e elétricos) não se registaram variações significativas no período em análise tendo este indicador, em 2013, registado valores na ordem dos 14,3 km/h.

Figura 7.25 - Evolução da procura nas ligações do grupo Transtejo entre 2002 e 2013 (passageiros; un. milhares)



Fonte: Transtejo, 2002 a 2013

Também no que concerne às ligações fluviais asseguradas pelas empresas do grupo Transtejo, verificou-se uma descida acentuada nos níveis de procura. Concretamente, durante o período compreendido entre 2002 e 2013 observou-se uma queda de 35% no total da procura em todas as ligações fluviais, o que corresponde a uma taxa média de variação anual na ordem dos 3,8%. O ano que registou uma maior descida foi o de 2012, tendo-se verificado uma procura 12% inferior ao ano de 2011 (ver Figura 7.25).

Um estudo recente¹⁵ aponta o *tempo* (23%) e o *preço* (11%) de deslocação como os principais motivos para a não utilização de transportes coletivos por “não utilizadores”¹⁶. Neste grupo, 60% afirma com certeza que não utilizará transportes públicos e 23% que tal será pouco provável. Para estes utilizadores, o carro próprio é a principal alternativa (71%), seguida da opção “a pé” (10%) e do “carro de empresa” (6%). Daqueles que admitem utilizar os transportes coletivos, 31% afirma que o fará por “deixar de dispor de automóvel ou por uma redução dos rendimentos familiares”.

No grupo dos ex-utilizadores¹⁷, 29% aponta a “mudança de local de trabalho/ escola/ residência” como motivo que influenciou a decisão de deixar de utilizar transportes públicos, seguido de motivos

¹⁵ Acerca da utilização dos transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa, promovido em 2014, pela Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, em colaboração com o ISCTE (amostra: 1979 inquiridos)

¹⁶ Habitantes da AML, de ambos os sexos, com 15 ou mais anos e que dizem não ter utilizado transportes públicos nos últimos 5 anos mas não utilizam atualmente.

¹⁷ Habitantes da AML, de ambos os sexos, com 15 ou mais anos e que dizem ter utilizado regularmente transportes públicos nos últimos 5 anos.

relacionados com “desemprego/ reforma” (22%). Neste grupo 34% afirma com certeza que não utilizará transportes públicos e 32% que tal será pouco provável.

O grupo de utilizadores¹⁸ afirma que o principal motivo para a utilização de transportes públicos é económico mas que, ainda assim, as tarifas são demasiado elevadas.

7.1.3 Modos ativos

No município de Lisboa, cerca de 10% da população residente (53 mil pessoas) tem muita dificuldade ou não consegue de todo andar ou subir degraus, enquanto que aproximadamente 47 mil residentes têm muita dificuldade ou não conseguem ver¹⁹. Por outra parte, no último recenseamento foram contabilizados cerca de 131 mil idosos, ou seja, perto de 25% da população da cidade.

Reconhecendo que as características orográficas de Lisboa tornam mais complexo promover a acessibilidade no espaço público, a situação não é tão complexa como tem sido convicção generalizada. De facto, o Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa (PAPL) conclui que aproximadamente 74% da rede viária de Lisboa possui um declive igual ou inferior a 5% (valor máximo definido na legislação). Em paralelo, das 603 passadeiras analisadas entre 2012 e 2013, para o PAPL, 450 (69%) tinham um ressalto superior a 2 cm (limite máximo admitido pelo Decreto Lei 63/ 2006) na transição entre o passeio e a faixa de rodagem e 598 (99%) não tinha pavimentos tácteis de alerta e encaminhamento. Estima-se que em Lisboa existam 9.521 passadeiras, das quais 2.148 são semaforizadas. No que respeita aos edifícios, o PAPL alerta para o facto de cerca de 80% dos 31.180 edifícios analisados serem considerados inacessíveis.

A informação relativa aos atropelamentos é apresentada na secção 7.1.5 *Sinistralidade*.

Quanto à extensão da rede ciclável, verifica-se que existe atualmente um total de aproximadamente 79 quilómetros em funcionamento na cidade, dos quais 69 quilómetros correspondem a pistas ou faixas cicláveis²⁰ (ver Figura 7.26). Em paralelo, encontram-se previstas sensivelmente 148 quilómetros de percursos cicláveis, sendo que destes, cerca de 78 quilómetros serão pistas ou faixas cicláveis. A cidade de Lisboa aumentou em mais de 500% a rede ciclável, desde 2008, tendo executado a primeira fase de uma rede que, primeiramente apostou na criação de percursos e corredores, fortemente sobrepostos com a estrutura verde, e que numa fase seguinte, em que nos encontramos, se expandirá para a rede viária.

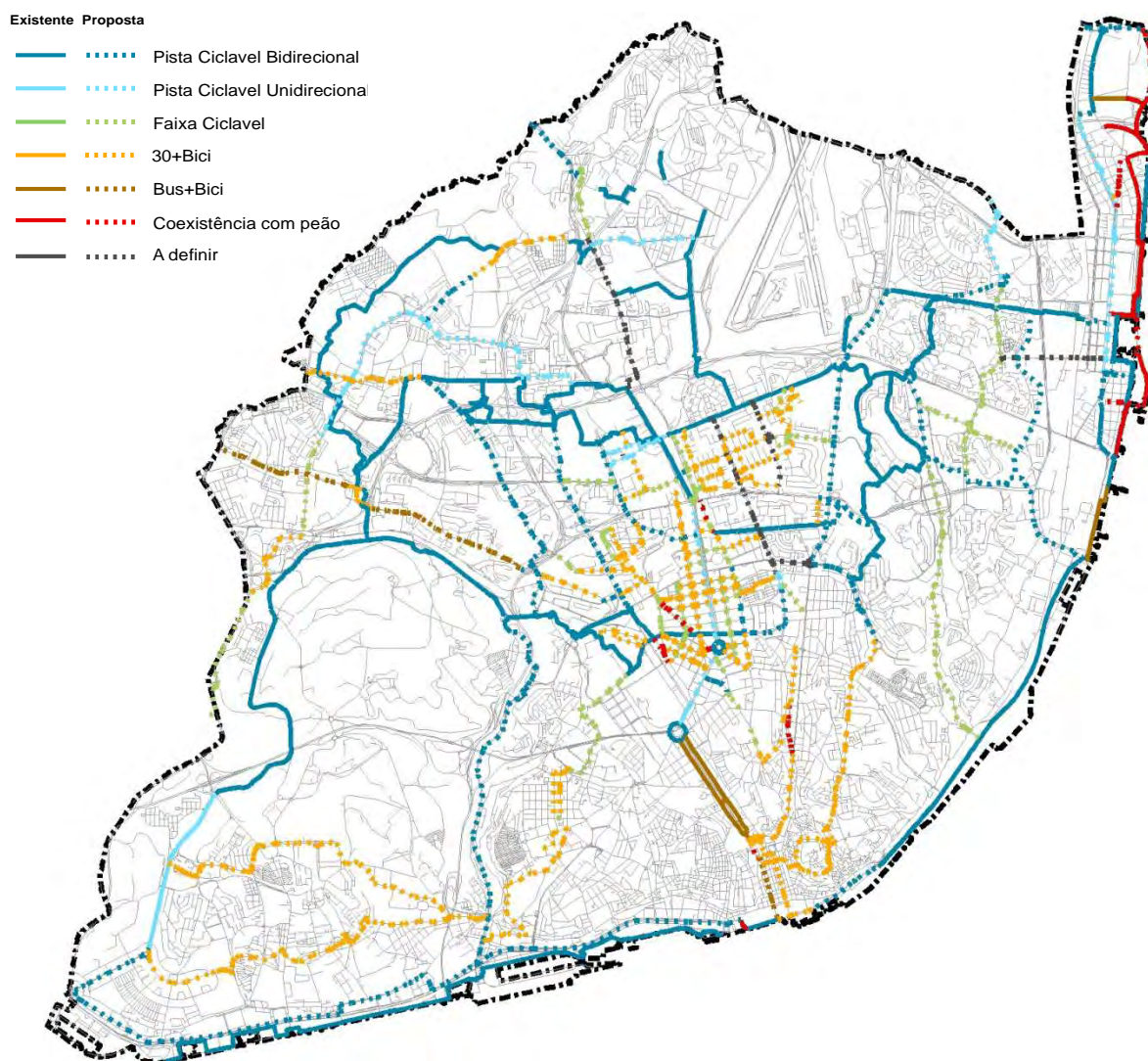
À primeira fase que tinha por objetivo criar infraestrutura que promovesse as deslocações em bicicleta numa cidade fortemente motorizada, segue-se naturalmente agora uma fase de consolidação. A opção na primeira rede por soluções dedicadas em pista própria tenderá na fase de consolidação a coexistir com tipologias de partilha da via com base na acalmia de tráfego e redução de volume de circulação.

¹⁸ Habitantes da AML, de ambos os sexos, com 15 ou mais anos e que afirma utilizar transportes públicos de forma regular.

¹⁹ Fonte: Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa (PAPL, Julho de 2013); dados do Censos 2011.

²⁰ De acordo com o estabelecido no PDM existem três categorias de percursos que integram a rede ciclável, a saber: **i) via banalizada** – percurso onde a circulação de bicicletas ocorre em convivência com o tráfego rodoviário; **ii) faixa ciclável** – percurso realizado em espaço delimitado, ao nível do pavimento rodoviário, com a sinalização horizontal e sem barreiras físicas, e; **iii) pista ciclável** – percurso realizado em canal próprio, segregado do tráfego rodoviário. Em paralelo, foram introduzidas recentemente outras terminologias: **i) 30+Bici** – em vias cujo limite de velocidade máxima é de 30 km/h; **ii) Bus+Bici** – em coexistência com veículos de transportes públicos que circulam nas faixas BUS, e; **iii) Coexistência com peão** – percursos em coexistência com peões.

Figura 7.26 - Rede ciclável existente e prevista



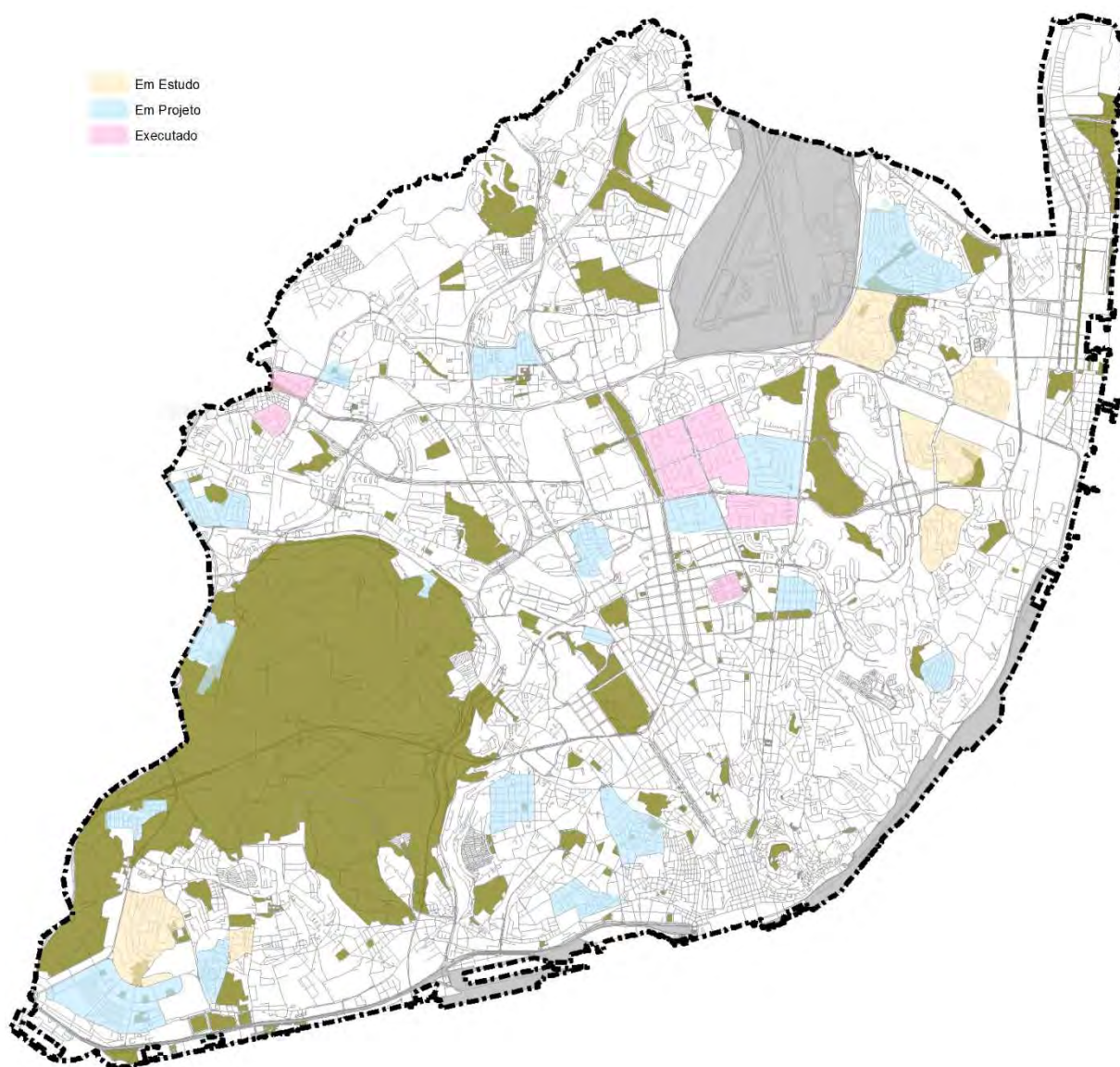
Fonte: CML (DMAU), 2014

A topografia de Lisboa, não sendo plana em toda a área, responde aos critérios de qualidade em mais de 50% da cidade, pelo que o complemento com cinco pontes ciclopedonais permitiu responder aos maiores obstáculos na cidade, que se prende com a ultrapassagem de obstáculos físicos como sejam vias rápidas ou ferrovias. Acresce referir que o Parque Florestal de Monsanto possui cerca de 42 quilómetros de trilhos e vias cicláveis.

Relativamente à repartição modal, embora permaneça com um peso inferior a 1% nas deslocações internas (com origem e destino na cidade de Lisboa), motivadas por trabalho e estudo, assistiu-se nos últimos anos a uma significativa evolução, quer em termos de infraestrutura, quer ao nível da utilização da bicicleta²¹. De facto, admite-se que a própria construção da infraestrutura tenha tido um papel verdadeiramente indutor dessa utilização.

²¹ Embora não existam dados oficiais para suportar o crescimento na utilização das bicicletas em Lisboa, o mesmo é facilmente observável nas ruas da cidade sobretudo nos eixos onde foram implementadas infraestruturas (ex.: Av. Duque de Ávila; eixo Telheiras – Entrecampos; etc.).

7.1.4 Zonas 30

Figura 7.27 – Zonas 30 Existentes e Previstas²²

Fonte: CML (DMMT), 2015

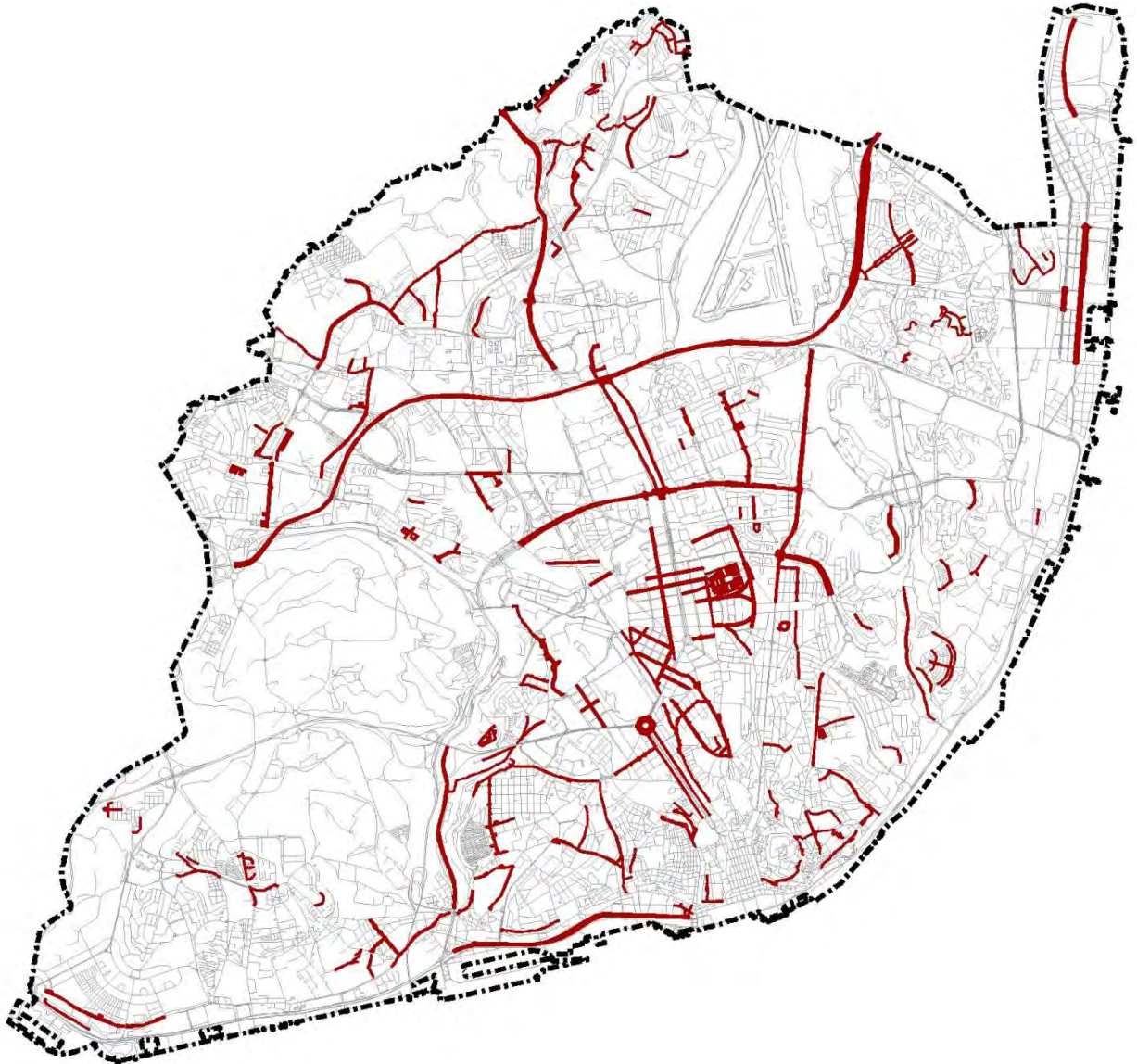
Com vista à moderação da circulação automóvel e à minimização do tráfego de atravessamento no interior dos bairros, foram implementadas 8 “Zonas 30” e encontram-se previstas outras 25 (das quais 18 estão em fase de projeto e as restantes sete em fase de estudo (ver Figura 7.27). Neste tipo de zonas, a acalmia de tráfego é conseguida através: da sinalização impositiva de velocidade máxima de circulação de 30 km/h; da marcação das entradas e saídas do bairro (acompanhada de sinalização vertical); da diminuição dos raios de curvatura; da redução da largura da via de circulação (real e percebida); da sobrelevação da via; e da descontinuidade do alinhamento do eixo rodoviário.

²² Excluem as Zonas de Acesso Condicionado (existentes: Bairro Alto; Alfama; Santa Catarina/ Bica; Castelo e previstas: Madragoa e Mouraria).

7.1.5 Programa Pavimentar

Estima-se que cerca de 30 a 40% dos pavimentos da Cidade de Lisboa necessitam de algum nível de intervenção para reposição das condições adequadas de utilização. Neste contexto, a primeira fase do Plano Pavimentar Lisboa 2015-2020, a decorrer entre 2015 e meados de 2017, prevê a execução de cerca de 150 arruamentos, num total de mais de 110 kms de extensão de vias estimando-se um investimento total superior a 25 milhões de Euros. Numa segunda fase, que decorrerá entre 2018 e 2020, irão realizar-se intervenções em cerca de 200 arruamentos, num total de 140 kms.

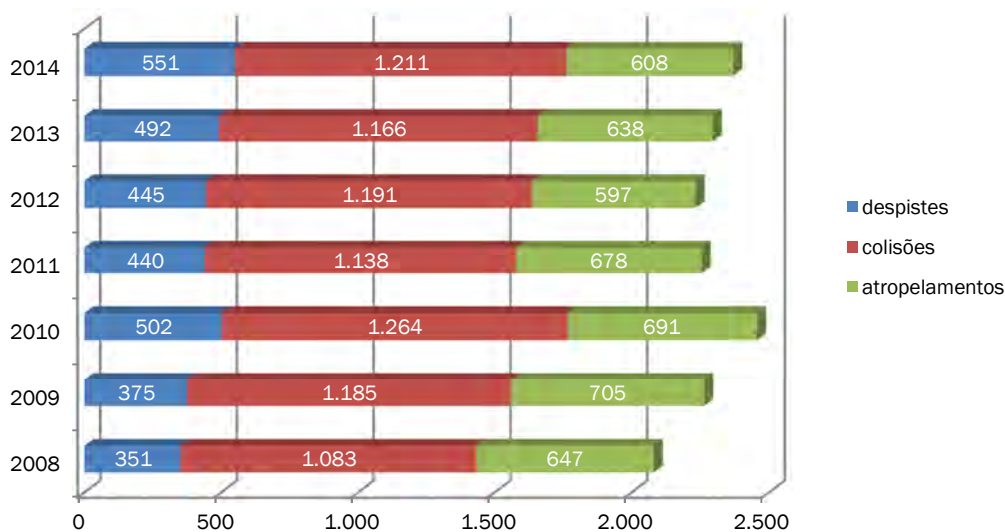
Figura 7.28 – Arruamentos a intervir no âmbito do “Programa Pavimentar”



Fonte: CML (DMMT), 2015

7.1.6 Sinistralidade

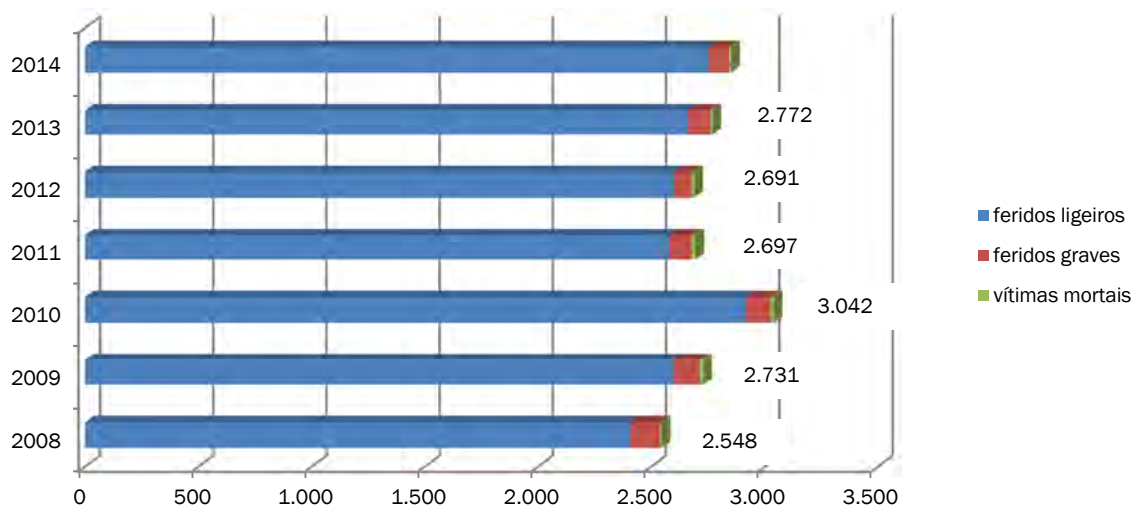
Figura 7.29 – Evolução do número de acidentes rodoviários entre 2008 e 2014



Fonte: ANSR e PSP, 2015

Em termos de segurança rodoviária, verificou-se no município de Lisboa um aumento de aproximadamente 14% no total de acidentes entre 2008 e 2014, sendo que o tipo de acidentes que maior aumento sofreu foram os “despistes” (57% entre 2008 e 2014), seguido das “colisões” (12%). Finalmente, os “atropelamentos” sofreram uma redução na ordem dos 6% para o mesmo período.

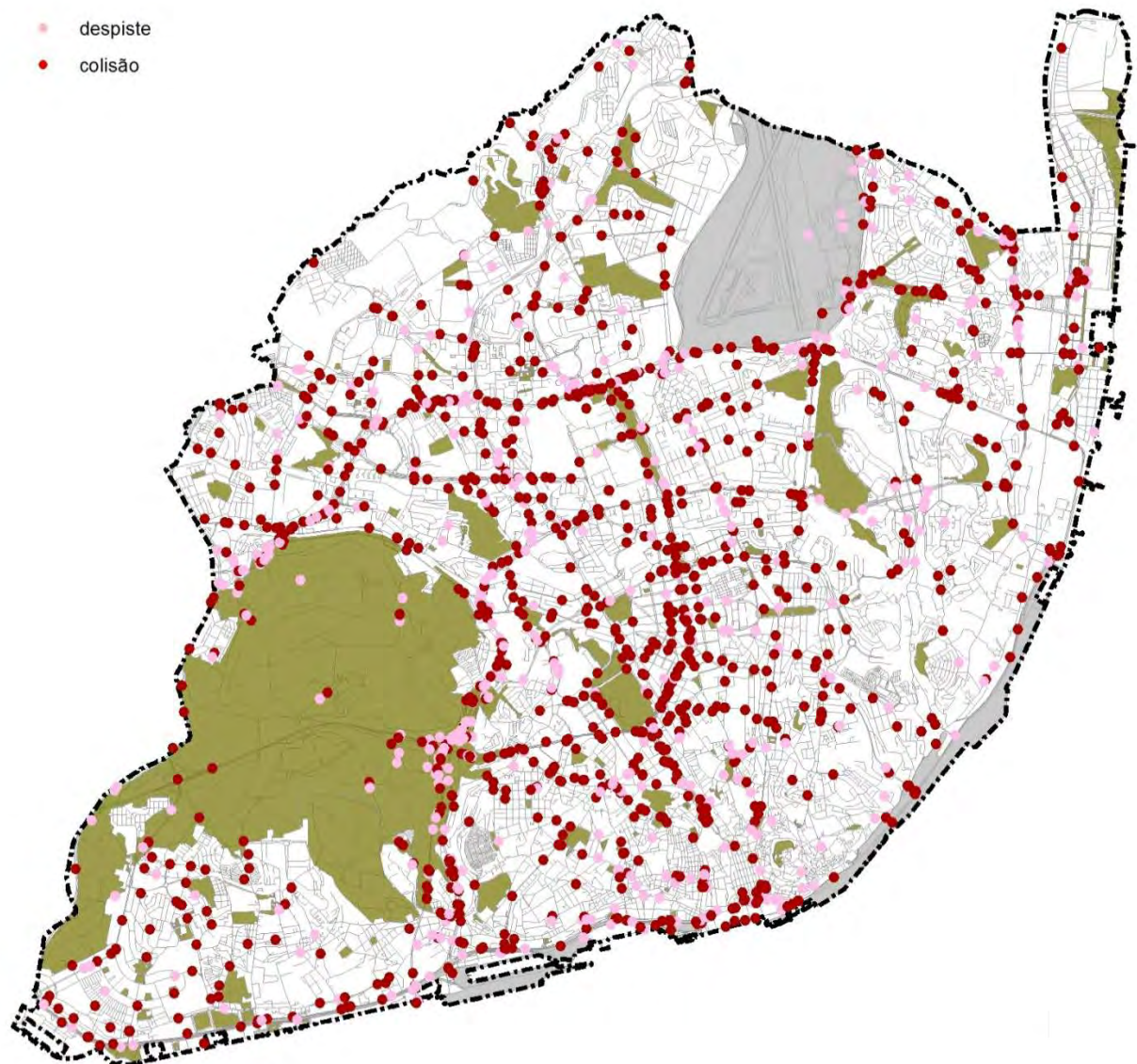
Figura 7.30 – Evolução do número de vítimas, por tipo, entre 2008 e 2013



Fonte: ANSR e PSP, 2015

No que respeita ao número de vítimas, observou-se um aumento do número total de vítimas de cerca de 12% entre 2008 e 2014. Embora a menos expressiva em termos absolutos, as “vítimas mortais” aumentaram 13% no período em análise. Por sua vez, os “feridos ligeiros” aumentaram 14% e, finalmente, a categoria “feridos graves” registou uma diminuição de sensivelmente 31%.

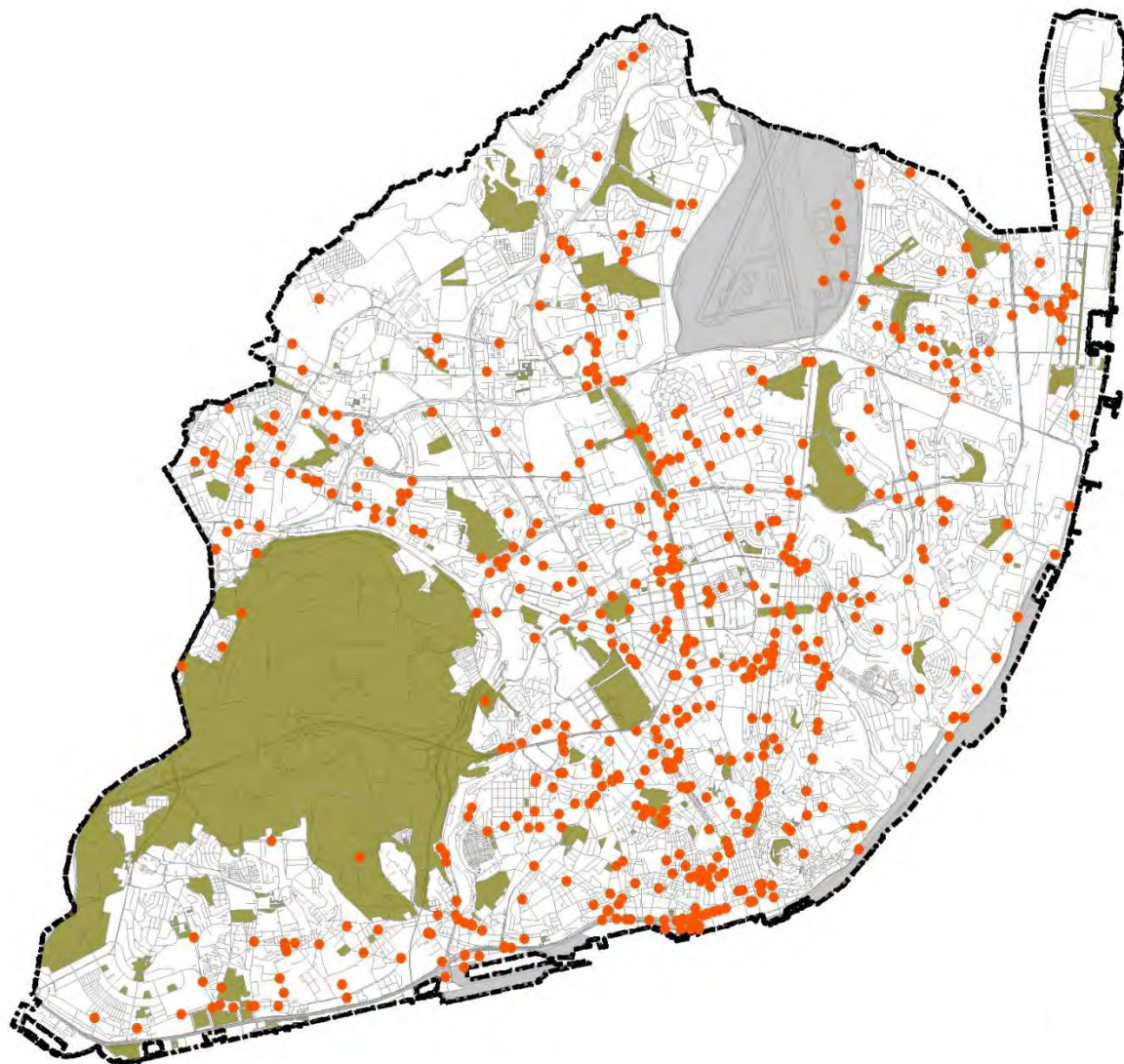
Figura 7.31 – Despistes e colisões na cidade de Lisboa em 2011



Fonte: PSP e ANSR, 2011

A análise espacial dos vários tipos de acidentes revela uma concentração de “despistes” elevada nas vias de primeiro nível hierárquico, nomeadamente ao longo das vias “segunda circular” e do “eixo norte-sul”. Em paralelo, os “atropelamentos” encontram-se mais dispersos embora, ainda assim, seja possível detetar uma concentração moderada deste tipo de acidentes ao longo de algumas vias do segundo e terceiro níveis hierárquicos (Avenida da República; Av. Fontes pereira de Melo; Av. da Liberdade, e; Av. Almirante Reis).

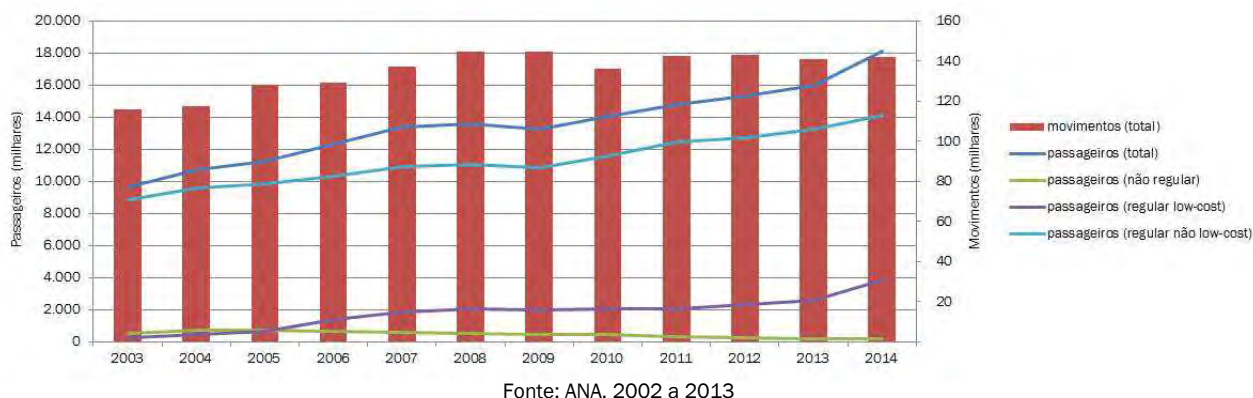
Figura 7.32 – Atropelamentos na cidade de Lisboa em 2011



Fonte: PSP e ANSR, 2011

7.2 Transporte Aéreo

Figura 7.33 - Evolução da Procura e Oferta no aeroporto de Lisboa entre 2002 e 2013



No que concerne ao transporte aéreo, no aeroporto de Lisboa, é possível observar na Fig. 7.30, que se registou um aumento de aproximadamente 88% no número total de passageiros transportados entre 2003 e 2014, o que corresponde a uma taxa de variação média anual de 6%. Relativamente à oferta em termos de número de movimentos de aeronaves, registou-se igualmente uma tendência de subida, tendo-se observado um crescimento de cerca de 33% no período em análise, traduzindo-se numa taxa de variação média anual de 2,9%.

Importa ainda referir, que em 2012 o aeroporto de Lisboa ultrapassou, pela primeira vez na sua história, os 15 milhões de passageiros assegurando 112 destinos através de 43 companhias aéreas (em rotas regulares).

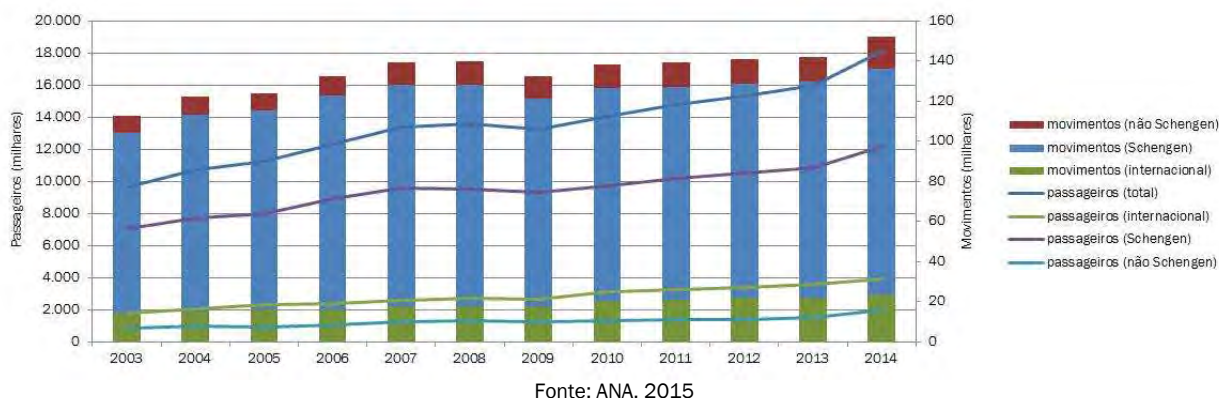
O segmento “low-cost” assinalou um crescimento no número de passageiros transportados na ordem dos 1273% entre 2003 e 2014; o que representa uma taxa média de crescimento anual de aproximadamente 30%. Em 2014, esse segmento representou 21% do total de passageiros transportados em tráfego comercial.

Em termos de origem dos passageiros transportados, constata-se que a tendência tem-se mantido idêntica em termos relativos durante o período em análise, sendo que os movimentos com origem internacional representaram 16% do total em 2014, os originários de países Schengen cerca de 74% e, finalmente os passageiros com origem noutros países não Schengen, totalizam 10%. (ver Fig. 7.31).

Considerando ainda a origem mas agora em termos de passageiros transportados, verifica-se que a proporção não varia muito dos movimentos e também se tem mantido relativamente constante ao longo do período de análise, tendo os passageiros transportados com origem internacional assumido 22% do

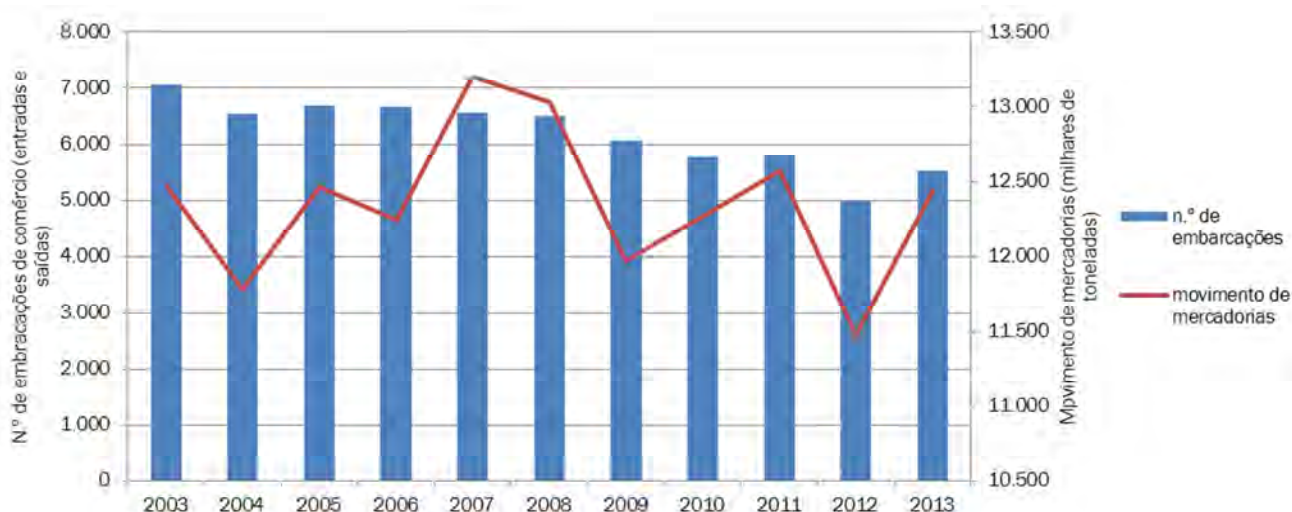
total; os com origem em países “Schengen” cerca de 67% e, finalmente, os com origem em países “não Schengen” aproximadamente 11% (ver Fig. 7.31).

Figura 7.34 - Evolução da procura e oferta no aeroporto de Lisboa entre 2002 e 2014



7.3 Transporte Marítimo

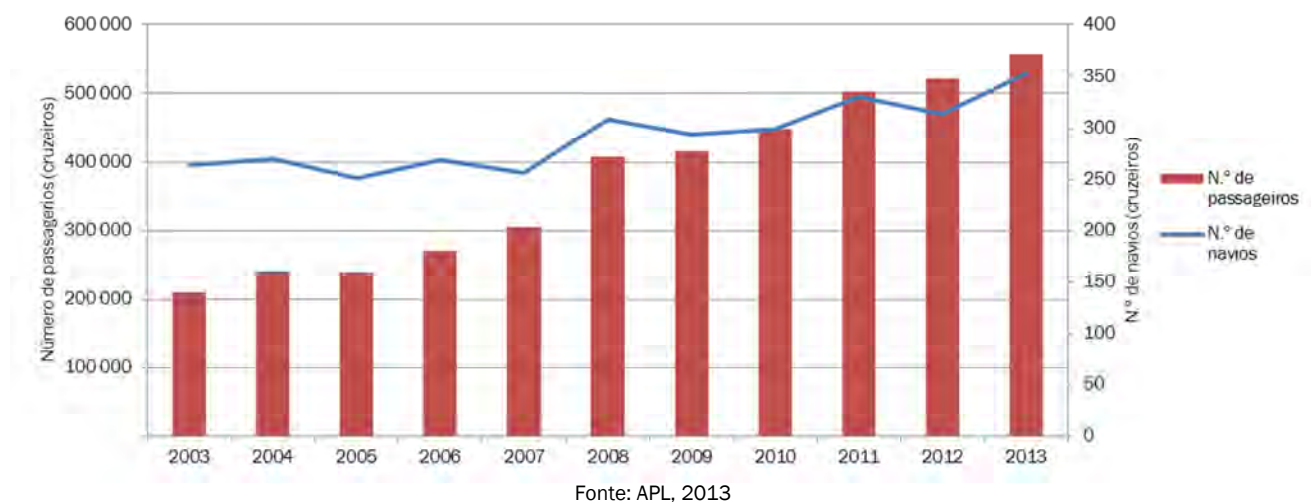
Figura 7.35 - Evolução dos movimentos de embarcações e de mercadorias no porto de Lisboa entre 2003 e 2013



Relativamente ao transporte marítimo, verificou-se um decréscimo de aproximadamente 22% no número de movimentos de embarcações no período 2003 - 2013, o que equivale a uma taxa de variação média anual de cerca de - 2,2%. No entanto, em 2013, o porto de Lisboa foi o que maior número de embarcações movimentou a nível nacional (5.522 movimentos), seguido do porto de Leixões (5.124 movimentos) e do porto de Sines (3.960 movimentos).

Para o mesmo período de análise (2003 a 2013) e no que concerne às mercadorias, o porto de Lisboa registou uma tendência de manutenção das toneladas movimentadas (embarcadas e desembarcadas) e em trânsito, sendo que essa tendência não foi constante, verificando-se alguns aumentos e decréscimos durante esse período. Em 2013, o tipo de mercadorias com maior peso no porto de Lisboa foi a carga geral (46%), seguido de granéis sólidos (40%) e de granéis líquidos (14%).

Figura 7.36 - Evolução do número de cruzeiros e respetivos passageiros entre 2003 e 2013



No que respeita ao movimento de cruzeiros no porto de Lisboa, tem-se assistido a uma tendência de crescimento, sendo que no período em análise observou-se um aumento de aproximadamente 34% no número de embarcações de cruzeiros, correspondendo a uma taxa média de variação anual na ordem dos 3,3%. Em relação aos passageiros em cruzeiros, registou-se um crescimento muito significativo no período em análise: 167% (equivalendo a uma taxa média de variação anual de 10,7%).

8. INFRAESTRUTURAS

8.1 Drenagem Pública de Águas Residuais

8.1.1 Sistema de saneamento da cidade de Lisboa

O sistema de drenagem da cidade de Lisboa é muito diversificado e complexo:

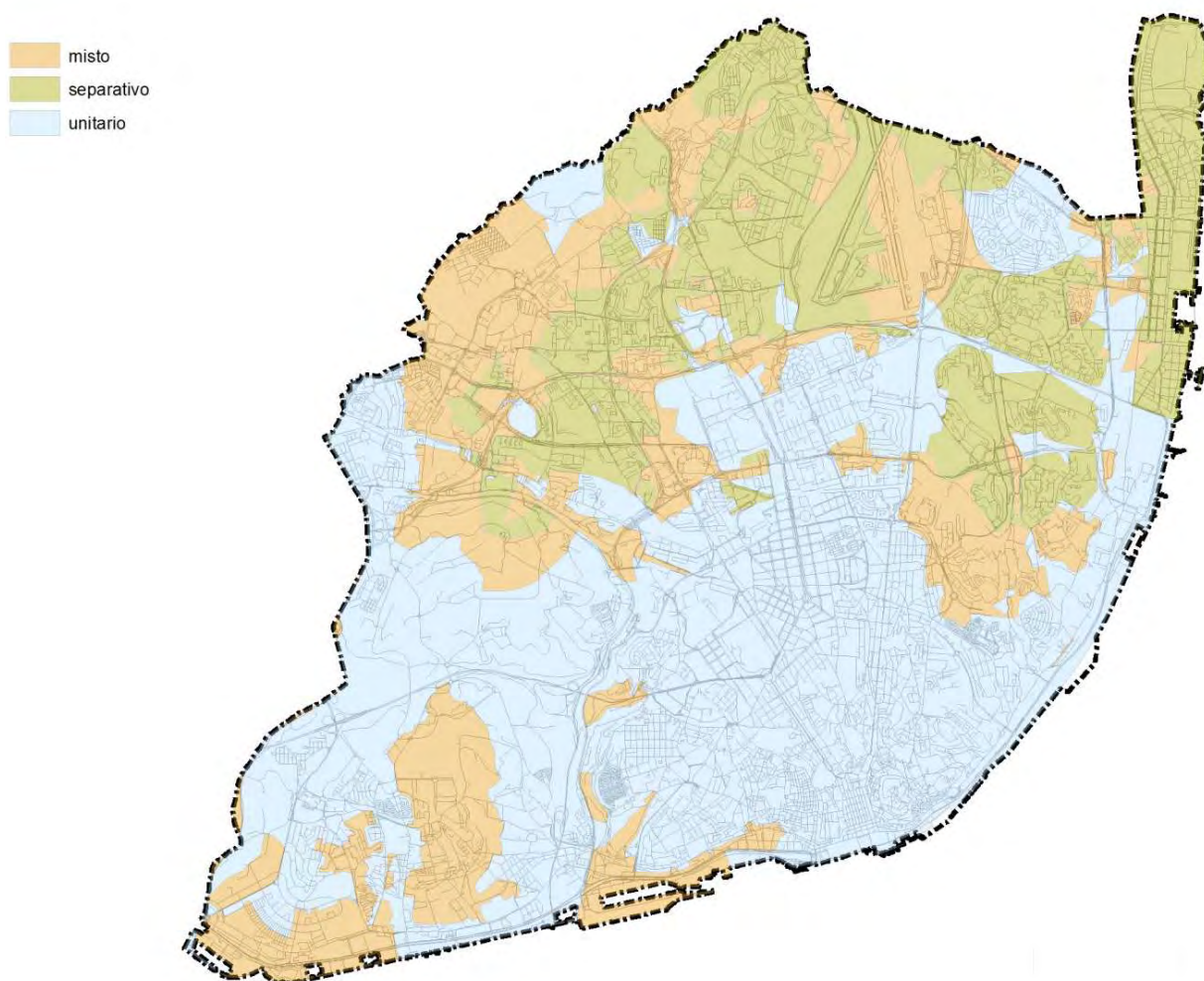
Redes unitárias - um coletor transporta águas residuais domésticas e pluviais:

- Redes separativas - conjunto de dois coletores, um que transporta águas residuais domésticas e outro, as águas residuais pluviais;
- Redes pseudo-separativas - são redes separativas, em que por falta da capacidade do coletor de águas residuais domésticas foi efetuado uma ligação do doméstico para o coletor de águas residuais pluviais, funcionando assim como um falso separativo;
- Redes malhadas - a rede funciona como uma malha, estando todos os coletores das ruas interligados. É exemplo a zona entre o Terreiro do Paço e o Rossio.

A rede de saneamento da cidade de Lisboa está dividida na rede em “alta” e baixa”. A rede em “alta” está concessionada a AdLVT e a rede em baixa é de gestão da Câmara Municipal de Lisboa.

Através do Decreto-Lei n.º 288-A/2001 foi criado o sistema municipal de saneamento do Tejo e Trancão - Sistema para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira. O n.º1 do art.º 6º determina que o exclusivo da exploração e gestão do sistema é adjudicado, em regime de concessão à SIMTEJO S.A. (atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo, AdLVT), por um prazo de 30 anos. O dia 1 de Maio de 2002 marca o início da exploração das infraestruturas concessionadas, isto é, das estações de tratamento da cidade de Lisboa e toda a rede em “alta”.

Figura 8.1 - Tipos de sistemas



Fonte: CML (DMPO), 2015

Quadro 8.1 – Dados sobre o tipo de sistema

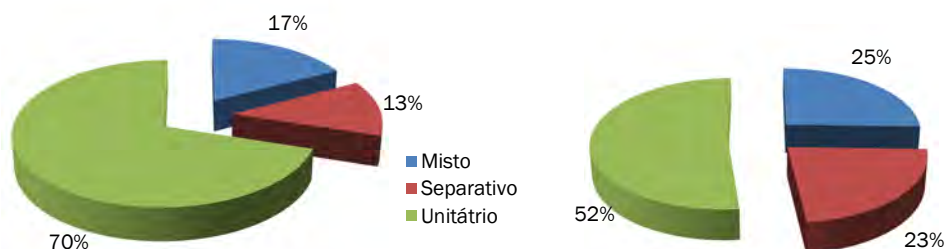
		2009
Edificado ligado ao sistema	Separativo	7.753
	Unitário	43.603
	Misto	10.774
Área da cidade coberta pelo sistema (ha)	Separativo	1.967
	Unitário	4.440
	Misto	2.184

Fonte: CML (DMO), 2015

Figura 8.2 – Dados sobre o tipo de sistema:

Edificado ligado ao sistema (2009)

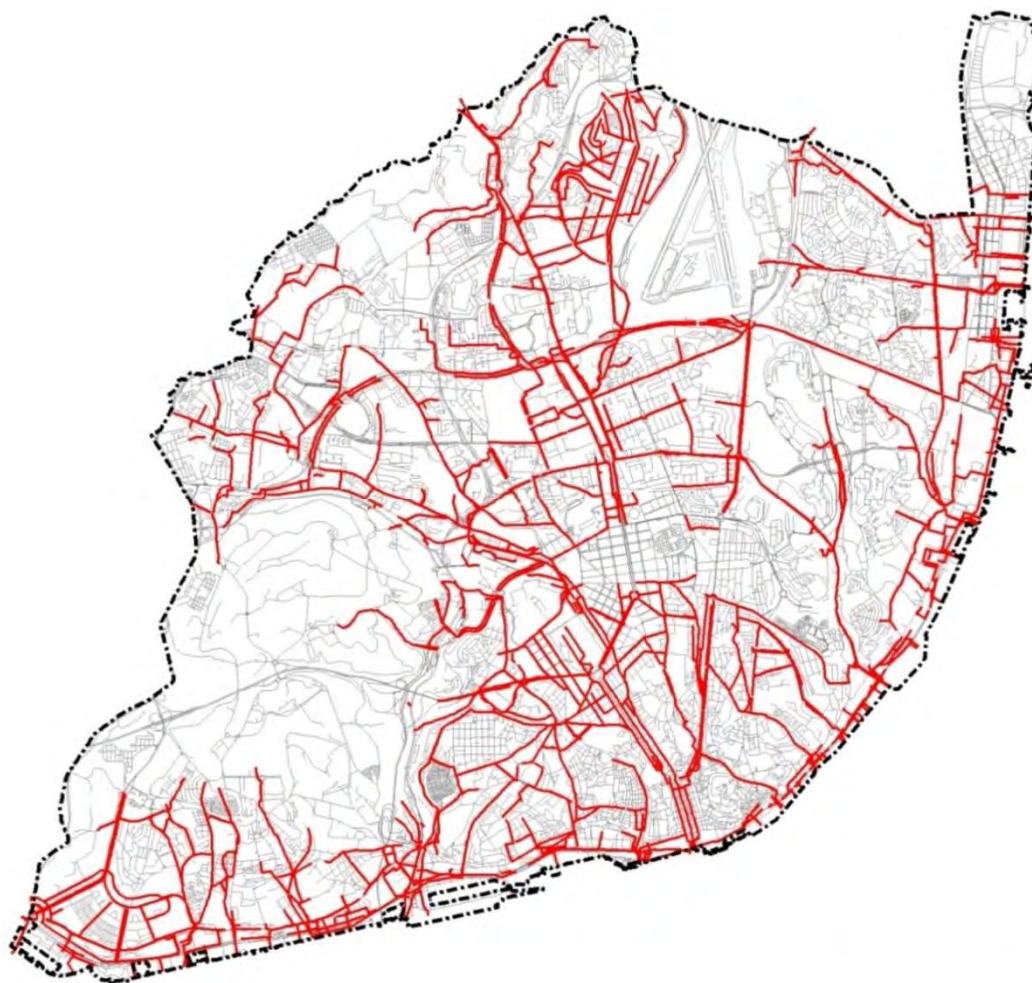
Área da cidade coberta pelo sistema (2009)



Fonte: CML (DMO), 2015

No que respeita ao tipo do sistema, de um total de 8.591ha, servido pela área em estudo do Plano Geral de Drenagem de Lisboa, a rede unitária corresponde a 52%, a rede separativa 23% e as restantes funcionam como um sistema misto. Do edificado existente, num total de 62.130 edifícios, 70% encontra-se ligado à rede unitária, 13% à rede separativa e o restante a um sistema misto.

Figura 8.3 - Rede principal do sistema de drenagem



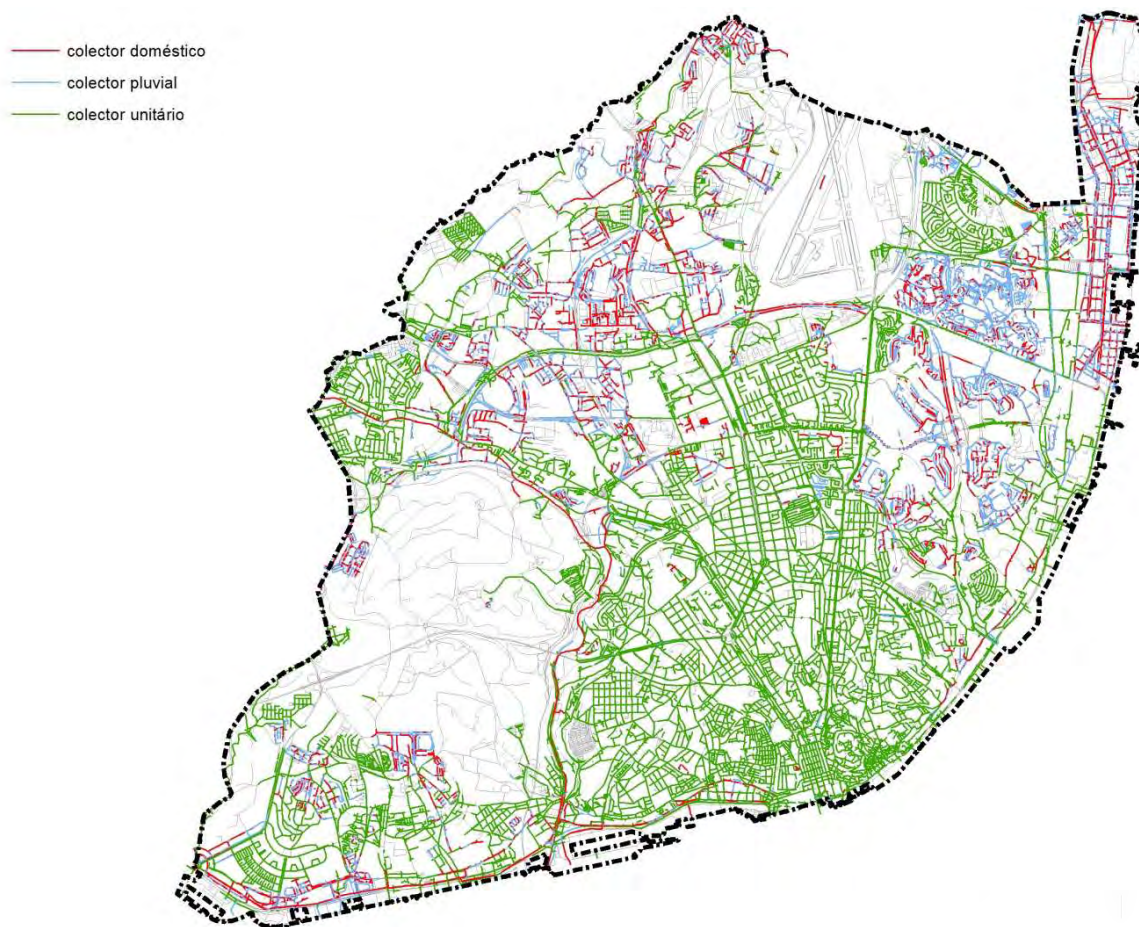
Fonte: CML (DMPO), 2015

Quadro 8.2 – Sistema de drenagem

	Nº	Área (m ²)	Comprimento Total (m)
Rede Principal			359.423
Sistema Intercetor Existente			26.622
Sistema Intercetor Proposto			3.215
Bacias de Retenção/Infiltração	41		
Reservatório Proposto	5	2.4019	
Trincheira de Infiltração	1	9.899	1.385
ETAR	3	114.719	
Área de Proteção do Traçado Provável do Caneiro de Alcântara		228.583	
Rede Secundária			1.139

Fonte: CML (DMPO), 2012

Figura 8.4 - Plano geral de drenagem



Fonte: CML (DMPO), 2015

Quadro 8.3 - Extensão de coletores (Km)

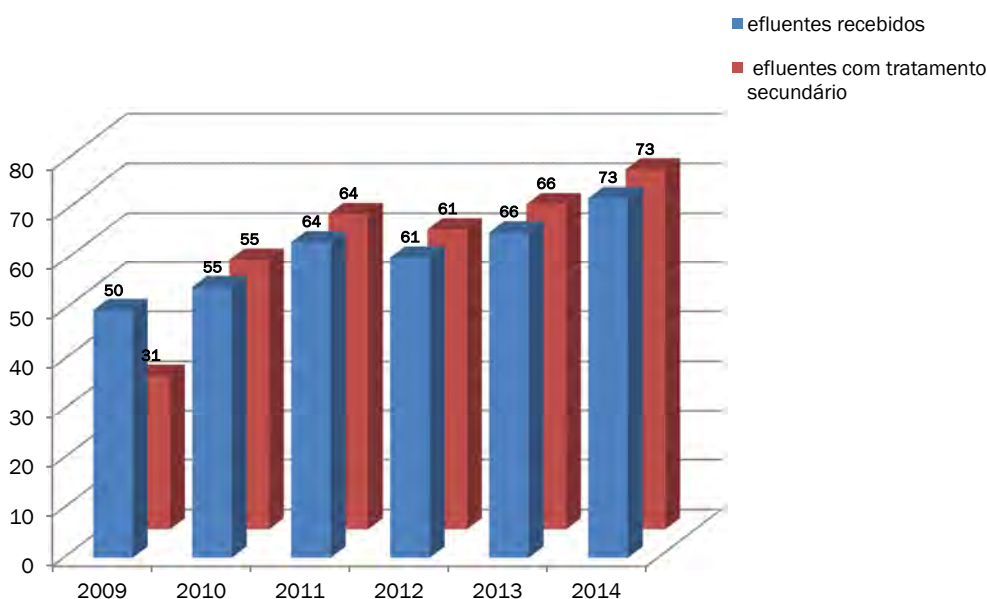
	2016
Não conhecido	1,19
Domésticos	308,50
Pluviais	406,65
Unitários	791,06

Fonte: CML (DMPO; DCMIVP; DS), 2016

8.1.2 Estações de tratamento de águas residuais da cidade de Lisboa

A cidade de Lisboa é servida por três estações de tratamento de águas residuais, nomeadamente ETAR de Beirolas, ETAR de Alcântara e ETAR de Chelas, todas com tratamento terciário. Dos três sistemas que servem a cidade de Lisboa, Chelas é o único que drena apenas caudais do Município de Lisboa. As outras drenam também caudais da Amadora, Oeiras, e Loures. Desde 2010 que o volume total de efluentes recebidos do Município de Lisboa recebe tratamento.

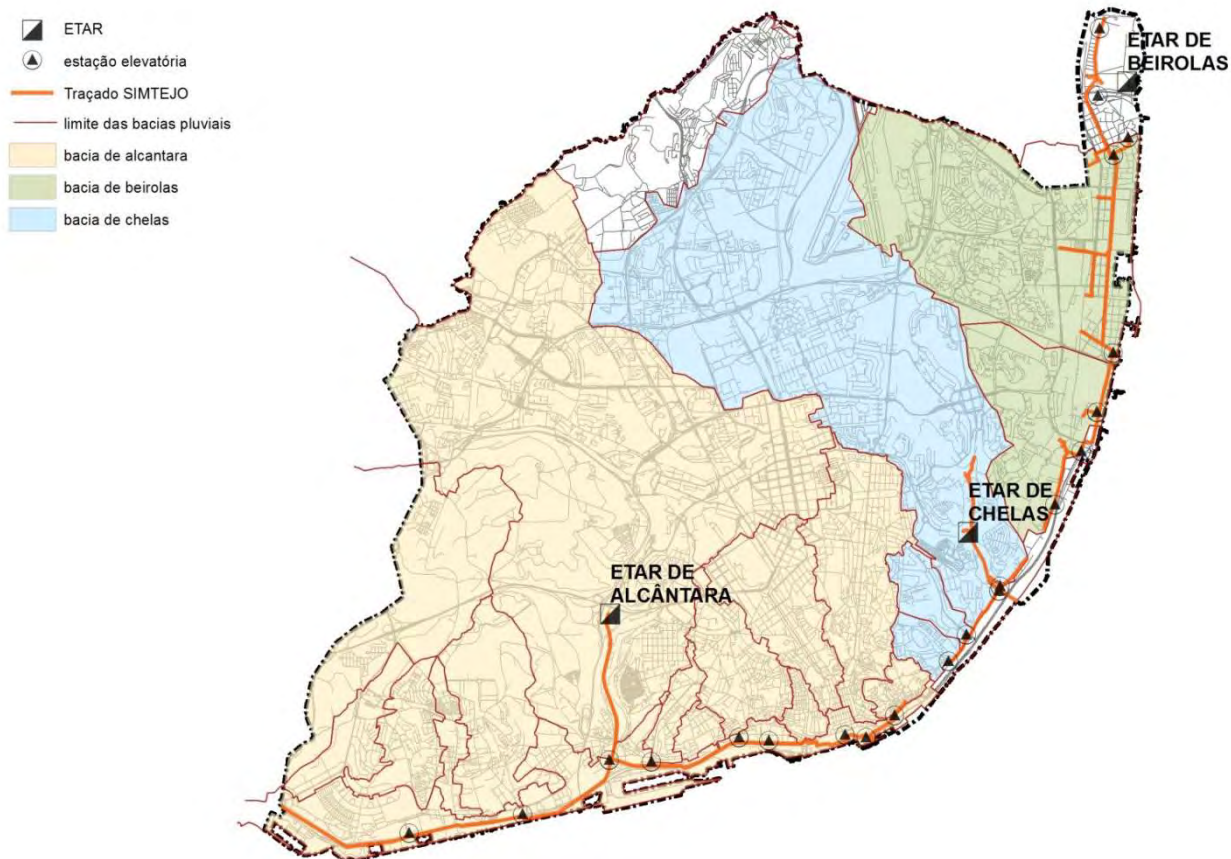
Figura 8.5 - Evolução dos efluentes só do Município de Lisboa (milhões m³/ano)



Fonte: AdLVT 2015 ¹

¹ Os volumes apresentados dizem apenas respeito às contribuições geradas pelo Município de Lisboa. Os cálculos do volume de água recolhida resultam da medição efetuada em cada uma das ETAR, afetada pela percentagem de população de cada município servido pela mesma ETAR. Os caudais médios dizem respeito às ETAR contabilizando a globalidade e dos caudais afluentes de todos os municípios servidos. A ETAR de Alcântara está desde o terceiro trimestre de 2009 (Outubro) em funcionamento com tratamento de nível secundário.

Figura 8.6 – Áreas abrangidas pelas estações de tratamento da cidade de Lisboa



Fonte: CML (DMPO), 2015

8.1.3 Fossas sépticas

Está praticamente reduzida na zona de Monsanto a localização das fossas sépticas, concretamente dos restaurantes e zonas recreativas de Monsanto. Como se trata de uma zona com alguns locais sem rede de saneamento, esta situação foi colmatada com a construção de fossas sépticas que periodicamente são limpas.

Também nesse âmbito a Câmara Municipal de Lisboa construiu uma Fito-ETAR que está localizada em Monsanto tendo efetuado um enquadramento paisagístico com essa construção.

8.1.4 Plano geral de drenagem da cidade de Lisboa

As situações de inundação em Lisboa são frequentes, em particular nas zonas baixas e planas da cidade situadas a jusante de bacias hidrográficas de grande dimensão e com uma ocupação significativa, como é o caso das zonas baixas de Alcântara e de Chelas. As redes de drenagem destas áreas, junto ao estuário, estão sujeitas às marés e possuem uma reduzida disponibilidade gravítica para o escoamento dos caudais gerados a montante. A situação tem tendência a agravar-se devido à crescente ocupação do território e ao

efeito de alterações climáticas, nomeadamente no que respeita ao aumento do nível médio de água do mar e ao aumento da probabilidade de ocorrência de eventos extremos de precipitação. Essas situações constituem desafios particularmente difíceis de resolver.

O Plano Geral de Drenagem de Lisboa (2016-2030), aprovado por unanimidade pelo Executivo Camarário em 16 de Dezembro de 2015, iniciou-se em finais de 2014, com o objetivo de proceder à atualização do anterior Plano Geral de Drenagem de Lisboa (PGDL), aprovado em 2008. Esta atualização consubstanciou-se em:

- atualizar a informação disponível sobre a rede de drenagem;
- verificar o interesse e prioridade das intervenções anteriormente previstas;
- aprofundar as soluções para responder aos principais problemas de drenagem da cidade de Lisboa.

É importante referir que, desde 2008, foram realizadas importantes intervenções para encaminhar as águas residuais domésticas para tratamento, tendo a situação da cidade de Lisboa melhorado, significativamente, nesse aspeto. Neste âmbito, é de realçar as intervenções nas frentes de drenagem entre o Largo Chafariz de Dentro e o Terreiro do Paço, entre o Terreiro do Paço, Cais do Sodré e Alcântara, e entre Algés e Alcântara, que incluíram a construção de emissários domésticos em “alta” e de descarregadores para controlo de caudal, a instalação de sistemas elevatórios e o alargamento de secção de descargas pluviais. Para além destas importantes intervenções nas frentes de drenagem das zonas baixas da cidade, também se procedeu à reabilitação de diversas infraestruturas noutras locais da cidade. Foram ainda instalados, a partir de 2008 e por parte da SIMTEJO S.A. (atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo, AdLVT), udómetros e medidores de caudal, constituindo-se um sistema de monitorização que tem permitido uma gestão mais adequada do sistema.

Dadas as obras das últimas duas décadas na cidade de Lisboa, pode referir-se que, na sua quase totalidade, encontram-se resolvidos os problemas de poluição e contaminação dos meios recetores (fundamentalmente o estuário do rio Tejo), em tempo seco, dado que a rejeição se processa, regra geral, após tratamento, numa das três Estações de Tratamento de Águas Residuais da cidade (ETAR de Alcântara, Chelas e Beirolas).

Neste sentido, o PGDL (2016-2030) focou-se fundamentalmente nos problemas de drenagem pluvial da cidade de Lisboa, nomeadamente:

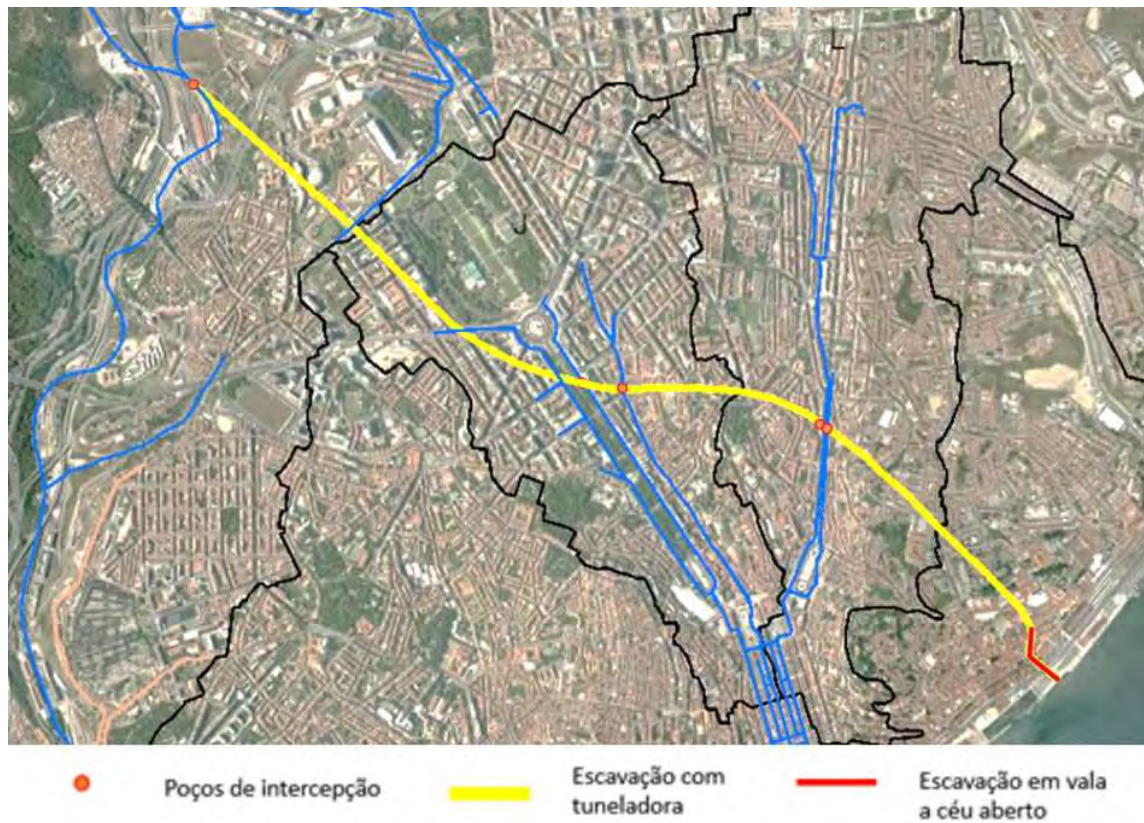
- Atualizar a informação sobre a rede principal de drenagem pluvial de Lisboa, em função das obras realizadas ou previstas para o curto prazo e dos elementos recolhidos em estudos ou levantamentos realizados;
- Verificar as estimativas de caudal cruzando-as com os resultados da monitorização de precipitação e de caudal levados a cabo pela AdLVT;
- Rever o anterior plano de intervenções, o que inclui a verificação do interesse das soluções então previstas com eventual proposta de alternativas, a priorização de intervenções e a estimativa de custos;
- Propor soluções para os principais problemas de drenagem pluvial da cidade de Lisboa, nomeadamente na zona de Alcântara/Largo das Fontainhas, Rua das Pretas/Rua de São José/Rossio, Martim Moniz/Praça da Figueira, Xabregas/Rua Gualdim Pais e Avenida de Berlim;

- Verificar as soluções propostas para os problemas de inundação de origem localizada que ocorrem com frequência nalguns locais da cidade, nomeadamente na zona baixa de Alcântara, Sete Rios, Rua de S. José/Portas de Stº Antão, Praça da Figueira, Martim Moniz, Av. Berlim, Paço do Lumiar, Xabregas e Bairro de Santa Cruz;
- Verificar em que medida as intervenções urbanísticas previstas para o corrente mandato constituem oportunidades de desenvolvimento das soluções de drenagem previstas, realizando-as a par dessas intervenções;
- Apresentar um plano de monitorização da rede de drenagem que complemente o esforço de monitorização da AdLVT, e um plano de atualização do cadastro e inspeção da rede de drenagem.

Por outro lado constituíram princípios orientadores desta atualização dotar a cidade com um conjunto de infraestruturas de drenagem estruturantes que a preparasse para os desafios do século XXI, com o minimizar dos impactos sociais e ambientais das cheias e inundações, integrando as ações previstas com o desenvolvimento da cidade preconizado no Programa Diretor Municipal (PDM), com as boas políticas em matéria de adaptação climática e com as ações previstas noutros programas em desenvolvimento na cidade, sendo de destacar o Plano Uma Praça em cada Bairro, o Plano de Acessibilidades e o Plano de Pavimentação.

A análise dos custos e benefícios das várias alternativas conduziu a um conjunto de recomendações que combinam soluções de reserva, por exemplo a bacia a céu aberto do Alto da Ajuda e a bacia da Ameixoeira, com intervenções estruturantes, de desvio de caudais recorrendo a túneis com diâmetro de cerca de 5,5m, com cerca de 5km (túnel de Monsanto-Santa Marta-Santa Apolónia – Figura 8.7) e cerca de 1km (túnel Chelas-Beato – Figura 8.8).

Figura 8.7 – Traçado do Túnel de drenagem Monsanto - Stª Marta - Stª Apolónia



Fonte: CML (DMPO), 2016

Figura 8.8 – Traçado em Planta do Túnel de Chelas – Beato



Fonte: CML (DMPO), 2016

8.2 Infraestruturas de Subsolo

Cabe à Câmara Municipal administrar o domínio público municipal e cabe ao Município de Lisboa regular a ocupação por motivo de obras ou trabalhos e a utilização mais duradoura do seu domínio público, o qual compreende todo o espaço aéreo, solo e subsolo dentro da área da respetiva circunscrição administrativa.

O Regulamento de Obras na Via Pública que se encontra ainda em vigor foi aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa em 19 de junho de 1963, tendo sido publicado através do Edital n.º 156/63 no Diário Municipal n.º 8557, de 21 setembro de 1963, e alterado através do Edital 68/72.

Volvidos 52 anos, urge aprovar um novo regulamento, adequado à realidade atual e à legislação aplicável em vigor designadamente no que diz respeito à gestão do domínio público municipal, à realização de operações urbanísticas e à construção, ampliação e remodelação ou reparação de infraestruturas urbanas, nomeadamente redes de transporte e/ou distribuição de energia elétrica e de iluminação pública, redes de comunicações eletrónicas, redes de abastecimento de água, redes de abastecimento de gás, sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, redes de águas quentes e frias (AQF), redes de sinalização luminosa automática de trânsito (SLAT), de sistemas de gestão de resíduos urbanos e infraestruturas de suporte destinadas a transportes públicos.

Para o efeito, o novo “Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público”, publicado no Diário da República n.º 247/2015, Série II, visa acautelar os seguintes princípios:

- Princípio da salvaguarda da segurança de pessoas e bens na execução de obras ou trabalhos no domínio público municipal e espaço público;
- Princípio da coordenação das intervenções no domínio público municipal;
- Princípio da onerosidade da atribuição/exercício do direito de ocupação do domínio público em consequência da realização de obras ou trabalhos de construção, ampliação e remodelação ou reparação de infraestruturas urbanas, nomeadamente redes de transporte e/ou distribuição de energia elétrica e de iluminação pública, redes de comunicações eletrónicas, redes de abastecimento de água, redes de abastecimento de gás, sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, redes de AQF, redes de SLAT, de sistemas de gestão de resíduos urbanos e relativas infraestruturas de suporte destinadas a transportes públicos no domínio público municipal, bem como do direito de utilização/passagem no mesmo e do direito de acesso de empresas de comunicações eletrónicas a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que sejam da titularidade do Município de Lisboa integradas no domínio público municipal.

E prosseguir os seguintes objetivos:

- Regular as condições de ocupação e utilização do espaço público com a construção, ampliação e remodelação ou reparação das infraestruturas urbanas já referidas;
- Disciplinar a atribuição/exercício, no quadro da execução das referidas obras ou trabalhos, do direito de utilização/passagem dos titulares ou gestores das infraestruturas urbanas já referidas;
- Estabelecer as condições da atribuição/exercício do direito de acesso, a empresas de comunicações eletrónicas, a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas da titularidade do Município de Lisboa e já construídas no domínio público municipal, ou a construir,

nomeadamente as que vierem a ser construídas no âmbito das ITUR e a serem integradas no domínio municipal ou de outras cedências para o domínio público municipal;

- Promover a eliminação das infraestruturas obsoletas e sem utilização (vulgo cabos mortos);
- Promover a migração das infraestruturas que se encontram apostas sobre as fachadas dos edifícios para o subsolo, nomeadamente a da rede elétrica e das redes de comunicações eletrónicas, que comprometem não só segurança e integridade, mas também o valor histórico/patrimonial dos edifícios, efetivando-se a aplicação do artigo 49º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL);
- Limitar e disciplinar a ocupação da via pública minimizando os prejuízos para a acessibilidade dos cidadãos em geral e prevenindo os riscos dela decorrentes, especialmente para crianças, idosos, pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada concretizando os importantes deveres que os Municípios têm em matéria de acessibilidade, nomeadamente os que decorrem do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, e da Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto;
- Aproveitar as obras de construção, ampliação e remodelação ou reparação das infraestruturas urbanas, para, no âmbito da respetiva área de intervenção e dos respetivos trabalhos, eliminar progressivamente a desconformidade com as normas técnicas de acessibilidade existentes no domínio público, em coerência com o interesse público e com as obrigações decorrentes do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de setembro.

As soluções propostas incluem ainda intervenções complementares de separação de caudais (descarregadores), de minimização de perdas de carga localizadas, de controlo na origem (isto é, soluções de infiltração e reserva a montante da rede física de coletores), de reforço da capacidade de coletores das redes principais e secundárias, de reforço da captação do escoamento de superfície (sarjetas de passeio e sumidouros de grades) e de beneficiação das descargas por alargamento de saídas no rio Tejo.

No âmbito do plano, prevê-se que as principais intervenções estruturantes e intervenções complementares tenham lugar num período de 5 anos, entre 2016 e 2020, ascendendo a cerca de 114 milhões de euros. No período seguinte, entre 2021 a 2030, prevêem-se investimentos adicionais de cerca de 64 milhões de euros, num total de cerca de 178 milhões de euros, entre 2016 e 2030.

As ações previstas no plano não respeitam apenas a intervenções físicas de construção, mas também a intervenções de aquisição e aumento do conhecimento, incluindo o levantamento de cadastro e inspeção CCTV, de formação e capacitação dos serviços e, ainda, de monitorização e aviso para suporte à gestão avançada e apoio à decisão.

O Plano Geral de Drenagem de Lisboa pretende, assim, contribuir para dar resposta às preocupações do executivo camarário, definindo abordagens e estratégias de intervenção de curto e médio prazos, de forma a satisfazer os desafios atuais e futuros da drenagem da cidade, com prioridade para a proteção de pessoas e bens, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental.

8.3 Resíduos Sólidos Urbanos

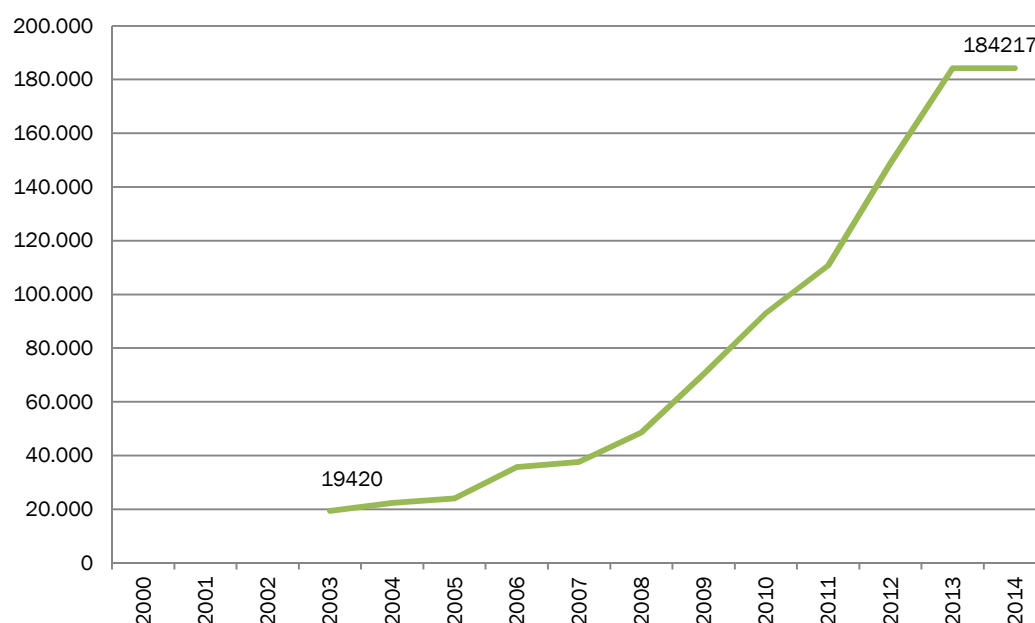
8.3.1 Evolução dos sistemas de recolha seletiva

No final da década de 80, a Câmara Municipal de Lisboa iniciou a recolha seletiva de vidro, através da colocação de vidrões do tipo “iglô” na via pública. Em 1993 foram abertos 40 centros de receção de papel usado, lançando-se a primeira campanha de sensibilização dirigida à população da cidade. De seguida, teve início um projeto-piloto de recolha porta-a-porta de papel em grandes produtores, com enfoque na participação das empresas, serviços da CML e escolas. Em 1997 iniciou-se a recolha seletiva através de ecopontos, permitindo a separação de um novo fluxo de resíduos: as embalagens de metal, plástico e cartão para líquidos alimentares. A instalação deste equipamento na via pública atingiu no ano 2000 um universo de cerca de 1.000 ecopontos e 300 vidrões isolados.

Posteriormente houve necessidade de promover outras formas de recolha seletiva, com a introdução de sistemas de deposição mais próximos da população, de modo a incentivar práticas de separação e a incrementar as quantidades de resíduos enviados para reciclagem.

Assim, em 2003, implementou-se o sistema de recolha seletiva porta-a-porta de papel e embalagens nos bairros habitacionais dos Olivais e Alto do Lumiar. Este sistema tem vindo a ser alargado, até hoje, a outras áreas residenciais da cidade, maioritariamente nas coroas periféricas da cidade, bem como a bairros históricos e zonas de moradias. Saliente-se que os bairros históricos não tinham qualquer sistema de recolha seletiva. Na Figura 8.3.1 é apresentado o crescimento do número de alojamentos servidos por recolha seletiva porta-a-porta de papel e embalagens.

Figura 8.3.1 – Evolução do número de fogos abrangidos por recolha seletiva porta-a-porta



Fonte: CML (DMAU; DHU), 2015

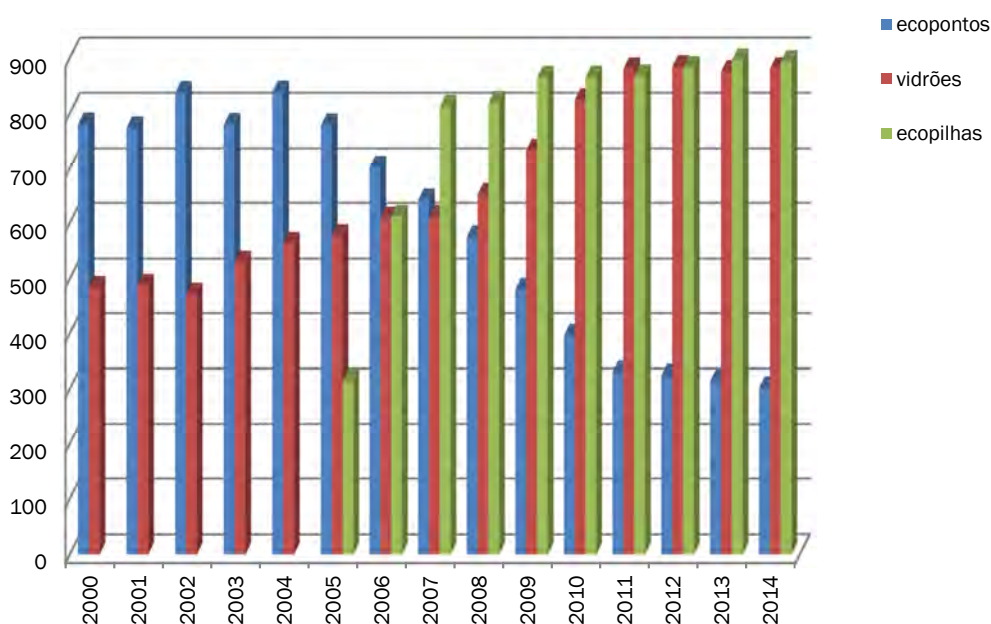
Atualmente o número de fogos abrangidos pelo sistema de recolha seletiva porta-a-porta é de cerca de 184.200, o que representa 57% da totalidade dos alojamentos em Lisboa (fevereiro de 2015).

Excetua-se a zona do Parque das Nações, com cerca de 8.100 fogos (de acordo com os censos de 2011), que é servida por um sistema de recolha pneumática. Esta infraestrutura subterrânea liga, em rede, todos os edifícios residenciais, comerciais e locais exteriores de limpeza/recolha pública. A responsabilidade pela gestão urbana da zona de intervenção da Expo 98 passou para o município de Lisboa a 1 de dezembro de 2012.

Em zonas residenciais onde a deposição dos resíduos é coletiva, ou seja, em áreas servidas por contentores de grande capacidade na via pública, foram implementadas ecopilhas, juntando-se, num mesmo local, diferentes contentores, tanto para a fração indiferenciada como reciclável (papel/cartão, embalagens e vidro). Este sistema, em vigor desde 2005, encontra-se atualmente implementado na maioria dos bairros sociais.

De seguida, apresenta-se a Figura 8.3.2 com a evolução dos diferentes equipamentos de deposição seletiva disponibilizados à população na via pública.

Figura 8.3.2 - Evolução do número de ecopontos, vidrões e ecopilhas



Fonte: CML (DMAU; DHU), 2015

O número de ecopontos tem vindo a diminuir desde 2000 dado que este sistema tem sido substituído por outros sistemas de recolha seletiva, tais como a recolha porta-a-porta e ecopilhas. A recolha de vidro em todas as áreas residenciais da cidade continua a ser efetuada através de vidrões, pelo que o seu número, ao contrário dos ecopontos, tem vindo a crescer.

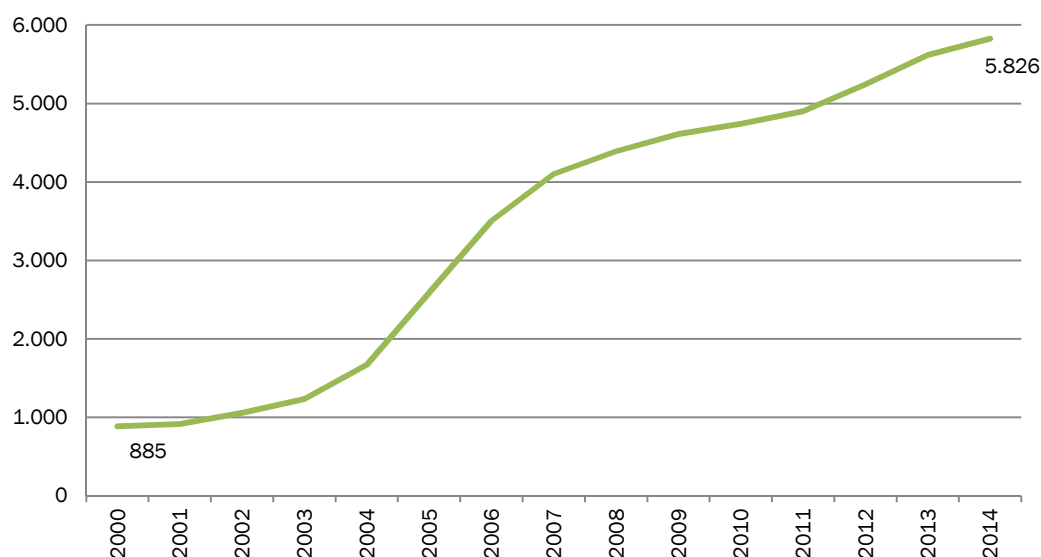
Por outro lado, desde 2002, foram também desenvolvidos projetos especificamente dirigidos para o comércio e serviços, com a introdução de recolha seletiva de papel, embalagens e vidro junto de

estabelecimentos comerciais, restaurantes e similares, em áreas com elevada densidade comercial, como seja o centro da cidade e bairros históricos.

Em parceria com a *Valorsul*, no ano de 2005, iniciou-se a recolha seletiva de resíduos biodegradáveis junto da restauração, mercados, refeitórios, entre outros, com vista à sua valorização através de digestão anaeróbia e produção de energia elétrica.

A concretização destes projetos contribuiu para que o número de atividades económicas abrangidas pela recolha seletiva porta-a-porta tenha vindo a evoluir positivamente, tal como se pode observar na Figura 8.3.3.

Figura 8.3.3. – Evolução do número de entidades abrangidas por recolha seletiva porta-a-porta de, pelo menos, um dos seguintes materiais: papel/cartão, vidro, embalagens e/ou resíduos biodegradáveis



Fonte: CML (DMAU; DHU), 2015

Em Fevereiro de 2015, o universo das atividades económicas que atualmente têm recolha seletiva porta-a-porta, de pelo menos um tipo de resíduo valorizável, já era de cerca de 5.850 entidades.

8.3.2. Evolução das quantidades recolhidas de resíduos

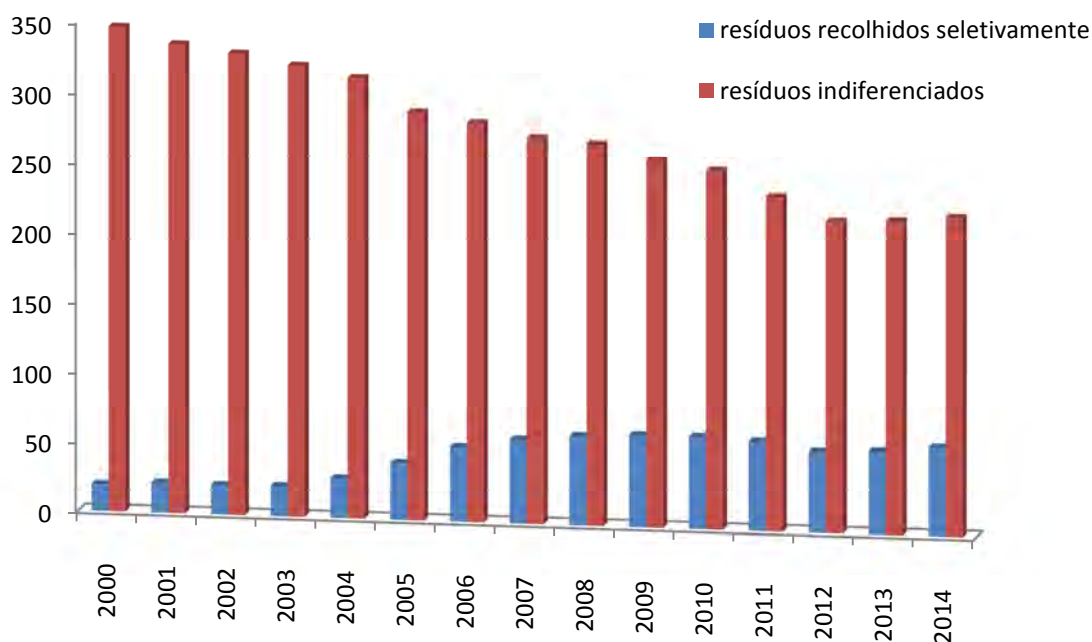
Pese embora a população lisboeta tenha diminuído entre 1991 e 2001 (segundo os censos, a população diminuiu de 663.394 habitantes para 564.657, respetivamente), até ao ano de 1999 registou-se um aumento significativo dos resíduos urbanos recolhidos, o que poderá dever-se ao crescimento da população flutuante em Lisboa e/ou à alteração de hábitos de consumo.

Nos anos subsequentes (Figura 8.3.5) notou-se um decréscimo dos quantitativos recolhidos, possivelmente decorrente de uma série de fatores, tais como, a recente e desfavorável conjuntura socioeconómica, a deslocação de empresas e locais de trabalho para fora do concelho e a contínua

redução do número de residentes na cidade (segundo os últimos censos, de 2011, o número de habitantes desceu para 547.733, não incluindo o Parque das Nações).

Na Figura 8.3.4 é apresentada a evolução da quantidade total de resíduos recolhidos ao longo das últimas décadas, diferenciando-se a fração indiferenciada da recolhida seletivamente.

Figura 8.3.4. – Evolução da quantidade total de resíduos recolhidos (milhares de toneladas)



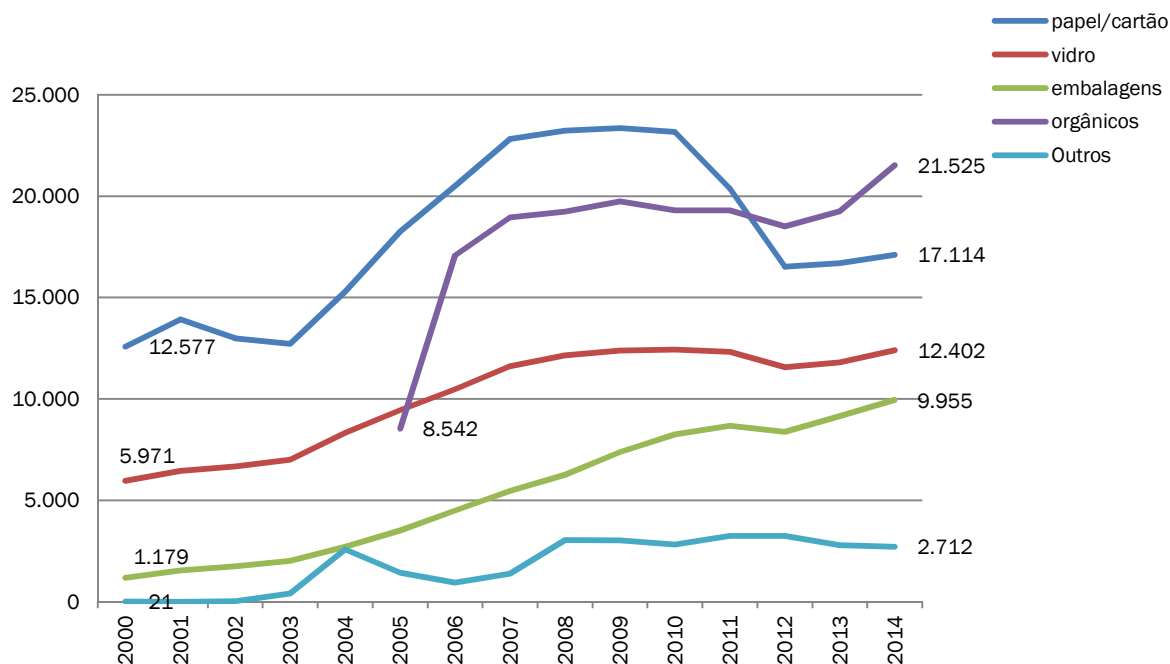
Fonte: CML (DMAU; DHU), 2015

A partir do ano 2000, o decréscimo da fração indiferenciada (mais acentuado face a anos anteriores), deve-se sobretudo ao aumento da separação de resíduos e ao seu desvio para reciclagem.

A partir de 2012 parece haver uma inversão da tendência de decréscimo das quantidades recolhidas de resíduos, provavelmente devido a alterações do contexto económico e retoma da economia, notando-se uma recuperação ao nível da fração seletiva.

Os resíduos recolhidos seletivamente englobam o papel/cartão, vidro, embalagens, resíduos biodegradáveis e outros resíduos específicos, tais como, pilhas, madeira, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, materiais ferrosos, veículos em fim de vida, pneus, resíduos de construção e demolição e outros resíduos, em pequenas quantidades, que requerem tratamentos específicos de valorização ou tratamento. No gráfico seguinte especificam-se, para cada resíduo recolhido seletivamente, os pesos registados ao longo dos últimos anos.

Figura 8.3.5. – Evolução da quantidade de resíduos recolhidos seletivamente (toneladas)



Fonte: CML (DMAU; DHU), 2015

Em todos os materiais valorizáveis e fluxos específicos de resíduos tem-se registado uma tendência global positiva, o que reflete o esforço do município na introdução de novos sistemas de recolha e no encaminhamento adequado dos diferentes tipos de resíduos, de acordo com as suas características de valorização e perigosidade.

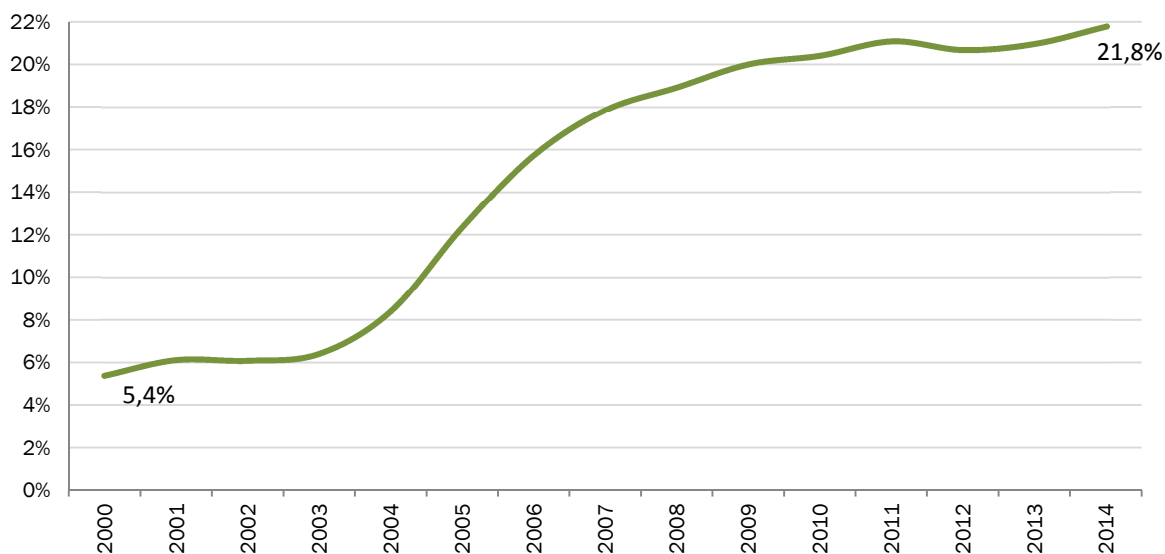
É notório o aumento de papel e embalagens a partir de 2003, altura em que o sistema de recolha porta-a-porta em áreas residenciais e entidades começou a ser implementado. O crescimento linear das embalagens sugere ainda haver um potencial de reciclagem neste material, bem como noutros fluxos específicos de resíduos.

Por outro lado, a nível nacional, a criação de mecanismos legais e a evolução do próprio mercado do setor de resíduos veio facilitar o escoamento e valorização de resíduos especiais, englobados na categoria “Outros” do gráfico acima.

A partir de 2009 e até 2012 a recessão económica refletiu-se também ao nível da estagnação /redução da quantidade recolhida de materiais recicláveis, em especial do papel/cartão, neste último caso, consequência do desvio ilegal por parte de “catadores”. Contudo, nos últimos três anos, a recolha seletiva voltou a ter um crescimento positivo para todos os materiais.

No que diz respeito à taxa de recolha seletiva, a percentagem de resíduos que é separada no município para tratamento e valorização é de quase 22% face ao total de resíduos recolhidos (2014). Este indicador é importante para a avaliação do desempenho interno dos serviços, uma vez que mede o esforço e a aposta da cidade nos sistemas de separação e encaminhamento seletivo dos materiais, ao invés de serem tratados indiferenciadamente.

Figura 8.3.6. – Evolução da percentagem de resíduos recolhidos seletivamente



Fonte: CML (DMAU; DHU), 2015

A evolução positiva da percentagem de resíduos que é desviada para reciclagem ou para outros tratamentos ambientalmente adequados traduz também, para além dos fatores já mencionados anteriormente, uma maior sensibilização da população e o seu crescente envolvimento na separação de resíduos ao longo dos últimos anos.

Verifica-se que a linha de evolução da recolha seletiva tem seguido uma curva sigmoide (em “S”), o que reflete um sistema em fase de amadurecimento.

8.3.3. Situação atual e enquadramento legal

A capitação de resíduos é bastante elevada quando comparada com a média nacional e europeia. Há no entanto que ter em consideração que este valor engloba um valor elevado de população flutuante na cidade. Assim, temos que em 2014, cada habitante da cidade de Lisboa produziu, em média, 530kg de resíduos. A título comparativo e tendo como referência o ano de 2011, a produção *per capita* no município era de 554kg/hab/ano, enquanto em Portugal, o mesmo indicador situava-se nos 486kg/hab/ano e nos Estados Membros da União Europeia (EU27) quantificava-se em 500kg/hab/ano (PERSU 2020).

Face ao enquadramento legal, nomeadamente a Diretiva Quadro de Resíduos e o plano nacional PERSU 2020 (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos até 2020), apresenta-se de seguida uma tabela (Quadro 8.3.1) com a situação do município de Lisboa relativamente ao cumprimento das metas definidas para o país e para o sistema multimunicipal Valorsul (empresa responsável pelo tratamento e valorização dos resíduos urbanos produzidos nos municípios da Grande Lisboa e região Oeste).

Quadro 8.3.1. – Situação de Lisboa no cumprimento das metas de recolha seletiva e reciclagem

	PERSU 2020: Meta nacional	PERSU 2020: Meta Valorsul	Cálculo do indicador para Lisboa
Taxa de reciclagem e preparação para reutilização	53 % (em 2020)	42% (em 2020)	31% (em 2014)
Retoma de recolha seletiva	47kg/hab.ano (em 2020)	49kg/hab.ano (em 2020)	60kg/hab.ano (em 2014)

Fonte: CML (DMAU; DHU), 2015

Para o município de Lisboa atingir, em 2020, as metas de taxas de reciclagem e preparação para reutilização terá de continuar a investir na recolha seletiva de vidro, papel e embalagens e, sobretudo, maximizar o potencial de recolha e valorização de resíduos biodegradáveis, tanto para os resíduos verdes como para os restos alimentares.

Quanto ao indicador de retoma de recolha seletiva, medido em termos de capitação de vidro, papel e embalagens (sem materiais contaminantes), a CML já ultrapassou, em 2014, as metas definidas para 2020, pelo que está numa situação confortável quanto ao cumprimento das mesmas. A elevada capitação de resíduos é uma característica da cidade enquanto capital, dados os resíduos, designadamente materiais recicláveis, provenientes da população flutuante e dos serviços existentes na cidade, que acrescem aos já produzidos pelos habitantes de Lisboa.

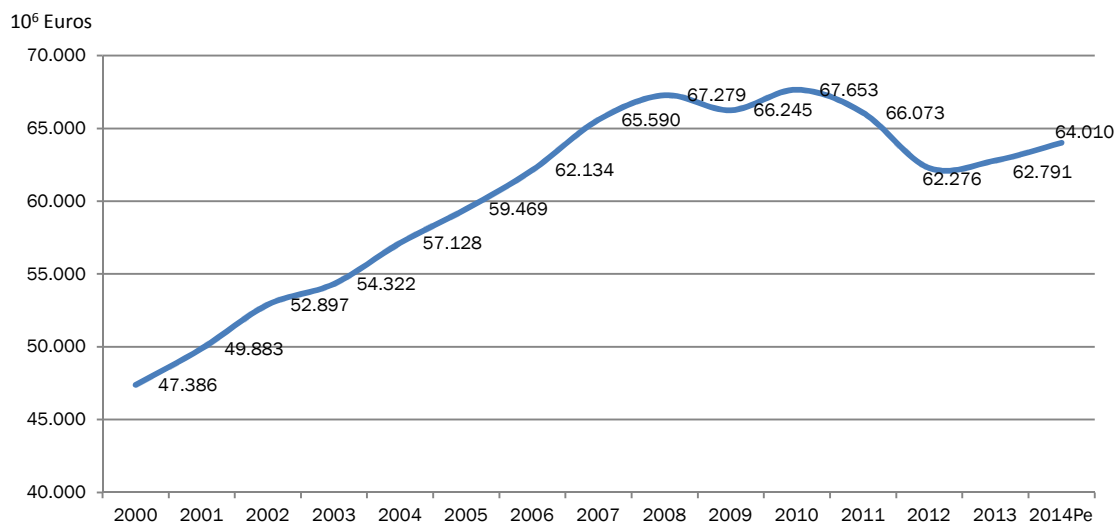
9. ATIVIDADES ECONOMICAS

9.1 Enquadramento Económico

9.1.1 Enquadramento Económico na AML

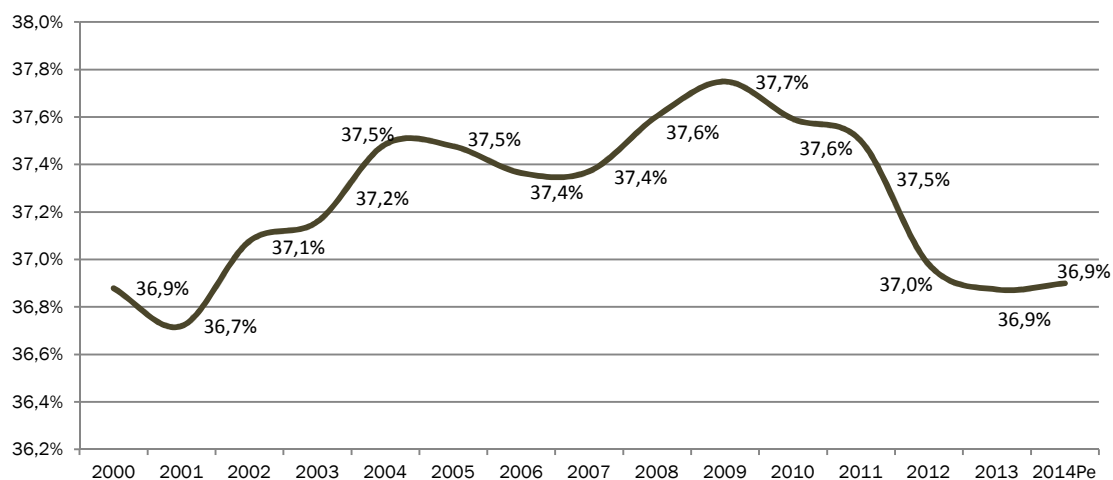
9.1.1.1 Indicadores económicos

Figura 9.1 - Evolução do produto interno bruto na AML



Fonte: INE

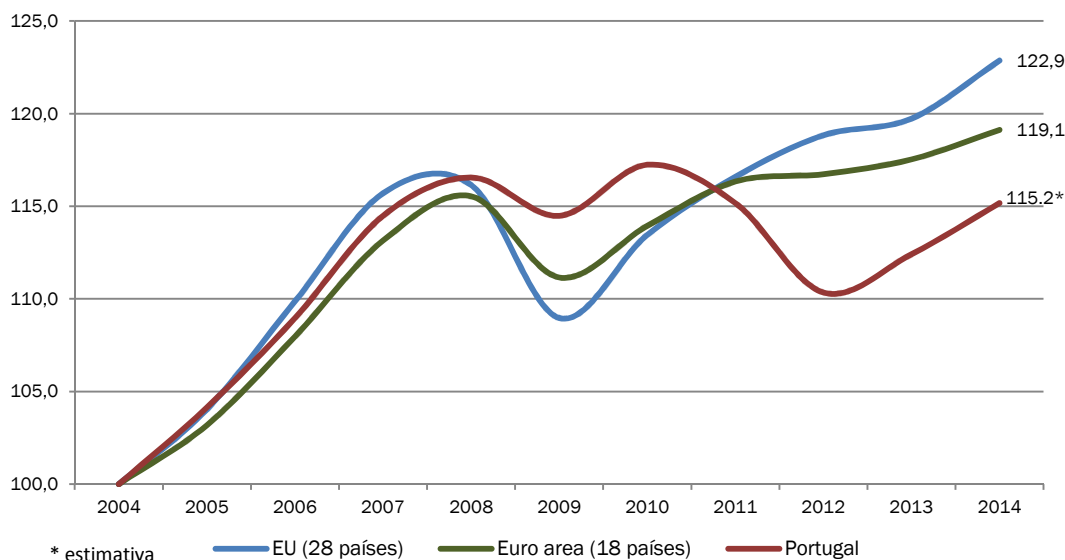
Figura 9.2 - Evolução do peso da AML no produto interno bruto do país



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais. Pe: Dados Preliminares

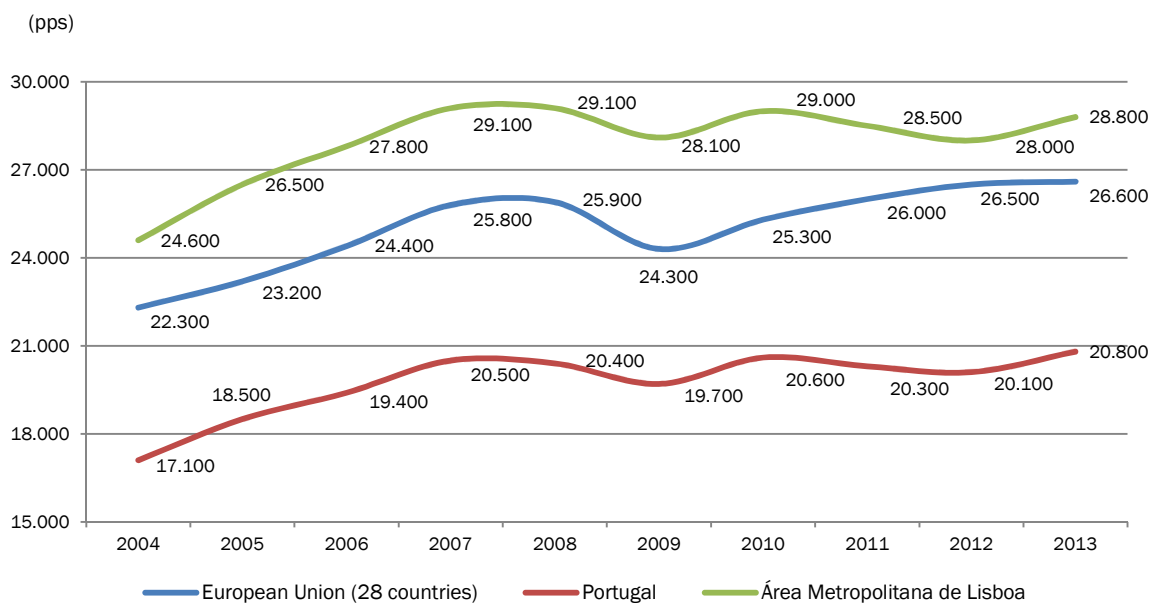
A área metropolitana de Lisboa apresentou, em 2014, um volume de produto interno bruto de 64,0 mil milhões de euros, o equivalente a 37% do PIB do país. O PIB da região que vinha crescendo a um ritmo constante desde o início da década, tendo registado uma taxa de crescimento média de 4,5% ao ano entre 2000 e 2007, viu esse mesmo crescimento abrandar em 2008, para estagnar em 2009 e iniciar um período de recessão em 2011 e 2012, apresentando 2013 e 2014 sinais de regresso ao crescimento.

Figura 9.3 - Crescimento do PIB em Portugal e na União Europeia



Fonte: EUROSTAT

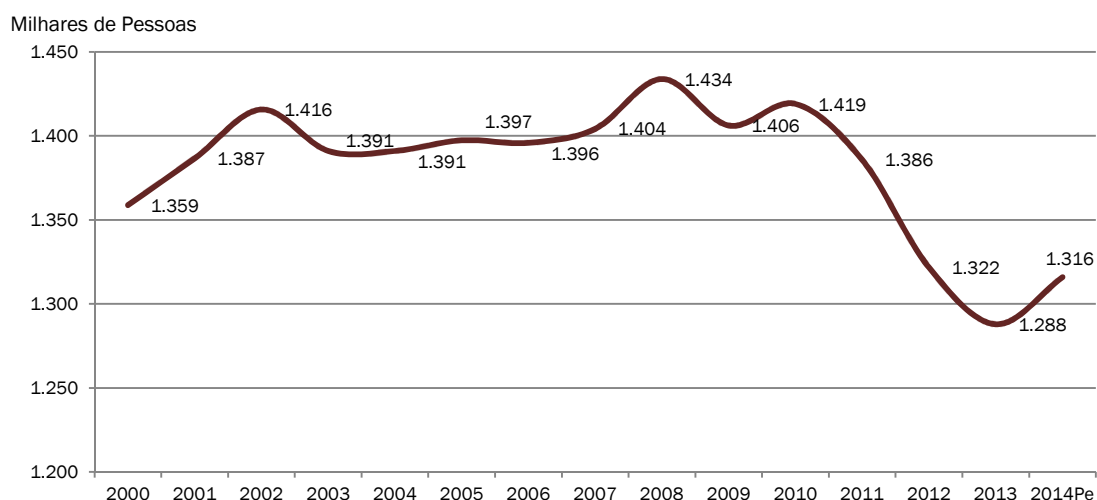
Figura 9.4 - Evolução do PIB per capita



Fonte: EUROSTAT

O padrão de crescimento do PIB foi condicionado por dois choques económicos relevantes no contexto europeu e mundial, um primeiro choque em 2008 com o que se veio a designar por “crise financeira” e um segundo choque, em 2010, com o que se designa comumente por “crise da dívida pública”. Se o primeiro choque afetou principalmente os países da europeus, em intensidade até superior à sentida no nosso país, o segundo choque foi sentido de forma mais intensa em Portugal, do que na média dos países da União Europeia.

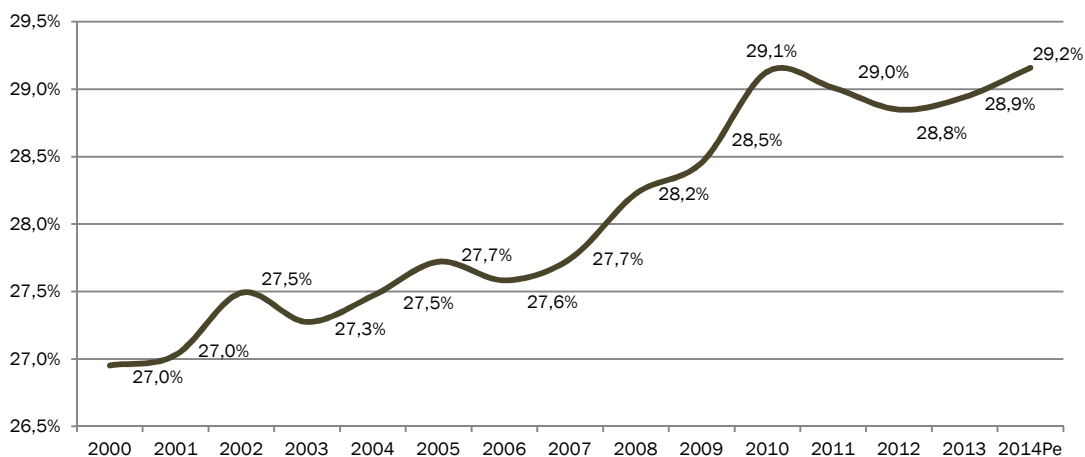
Figura 9.5 - Evolução do emprego na AML



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais

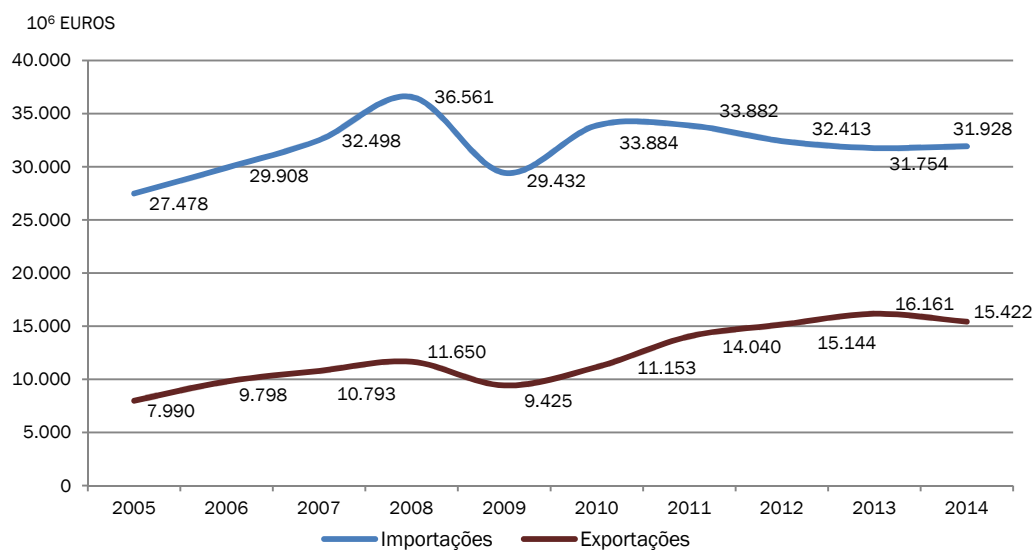
A área metropolitana de Lisboa apresentou, em 2014, um volume de emprego de 1 milhão e 316 mil pessoas, o equivalente a 29% do emprego do país. O emprego que tinha apresentado uma taxa de crescimento significativa entre 2000 e 2002, veio a decrescer e posteriormente a estagnar até 2007, após um comportamento mais errático desde aí até 2011, registou um declínio significativo até 2013, estimando-se um crescimento em 2014. Não obstante este facto, foi crescente, entre 2007 e 2011, o peso da região no emprego total do país.

Figura 9.6 - Evolução do peso da AML no emprego do país

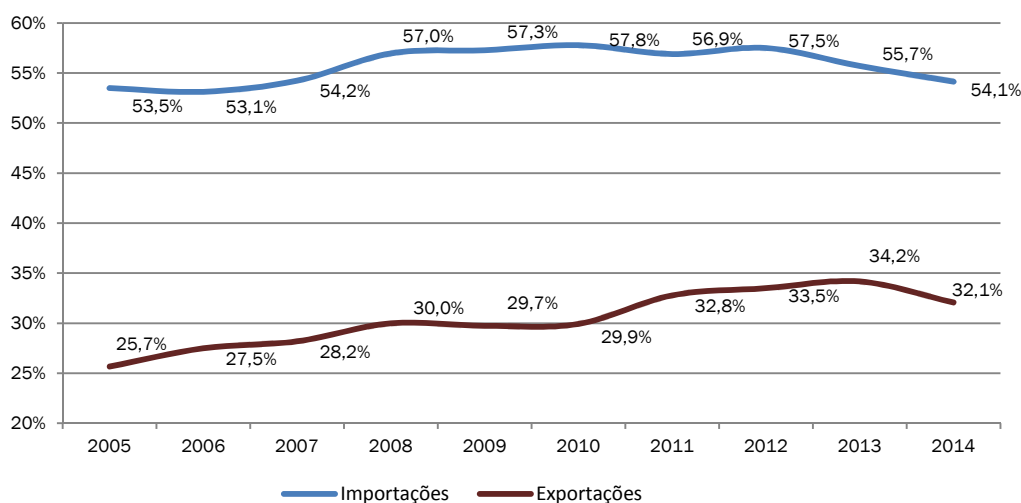


Fonte: INE, I.P., Contas Regionais

O facto de o Peso da região na produção global do país ser superior ao peso relativo desta em termos de emprego evidencia uma concentração na região de sectores de maior produtividade, sendo que a produtividade aparente do trabalho na AML é cerca de 1,3 superior à do país.

Figura 9.7 - Evolução do comércio internacional com origem/destino na AML


Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de bens

Figura 9.8 - Evolução do peso da AML no comércio internacional do país


Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de bens

Desde 2008 e mais significativamente a partir de 2010, a evolução da procura externa (líquida) tem vindo a contribuir de modo significativo para atenuar, ou até mesmo para compensar o decréscimo da procura interno e o efeito recessivo que esta tem no PIB. Tal facto deve-se ao crescimento das exportações, associado a um crescimento menos significativo ou até mesmo um decréscimo das importações. Sendo a AML a porta de entrada de mais de 50% das importações nacionais e a porta de saída de 1/3 das exportações do país, uma parte muito significativa desta dinâmica dá-se neste território, sendo que o peso que a AML tem no quadro do comércio internacional do país se tem vindo a acentuar, sobretudo, nas exportações.

9.1.1.2 Estrutura empresarial

Quadro 9.1 - Estrutura empresarial da Área Metropolitana de Lisboa, 2013

	Empresas	Pessoal ao serviço
	Nº	
Total de Empresas	311.974	1.233.423
Peso no total do país em 2013 (%)	27,9%	35,4%
Peso no total do país em 2010 (%)	29,8%	36,2%
Taxa variação 13/12 (%)	-1,7%	-2,6%
Taxa variação 13/10 (%)	-10,3%	-11,5%

Fonte: INE, I.P., Empresas em Portugal 2013; Ed. 2015

Quadro 9.2 - Estrutura empresarial da Área Metropolitana de Lisboa, por actividade, 2013

Por Actividade	Empresas	Pessoal ao serviço
	Nº	
Empresas Financeiras	7 201	63 279
Peso no total do país em 2013 (%)	32,8%	59,0%
Peso no total do país em 2010 (%)	33,7%	56,6%
Taxa variação 13/12 (%)	-3,8%	-2,2%
Taxa variação 13/10 (%)	-9,7%	-4,1%
Empresas não financeiras	304 773	1 170 144
Peso no total do país em 2013 (%)	27,8%	34,7%
Peso no total do país em 2010 (%)	29,7%	35,6%
Taxa variação 13/12 (%)	-1,6%	-2,6%
Taxa variação 13/10 (%)	-10,4%	-11,8%

Fonte: INE, I.P., Empresas em Portugal 2013, Ed. 2015

Quadro 9.3 - Estrutura empresarial da Área Metropolitana de Lisboa, por forma jurídica, 2013

Por Forma Jurídica	Empresas	Pessoal ao serviço Nº
Empresas individuais	195 528	211 195
Peso no total do país em 2013 (%)	25,9%	24,9%
Peso no total do país em 2010 (%)	28,5%	26,9%
Taxa variação 13/12 (%)	-2,4%	-3,2%
Taxa variação 13/10 (%)	-14,4%	-15,2%
Sociedades	116 446	1 022 228
Peso no total do país em 2013 (%)	32,1%	38,9%
Peso no total do país em 2010 (%)	32,6%	39,2%
Taxa variação 13/12 (%)	-0,5%	-2,5%
Taxa variação 13/10 (%)	-2,7%	-10,7%

Fonte: INE, I.P., Empresas em Portugal 2013, Ed. 2015

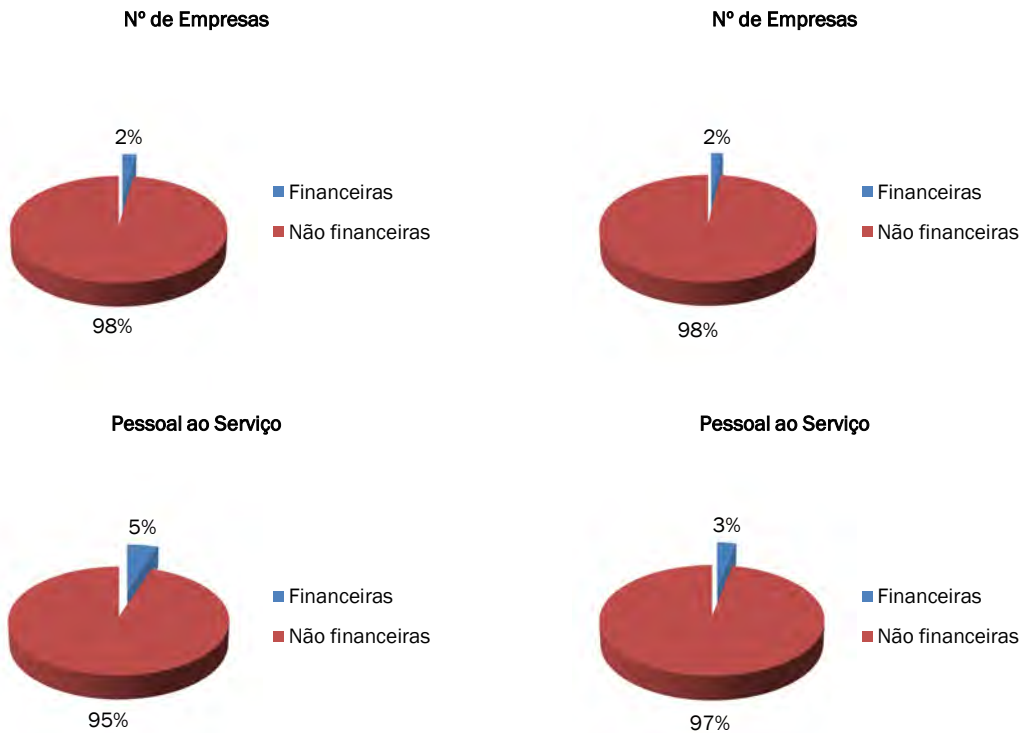
Quadro 9.4 - Estrutura empresarial da Área Metropolitana de Lisboa, por dimensão, 2013

Por Dimensão	Empresas	Pessoal ao serviço Nº
PME	311 418	762 252
Peso no total do país em 2013 (%)	27,8%	27,6%
Peso no total do país em 2010 (%)	29,8%	29,0%
Taxa variação 13/12 (%)	-1,7%	-3,8%
Taxa variação 13/10 (%)	-10,3%	-14,4%
Grandes Empresas	556	471 171
Peso no total do país em 2013 (%)	54,5%	65,3%
Peso no total do país em 2010 (%)	55,8%	64,9%
Taxa variação 13/12 (%)	-1,9%	-0,5%
Taxa variação 13/10 (%)	-9,2%	-6,3%

Fonte: INE, I.P., Empresas em Portugal 2013, Ed.2015

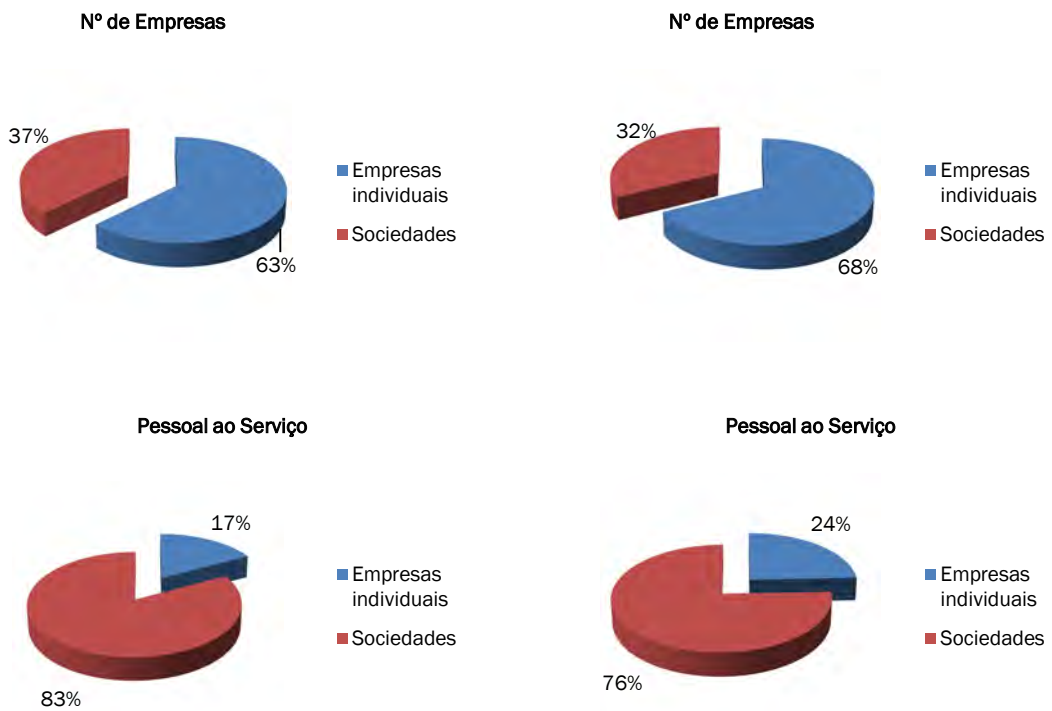
Na AML têm a sua sede cerca de 312.000 empresas com mais de 1 milhão e 200 mil pessoas ao serviço. O número de empresas, bem como o pessoal ao serviço, tem vindo a diminuir de modo sistemático nos últimos anos, ainda que de modo mais expressivo no país do que na região. Uma parte da explicação desta evolução poderá dever-se ao facto deste ser um território onde é mais significativa a importância das Sociedades, face às empresas individuais e das grandes empresas, face às PME, quando comparado com o país.

Figura 9.9 - Distribuição das empresas por atividade
AML PORTUGAL



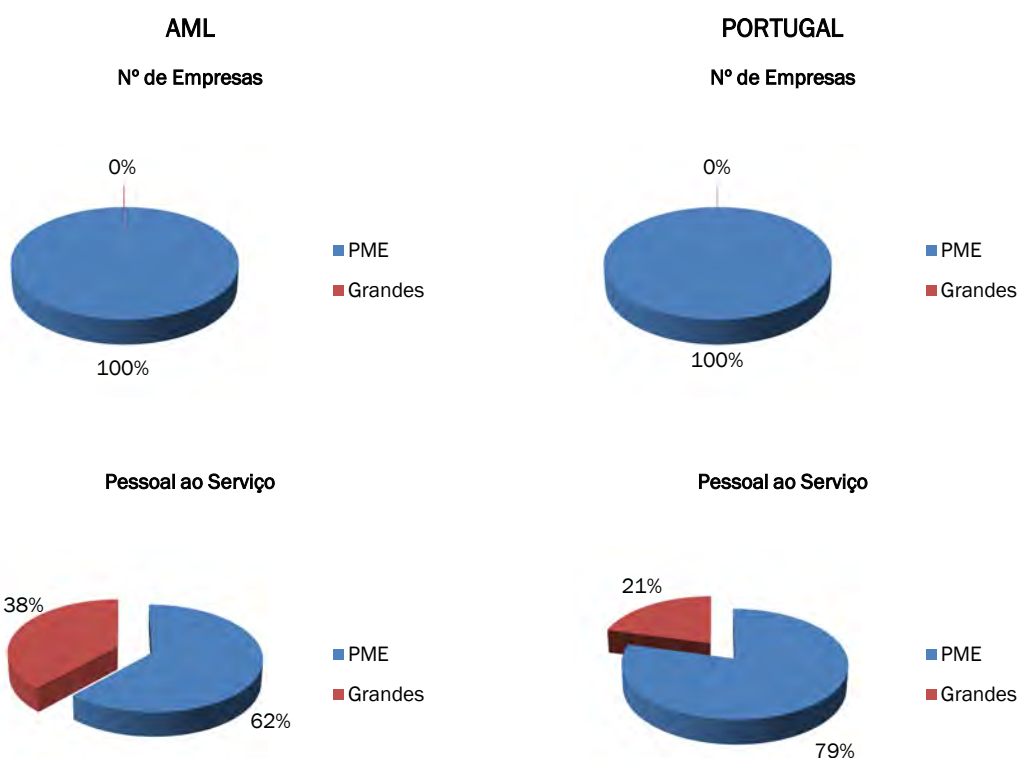
Fonte: INE, I.P., Empresas em Portugal 2013; Ed. 2014

Figura 9.10 - Distribuição das empresas por forma jurídica
AML PORTUGAL



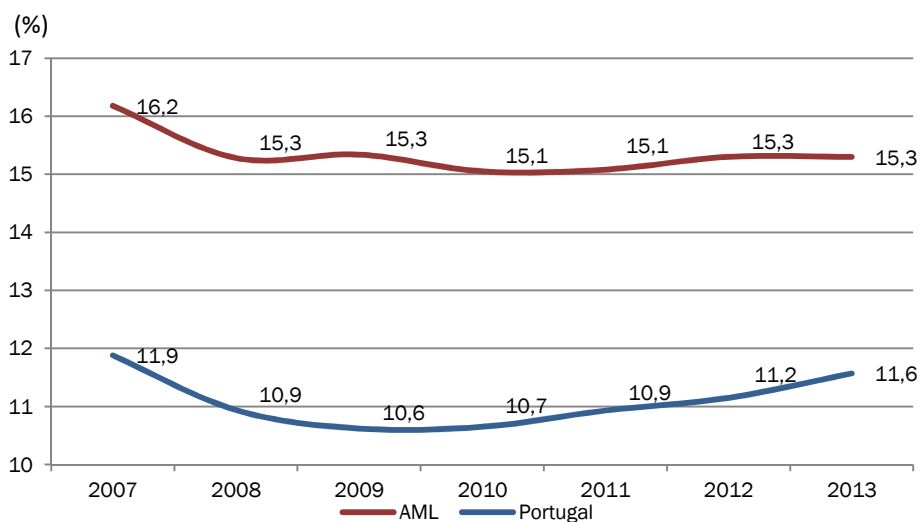
Fonte: INE, I.P., Empresas em Portugal 2013; Ed. 2015

Figura 9.11 - Distribuição das empresas por dimensão



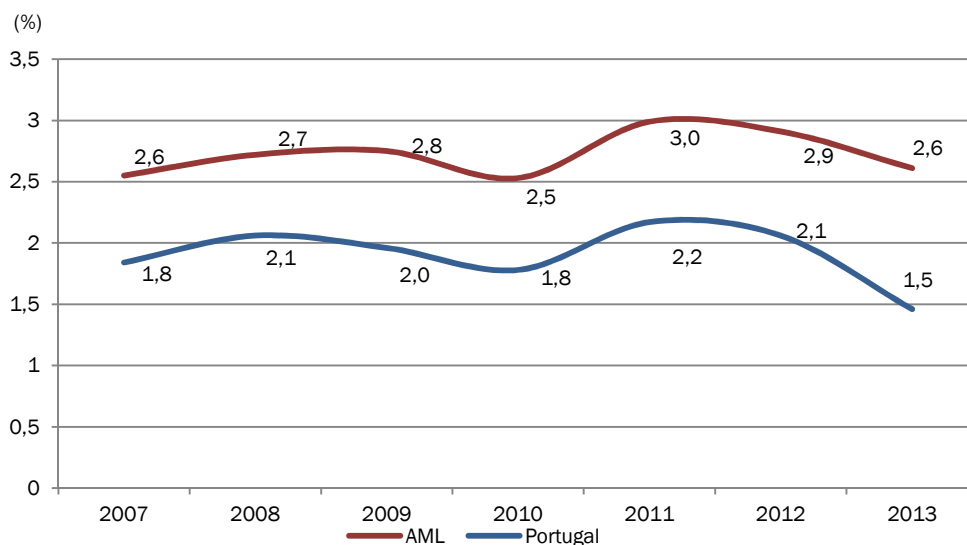
Fonte: INE, I.P., Empresas em Portugal 2013; Ed. 2015

Figura 9.12 - Proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia



Fonte: INE, I.P., Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2008 a 2013; Edição. 2009 a 2014

Figura 9.13 - Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia

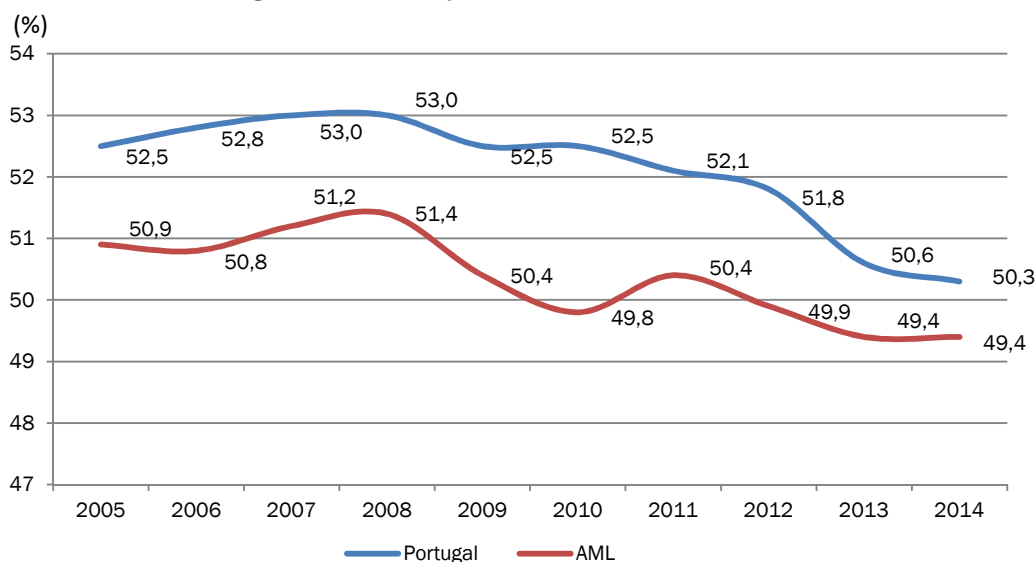


Fonte: INE, I.P., Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2008 a 2014; Edição. 2009 a 2015

Tem sido relativamente estável o contributo dado pelas empresas de alta e média-alta tecnologia para o VAB da AML, situando-se, em 2013 nos 15,3%. Estima-se que a AML concentre mais de metade do VAB gerado por empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia do país, sendo que o ritmo de criação de empresas nestes sectores é mais acentuado na região do que no país.

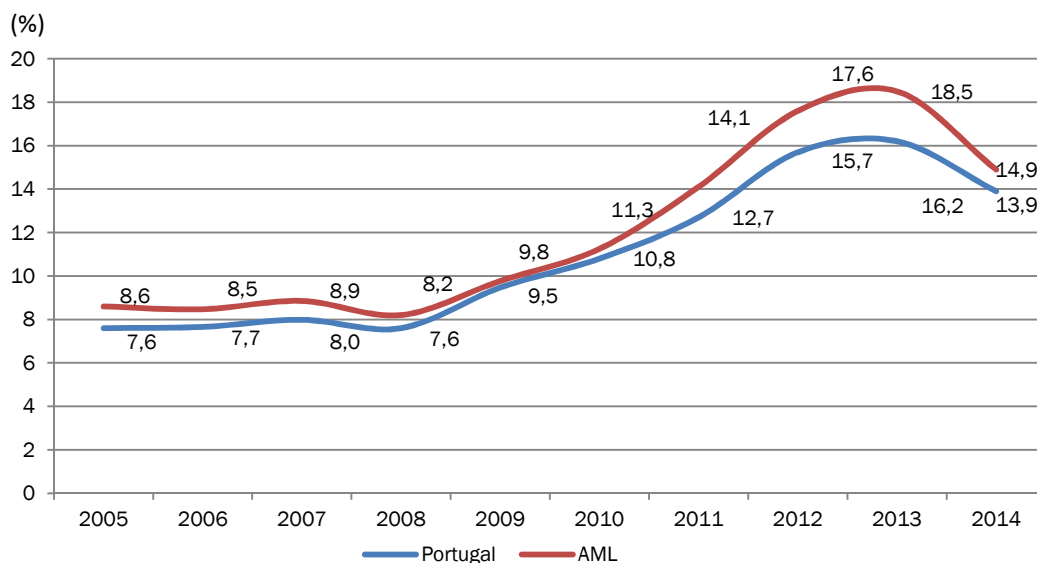
9.1.1.3 População residente face ao emprego

Figura 9.14 - Evolução da taxa de atividade



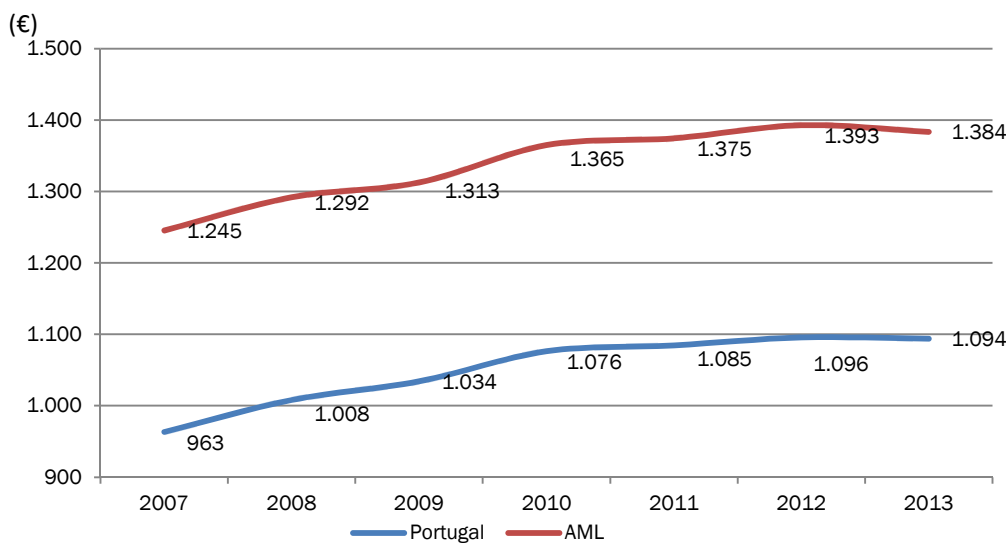
Fonte: INE, I.P., Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2005 a 2014; Edição. 2006 a 2015

Figura 9.15 - Evolução da taxa de desemprego



Fonte: INE, I.P., Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2005 a 2014; Edição. 2006 a 2015

Figura 9.16 - Evolução do Ganho Mensal Médio



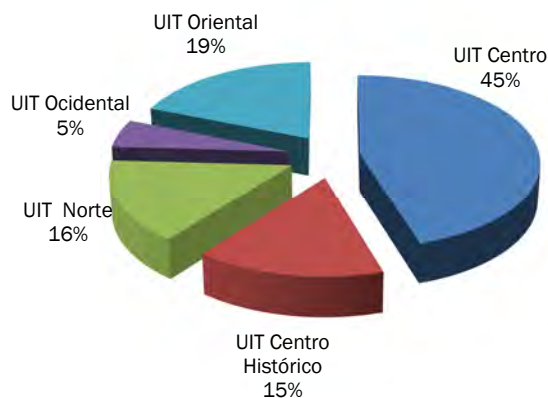
Fonte: INE, I.P., Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2007 a 2013; Edição. 2008 a 2015

O período de crise sentido a partir de 2008 teve particular impacto na situação da população face à atividade económica, sendo que a taxa de desemprego passou de 8,2% em 2008 para 18,5% em 2013 na AML, descendo para 13,9% em 2014. Esta evolução foi acompanhada por um decréscimo da taxa de atividade da população da AML, que passou de 51,4% em 2008 para 49,4% em 2014. Este cenário foi acompanhado pela estagnação da evolução do Ganho Mensal Médio dos trabalhadores por conta de outrem, sendo que o ganho na AML é superior ao registado no país em mais de 25%.

9.1.2 Enquadramento económico na cidade de Lisboa (concelho)

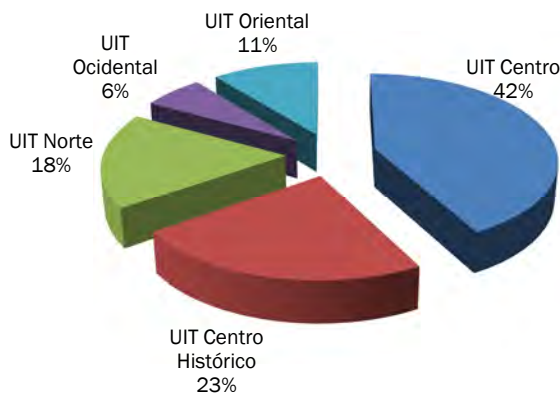
9.1.2.1 Estabelecimentos¹ e emprego²

Figura 9.17 - Distribuição percentual do emprego por UIT, 2013



Fonte: GEP/MSESS, Quadros de Pessoal

Figura 9.18 - Distribuição percentual dos estabelecimentos por UIT, 2013

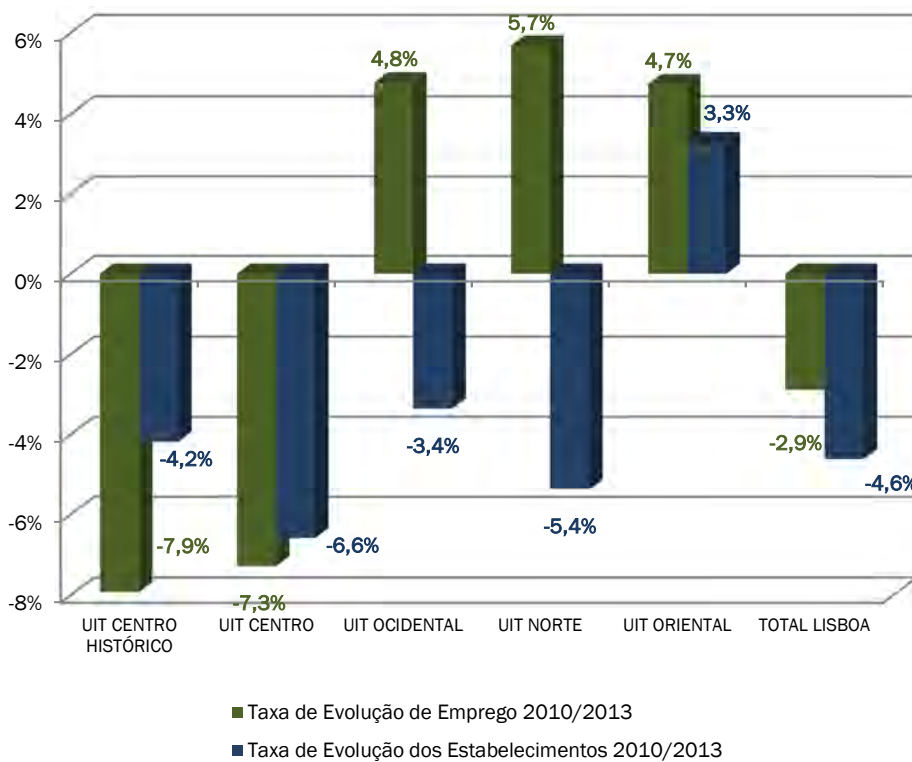


Fonte: GEP/MSESS, Quadros de Pessoal

¹ Estabelecimentos presentes no município, independentemente de pertencerem a empresas sediadas em Lisboa ou não.

² Pessoas ao serviço dos estabelecimentos presentes no município do pedido, independentemente de pertencerem a empresas em Lisboa ou não. Os *Quadros de Pessoal* são uma fonte administrativa e fazem parte do *Relatório Único* (RU), cuja entrega é obrigatória para os empregadores abrangidos pelo Código do Trabalho e legislação específica dele decorrente. Ou seja são obrigadas a entregar o RU todas as empresas com trabalhadores por conta de outrem ao seu serviço. Estão excluídos desta obrigação os trabalhadores por conta própria, sem pessoas ao seu serviço, e os trabalhadores independentes. Não inclui ainda a administração pública central e local, com exceção dos trabalhadores com contrato individual de trabalho e apenas no que se refere a estes. Informação relativa a outubro de cada ano.

Figura 9.19 – Taxa de evolução do Emprego e Estabelecimentos 2010-2013

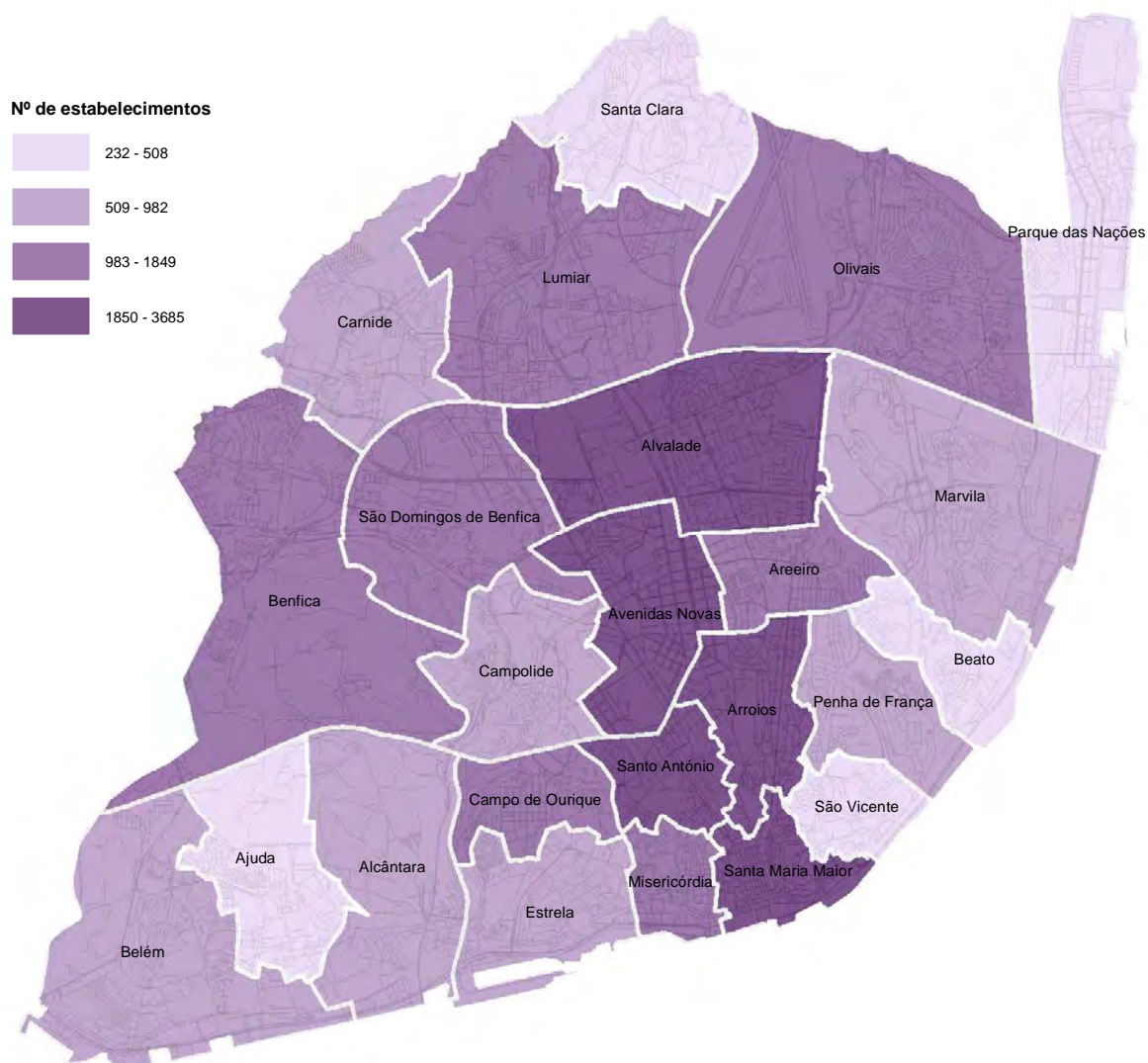


Fonte: GEP/MSESS, Quadros de Pessoal

A taxa de evolução dos estabelecimentos apresenta-se negativa em todas as UIT, com exceção da UIT Oriental que apresenta um valor positivo de 3,3%.

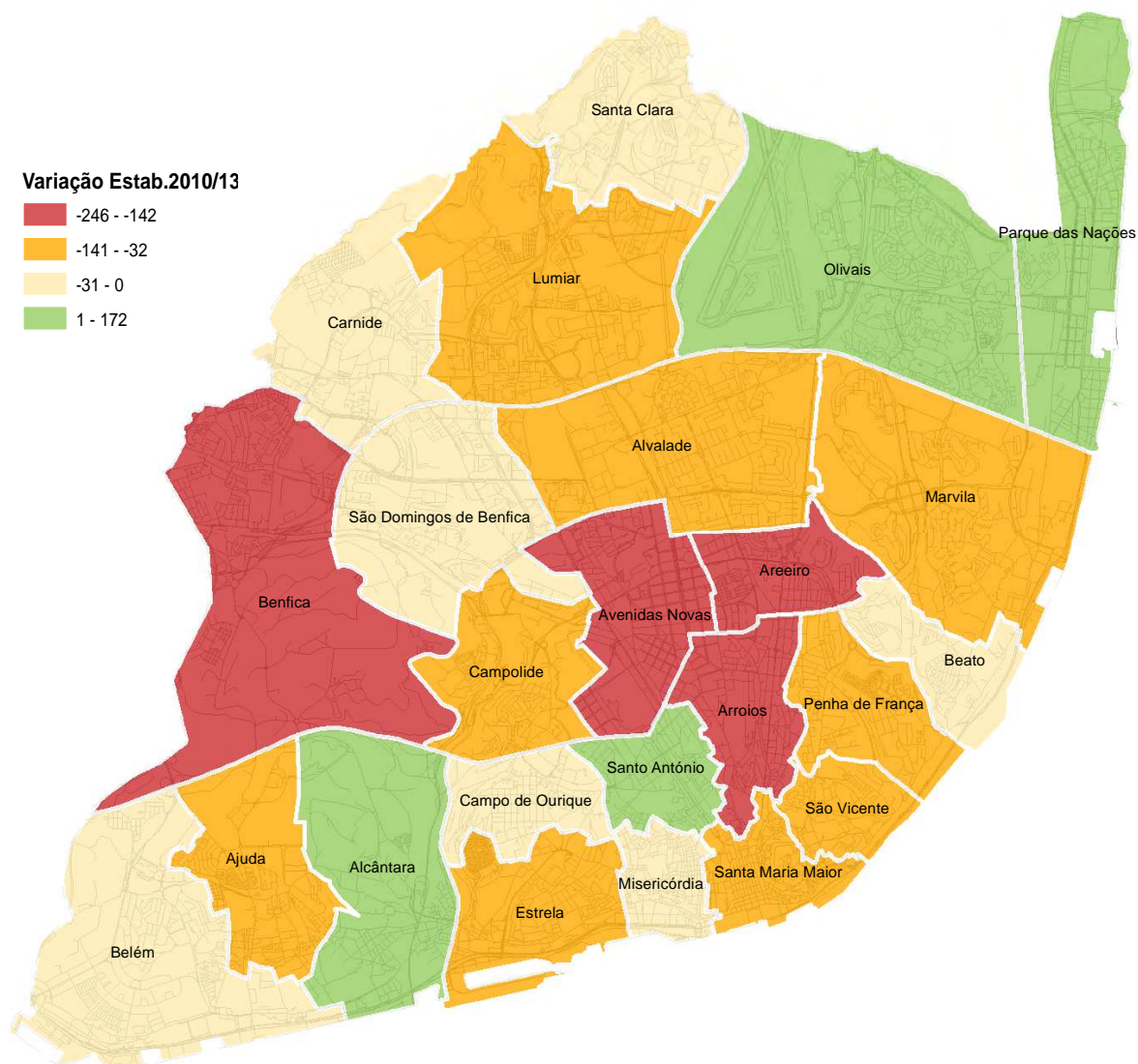
Quanto à taxa de evolução do emprego temos a assinalar os valores positivos nas UIT Ocidental, Norte e Oriental. Nas UIT Centro e Centro Histórico registam-se valores negativos, com mais expressão na UIT Centro (-6,6%).

Figura 9.20 – Distribuição dos estabelecimentos por freguesia, 2013



Fonte: GEP/MSESS, Quadros de Pessoal

É de salientar que em 2013, o maior número de estabelecimentos se concentra nas freguesias do Eixo Central da cidade - Santa Maria Maior, Santo António, Arroios, Avenidas Novas e Alvalade.

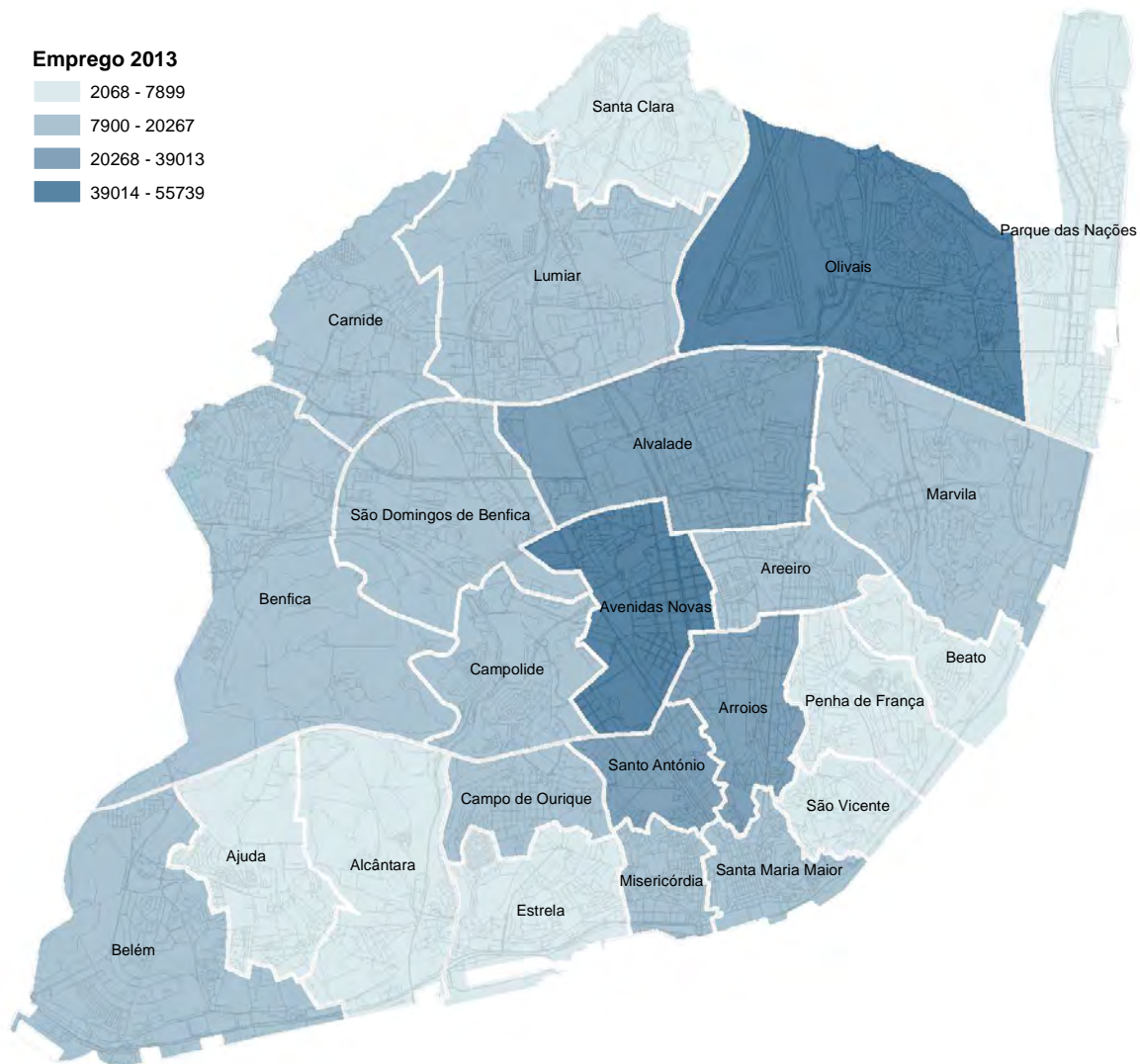
Figura 9.21 – Variação dos estabelecimentos por freguesia, 2010/2013 ³

Fonte: GEP/MSESS, Quadros de Pessoal

Podemos constatar que, entre 2010 e 2013, apesar do maior número de estabelecimentos se concentrar nas freguesias do Eixo Central da cidade, houve uma diminuição em algumas destas freguesias – Arroios e Avenidas Novas.

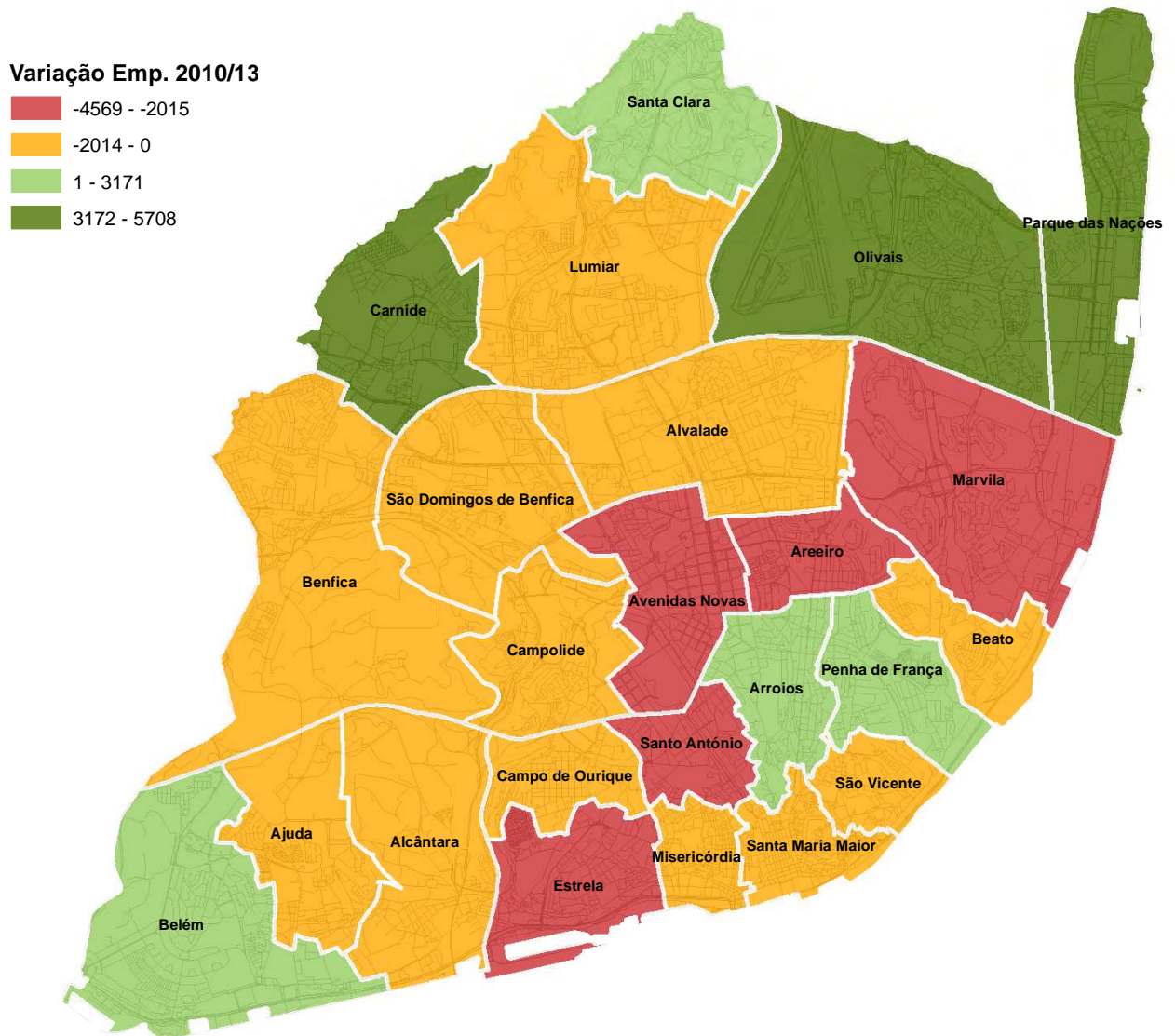
³ Analisado como um todo Olivais + Parque das Nações

Figura 9.22 – Distribuição do emprego por freguesia, 2013



Fonte: GEP/MSESS, Quadros de Pessoal

Verifica-se que em 2013 o emprego aumentou na freguesia das Avenidas Novas e ainda na freguesia dos Olivais. Enquanto no primeiro caso se deve a uma deslocação do CBD (*Central Business District*), no segundo caso tem a ver com a concentração de emprego associado ao Aeroporto de Lisboa.

Figura 9.23 – Variação do emprego por freguesia, 2010/2013 ⁴

Fonte: GEP/MSESS, Quadros de Pessoal

Por último, o emprego entre 2010 e 2013 aumentou nas freguesias periféricas da cidade em detrimento do centro, com exceção de Arroios e Penha de França.

⁴ Analisado como um todo Olivais + Parque das Nações

9.1.2.2 Estrutura empresarial das empresas não financeiras⁵

Quadro 9.5 - Indicadores das empresas não financeiras sedeadas na cidade de Lisboa, 2013

	Empresas		Pessoal ao serviço	Valor Acrescentado Bruto (VAB)
	Total	das quais Sociedades		
			Nº	Milhões Euros
Portugal	1 097 492	355 660	3 373 518	72 922
AML	304 773	113 372	1 170 144	34 116
Lisboa	92 581	44 404	528 890	18 525
Peso da Cidade de Lisboa no País	8.4%	12.5%	15.7%	25.4%

Fonte: INE, I.P.

Quadro 9.6 - Indicadores das empresas não financeiras sedeadas na cidade de Lisboa, 2010

	Empresas		Pessoal ao serviço	Valor Acrescentado Bruto (VAB)
	Total	das quais Sociedades		
			Nº	Milhões Euros
Portugal	1 144 564	360 409	3 727 488	84 795
AML	340 004	116 987	1 327 136	40172
Lisboa	100 061	44 863	582 675	21 505
Peso da Cidade de Lisboa no País	8.7%	12.4%	15.6%	25.4%

Fonte: INE, I.P.,

Quadro 9.7 - Indicadores das empresas não financeiras sedeadas na cidade de Lisboa, variação 2010-13

	Empresas		Pessoal ao serviço	Valor Acrescentado Bruto (VAB)
	Total	das quais Sociedades		
Portugal	-4.1%	-1.3%	-9,5%	-14.0%
AML	-10.4%	-3.1%	-11.8%	-15.1%
Lisboa	-7.5%	-1,0%	-9,2%	-13.9%

Fonte: INE, I.P.,

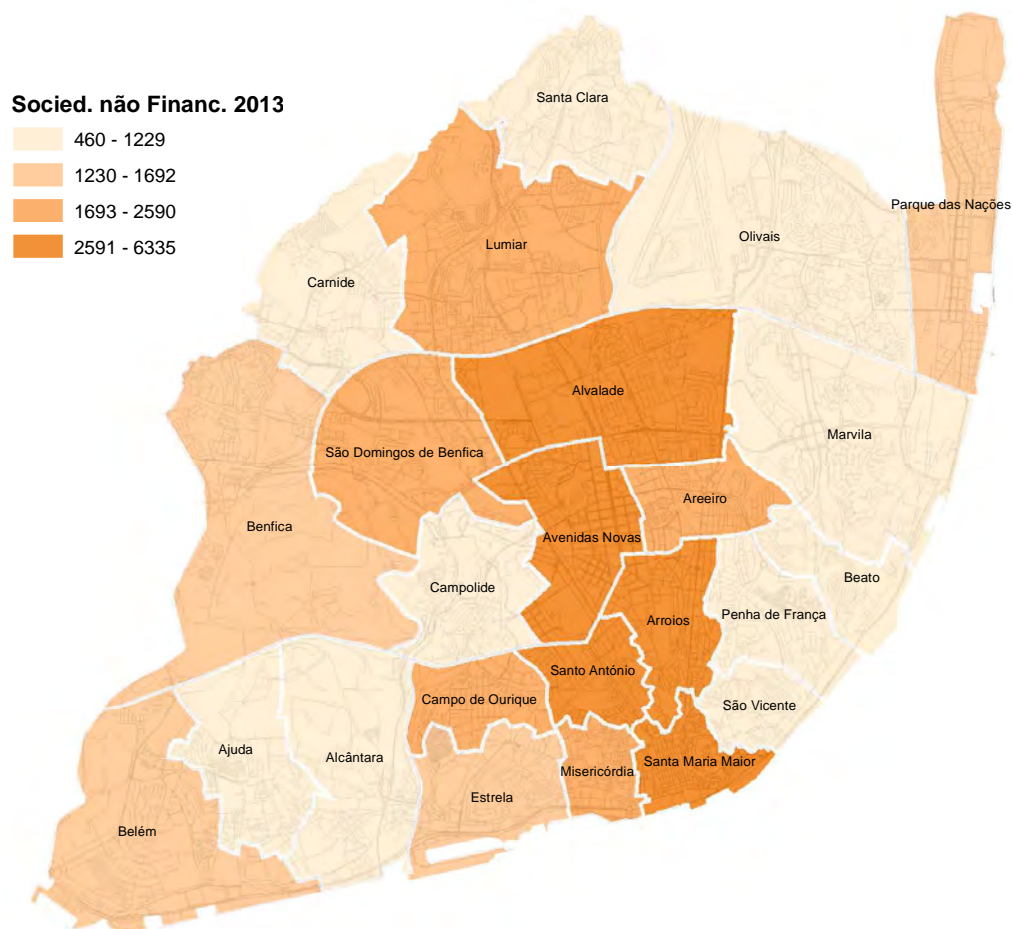
Na cidade de Lisboa tinham, em 2013, a sua sede mais de 92 000 empresas não financeiras, que representavam cerca de 8% das empresas não financeiras do país, responsáveis por empregar 16% do pessoal ao serviço dessas empresas, e por gerar mais de 25% do VAB. Deste modo, quando nos debruçamos sobre o perfil destas empresas vemos acentuarem-se as diferenças que já forma

⁵ As empresas categorizam-se, nas suas dimensões principais, de acordo com a sua atividade em empresas Financeiras e não Financeiras; e de acordo com a sua forma jurídica em Empresas Individuais e Sociedades. A informação estatística disponível, ao nível de Concelho, caracteriza, apenas as empresas não financeiras e, em alguns aspetos específicos, de entre estas apenas as Sociedades.

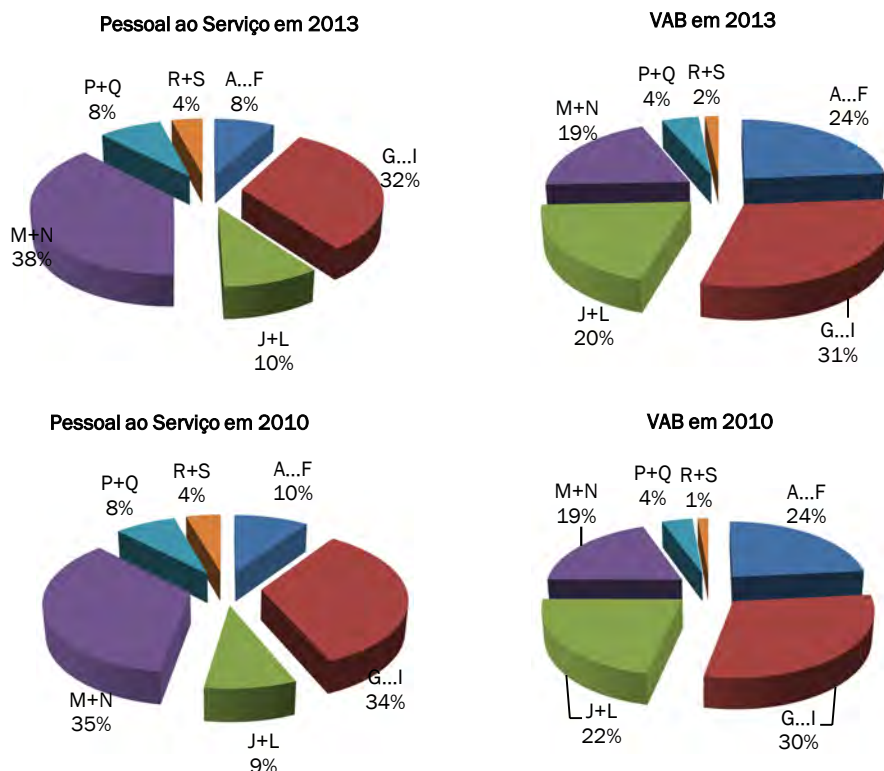
registadas para a AML, por comparação com o país., são mais significativas as empresas de maior dimensão e de maior produtividade, a título ilustrativo verificamos que as sociedades não financeiras representam 32% dessas empresas no país e mais de 48% dessas empresas na cidade.

Em termos de padrão locativo vemos que as sociedades escolhem para sua sede essencialmente as freguesias do eixo central da cidade, com particular incidência para as Avenidas Novas, expandindo-se para a coroa norte e oriental da cidade, com papel relevante do Parque das Nações (ainda não autonomizado dos Olivais à data de recolha dos dados em análise).

Figura 9.24 – Sociedades não financeiras sedeadas em Lisboa por freguesia, 2013



Fonte: CML (DMEI), elaboração a partir de dados de INE, I.P.,

Figura 9.25 - Pessoal ao serviço e VAB (nas empresas não financeiras sedeadas) na cidade de Lisboa, por sector de atividade, em 2013 e 2010


Fonte: INE, I.P

Quadro 9.8 - Classificação das atividades económicas (CAE)

Código e Designação	Pessoal ao Serviço (%)		VAB (%)	
	2010	2013	2010	2013
A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,6	0,6	0,2	0,2
B: Indústrias extrativas	0,0	0,0	0,1	
C: Indústrias transformadoras	3,2	2,7	5,7	
D: Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,3	0,4	12,7	15,3
E: Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,3	0,3	0,9	1,1
F: Construção	5,1	4,0	3,9	2,8
G: Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	16,3	15,5	14,7	14,2
H: Transportes e armazenagem	6,6	6,5	11,2	12,5
I: Alojamento, restauração e similares	11,3	10,0	3,9	4,1
J: Atividades de informação e de comunicação	6,6	7,4	19,2	17,6
L: Atividades imobiliárias	2,2	2,2	2,5	2,3
M: Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	11,9	12,6	9,5	9,6
N: Atividades administrativas e dos serviços de apoio	23,3	25,5	9,9	9,7
P: Educação	2,9	2,9	1,2	1,3
Q: Atividades de saúde humana e apoio social	5,0	5,4	3,0	3,3
R: Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,8	1,8	1,0	1,3
S: Outras atividades de serviços	2,6	2,3	0,4	0,5

Fonte: INE, I.P

Na cidade de Lisboa assumem um peso relativo mais significativo os sectores dos serviços, particularmente dos serviços às empresas (tecnologias de informação e comunicação, imobiliário, atividades de consultoria e científicas e atividades administrativas), e dos serviços coletivos (com particular destaque para a saúde e educação). Após os choques de 2008 e de 2010, vemos que ganham importância relativa no VAB das empresas sediadas na cidade os sectores da saúde, da energia, dos serviços de apoio às empresas e do transporte e armazenagem; sendo que os sectores que mais se ressentiram dos choques externos foram a indústria transformadora e o sector da construção.

**Quadro 9.9 - Dinâmica empresarial da cidade de Lisboa
(constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas)**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
Constituições	3 592	3 078	3 248	3 753	3 484	4 051	4 479	4 760
Dissoluções	10 092	6 597	4 547	5 734	3 770	1 995	5 286	3 400

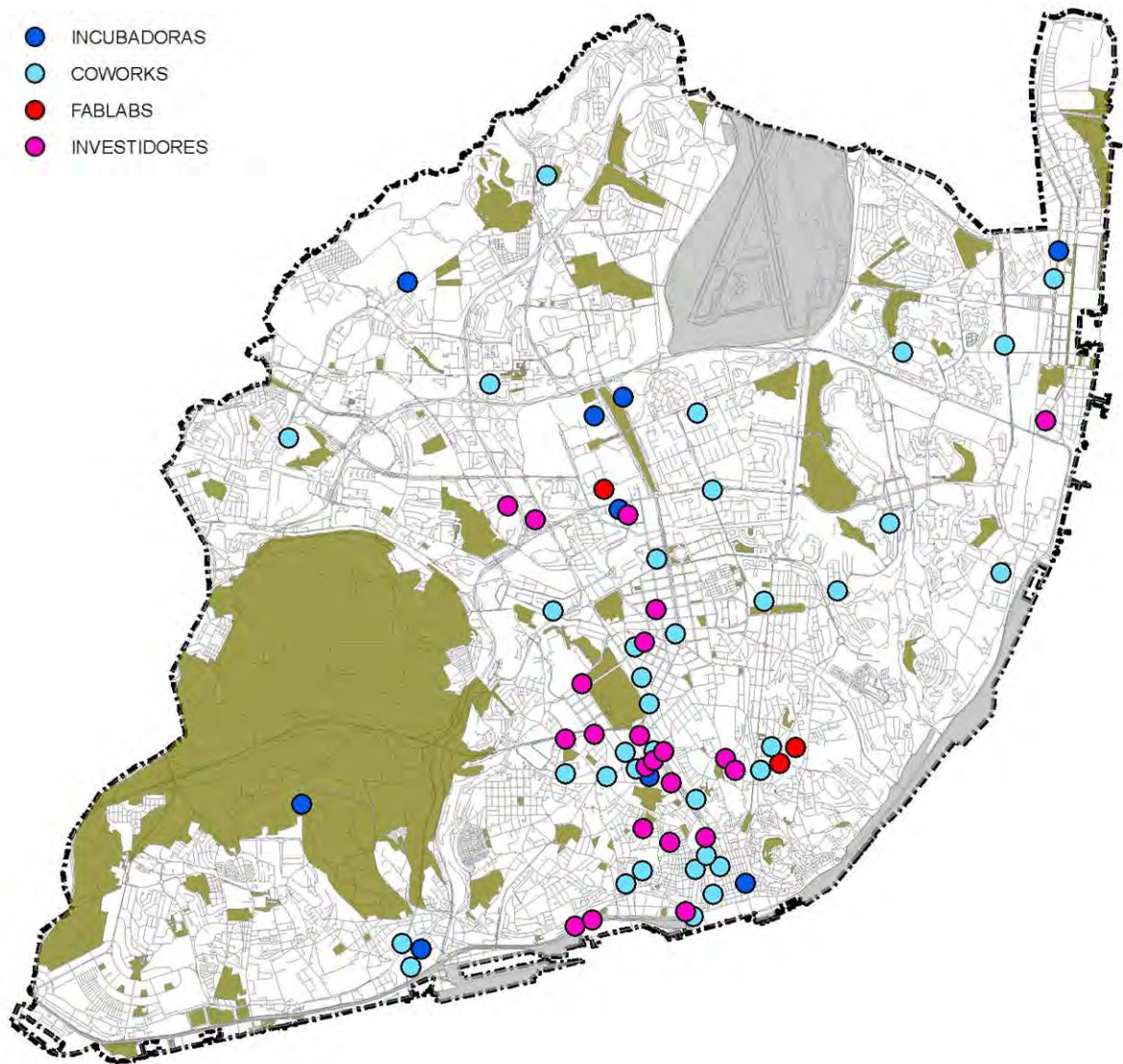
Fonte: INE, I.P

9.1.2.2 Ecosistema empreendedor

Lisboa constituiu um ecossistema empreendedor englobando todos os espaços de incubação, aceleração e instalação temporária de empresas da cidade. Em junho deste ano, foi distinguida pelo Comité das Regiões da União Europeia com o prémio europeu de empreendedorismo – Cidade Empreendedora Europeia 2015 – pela estratégia desenvolvida para fomentar o empreendedorismo e executar políticas europeias – Lei das Pequenas Empresas (*Small Business Act* para a Europa – SBA) e a Estratégia Europa 2020 – para o crescimento e o emprego.

A rede de incubadoras pode ser consultada através do portal www.incubadoraslisboa.pt e do facebook www.facebook.com/incubadoraslisboa.

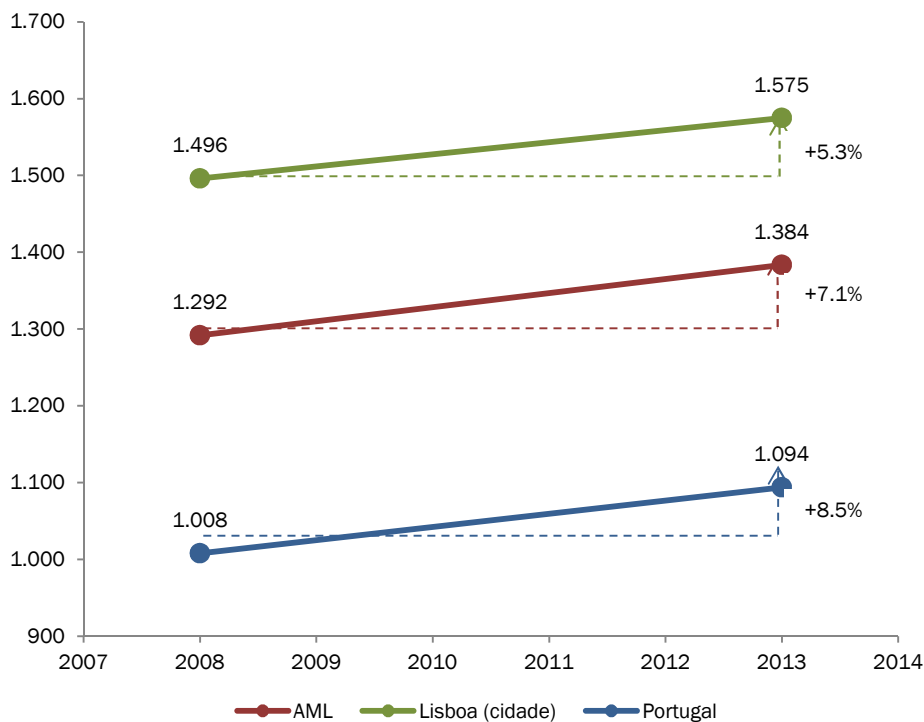
Figura 9.26 – Rede de incubadoras de Lisboa



Fonte: CML - DMEI

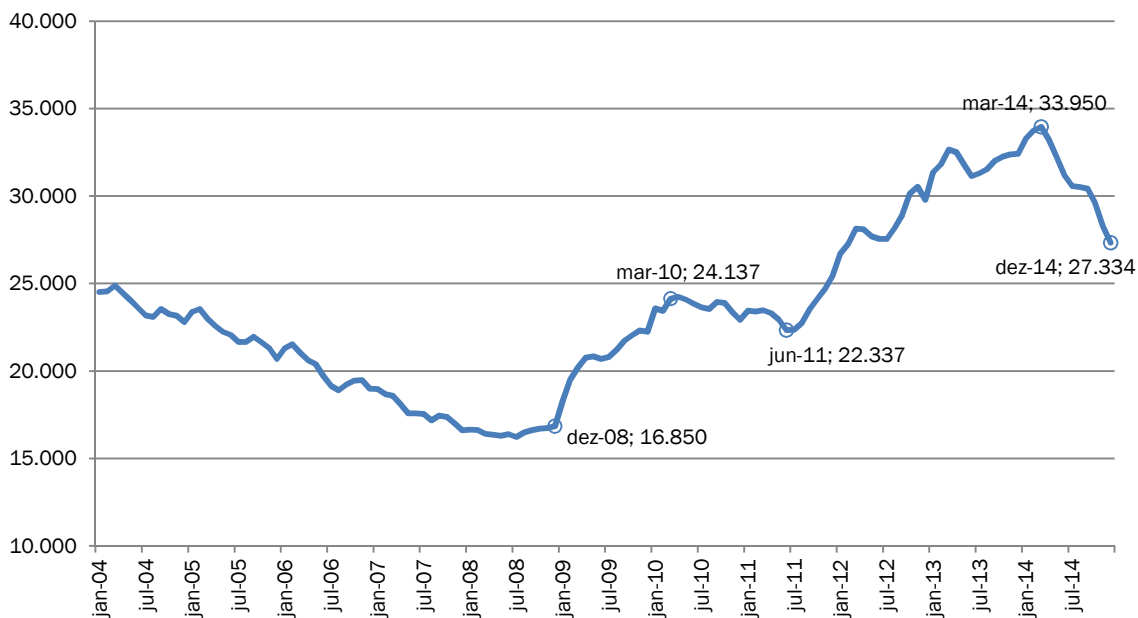
9.1.2.3 População Residente face ao emprego

Figura 9.27 – Ganho médio mensal (Euros)



Fonte: INE, I.P., 2009 e 2014⁶

Figura 9.28 – Nº de desempregados inscritos no concelho de Lisboa



Fonte: IEFP, Desemprego Registrado por Concelhos, Estatísticas Mensais (Jan 2004 a Dez. 2014)

⁶ A informação relativa a “ganho” diz respeito a TCO a tempo completo com remuneração completa.

Quadro 9.10- – Evolução da situação da população residente face à atividade económica 2001/2011, na cidade de Lisboa - população com atividade económica

	População residente	População Residente com 15 ou mais anos	População com Atividade Económica		
			Total	Empregada	Desempregada
2001	564.657	499.109	271.428	251.444	19.984
2011	547.733	477.239	260.405	229.566	30.839
Taxa de Variação	-3,0%	-4,4%	-4,1%	-8,7%	54,3%

Fonte: INE, IP, Censos 2001 e 2011

Quadro 9.11 – Evolução da situação da população residente face à atividade económica 2001/2011, na cidade de Lisboa - população sem atividade económica

	População sem Atividade Económica					
	Total	Estudante	Doméstica	Reformada, aposentada ou na reserva	Incapacitada Permanente para o Trabalho	Outra Situação
2001	227.681	38.907	19.919	142.670	7.815	18.370
2011	216.834	32.874	14.620	140.676	5.654	23.010
Taxa de Variação	-4,8%	-15,5%	-26,6%	-1,4%	-27,7%	25,3%

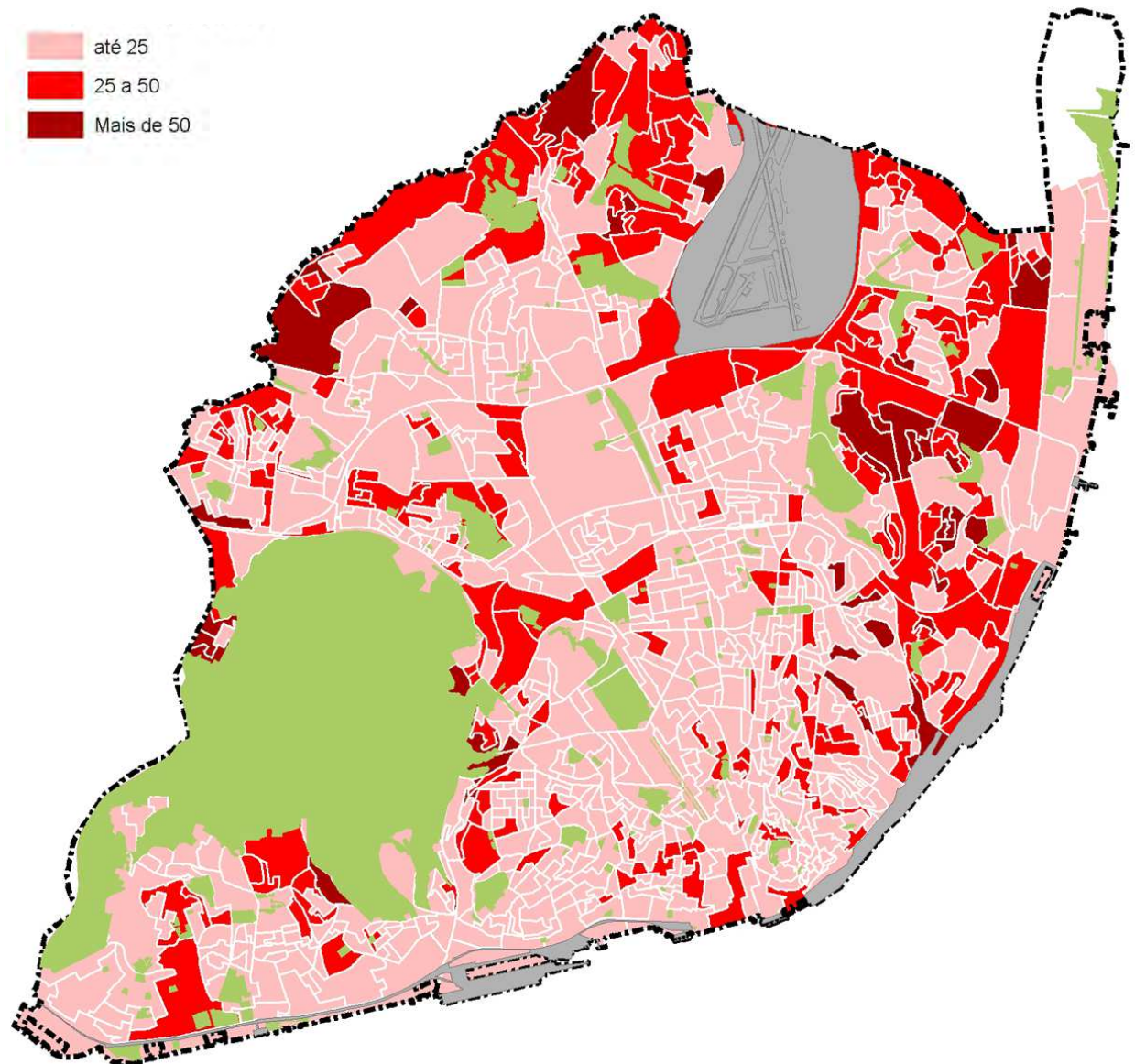
Fonte: INE, IP, Censos 2001 e 2011

O número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego da cidade de Lisboa mais do que duplicou no período de Dezembro de 2008 até Março de 2014, passando dos 16.850, para os 33.950, fruto de se ter registado uma tendência constante ao longo desse período para o agravamento da situação de desemprego, apenas interrompida entre Março de 2010 e Junho de 2011, por um período de alguma estagnação. No final do ano de 2014 a situação apresentava alguns sinais de melhoria, tendo, ainda assim, o ano encerrado com 27.334 desempregados inscritos nos centros de emprego da cidade.

Este fenómeno de desemprego é particularmente mais preocupante quando conjugado com uma diminuição da população ativa, que acompanha a diminuição, na cidade, da população com 15 ou mais anos, bem como o acréscimo de população sem atividade económica não enquadrada em nenhuma das categorias convencionais (reformada, estudante, doméstica ou incapacitada permanente para o trabalho).

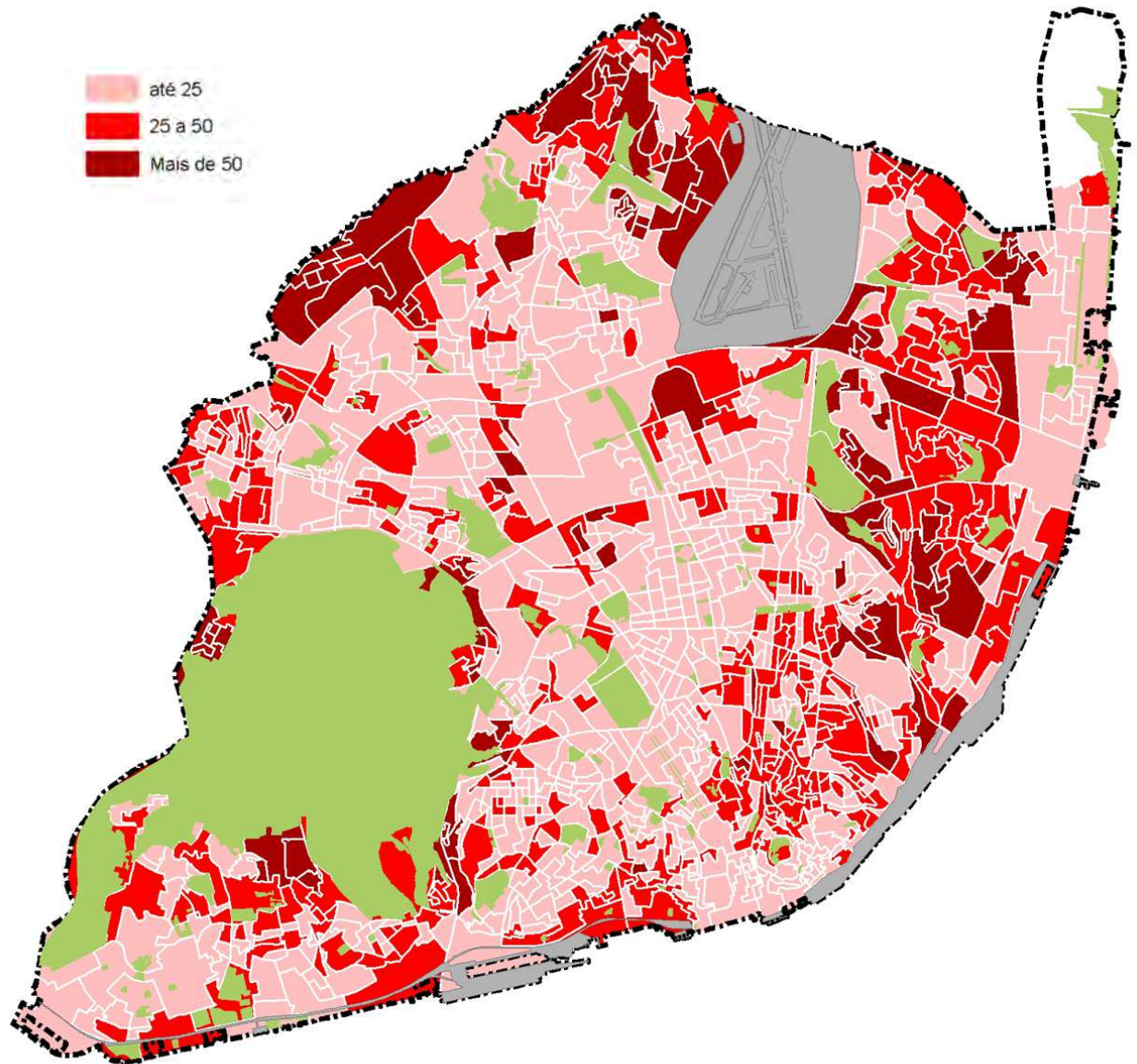
A população desempregada tem, à data do censo 2011, uma tendência para a concentração espacial em alguns pontos do território da cidade, situação essa que se manifesta com mais intensidade que em momentos censitários anteriores.

Figura 9.29 – Distribuição do desemprego na cidade de Lisboa, em 2001, em número, por secção estatística, e em comparação com anos anteriores



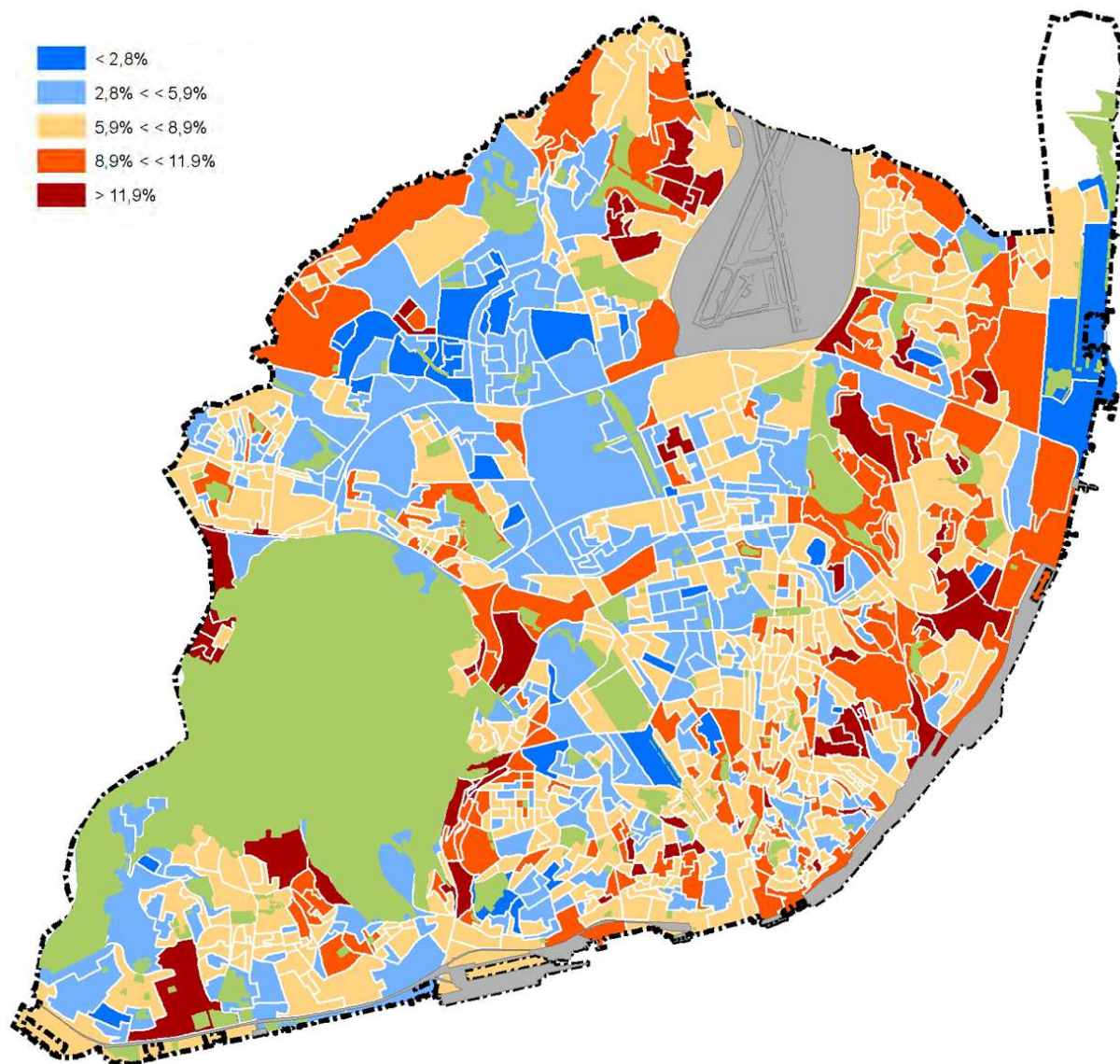
Fonte: INE, Censos 2001

Figura 9.30 – Distribuição do desemprego na cidade de Lisboa, em 2011, em número, por secção estatística, e em comparação com anos anteriores



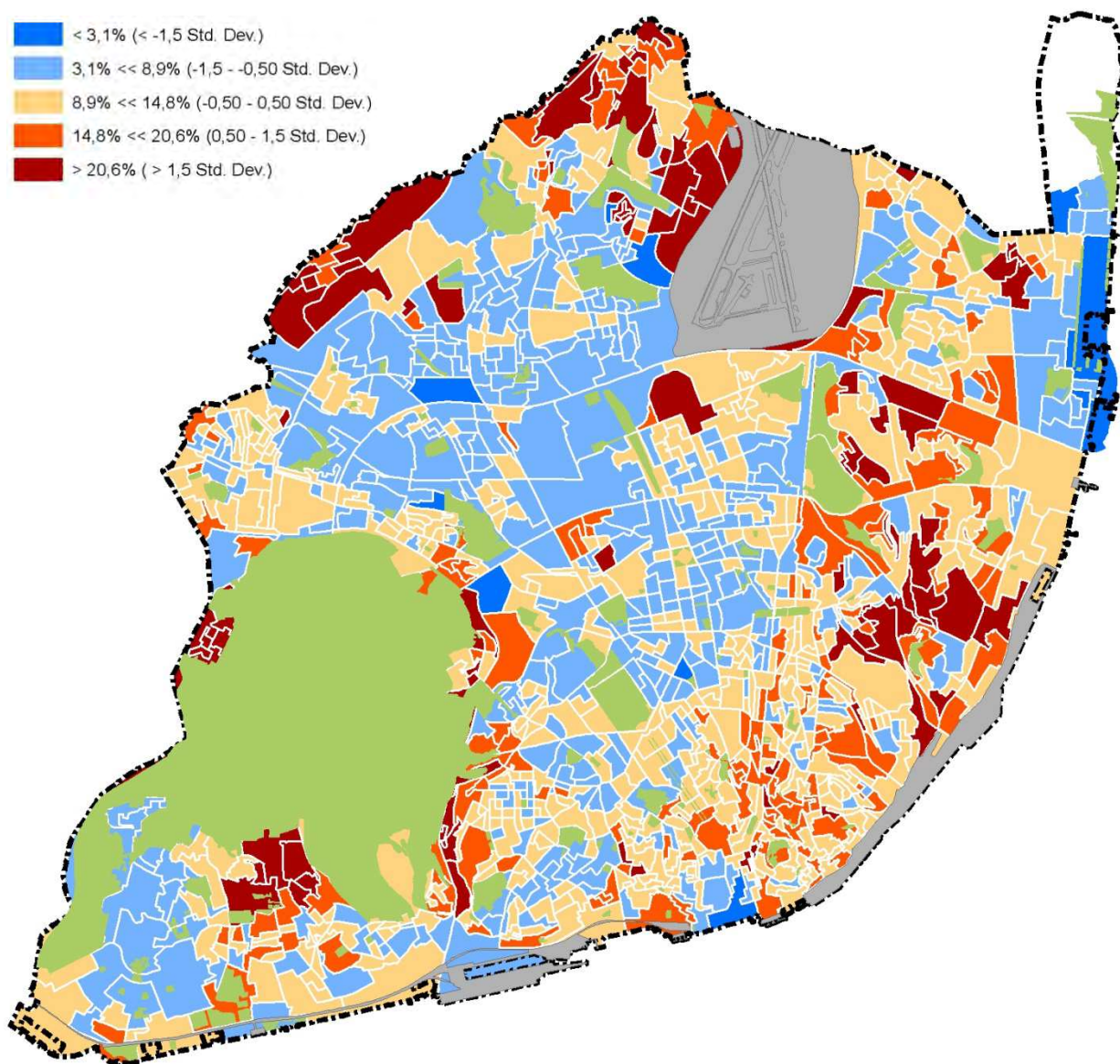
Fonte: INE, Censos 2011

Figura 9.31 – Distribuição da taxa de desemprego na cidade de Lisboa, em 2011, por secção estatística e comparação com anos anteriores



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

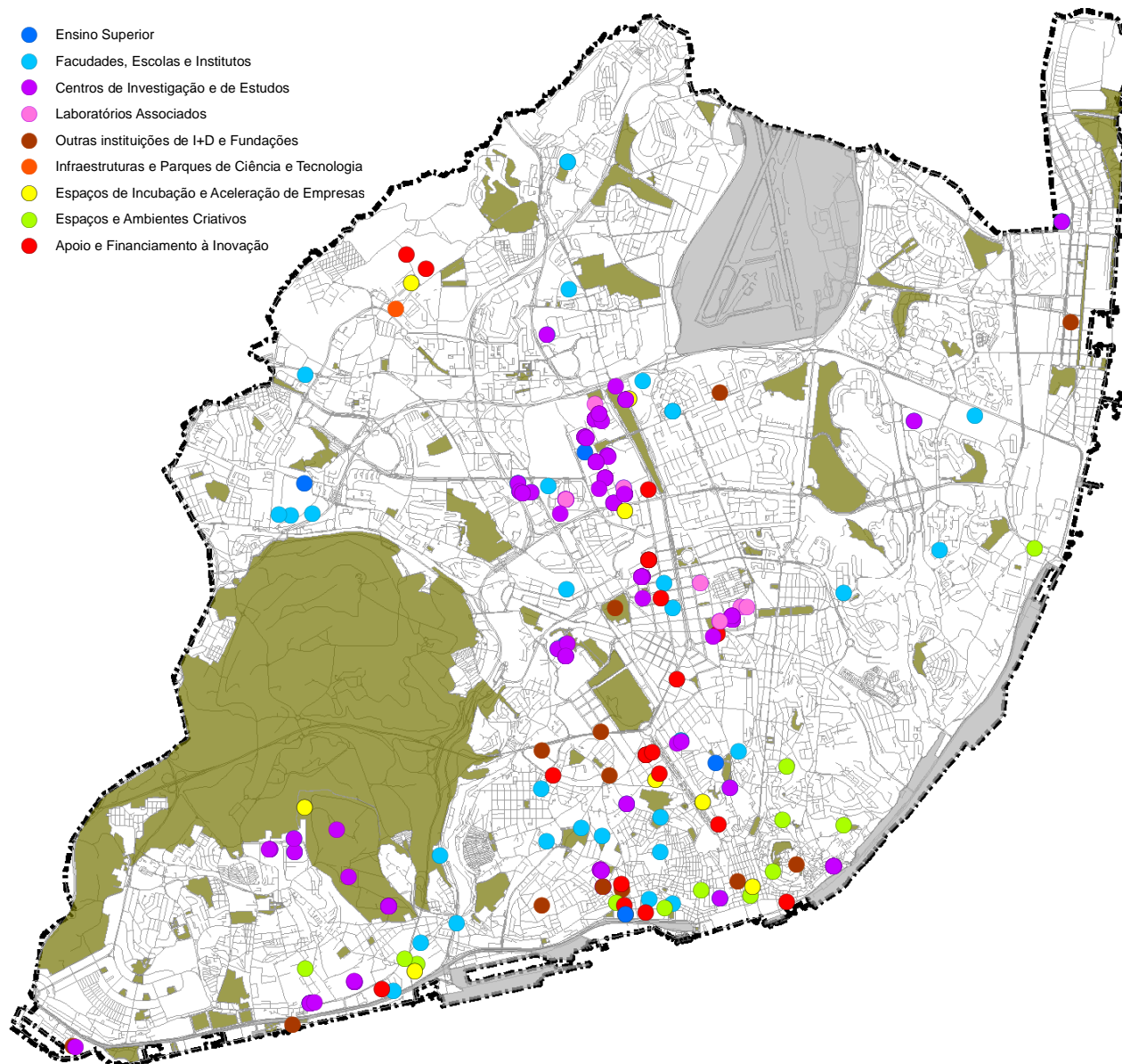
Figura 9.32 – Distribuição da taxa de desemprego na cidade de Lisboa, em 2011, por secção estatística, em torno da média e comparação com anos anteriores



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

9.1.2.4 Conhecimento, inovação e investigação

Figura 9.33 – Plataforma digital com os dados relativos ao ecossistema universitário, de investigação, desenvolvimento e de inovação da cidade de Lisboa

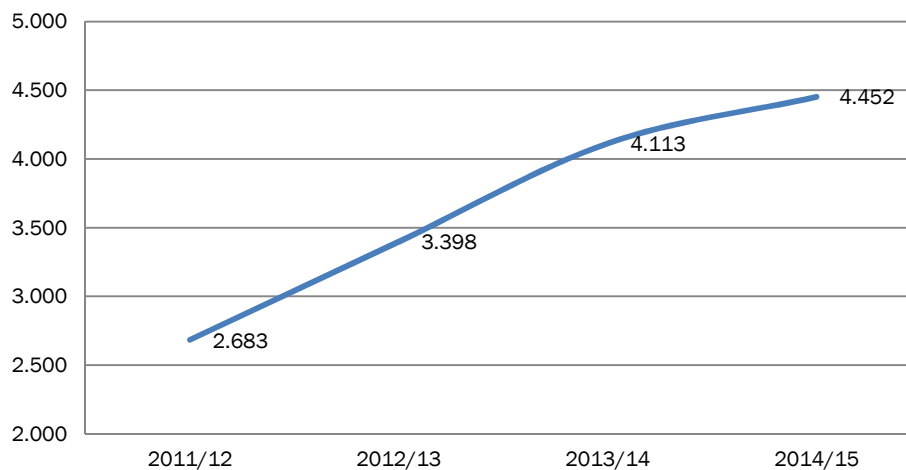


Fonte: CML (DMEI) - <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>

É uma plataforma digital que permite conhecer e explorar melhor o ecossistema universitário, de investigação, desenvolvimento e de inovação da cidade de Lisboa. Podendo aceder-se através do Link <http://mapadoconhecimento.cm-lisboa.pt> e consultar, nomeadamente, Instituições de Ensino Superior; Centros de Investigação e de Estudos, e Laboratórios Associados; Outras Instituições de I&D e Fundações; Infraestruturas e Parques de Ciência e Tecnologia; Espaços de Incubação e Aceleração de Empresas; Espaços e Ambientes Criativos; Apoio e Financiamento à Inovação.

9.1.2.5 Estudantes *erasmus* e estudantes internacionais

Figura 9.34 – Evolução de estudantes em Programas de Mobilidade Internacional (inclui Erasmus) recebidos (Cidade de Lisboa)



Fonte: DGEEC

Quadro 9.12 – Evolução de estudantes inscritos no ensino superior na cidade de Lisboa, por nacionalidade

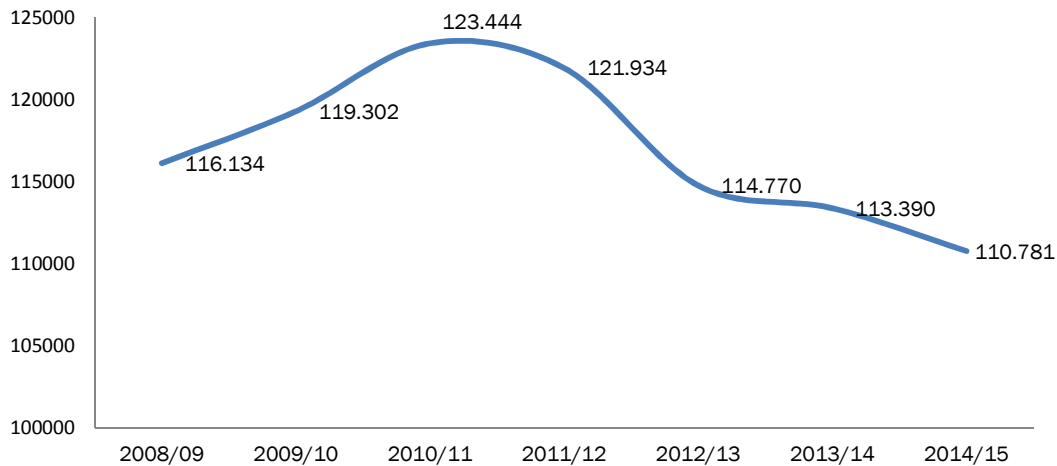
Nacionalidade	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Total	116 134	119 302	123 444	121 934	114 770	113 390	110 781
Portuguesa	107 159	110 747	114 561	110 122	102 627	100 143	96 971
Estrangeira	8 975	8 555	8 883	11 812	12 143	13 247	13 810
% Alunos Estrangeiros	7,7%	7,2%	7,2%	9,7%	10,6%	11,7%	12,5%

Fonte: DGEEC/MEC

Lisboa afirma-se continuamente enquanto Cidade Universitária. Na cidade de Lisboa estudam mais de 110.000 estudantes no ensino superior, o que corresponde ao equivalente de 20% da sua população residente. Não sendo este um fenómeno novo, tem contornos de alguma diferenciação do passado, sendo que o que aqui destacamos se prende com a internacionalização do acesso ao ensino superior. Nos anos mais recentes (após 2010), verificamos que o número de estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior tem vindo a aumentar significativamente, quer os que se inscrevem por via de programa de mobilidade (designadamente programa Erasmus), quer os que se inscrevem em regime de permanência.

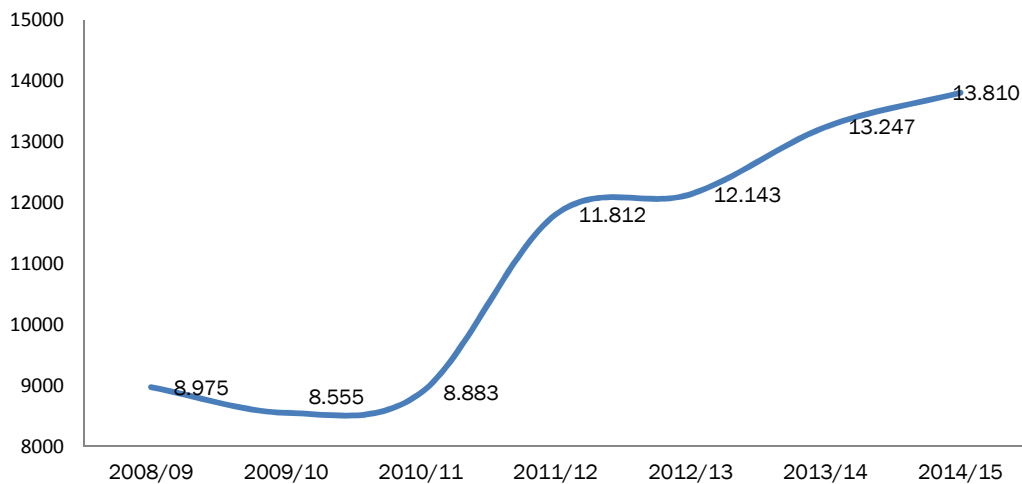
Para além do acréscimo de número assiste-se ao diversificar da origem desses mesmos estudantes. Se no passado recente 85% desses estudantes provinham de países de língua portuguesa, com Angola, Brasil e Cabo Verde como os mais representativos, hoje, mantendo-se estes como os mais representativos (com acréscimo do Brasil e decréscimo de Angola e Cabo Verde), assumem maior importância os estudantes provenientes de países da União Europeia, que, no seu todo representam já 31% dos estudantes estrangeiros, com particular relevo para Espanha, Itália e Alemanha.

Figura 9.35 – Evolução do nº de estudantes inscritos no ensino superior na cidade de Lisboa



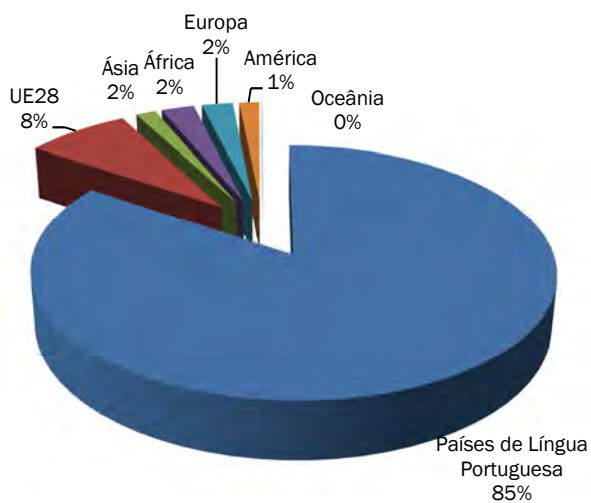
Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC

Figura 9.36 – Evolução do nº de estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior na cidade de Lisboa



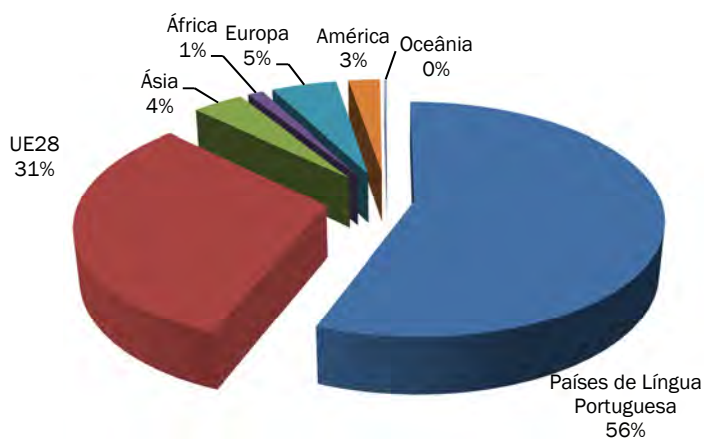
Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC

Figura 9.37 – Estudantes internacionais inscritos na cidade de Lisboa em 2007/08



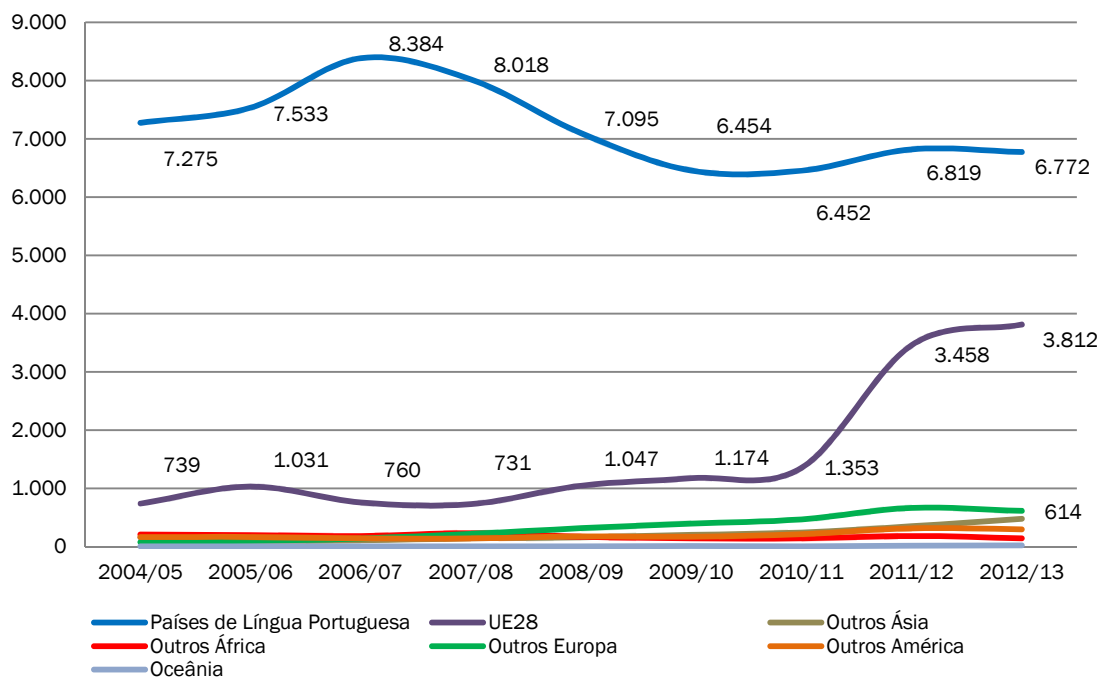
Fonte: DGEEC/MEC, CML

Figura 9.38 – Estudantes internacionais inscritos na cidade de Lisboa em 2012/13



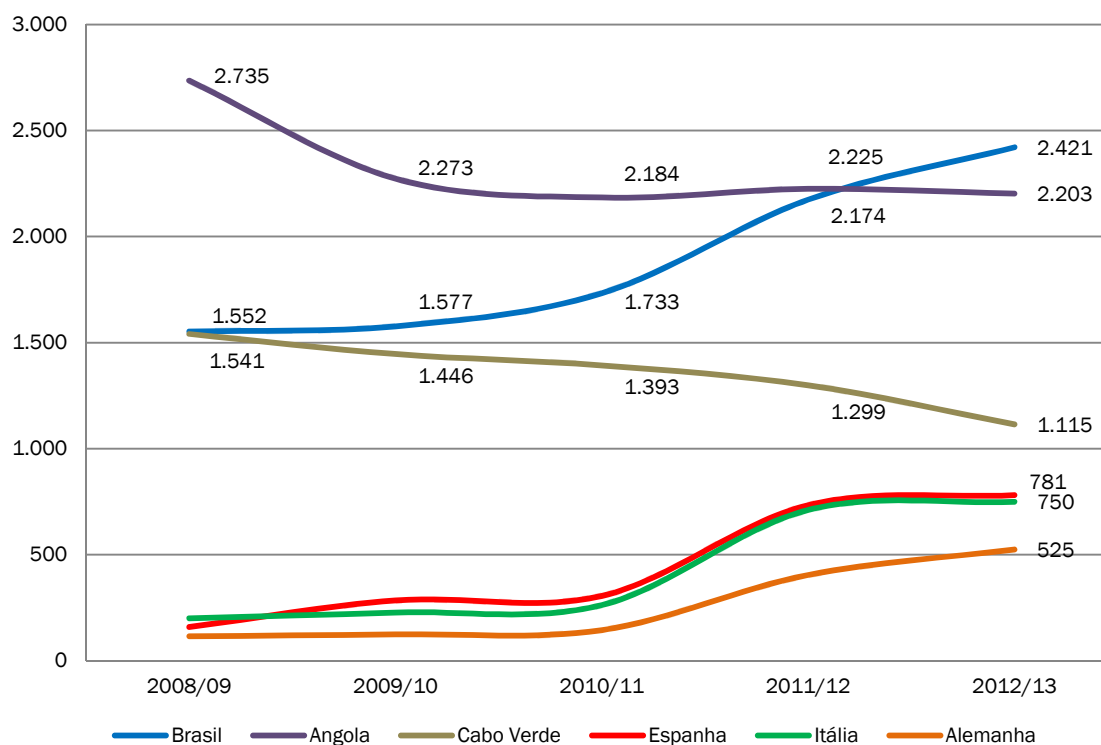
Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC

Figura 9.39 – Evolução de estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior na cidade de Lisboa (por origem)



Fonte: DGEEC/MEC

Figura 9.40 – Evolução de estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior na cidade de Lisboa (principais nacionalidade)



Fonte: DGEEC/MEC

9.2 Comércio

A Câmara Municipal de Lisboa¹ dispõe de um Recenseamento Comercial que corresponde a um levantamento de todos os estabelecimentos de comércio a retalho, restauração e bebidas e serviços da cidade. Até 2010 o inquérito era só aplicado às duas primeiras atividades e a partir de 2011 introduziu-se o sector dos serviços.

Atualmente os dados disponíveis são reportados ao ano de 2010. A partir de 2011 e até 2013 o inquérito incidiu sobre determinadas áreas do território, não cobrindo a totalidade da cidade e os dados encontram-se em fase de tratamento informático.

Atualmente, não existe qualquer tipo de levantamento da informação, sendo que todos os dados apresentados no presente relatório correspondem ao Recenseamento Comercial de 2010.

Em 2010 existem na cidade 16.969 estabelecimentos de comércio a retalho e de restauração e bebidas, que ocupam um total de 1.573.370 m² de área comercial e empregam 80.855 pessoas. Destes totais, 11.339 (66,82%) são de comércio a retalho e 5.630 (33,18%), de restauração e bebidas. A área comercial é de 1.197.202 m² (76,09%) e 376.168 m² (23,91%) respetivamente. O pessoal ao serviço reparte-se da seguinte forma: 46.603 (57,64%) e 34.252 (42,36%).

Quadro 9.2.1 - Repartição da estrutura comercial segundo o Recenseamento de 2010²

	N.º Estabelecimentos		Área Comercial (m ²)		Pessoal ao Serviço	
	Total	Peso (%)	Total	Peso (%)	Total	Peso (%)
Comércio a Retalho						
Comércio a Retalho Alimentar						
Alimentar Especializado	989	5,8	33.774	2,2	2.476	3,1
Alimentar Não Especializado	871	5,1	144.202	9,2	7.116	8,8
Sub-total Comércio Alimentar	1.860	11,0	177.976	11,3	9.592	11,9
Comércio a Retalho Não Alimentar						
Artigos de Uso Pessoal	2.556	15,1	173.790	11,1	9.702	12,0
Equipamento para o Lar	1.259	7,4	159.798	10,2	4.129	5,1
Saúde e Higiene	738	4,4	34.980	2,2	3.188	3,9
Cultura e Lazer	1.609	9,5	95.001	6,0	4.793	5,9
Diversos	2.044	12,1	280.497	17,8	8.718	10,8
Comércio Não Alimentar Não Especializado	333	2,0	88.780	5,6	2.923	3,6
Sub-total Comércio Não Alimentar	8.539	50,3	832.846	52,9	33.453	41,4
Reparações	940	5,5	186.380	11,9	3.558	4,4
Sub-total de Comércio a Retalho	11.339	66,8	1 197.202	76,1	46.603	57,6
Restauração e Bebidas						
Comidas e Refeições	3.189	18,8	256.814	16,3	22.809	28,2
Bebidas	2.416	14,2	111.669	7,1	11.115	13,8
Salas de Dança / Discoteca ³	25	0,2	7.685	0,5	328	0,4
Sub-total de Restauração e Bebidas	5.630	33,2	376.168	23,9	34.252	42,4
TOTAL GERAL	16.969	100	1 573.370	100	80 855	100

Fonte: CML (DMEI/DEEE), 2010

¹ Direção Municipal de Economia e Inovação / Departamento de Emprego, Empreendedorismo e Empresas (DMEI / DEEE)

² Direção Municipal de Economia e Inovação / Departamento de Emprego, Empreendedorismo e Empresas (DMEI / DEEE)

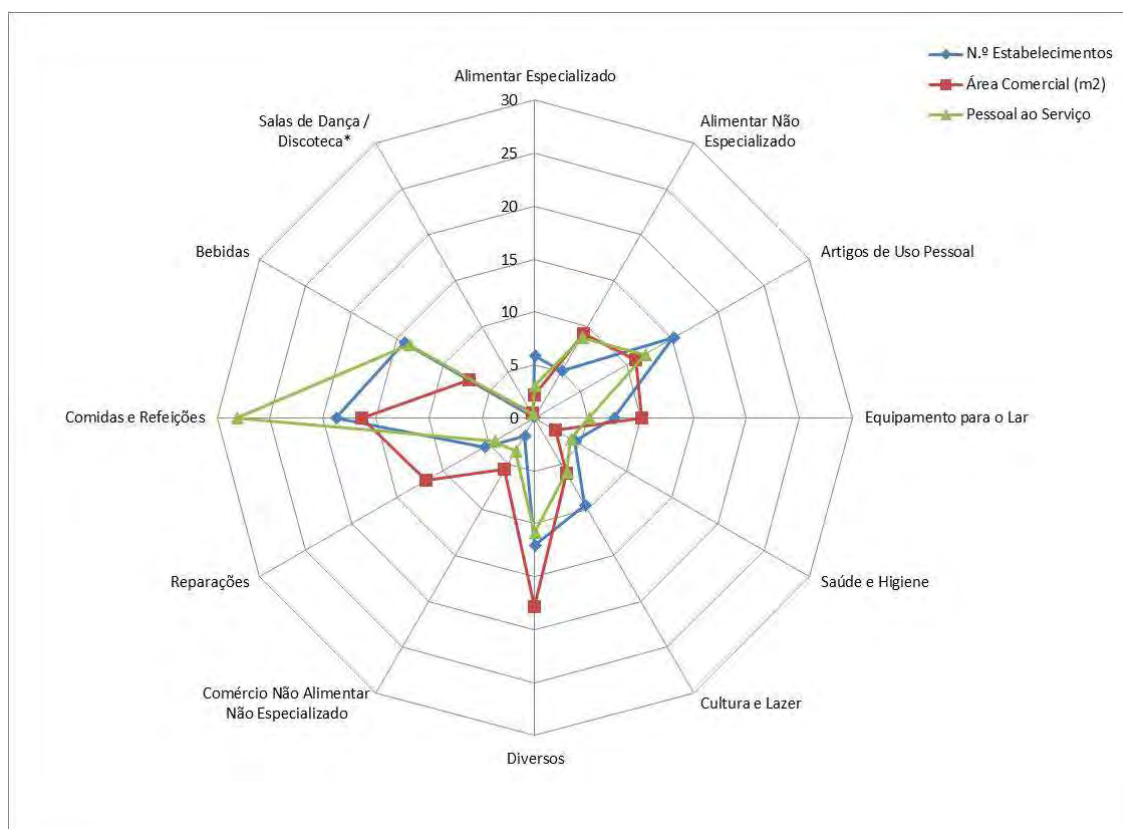
³ O recenseamento desta atividade não cobre todo o universo, porque é realizado no período diurno e a maior parte destes estabelecimentos encontram-se encerrados

No que concerne ao número de estabelecimentos, a estrutura comercial da cidade está assente em três sectores: comidas e refeições (18,79 %), artigos de uso pessoal (15,06 %) e bebidas (14,24 %). Estamos assim perante um predomínio de unidades do sector de restauração e bebidas, designadamente de restaurantes, snack-bares e cafés / pastelarias. Quanto ao sector de artigos de uso pessoal, os artigos de vestuário de senhora, os artigos de vestuário diverso e as sapatarias dominam.

Quanto à área comercial ocupada pelos estabelecimentos, os diversos assumem protagonismo, com 17,83%, as comidas e refeições surgem em segunda posição com 16,32% e em terceiro, os artigos de uso pessoal, com 11,05%.

O peso do pessoal ao serviço é significativamente dominado pelo ramo de comidas e refeições, com 28,21%, as bebidas sugem de seguida com 13,75%, e os artigos de uso pessoal com 12,00%.

Figura 9.2.1 - Peso da estrutura comercial por sector de atividade (%), por n.º de estabelecimentos, área comercial e pessoal ao serviço, segundo o Recenseamento de 2010



Fonte: CML (DMEI/DEEE), 2010

O número de estabelecimentos retrata a cobertura e variedade de cada sector na cidade. A área comercial, o peso na oferta de um sector ou produto e também a sua variedade. O pessoal ao serviço, a relevância do sector para o tecido empresarial e económico da cidade.

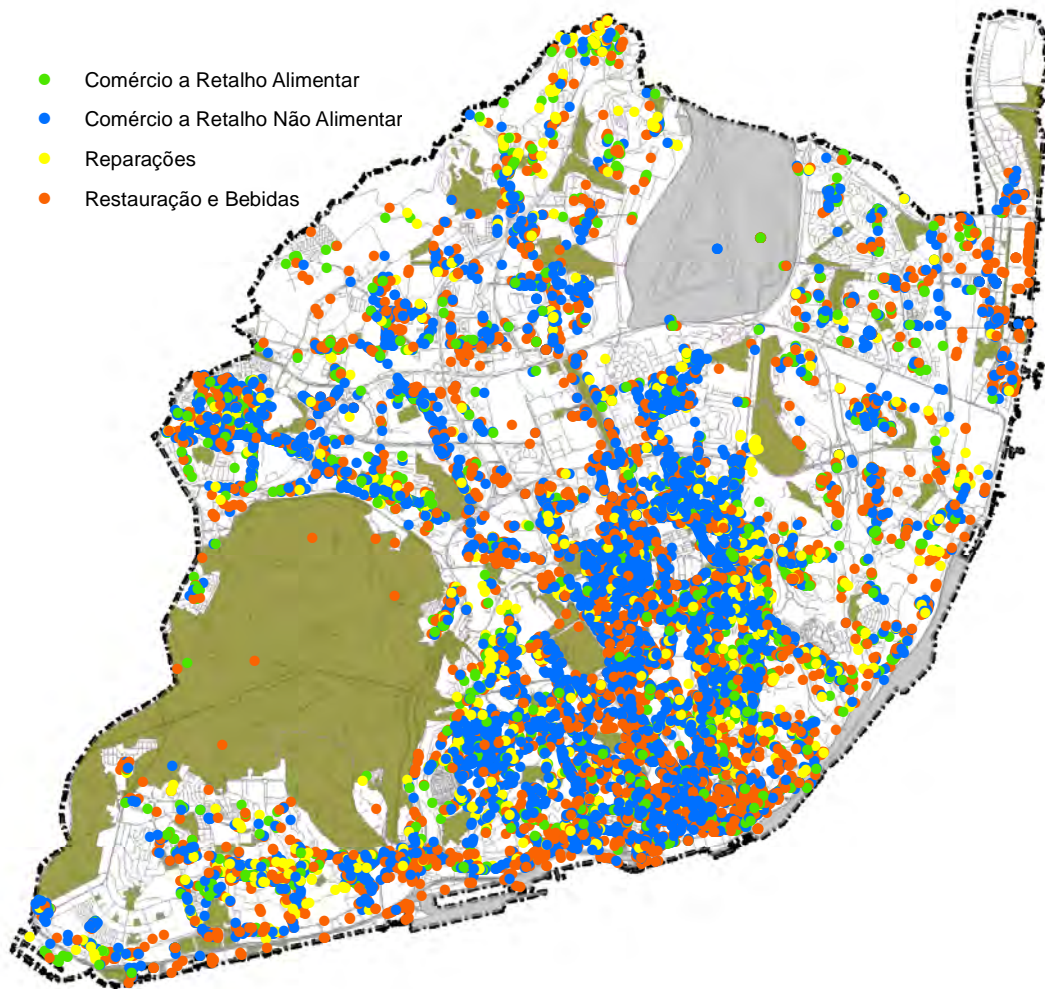
O gráfico permite observar os parametros que contribuem mais para cada um dos sectores e a relação do seu peso. No que respeita ao número de estabelecimentos, o alimentar especializado, os artigos de uso pessoal e a cultura e lazer são os sectores cujo peso se sobrepõe ao peso dos restantes. Tendo ainda um padrão semelhante no que repeita aos outros dois parâmetros, com valores muito próximos entre eles. Tratam-se de sectores que proliferam pela cidade, sendo que o seu modelo de localização é típico de bairros residenciais e de áreas comerciais centrais e locais.

O peso da área comercial domina nos sectores do equipamento para o lar, dos diversos, do comércio não alimentar não especializado e nas reparações, sectores onde a necessidade de grande áreas de exposição e venda é um dos principais fatores de localização.

No que respeita ao pessoal ao serviço, a maior aglomeração ocorre no sector de comidas e refeições, resultado do forte peso dos restaurante, onde o serviço prestado implica um rácio de empregados por estabelecimento, dos mais elevados.

Os setores que saem destes padrões identificados são saúde e higiene, bebidas e alimentar não especializado. Os dois primeiros têm número de estabelecimentos e pessoal ao serviço com pesos relativos semelhantes, enquanto que a área comercial tem peso relativo inferior, ou seja, tratam-se de estabelecimentos que dispõem de poucos empregados por unidade. Quanto ao sector do alimentar não especializado apresenta-se como uma excepção, dado que o peso da área comercial e do pessoal ao serviço é mais elevado que o número de estabelecimentos.

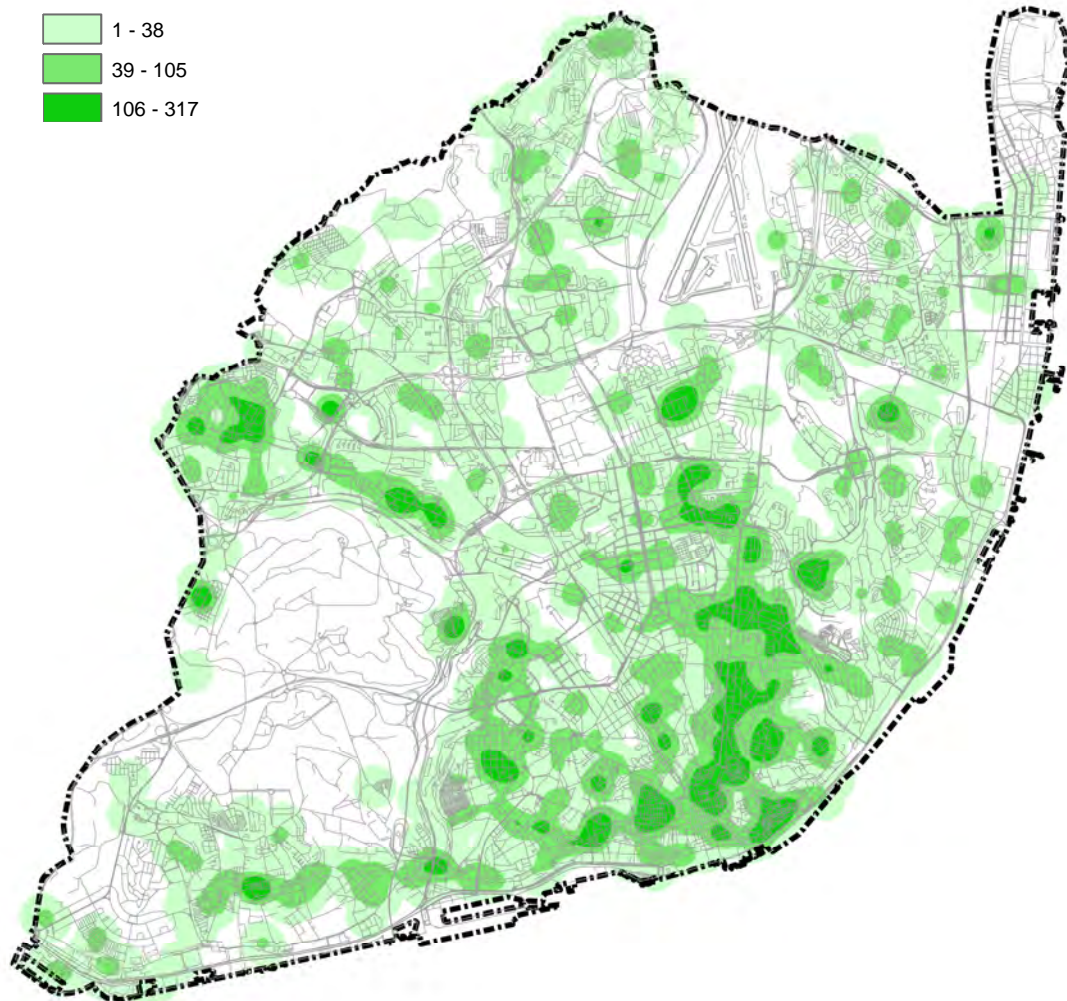
Figura 9.2.2 - Estabelecimentos de Comércio a Retalho e Restauração e Bebidas, 2010



Fonte: CML (DMEI/DEEE), 2010

As figuras seguintes permitem observar a densidade do número de estabelecimentos por sector de actividade.

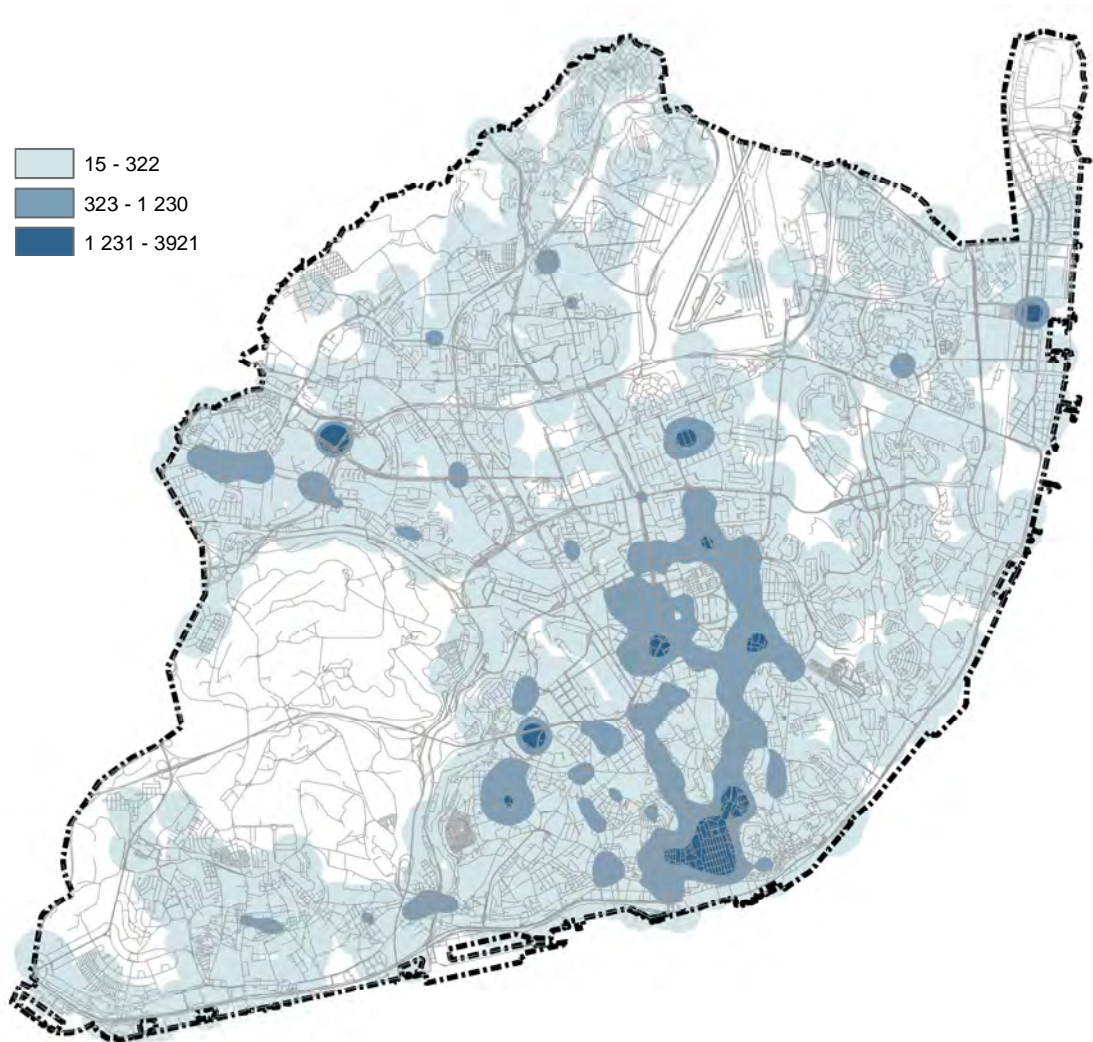
Figura 9.2.3 - Densidade do n.º de estabelecimentos de comércio a retalho alimentar – N.º de Estabelecimentos por Km², num raio de 250m



Fonte: CML (DMEI/DEEE), 2010

Neste sector a maior densidade observa-se nas principais áreas residenciais de Lisboa, e também nos núcleos locais de comércio.

Figura 9.2.4 - Densidade do n.º de estabelecimentos de comércio a retalho não alimentar – N.º de Estabelecimentos por Km², num raio de 250m

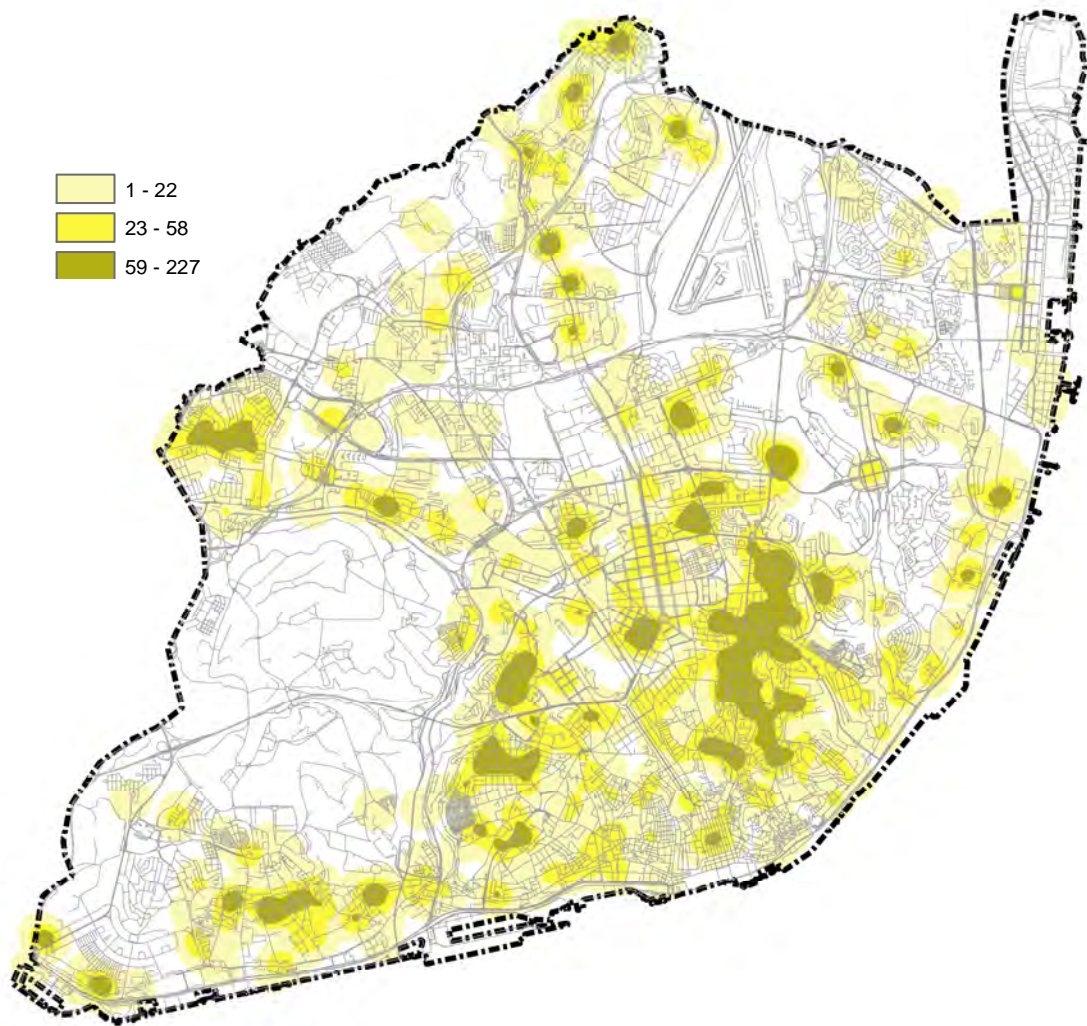


Fonte: CML (DMEI/DEEE), 2010

Este é o sector onde a densidade é mais contraída, ou seja, existem menos áreas cobertas com o valor de densidade mais elevado.

As áreas centrais e os principais eixos comerciais da cidade concentram maior número de estabelecimentos.

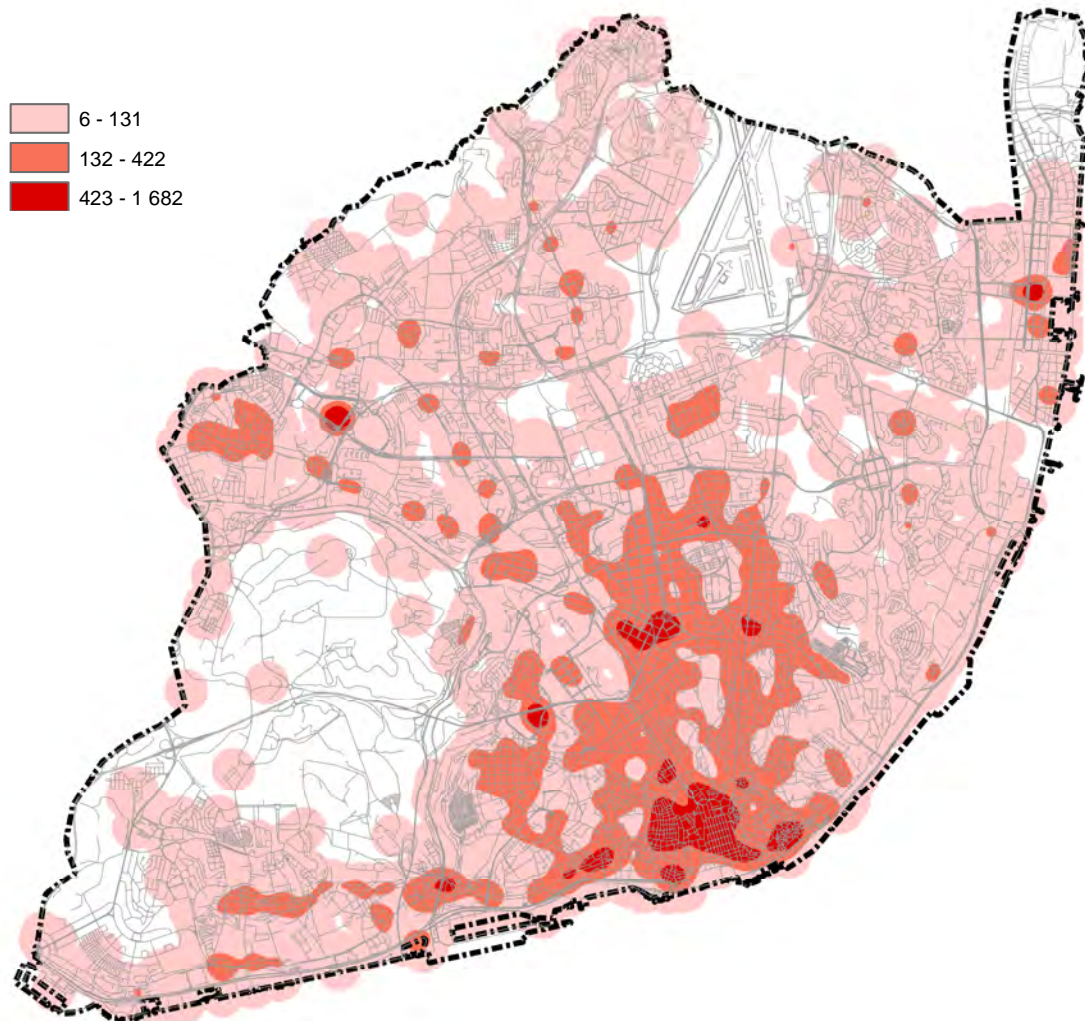
Figura 9.2.5 - Densidade do n.º de estabelecimentos de reparações – N.º de Estabelecimentos por Km², num raio de 250m



Fonte: CML (DMEI/DEEE), 2010

A especialização de determinadas áreas em serviços de reparações é visível pela concentração espacial, que se constata ser nuclear. A densidade mais expressiva e com uma extensão significativa ocorre ao longo da Avenida Almirante Reis e área envolvente.

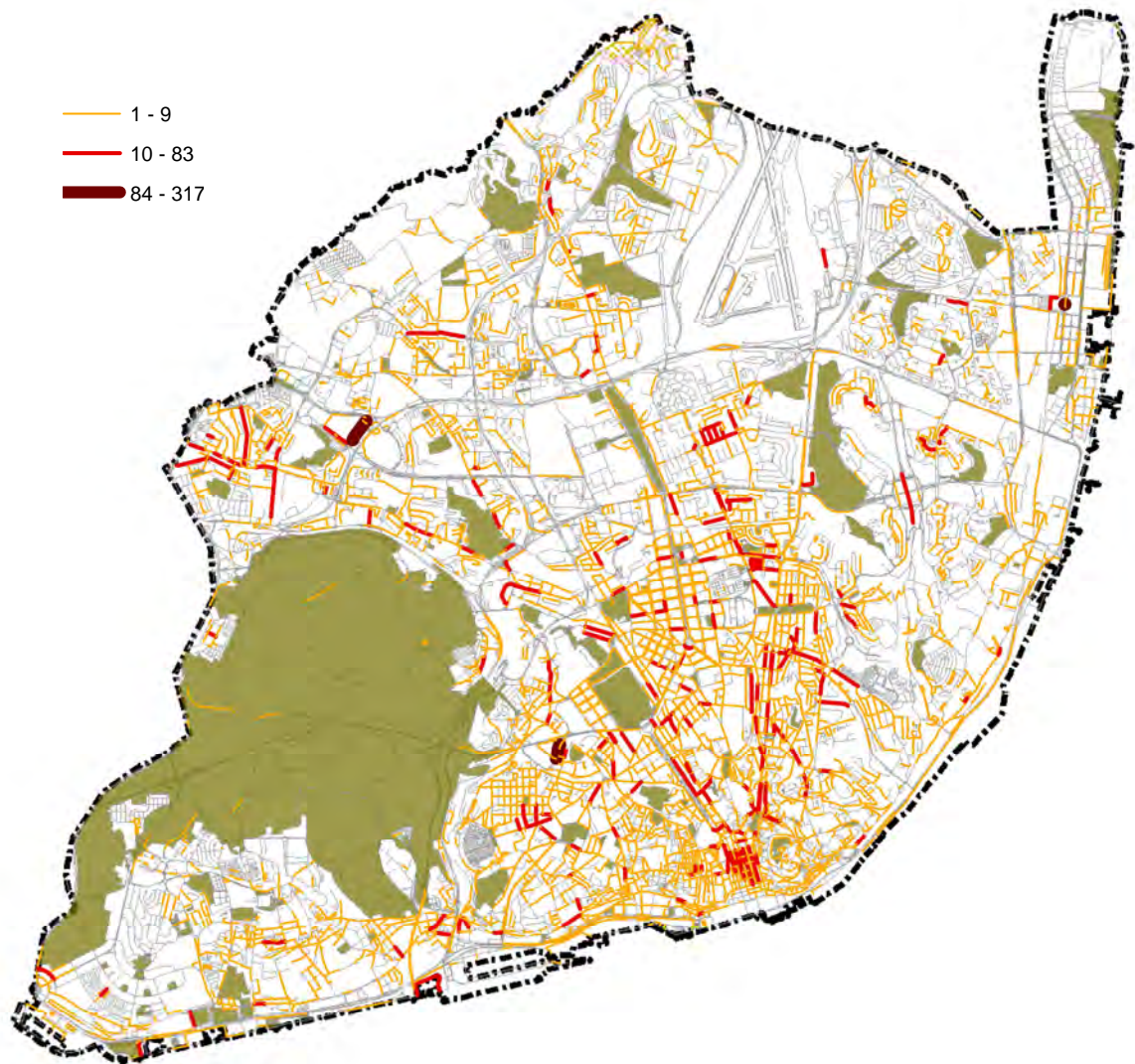
Figura 9.2.6 - Densidade do n.º de estabelecimentos de restauração e bebidas – N.º de Estabelecimentos por Km², num raio de 250m



Fonte: CML (DMEI/DEEE), 2010

O setor de restauração e bebidas apresenta uma densidade sobretudo nuclear, estando acentuadamente presente nas principais áreas comerciais da cidade, mas também nos médios e pequenos núcleos comerciais dos bairros residenciais. Além disso, também se observa uma continuidade espacial da oferta, unindo as centralidades, sobretudo no eixo central da cidade.

Figura 9.2.7 - N.º de estabelecimentos por troço de via, 2010



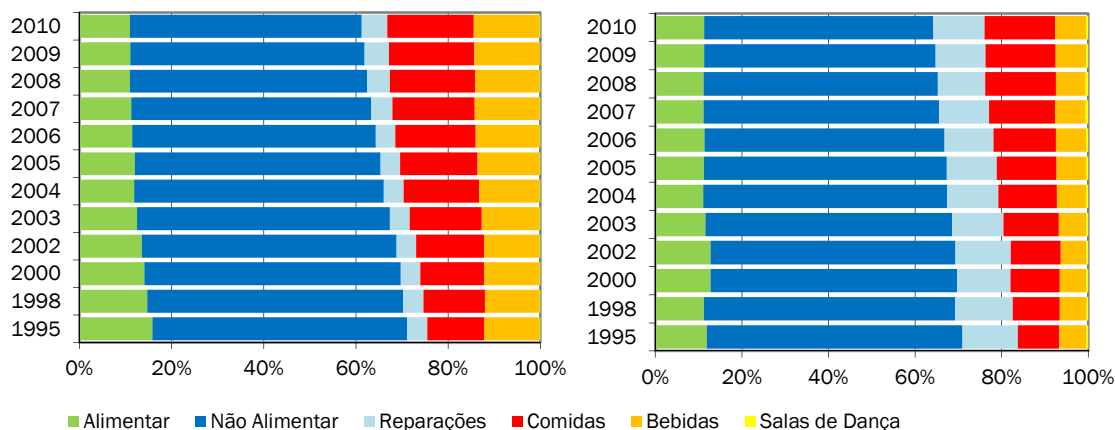
Fonte: CML (DMEI/DEEE), 2010

A figura acima destaca a presença de estabelecimentos por troço de via, tendo em conta a sua posição. É possível observar os locais de maior densidade, distinguindo-se aqui as áreas comerciais, os eixos comerciais e os centros comerciais. No que respeita às áreas comerciais destacam-se a Baixa, Alvalade / Avenida de Roma / Avenida Guerra Junqueiro e Avenidas Novas, e num segundo nível Campo de Ourique e Benfica. Os eixos comerciais principais são a Avenida da Liberdade, Avenida Almirante Reis / Rua Morais Soares. Os principais centros comerciais da cidade são os únicos que aparecem no terceiro nível, a saber: Colombo, Vasco da Gama e Amoreiras.

A presente análise tem por base o Recenseamento Comercial de 2010, mas dado que existe informação desde 1995, considera-se que é importante o conhecimento existente da evolução do setor ocorrido nos últimos anos e as principais tendências ocorridas durante esse período:

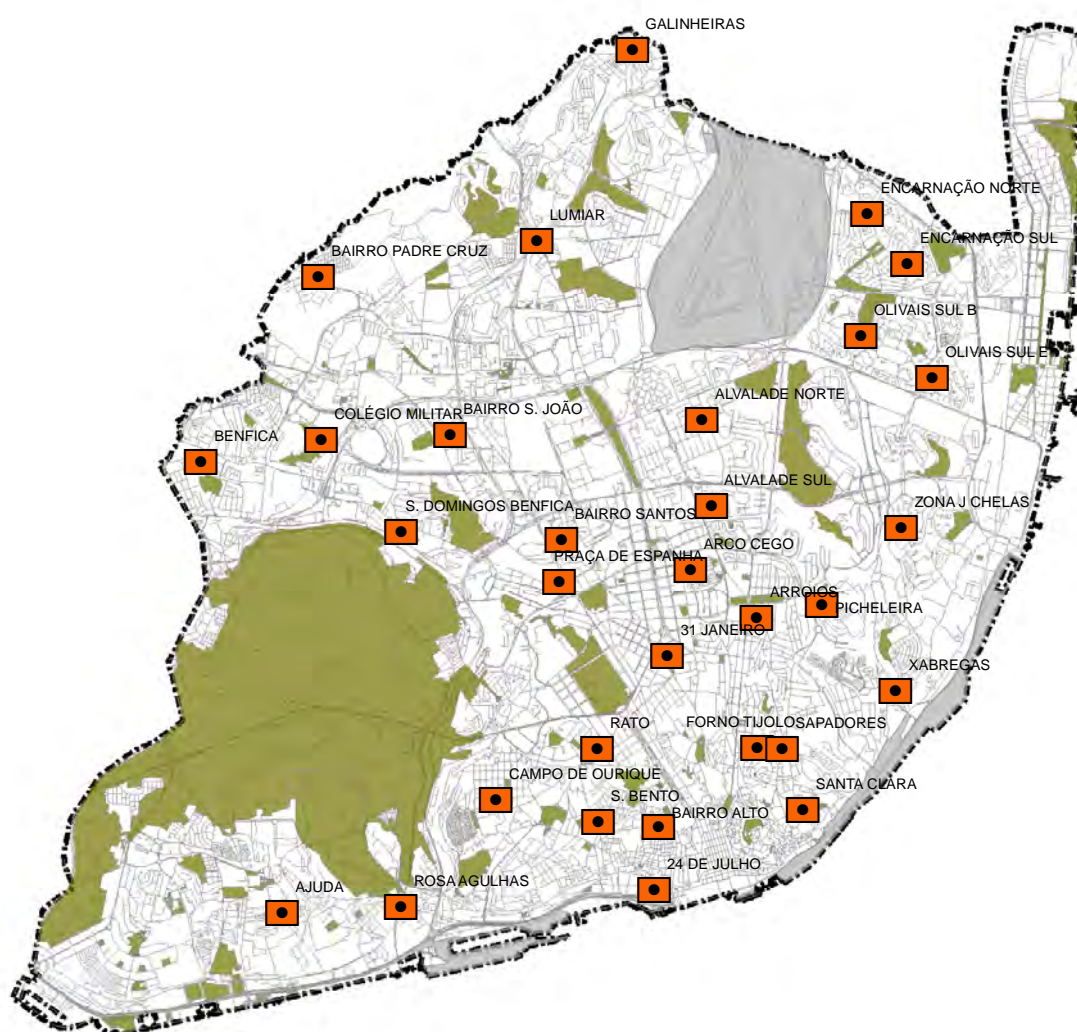
- Diminuição do número de estabelecimentos de comércio a retalho, pela sua substituição por outras atividades económicas, serviços e funções;
- Aumento da superfície de exposição e venda dos estabelecimentos de comércio a retalho, resultado da instalação de grandes superfícies generalistas e também especializadas;
- Aumento da dimensão média dos estabelecimentos de comércio a retalho, resultado da diminuição do número de estabelecimentos e aumento da superfície de exposição e venda;
- O comércio alimentar foi o que sofreu maiores perdas no número de estabelecimentos, mas na superfície de exposição e venda teve aumentos, devido à substituição de estabelecimentos de pequenas dimensões e à abertura de supermercados e hipermercados;
- Aumento do número de estabelecimentos de restauração e bebidas, de diversos formatos, atividade e tipos de serviços;
- Aumento da área destinada a clientes dos estabelecimentos de restauração e bebidas, resultado do aumento do número de estabelecimentos de restauração e bebidas, mas também da maior dimensão média destes novos estabelecimentos.

Figura 9.2.8 - Evolução do n.º de estabelecimentos e evolução da área comercial, por sector de atividade



Fonte: CML (DMEI/DEEE), 1995 a 2010

Figura 9.2.9 - Mercados Retalhistas de Lisboa



Fonte: CML (DMAE/DUC/DEAJ), 2014

Os Mercados Municipais de Lisboa são importantes estruturas no abastecimento local da população e são ainda polos de centralidade comercial, por manterem na sua envolvente uma importante densidade comercial. São também estruturas que mantêm em atividade um tipo de comerciante e de empresas de micro dimensão, mas com significativo impacto na economia local e dinâmica de autoemprego no seio familiar.

Poderão ainda ser catalisadores de novos e diferentes conceitos, pela sua localização privilegiada, pela sua estrutura física, com referências arquitetónicas e históricas e também pela sua dimensão, sendo que em alguns casos o próprio espaço vai ficando disponível. São exemplos disso mercados, onde foram introduzidas atividades diferenciadas traduzindo-se num novo conceito para este tipo de espaços: Ribeira (24 de Julho), Campo de Ourique, Santa Clara e Forno do Tijolo.

9.3 Turismo

9.3.1. Dados globais

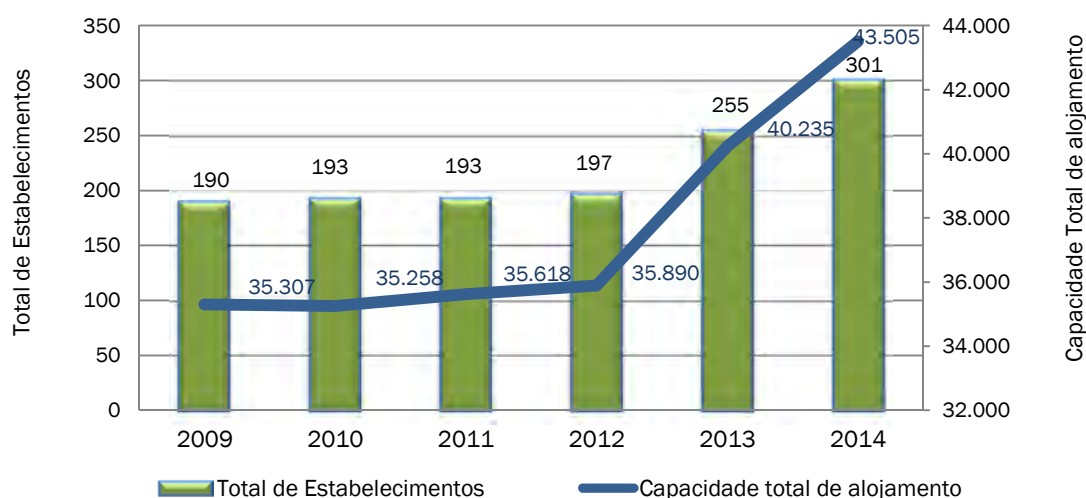
Em 2014 mais de 3,3 milhões de turistas ficaram hospedados em Lisboa. A cidade foi eleita pela *World Travel Awards* melhor destino turístico europeu de cruzeiros (2014), segundo melhor destino turístico europeu (*European Best Destinations 2013*) e 9ª cidade mundial em eventos empresariais (ICCA 2010).

Lisboa é uma cidade com características únicas capazes de agradar a uma diversidade de turistas, desde os que procuram os séculos de história da Baixa Pombalina aos que procuram a Lisboa mais moderna do Parque das Nações. O clima, a hospitalidade, a gastronomia, a tradição, a história, o rio, o fado, as festas populares, entre tantos outros, são fatores que fazem da cidade um destino extremamente atrativo.

As tendências que se verificam atualmente apresentam novos desafios e oportunidades ao turismo de Lisboa, trazendo à cidade novos segmentos de turistas, nomeadamente população de mais idade. O aumento da oferta de viagens *low cost* atrai muitos turistas que optam por viagens de curta duração e que encontram em Lisboa uma grande variedade de alojamentos (vd. *hostels*). As deslocações em trabalho, cada vez mais comuns, permitem também fazer uma combinação lazer-negócio que permite tirar maior proveito do tempo despendido na viagem.

A capacidade de alojamento da cidade de Lisboa tem vindo a crescer de modo significativo desde 2010, sendo que em 2014 a cidade tinha capacidade para acomodar 43.505 indivíduos em 301 estabelecimentos turísticos. A partir de 2013 regista-se um acentuado aumento dos estabelecimentos, só de 2012 para 2014 houve um acréscimo de 53%

Figura 9.3.1 - Nº de Estabelecimentos e Capacidade de Alojamento¹

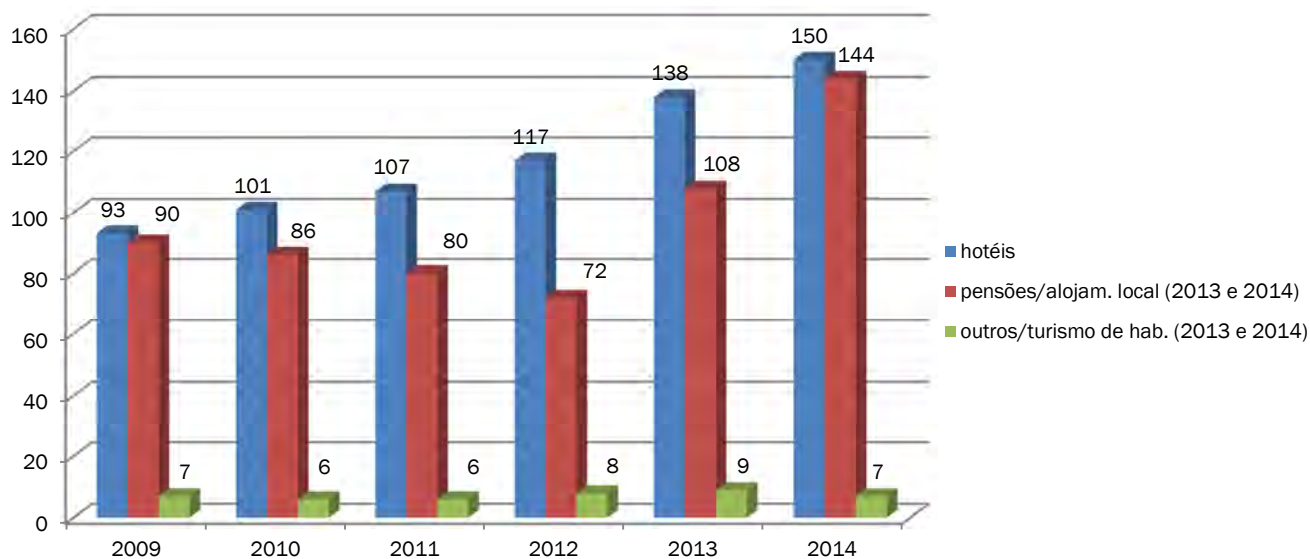


Fonte: INE (Anuários Estatísticos da Região de Lisboa), 2010 a 2015

¹ O total de estabelecimentos inclui hotéis, pensões e outros estabelecimentos, sendo que nestes últimos estão incluídos os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos e as pousadas.

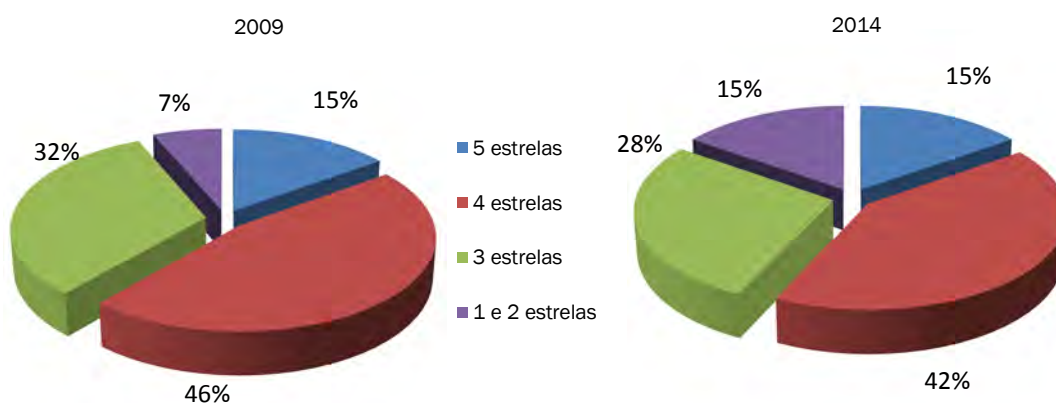
De notar que em 2013, com a entrada em vigor do Novo Regime Jurídico de Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos, a que adiante se faz referência, alteram-se as tipologias de estabelecimentos turísticos, introduzindo-se o “alojamento local”. Estas novas classificações, que passaram a constar nas informações estatísticas, nomeadamente do INE, vieram, inevitavelmente criar algumas dificuldades na comparação de alguns dados.

Figura 9.3.2 - Estabelecimentos hoteleiros por tipologia



Fonte: INE (Anuários Estatísticos da Região de Lisboa), 2010 a 2015

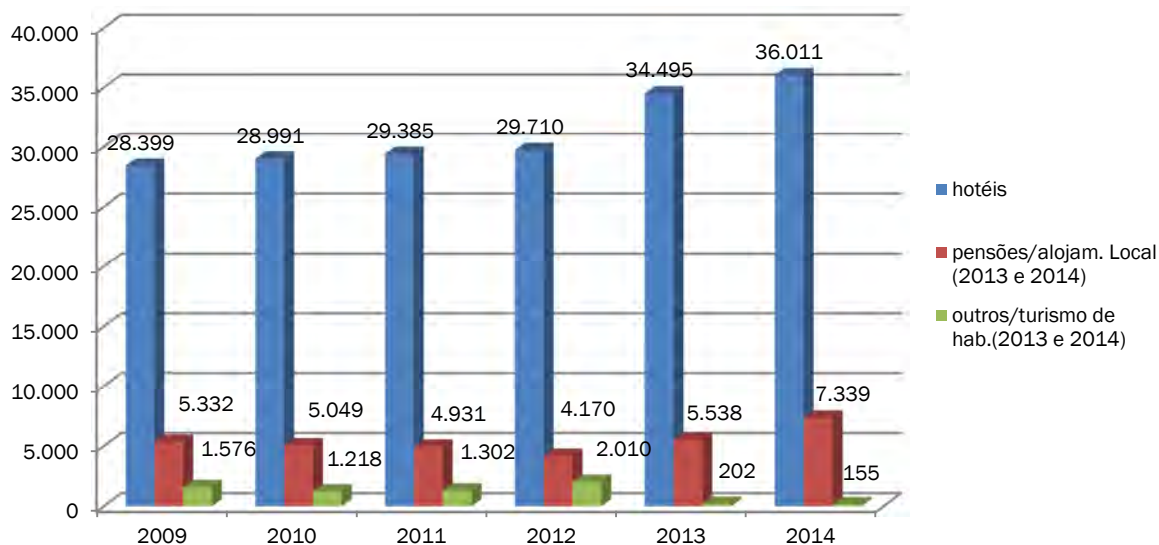
Figura 9.3.3 - N° de hotéis por estrelas



Fonte: INE (Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos), 2009 a 2014

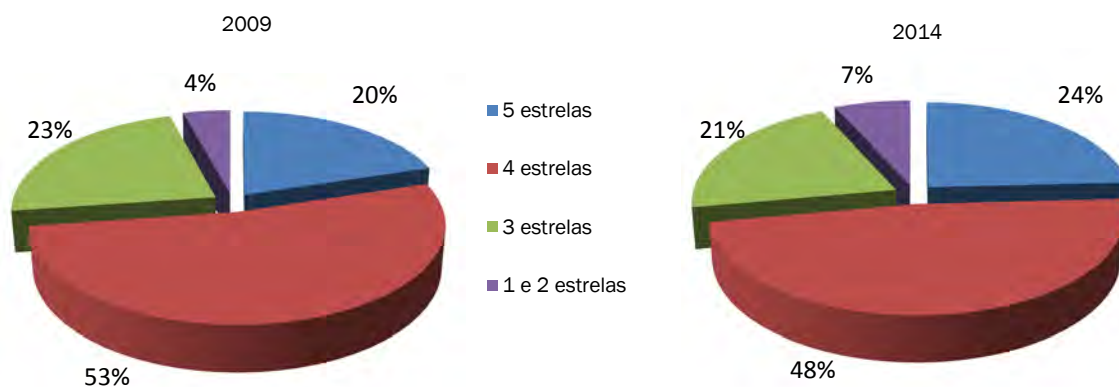
Deste modo, entre 2012 e 2014 o número de estabelecimentos hoteleiros sobe de 117 para 150. As pensões assim designadas até 2012 e devido por um lado à reclassificação de uma parte das pensões em unidades hoteleiras de 1 e 2 estrelas e por outro lado devido ao aparecimento do alojamento local passam de 72 para 144 também neste período de tempo.

Figura 9.3.4 - Capacidade de Alojamento



Fonte: INE (Anuários Estatísticos da Região de Lisboa), 2010 a 2015

Figura 9.3.5 - Capacidade dos hotéis por estrelas

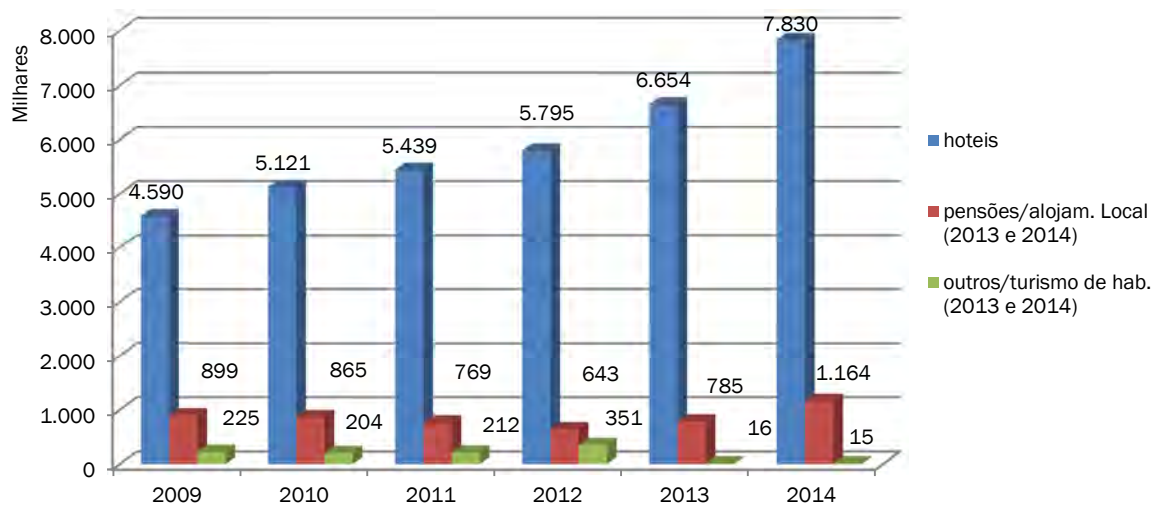


Fonte: INE (Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos), 2009 a 2014

A capacidade de alojamento apresenta um crescimento de cerca de 23%, entre 2009 e 2014, sendo esse acréscimo particularmente expressivo nos hotéis que apresentam uma taxa de variação positiva para o mesmo período de cerca de 27 %.

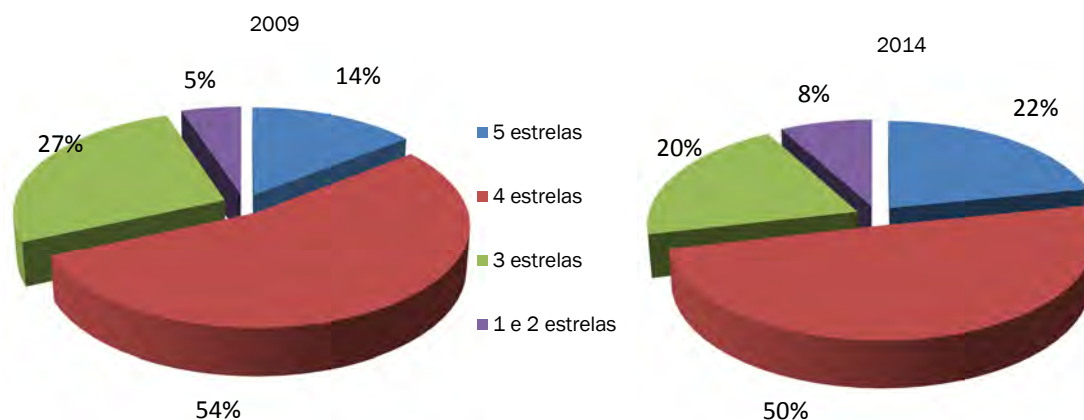
A oferta hoteleira da Cidade apresenta um perfil claramente direcionado para as categorias superiores, sendo que cerca de $\frac{3}{4}$ da capacidade de alojamento concentra-se nos hotéis de 4 e 5 estrelas, com uma clara progressão da oferta neste última categoria.

Figura 9.3.6 - Número de Dormidas (milhares)



Fonte: INE (Anuários Estatísticos da Região de Lisboa), 2010 a 2015

Figura 9.3.7 - Dormidas em hotéis por estrelas

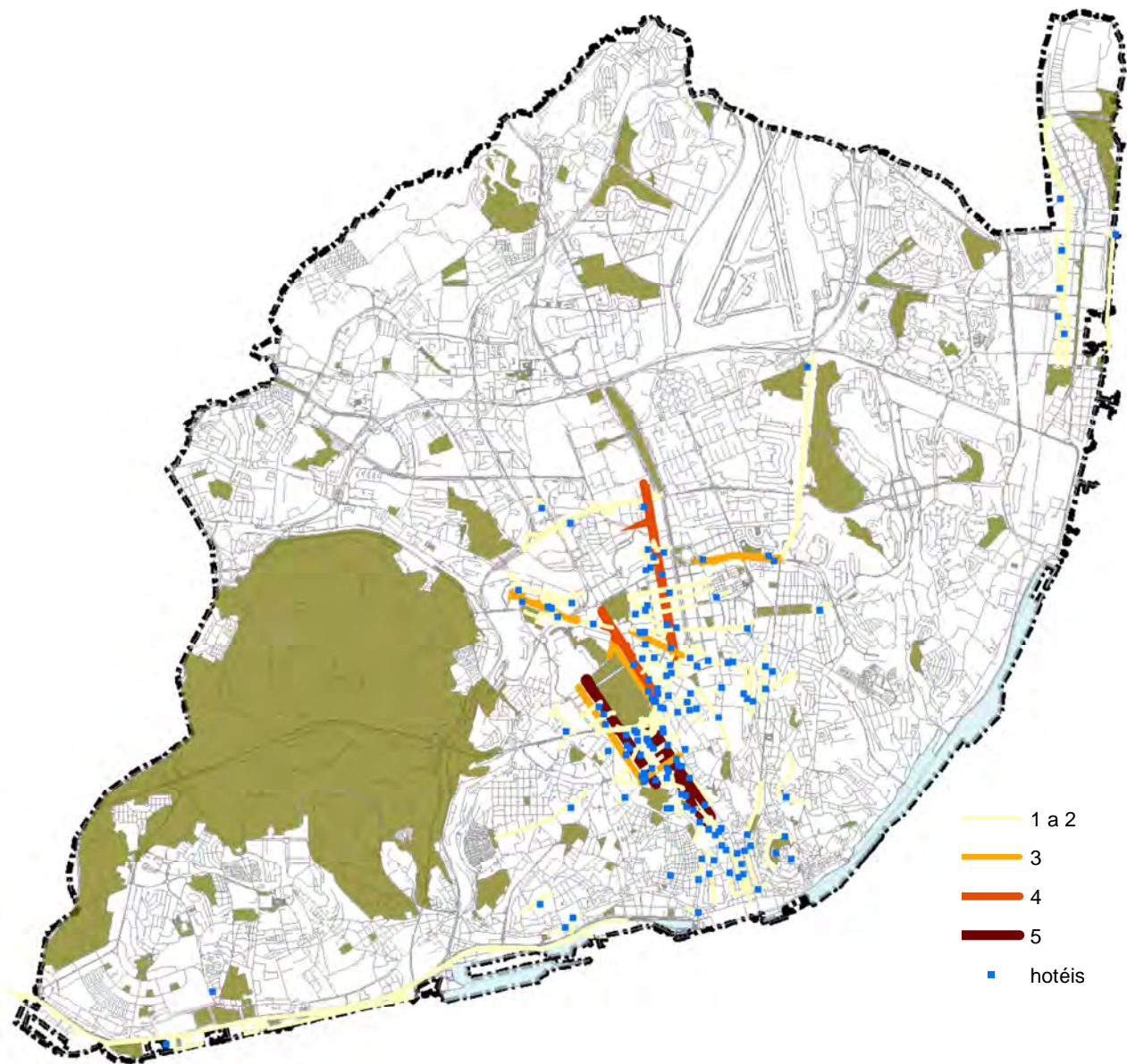


Fonte: INE (Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos), 2009 a 2014

O número de dormidas registado na cidade de Lisboa entre 2009 e 2014 teve um crescimento significativo, cerca de 58%, sendo que o setor da hotelaria registou um acréscimo vertiginoso de quase 71% no mesmo período.

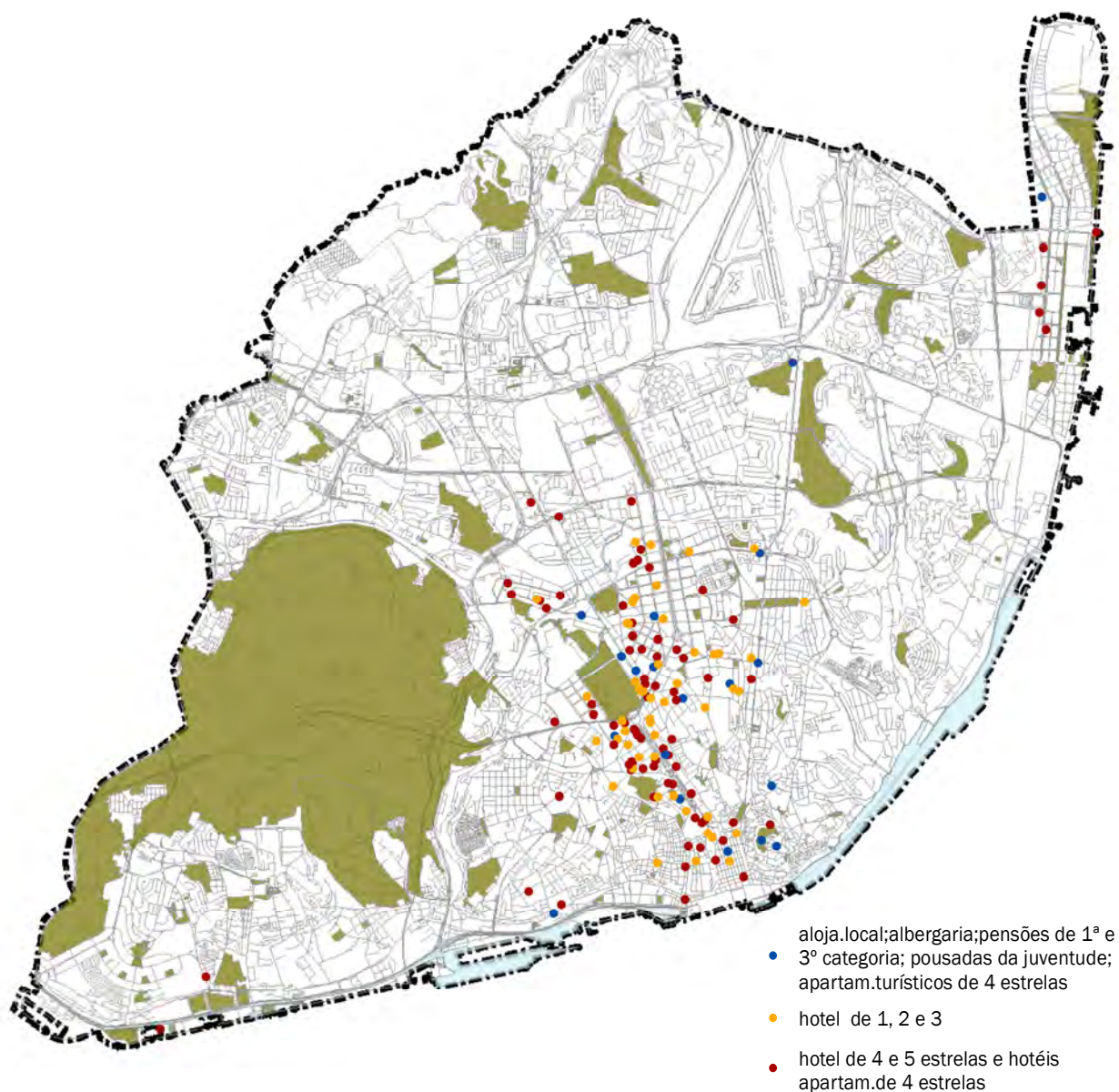
Em linha com a capacidade de alojamento, em 2014 cerca de 2/3 das dormidas no setor da hotelaria concentrou-se nos hotéis de 4 e 5 estrelas.

Figura 9.3.8 - Número de hotéis por eixo de via



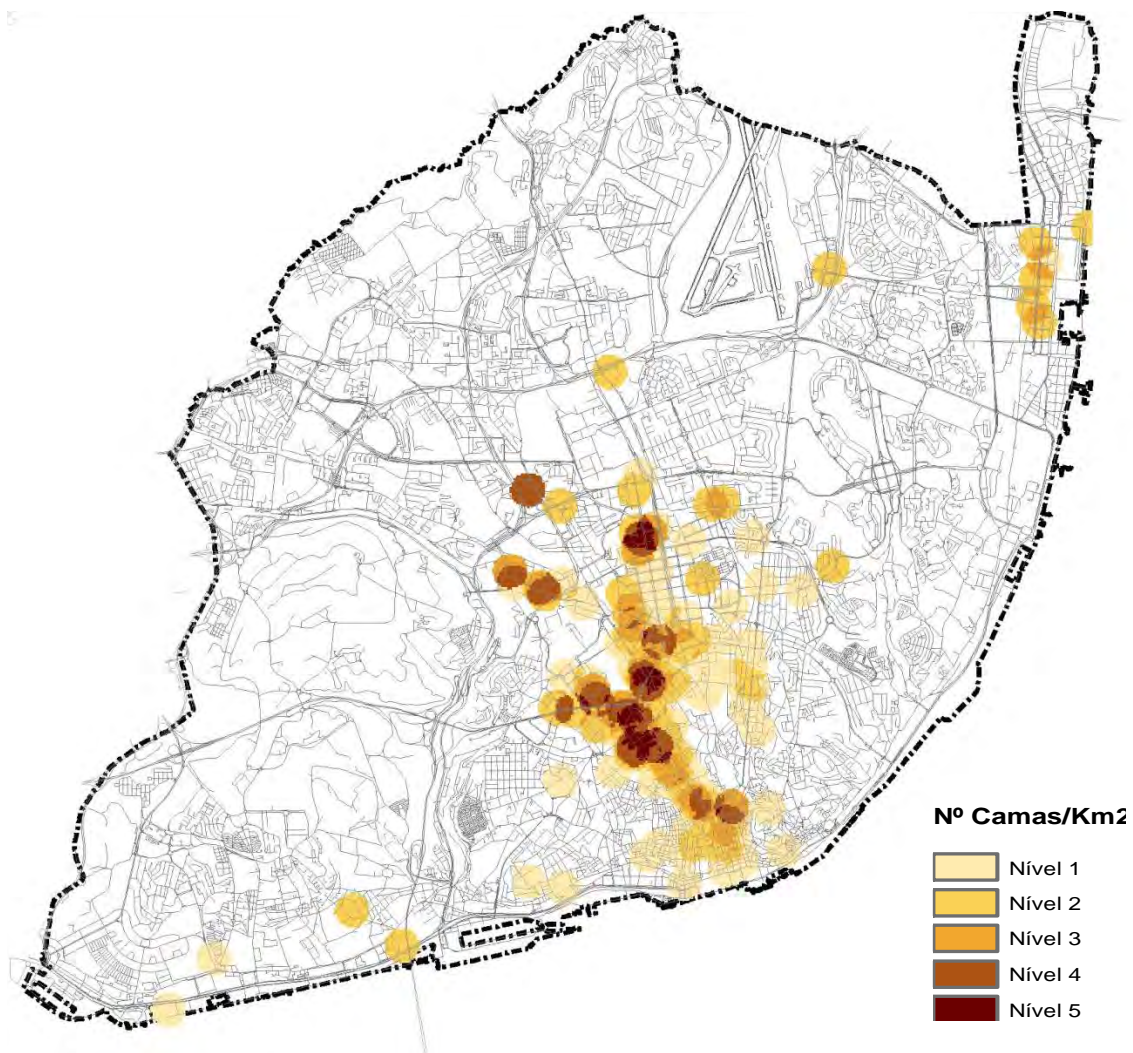
Fonte: CML (DMEI), 2014

Figura 9.3.9 - Oferta hoteleira por tipologia

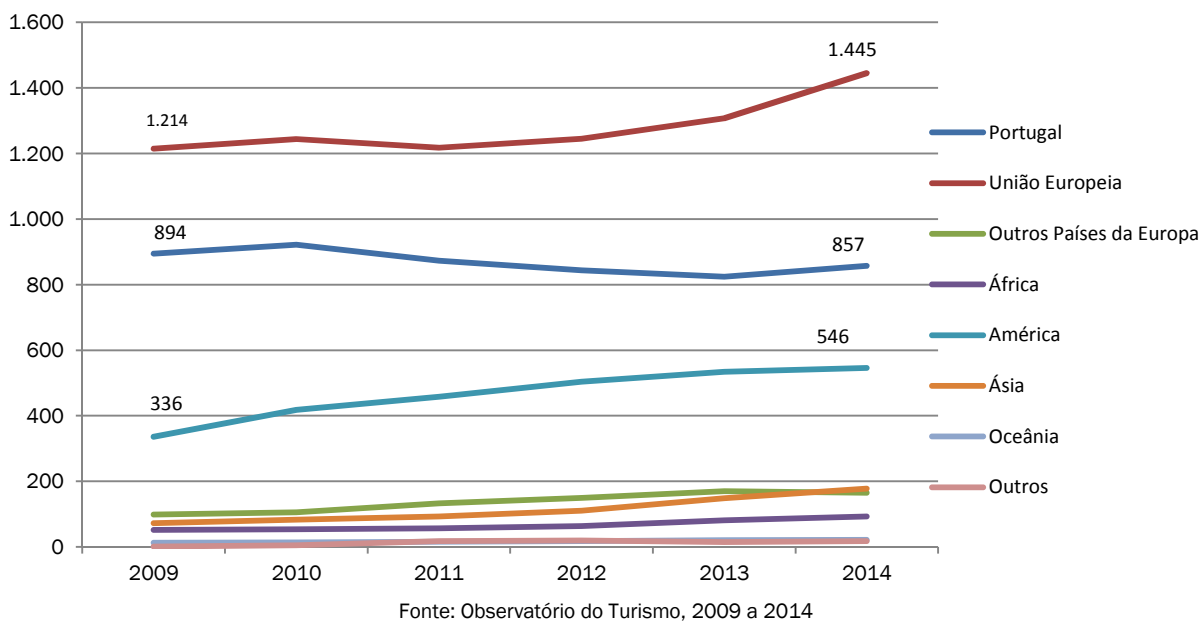
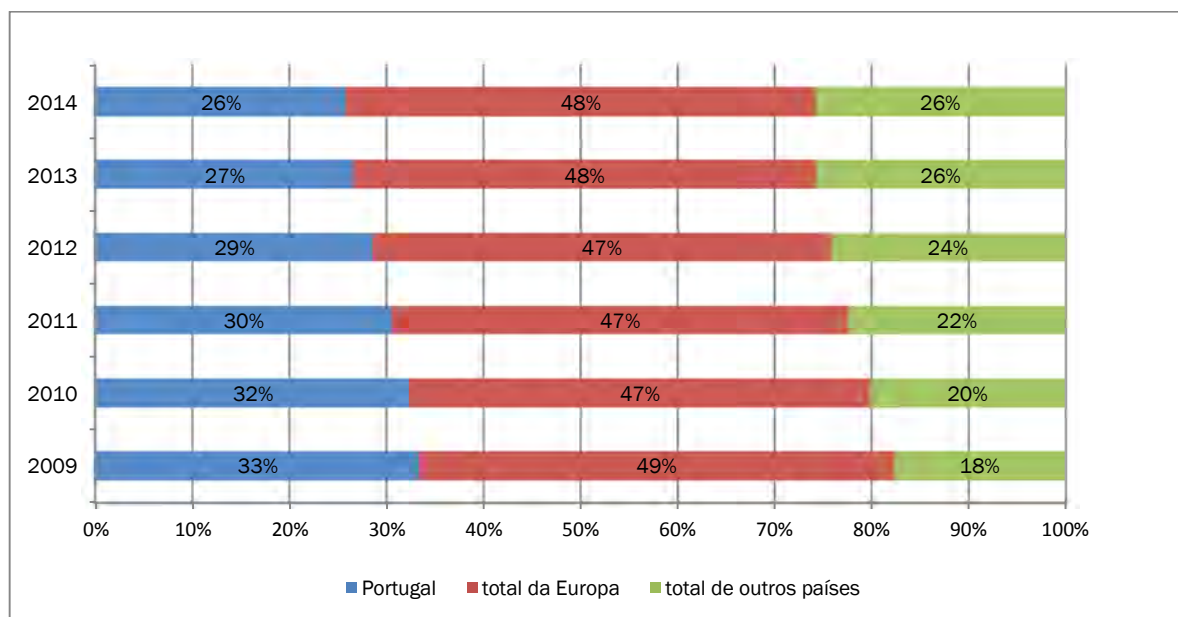


A oferta hoteleira da cidade de Lisboa encontra-se localizada essencialmente no centro da cidade (Baixa Pombalina e eixos da Avenida de Liberdade e Avenida da República), com dois eixos adicionais na frente ribeirinha ocidental e oriental (mais concretamente no Parque das Nações).

Mais recentemente tem-se vindo a verificar um acréscimo da oferta turística na Baixa Pombalina, quer pela abertura de novos hotéis, quer de alojamento local.

Figura 9.3.10 - Densidade da capacidade (nº de camas por Km²) de hotéis, num raio de 200m

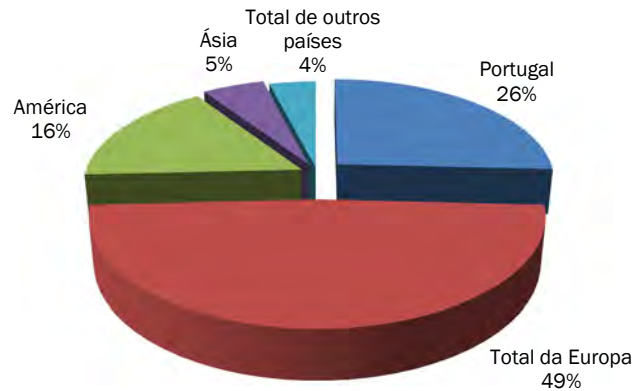
Fonte: CML (DMEI), junho de 2015

Figura 9.3.11 - N.º de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a residência habitual (milhares)

Figura 9.3.12 - Percentagem de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a residência habitual


Em 2014 alojaram-se na cidade de Lisboa 3.324.891 turistas, 75% dos quais estrangeiros, o que representa um aumento de 24% face ao número de hóspedes registados em 2009 a par de um crescimento dos mercados externos, que representavam 66% do total de hóspedes em 2009.

Os mercados europeus registam os valores mais significativos, em particular Espanha, França, Alemanha, Itália e Reino Unido.

Figura 9.3.13 - Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a residência habitual em 2014

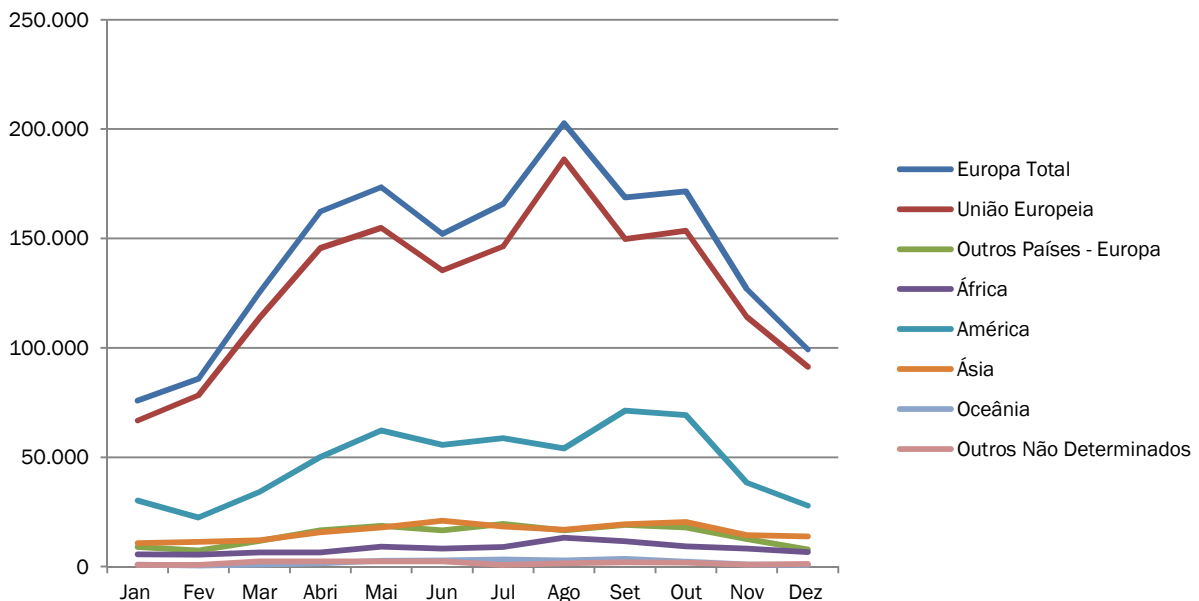


Fonte: Observatório do Turismo, 2014

Quanto à distribuição de hóspedes ao longo do ano de 2014 por continentes e países de residência habitual, verifica-se uma dominância de hóspedes provenientes da Europa. Em segunda posição surgem os hóspedes provenientes do continente americano. Mantém-se a tendência de ocorrência de um pico máximo em agosto (com valores altos entre maio e outubro) e de um pico mínimo em janeiro, para os hóspedes europeus.

Os hóspedes provenientes do continente americano alojam-se em Lisboa preferencialmente em setembro-outubro (embora em maio também se verifique um valor elevado) e o mês mais baixo é fevereiro.

Figura 9.3.14 - Hóspedes – Continentes de residência habitual e sazonalidade na estada em 2014

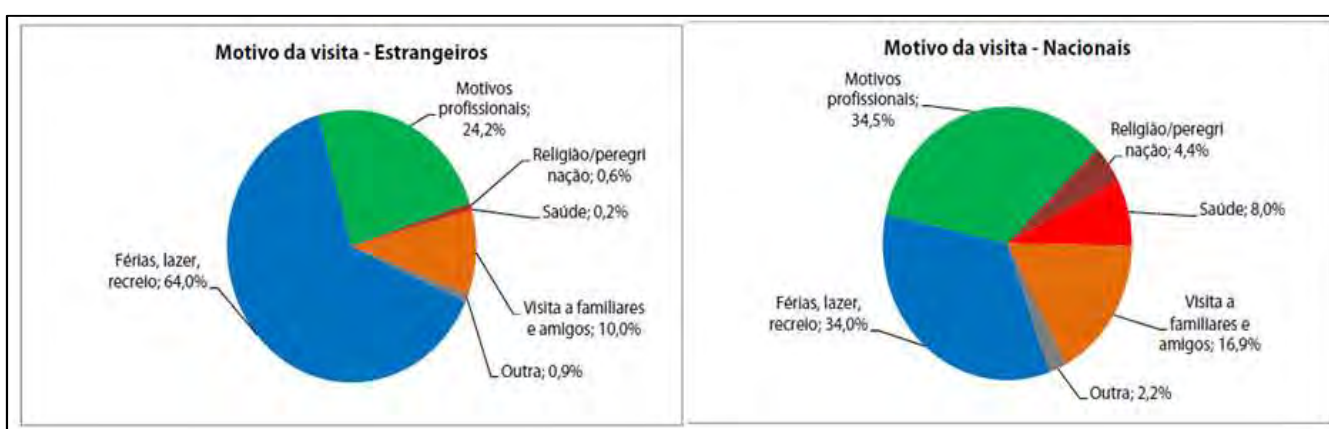


Fonte: INE

Relativamente ao retrato da procura, a Associação do Turismo de Lisboa - ATL, tem realizado um conjunto de inquéritos que permitem caracterizar os tipos de turistas que visitam a cidade. Apesar da amostragem realizada ser reduzida permite no entanto retirar as grandes linhas caracterizadoras dos diferentes tipos de turistas e as principais tendências registadas.

Através do “Inquérito às Atividades dos Turistas e Informação – 2011 e 2014” e do “Inquérito Motivacional – 2011 e 2014” realizados pela ATL, identificam-se claramente os principais motivos de visita a Lisboa.

Figura 9.3.15 - Motivos da visita



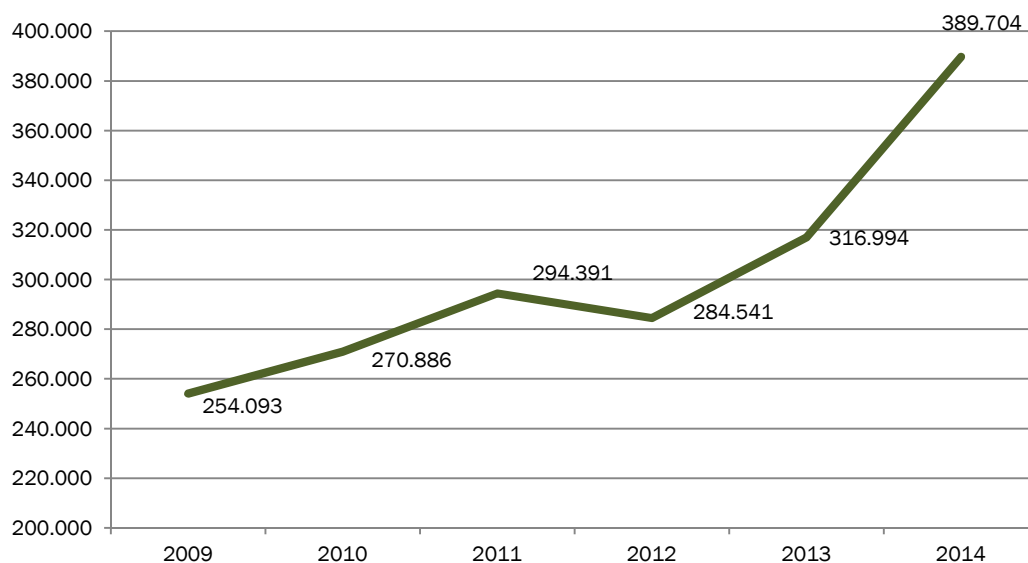
Fonte: ATL, 2014.

Quer para os visitantes estrangeiros, quer para os nacionais, as férias (lazer, e recreio) e as atividades profissionais são as duas principais motivações identificadas da visita, sendo seguidas pelas visitas a familiares a amigos.

As motivações relacionadas com a saúde e a religião, apenas têm significado para os visitantes nacionais.

No que respeita aos proveitos diretos decorrentes do alojamento turístico na cidade representaram, em 2014, cerca de 390 milhões de euros, um acréscimo de 23% face ao ano anterior e de 53% face ao valor registado 5 anos antes.

Figura 9.3.16 - Proveitos de Aposento (em milhares de Euros)



Fonte: INE (Anuários Estatísticos da Região de Lisboa), 2010 a 2015

Figura 9.3.17 Distribuição dos proveitos de aposento por tipologia de estabelecimento em 2014



Fonte: INE (Anuários Estatísticos da Região de Lisboa), 2015

Apesar da grande visibilidade das novas formas de alojamento local, em 2014 os hotéis concentram cerca de 92% do total dos proveitos contra 8% do alojamento local.

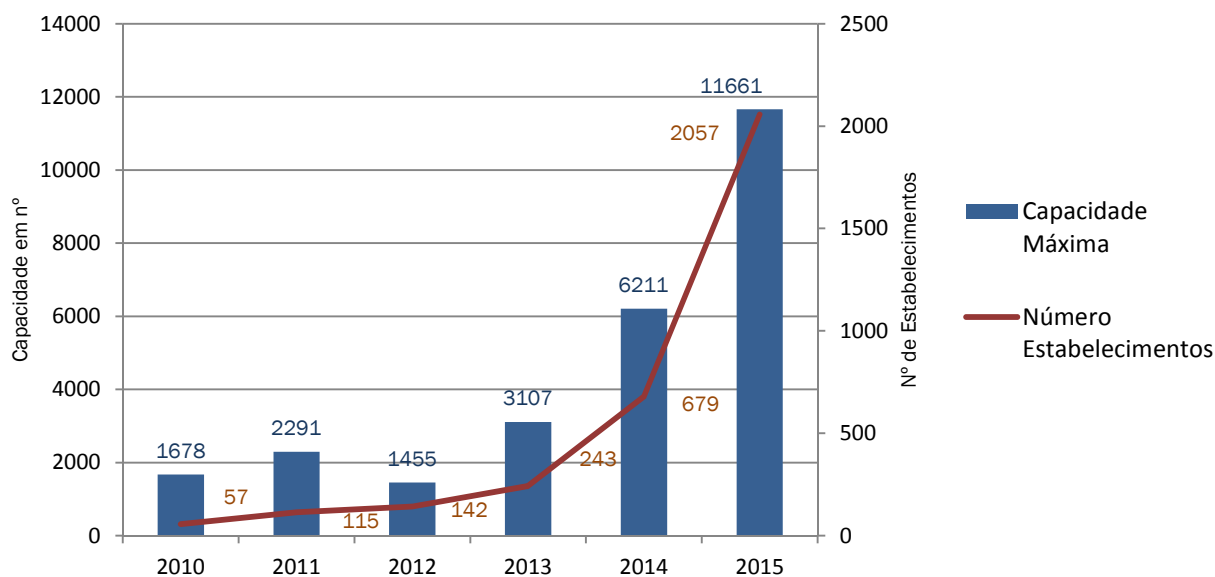
9.3.2 Alojamento local

O Novo Regime Jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos (aprovado pelo Decreto-Lei 39/2008), vem confinar à categoria de empreendimentos turísticos os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares, classificando-os como: estabelecimentos hoteleiros; aldeamentos, apartamentos e conjuntos turísticos (resorts); empreendimentos de turismo de habitação, de turismo no espaço rural e de turismo da natureza; bem como os parques de campismo e caravanismo. Ficam de fora desta

classificação as unidades que não sejam exploradas com fins lucrativos e os alojamentos locais (conjunto dos alojamentos que não reúne os requisitos para ser considerado empreendimento turístico).

O mesmo diploma conferia um prazo de dois anos para que todos os estabelecimentos se reconvertessem nas categorias estabelecidas, sendo classificados como alojamento local «todos os estabelecimentos que não reunissem condições para operar como empreendimentos turísticos.»

Figura 9.3.18 - Registo de Alojamento Local na CML entre 2010 e 2015 - Estabelecimentos e capacidade



Fonte: CML (DSI/DIGC/SIGU²), Fev.2016

De acordo com os registos do Município, o alojamento local apresenta uma elevadíssima taxa de crescimento global, entre 2010 e 2015, quer em número de estabelecimentos, quer em capacidade de alojamento.

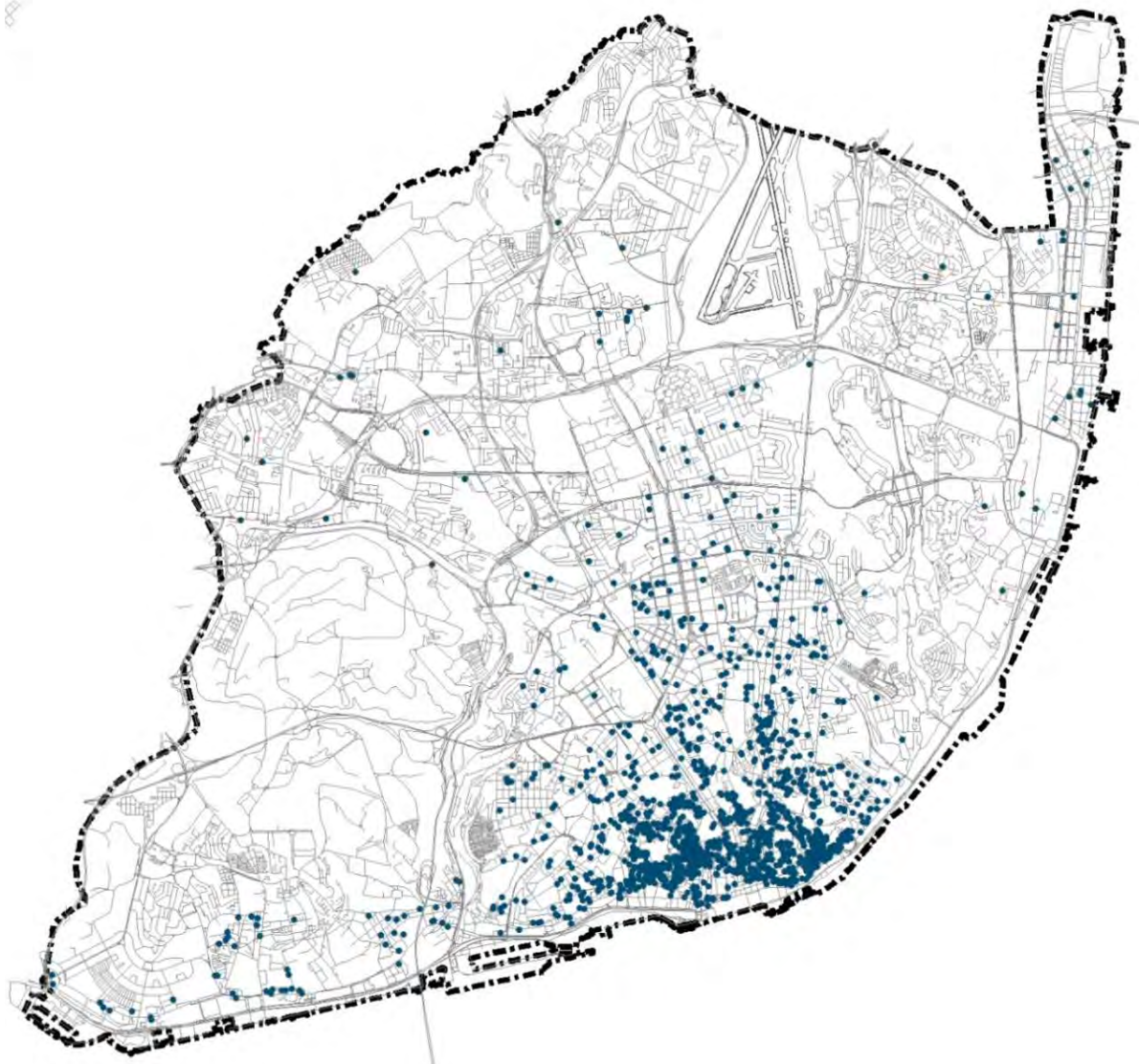
O número de estabelecimentos apresenta uma taxa de variação no período observado de cerca de 600%, sendo esse crescimento particularmente vertiginoso entre 2014 e 2015, passando de 679 para 2057 estabelecimentos.

A capacidade de alojamento apresenta uma taxa de variação no mesmo período da mesma ordem de grandeza, com um salto expressivo também entre 2014 e 2015, em que a oferta de número de camas praticamente duplica, passando de 6 211 para 11661.

O Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDM), em vigor desde agosto de 2012, introduz o conceito de “uso de turismo” e estabelece a sua compatibilidade com algumas das categorias de espaço. No caso do alojamento local, o PDM faz a sua inclusão no conceito de “uso habitacional”, sendo o seu licenciamento regulamentado no âmbito deste uso.

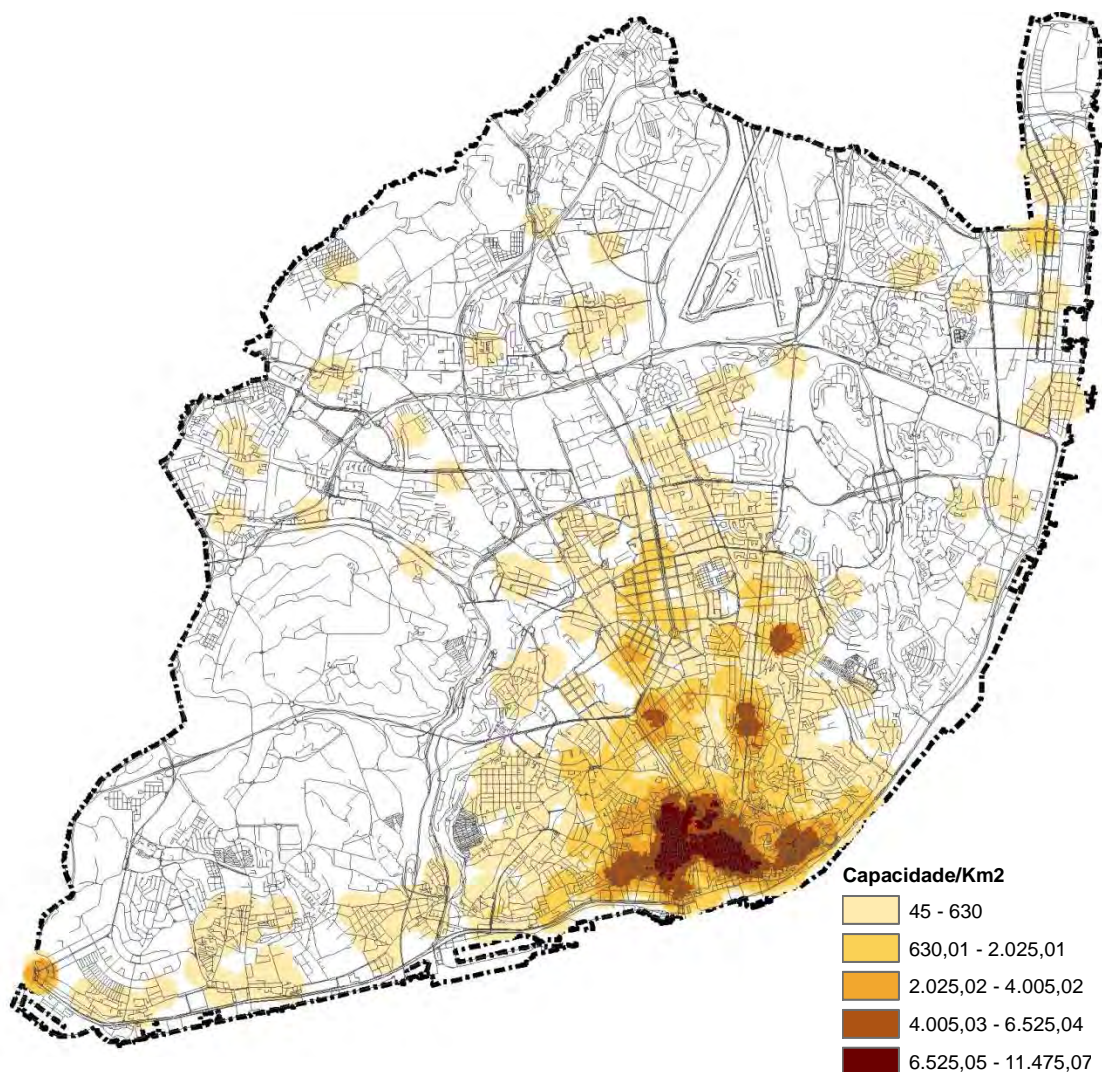
² Sistema de Indicadores de Gestão Urbanística, 03.03.2015

Figura 9.3.19 - Distribuição dos estabelecimentos de alojamento local do município



Fonte: CML (SIGU), julho de 2015

Figura 9.3.20 - Densidade da capacidade (nº de pessoas por Km²) dos estabelecimentos de alojamento, num raio de 200m



Fonte: CML (DMPGRU/DIGC-SIGU), julho de 2015

Os estabelecimentos de alojamento local apresentam uma grande concentração na zona do centro histórico, começando a dispersar-se a partir da zona central. As áreas da Baixa Pombalina, Chiado, Bairro Alto e Alfama são que mais se destacam em relação ao total da cidade.

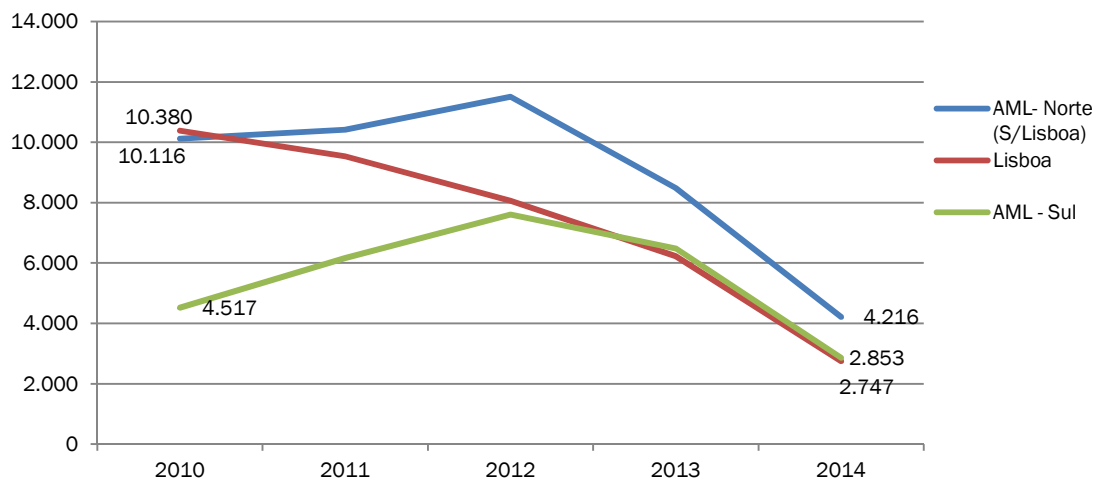
As áreas de fronteira com os outros municípios são praticamente desprovidas de estabelecimentos locais, o mesmo se verificando no troço ribeirinho Santa Apolónia-Matinha.

9.4 Imobiliário

9.4.1 Mercado Residencial - Enquadramento de Lisboa na AML

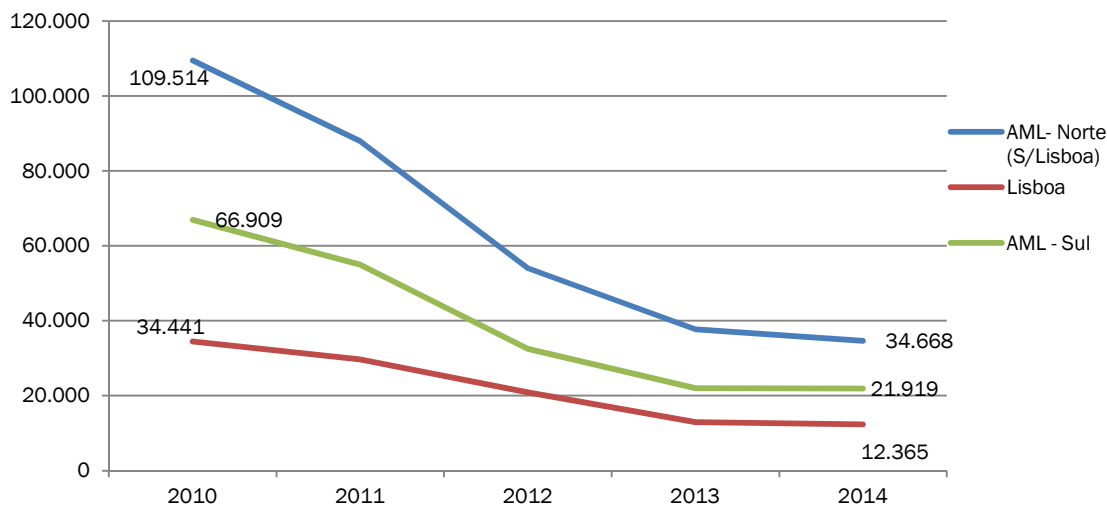
9.4.1.1 Evolução da oferta habitacional – número de fogos e preços

Figura 9.4.1 - Evolução da oferta de fogos disponíveis para arrendamento



Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

Figura 9.4.2 - Evolução da oferta de fogos disponíveis para venda



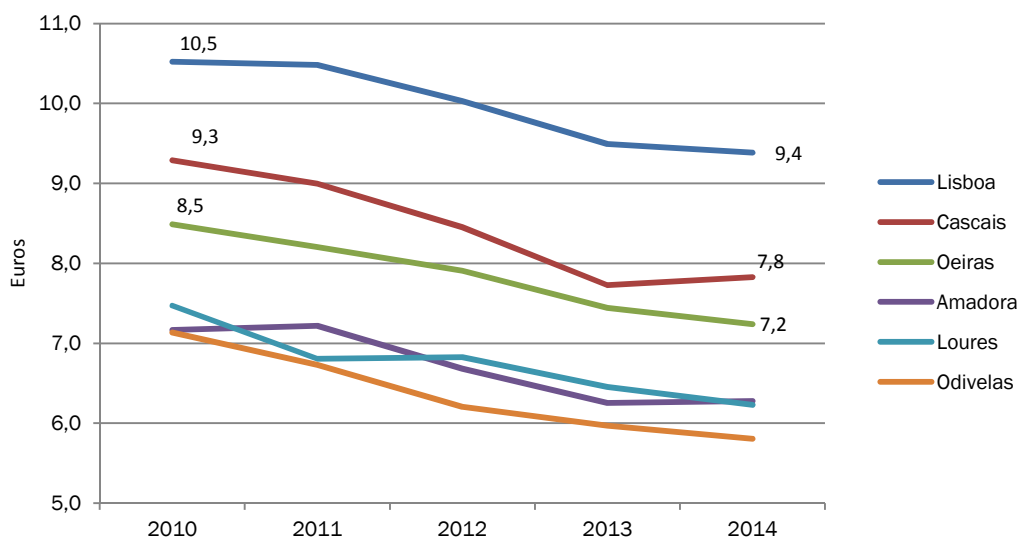
Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

Entre 2010 e 2014, verifica-se um comportamento diferenciado, no que se refere à evolução do número de fogos para arrendamento e para venda no contexto da AML (sem Lisboa): enquanto o universo de fogos disponíveis para arrendamento sofreu um incremento global nos dois primeiros anos, 13,7%, seguido de um decréscimo acentuado nos dois anos seguintes, 63%, o universo de fogos para venda apresenta um decréscimo contínuo em todo o período, apresentando-se mais acentuado nos primeiros dois anos, 50,6%, que nos dois anos seguintes, 35,8%.

Relativamente à Cidade de Lisboa verifica-se um decréscimo global do universo de fogos em todo o período em causa, sendo esse decréscimo mais acentuado nos destinados a arrendamento, 73,5%, que nos destinados a venda, 64,1%.

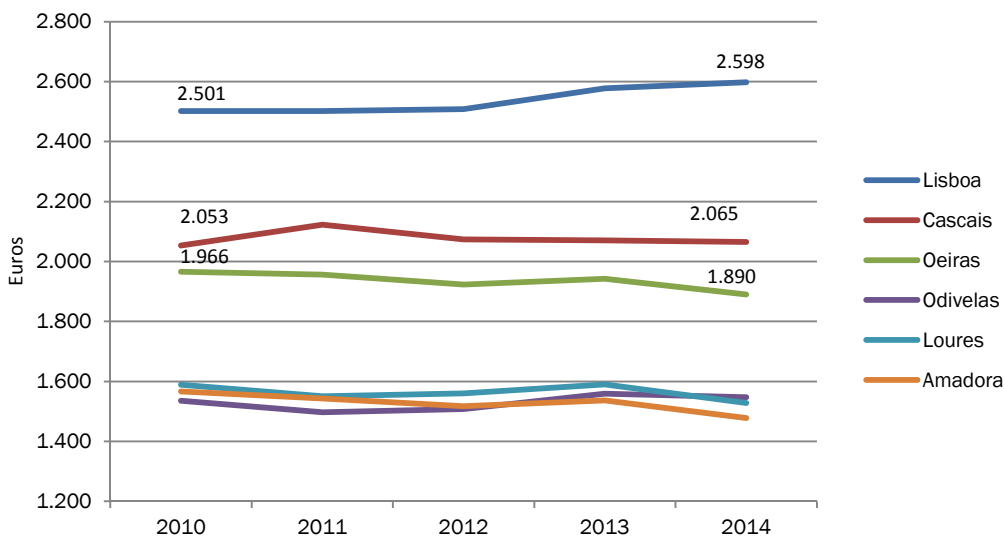
A cidade de Lisboa acompanha a evolução do conjunto da AML no que se refere à diminuição do número de fogos disponíveis para venda em todo o período 2010/14, enquanto no universo de fogos para arrendamento só vai alinhar com a tendência metropolitana de decréscimo acentuado no último ano observado, 2014, onde nesse único ano Lisboa perde cerca de 56% de oferta de fogos.

Figura 9.4.3 - Evolução dos preços médios de arrendamento (por m²) nos concelhos da AML com valores mais elevados



Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

Figura 9.4.4 - Evolução dos preços médios de venda (por m²) nos concelhos da AML com valores mais elevados

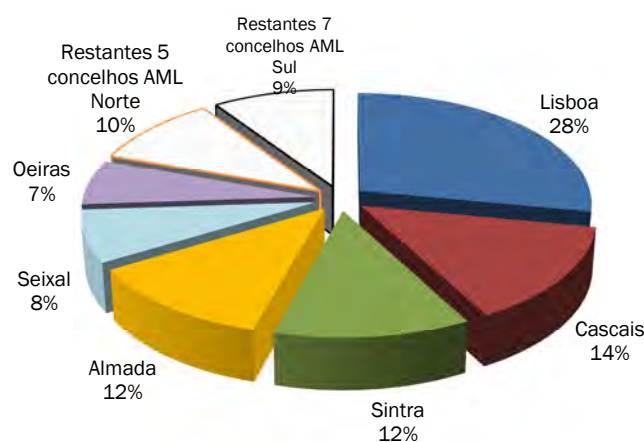


Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

Quando comparamos o comportamento da evolução média de preço, no ambiente de reação à crise de dívida soberana que se tem vivido, e da consequente retração do crédito às empresas e famílias, verificamos que a forte retração da oferta de fogos disponíveis no mercado teve consequências em Lisboa, e nos municípios onde o valor fundiário é mais elevado, em não se ter operado o esperado reajustamento do preço em baixa. Esse reajustamento, de menos 10,5%, operou-se apenas no mercado de arrendamento, onde o preço médio por m² em Lisboa passou de 10,5€ em 2010 para 9,4€ em 2014.

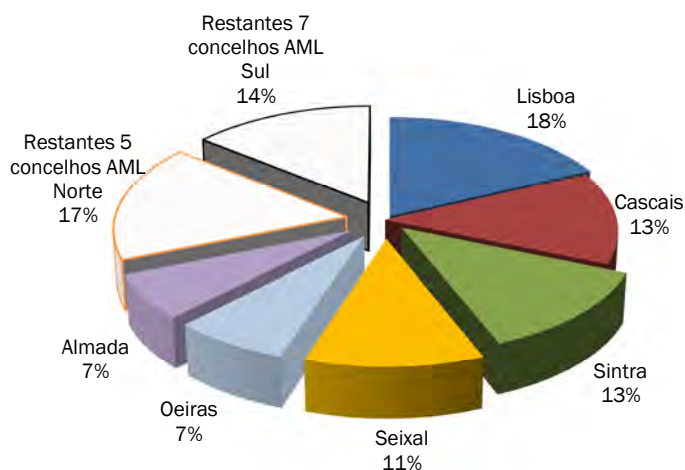
9.4.2.2 Distribuição da oferta habitacional – número de fogos e preços

Figura 9.4.5 - Fogos para arrendamento em 2014



Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

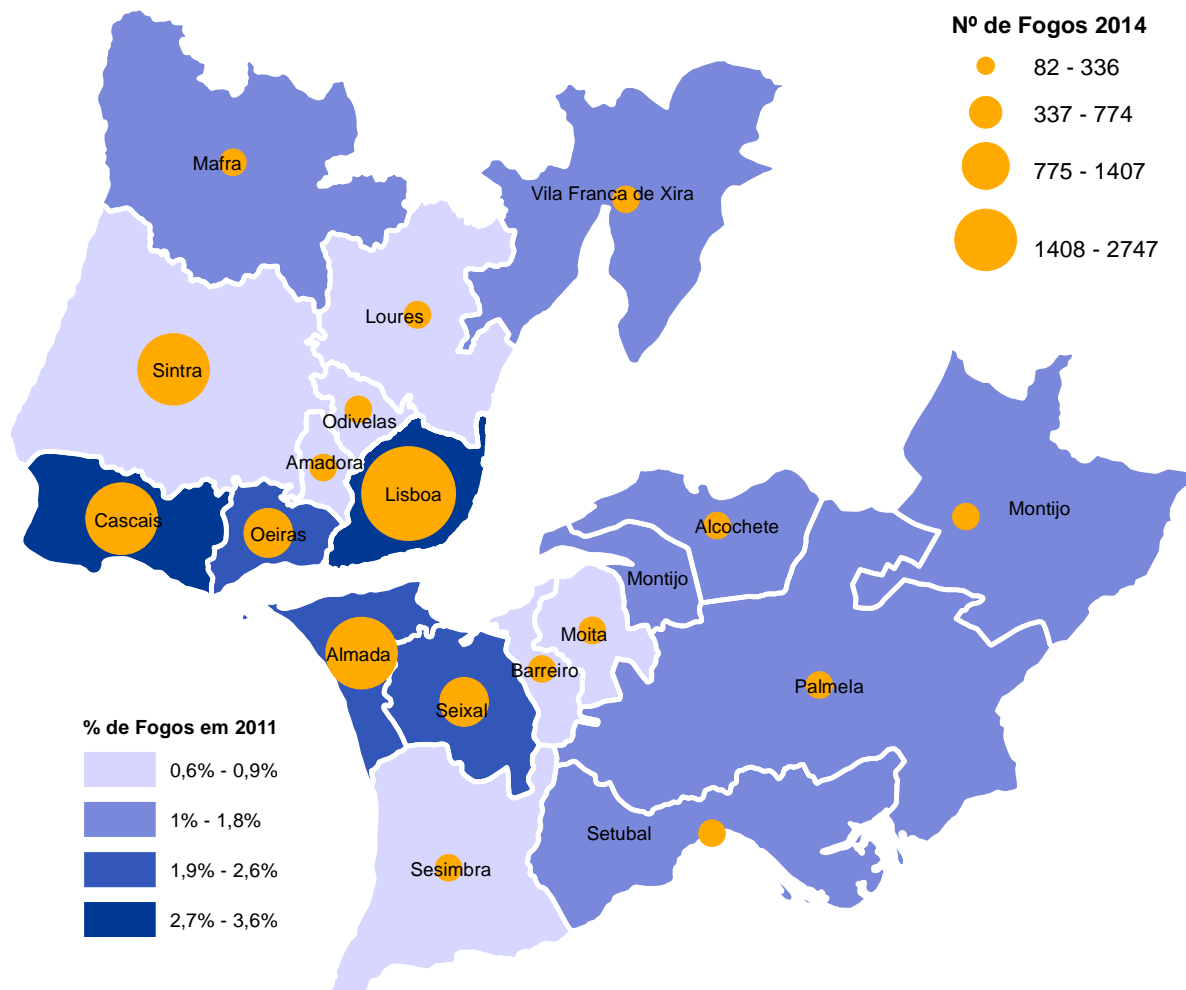
Figura 9.4.6 - Fogos para venda em 2014



Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

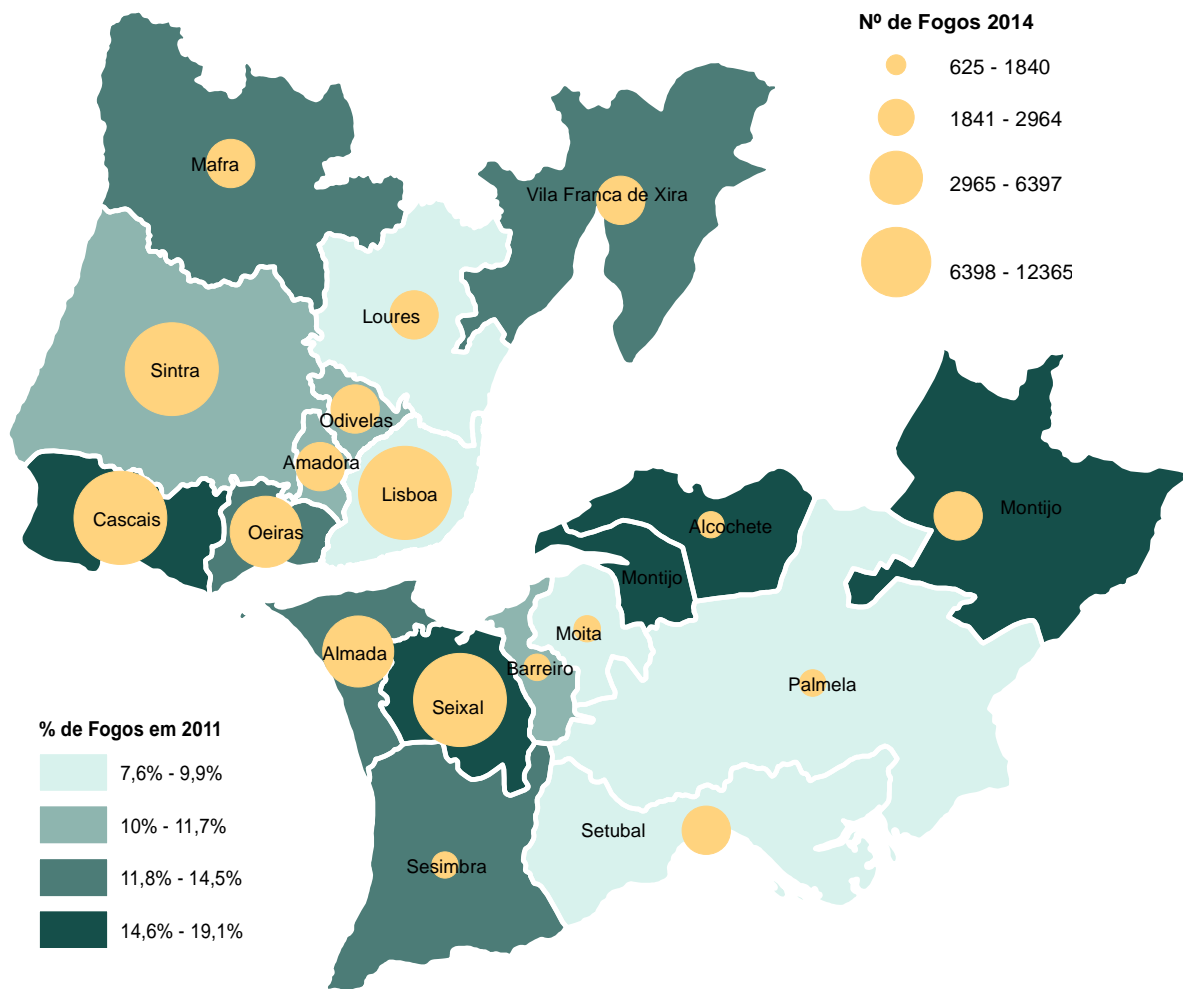
Em 2014, cerca de 28% dos fogos para arrendar e 18% dos fogos para venda na AML, encontravam-se na cidade de Lisboa, sendo que é igualmente na cidade que se encontram os preços mais elevados da AML, os preços de habitação do 2º concelho da AML são cerca de 80% (na venda) ou 83% (no arrendamento) dos valores da cidade; sendo que no concelho de preços mais baixos os valores estão entre 32% (na venda) e 45% (no arrendamento) dos valores da cidade.

Figura 9.4.7 – Fogos disponíveis para arrendamento na AML em 2014 ¹



Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

¹ Nº de fogos: valores de 2014; Percentagens: dados de 2011

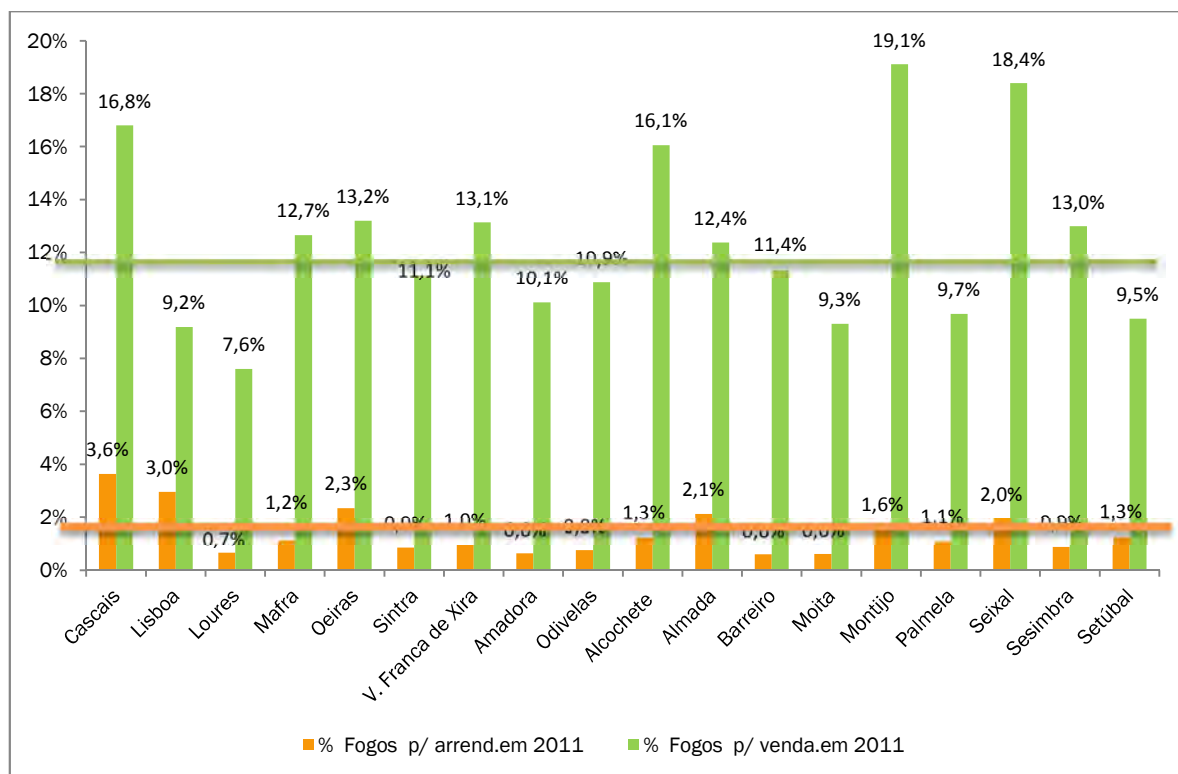
Figura 9.4.8 - Fogos disponíveis para venda na AML em 2014²

Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

O núcleo central da área metropolitana (formado por Lisboa, Oeiras, Cascais e Sintra, na margem norte do Tejo e Almada e Seixal, na margem sul) concentrava 81% dos fogos para arrendar e 69% nos fogos para venda da AML, sendo também este o núcleo de maior apreciação dos valores de habitação. Contudo, o comportamento mais recente tem contribuído para incrementar a clivagem de preços entre este centro e a periferia, sendo de notar que os concelhos de preços mais elevados (Lisboa e Cascais) foram também dos poucos a registar acréscimo de preços no período mais recente.

² Nº de fogos: valores de 2014; Percentagens: dados de 2011.

Figura 9.4.9 - Percentagem de fogos no mercado em relação ao total de fogos do concelho em 2011

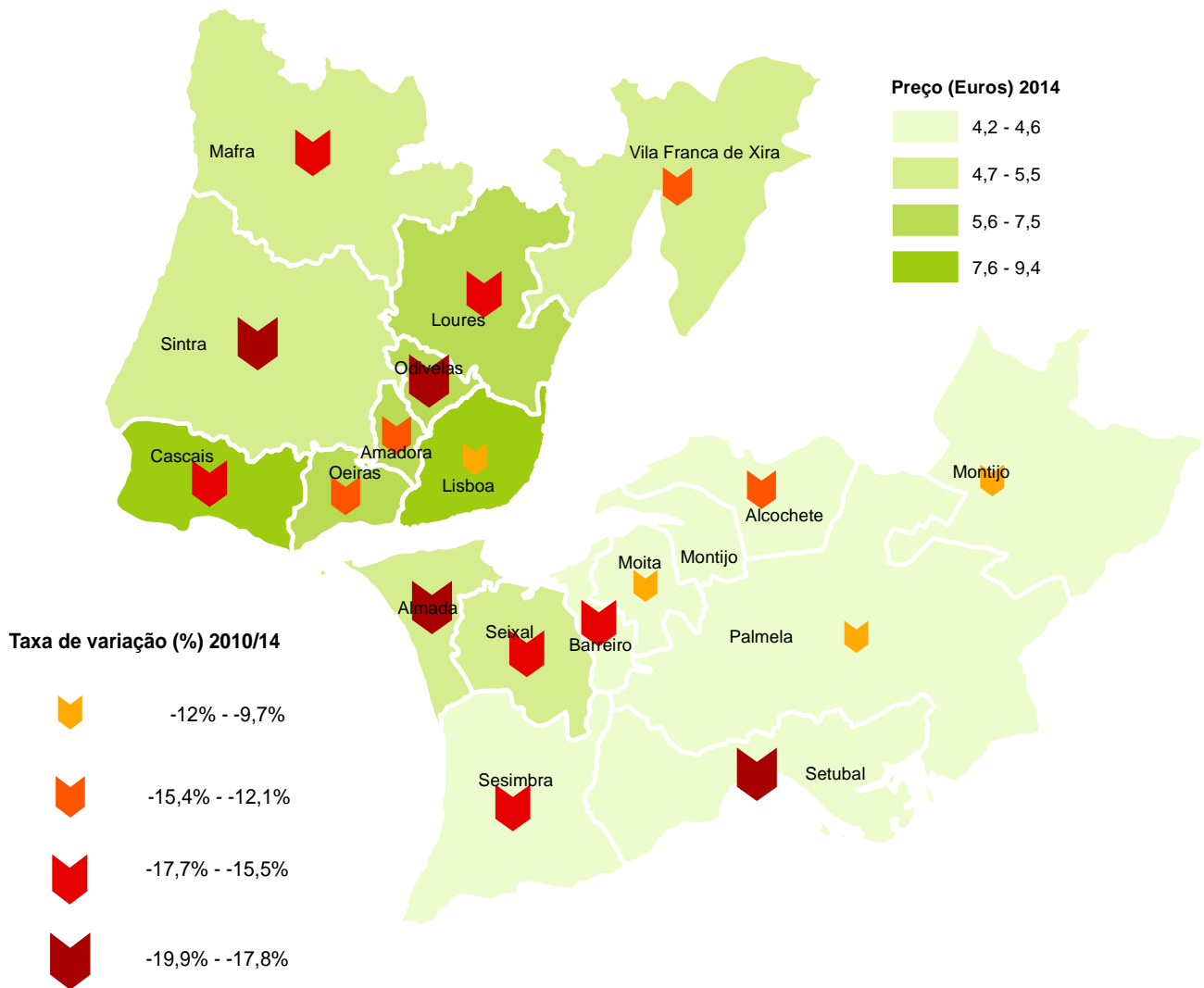


Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

Observando o universo de fogos disponíveis para arrendamento e para venda e respetivo peso percentual face ao total de fogos existentes em cada um dos municípios da AML, verifica-se uma tendência diferenciada:

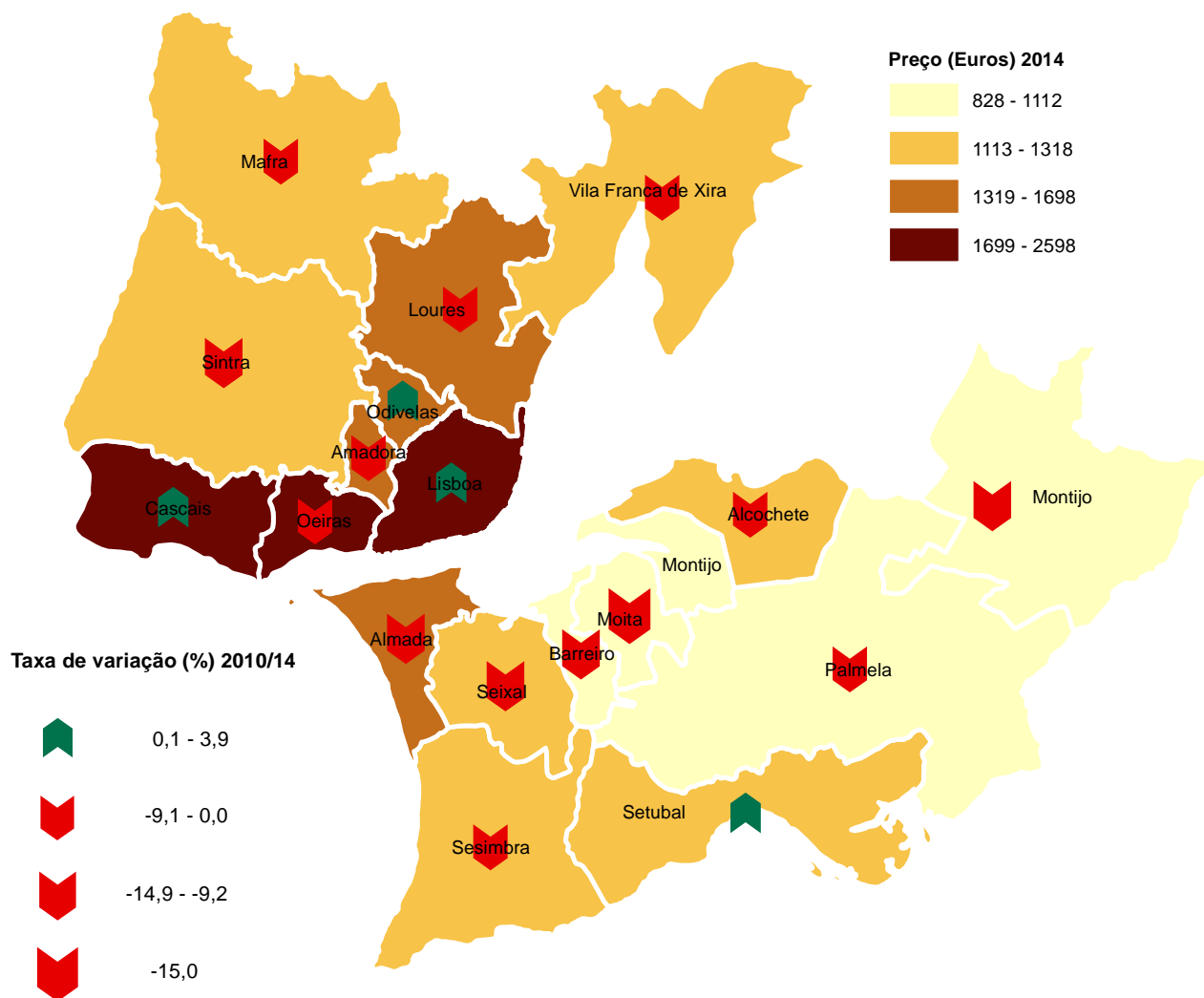
- No arrendamento, os Municípios mais centrais da AML lideram;
- Na venda lideram particularmente três municípios na margem Sul (Montijo, Seixal e Alcochete) e Cascais na margem norte.

Figura 9.4.10 – Preços médios (por m²) para arrendamento em 2014 na AML³



Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

³ Preços de 2014; Variação 2010-2014

Figura 9.4.11 - Preços médios (por m²) para venda em 2014 na AML⁴


Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

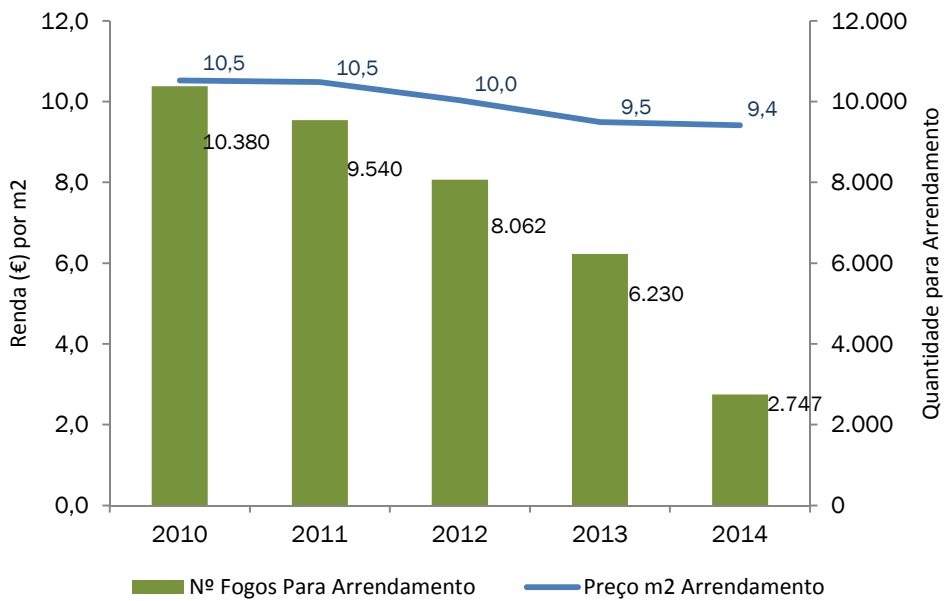
As taxas de variação dos preços de arrendamento e de venda nos municípios da AML demonstram lógicas de distribuição geográfica distintas: enquanto no mercado de arrendamento observa-se uma depreciação global dos preços com particular incidência nos municípios de Almada e Mafra, no mercado de venda há uma depreciação global com quatro exceções, Lisboa, Cascais, Odivelas e Setúbal.

⁴ Preços de 2014; Variação - 2010-2014.

9.4.2. Mercado residencial em Lisboa

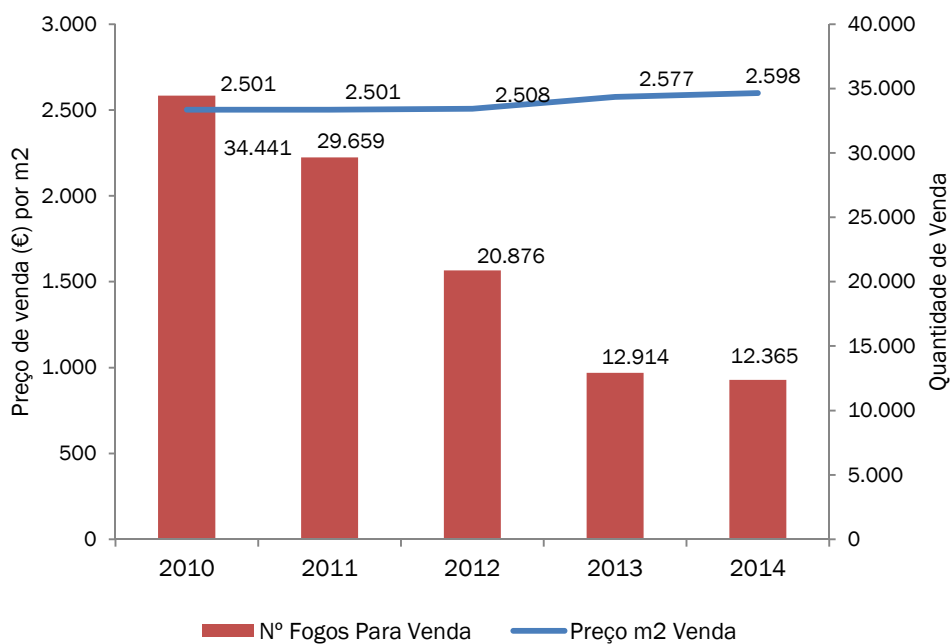
9.4.2.1 Evolução da oferta habitacional – número de fogos e preços

Figura 9.4.12 - Evolução do preço médio e quantidade de fogos para arrendamento (Lisboa)



Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

Figura 9.4.13 - Evolução do preço médio e quantidade de fogos em venda (Lisboa)

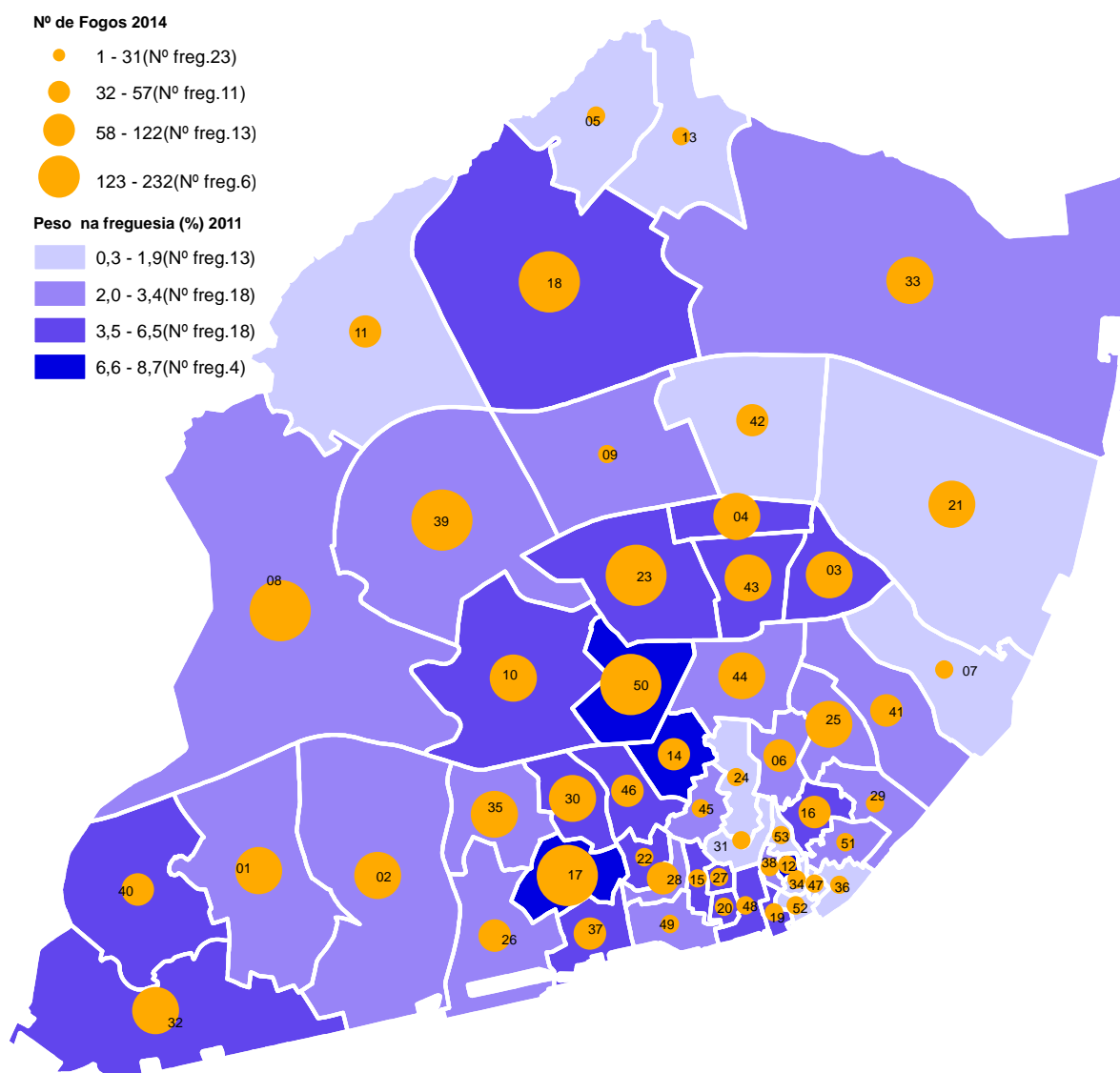


Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

Tal como já referido no âmbito da análise no contexto da AML, verifica-se que, apesar da crise, não houve um verdadeiro ajustamento do preço no acesso habitação. Esse fenómeno ocorreu pela contração da oferta que susteve ou fez subir os preços. Mesmo no arrendamento, onde se verifica uma queda continuada dos preços médios, verifica-se que entre 2013 e 2014 a forte contração da oferta teve como resultado um abrandamento do ritmo da depreciação do valor.

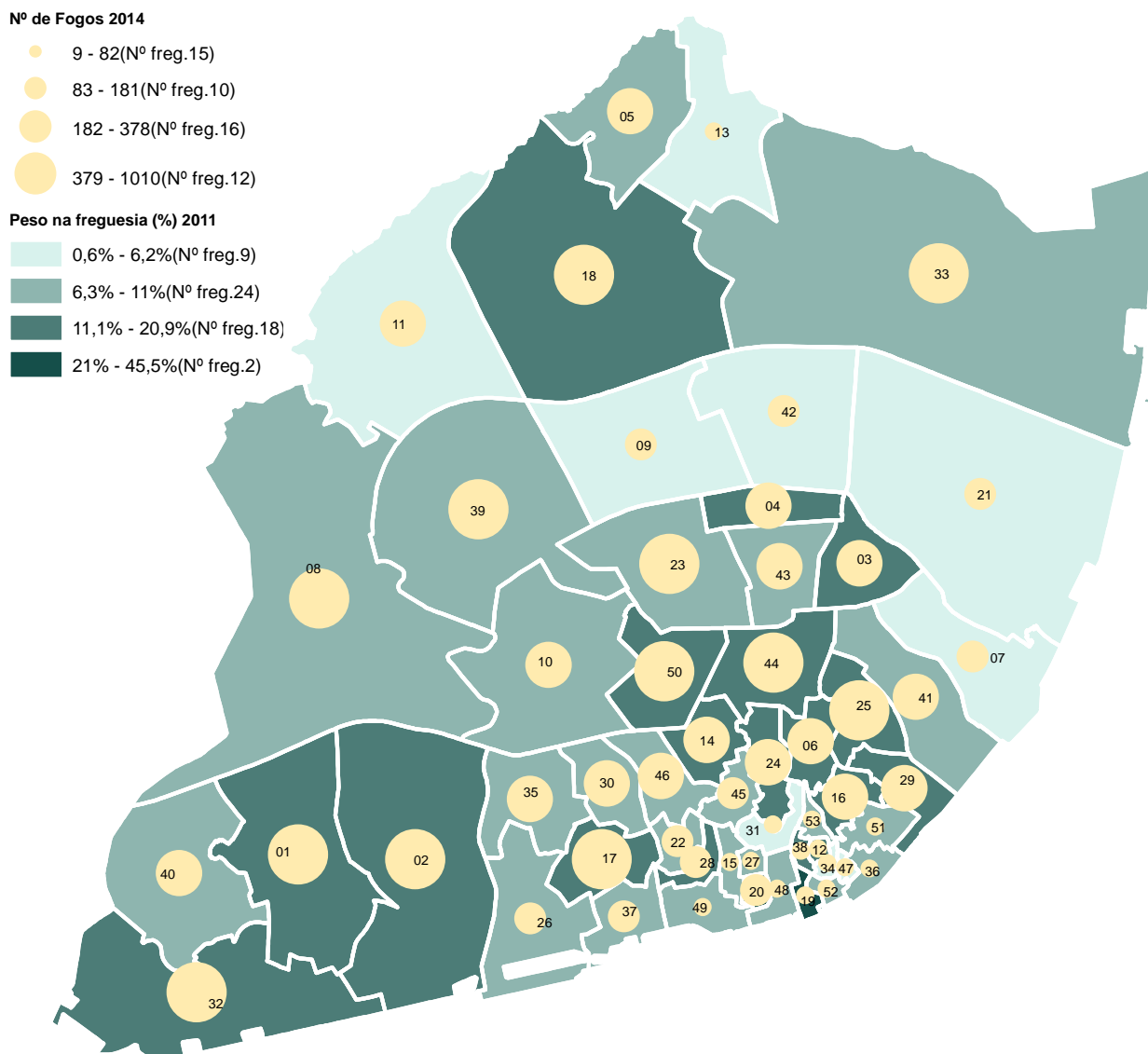
9.4.2.2 Distribuição da oferta habitacional – número de fogos e preços

Figura 9.4.14 - Fogos disponíveis para arrendamento em 2014 por freguesia⁵



Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar e Censos, 2011

⁵ Nº de fogos e valores de 2014; Percentagens: Fogos de 2011, em relação ao total de fogos (INE) da freguesia.

Figura 9.4.15 - Fogos disponíveis para venda em 2014 por freguesia⁶

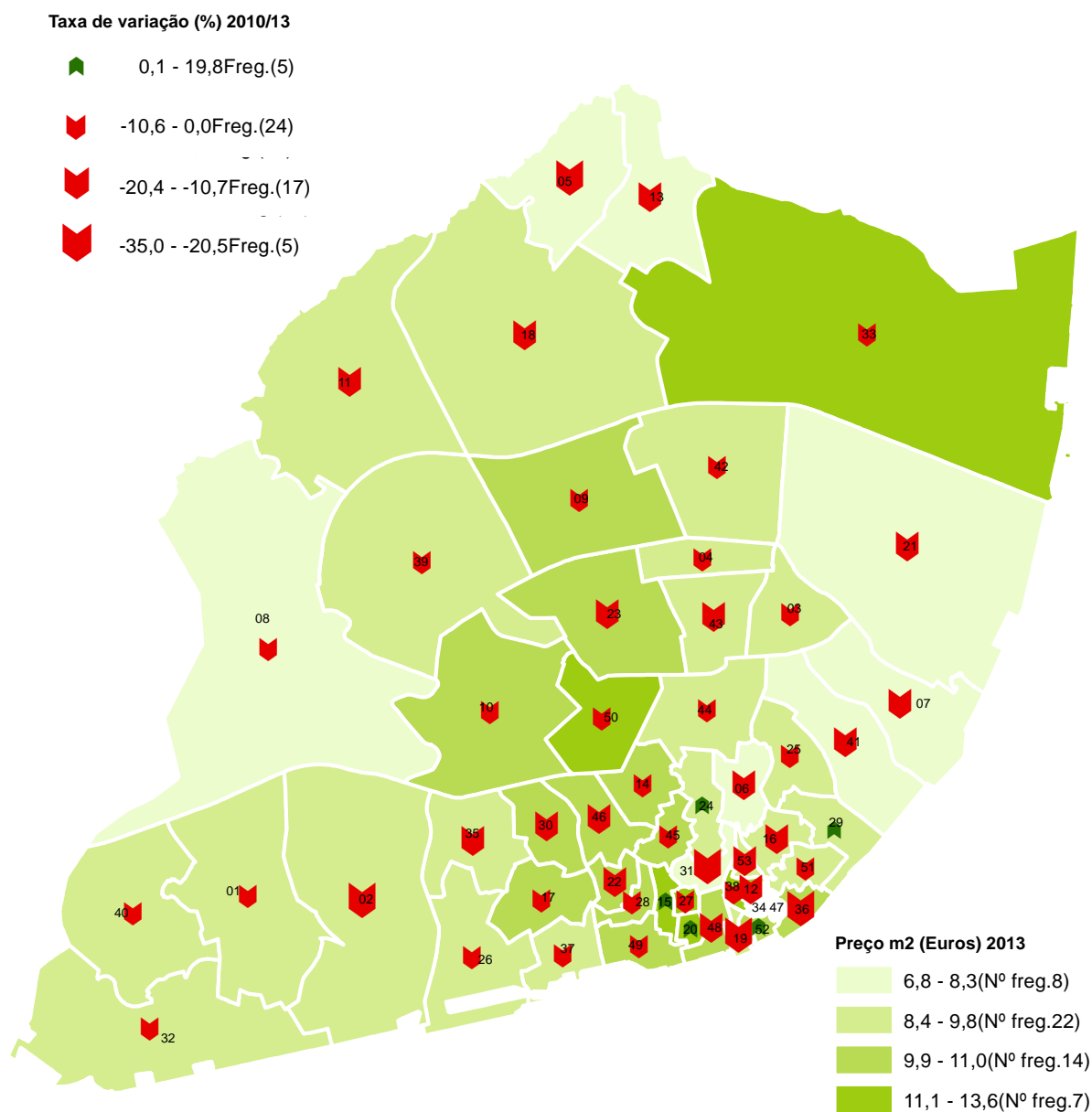
Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

No interior da cidade de Lisboa as freguesias com maior volume de fogos no mercado eram freguesias da coroa de transição da cidade: Lumiar, Santa Maria dos Olivais, Benfica e São Domingos de Benfica; sendo que na área central da cidade assumiam maior destaque as freguesias Nossa Senhora de Fátima, São Sebastião da Pedreira e São Jorge de Arroios. Sobressaía ainda Santo Condestável no mercado de arrendamento e Penha de França, Santa Maria de Belém, e Lapa no mercado de venda.

Naturalmente que a distribuição de fogos disponíveis no mercado na cidade segue de perto o padrão de distribuição do parque habitacional pelas freguesias, sendo que, em média, se pode esperar encontrar cerca de 3% dos fogos disponíveis para arrendamento e 9,2% para venda. Neste contexto, destacamos algumas freguesias em que o peso dos fogos disponíveis para arrendamento é superior à média da Cidade, são estas Castelo, Lapa, Coração de Jesus, São Sebastião da Pedreira, Mártires e Madalena, essencialmente freguesias do centro histórico e da área central da cidade.

⁶ Nº de fogos: valores de 2014; Percentagens: Fogos de 2011, em relação ao total de fogos (INE) da freguesia

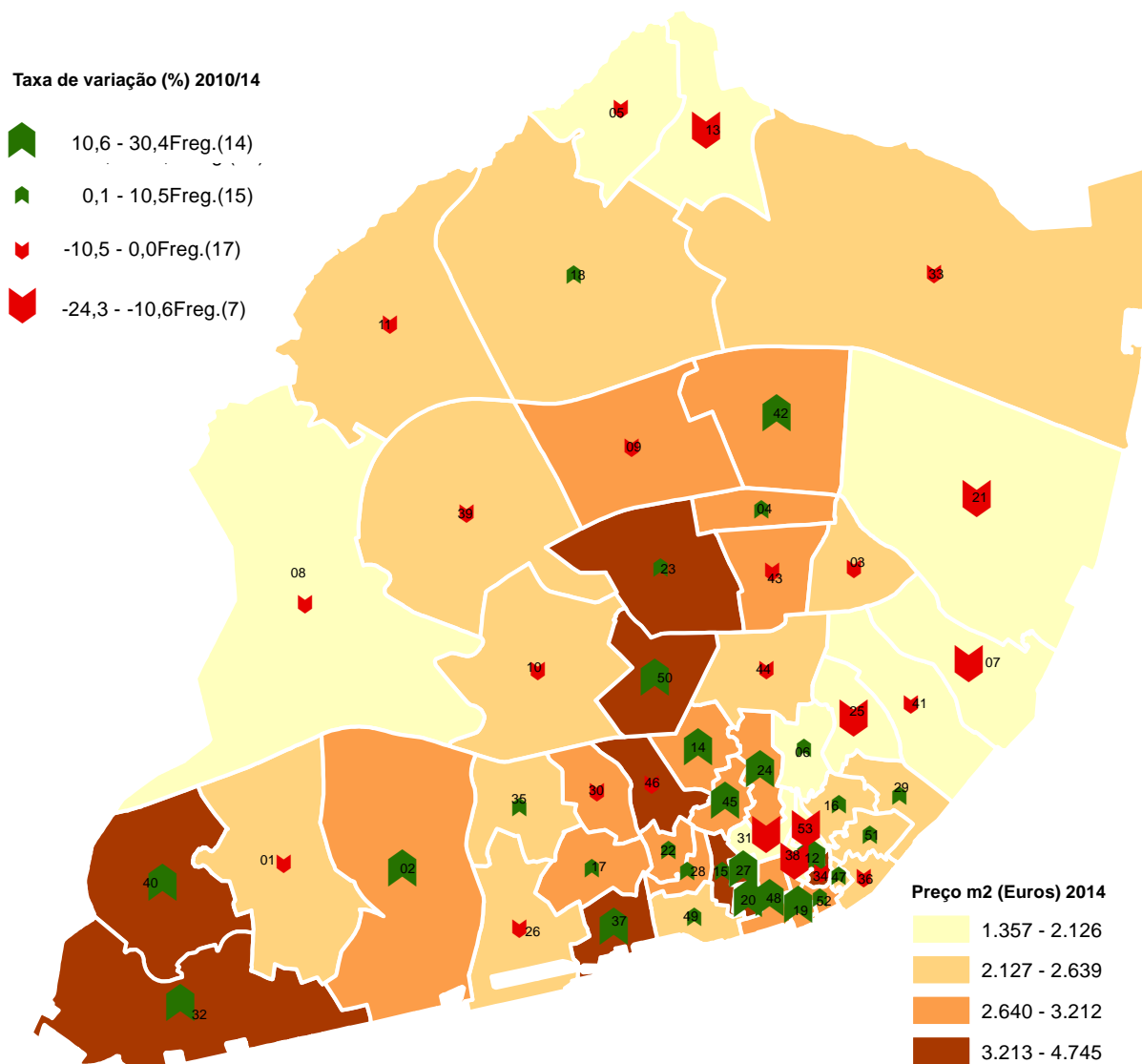
Figura 9.4.16 - Valor médio (em Euros) do m² dos fogos para arrendamento em 2013 e variação entre 2010 e 2013 por freguesias⁷



Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

⁷ Preços de 2013 e Variação 2010-2013 – Devido à falta de informação no ano de 2014 em várias freguesias

Figura 9.4.17 - Valor médio (em Euros) do m² dos fogos para venda em 2014 e variação entre 2010-2014 por freguesias ⁸



Fonte: Confidencial Imobiliário / Lar doce Lar

No que respeita às freguesias com maior valorização no mercado de arrendamento destacam-se as antigas freguesias do centro histórico: Mártires, Sé, Encarnação, Pena e Santa Engrácia. No valor de venda a distribuição das freguesias mais valorizadas é mais dispersa, sendo que se destacam no centro histórico Castelo, Madalena, Mártires, São José, Sacramento, São Nicolau, Coração de Jesus, Santos-o-Velho, na área central da cidade São Sebastião da Pedreira e Nossa Senhora de Fátima, São João de Brito e na Coroa de Transição Alcântara, Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier.

A dispersão interna de preços no mercado habitacional é bastante significativa, sendo que o preço na freguesia com preço mais baixo no mercado de venda (Charneca) representa 29% do valor da freguesia com preço mais elevado (Mártires), ao passo que no mercado de arrendamento a renda da freguesia com valor mais baixo (Santa Engrácia) representa 53% da renda da freguesia com valor mais levado (Santa Catarina e São José)

⁸ Preços de 2014; Variação 2010-2014.

9.4.3 Mercado residencial - Direito de Preferência em Lisboa

Após analisados o número de fogos para venda em oferta e os respetivos preços médios por m² solicitados, será importante agora fazer uma comparação dos fogos e dos valores da transação declarados no âmbito dos pareceres sobre os direitos de preferência solicitados à CML.

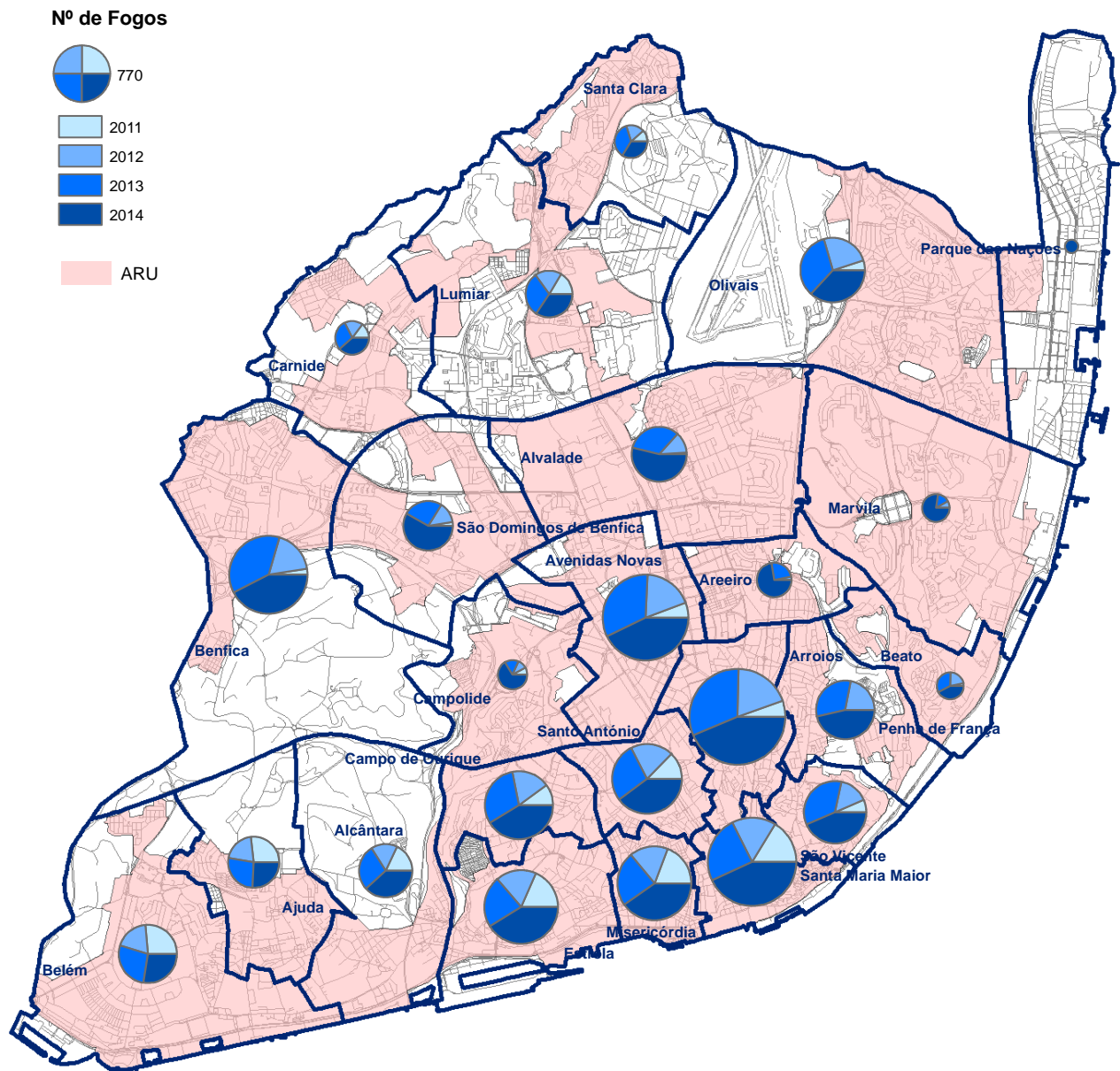
A partir de da aprovação da Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2024, publicada em Diário da República, 2^a série, n.º 28, de 26 de abril de 2012, aviso 5876/2012, na qual foi delimitada a Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Lisboa, todos os imóveis para venda localizados na ARU, passaram a necessitar de parecer relativo à decisão da CML exercer o direito de preferência sobre aqueles.

É importante salientar que o número de transações e o volume financeiro acumulado entre 2011 e 2014 nas freguesias de Lumiar, Santa Clara e Parque das Nações é pouco significativo por se tratar apenas das áreas integradas na Área de Reabilitação Urbana.

Com base nos dados da CML desde 2011 até 2014 referentes aos imóveis habitacionais para venda sujeitos ao direito de preferência, foram efetuados os seguintes cartogramas à freguesia:

- N.º de fogos para venda- Valor acumulado de 2011 a 2014 por freguesia
- Volume financeiro (valor acumulado em Euros) entre 2011 e 2014 por freguesia
- Valor médio (em Euros) por m² em 2014 por freguesia

Fig. 9.4.18 - Nº de fogos para venda - Valor acumulado de 2011 a 2014 por freguesia

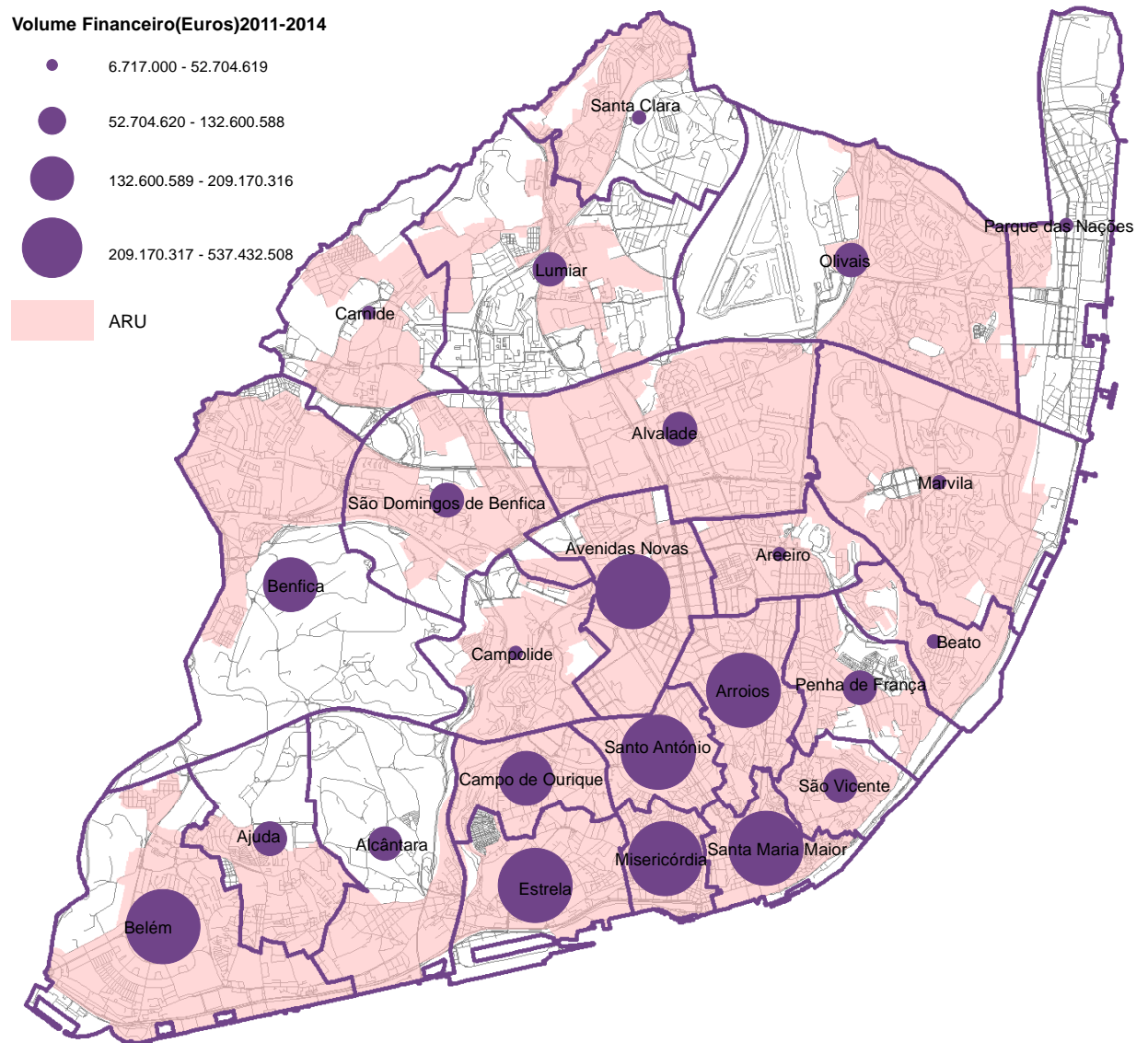


Fonte: CML (DMGP)

As freguesias de Arroios, Santa Maria Maior e Avenidas Novas foram as três que entre 2011 e 2014 registaram o maior número de fogos para venda, respetivamente 1 903, 1 619 e 1 525, representando 29 % dos fogos no concelho.

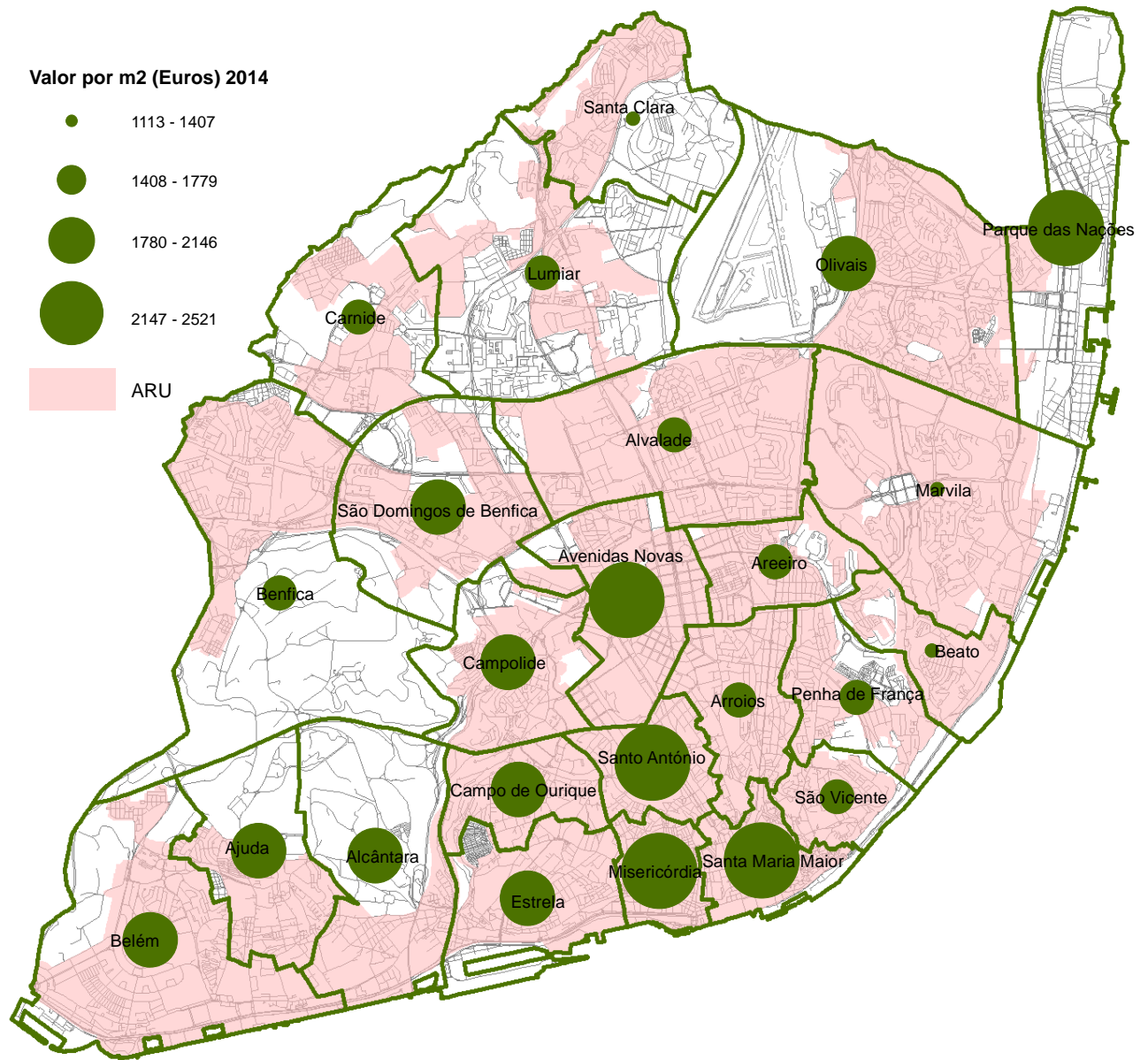
Nestes últimos quatro anos é em 2014 que em todas as freguesias se verificou uma maior percentagem de fogos à venda.

Fig. 9.4.19 - Volume financeiro (valor acumulado em Euros) entre 2011 e 2014 por freguesia



Fonte: CML (DMGP)

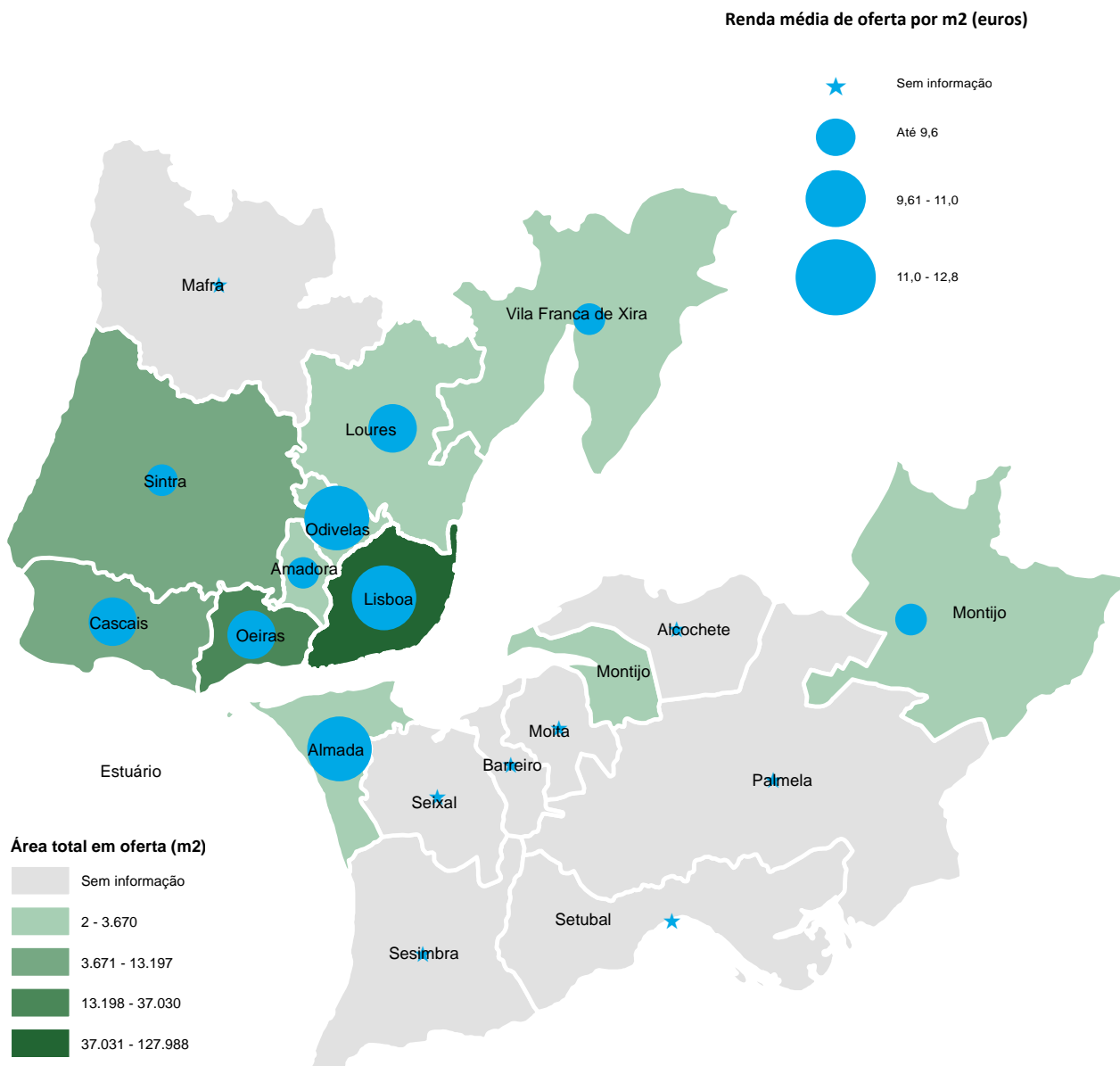
Fig. 9.4.20 - Valor (em Euros) por m² em 2014 por freguesia



Fonte: CML (DMGP)

As freguesias do Parque das Nações, Santa Maria Maior, Santo António, Misericórdia e Avenidas Novas são as cinco freguesias que apresentam valores de venda por m² mais elevados, sendo a média superior a 2.300 Euros, durante o ano de 2014.

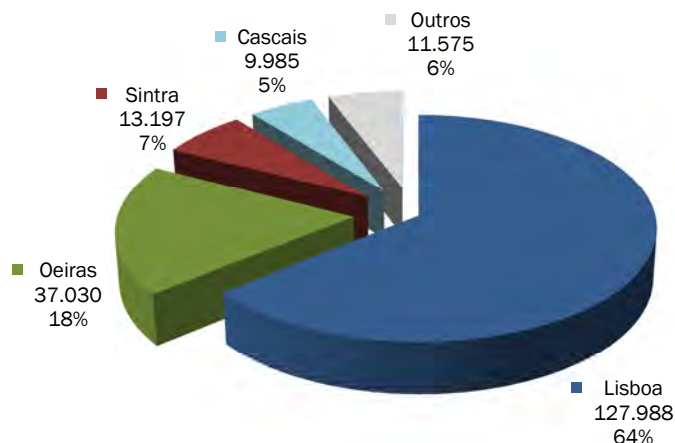
9.4.4 Mercado de Escritórios

Fig. 9.4.21 - Área total em oferta e renda média da oferta por m² dos escritórios em 2014, nos concelhos da AML

Fonte: Confidencial Imobiliário

No segmento dos escritórios, o município de Lisboa apresenta um peso esmagador na oferta de áreas para arrendamento (64%), seguido por Oeiras com 18%, Sintra com 7% e Cascais com 5%. Essa liderança de Lisboa, perspetiva uma clara polarização da cidade enquanto centro metropolitano, desafiado apenas pelo eixo Oeiras/ Cascais/Sintra, consistente com uma tendência de litoralização na área norte da AML, diagnosticado no Plano Regional de Ordenamento do Território.

Fig. 9.4.22 - Área total em oferta de escritórios nos concelhos da AML em 2014



Fonte: Confidencial Imobiliário

Por efeito da crise económica e financeira, no período 2010-14, assistiu-se a uma redução do arrendamento para escritórios, acompanhada de uma forte contração da oferta.

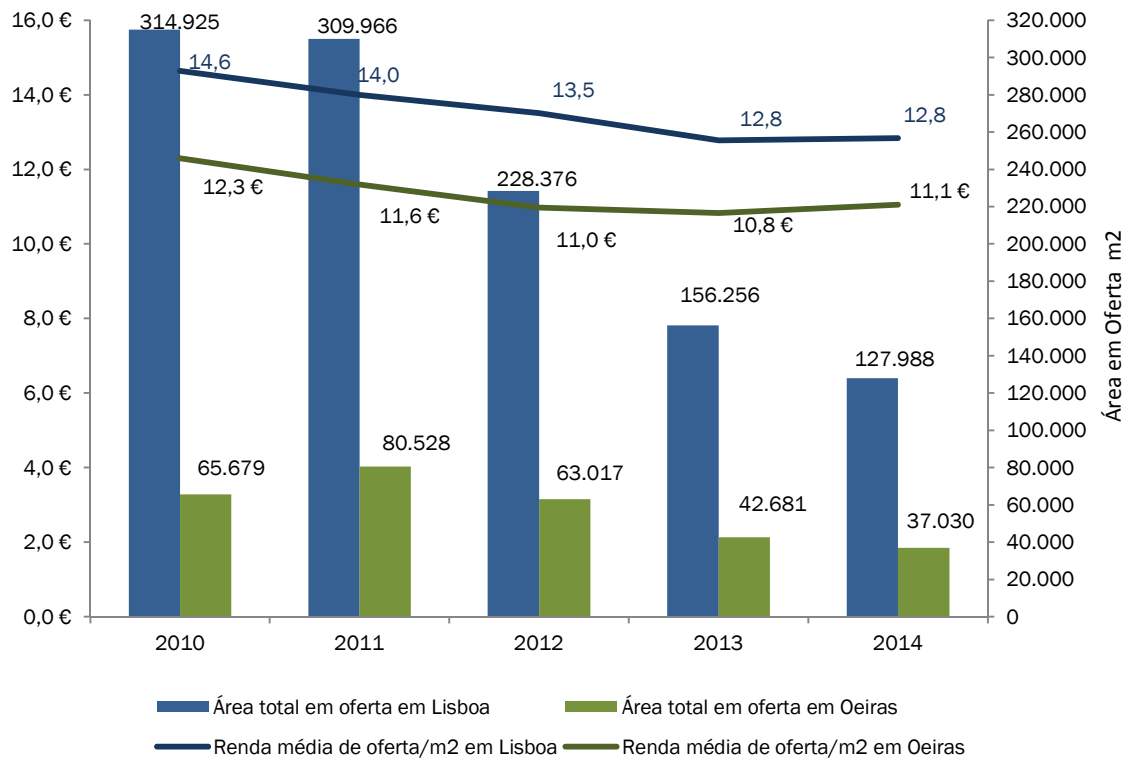
Nos quatro municípios com maior peso no mercado imobiliário no setor dos escritórios o decréscimo de oferta de área para arrendamento foi mais sentido em Sintra (-62%), seguido de Lisboa (-59%), Cascais com (57%) e Oeiras (44%).

Na desvalorização dos preços médidos de arrendamento, para o período em análise, esse fenómeno foi mais sentido em Cascais (-16,8%), seguido de Sintra (-13,5%), Lisboa (-12,3%) e Oeiras (-10,2%).

Em termos comparativos, o mercado imobiliário de Oeiras é o que apresenta uma melhor resiliência à crise, que se reflete num menor decréscimo dos preços e numa menor contração da oferta de área de escritórios para arrendamento.

Essa resiliência espelha-se numa progressão relativa de Oeiras no contexto da AML, que concentrava cerca de 14 % da oferta de área de escritórios em 2010 para cerca de 19% em 2014, e numa regressão de Lisboa, que em 2010 concentrava cerca de 67% da oferta contra os 64% de 2014.

Fig. 9.4.23 - Área total em oferta e renda média da oferta por m2 dos escritórios de 2010 a 2014, no município de Lisboa e de Oeiras



Fonte: Confidencial Imobiliário

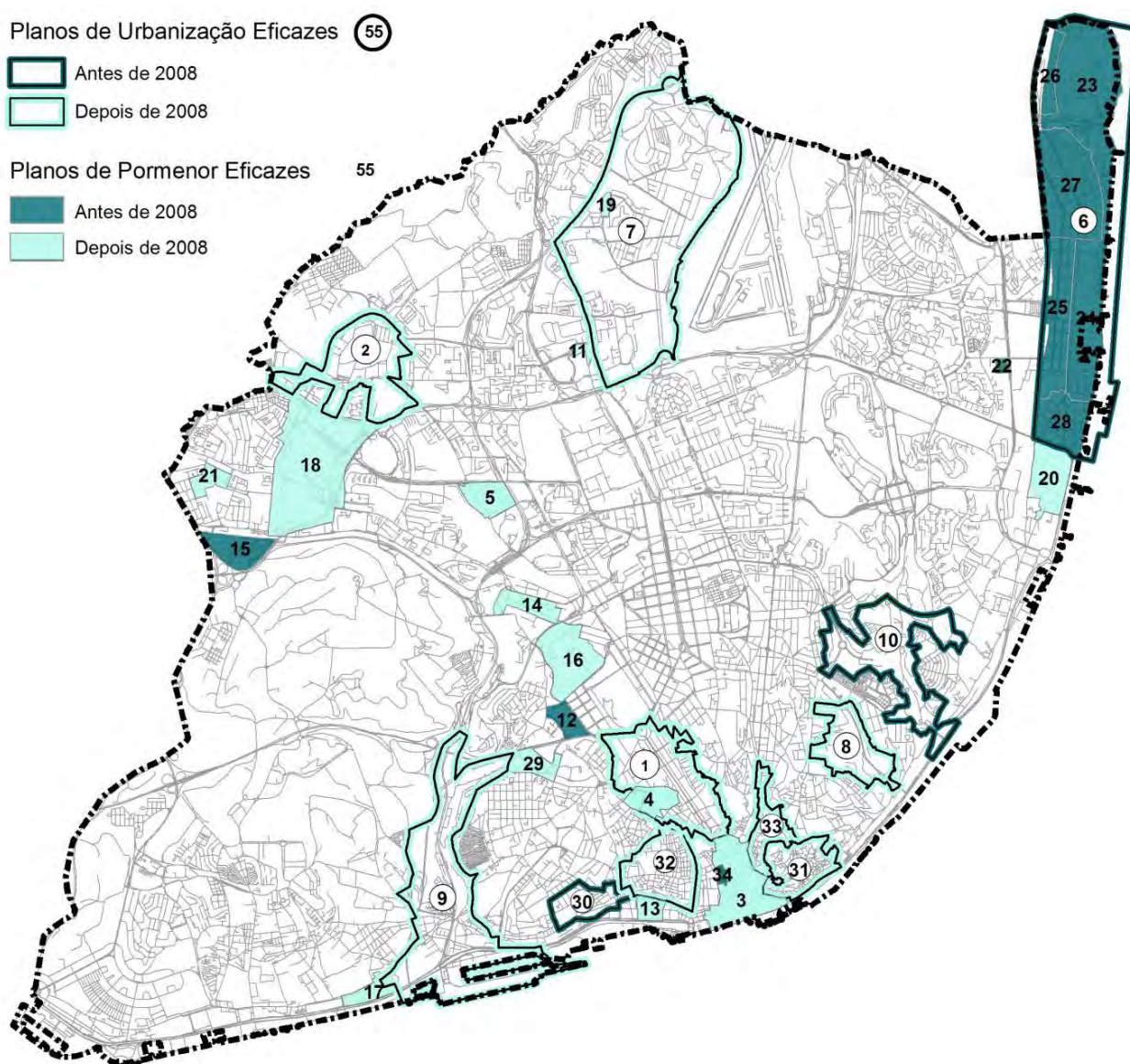
No entanto essa resiliência pode vir a comprometer, no futuro, a competitividade de Oeiras face a Lisboa quanto ao fator preço de arrendamento. Em 2010 o preço médio por m² de arrendamento em Oeiras representava cerca de 84% do valor de Lisboa enquanto em 2014 já só representava cerca de 87%.

10. ESTRUTURA URBANA

10.1. Planeamento Urbano

Na Cidade de Lisboa, em 31 de dezembro de 2014, além do Plano Diretor Municipal, encontram-se aprovados 34 planos municipais de ordenamento do território: 11 planos de urbanização e 23 planos de pormenor, que no seu conjunto cobrem 17,4% da área terrestre do município.

Figura 10.1 – Planos aprovados



Fonte: CML (DMPRGU; DPRU), 2015

Deste conjunto de planos, 13 (38%) foram aprovados até ao final de 2007 e 21 (62%) desde 2008 (contemporâneos com a última etapa do processo de revisão do PDM ou posteriores).

Dos 13 planos de urbanização e de pormenor aprovados antes de 2008, 7 (21% do total) correspondem a planos elaborados e aprovados pela Administração Central para a reconversão do atual Parque das Nações.

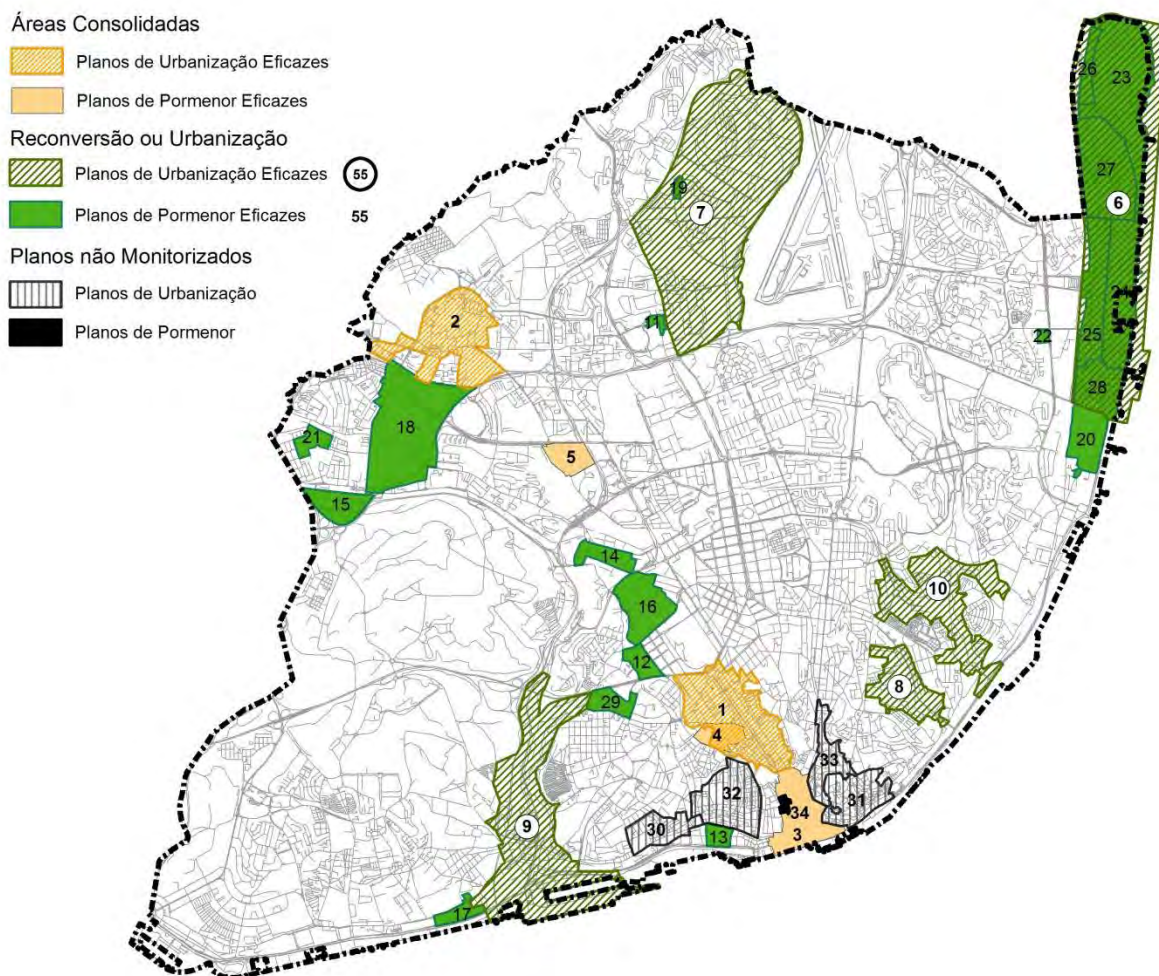
Dos 21 planos de urbanização e de pormenor aprovados desde 2008, 5 (15% do total) correspondem a revisões ou alterações: alteações aos planos de urbanização dos Núcleos históricos da Mouraria, de Alfama e Colina do Castelo e do Bairro Alto e Bica e revisão do PP da área Denominada Mercado de Benfica.

Para aferir do grau de concretização dos planos de urbanização e de pormenor em vigor dividimo-los em dois grupos, para os quais atribuímos critérios diferentes de monitorização:

- Os planos destinados a regular áreas consolidadas;
- Os planos destinados a enquadrar processos de urbanização ou de reconversão.

Da monitorização foram excluídos todos os planos mais antigos relativos a áreas consolidadas, que não dispõem de parâmetros que nos permitam monitorizar de acordo com os critérios estabelecidos: planos de urbanização dos Núcleos Históricos da Madragoa, da Mouraria, de Alfama e Colina do Castelo e do Bairro Alto e Bica e do Plano de Pormenor da Zona Sinistrada do Chiado.

Figura 10.2 – Planos monitorizados e não monitorizados



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU) 2015

10.1.1 Planos destinados a regular áreas consolidadas

Para a monitorização dos planos de urbanização e de pormenor incidiu sobre critérios de *performance* e de grau de investimento municipal.

Os critérios de *performance* selecionados foram:

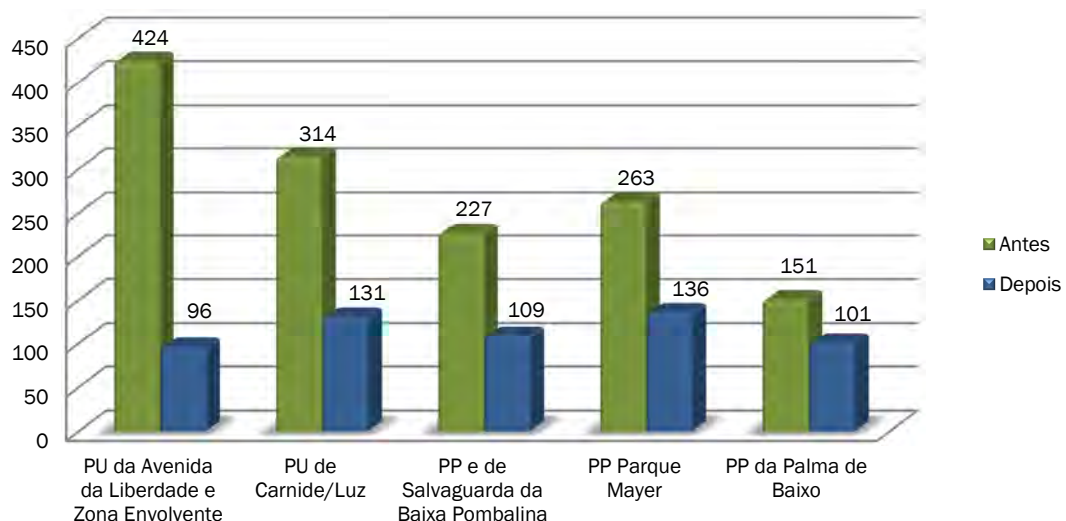
- Percentagem média de processos indeferidos ou rejeitados nos três anos anteriores à entrada em vigor e depois da entrada em vigor do plano;
- Número de dias até à aprovação do projeto de Arquitetura ou de admissão da comunicação prévia.

Para o grau de investimento municipal foram considerados os investimentos executados na área de intervenção de cada plano, distinguindo entre ações previstas e não previstas nos respetivos programas de execução.

No que se refere ao primeiro critério de performance, evolução da percentagem média de processos indeferidos ou rejeitados, antes e depois da entrada em vigor do plano, por inexistência de dados relativos a indeferimentos no período posterior à respetiva entrada em vigor, não foram considerados os planos de urbanização de Carnide/Luz e de pormenor do Parque Mayer e da Palma de Baixo (planos aprovados recentemente).

Nos dois planos onde obtemos dados nos dois períodos de referência, Planos de Urbanização da Av. da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) e Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, verificamos uma evolução positiva de ambos no que se refere a uma diminuição da percentagem de pedidos indeferidos ou rejeitados, respetivamente, de 6% para 2% e de 5% para 4%.

Figura 10.3 – Número de dias até à aprovação do projeto de arquitetura ou da admissão das comunicações prévias

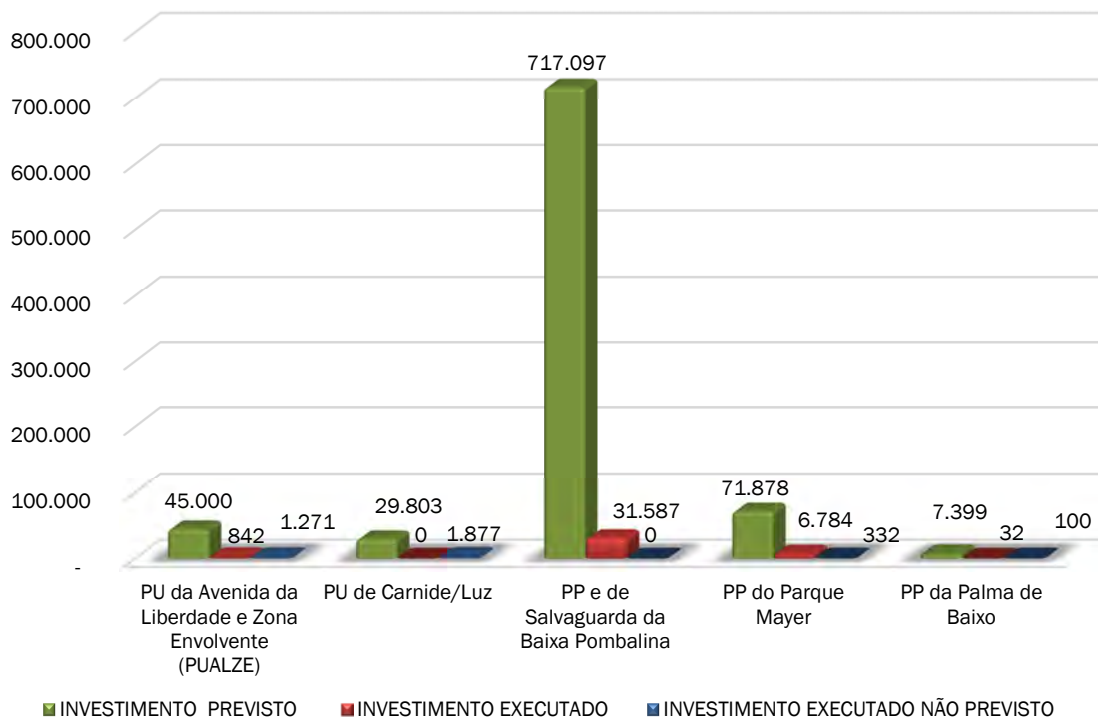


Fonte: CML (DMPRGU;DIGC; DPRU), 2015

Na contagem de dias médios (corridos) desde a entrada dos processos até à aprovação do projeto de Arquitetura ou da admissão da comunicação prévia verifica-se uma evolução positiva na zona de intervenção de todos os planos monitorizados, particularmente na área do PUALZE em que se observa um decréscimo de 424 para 96 dias.

Podemos assim concluir que os planos de urbanização e de pormenor destinados a regular áreas consolidadas vieram contribuir para uma maior clareza de regras urbanísticas a aplicar, com vantagem para a diminuição da percentagem de pedidos indeferidos ou rejeitados e uma diminuição do tempo de apreciação até á aprovação do projeto de arquitetura ou da admissão das comunicações prévias.

Figura 10.4 – Execução dos planos (Milhares de Euros)

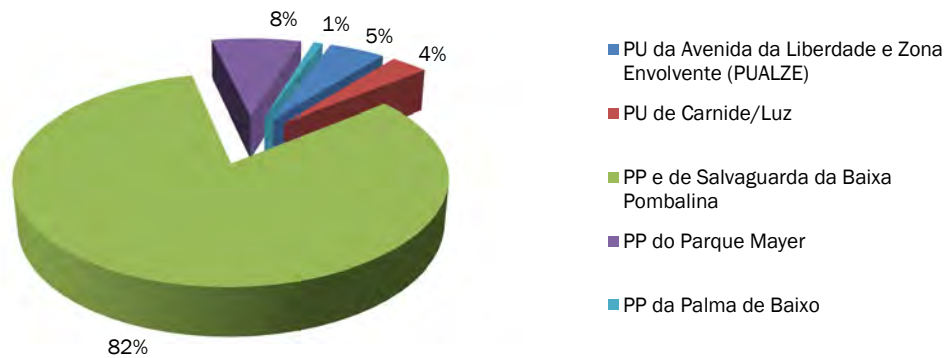


Fonte: CML (DMPRGU;DPRU), 2015

Tendo em consideração o investimento público previsto nos programas de execução dos planos, para equipamentos, espaço público e infraestruturas, e o efetivamente concretizado até finais de 2014, observa-se:

- Uma baixa taxa de execução generalizada em todos os planos, explicado, em parte, por se tratar de planos relativamente recentes;
- Uma preponderância de investimento em ações não previstas nos planos, com exceção dos planos de pormenor do Parque Mayer e de Salvaguarda da Baixa Pombalina (único em que há uma total coincidência entre o montante global investido e ações programadas no plano).

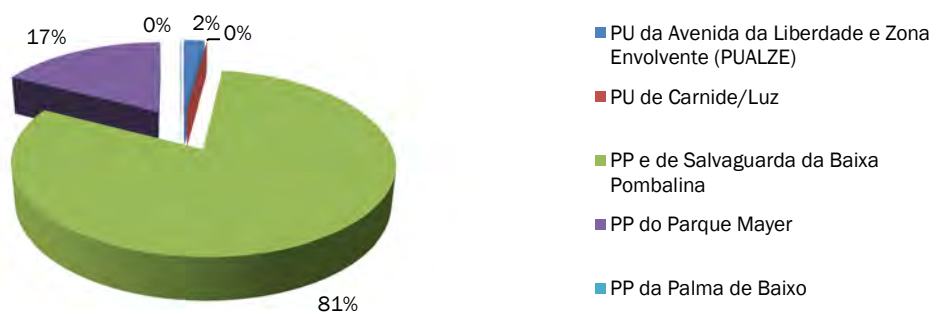
Figura 10.5 – Investimento previsto (%)



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU), 2015

Comparando o montante global de investimento público previsto nos cinco planos monitorizados, verifica-se uma grande desproporção do PP de Salvaguarda da Baixa Pombalina relativamente aos demais planos, que totaliza um peso relativo de 82% do investimento.

Figura 10.6 – Investimento previsto executado (%)



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU), 2015

Observando o peso relativo do montante despendido na concretização de ações previstas no conjunto dos cinco planos, a proporção de investimento efetuado nas áreas de intervenção do PP de Salvaguarda da Baixa Pombalina e do PP do Parque Mayer cresce, respetivamente, para 81% e 17%, evidenciando uma maior taxa de concretização destes planos.

10.1.2 Planos destinados a enquadrar processos de reconversão ou de urbanização

No conjunto de planos destinados a enquadrar processos de reconversão ou de urbanização verificamos graus de concretização diferenciados, consoante a respetiva antiguidade e dinâmica urbana.

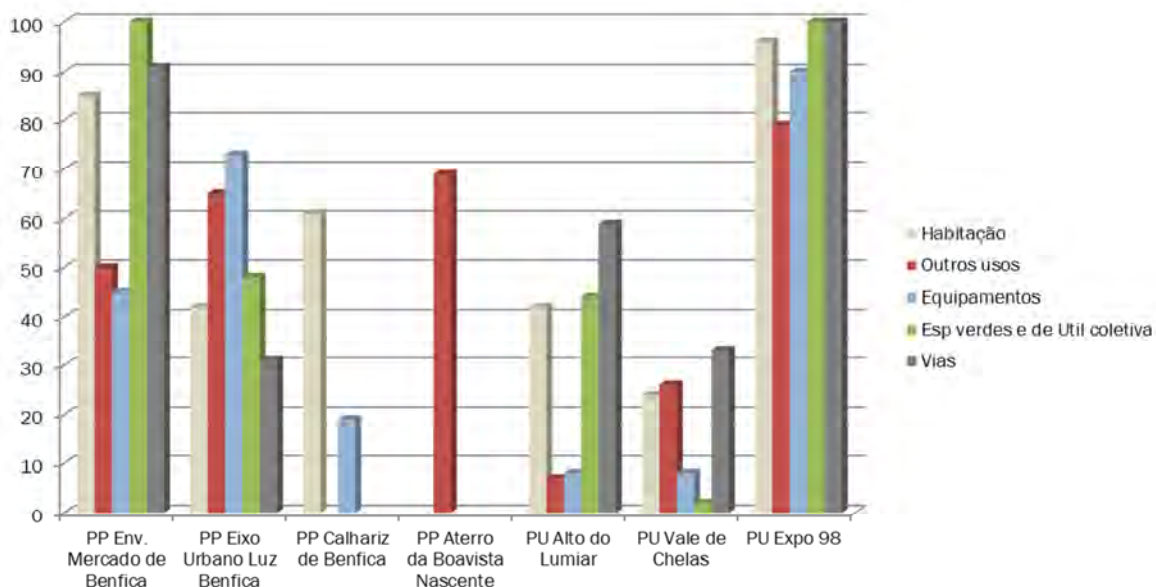
Assim observa-se uma maior concretização dos planos da área de intervenção da Expo 98, atual Parque das Nações, seguido do PP da envolvente ao Mercado de Benfica.

No extremo oposto observa-se uma concretização nula dos Planos de Pormenor da Artilharia 1, em modalidade Simplificada do Projeto Urbano do Parque Oriente, em modalidade Simplificada do Projeto

Urbano do Centro de Congressos, da Malha 14 do PUAL, da Matinha, das Amoreiras, de Alvalade XXI, da Av. José Malhoa, de Reabilitação Urbana do *Campus* de Campolide.

O PU de Alcântara, apesar de aprovado pela Assembleia Municipal, não se encontrava publicado em 31 de dezembro de 2014, pelo que não apresenta dados de monitorização.

Figura 10.7 – Concretização dos planos (%)



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU), 2015

A Figura 10.7 demonstra que de uma forma geral os planos apresentam um grau de concretização maior das infraestruturas e espaços verdes, seguido pela construção destinada aos diferentes usos, e uma menor concretização dos equipamentos previstos.

Como exceção a este padrão assinalam-se:

- O plano de pormenor do Eixo Luz/Benfica, em que as áreas de equipamentos aparecem com maior taxa de concretização;
- O plano de pormenor do Aterro da Boavista Nascente onde a construção da Sede da EDP tem uma expressão exclusiva na respetiva concretização até 31 de dezembro de 2014.

10.1.3 Planos em elaboração, revisão ou alteração

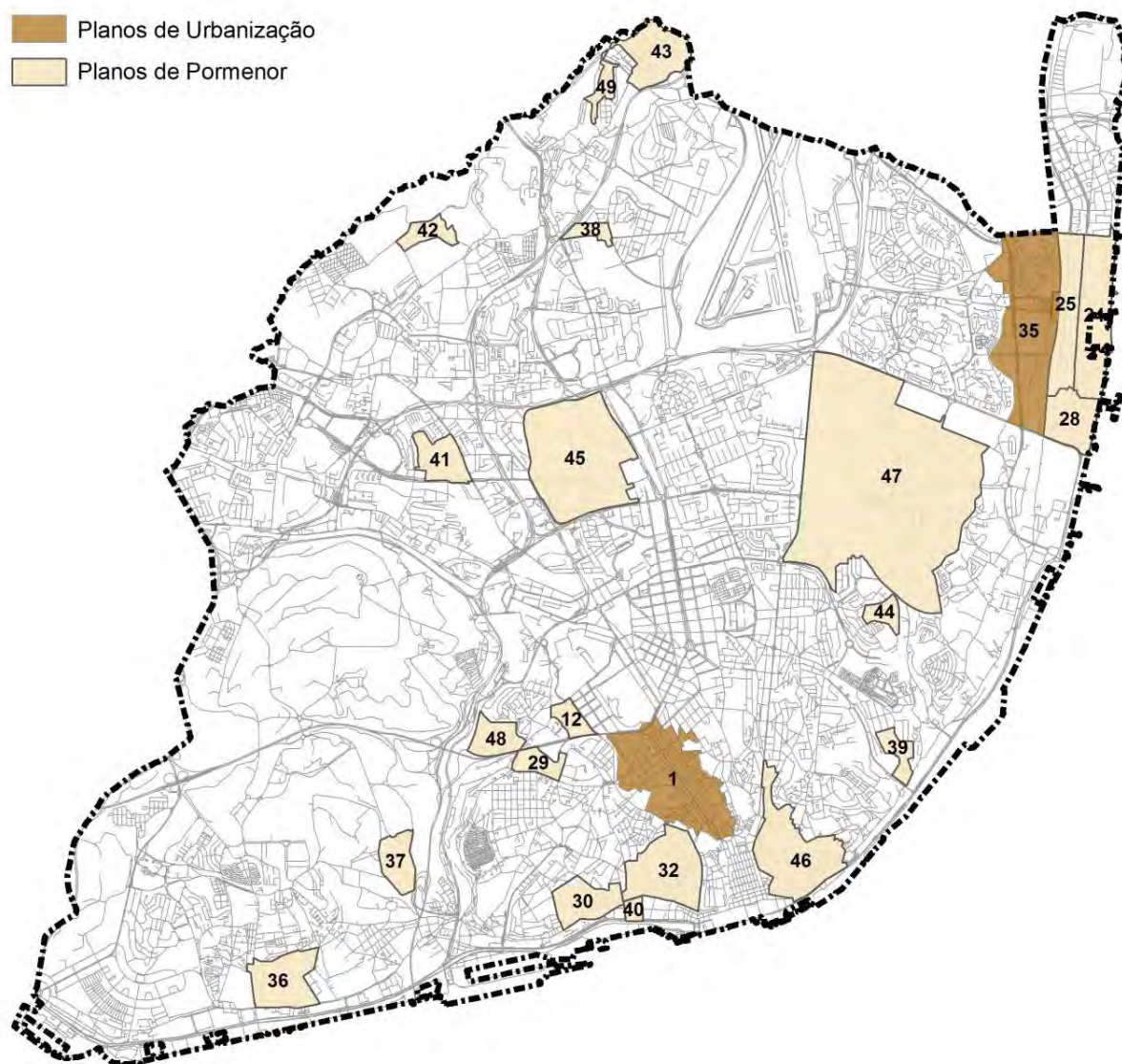
Em 31 de dezembro de 2014 encontravam-se em elaboração, revisão ou alteração 23 planos, dos quais dois correspondem a planos de urbanização e 21 a planos de pormenor.

A soma das áreas de intervenção deste conjunto de planos totaliza 12,5 Km², cobrindo 14,6% do território terrestre do Município.

A maioria dos planos, 16, destinam-se a enquadrar processos de estruturação urbana, quatro têm como foco a reabilitação urbana de zonas históricas centrais e três correspondem à necessidade de enquadramento de processos de reconversão de áreas urbanas de génese ilegal.

No que se refere à tipologia de procedimento, a maioria dos planos (17) encontram-se em elaboração, nenhum em revisão e seis em alteração.

Figura 10.8 – Planos em elaboração, revisão ou alteração



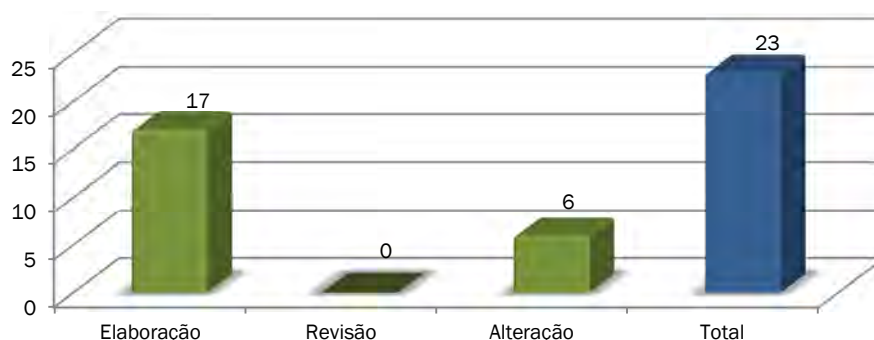
Fonte: CML (DMPRGU;DPRU), 2015

Figura 10.9 – Tipologias de abordagem (Nº)



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU), 2015

Figura 10.10 – Tipo de procedimento (Nº)



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU), 2015

10.2. Reabilitação urbana

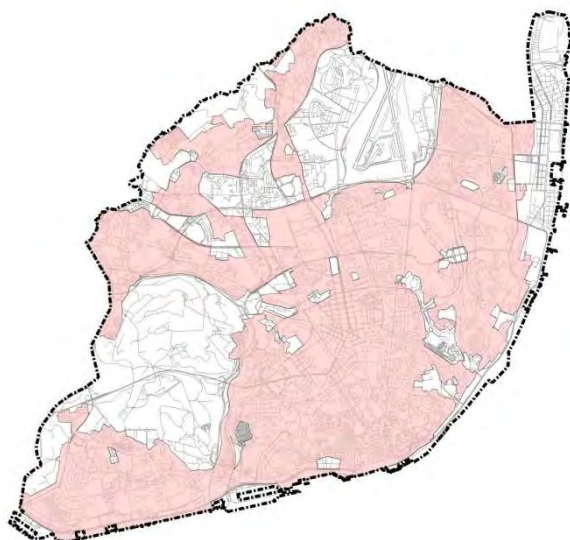
10.2.1 Estratégia de reabilitação urbana

O novo PDM, atendendo à elevada consolidação do território municipal, e perseguindo o objetivo de contrariar o esvaziamento de população e de funções das áreas consolidadas mais antigas, por transferência sucessiva para as zonas mais recentes, elege como objetivo impulsionar a reabilitação urbana, numa perspetiva integrada de regeneração do seu tecido urbano, social e económico.

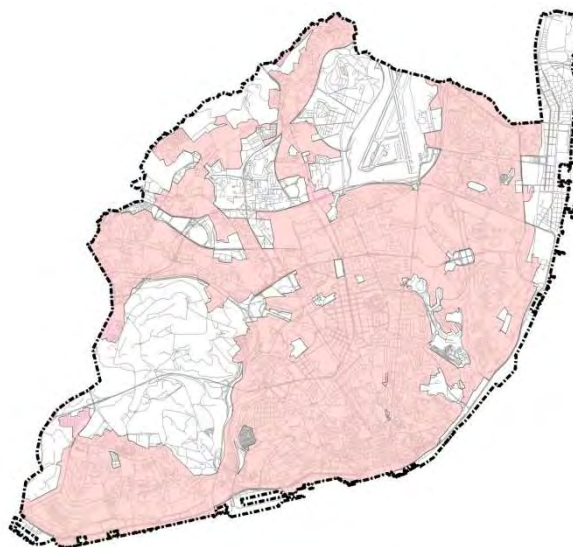
Os estudos de caracterização territorial, elaborados no decurso do processo de revisão do PDM, vieram confirmar a importância e o interesse da reabilitação urbana, enquanto instrumento de captação de novos habitantes para a Cidade, na medida em que mais de 50% dos novos residentes de Lisboa vieram residir para edifícios com mais de 30 anos.

Por isso, o novo PDM alarga o conceito de área histórica a toda Cidade consolidada, protegendo as características históricas e ambientais particulares de cada malha urbana, preservando a respetiva identidade e autenticidade.

Figura 10.11 – Área de reabilitação urbana



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU), 2012



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU), 2015

A Estratégia de Reabilitação Urbana, decorrente do novo PDM, vem enquadrar mecanismos de incentivo à reabilitação, previstos na Lei, generalizando-os a quase toda a Cidade consolidada, bem como clarificar o papel de cada ator neste processo: aos particulares cumpre conservar e reabilitar o seu património construído e à Autarquia, requalificar o espaço público e reabilitar ou prover de equipamentos, enquanto âncoras de regeneração e alavancas potenciadoras da reabilitação urbana.

No âmbito da Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2024, foi delimitada a Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Lisboa, publicada em Diário da República, 2ª série, n.º 28, de 26 de abril de 2012, aviso 5876/2012, foi construída com base no levantamento efetuado ao estado de conservação do edificado e de uma primeira estimativa do investimento a realizar na reabilitação da Cidade.

Em 2015, foi deliberado alterar a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Lisboa conforme Aviso n.º 8391/2015, publicado em Diário da República, 2ª. Série, n.º 148, de 31 de julho de 2015.

Dado que esta alteração incidiu somente na delimitação, manteve-se na íntegra a Estratégia de Reabilitação Urbana aprovada em 2012. Esta alteração visou portanto, apenas corrigir situações que se veio a verificar não estarem consonantes com os critérios subjacentes à delimitação da ARU 2012 e, também, retificar dissonâncias com os limites cadastrais.

De acordo com o novo PDM e com a consequente Estratégia de Reabilitação Urbana, a delimitação da ARU estende-se a toda a cidade consolidada, excetuando as áreas recentemente urbanizadas, os grandes equipamentos e os cemitérios, abrangendo 60% do território municipal terrestre.

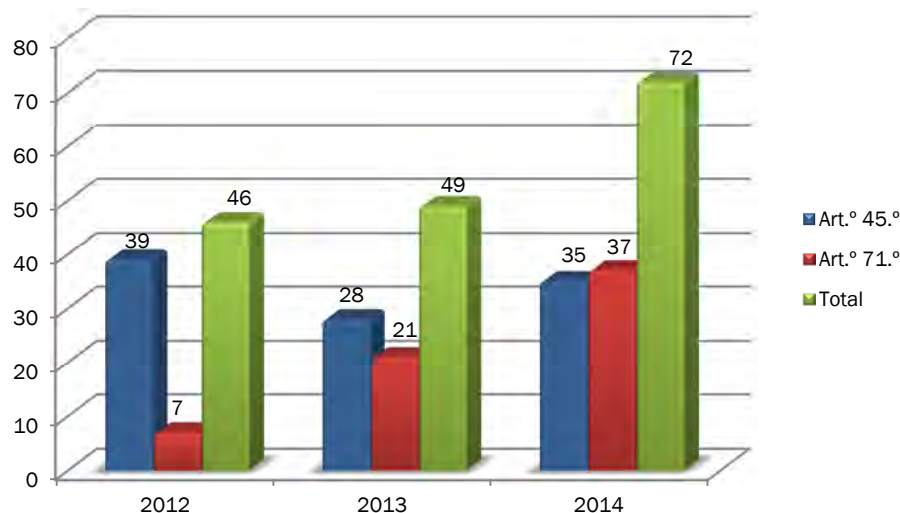
A ARU possibilita que qualquer intervenção de reabilitação dentro do seu perímetro possa beneficiar dos seguintes incentivos:

- **IMI** Isenção por um período de cinco anos, prorrogável por mais cinco anos a contar da data de conclusão da ação de reabilitação;
- **IMT** Isenção na 1ª transmissão do imóvel reabilitado, quando destinado exclusivamente a habitação própria e permanente;

- **IRS** Dedução à coleta de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação, até ao limite de €500;
- **Mais-Valias** Tributação à taxa reduzida de 5% quando estas sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis reabilitados em ARU;
- **Rendimentos Prediais** Tributação à taxa reduzida de 5% após a realização das obras de reabilitação;
- **IRC** Isenção para os rendimentos obtidos por fundos de investimento imobiliário, desde que constituídos entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 e pelo menos 75% dos seus ativos sejam imóveis sujeitos a ações de reabilitação certificadas;
- **Tributação à taxa de 10%** das unidades de participação nos fundos de investimento imobiliário, em sede de IRS e IRC e Mais-Valias;
- **IVA** Redução da taxa para 6%.

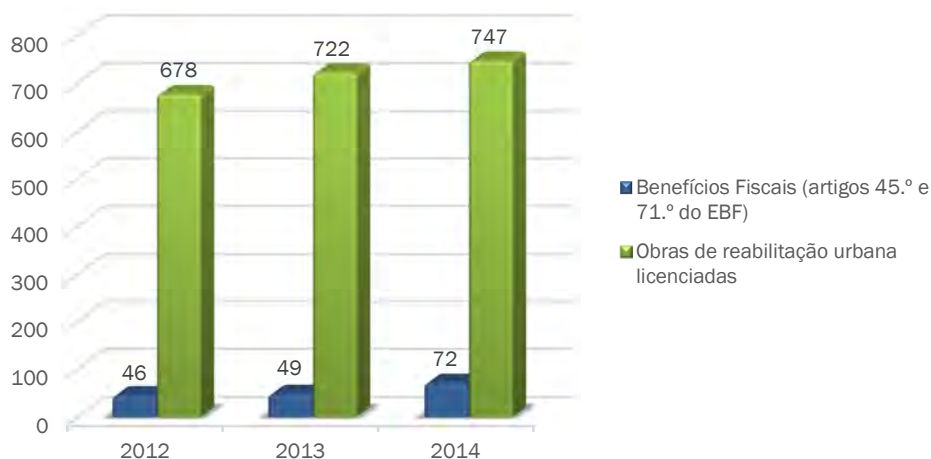
O conjunto de incentivos acima referidos é concedido pela Administração Central, por decisão da Autoridade Tributária e Aduaneira, pelo que não conseguimos aceder à totalidade dos dados de monitorização de cada um deles, percebendo assim a globalidade do respetivo impacte financeiro.

Figura 10.12 – Processos deferidos ao abrigo do estatuto de benefícios fiscais (Nº)



Fonte: CML (DMF;DAAT;DPTF/DMPRGU;DIGC; DPRU), 2015

Figura 10.13 – Processos deferidos ao abrigo do estatuto de benefícios fiscais e obras de reabilitação urbana licenciadas (Nº)



Fonte: CML (DMF;DAAT;DPTF/DMPRGU;DIGC; DPRU), 2015

Com base nos dados constantes nas imagens acima, conclui-se que o número de processos deferidos ao abrigo do Estatuto de Benefícios Fiscais é muito pouco expressivo, relativamente ao número de obras de reabilitação urbana licenciadas pela Câmara Municipal (cerca de 7%, no conjunto do triénio em análise).

Verifica-se, no entanto, que o número de processos deferidos ao abrigo do Estatuto de Benefícios Fiscais tem vindo a crescer, totalizando 72 em 2014 (mais 56,5% relativamente a 2012).

10.2.2 Carta municipal de património

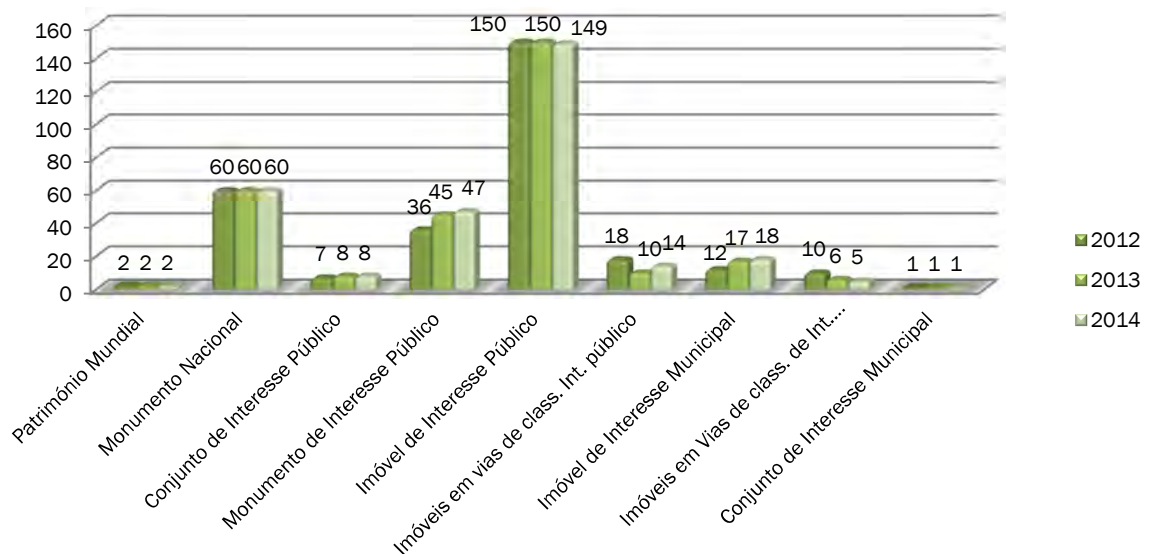
No PDM de 2012 ficaram identificados na Carta Municipal de Património (CMP), que veio substituir o antigo Inventário Municipal de Património (IMP) constante do PDM de 1994, os bens culturais imóveis de interesse predominantemente arquitetónico, histórico e paisagístico, que incluem: os imóveis e conjuntos arquitetónicos; os objetos singulares e lojas de referência histórica e/ou artística; e o património paisagístico.

Ao contrário do que sucedia com o anterior IMP, o PDM veio regular as intervenções de forma diferenciada os bens classificados e os bens não classificados, inscrevendo-os em anexos distintos e dando orientação para a que a emissão dos pareceres patrimoniais não seja duplicada, mas assumida integralmente pela entidade de tutela dos bens classificados, quando se trate de imóveis incluídos nessa tipologia, e da Estrutura Consultiva para os restantes bens não classificados.

Neste pressuposto, optamos por produzir uma monitorização separada dos bens classificados e não classificados, que integram a Carta Municipal de Património.

No que se refere aos bens classificados, na área do Município tem havido uma grande dinâmica de classificação que resulta num crescimento global da lista: 296 bens em 2012, 299 em 2013 e 304 em 2014, distribuídos pelas diferentes tipologias.

Figura 10.14 – Património classificado, 2012 a 2014 (Nº)

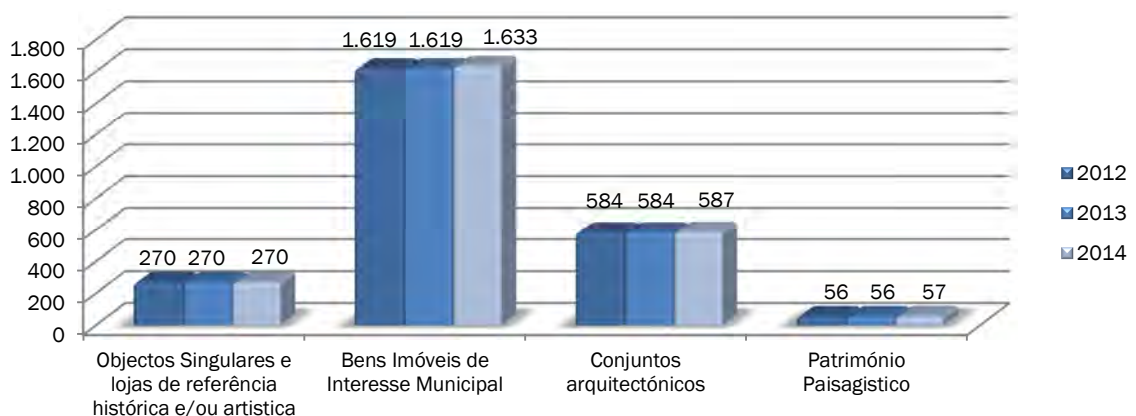


Fonte: CML (DMPRGU;DIGC; DPRU), 2015

Por tipologia, verifica-se um maior dinamismo nas categorias de Monumento de Interesse Público, que passam de 36 para 47 bens classificados entre 2012 e 2014, e de Imóvel de Interesse Municipal, que passam de 12 para 18 bens classificados no mesmo período. Nos restantes bens não classificados também tem havido uma dinâmica de inclusão na CMP, por ação dos planos municipais de ordenamento do território posteriores à entrada em vigor do PDM.

Assim de um total de 2 529 de outros bens (não classificados) incluídos na CMP em 2012 passamos para 2 547 em 2014, nas diferentes tipologias que compõem a Carta.

Figura 10.15 – Património não classificado incluído na CMP, 2012 a 2014 (Nº)

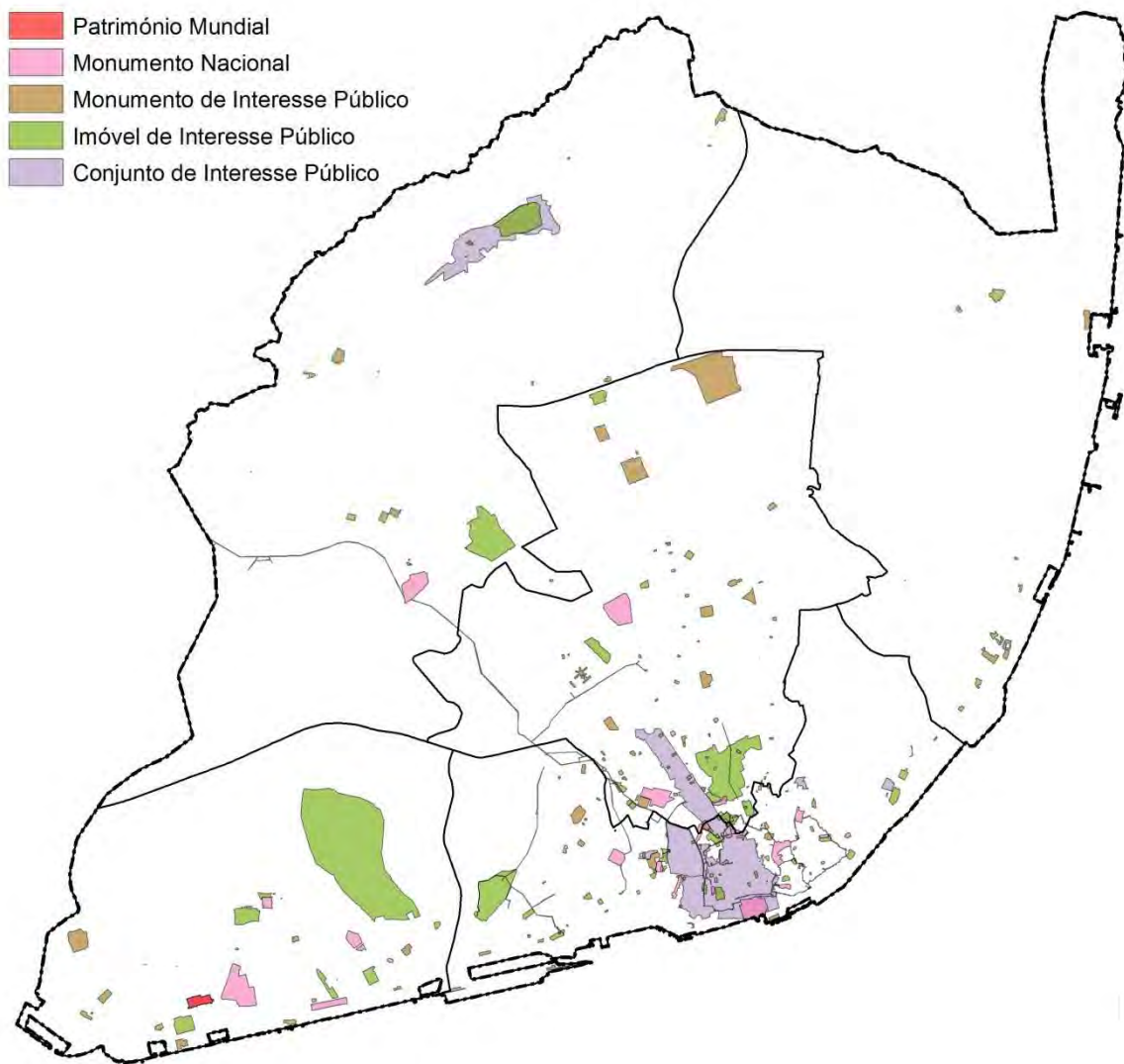


Fonte: CML (DMPRGU; DPRU), 2015

Foram responsáveis pela revisão da CMP os seguintes planos:

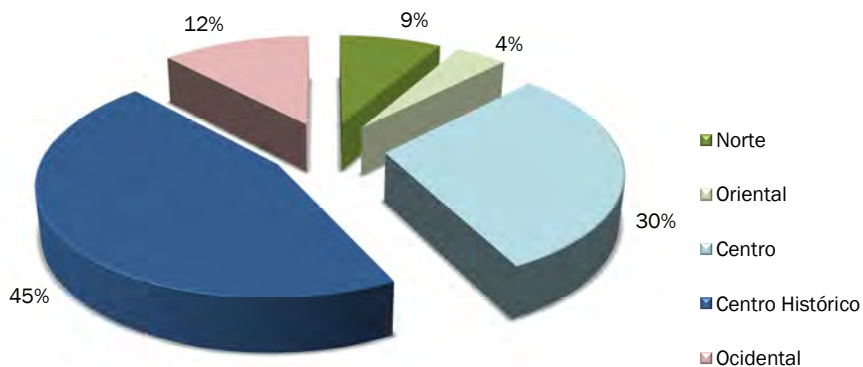
- Revisão do Plano de Pormenor do Mercado de Benfica, que incluiu dois imóveis;
- Alteração ao Plano de Pormenor Eixo Urbano Luz/Benfica, que incluiu cinco imóveis;
- Alteração ao Plano de Urbanização do Alto do Lumiar, que excluiu um imóvel e incluiu três conjuntos e uma azinhaga.

Figura 10.16 – Localização do património classificado



Fonte: CML (DMPRGU; DIGC; DPRU), 2015

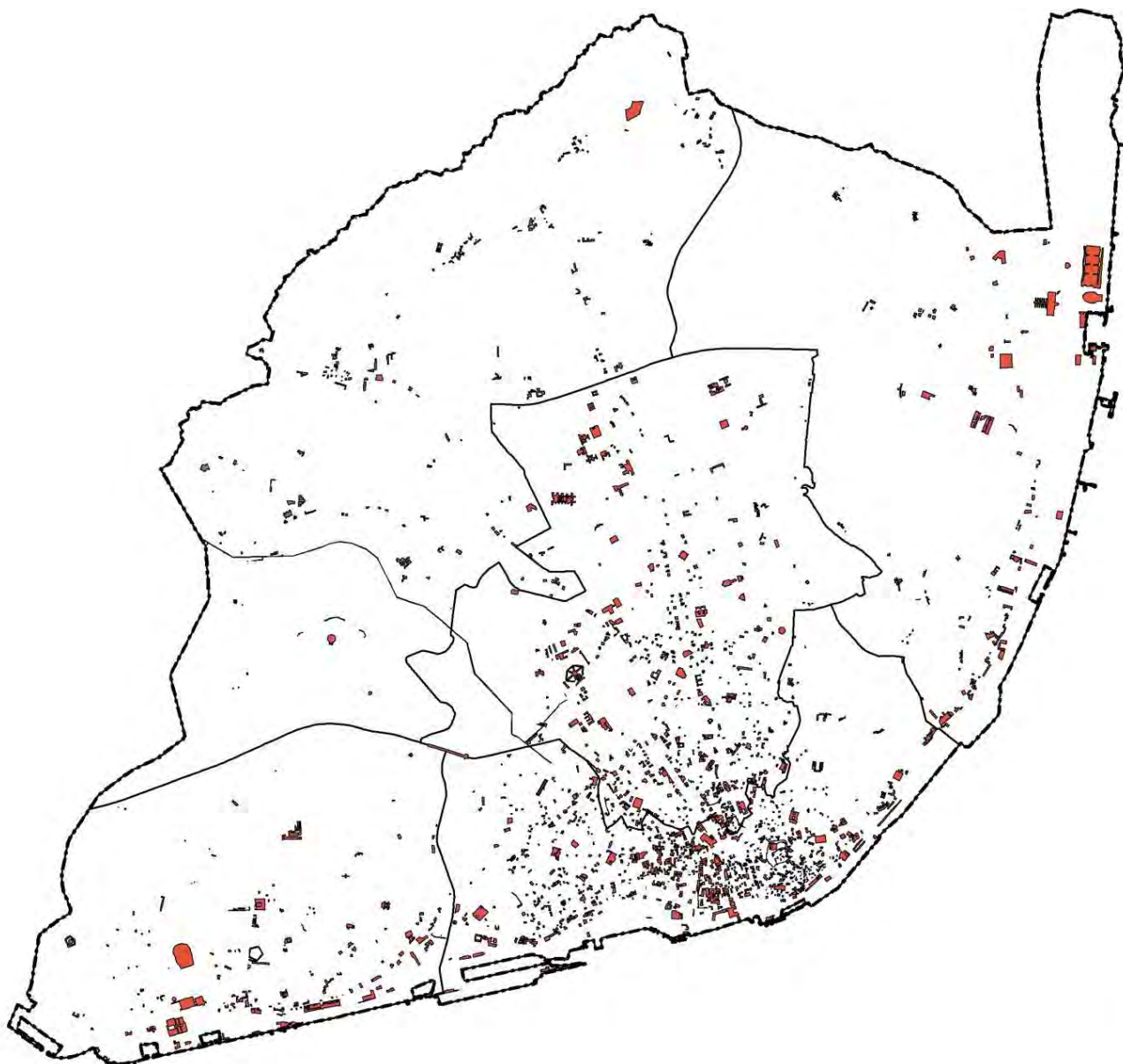
Figura 10.17 – Localização do património classificado (%)



Fonte: CML (DMPRGU;DIGC; DPRU), 2015

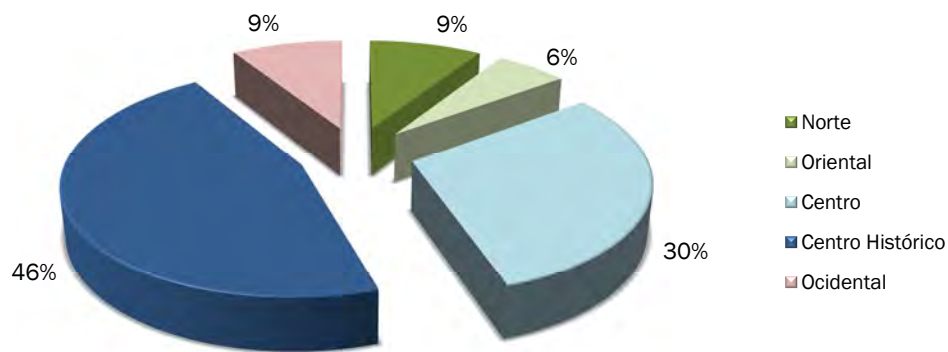
Relativamente à localização, há uma lógica de concentração no Centro Histórico, seguido do Centro. Territórios que, no seu conjunto, representam cerca de 75% do total de património classificado. Nos territórios mais periféricos aparece com maior expressão o Ocidental, com 12%, que contém a Zona Monumental de Ajuda-Belém.

Figura 10.18 – Localização do património não classificado



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU), 2015

Figura 10.19 – Localização do património não classificado (%)

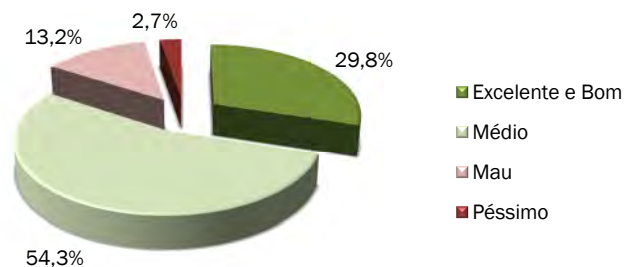


Fonte: CML (DMPRGU;DPRU), 2015

Relativamente à distribuição espacial dos restantes bens que integram a CMP (não classificados), mantém-se uma tendência de concentração praticamente idêntica à dos bens classificados nos dois territórios centrais, com 76% do total, apenas se verifica uma distribuição mais equitativa nos restantes territórios, mais concretamente entre o Ocidental e Norte.

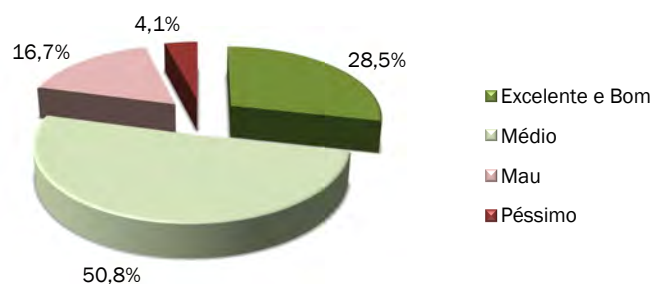
Inversamente ao Centro Histórico, o território Oriental apresenta menor representação do total de bens classificados e não classificados incluídos na CMP.

Figura 10.20 – Estado de conservação dos imóveis classificados, 2012 (%)



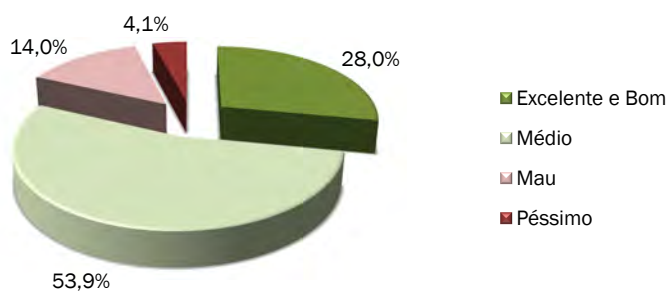
Fonte: CML (UCT/ DMPRGU;DPRU), 2015

Figura 10.21 – Estado de conservação dos imóveis inseridos em conjuntos classificados, 2012 (%)



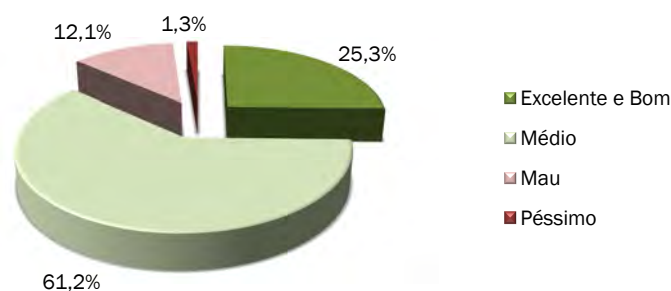
Fonte: CML (UCT/DMPRGU;DPRU), 2015

Figura 10.22 – Estado de conservação dos imóveis não classificados integrados na CMP, 2012 (%)



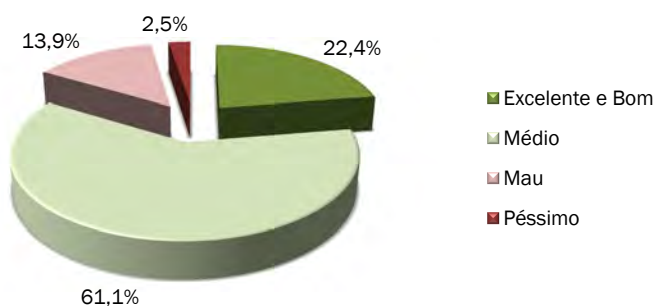
Fonte: CML (UCT/DMPRGU;DPRU), 2015

Figura 10.23 – Estado de conservação dos imóveis integrados em conjuntos não classificados identificados na CMP, 2012 (%)



Fonte: CML (UCT/DMPRGU;DPRU), 2015

Figura 10.24 – Estado de conservação dos imóveis – total da Cidade de Lisboa, 2012 (%)



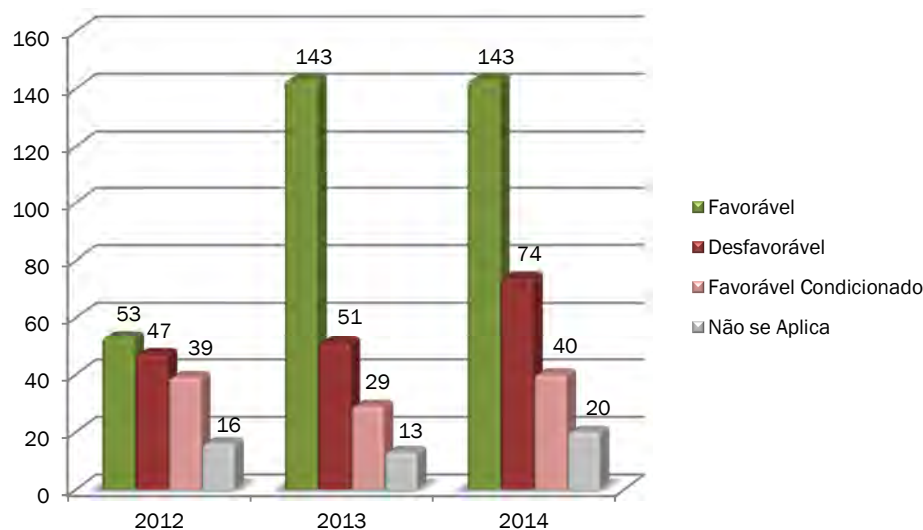
Fonte: CML (UCT/DMPRGU;DPRU), 2015

Com base no universo levantado pela Unidade de Coordenação Territorial do Município, produzimos uma análise espacial, com base em ferramenta SIG, para aferir o estado de conservação médio dos imóveis classificados, inseridos em conjuntos classificados, outros imóveis (não classificados) da CMP, integrados em outros conjuntos (não classificados) inseridos na CMP e do global de edifícios da Cidade, para produzir uma leitura comparativa destes dados.

Tendo em consideração a leitura dos setogramas produzidos, verificamos que a globalidade dos edifícios que integram individualmente ou inseridos em conjuntos identificados na CMP dispõem de um peso relativo superior na categoria de excelente e bom estado de conservação.

No entanto, no extremo oposto, com exceção dos edifícios situados nos outros conjuntos não classificados integrados na CMP, todos os outros imóveis com valor patrimonial apresentam um peso percentual maior que a média da Cidade nos graus de conservação mau e péssimo. Esses dados são particularmente preocupante para os outros imóveis não classificados que integram a CMP, pela expressão de 4,1% em péssimo estado de conservação, podendo ditar o desaparecimento de parte deste património a prazo, caso não venham a merecer obras de conservação ou reabilitação.

Figura 10.25 – Pareceres da Estrutura Consultiva sobre intervenções em imóveis integrados na CMP (Nº)



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU;DRU/EC), 2015

De acordo com os dados fornecidos pela Estrutura Consultiva, nos três anos monitorizados verifica-se um acréscimo anual do número de pareceres patrimoniais emitidos relativamente a intervenções em imóveis integrados na CMP: mais 52,3% em 2013 relativamente a 2012 e mais 78,7% em 2014 relativamente a 2012.

Relativamente à tipologia de pareceres emitidos, verifica-se uma evolução dos pareceres favoráveis, que representavam apenas cerca de um terço em 2012 (34,2%), passando para 60,6% em 2013 e 51,6% em 2014.

Inversamente os pareceres desfavoráveis decrescem proporcionalmente, representando também quase um terço em 2012 (30,3%), passando a representar 21,6% em 2013 e 26,7% em 2014.

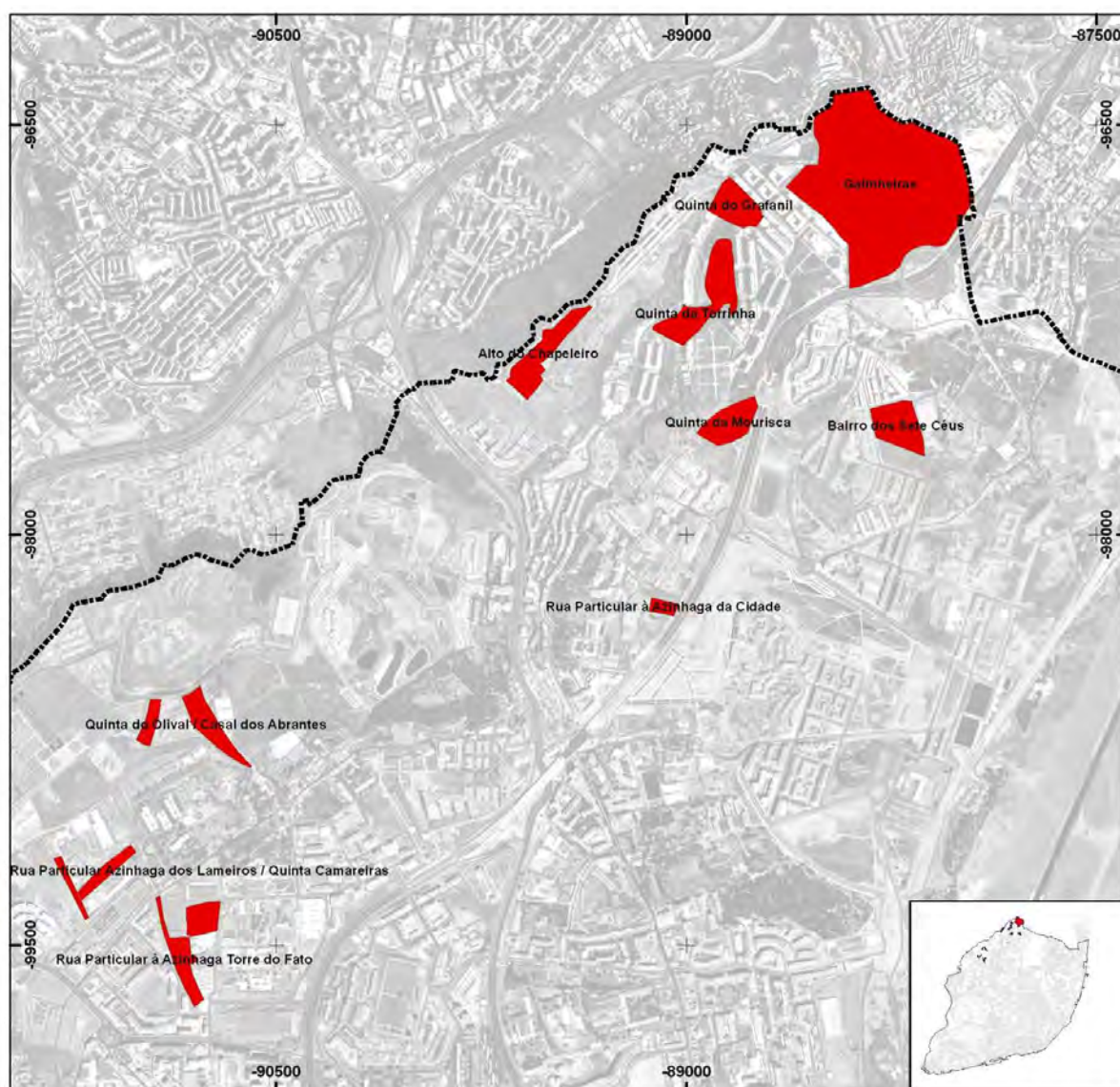
Os pareceres favoráveis condicionados também sofrem um decréscimo percentual neste intervalo: correspondem a 25,2% em 2012, 12,3% em 2013 e 14,4% em 2014.

10.2.3 Reconversão das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI)

A delimitação das AUGI foi aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa, na sua reunião de 22 de dezembro de 2008, através da Deliberação n.º 1330/CM/2008, publicada no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 775, de 26 de dezembro de 2008.

Depois de um processo largamente participado pelos proprietários e comproprietários e com o apoio das então Juntas de Freguesia, Ameixoeira, Carnide, Charneca, e Lumiar, através da realização de várias reuniões de trabalho foram formalizadas as Comissões de Administração Conjuntas de 9 das 10 áreas de AUGI delimitadas pela proposta 1330/2008.

Figura 10.26 – Delimitação das AUGI



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU/ GABIP-AUGI), 2015

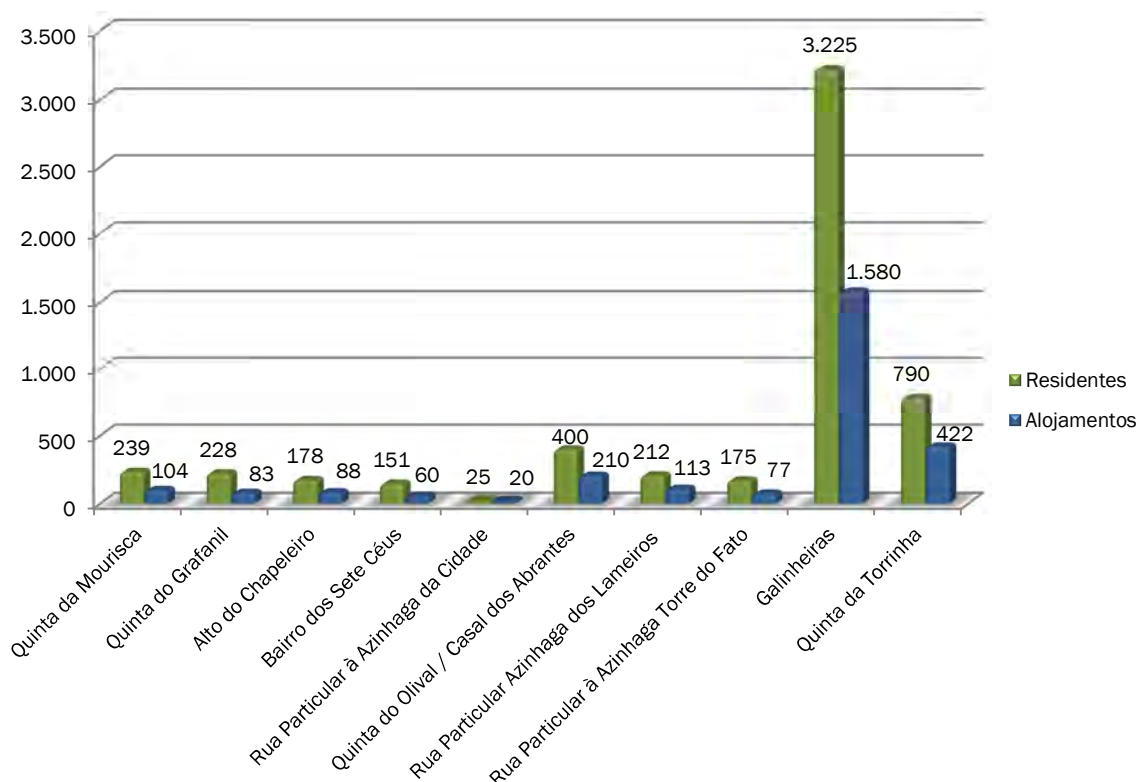
Em Dezembro de 2011 foi constituído o Gabinete de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária em Áreas Urbanas de Génese Ilegal (GABIP - AUGI) - Despacho n.º 141/P/2011 - com o objetivo de garantir uma boa articulação, tanto a nível técnico como a nível institucional, nos processos de reconversão das AUGI, entre todos os Serviços Municipais, o Executivo, as Juntas de Freguesia envolvidas e, ainda, as respetivas Comissões de Administração Conjunta e seus moradores.

A Assembleia Municipal de Lisboa deliberou, na sua reunião de 18 de junho de 2013, através da Deliberação n.º 66/AM/2013, aprovar o Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal no Município de Lisboa, publicado no Diário da República em 05.07.2013.

O regulamento visa, assim, concretizar e executar as matérias previstas no n.º 2 do artigo 46.º e no artigo 49.º da Lei das AUGI, as quais carecem de regulamento municipal, bem como integrar outros conteúdos de natureza urbanística e procedimental que contribuam para uma melhor operacionalização das ações inerentes à reconversão urbanística do solo e à legalização das construções integradas nas AUGI do município de Lisboa.

No âmbito da reunião pública descentralizada da Câmara Municipal, realizada no dia 7 de maio de 2014, foram apresentados alguns constrangimentos, decorrentes de atrasos na recolha da documentação necessária à instrução dos procedimentos de legalização das construções, assim foi aprovada a Alteração ao Regulamento das Áreas Urbanas de Génese Ilegal na reunião da Assembleia Municipal, realizada no dia 23 de setembro de 2014 (Deliberação n.º 252/AML/2014, que recaiu sobre a Proposta de Câmara n.º 407/2014).

Figura 10.27 – Número estimado de residentes e alojamentos



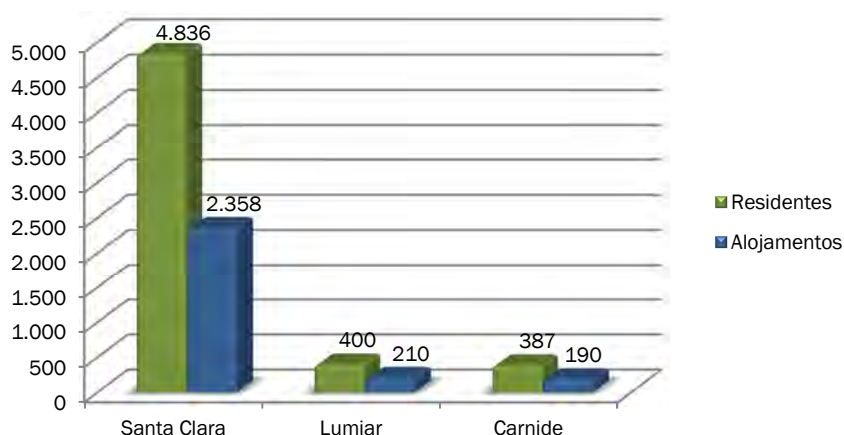
Fonte: INE/Censos 2011; CML (DMPRGU;DPRU), 2015

O número de residentes e de alojamentos em cada das AUGI foi apurado com base na informação das subsecções estatísticas dos Censos de 2011, por aproximação, nas situações em que a subsecção extravasava os limites dos bairros.

De acordo com estas estimativas, o conjunto das 10 AUGI dispõem em 2011 de cerca de 5 653 residentes, o que corresponde a cerca de 1% da população residente em Lisboa.

A AUGI das Galinheiras concentra cerca de 57% dos residentes do conjunto dos 10 bairros delimitados, seguida da Quinta da Torrinha, com cerca de 14%, e da Quinta do Olival/Casal dos Abrantes, com cerca de 7%.

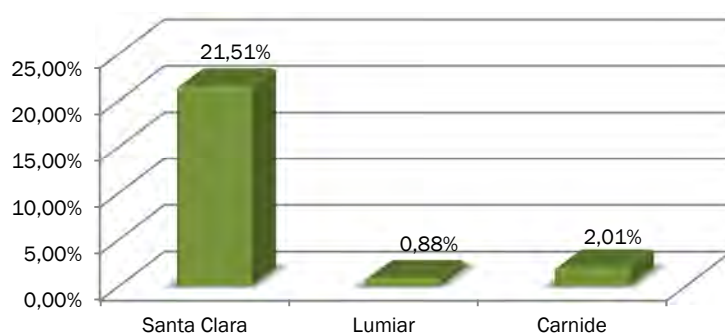
Figura 10.28 – Número estimado de residentes e alojamentos em AUGI por Freguesia



Fonte: INE/Censos 2011, CML (DMPRGU;DPRU), 2015

Do conjunto das três freguesias, o fenómeno é mais expressivo na Freguesia de Santa Clara que concentra cerca de 86% da população residente em AUGI 85,5% dos alojamentos em AUGI na Cidade de Lisboa.

Figura 10.29 – Peso percentual da população residente em AUGI por Freguesia



Fonte: INE/Censos 2011; CML (DMPRGU;DPRU), 2015

A Freguesia de Santa Clara é também a que apresenta um maior peso percentual de residentes em AUGI sobre o total da população residente (21,5%), o que se deve ao facto de concentrar no seu território sete das 10 AUGI delimitadas e 85,5% dos alojamentos situados em AUGI.

10.2.3.1 Reconversão através de loteamento de iniciativa particular

- Quinta do Grafanil

O Loteamento encontra-se aprovado, através do processo 7/URB/2013, pela deliberação n.º 409/CM/2014, em 23 de julho de 2014.

Encontra-se em curso a definição dos critérios para a elaboração do contrato de urbanização com a repartição dos encargos entre a Comissão de Administração Conjunta e a CML, para posterior emissão do Alvará de Loteamento.

10.2.3.2 Reversão através de loteamento de iniciativa municipal

- **Alto do Chapeleiro**

Foi aprovado e publicado o Regulamento Municipal de Reversão Urbanística do Bairro pela Assembleia Municipal (Deliberação n.º 51/AML//2012 publicada no 3.º Suplemento ao BM N.º 964);

Foi aprovada a Proposta de Critérios de Alienação dos Lotes, apresentada aos proprietários e superficiários em várias reuniões públicas na Junta de Freguesia da Ameixoeira e em atendimentos presenciais (Deliberação n.º 335/CM/2012, publicada no 3.º Suplemento ao BM N.º 954);

O Loteamento de Iniciativa Municipal, processo 18/URB/2012, foi aprovado em 24.04.2013 pela Câmara Municipal de Lisboa.

- **Bairro dos Sete Céus**

Foi aprovada a Suspensão do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar com implementação de Medidas Preventivas pela Assembleia Municipal (Deliberação n.º 52/AML/2012, publicada no 3.º Suplemento ao BM n.º 964 e em Diário da República, 2.ª série – N.º 239 – 11 de dezembro de 2012);

Foi aprovada a Proposta de Critérios de Alienação dos Lotes, apresentada aos ocupantes em várias reuniões públicas na Junta de Freguesia da Charneca e em atendimentos presenciais (Deliberação n.º 487/CM/2012, publicada no 3.º Suplemento ao BM n.º 963);

Foi aprovado o projeto de Loteamento de Iniciativa Municipal, processo 17/URB/2013, em 11.06.2013 e foram aprovadas 46 propostas de alienação da nua propriedade em 31.07.2013

- **Rua Particular à Az. dos Lameiros**

Em reunião da Administração Conjunta da AUGI, realizada em 17 de julho de 2013, foi aprovada a proposta de Loteamento de Iniciativa Municipal, que irá definir as áreas a ceder ao domínio público e as regras urbanísticas para a definição dos lotes particulares.

- **Quinta da Mourisca**

Foram realizados vários contatos com a Comissão de Administração Conjunta, bem como com proprietários da envolvente para após alguma negociação se delimitar uma Unidade de Execução, na qual se enquadra um loteamento de iniciativa municipal a desenvolver em articulação com os proprietários. Nesse sentido, foram identificados todos os constrangimentos ao nível da regularização da propriedade.

Foi aprovada em reunião de Câmara de 24.07.2013, uma nova estratégia de intervenção que consiste na delimitação de uma ARU (área de reabilitação urbana de Santa Clara) que integrará a elaboração do loteamento de reconversão como uma das componentes de um processo mais abrangente.

10.2.3.3 Reconversão através de plano de pormenor

- **Galinheiras**

Encontra-se em elaboração da proposta de plano pormenor.

No dia 21 de fevereiro de 2013, na antiga Junta de Freguesia da Charneca, atual freguesia de Santa Clara, foi apresentada à população a proposta preliminar do plano de pormenor e a nova metodologia com vista ao licenciamento das construções.

Foi aprovado o Modelo Urbano do Plano de Pormenor das Galinheiras, proposta nº689/2013, em 24 de julho, que traduz as opções de desenho urbano e vem dar resposta aos objetivos definidos nos Termos de Referência aprovados, bem como a identifica as áreas para aplicação do art.9º, n.º3 do Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, e as áreas sujeitas a Loteamento (Rua Teresa Saldanha, Quinta da Assunção e Rua do Eucalipto).

- **Quinta do Olival / Casal dos Abrantes**

Foram aprovados novos Termos de Referência em reunião de Câmara de outubro 2012, para enquadramento na Revisão do Plano Diretor Municipal de Lisboa.

Foi realizada uma reunião para articulação com os proprietários e a Comissão de Administração Conjunta na Junta de Freguesia do Lumiar, do dia 24 de setembro, onde se apresentou um pré-modelo urbano.

Foi aprovado o Modelo Urbano do Plano de Pormenor da Quinta do Olival, proposta nº688/2013, em 24 de julho, que traduz as opções de desenho urbano e vem dar resposta aos objetivos definidos nos Termos de Referência aprovados, bem como a identifica as áreas para aplicação do art.9º, n.º3 do Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal.

- **Quinta da Torrinha**

Após várias reuniões com os proprietários na antiga Junta de Freguesia da Ameixoeira, atual Santa Clara, foi constituída a Comissão de Administração Conjunta em junho 2012, com vista a colaborar com a CML para a elaboração do Plano de Pormenor de Reconversão da Quinta da Torrinha.

Os Termos de Referência para elaboração de Plano de Pormenor foram aprovados em reunião de Câmara de outubro 2012, Deliberação n.º 747/CM/2012.

Foram realizadas várias reuniões com os moradores, solicitando colaboração na identificação das parcelas e dos proprietários, com vista a validar o cadastro, como peça fundamental para dar início à elaboração da proposta de plano, bem como para definir a metodologia de licenciamento das construções.

A aprovação do Modelo Urbano do Plano de Pormenor para a Quinta da Torrinha, que identifica as áreas para aplicação do art.9º, n.º3 do Regulamento Municipal para Reversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, foi integrado na proposta n.º 691/2013 que aprova a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara (ARU-Santa Clara).

- **Rua A e Rua B à Az. Torre do Fato**

Foi apresentada à população na Junta de Freguesia de Carnide, no dia 28.02.2013 a proposta de Modelo Urbano a adotar par a área.

Em 24.04.2013 a Câmara Municipal deliberou a abertura de discussão pública da delimitação de uma unidade de execução que permite enquadrar o licenciamento das construções na AUGI e o loteamento da área envolvente, no sentido de se conseguir um correto ordenamento urbanístico do local.

Com a aprovação da delimitação da Unidade de Execução da Azinhaga Torre do Fato, proposta n.º 690/2013, ficam definidas as áreas para aplicação do art.9º, n.º3 do Regulamento Municipal para Reversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal.

- **Rua Particular à Azinhaga da Cidade**

A AUGI não dispõe de viabilidade de reversão, prevendo-se que no futuro a sua área venha a ser integrada nos terrenos necessários para a execução da escola secundária da Ameixoeira, que se integra nos objetivos específicos da Unidade IV da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara (ARU-Santa Clara), cuja Delimitação foi aprovada pela proposta n.º 691/2013 na reunião de Câmara de 24 julho.

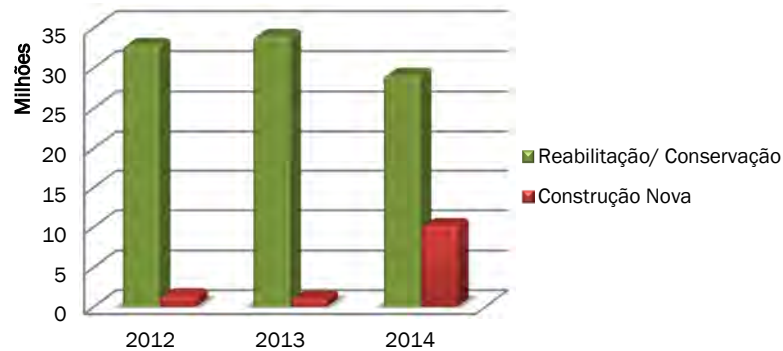
10.3. Investimento Municipal

10.3.1 Investimento registado no sistema de gestão e planeamento de intervenções (SGPI)

O SGPI corresponde a uma aplicação informática que contém os dados diretamente inseridos pelos serviços municipais com intervenção em obras e pelas Empresas Municipais (EMEL, GEBALIS, SRU-OCIDENTAL, EGEAC), bem como possui integração automática de dados inseridos em outras aplicações informáticas de gestão, designadamente, de empreitadas de obras públicas (WEBGEST) e de gestão financeira (SAP).

Para a produção deste relatório, consideraram-se os dados inseridos entre 2012 e 31 de dezembro de 2014, sendo que os mesmos reportam-se a valores de investimento em obras, estando organizados por ano de conclusão da obra, isto é, o valor é contabilizado no ano em que a empreitada foi concluída e, simultaneamente, por natureza da intervenção, distinguindo entre obras de construção nova e intervenções sobre o existente.

Figura 10.30 – Investimento municipal por tipologia (un. milhões de euros)

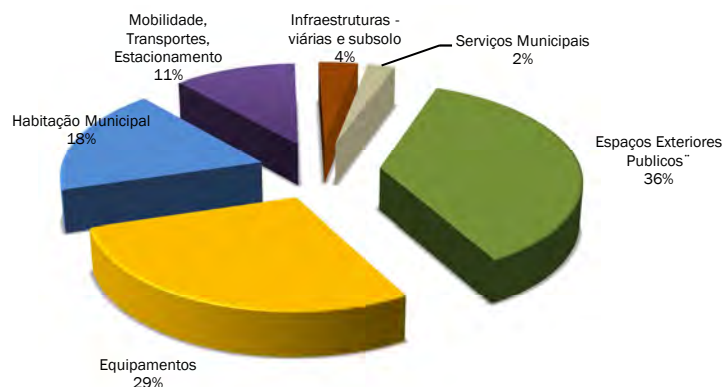


Fonte: CML (DMPRGU;DPRU;DM, SGPI), 2015

O investimento anual médio do período analisado ronda os 36,2M€, sendo o montante despendido em reabilitação/conservação claramente dominante, com cerca de 88,3% do volume de investimento total.

O acréscimo anormal de obra nova no ano de 2014 explica-se por ser o ano da conclusão das empreitadas de um número significativo de novas creches, ao abrigo do programa B-a-Bá.

Figura 10.31 – Investimento municipal por áreas de atividade (%)



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU;DM, SGPI), 2015

Na distribuição do investimento global realizado pelo Município por áreas de atividade, verifica-se uma clara predominância do despendido em espaços exteriores públicos, com 36% do montante global, seguido dos equipamentos, com 29%, e da habitação municipal, com 18% do montante global gasto.

A distribuição preponderante do montante global de investimento sobre estas três áreas é coerente com a estratégia de regeneração da Cidade consolidada, contida no PDM, bem como com a política de Reabilitação Urbana, enunciada na estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa.

10.3.2 Execução dos programas QREN

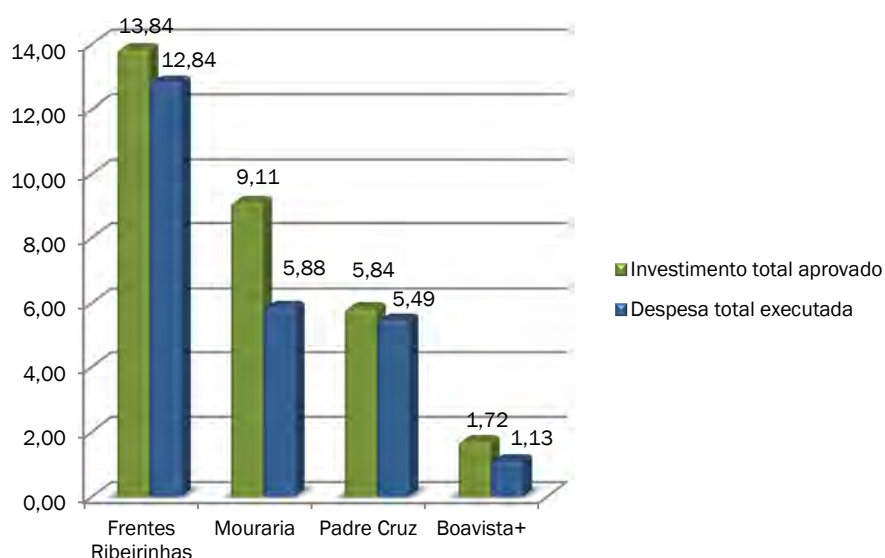
Em 2009 a Câmara Municipal de Lisboa obteve financiamento do PORLisboa/QREN para quatro programas de ação enquadrados nas Parcerias para a Regeneração Urbana:

- Eixo 2, Sustentabilidade Territorial (Frentes Ribeirinhas e Marítimas), Ribeira das Naus: reencontrar o Tejo;
- Eixo 2, Programas Integrados de Criação de Eco Bairros, Boavista - Ambiente+;
- Eixo 3, Coesão Social (Bairros Históricos), Mouraria: as cidades dentro da cidade;
- Eixo 3 Coesão Social (Bairros Críticos), Estratégia Integrada para a Qualificação do Bairro Padre Cruz.

As operações constituintes destes programas de ação foram aprovadas em 2010 e 2011. Todas foram objeto de reprogramações durante o ano de 2012 para alinhamento com novas orientações de gestão e alterações de regulamentos.

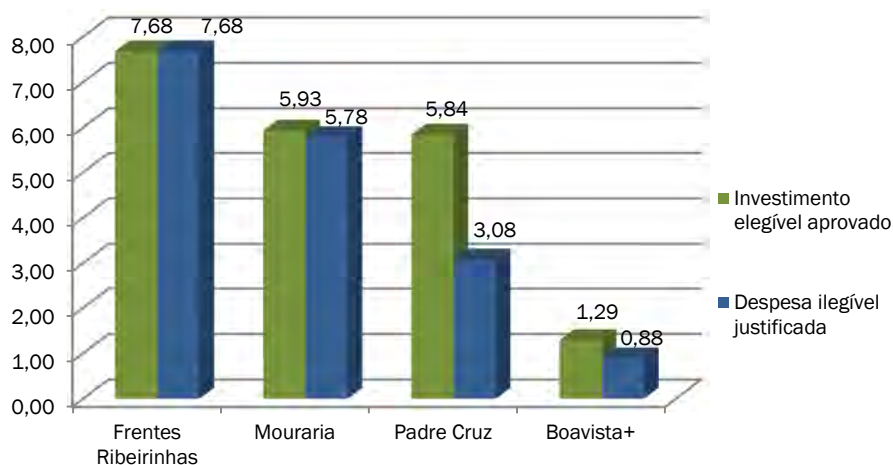
O programa de ação Boavista Ambiente+ foi objeto de maior reprogramação com a fusão de várias operações em duas.

Figura 10.32 – Execução dos programas PORN – investimento total (un. milhões de euros)



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU;DRU), 2015

Figura 10.33 – Execução dos programas PORN – investimento elegível (un. milhões de euros)



Fonte: CML (DMPRGU;DPRU;DRU), 2015

Em 31 de dezembro de 2014, no que se refere à execução dos quatro programas financiados ao abrigo do QREN/POR Lisboa, obtemos taxas de execução diferenciadas, quando analisados sob o ponto de vista do montante global de investimento previsto (figura 11.16) ou apenas do montante financiado:

- O programa de ação Frentes Ribeirinhas dispõe de um taxa de execução global de 92,73% e de 100% relativamente à componente elegível;
- O programa de ação Mouraria dispõe de um taxa de execução global de 64,61% e de 97,57% relativamente à componente elegível;
- O programa de ação Padre Cruz dispõe de um taxa de execução global de 93,99% e de 52,66% relativamente à componente elegível (dado haver montantes importantes pagos mas ainda não justificados pela entidade gestora, na sequência da alteração aprovada em dezembro de 2014);
- O programa de ação Boavista+ dispõe de um taxa de execução global de 65,75% e de 68,51% relativamente à componente elegível.

10.3.4 Execução do PIPARU

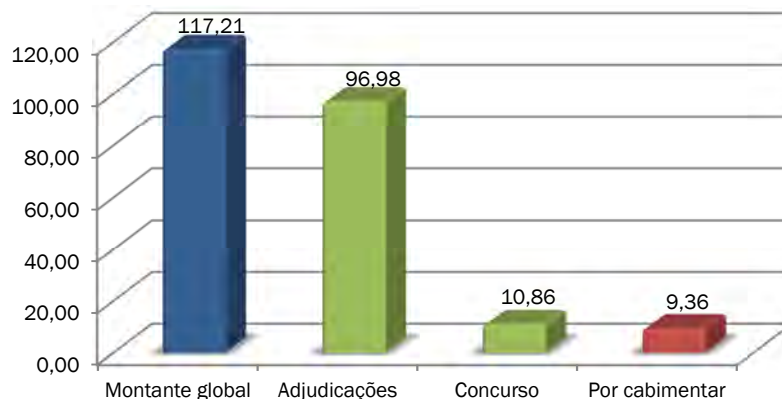
A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, em novembro de 2009, a Proposta n.º 1116/2009, referente ao financiamento necessário à realização do Programa de Investimentos Prioritários em Ações de Reabilitação Urbana do Município (PIPARU), no montante global de €120.126.177 (sendo 58,9 M€ empréstimo BEI - cerca de 50% - e o restante contratado com outras entidades financeiras). Esta proposta foi igualmente aprovada, em 22 de dezembro de 2009, pela Assembleia Municipal.

Os contratos de financiamentos foram então enviados para o Tribunal de Contas, para obtenção do respetivo visto, que solicitou a anexação da relação das obras a executar, dando lugar ao designado 1º aditamento aos Contratos.

Ainda no âmbito do exercício da fiscalização prévia, foi recomendado pelo Tribunal de Contas «a redução aos montantes dos empréstimos das verbas já pagas por conta da realização dos projetos» dando origem à celebração do 2º aditamento aos Contratos. No quadro deste novo aditamento foi, assim, reduzido o montante global do financiamento para €117.210.851. Por necessidade de reformular a programação de trabalhos feita originalmente, a lista de ações previstas no PIPARU tem sido objeto de atualizações. Foi aprovada pelos órgãos municipais, através da Proposta n.º 763/CM/2010, a contratação do 4º aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito (porque foi considerado sem efeito o 3º aditamento) em fevereiro de 2011 e visada pelo Tribunal de Contas em 17 de março de 2011. Já em setembro de 2012, através da proposta n.º 521/CM/2012, foi aprovado o 5º aditamento ao contrato de financiamento celebrado com o BPI/BIIS e visado pelo Tribunal de Contas em 27 de dezembro de 2012.

Neste 5º aditamento, e relativamente ao 4º aditamento, foram retiradas 145 ações que totalizam o valor de 16.803.5548€, acrescentadas 46 novas intervenções no montante total de 18.857.462€ e mantidas 933 ações no valor total de 98.352.917€.

Figura 10.34 – Execução dos programas PORL – investimento elegível (milhões de euros)



Fonte: CML (EPP; DMPRGU;DPRU), 2015

Em 31 de dezembro de 2014 a execução do programa encontrava-se muito avançada, com 82,74% do montante já adjudicado, 9,27% em concurso e apenas 7,99% da verba por cabimentar.

10.4. Dinâmica urbanística

10.4.1 Alvarás emitidos

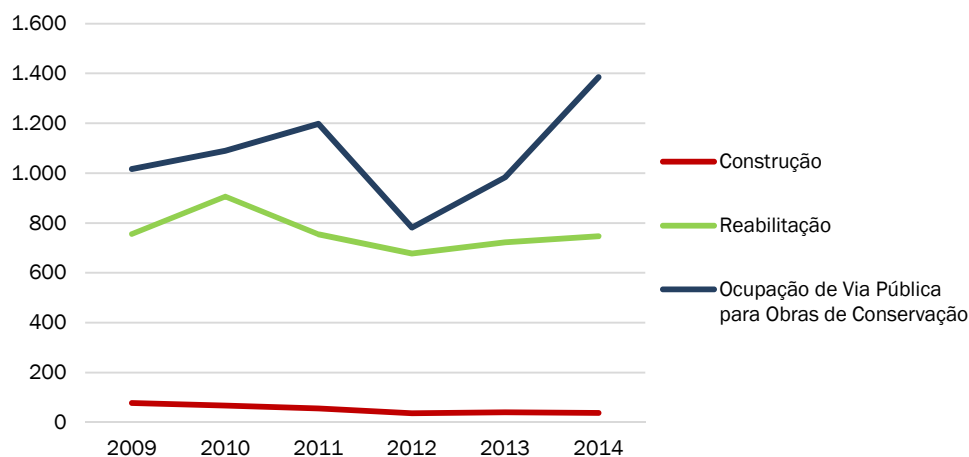
No que respeita à dinâmica urbanística, foram solicitados dados do GESLIS, Sistema Informático de suporte à Gestão Urbanística, sobre o número de alvarás emitidos.

Foram considerados os alvarás relativos a construção nova, que classificamos como “construção nova” e relativos a ampliações e alterações que se consideraram dentro da tipologia de “reabilitação”. Foram também consideradas as licenças de ocupação de via pública não associadas a pedidos de licenciamento de obras, que se classificaram como “conservação”. Considerando que os processos de licenciamento de ocupação de via pública não contêm informação sobre a área intervencionada, não se tornou possível quantificar esse dado na monitorização que se apresenta. No entanto, há a considerar que ocorrem muito mais obras de conservação na Cidade das quais não há qualquer tipo de registo por não necessitarem de qualquer tipo de autorização pelo Município.

Figura 10.35 – Total de Alvarás Emitidos entre 2009 e 2014 por tipo de Intervenção (%)



Fonte: CML (DMPRGU;DIGC;DPRU), 2015

Figura 10.36 – Evolução do Número de Alvarás Emitidos por tipo de Intervenção, 2009 a 2014 (Nº)

Fonte: CML (DMPRGU;DIGC; DPRU), 2015

Entre 2009 e 2014, verifica-se que os alvarás destinados a construção nova representam escassos 3% do total (ou 6% se considerarmos apenas o universo dos alvarás para reabilitação e construção nova), havendo um claro predomínio de licenças para ocupação de via pública para obras de conservação, com 57% do total.

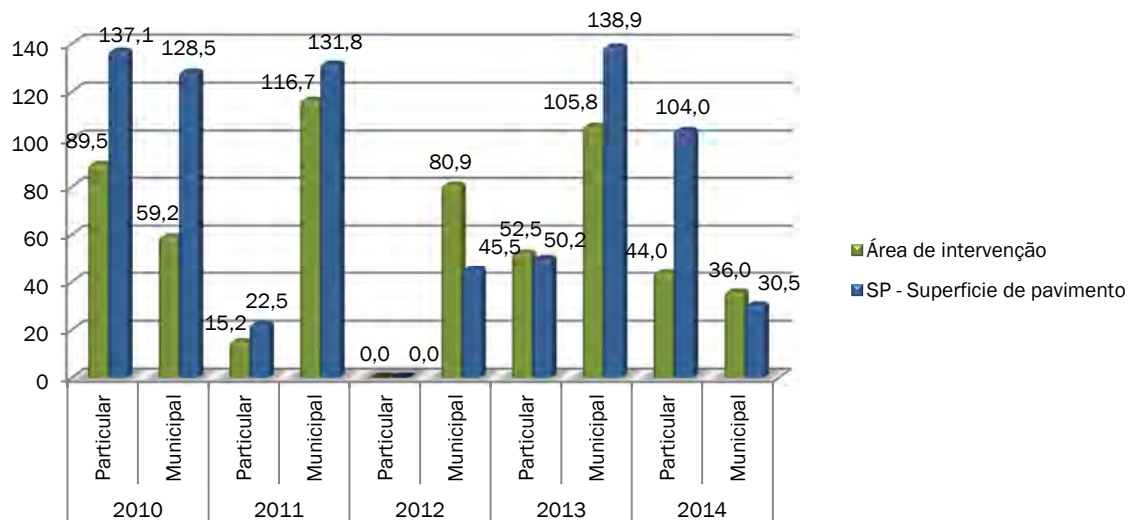
Sobre o ponto de vista da dinâmica há uma estabilização com ligeiro decréscimo de licenças para construção nova, uma queda das licenças para reabilitação em cerca de 25%, entre 2010 e 2012, com um incremento em cerca de 10% nos dois anos seguintes, e uma queda das OVP para conservação entre 2011 e 2012, em cerca de 35%, e uma rápida recuperação nos dois anos seguintes, com um acréscimo de cerca de 77%.

10.4.2 Loteamentos e operações urbanísticas de impacte relevante ou semelhante a loteamento

Em 2008, através do despacho n.º 33/P/2008, foi dada a orientação aos serviços para que se privilegiasse a adoção de áreas de cedência nas operações de loteamento, em detrimento das compensações.

Em 2009, com a entrada em vigor do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa, passou a exigir-se cedências e compensações às operações urbanísticas de impacte relevante ou semelhante a loteamento, indo ao encontro do estipulado no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Figura 10.37 – Evolução da área de intervenção e superfície de pavimento nos loteamentos de iniciativa particular e municipal (milhares de m²)

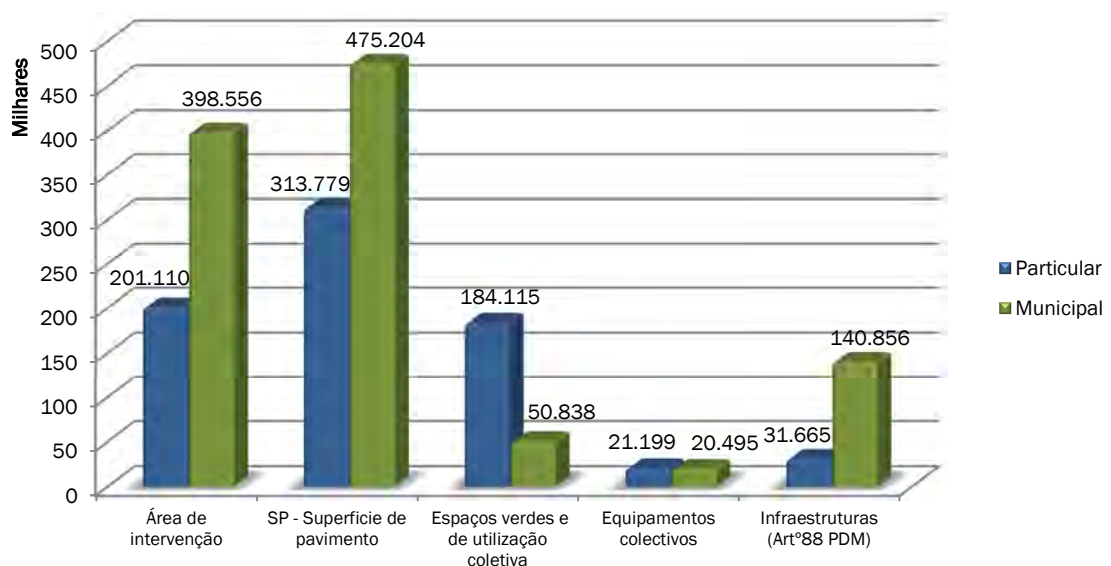


Fonte: CML (DMPRGU;DGU;DLU;DPRU), 2015

No período temporal monitorizado, entre 2010 e 2014, verifica-se um comportamento assimétrico entre os loteamentos de iniciativa municipal e particulares, em que se verifica uma relativa estabilidade das áreas loteadas e superfície de pavimento resultante nos loteamentos de iniciativa municipal enquanto os de iniciativa particular registam um decréscimo abrupto em 2011, chegam a não ter expressão em 2012 e retoma uma trajetória de recuperação em 2013.

Neste período os loteamentos de iniciativa municipal predominam claramente sobre os de iniciativa particular, representando 66% da área de intervenção e 60% da superfície de pavimento resultante. Este predomínio dos loteamentos de iniciativa municipal é apenas contrariado no ano de 2014.

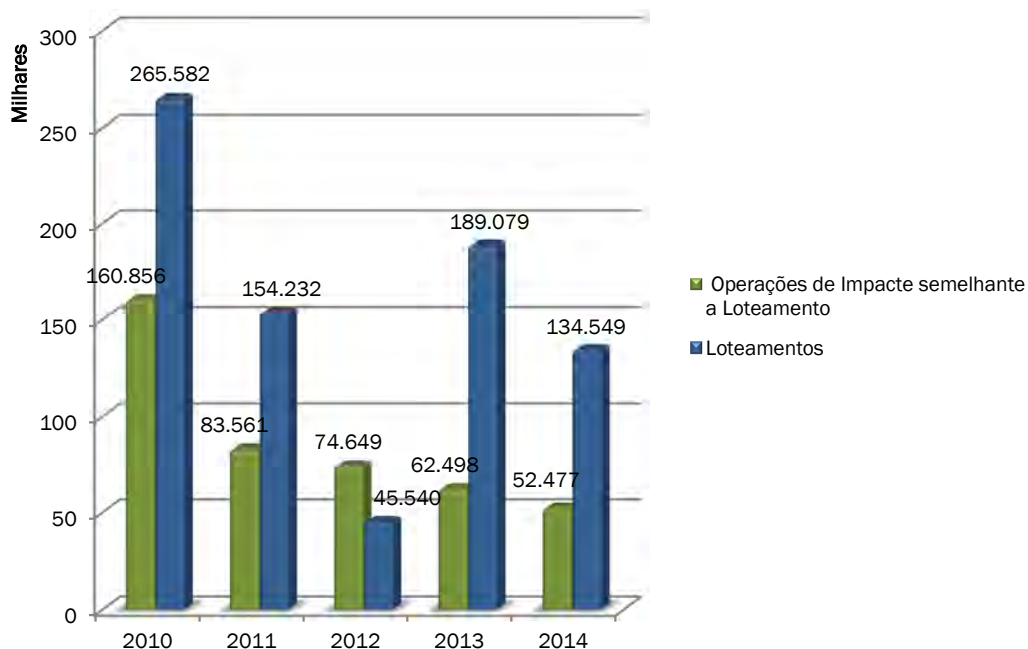
Figura 10.38 – Loteamentos de iniciativa particular e municipal, 2010-2014 (m²)



Fonte: CML (DMPRGU;DGU;DLU;DPRU), 2015

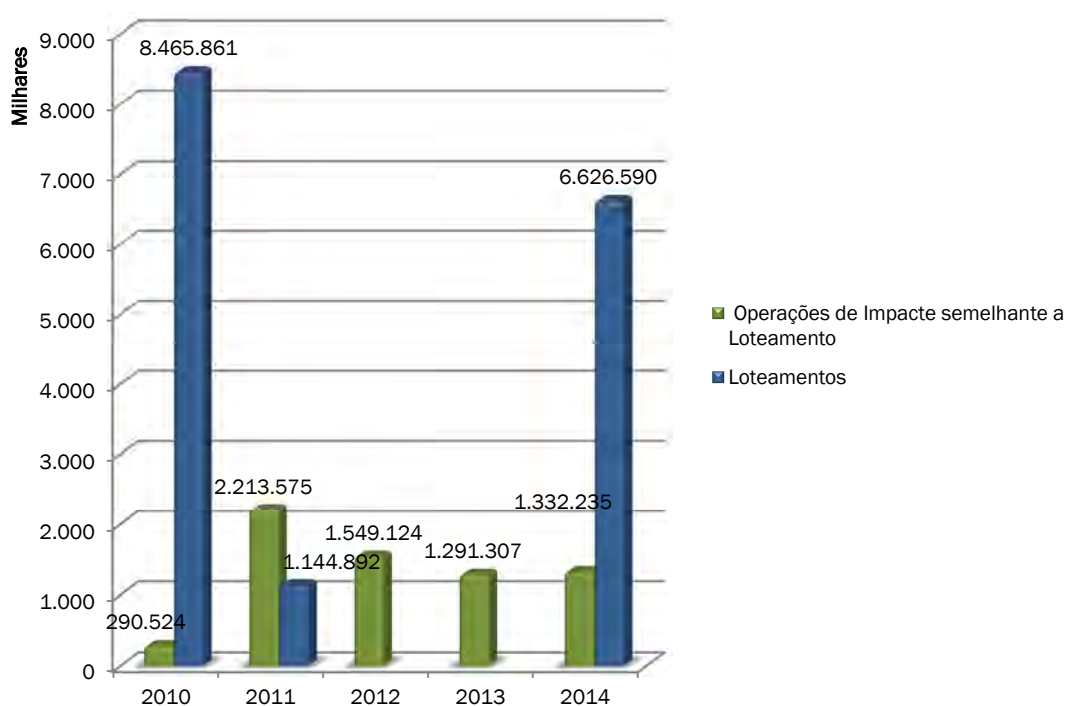
No que se refere a áreas de cedência, verifica-se que os loteamentos de iniciativa particular são preponderantes na cedência de áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva e destinadas a equipamentos, respetivamente em cerca de 78,4% e de 50,9%. Enquanto os loteamentos de iniciativa municipal são responsáveis pela cedência de cerca de 81,7% das áreas destinadas a infraestruturas.

Figura 10.39 – Evolução da superfície de pavimento, 2010 a 2014 (m²)



Fonte: CML (DMPRGU;DGU;DPRU), 2015

Figura 10.40 – Evolução da compensação urbanística, 2010 a 2014 (euros)



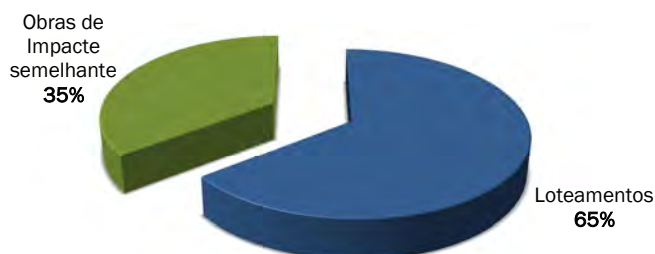
Fonte: CML (DMPRGU;DGU;DPRU), 2015

De acordo com as figuras acima, há uma tendência de decréscimo anual em todo o período, entre 2010 e 2014, na superfície de pavimento licenciada no âmbito de obras de impacte semelhante a loteamento; sendo que esse decréscimo é particularmente abrupto entre 2010 e 2011 (menos 48%).

No que se refere à evolução da compensação urbanística há uma tendência inversa entre 2010 e 2011, com um acréscimo substancial, numa proporção de mais de sete vezes, posteriormente segue-se uma linha de decréscimo, numa proporção superior à do decréscimo de superfície de pavimento licenciada, com uma inversão em 2014, onde se assiste a um acréscimo de compensações em contradição com o decréscimo de superfície de pavimento autorizada.

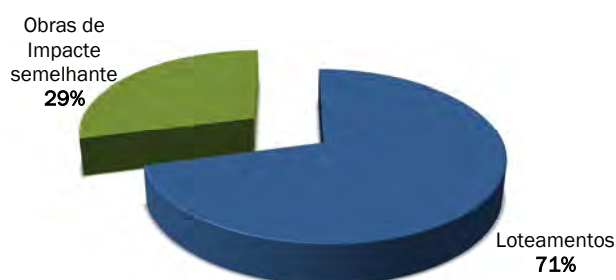
A não correlação direta entre a evolução da superfície de pavimento licenciada ou autorizada e a compensação urbanística apurada tem como explicação as diferenciações dos fatores que intervêm na fórmula de cálculo da compensação.

Figura 10.41 – Proporção da SP em operações de loteamento e em obras de impacte semelhante a loteamento, 2010-2014



Fonte: CML (DMPRGU;DGU;DPRU), 2015

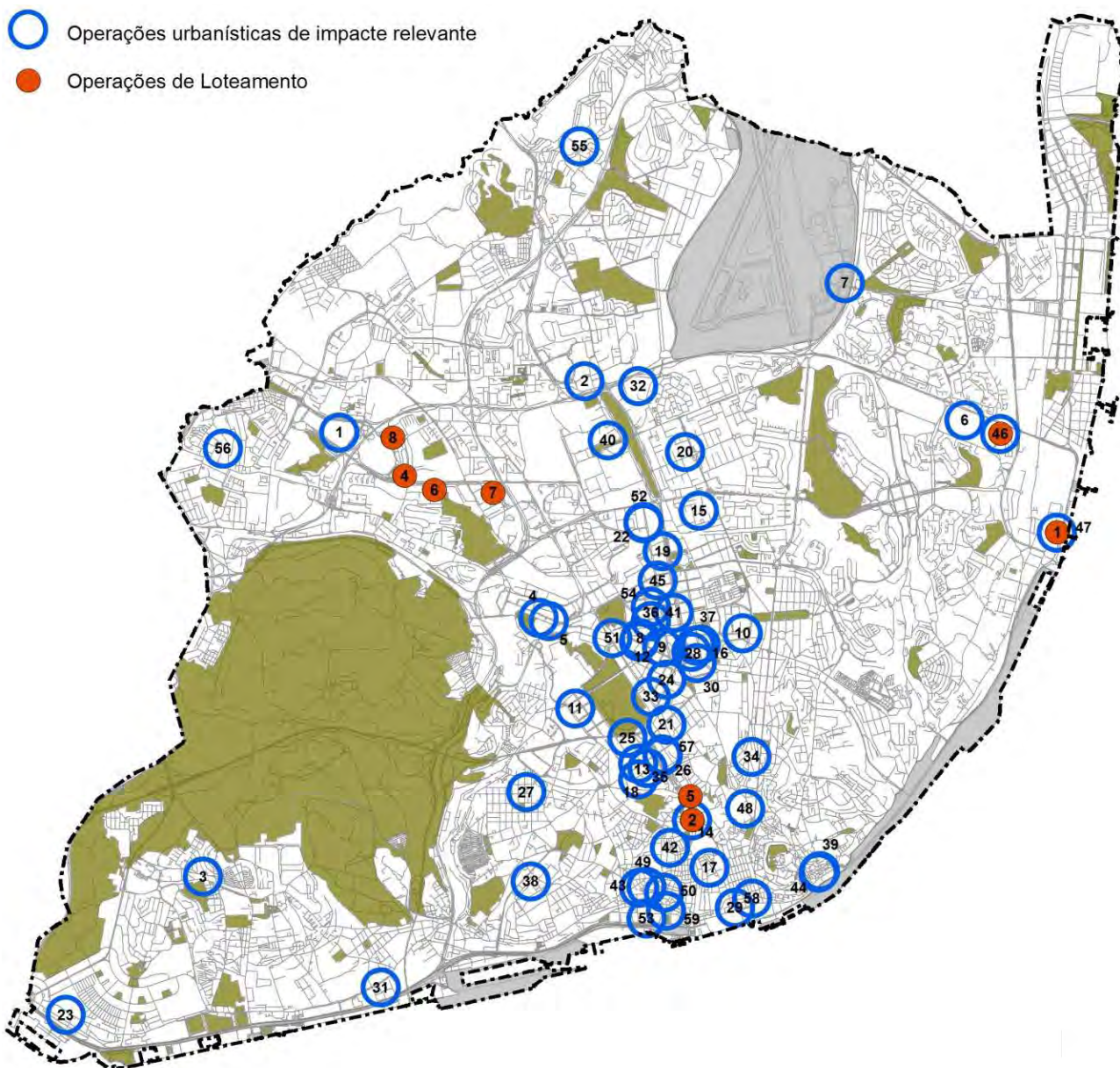
Figura 10.42 – Proporção da compensação urbanística em operações de loteamento e em obras de impacte semelhante a loteamento, 2010-2014



Fonte: CML (DMPRGU;DGU;DPRU), 2015

Os mesmos fatores de ponderação que influem na fórmula de cálculo das compensações urbanísticas são também responsáveis pela discrepância entre a proporção da superfície de pavimento resultante das operações de loteamento e de obras de impacte semelhante a loteamento e a proporção das respetivas compensações urbanísticas apuradas.

Figura 10.43 – Localização das operações de loteamento e obras de impacto semelhante a loteamento, 2010-2014



Fonte: CML (DMPRGU;DIGC; DPRU), 2015

No que se refere à localização das operações urbanísticas de loteamento e de impacto relevante ou semelhante a loteamento, verificam-se lógicas locativas distintas:

- As operações de loteamento correspondem a um arco com um extremo no centro histórico, percorrendo a zona ocidental e norte, com uma preponderância maior no Alto do Lumiar até atingirem a zona de fronteira de Benfica com o Parque de Monsanto;
- As operações urbanísticas de impacto relevante ou semelhante a loteamento concentram-se fundamentalmente no eixo central da Cidade, entre a Praça do Comércio e o Campo Grande.

Essa lógica locativa segue em grande medida as orientações de ordenamento do PDM, em que as operações de loteamento vêm preencher os espaços a consolidar e as operações de impacto relevante vêm demonstrar um interesse dos promotores na regeneração urbana dos espaços centrais da Cidade.

11 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

11.1 Participação nos IGT- Instrumentos de Gestão Territorial

Participações na Discussão Pública do Plano Diretor Municipal – PDM

A abertura do período de discussão pública da Proposta da Revisão do PDM foi deliberada em Reunião de Câmara de 16 de Março de 2011, de acordo com a Proposta n.º 118/2011.

Foram recebidas 306 participações, sendo que destas 75% foram sugestões e reclamações.

Figura 11.1- Tipo de participação recebida no âmbito da discussão pública do PDM



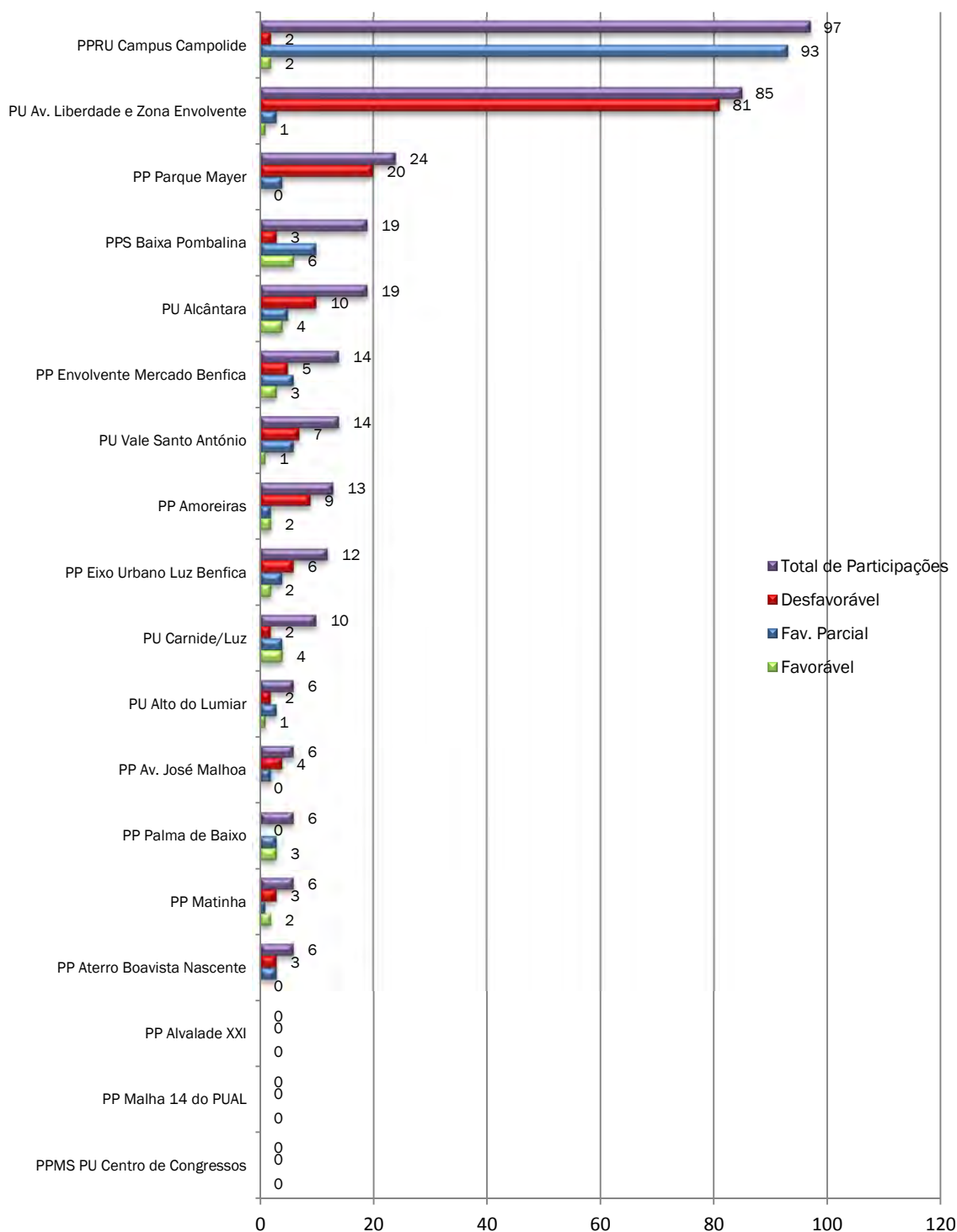
Fonte: Relatório de Ponderação da Discussão Pública

No seguimento da discussão pública e após ponderação das várias participações recebidas foram efetuadas 165 alterações no PDM, das quais 152 nos elementos constituintes e 13 nos elementos de acompanhamento do Plano.

Participações na Discussão Pública dos Planos de Pormenor e de Urbanização eficazes a partir de 2008

A participação da população nos 18 Instrumentos de Gestão Territorial analisados foi particularmente mais representativa no PPRU *do Campus de Campolide* e no PU da Av. Da Liberdade, como se pode observar na figura seguinte.

Figura 11.2 - Participações públicas nos IGT e sentido da apreciação

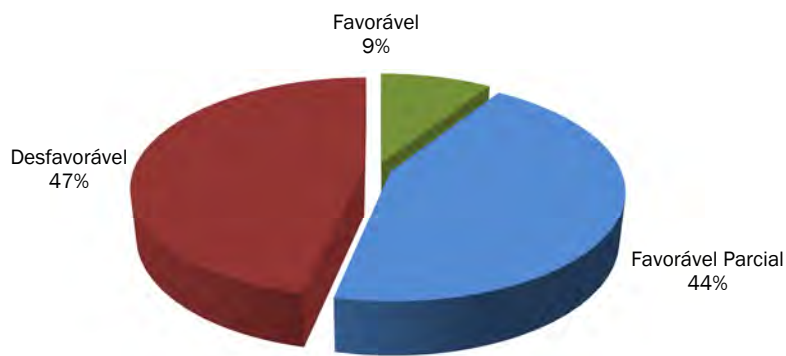


Fonte: CML (DPRU)¹

¹ Nota: A apreciação das participações públicas foi classificada por "Favorável", "Favorável parcial" e "Desfavorável".

Em certos casos, as participações corresponderam a esclarecimento e, neste caso, atribui-se o "Desfavorável", considerando que não implicaram alterações ao IGT.

Figura 11.3 – Tipos de pareceres dados às participações



Fonte: CML (DPRU)

Do total das participações recebidas nestes planos objetos de discussão pública, 53% tiveram parecer favorável ou parcialmente favorável.

11.2 Orçamento participativo

O Orçamento Participativo (OP) é uma das formas de participação dos cidadãos na governação da cidade de Lisboa. Através do OP, os cidadãos apresentam propostas para a cidade e votam nos projetos que querem ver concretizados em Lisboa.

Em 2008, Lisboa foi a primeira capital europeia a implementar o OP, com o objetivo de aprofundar a ligação da autarquia com os seus munícipes, inspirado nos valores da Democracia Participativa, tal como inscrito no artigo 2º da Constituição da República Portuguesa.

O OP Lisboa distingue-se de outras experiências congéneres por constituir um processo verdadeiramente deliberativo que confere efetivo poder de decisão aos cidadãos para apresentarem propostas para a sua cidade e votarem nos projetos que considerem prioritários.

Os projetos mais votados são integrados na proposta de Orçamento e Plano de Atividades do Município.

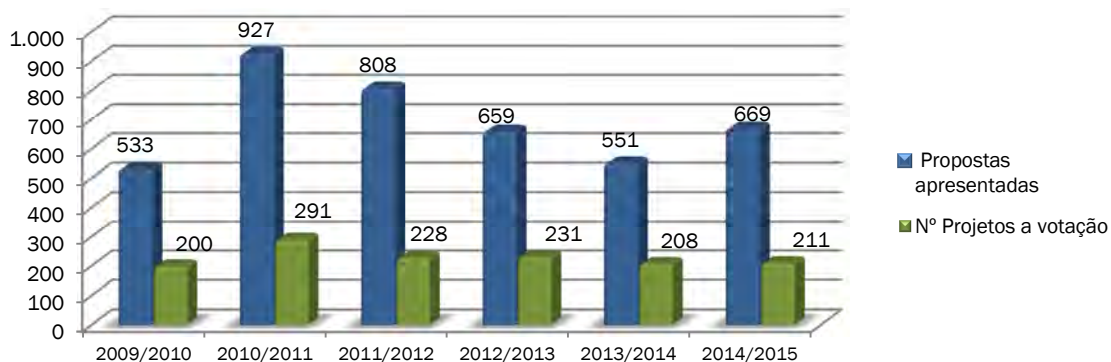
Neste espírito, em Julho de 2008 foi aprovada a “Carta de Princípios do Orçamento Participativo do Município de Lisboa” que define os objetivos deste processo e indica os princípios pelos quais este se deve reger, prevendo-se uma avaliação anual dos seus resultados e a introdução das alterações consideradas pertinentes para o aperfeiçoamento, e alargamento progressivo do OP, o que traduz o seu carácter assumidamente evolutivo.

Quadro 11.1 - Indicadores globais

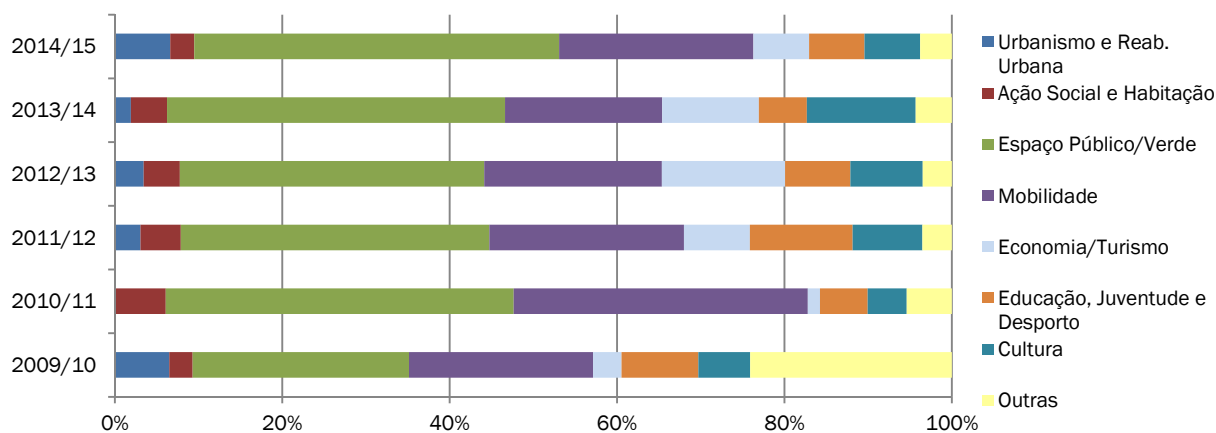
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Nº de pessoas que apresentam candidaturas	n.a	n.a	718	515	465	520
Propostas apresentadas	533	927	808	659	551	669
Nº Projetos a votação	200	291	228	231	208	211
Nº de votos	4.719	11.570	17.887	29.911	35.922	36.032
Projetos Vencedores	12	7	5	15	16	13

Fonte: CML (DMSI)

As propostas apresentadas e os projetos colocados à votação têm oscilado desde 2009 a 2015, mas tem-se assistido a um crescente número votos, denotando uma maior participação da população.

Figura 11.4 - Propostas apresentadas e projetos a votação


Fonte: CML (DMSI)

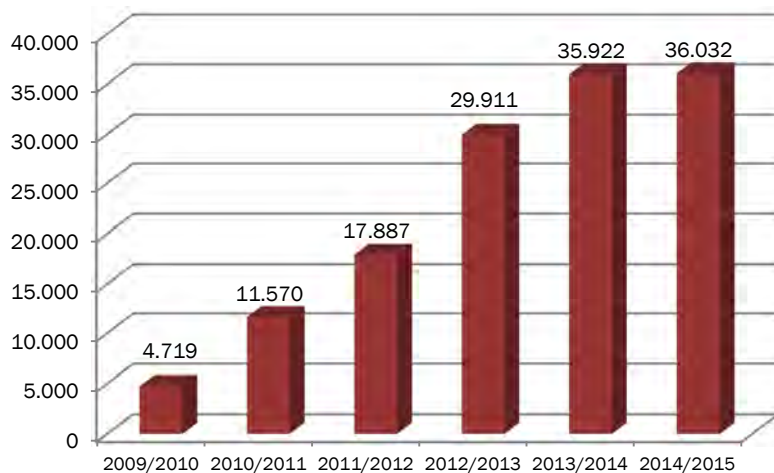
Figura 11.5 - Nº de projetos a votação por temas²


Fonte: CML (DMSI)

² Os outros representados no gráfico, incluem temas tais com a segurança, a cultura, a modernização, a segurança e a higiene urbana.

Os projetos que têm como objeto o Espaço Público/Verde conjuntamente com os que focam aspetos relacionados com a mobilidade, representam mais de metade do total dos projetos colocados à votação como se constata através da figura anterior.

Figura 11.6 - Número de votos³



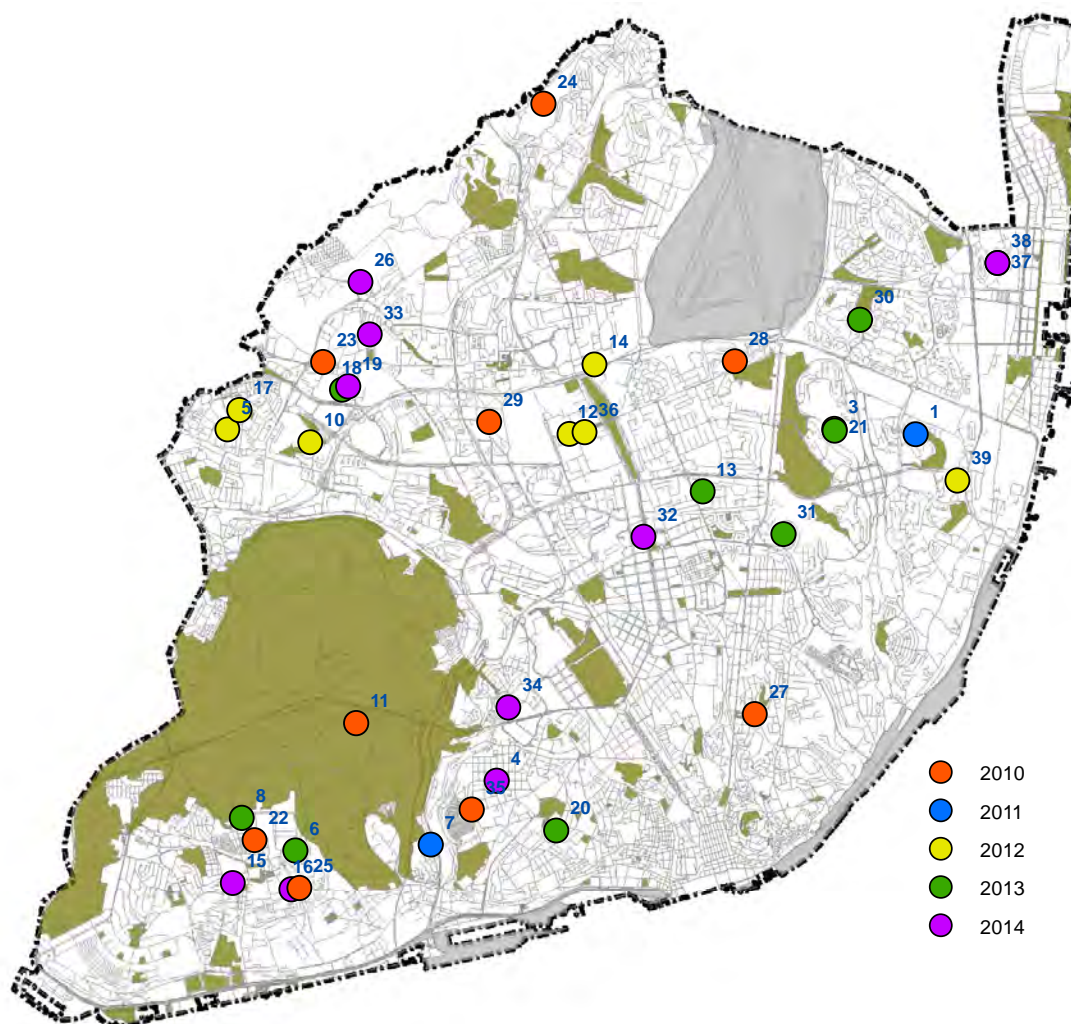
Fonte: CML (DMSI)

Ao longo das últimas edições podemos destacar de entre muitos, os principais projetos mais votados pelos munícipes de Lisboa:

- Construção de pistas clicáveis;
- Parque Urbano do Rio Seco;
- Corredor Verde: Parque Eduardo VII – Monsanto;
- Construção do Canil/Gatil Municipal em Monsanto;
- Qualificação do Largo do Coreto;
- Recuperação e Beneficiação Escola EB1 Manuel Teixeira Gomes;
- Incubadora de Empresas;
- Há vida na Mouraria;
- Alameda da Cidade Universitária;
- Construção de Parques de Estacionamento na Freguesia de Benfica;
- Centro de Inovação da Mouraria;
- Lisboa Acessível;
- Recuperação do Jardim Botânico;
- Pátio Ambulante;
- Formação Desemprego Zero;
- Trilhos de Monsanto.

Na figura seguinte encontram-se representados os projetos vencedores desde 2010 a 2014, e que se traduzem em intervenções territoriais e como tal possíveis de georreferenciar. A designação dos projetos encontra-se discriminada em anexo.

Figura 11.7 - Projetos vencedores executados com representação espacial



Fonte: CML (DMSI)

11.3 Agenda 21 Local

A “Agenda 21 Local” é uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa que conta com o apoio da FCT/UNL e constitui um instrumento de participação que visa o envolvimento dos cidadãos e das associações da sociedade civil no desenvolvimento sustentável da cidade e dos seus bairros. Lisboa foi pioneira na concretização deste instrumento, tendo sido das primeiras cidades a assinar a *Carta de Aalborg* e a participar nas conferências mundiais realizadas neste âmbito.

No âmbito da “Agenda 21 Local” foram lançados os "Apelos 21", convites abertos, lançados a todos os cidadãos, associações locais, Organizações Não Governamentais (ONG), empresas públicas e privadas, Juntas de Freguesia, instituições de ensino e formação profissional e outras entidades públicas ou privadas, residentes ou com intervenção na Zona 21 Norte, que inclui cinco freguesias na periferia Norte de Lisboa: Ameixoeira, Benfica, Carnide, Charneca e Lumiar.

Os "Apelos Bairro 21" foram um convite a todos os atores que desejem melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade no seu bairro, constituindo para o efeito uma Parceria Local de Bairro.

Os "Apelos Cidadãos 21" foram um convite lançado a todos os cidadãos, residentes nas freguesias anteriormente referidas, para apresentarem "Uma Boa Ideia para a Sustentabilidade" e em cuja implementação estão disponíveis para se envolverem ativamente.

Após a seleção dos Bairros e Redes de Cidadãos foram constituídos grupos de trabalho divididos por cinco vetores críticos (espaço público, acessibilidade e mobilidade, educação e qualificação profissional para a vida ativa, segurança, conforto na habitação e eficiência energética), com a finalidade de obter contributos dos diferentes interlocutores e regenerar os bairros para a obtenção da sua sustentabilidade.

Quadro 11.2 - Candidaturas por freguesias abrangidas

	Ameixoeira	Benfica	Carnide	Charneca	Lumiar	Total
Apelos Bairro 21	3	2	1	2	6	14
Apelos Cidadão 21	1	8	1	2	4	16

Fonte: CML (DMSI)

11.4 Participação da população nas reuniões públicas descentralizadas

Com vista a estimular a participação pública e melhorar a modelo de governação a Câmara Municipal de Lisboa, de acordo com artigo 16.º do seu Regimento, para além das reuniões privadas, realiza também reuniões mensais descentralizadas e públicas

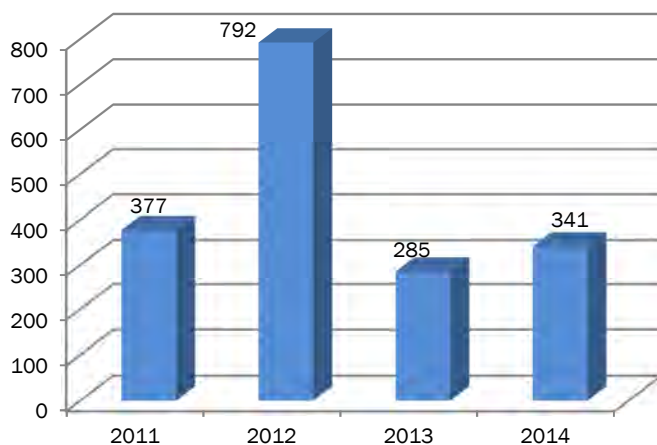
Estas reuniões descentralizadas tiveram início a 5 de Dezembro de 2007, mantendo-se até ao presente. Com uma regularidade mensal, realizam-se em diferentes locais da cidade, com o objetivo de abarcar, rotativamente, todas as juntas de freguesia de Lisboa e têm lugar às primeiras quartas-feiras de cada mês que têm como objetivo aproximar os cidadãos da decisão política e incentivar a cidadania participativa complementando com as reuniões públicas da CML.

Permite também o funcionamento descentralizado do município, dando aos Presidentes das Juntas de Freguesia a hipótese de resumirem perante os responsáveis da CML e os seus fregueses as questões mais prementes na sua freguesia

Em 2014, em média, inscreveram-se mais de seis munícipes por freguesia, num total de 341 inscritos.

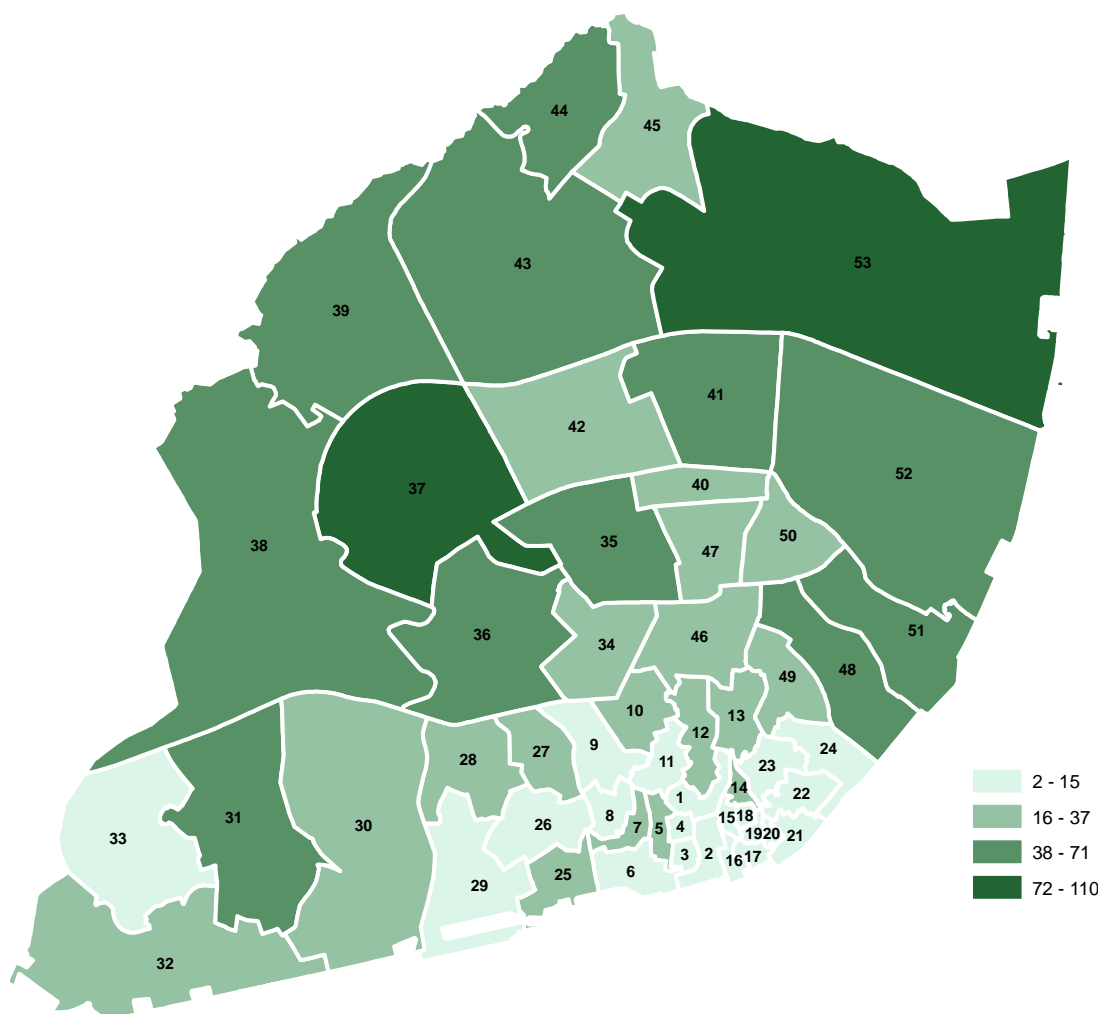
Em 2012 foi quando se registou um maior número de pessoas inscritas, 792, o que se traduziu por uma média de 15 inscritos por freguesia.

Figura 11.8 - N° de inscritos nas reuniões descentralizadas⁴



Fonte: CML (SG)

Figura 11.9 - Pessoas inscritas por freguesia (total dos anos 2011 a 2013)



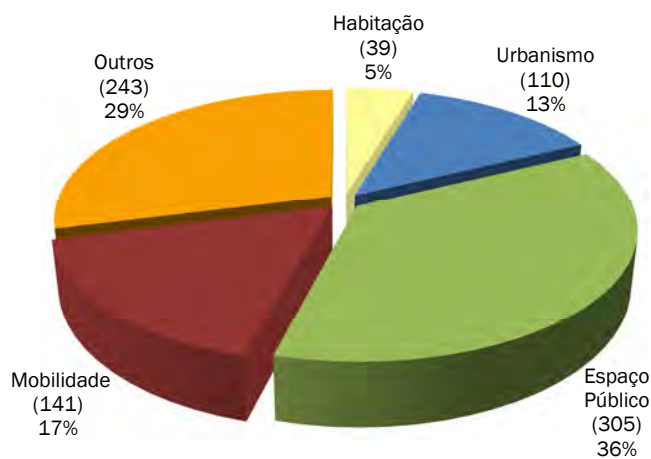
Fonte: CML (SG)

⁴ Em anexo, desagregação da informação por ano e por freguesia.

Entre 2011 e 2013 houve um total de 1.454 inscritos sendo que as freguesias que apresentaram um maior número de pessoas inscritas foram Santa. Maria dos Olivais e São Domingos de Benfica, perfazendo um total de 187 pessoas.

Em 2014 já com a implementação da reestruturação administrativa houve um total de 341 inscritos em todo o concelho.

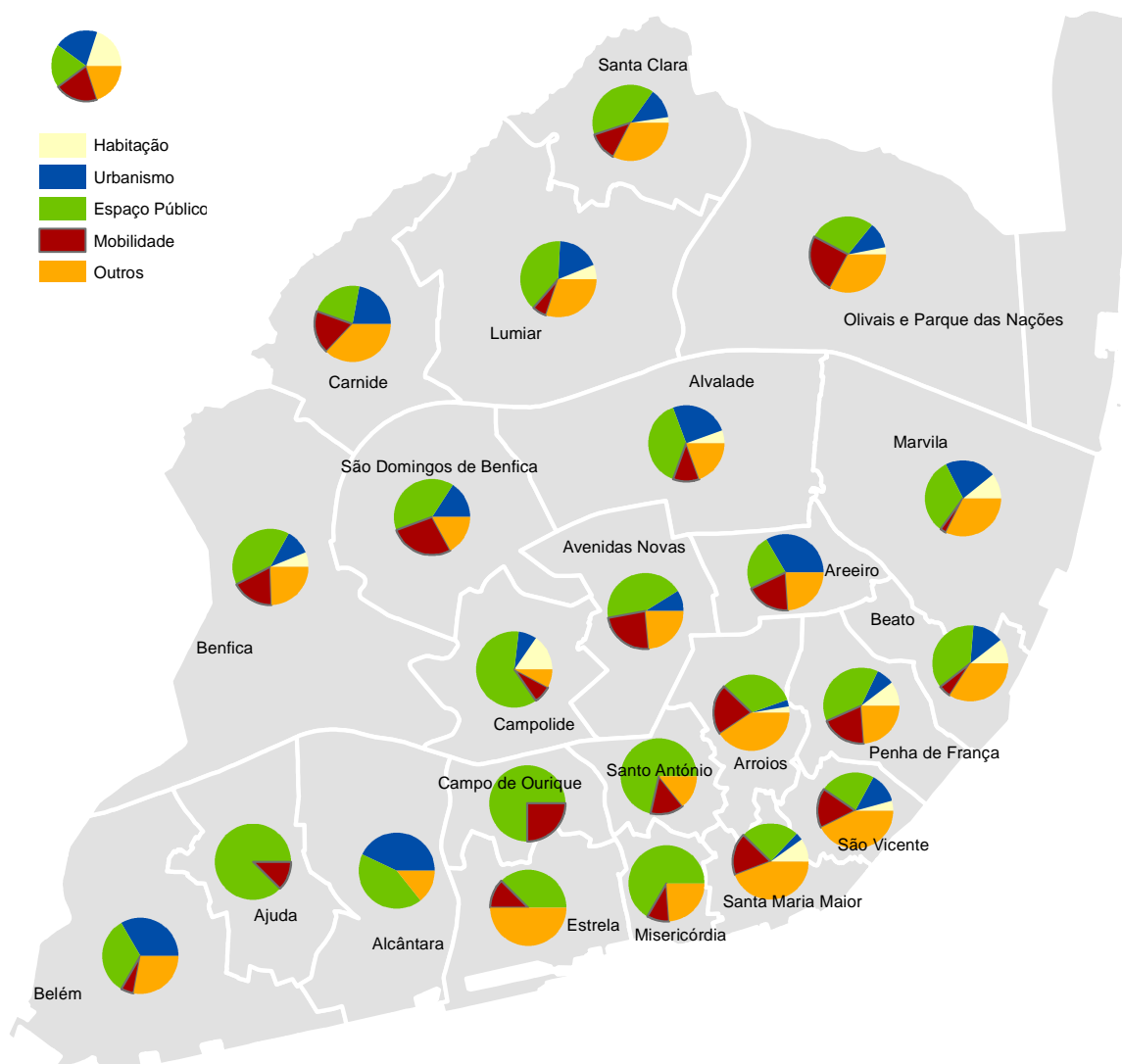
Figura 11.10 - Temas abordados nas reuniões descentralizadas no concelho (total do anos 2013 e 2014)



Fonte. CML (SG)

Geralmente as questões em apresentadas nas reuniões descentralizadas têm mais enfoque nos problemas gerais e coletivos da sociedade e do território, pelo que de 66% do total de questões apresentadas estão relacionadas com o espaço público, mobilidade e urbanismo.

Figura 11.11 - Temas abordados nas reuniões descentralizadas por freguesias⁵ – referentes aos anos de 2013 e 2014



Fonte: CML (SG)

Quando se analisa a repartição espacial dos temas em discussão nestas reuniões, é interessante salientar os seguintes aspetos:

- o tema dominante em mais de metade das freguesias é dirigido para o espaço público;
- as questões relacionadas com o urbanismo estão sobretudo presentes nas freguesias mais periféricas, enquanto que nas do centro da cidade este tema é praticamente inexistente ou tem uma representatividade mínima;
- a discussão sobre questões habitacionais, é preponderante nas freguesias do Beato, Marvila, Campolide, Penha de França e Sta. Maria Maior.

⁵ A junção dos temas das antigas freguesias de 2013 com os temas das freguesias atuais foi feita por agregação das freguesias antigas, por esse facto os dados da freguesia dos Olivais e do Parque das Nações encontram-se também agregados.

11.5 Participação da população nas reuniões públicas

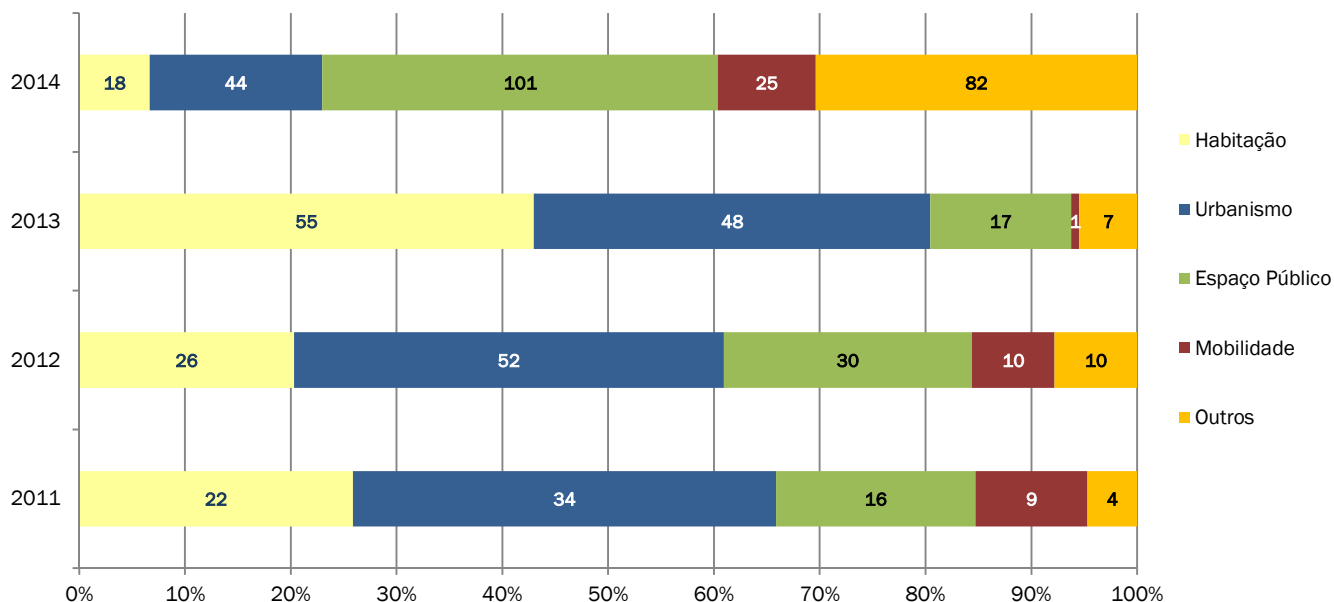
Desde 2011 a 2014 houve um total de 213 intervenções nas reuniões públicas da CML, registando-se um significativo aumento nestes 4 anos, como se pode observar no quadro seguinte.

Quadro 11.3 Nº de participações nas reuniões públicas da CML

2011	2012	2013	2014	Total
85	128	128	270	213

Fonte: CML (Secretaria Geral)

Figura 11.12 - Nº de participações por tema nas reuniões públicas de CML

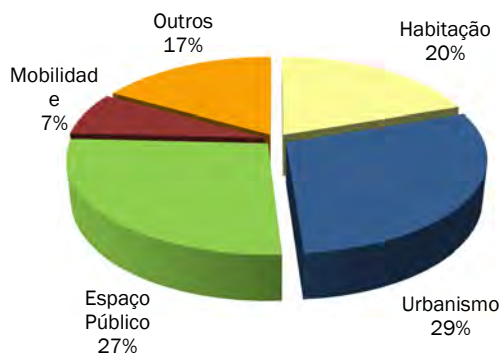


Fonte: CML (SG)

O tema mais questionado foi sempre o urbanismo à exceção do ano de 2014 em que se destacou o espaço público.

Os aspetos relacionados com a habitação assumem também um grande peso no total das participações.

Duma forma geral as intervenções da população tendem a concentrarem-se mais em questões individuais, pelo que estes temas do urbanismo, relacionados com processos pendentes na CML e os problemas habitacionais são dos mais questionados.

Figura 11.13 – Percentagem de participações por tema nas reuniões públicas de CML


Fonte: CML (Secretaria Geral)

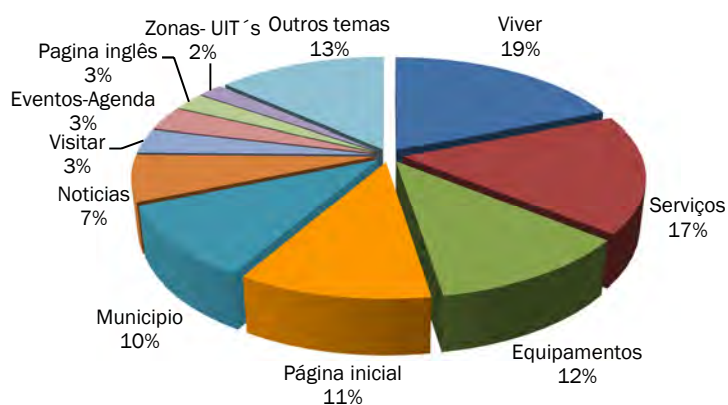
11. 6 Acessos ao site da CML

Quadro 11.4 - Dados gerais relativo ao site da CML

Ano	Utilizadores (pessoas)	Sessões	Duração média da sessão	Visualizações de paginas	Tempo médio na página
2013	1.045.196	1.835.347	3:53 min.	6.812.802	1:26 min.
2014	1.506.091	2.611.186	3:20 min.	8.615.310	1:27 min.

Fonte: CML (SG)

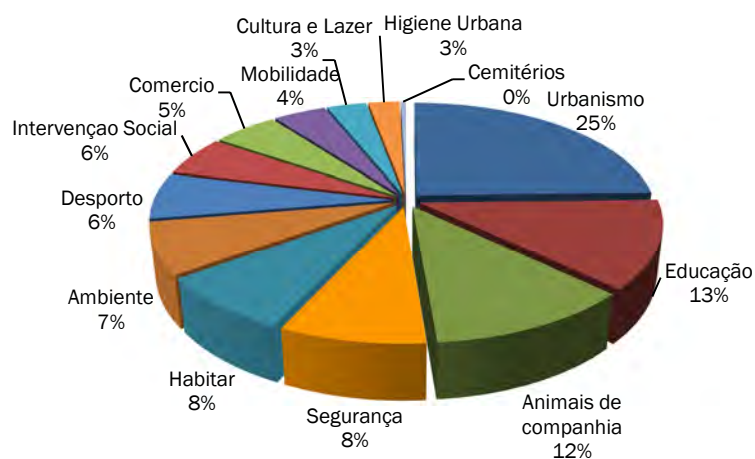
Desde 2013 a 2014 o número de utilizadores do site da CML aumentou 44%. Também o número de sessões e de visualizações de página tiveram um aumento significativo, respetivamente 42% e 26% como se pode observar no quadro anterior.

Figura 11.14 - Visualizações de página por temas do site da CML – 2014


Fonte: CML (SG)

Relativamente ao número de visualizações de páginas do *site*, em 2014, o tema *Viver* foi o mais visto com 19% face ao total, logo seguido pelo tema dos serviços e dos equipamentos.

Figura 11.15 - Visualizações de página por temas da página VIVER do site da CML- 2014



Fonte: CML (SG)

Inseridos no tema *Viver*, o urbanismo destaca-se com 25 % do total de visualizações também em 2014.

A educação e os animais de companhia são logo de seguida os temas mais visualizados respetivamente com 13% e 12%.

12. REGULAMENTAÇÃO URBANÍSTICA

12.1 Exercício de aplicação da normativa

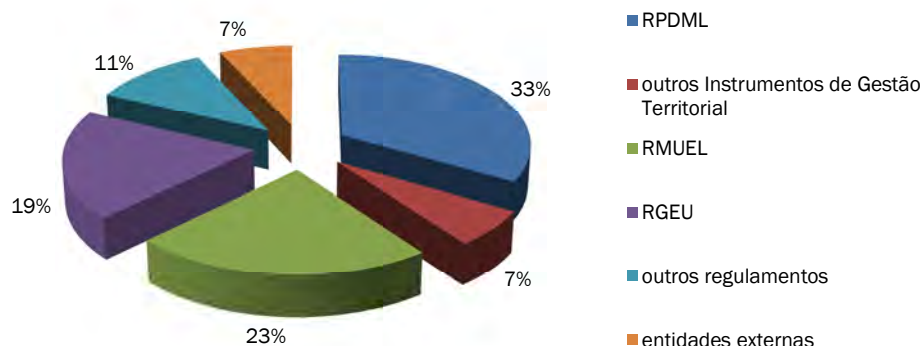
A elaboração e implementação de operações urbanísticas está sujeita ao cumprimento de regulamentação urbanística, que assume muitas vezes uma configuração complexa, em particular porque estão em causa normas de pendor fortemente técnico.

Para efetuar o balanço da aplicação das disposições regulamentares às pretensões urbanísticas foi analisada uma amostra, decorrente do ano de 2013, de 975 processos referentes a operações urbanísticas, a qual corresponde a 70% dos processos com decisão desfavorável para os quais existe informação, ou seja, de um universo de 1 379 processos.

Desta amostra foram retirados os processos com incumprimento relativo a instrução que representam 29% do total (404) por não respeitar ao incumprimento urbanístico.

A análise realizada contemplou a aplicação das normas dos regulamentos dos diversos instrumentos de gestão territorial, dos restantes regulamentos municipais, do RGEU, de outros regulamentos e, ainda, a consulta a entidades externas.

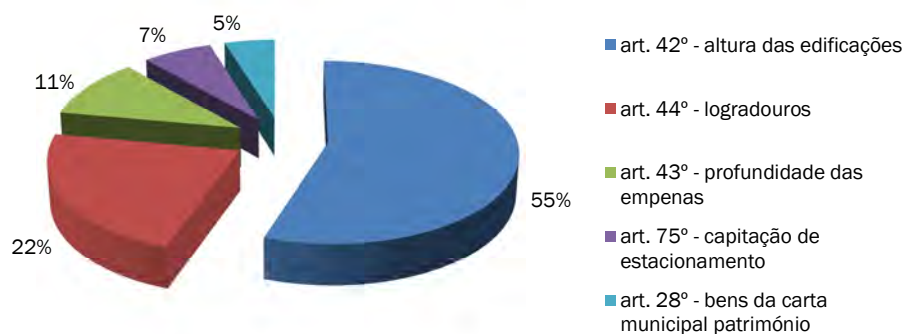
Fig. 12.1 – Incumprimentos regulamentares detetados (%) em 2013



Fonte CML (DUCU), 2015

Em relação à aplicação das normas do PDM verificou-se que cerca de 83% dos incumprimentos regulamentares correspondem a cinco artigos que constam do articulado do Regulamento referentes, designadamente, à altura máxima da fachada, ocupação dos logradouros, profundidade da empena, parâmetros de estacionamento e bens da carta municipal do património.

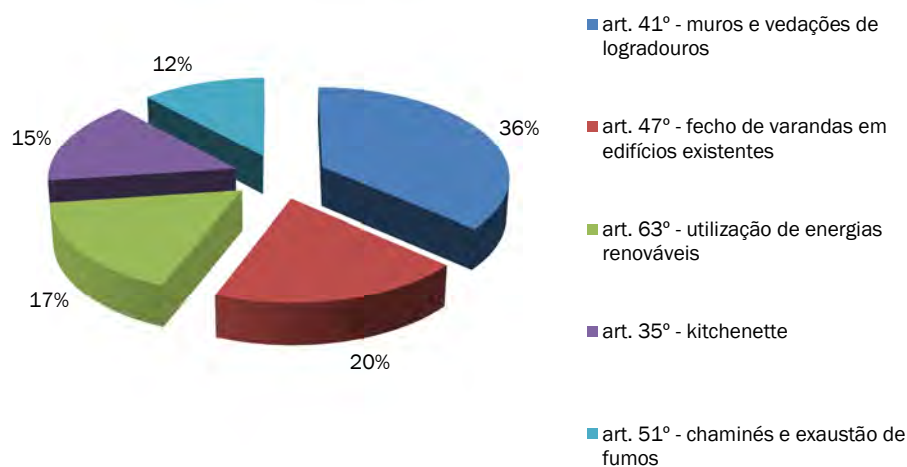
Fig. 12.2 – Incumprimentos mais frequentes na aplicação do RPDM (%), em 2013



Fonte DUCU, 2015

Por outro lado, em relação ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL) verificou-se que cerca de 52% dos incumprimentos regulamentares correspondem a cinco artigos do articulado, designadamente os que se referem à construção de muros e vedações de logradouros, ao encerramento de varandas em edifícios existentes (marquises), à utilização de sistemas de aproveitamento de energias renováveis, à instalação de *kitchenettes* e à criação de sistemas de evacuação de fumos (Figura 12.3).

Fig. 12.3 – Incumprimentos mais frequentes na aplicação do RMUEL (%), em 2013



Fonte: CML (DUCU), 2015

12.2 Esclarecimentos e interpretação regulamentar do Plano Diretor Municipal

Nos termos do artigo 97.º, n.º 1, alínea a) da revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (anterior artigo 86.º, n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro), os planos diretores municipais são constituídos por um regulamento que contém as regras relativas à ocupação, transformação e uso dos solos. Esta peça escrita integra os instrumentos de gestão de territorial e faz parte dos elementos que compõem o plano (elementos constituintes), denominação esta utilizada pelo RJIGT para os distinguir dos demais elementos que os acompanham e que, no passado, correspondia aos denominados elementos fundamentais dos planos.

O Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa (RPDML)¹ é composto por 93 artigos e 13 anexos que dele fazem parte integrante, constituindo, tal como vem mencionado logo no seu artigo 1.º, o elemento normativo deste instrumento de gestão territorial, no qual está refletida a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas.

Neste momento de avaliação das políticas de ordenamento do território torna-se evidente avaliar o PDML e efetuar o balanço da aplicação do seu regulamento, tendo presente que a avaliação do impacto normativo é um instrumento apto para promover a melhoria da qualidade, racionalidade e eficiência da regulamentação e contribuir para aumentar a certeza, a compreensibilidade e a efetividade do Direito.

É com base neste documento (REOT) que se afere também a necessidade da alteração ou revisão do PDM, incluindo o seu suporte normativo, e é nele que deve ser encontrada a fundamentação para a eventual decisão de intervenção no âmbito do quadro regulamentar e o consequente desencadeamento dos procedimentos de dinâmica previstos na lei, designadamente a sua alteração ou revisão.

Cabendo ao município a tarefa de aplicação das normas do plano à realidade concreta, constata-se, de um modo geral (e com base na amostra apresentada anteriormente), que não têm existido constrangimentos maiores na aplicação normativa do PDML que afetem a gestão urbanística municipal, o que permite concluir que, por um lado, a redação do texto normativo é clara e simples, facilmente compreensível pelos seus destinatários e, por outro lado, é também na aplicação da norma que se vai definindo o seu verdadeiro sentido, independentemente de esse sentido estar devidamente explicitado na letra do preceito.

A interpretação regulamentar que foi solicitada ao Departamento de Planeamento/Divisão de Plano Diretor Municipal² serve para esclarecer alguns artigos que podem suscitar maiores dúvidas e respeita, portanto, às seguintes normas:

- Artigo 4.º, alínea c): enquadramento da atividade de alojamento local no uso habitacional ou no uso terciário;

¹ A Revisão do Plano diretor Municipal de Lisboa foi aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa, através da Deliberação n.º 46/AML/2012 e da Deliberação n.º 47/AML//2012, na sua reunião de 24 de julho de 2012, e publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, através do Aviso n.º 11622/2012.

² Cf. artigo 48.º, n.º 2, alínea h) da Organização dos Serviços Municipais-Estrutura Flexível, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio de 2015: «No exercício da sua atividade, compete à Divisão de Plano Diretor Municipal assegurar o apoio aos serviços municipais na interpretação e aplicação das normas estabelecidas no PDM.»

- Artigo 4.º, alínea d), em articulação com o artigo 38.º, alínea d): contabilização das áreas de estacionamento (obrigatório e suplementar) afetas a determinado uso e das áreas técnicas na superfície de pavimento, aplicação do conceito de arrecadação geral às moradias e consideração dos espaços exteriores cobertos de utilização privativa da edificação no conceito de superfície de pavimento;
- Artigo 15.º, em articulação com o artigo 10.º: aplicação do regime dos espaços verdes de enquadramento a áreas edificadas aos espaços a consolidar (em áreas a edificar);
- Artigo 40.º, n.º 2, alínea d), em articulação com o artigo 4.º, alínea b): admissão de habitação coletiva em moradias localizadas nos Espaços consolidados -Traçado urbano D;
- Artigo 41.º, n.º 6, alínea b): admissão da mudança de uso quando se verifica a desconformidade com o uso fixado na licença de utilização, à luz do Decreto-Lei n.º 329/81, de 4 de dezembro;
- Artigo 42.º, n.º 7, alínea a): clarificação da expressão «altura dominante das fachadas»;
- Artigo 42.º, n.º 7, alínea b): aplicabilidade da exceção à regra da altura máxima da fachada enunciada nesta alínea;
- Artigo 45.º, n.º 3, aplicabilidade do disposto neste número a situações em que apenas existe uma demolição parcial do edifício, ao abrigo do disposto das alíneas a) e b) do n.º 1 do referido artigo;
- Artigos 46.º, n.º 4, alínea b), 48.º, alínea b), 60.º, n.º 3 alínea f) e 62.º, n.º 3, alínea a): aplicação do regime de cedências e compensações, previsto nos artigos 88.º e 89.º, aos créditos de construção;
- Artigo 50.º, em articulação com o artigo 4.º, alínea c): admissão do uso de turismo, designadamente empreendimentos turísticos, nos espaços consolidados verdes de recreio e produção;
- Artigo 58.º, n.º 5: admissão de operações urbanísticas em espaços a consolidar sem prévia delimitação de unidade de execução, designadamente quando não há necessidade de aplicação dos mecanismos de perequação e de alteração do quadro geral de infraestruturização;
- Artigo 59.º, n.º 3: percentagem de distribuição dos usos nas unidades de execução e operações de loteamento localizadas em polaridades urbanas (POLU);
- Artigo 60.º, n.º 2: definição do alcance da expressão «espaço consolidado contíguo de maior dimensão» nos espaços a consolidar;
- Artigo 75.º, n.º 3: forma de cálculo do número de lugares de estacionamento privativo afetas a comércio e serviços;
- Artigo 88.º, clarificação das situações em que, em face das dimensões da área a ceder, deve ser admitida a dispensa da cedência ao domínio municipal das áreas referidas neste artigo, mediante o pagamento da respetiva compensação;
- Artigo 88.º, n.º 4: adoção de procedimento para a constituição de servidão administrativa necessária à realização da utilização pública, como alternativa ao pagamento da compensação urbanística, nos equipamentos privados de utilização coletiva;
- Anexo III (Lista de bens da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico), em articulação com o Anexo II (Património Oficialmente Classificado e em Vias de Classificação) e com o artigo 26.º, n.º 4: âmbito da proteção dos bens incluídos nesta listagem da Carta Municipal do Património;

- Anexo VI (hierarquia da rede viária), por motivos de acalmia de tráfego a largura desejável das vias de 4º e 5º nível deverá passar a 2,9 metros e a largura mínima (em casos excecionais) a 2,75 metros;
- Anexo X (Parâmetros de dimensionamento do estacionamento) e Anexo XI (Loteamentos: parâmetros de dimensionamento do estacionamento na via pública), em articulação com os artigos 75.º e 76.º: definição dos parâmetros de estacionamento de uso público nos equipamentos e compatibilização com a terminologia adotada na alínea c) do artigo 4.º, alínea c), no que se refere aos usos.

Foi também solicitado o enquadramento regulamentar de um regime de transferência de edificabilidade entre categorias de solo, no âmbito de uma unidade de execução ou de uma operação urbanística, que ficou registado como um assunto sem previsão regulamentar.

12.3 Manual Técnico e Ações de Formação

O Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDM) é um instrumento de gestão territorial que, pela sua importância e complexidade intrínseca, importa tornar acessível a todos que tenham um interesse direto ou indireto nas políticas e estratégias de planeamento e gestão urbanística ao longo da sua vigência e aos Municípios em geral.

Em 2013, foi elaborado um Manual Técnico que procura explicitar, em linguagem não jurídica e de forma clara, os objetivos, os conceitos e as regras e parâmetros urbanísticos que estão subjacentes ou são constitutivos da primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Lisboa, aprovada em reunião da Assembleia Municipal de 24 de julho e publicada pelo Aviso n.º 11622/2012, no Diário da República - 2ª série - n.º 168, de 30 de agosto de 2012.

O Manual Técnico do Plano Diretor Municipal de Lisboa surge também para dar cumprimento à Recomendação efetuada pela Comissão para a Promoção das Boas Práticas (Recomendação n.º REC/16/CPBP/GAT-CPBP/11), no sentido de colocar à disposição dos Municípios um «PDM Acessível» que, em linguagem clara e acessível, sume as principais regras do PDM.

Não obstante os seus objetivos de clarificação, este Manual não vincula os particulares, nem qualquer intérprete ou aplicador do Plano e não dispensa ou substitui a consulta do Regulamento e dos elementos gráficos que constituem o Plano Diretor Municipal de Lisboa, os quais prevalecem em qualquer caso sobre o tratamento segmentado que lhe foi dado no presente documento.

Mas se o Manual Técnico não substitui o Plano, tem uma valia própria, já que não é um documento fechado e concluído; pelo contrário, pretende ir acolhendo a experiência que só a interpretação e aplicação do plano vai garantir e, por isso, é apenas o início de um processo dinâmico, aberto às perguntas e às respostas com que todos possam contribuir, numa ambição de tornar, tão simples e evidentes quanto possível, as soluções do plano e de facilitar, por essa via, quer o técnico que as aplica na elaboração dos seus projetos, quer o comum cidadão que as quer conhecer.

O Manual Técnico estrutura-se em torno de cinco grandes capítulos, através dos quais se pretende alcançar uma leitura abrangente dos diferentes temas que atravessam o Plano, tanto numa perspetiva conceptual, porventura com maior interesse para os técnicos envolvidos nestas matérias, como também numa perspetiva operativa, dirigida ao cidadão comum que procura solução para o seu caso concreto.

Procura-se, antes de mais, no Capítulo I – Perguntas frequentes, esclarecer as questões que poderão ser mais recorrentes na aplicação do Plano, de acordo com diferentes temas.

No Capítulo II – Objetivos, qualificação do solo e execução do plano, procura-se dar a conhecer os princípios de qualificação e ocupação do solo, esclarecendo as operações urbanísticas admitidas, os usos, os parâmetros urbanísticos mais relevantes e ainda a operacionalização das intervenções urbanísticas no âmbito dos espaços consolidados e a consolidar.

Com vista a uma análise mais detalhada, aprofunda-se, no Capítulo III – Modo de aplicação dos parâmetros urbanísticos, os três principais parâmetros urbanísticos, de tipo não morfológico, utilizados no Plano, para o cálculo e definição de edificabilidade e permeabilidade – designadamente a Superfície

vegetal ponderada, o índice de permeabilidade e o índice de edificabilidade, nomeadamente através de exemplos práticos que visam aclarar a sua aplicação nos diferentes tipos de operações urbanísticas previstas no Plano.

No Capítulo IV – Glossário incluem-se – sob a forma de um glossário ordenado alfabeticamente – todas as definições utilizadas no Plano, abrangendo, além das suas definições específicas, aquelas compreendidas noutra legislação aplicável, facilitando, assim a utilização do Manual e do próprio Plano.

Por último, no Capítulo V – Quadros - Regras e parâmetros urbanísticos, apresentam-se de forma sistematizada todas as regras e parâmetros urbanísticos compreendidos no Plano, sob a forma de quadros. Visa-se, nesta sede, permitir a consulta rápida das regras aplicáveis a cada caso e orientar o utilizador, de forma mais direta, na consulta do articulado do Regulamento.

Em 2015 surge a primeira Adenda ao Manual Técnico que adota um formato compatível com o Manual Técnico, documento este estruturado em torno de cinco grandes capítulos e como uma pasta de compilação de informação, de modo a permitir que a introdução de novos contributos possa ser efetuada com facilidade. Este documento acrescenta assim novos contributos a introduzir nos seguintes capítulos:

Capítulo I – Perguntas frequentes, surgem as questões 2.6 no tema Usos, 5.7 e 5.8 no tema Edificabilidade, 9.6, no tema Estacionamento e 10.3 no tema Regimes Especiais.

Capítulo III – Modo de aplicação dos parâmetros urbanísticos, são criados exemplos práticos que visam aclarar a aplicação do alinhamento da implantação, da altura máxima da edificação, da altura máxima da fachada, da construção de um piso recuado, aproveitamento em sótão ou alteração da configuração geral das coberturas (viradas a tardoz no caso das moradias), da construção de pisos em cave e da profundidade máxima das empenas dos edifícios.

Capítulo V – Quadros - Regras e parâmetros urbanísticos, são apresentados novos quadros para substituição dos A2.3. e A2.4 (páginas 160 a 162) que, à semelhança dos restantes, apresentam “de forma sistematizada todas as regras e parâmetros urbanísticos compreendidos no Plano, sob a forma de quadros”, visando “permitir a consulta rápida das regras aplicáveis a cada caso e orientar o utilizador, de forma mais direta, na consulta do articulado do Regulamento.”

No que respeita às ações de formação, durante a fase de Discussão Pública (de 7 de Abril a 20 de Maio de 2011) realizou-se o curso “O Novo PDM”, dirigido aos técnicos autárquicos com responsabilidades na área da gestão urbanística, tendo como principal objetivo adquirir competências para aplicação do novo PDM. Esta ação de formação contribuiu ainda para testar a aplicação prática da proposta bem como para o incremento da sua divulgação e, de forma indireta, da participação.

Para além desta ação de formação foi ainda divulgado pelos técnicos da CML um Despacho (n.º 13/GVPMS/11) sobre a aplicação das regras urbanísticas durante o período de discussão pública e até à data da entrada em vigor do PDM, para sanar dúvidas sobre a necessidade de ser levantada ou não a suspensão dos procedimentos de gestão urbanística (artigo 117.º do RJIGT, atual artigo 145.º, e artigo 12.º-A do RJUE).

O Plano de Formação da Câmara Municipal de Lisboa para 2015 teve por objetivo promover a aquisição de novas competências, o aumento de conhecimento e de capacidades técnicas necessárias ao exercício de novas funções, e a adaptação às mudanças organizacionais ou técnicas, contribuindo para uma maior qualidade do serviço prestado pela autarquia ao munícipe, reforçada por uma política de proximidade alargada às suas Unidades Orgânicas.

Este Plano previu uma resposta formativa que contemplava a realização de ações sobre o Plano Diretor Municipal, destinadas aos Técnicos do Município.

O mesmo procedimento decorre em 2016 pretendendo-se o seu alargamento para os anos seguintes até que uma nova revisão entre em vigor.

12.4. Avaliação das normas do PDM

As matérias e respetivas normas envolvidas enunciadas no capítulo 12.3 deverão ser objeto de ponderação em sede de futuro procedimento de alteração/revisão do PDML, com vista à obtenção de uma melhor regulamentação, com destaque para as seguintes:

Artigo 4.º, alínea d), conceito de SP no sentido de:

- Não contabilizar áreas exteriores cobertas em moradias;
- Contabilizar as áreas destinadas a estacionamento quando não se destinem ao cumprimento da captação prevista no plano (deve ser discutido se pelo mínimo ou pelo máximo).

Artigo 15.º, esclarecer o âmbito de aplicação deste regime nos espaços a consolidar, nos quais as futuras áreas não construídas devem garantir a continuidade da estrutura ecológica e que a admissão de edificabilidade nestes espaços não colide com o regime restritivo do art.º 10.º.

Artigo 42.º, deve ser objeto de análise por parte do DGU e UCT/DLU a respetiva adequabilidade ou legibilidade face aos motivos de indeferimento.

Artigos 46.º, n.º 4, alínea b), 63.º, alínea f, 48.º, alínea b) e 62.º, n.º 3, alínea a), em que se deve remeter expressamente para o regime de cedências e compensações (art.º 89.º), esclarecendo assim que o regime dos créditos de construção não obriga à cedência integral para espaços verdes e de equipamentos, mas também está sujeito ao regime de compensação quando não se justifique estas cedências.

Artigo 58.º, n.º 5, em que se deve ponderar a ampliação das exceções previstas nesta norma para abranger, designadamente, nas situações onde não há necessidade de assegurar a perequação e alterar o quadro geral de infraestruturação.

Artigo 59.º, n.º 3, em que deve ser debatido:

- Se deve ser assegurado os 30% de SP de diferente uso do dominante em UE e operação de loteamento em POLU;

- Em alternativa, definir que nas POLU o terciário deverá situar-se entre 30% e 100% da SP da operação de loteamento ou de impacte semelhante (refletindo se incluimos as edificações de impacte relevante a partir de um determinado patamar);
- Em alternativa, definir que nas POLU a habitação deverá situar-se entre 20% e 40% da SP da operação de loteamento ou de impacte semelhante (refletindo se incluimos as edificações de impacte relevante a partir de um determinado patamar).

Artigo 60.º, n.º 2, em que nos espaços a consolidar deve-se remeter para a aplicação das normas relativas a espaço consolidado com a mesma tipologia de ocupação e com a mesma qualificação funcional e não para o espaço consolidado contíguo de maior dimensão.

Artigo 88.º, n.º 4, em que a SP dos equipamentos (independentemente da sua natureza) não deve gerar necessidade de cedências e compensações, devendo aplicar-se o regime das compensações aquando da mudança de uso.

Anexos X e XI devem ser totalmente revistos com apoio da DMMT, designadamente para aproximar o regime de usos com o previsto artigo 4.º.

Deve ser ponderada a possibilidade de inclusão de um **regime de transferência de edificabilidade entre categorias de solo**, no âmbito de uma unidade de execução ou de uma operação urbanística.

13 ANÁLISE SWOT+T

Pontos Fortes

- Aumento do número de famílias (+4%, entre 2001 e 2011);
- Aumento do peso percentual da população jovem (de 11,6% para 12,9%, entre 2001 e 2011);
- Diminuição da taxa de analfabetismo (de 6% para 3,23%, entre 2001 e 2011);
- Elevada execução dos espaços verdes previstos no PDM entre 2012 e 2014 (61ha);
- Capitação de espaços verdes global de 37,6 m² por habitante (em 2014), próxima do valor de referência da DGT (40m² por habitante);
- Aumento da rede ciclável em mais de 500% entre 2008 e 2014;
- Aumento significativo de áreas de terreno ocupadas por hortas urbanas (de 75,5ha em 2008 para 165,31ha em 2014);
- Proteção de património natural no PDM (Geomonumentos, Fitomonumentos e Águas Hidrotermais de Alfama);
- Diminuição global da concentração de poluentes na última década;
- Redução significativa de perdas de água na rede de abastecimento (entre 2004 e 2014);
- Aumento do volume de água residual tratada (entre 2004 e 2014);
- Maior eficiência no uso da água por parte do Município, com fortes diminuições nos consumos mais elevados, rega de jardins e lavagens de ruas, entre 2004 e 2014;
- Incremento dos volumes de água reutilizada com origem nas ETAR;
- Os sistemas de micro-geração instalados entre 2008 e 2012, em 33 escolas municipais, geraram 141 MWh/ano;
- O investimento municipal na modernização dos sistemas de iluminação pública, entre 2009 e 2014, gerou uma poupança energética de cerca de 11% do total de pontos de luz na Cidade;
- O perfil da frota municipal alterou-se entre 2005 e 2014 no sentido de uma opção por veículos energeticamente mais eficientes;
- Queda para valor quase residual dos alojamentos não clássicos, de 3 584 em 2001 para 211 em 2011;
- Contínua queda do número de alojamentos “sem retrete” e “sem banho”, para uma proporção residual, respetivamente, de 0,2% e 1,1%, em 2011;
- Os contratos de arrendamento posteriores a 2005 (30,6%) já ultrapassam os anteriores a 1975 (29,7%), em 2011;
- Esforço do município na reabilitação do seu parque habitacional nos últimos anos;
- A criação do Programa de Valorização do Património Habitacional Municipal, aprovado em 2011;
- Aumento do número de consultas nos hospitais e centros de saúde;
- Reforço da oferta ao nível do pré-escolar, que passou de 146 salas no ano letivo de 2007/2008, para 197 salas no ano letivo de 2012/2013;
- A taxa de cobertura da rede pública em todos os níveis de ensino é superior aos objetivos fixados na Carta Educativa de Lisboa;

- As taxas de cobertura de todos os níveis de ensino, resultantes da soma das ofertas públicas e privadas, são superiores a 100%, apresentando-se com níveis de cobertura mais elevados no 3º ciclo e secundário, respetivamente com taxas de 170,0% e 236,1%;
- Desde 2008, foram concretizadas 61 intervenções, de um total de 11 previstas, na rede educativa, através do Programa Escola Nova;
- Entre 2009 e 2014 assistiu-se a uma progressão da oferta de creches, que se saldou por um acréscimo de 17 unidades na rede pública e 16 unidades na rede privada, responsáveis, respetivamente, por um acréscimo de capacidades de 593 e de 489 lugares;
- Nos restantes equipamentos sociais assistiu-se a um aumento da oferta em Lares para idosos e em centros para sem abrigo, de 2009 a 2014;
- Lisboa apresenta uma elevada concentração de equipamentos culturais face à restante AML e ao Continente, no que se refere a museus, salas de espetáculos e galerias de arte;
- A concretização do Programa de Investigação e Salvaguarda do Azulejo de Lisboa (PISAL);
- O aumento de pedidos de autorização de intervenções arqueológicas desde 2012 (entrada em vigor do novo PDM);
- Entre 2009 e 2014 foram efetuadas melhorias nas instalações desportivas municipais, bem como a construção de novas instalações;
- Nos 6 eixos viários internos à Cidade monitorizados apenas um (Av. das Forças Armadas) apresenta aumentos do volume de tráfego (+4,4%), que se julga estarem correlacionados com transferência de tráfego de outros itinerários internos que foram condicionados ao tráfego de atravessamento;
- Implementadas 8 zonas de moderação de velocidade das 25 programadas no PDM;
- Evolução vertiginosa de número de fogos abrangidos por recolha seletiva porta a porta, de papel e embalagens;
- Progressão significativa de empresas abrangidas por sistema de recolha seletiva de resíduos porta a porta;
- Evolução da percentagem de resíduos recolhidos seletivamente que passou de apenas 5,4% no ano de 2000 para 21,8% em 2014;
- PIB per capita da Área Metropolitana de Lisboa superior à média da União Europeia (28 países);
- O Município de Lisboa concentra cerca de 45% das empresas não financeiras situadas na AML, as quais se localizam maioritariamente em torno dos dois eixos centrais da Cidade;
- Lisboa foi eleita pela World Travel Awards como melhor destino turístico europeu de cruzeiros em 2014;
- A oferta hoteleira em Lisboa é preponderante nas categorias mais elevadas, de 4 e 5 estrelas;
- Apesar do grande crescimento do alojamento local (particularmente vertiginoso entre 2013 e 2014), os hotéis absorvem cerca de 93,3% do total de proveitos, que, na sua globalidade, apresentam uma evolução anual positiva (com pequeno decréscimo em 2012);
- Na Cidade de Lisboa, no final de 2014, além do PDM encontram-se aprovados 34 IGT (11 PU e 23 PP) e em elaboração, revisão ou alteração, mais 23 IGT (2 PU e 21 PP) cobrindo, respetivamente, 17,4% e 14,6% da área terrestre do município;
- Desde 2008 foram aprovadas as alterações a quatro planos que têm como foco a reabilitação urbana de zonas históricas centrais da Cidade de Lisboa: PU do Núcleo Histórico da Mouraria, PU

do Núcleo Histórico de Alfama e Colina dos Castelo, PU do Núcleo Histórico do Bairro Alto e Bica e PPS da Baixa Pombalina;

- Maior clareza das regras urbanísticas a aplicar nas áreas consolidadas abrangidas por PU e PP, atestada pela redução da percentagem média de processos indeferidos ou rejeitados e do número de dias (corridos) desde a entrada dos processos até à aprovação do projeto de Arquitetura ou da admissão da comunicação prévia;
- Total coincidência entre o montante global investido e as ações programadas no Programa de Execução e Financiamento do PPS da Baixa Pombalina;
- Maior clareza das regras do PDM para intervenção nos bens classificados e não classificados que integram a CMP;
- O investimento municipal dominante corresponde a reabilitação/conservação, com cerca de 88,3% do volume do investimento total, de 2012 a 2014;
- O investimento municipal por áreas de atividade, face ao investimento global, é coerente com a estratégia de regeneração da Cidade consolidada, aprovada no PDM, bem como com a política de reabilitação urbana, enunciada na estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa, distribuindo-se pelos espaços exteriores públicos (36%), equipamentos coletivos (29%) e habitação municipal (18%);
- Os quatro programas de ação financiados ao abrigo do QREN/ PORLisboa obtiveram taxas de execução elevadas antes do fecho formal das operações;
- O Programa de Investimentos em Ações de Reabilitação Urbana (PIPARU) tem em dezembro de 2014, uma taxa de execução muito elevada, com cerca de 82,74% do montante já adjudicado, 9,27% em fase de concurso e 7,99 por cabimentar;
- No sector Terciário e entre 2009 e 2014, observa-se uma redução do número de obras de construção nova e de crescimento do número de obras de reabilitação (cerca de 67% e 148%, respetivamente);
- No sector do Turismo, de 2009 a 2014, o número de obras de reabilitação registou um fortíssimo aumento enquanto o número de construção nova diminuiu (389% e 84%, respetivamente);
- O número de propostas e projetos apresentados no âmbito do Orçamento Participativo tem oscilado de 2009 a 2015, mas o número de votos cresceu de 4719 para 36032, denotando uma maior participação da população;
- Manual Técnico do PDM que procura explicitar os conceitos e as regras e parâmetros urbanísticos subjacentes ou constitutivos do PDM;
- Realização de ações de formação antes da entrada em vigor do PDM dirigidas aos técnicos autárquicos com responsabilidades na área da gestão urbanística, e inclusão no Plano de Formação da CML de ações de formação sobre o PDM, destinadas aos Técnicos do Município, em geral;
- O número de utilizadores do site da CML aumentou 44%, de 2013 a 2014.

Pontos Fracos

- Manutenção do decréscimo de população residente na Cidade (- 2,9% entre 2001 e 2011);

- Prevalência de famílias clássicas unipessoais no Centro Histórico (cerca de 50% do total de famílias);
- Taxa de analfabetismo igual à média da AML e superior à da AML Norte (3,23%, versus 3,00% da AML Norte);
- Baixa cobertura de espaços verdes de proximidade (apenas 30,3% da população reside a menos de 300m de um espaço verde com esta tipologia);
- Distribuição assimétrica de espaços verdes, com carências mais acentuadas no Centro Histórico e Centro, onde, respetivamente, apenas 48,0% e 55,8% da população vive a menos de 300m de um espaço verde;
- Cerca de 18% e de 23% da população residente está exposta a níveis de ruído superiores aos regulamentares para os períodos global das 24 horas (Lden) e noturno (Ln);
- Persistência de concentrações elevadas de poluentes nas zonas de maior tráfego automóvel, de que é exemplo a Av. da Liberdade;
- Os volumes de água reutilizada com origem nas ETAR, apesar de grande incremento, ainda não atingem a meta de 3,1m² por habitante (fica-se nos 2,78m²/hab);
- O desempenho energético do universo de certificados emitidos edifícios e frações revela-se num intervalo de médio a fraco;
- As áreas do Centro Histórico e Centro da Cidade concentram, respetivamente 28% e 35% do edificado em mau e muito mau estado de conservação;
- Manutenção de uma tendência de crescimento do número de alojamentos clássicos vagos nos últimos períodos intercensitários;
- Em 2011, do universo de alojamentos vagos, 62% correspondem a alojamentos fora do mercado (não estão para venda, arrendamento ou para demolir);
- Apesar da maioria do parque habitacional municipal ser muito jovem (49,4% foi construído nos últimos 15 anos), verifica-se que mais de metade encontra-se em mau e muito mau estado de conservação;
- Grande diferencial entre o número de pedidos e a efetiva atribuição de habitação municipal, que observou um decréscimo na satisfação das pretensões entre 2013 (14,2%) e 2014 (8,8%);
- 23% das frações não habitacionais em edifícios municipais predominantemente habitacionais encontram-se vagas;
- Embora se tenha verificado um aumento progressivo de candidaturas ao abrigo do programa BIP/ZIP, nos últimos três anos verifica-se uma oscilação no número de candidaturas aprovadas e montantes atribuídos;
- Falta de adesão ao subprograma de alienação de habitações municipais para jovens, que se saldou na concretização de apenas 4 escrituras em 2013 e 3 em 2014;
- Baixa concretização das alienações de fogos municipais, que se saldou por uma concretização da alienação de apenas 3,7% do total de fogos colocados para alienação nos últimos 3 anos;
- Diminuição das taxas de cobertura nos equipamentos direcionados para a população mais idosa, entre 2012 e 2014;
- Área útil desportiva abaixo do limiar de referência (1,65m²/hab contra os 4m²/hab);

- Na relação entre a oferta de dísticos em lugares tarifados à superfície e o número de lugares disponíveis, verifica-se uma evolução desde 2010 de tendência de crescimento de ambos, mas com um *deficit* de lugares face ao número de dísticos;
- Na rede de drenagem, verifica-se uma baixa cobertura do sistema separativo, que tem ligado apenas 13% do edificado;
- Queda do produto interno bruto da Região desde 2009;
- Baixa taxa de execução do investimento público previsto nos Programas de Execução e Financiamento dos PU e PP destinados a regular áreas consolidadas, para equipamentos, espaço público e infra estruturas;
- Preponderância de investimento em ações não previstas nos Programas de Execução e Financiamento dos PU e PP destinados a regular áreas consolidadas, monitorizados (exceção para o PP Parque Mayer e PP de Salvaguarda da Baixa Pombalina);
- Execução nula de nove dos planos destinados a enquadrar processos de reconversão ou de urbanização;
- O total de m2 de construção nova supera o total de m2 de reabilitação, de 2009 a 2014 (569 mil m2 face a 599 mil m2).

Oportunidades

- Aumento de população residente em algumas Freguesias Centrais (Mártires, Madalena, São Nicolau, Socorro e Santa Justa), que dão boas perspetivas para a regeneração da Baixa Pombalina e Mouraria;
- Maior homogeneidade na distribuição de residentes entre freguesias, no quadro da reforma administrativa da Cidade;
- Elevada concentração de população com grau de instrução superior (2ª mais elevada da AML);
- Existência de uma estrutura ecológica municipal densa e conectada com a Rede Ecológica Metropolitana;
- Atribuição de prémios e distinções ao trabalho desenvolvido ao nível do território (atribuição de distinção ao PDM pelo ISOCARP em 2013, atribuição da galardão de Cidade do Ano pela Academia de Urbanismo em 2012, atribuição do Prémio de Geoconservação em 2015 pela ProGEO- Grupo Português da Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico);
- A existência de uma estratégia municipal para a promoção da biodiversidade;
- A existência de um plano de ação de ruído, que prevê a diminuição de população exposta a níveis de ruído não regulamentares;
- Adoção de planos e programas para a melhoria da qualidade do ar, com particular enfoque para as zonas de emissões reduzidas e de acalmia de tráfego;
- Redução significativa do consumo de água (entre 2004 e 2014);
- Redução dos consumos de energia elétrica (entre 2010 e 2012);
- Existência de um potencial de captação solar das coberturas dos edifícios da Cidade de Lisboa (para coberturas na classe IV) de 6 815 GWh/ano;
- Na cidade de Lisboa encontram-se instalados 516 pontos de carregamento destinados a veículos elétricos;

- Têm sido levadas a cabo ou estão em curso diversas iniciativas ou ações que concorrem para um maior desempenho ambiental e resiliência da Cidade;
- Maior proporção de alojamentos arrendados na Cidade de Lisboa (42,3%), que na AML (27,3%) e no Continente (20,2%);
- Mais de metade dos proprietários em Lisboa já não tem encargos com a aquisição da habitação (52% em 2011);
- Em 2011 Lisboa apresentou maior taxa de fogos para arrendar (21,7%) que a AML (17,4%) e que o Continente (15,1%);
- Potencial de desenvolvimento de uma rede de cuidados continuados composta por 15 unidades;
- No consumo de bens culturais, Lisboa lidera as visitas a museus, o número de espetadores por habitante em espetáculos ao vivo e na venda de jornais e revistas;
- Aumento do número de visitantes nas galerias municipais;
- Existência de cerca de 500 entidades que enquadram a prática desportiva regular na Cidade;
- Diminuição da duração global dos movimentos internos em Lisboa (com exceção do transporte individual a apresenta um incremento na duração);
- Diminuição do tráfego rodoviário nos principais acessos a Lisboa, em cerca de 3,7% entre 2009 e 2013;
- Aumento muito significativo do número de passageiros no Aeroporto de Lisboa, em cerca de 71%, entre 2002 e 2013;
- Evolução positiva do movimento de cruzeiros no Porto de Lisboa, que se traduz num aumento cerca de 34% de embarcações e de 167% de passageiros, no período entre 2003 e 2013;
- Desde 2008 e mais expressivamente desde 2010 a evolução da procura externa tem vindo a atenuar o decréscimo da procura interna e o efeito recessivo desta no PIB;
- A Área Metropolitana de Lisboa é um polo aglutinador do emprego, em particular na área financeira, onde apresenta um peso 58,4% do pessoal ao serviço face ao País, em 2012;
- É na Área Metropolitana de Lisboa onde se aglutinam as grandes empresas (54,1% do total do País em 2012) e o maior peso de pessoal ao serviço gerado por estas (61,7% em 2012);
- A Área Metropolitana de Lisboa concentra mais de metade do VAB nacional gerado pelas empresas de alta e média tecnologia;
- Lisboa desenvolveu um ecossistema empreendedor, englobando todos os espaços de incubação, que foi distinguido pelo Comité das Regiões da União Europeia com o Prémio Europeu de Empreendedorismo – Cidade Empreendedora Europeia 2015;
- O ganho médio mensal em Lisboa é superior em cerca de 14,2% que o da AML e 45,2% relativamente ao resto do País;
- Aumento anual do número de estudantes Erasmus recebidos na Cidade de Lisboa;
- Acréscimo anual de estudantes estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Lisboa, desde o ano letivo de 2011/12;
- Crescimento da capacidade de alojamento turístico na Cidade;
- No contexto AML, em 2014, Lisboa lidera na oferta de fogos disponíveis para arrendamento (27%) e para venda (17%);

- Delimitação da ARU abrangendo toda a cidade consolidada (grandes equipamentos, cemitérios e áreas recentemente urbanizadas, não são abrangidos), permitindo que em 60% do território municipal terrestre as intervenções possam beneficiar do conjunto de incentivos concedidos pela Administração Central;
- Aprovação da delimitação das 10 AUGI existentes (cerca de 1% da população residente em Lisboa) e do Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das AUGI que veio enquadrar os processos de reconversão em curso;
- A localização das operações de loteamento de 2010 a 2014, corresponde a um arco com um extremo no centro histórico, percorrendo a zona ocidental e norte com preponderância maior no Alto do Lumiar, até atingir a zona de fronteira de Benfica com o PFM, enquanto as operações urbanísticas de impacte relevante ou semelhante a loteamento se concentram fundamentalmente, no centro histórico e eixo central da Cidade, entre a Praça do Comercio e o Campo Grande.

Ameaças

- Envelhecimento da população residente (de 23,6% em 2001 para 23,9% em 2011);
- Aumento do número de alojamentos bastante superior ao aumento do número de famílias (10,5% contra 4,0%, entre 2001 e 2011);
- Saldo fisiológico negativo;
- A venda de combustíveis apresenta grandes oscilações anuais, não permitindo verificar uma alteração dos padrões de deslocação;
- A vulnerabilidade sísmica dos solos, em que as classes de elevada e muito elevada vulnerabilidade afetam cerca de 39% do território municipal, onde residem 68% dos habitantes e estão implantados 57% dos edifícios da Cidade;
- A existência de áreas de suscetibilidade a ocorrência de movimentos de vertente e de efeito de maré direto, ainda que abranjam respetivamente áreas muito residuais ou confinadas à frente ribeirinha;
- A suscetibilidade a inundações, apesar de estar confinada a cerca de 8% do território, nas classes elevada e muito elevada, mas que concentram 35% dos residentes e 40% dos edifícios da Cidade;
- Vetustez do edificado, em que apenas 15% correspondem a edifícios construídos entre 1981 e 2011;
- A maior proporção dos alojamentos vagos em 2011 concentra-se no Centro Histórico;
- A percentagem de alojamentos com estacionamento em Lisboa (24,1%) é inferior à AML (33%) e claramente inferior ao Continente (53,9%);
- Verifica-se uma elevada concentração de alojamentos sem estacionamento no Centro Histórico e no Arco Ribeirinho, entre Alcântara e Marvila;
- Subida do número de proprietários entre 2001 e 2011 em 3,8 pontos percentuais;
- Continua descida do número médio de pessoas por família, que atingiu em Lisboa as 2,3 em 2011;
- 38,9% dos contratos de arrendamento situam-se num escalão inferior a 100 euros de renda mensais;

- A esmagadora maioria das frações não habitacionais em edifícios municipais predominantemente habitacionais destina-se a albergar funções sociais (72% em 2014), enquanto a ocupação comercial tem vindo a perder sucessivamente expressão, dado que representava 33,8% em 2012, contra os 24,8% em 2014;
- Diminuição do número de médicos, enfermeiros nos Hospitais e Centros de Saúde, bem como do número de camas hospitalares;
- Diminuição da população escolar nos últimos anos;
- Apesar do esforço na progressão da oferta de creches a sua taxa de cobertura em 2014 fica-se pelos 40,1 %, enquanto a taxa de referência adotada é de 50%;
- Flutuação no número de vistas às bibliotecas e museus municipais;
- Grandes disparidades na cobertura da oferta desportiva, com particulares carências nas freguesias ribeirinhas, em torno do Centro Histórico;
- Aumento da taxa de motorização na última década;
- Redução da procura no Metro em 24%, entre 2011 e 2014;
- Redução da procura na Carris na ordem dos 36% entre 2004 e 2014;
- Descida dos níveis de procura nas ligações fluviais asseguradas pela Transtejo, que observou uma queda de 35% entre 2002 e 2013;
- Progressão da sinistralidade automóvel e de vítimas resultantes, entre 2008 e 2013, respetivamente, em 10% e 9%;
- Diminuição do número de movimentos internos e de entrada em Lisboa (motivados por trabalho ou estudo) que contrastam com o aumento do número de movimentos global na AML e de saída de Lisboa, que denota diminuição da capacidade polarizadora da Cidade;
- Distribuição da procura de estacionamento na Cidade é assimétrica, entre o período diurno e noturno, com particular incidência no Centro;
- Aumento substancial do transporte individual com decréscimo do transporte coletivo e do pedonal, sendo particularmente preocupante nos movimentos internos em Lisboa, em que o transporte individual parte em 3º e último lugar em 1991 e passa a liderar em 2011;
- Diminuição da oferta de lugares nos transportes públicos, com vista ao ajustamento à diminuição da procura;
- Diminuição do número de embarcações em cerca de 22% no Porto de Lisboa, entre 2003 e 2013;
- Apesar de uma evolução positiva, Lisboa apresenta indicadores abaixo das metas para 2020 relativas à recolha seletiva e reciclagem;
- Queda do volume de emprego na Área Metropolitana de Lisboa, desde 2002 e perda de peso percentual do emprego na Região face ao País, desde 2010;
- O número de desempregados inscritos nos centros de emprego da Cidade de Lisboa mais do que duplicou no período entre dezembro de 2008 e março de 2014;
- Diminuição de população ativa e aumento de população sem atividade económica não enquadrada em nenhuma das categorias convencionais (reformada, estudante, doméstica ou incapacitada permanente para o trabalho);
- Lógica de concentração espacial de população desempregada em contraste com a concentração noutros pontos da Cidade de população empregada, com tendência de acentuação deste fenómeno de fratura social;

- Diminuição global do número de inscritos no Ensino Superior na Cidade de Lisboa, verificado desde o ano letivo 2011/12;
- Lógica de substituição de comércio a retalho de menor dimensão por estabelecimentos de maior dimensão, com particular incidência no comércio alimentar;
- Decréscimo global da oferta de fogos para arrendamento de 83,6%, entre 2012 e 2014.
- Decréscimo global da oferta de fogos para venda de 72,5%, entre 2012 e 2014, perda que atingiu 76% em 2014;
- Ausência de reajustamento do preço dos fogos disponíveis para venda face à forte retração da oferta de fogos disponíveis no mercado;
- Fraco reajustamento (menos de 10,5%) do preço dos fogos disponíveis para arrendamento face à forte retração da oferta de fogos disponíveis no mercado;
- Lisboa, em 2014, apresenta os preços mais elevados nos mercados de arrendamento e de venda, no contexto AML, sendo cerca de 82% (venda) e 85% (arrendamento) superiores aos registados no município de preços mais baixos;
- Em Lisboa, a par de Cascais, Odivelas e Setúbal, não se verificou a depreciação global dos preços no mercado de venda, observado na AML, de 2010 a 2014,
- A maior valorização no mercado de arrendamento verifica-se nas antigas freguesias do centro histórico (Mártires, São José, Encarnação) e em Santo Estevão, na área central, sendo que a renda da freguesia com preço mais baixo (Ameixoeira) representa 44% da renda da freguesia com preço mais elevado (Mártires);
- A maior valorização no mercado de venda distribui-se pelas freguesias do centro histórico (Mártires e Sacramento), da área central da cidade (São Sebastião da Pedreira e Nossa Senhora de Fátima) e Santa Maria de Belém, na coroa de transição, sendo que o preço na freguesia com preço mais baixo no mercado de venda (Charneca) representa 1/3 do valor da freguesia com preço mais elevado (Mártires);
- Os imóveis não classificados que integram a CMP apresentam um peso percentual maior que a média da Cidade nos graus de conservação mau (14% face a 13,9%) e péssimo (4,1% face a 2,5%);

Tendências

- Diminuição do número médio de pessoas por família (de 2,4 para 2,2 entre 2001 e 2011);
- Concentração de população estrangeira superior à média nacional e ligeiramente inferior à média metropolitana (5,81% na Cidade contra 6,68% na AML e 3,41% no total do País, em 2011);
- Diminuição do número de edifícios (-1,7% entre 2001 e 2011), com aumento na coroa Oriental e Norte;
- Alojamentos de menor dimensão que a média nacional;
- Grande oscilação anual, com tendência para a uma manutenção dos valores de movimentos de mercadorias no Porto de Lisboa;
- Diminuição da produção de resíduos na Cidade, desde o ano 2000;

- Apesar da estrutura empresarial da Área Metropolitana de Lisboa apresentar um decréscimo do número de empresas e de pessoal ao serviço, reforça o seu peso aglutinador por reforço da sua quota de emprego face ao resto do País;
- Apesar de preponderantes, os estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Lisboa oriundos de países de Língua Portuguesa apresentam uma tendência de decréscimo, desde o ano letivo de 2007/08, enquanto os provenientes da UE28 apresentam uma evolução positiva, particularmente expressiva desde o ano letivo de 2011/12;
- A lógica de concentração do comércio a retalho e de restauração e bebidas é divergente, consoante a atividade: enquanto os estabelecimentos de comércio do ramo alimentar apresentam uma maior densidade no Centro Histórico e em torno do Eixo da Av. Almirante Reis, mas vão distribuindo-se por todas as zonas residenciais; o não alimentar têm uma maior concentração na Baixa, Av. da Liberdade, Av. Almirante Reis, Av. de Almirante Reis, Av. de Roma e Avenidas Novas, com algumas expressões pontuais noutras zonas da Cidade; os estabelecimentos de reparação apresentam maior concentração em torno do eixo da Av. Almirante Reis e área envolvente; e os de restauração e bebidas são sobretudo preponderantes na Baixa, com erradicação nos dois eixos principais da Cidade e com expressões nos núcleos comerciais dos bairros residenciais;
- Diminuição do número de estabelecimentos de comércio a retalho e sua substituição por outras atividades económicas, serviços e funções;
- Lógica de concentração da hotelaria no eixo central da Cidade, com particular incidência dos hotéis de 5 estrelas em torno da Av. da Liberdade e Parque Eduardo VI;
- Concentração dos bens classificados e não classificados da CMP nos territórios do Centro Histórico e Centro (cerca de 75% e 76%, respetivamente), e ainda de bens classificados no território Ocidental que inclui a Zona Monumental de Ajuda-Belém (12%);
- Os loteamentos de iniciativa particular são preponderantes na cedência de áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva (78,4% e 50,9%, respetivamente), enquanto os loteamentos de iniciativa municipal são responsáveis pela cedência de cerca de 81% das áreas destinadas a infra-estruturas;
- No Orçamento Participativo, os projetos que têm como objeto o Espaço Público/ Verde, e os relacionados com a mobilidade, representam mais de metade do total dos projetos colocados a votação;
- Nas reuniões descentralizadas, os temas com maior percentagem de participações são espaço público (36%), mobilidade (17%) e urbanismo (13%);
- Nas reuniões públicas da CML, os temas com maior percentagem de participações são urbanismo (29%), espaço público (27%) e habitação (20%);
- Os incumprimentos detetados nos projetos com parecer desfavorável relativamente ao cumprimento da regulamentação urbanística aplicável (análise por amostragem), destaca-se o RPDML (33%), o RMUEL (23%) e o RGEU (19%);
- Os incumprimentos detetados nos projetos com parecer desfavorável relativamente ao cumprimento do RPDML respeitam predominantemente ao art.º 42º- altura das edificações (55%) e art.º 44º- logradouros (22%);
- Os incumprimentos detetados nos projetos com parecer desfavorável relativamente ao cumprimento do RMUEL respeitam predominantemente ao art.º 41º - muros e vedações (36%),

art.º 47º - fecho de varandas em edifícios existentes (20%) e art.º 63º - utilização de energias renováveis (17%).

14. FICHA TÉCNICA

Fernando Medina

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Manuel Salgado

Vereador do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa

Coordenação Geral

Paulo Prazeres Pais

Diretor de Departamento de Planeamento

Divisão de Plano Diretor Municipal

Departamento de Planeamento

Colaboração

Departamento Sistemas de Informação

Direção Municipal de Cultura

Direção Municipal de Economia e Inovação

Direção Municipal de Educação e Desporto

Direção Municipal da Estrutura Verde, do Ambiente e Energia

Direção Municipal de Finanças

Direção Municipal de Gestão Patrimonial

Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local

Direção Municipal de Higiene Urbana

Direção Municipal de Mobilidade e Transportes

Direção Municipal de Projetos e Obras

Direção Municipal de Urbanismo

Secretaria-Geral

Unidade de Coordenação Territorial